

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Mafalda Alexandra Lobo Pereira

Jornalismo Económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

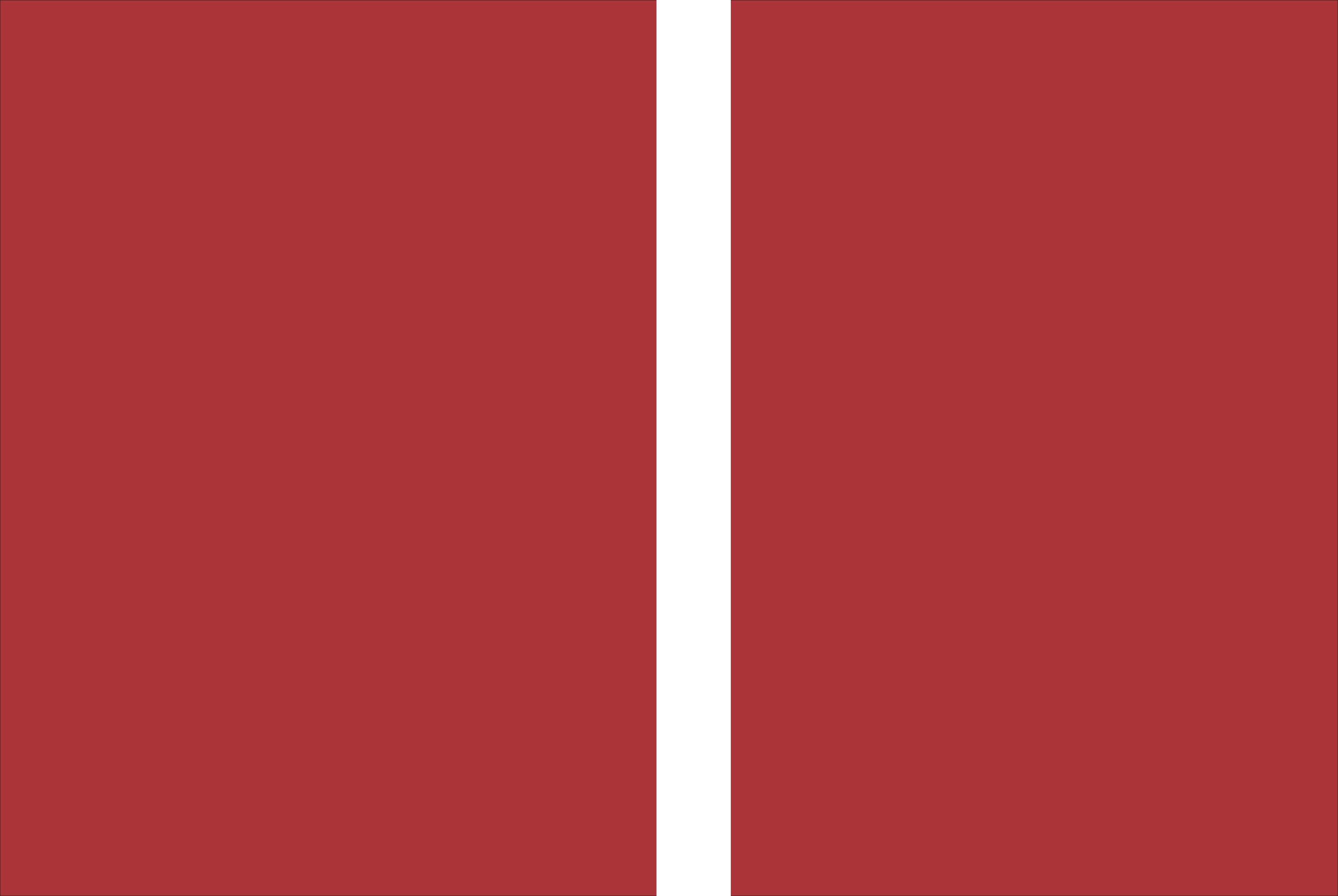
Jornalismo Económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

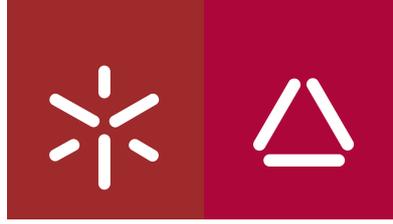
Mafalda Alexandra Lobo Pereira

UMinho | 2019



fevereiro de 2019





Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Mafalda Alexandra Lobo Pereira

**Jornalismo Económico: a cobertura jornalística
da intervenção da *troika* em Portugal
na imprensa económica nacional (2011-2014)**

Tese de Doutoramento em Estudos de Comunicação:
Tecnologia, Cultura e Sociedade

Trabalho efetuado sob a orientação da

**Professora Catedrática Doutora Maria Helena Costa
Carvalho Sousa**

e da

Professora Doutora Maria Estrela Ramos Serrano Caleiro

DECLARAÇÃO

Nome: Mafalda Alexandra Lobo Pereira

Endereço electrónico: mafalobopereira@gmail.com Telefone: 936295080

Número do Bilhete de Identidade: 09889720

Título da tese: Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

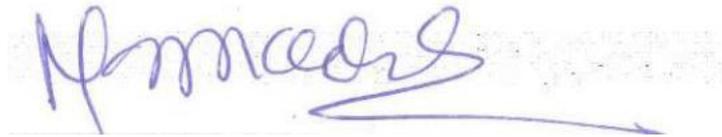
Orientador(es): Professora Catedrática Doutora Helena Sousa e Professora Doutora Estrela Serrano

Ano de conclusão: 2019

Designação do Doutoramento: Programa Doutoral em Estudos da Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, 08/02/2019



Assinatura: _____

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

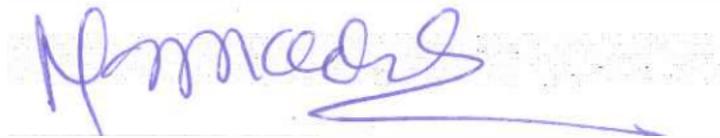
Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente tese. Confirmando que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri à prática de plágio ou a qualquer forma de falsificação de resultados.

Mais declaro que tomei conhecimento integral do Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, 8 de Fevereiro de 2019

Nome completo: Mafalda Alexandra Lobo Pereira

Assinatura: _____

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Mafalda', is written over a horizontal line. The signature is fluid and cursive.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Agradecimentos

A realização desta dissertação não teria sido possível sem o apoio e colaboração de várias pessoas.

Agradeço em primeiro lugar à minha Mãe Celeste, que embora não tenha estado presente fisicamente, esteve sempre nos meus pensamentos. Foi a ela que fui buscar a força e energia para executar o trabalho. É a ela que agradeço a vida e os ensinamentos para que lutasse sempre pelos meus objetivos. À minha mãe devo tudo e por ela vou continuar a lutar.

Agradeço às minhas orientadoras, Prof^a Catedrática Doutora Helena de Sousa e Prof^a Doutora Estrela Serrano pelas sugestões, contributos, conselhos e disponibilidade sempre manifestadas ao longo de todo o trabalho.

Agradeço ao Professor Doutor Rui Brites do ISEG, a disponibilidade e generosidade dos seus preciosos ensinamentos em análise estatística e manuseamento do programa SPSS.

Agradeço também a todos aqueles que contribuíram diretamente para a realização deste estudo, nomeadamente os diretores, subdiretores e jornalistas entrevistados da área económica, nomeadamente, Helena Garrido, Francisco Ferreira da Silva, Tiago Freire, Catarina Duarte, Marta Moitinho Oliveira, Elisabete Miranda, Rui Peres Jorge, Nicolau Santos e Camilo Lourenço, que foram essenciais para a compreensão do jornalismo económico em Portugal e no contexto da intervenção da *troika* em Portugal.

Agradeço à minha família, pela compreensão das minhas ausências em momentos importantes, devido ao trabalho que tive em mãos. Não quero deixar de agradecer aos meus amigos, em particular a alguns deles que estiveram mais próximos nesta minha caminhada. Assim, agradeço a força, o carinho e a amizade da Célia Belim, do Carlos Cunha e do Luís Machado.

Agradeço a todos os funcionários da hemeroteca que me acompanharam ao longo deste doutoramento pela disponibilidade e acolhimento, em especial à D. Luísa, pela amabilidade manifestada ao longo deste trabalho.

Agradeço à FCT pelo apoio financeiro.

A todos um sincero e Muito Obrigado.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Resumo

A presente dissertação propõe-se analisar como o *Jornal de Negócios* e o *Diário Económico* trataram e apresentaram as notícias sobre as avaliações da *troika* ao programa de ajustamento português no período entre 2011-2014. Para o efeito foi criada uma base de dados em SPSS, com 705 peças jornalísticas que contemplam todo o universo de notícias sobre as doze avaliações da *troika*. Pretendemos responder à seguinte pergunta: *como é que a imprensa económica nacional tratou as avaliações da troika no contexto da crise económico-financeira portuguesa (2011-2014)?* Para analisarmos a forma e o conteúdo da informação nos jornais recorremos, numa primeira fase, à análise de conteúdo das peças jornalísticas e, numa segunda fase, para interpretarmos os resultados e percebermos as lógicas e os processos de seleção e construção da notícia, o agendamento e enquadramento das peças jornalísticas, recorremos à análise crítica da narrativa, a entrevistas e a inquérito por questionário, que nos permitiram compreender a *práxis* do jornalismo económico no contexto de uma crise económica e financeira.

Os resultados do estudo empírico mostraram que a cobertura jornalística das avaliações da *troika* correspondeu a uma representação sistemática e objetiva do relato dos acontecimentos conforme descritos nos relatórios de avaliação do FMI e da Comissão Europeia com base nas medidas que iam sendo propostas pela *troika* e executadas pelo Governo. Assim, as avaliações, os temas, os subtemas, as fontes, os atores e as instituições apresentaram uma uniformização dos conteúdos em ambas as publicações. A lógica da narrativa jornalística das avaliações da *troika*, ao reproduzir o discurso do poder (*troika* e Governo) teve tendência a seguir os mesmos enquadramentos noticiosos e interpretativos em cada avaliação, porque durante vários meses as discussões políticas estiveram centradas sempre nos mesmos problemas, isto é, o cumprimento das medidas com vista a atingir os objetivos de redução do défice. As entrevistas e o inquérito aos jornalistas da área económica revelaram que uma das principais preocupações ao longo do programa de ajustamento foi apresentar os conteúdos de uma forma simples, com uma linguagem acessível, de modo a facilitar a sua interpretação e responder às preocupações e expectativas de um público massificado.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Abstract

The present dissertation's intent is to analyze how the *Jornal de Negócios* and *Diário Económico* treated and presented the news about the troika's evaluations of the Portuguese Adjustment Program in the period between 2011-2014. To do this work a database was created in SPSS with 705 journalistic pieces that cover the whole universe of news about troika's twelve evaluations. We intend to answer the following question: How did the national economic press treat troika's evaluations in the context of portuguese economic and financial crisis (2011-2014)? In order to analyze the 'form' and 'content' of the newspapers' information, we first used content analysis and then interpreted the results and logic in the selection and construction of the news, and the scheduling and framing of journalistic pieces. Using critical analysis of the narrative, interviews and a questionnaire survey allowed us to understand the praxis of economic journalism in the context of an economic and financial crisis.

The empirical study results revealed that journalistic coverage of troika's evaluation corresponded to a systematic and objective representation of events presented and described in the IMF and the European Commission evaluation reports based on the measures proposed by troika and executed by the Government. Thus, evaluations, themes, sub-themes, sources, actors and institutions show a uniformity of content in both publications. The logic of the journalistic narrative of troika's evaluations, in reproducing discourse of power (troika and government), tended to follow the same news and interpretative frameworks in each evaluation because for several months, political discussions were always focus on the same problems: the achievement of goals to reduce deficit targets. The interviews and the survey of economic journalists revealed that one of the main concerns throughout the adjustment program was to present the contents in a simple, accessible language form to facilitate their interpretation and respond to the concerns and expectations of a mass public.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Acrónimos

ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações
AP – Administração Pública
APCT – Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação
AR – Assembleia da República
BANIF – Banco Internacional do Funchal
BCE - Banco Central Europeu
BCI – Banco de Comércio e Indústria
BdP – Banco de Portugal
BE – Bloco de Esquerda
BES – Banco Espírito Santo
BM – Banco Mundial
BNS – Banco Nacional da Suíça
BPI – Banco Português de Investimento
BPN – Banco Português de Negócios
CCP- Confederação do Comércio e Serviços
CEE – Comunidade Económica Europeia
CES – Contribuição Extraordinária de Solidariedade
CGA – Caixa Geral de Aposentações
CGD – Caixa Geral de Depósitos
CGTP – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses
CIP – Confederação Empresarial de Portugal
CMEC – Custos de Manutenção do Equilíbrio Contratual
CTP - Confederação do Turismo Português
DEO – Documento de Estratégia Orçamental
EBA – Autoridade Europeia Bancária
EDP – Eletricidade de Portugal
EFF – Programa de Financiamento Ampliado
EFTA – European Free Trade Association ou Associação Europeia do Comércio Livre
E-M – Estados-Membros
ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos
ESAME – Estrutura de Acompanhamento dos Memorandos
FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo
FEFF – Fundo Europeu de Estabilização Financeira
FEFSS – Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social
FMI - Fundo Monetário Internacional
IDEFF - Instituto de Direito Económico Financeiro e Fiscal
IEO – Independent Evaluation Office
IGCP – Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública
IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis
INE – Instituto Nacional de Estatística
IRC - Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas
ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão
MAI – Ministério da Administração Interna
MECPE – Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica
MdE – Memorando de Entendimento
MEE – Mecanismo Europeu de Estabilidade

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

MEEF – Mecanismo Europeu de Estabilidade Financeira
MPEF – Memorando de Políticas Económicas e Financeiras
MF – Ministério das Finanças
MS – Ministério da Saúde
OE – Orçamento do Estado
OR – Orçamento Retificativo
OT – Obrigações do Tesouro
OMC – Organização Mundial do Comércio
PAEF – Programa de Ajustamento Económico e Financeiro
PCP – Partido Comunista Português
PCP – Partido Comunista Português
PDE – Procedimento por Défice Excessivo
PEC – Programas de Estabilidade e Crescimento
PIB – Produto Interno Bruto
PIMCO – Pacific Investment Management Company, LLC
PME – Pequenas e Médias Empresas
PPP – Parcerias Público-Privadas
PS – Partido Socialista
PT – Portugal Telecom
SdN - Sociedade das Nações
SEE – Sector Empresarial do Estado
SNS – Serviço Nacional de Saúde
TC – Tribunal Constitucional
TSU – Taxa Social Única
UE – União Europeia
UEM - União Económica e Monetária
UGT – União Geral dos Trabalhadores
UTAO - Unidade Técnica de Apoio Orçamental
WEO - World Economic Outlook

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Índice	
Resumo	
Acrónimos	
Introdução	
PARTE I – ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL E TEÓRICO, E CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA A INVESTIGAR	25
Cap. 1 – Economia, jornalismo especializado e jornalismo económico.....	25
1.1. Economia e a crescente mediatização dos temas económicos	25
1.2. Jornalismo especializado <i>versus</i> jornalismo generalista: desafios e especificidades ...	26
1.3. Jornalismo especializado em Economia: <i>It might be economics, but it’s still journalism</i>	
29	
Cap. 2 - Jornalismo económico em Portugal: conceito, história e problemáticas	32
2.1. Acontecimentos que marcaram a evolução do Jornalismo económico em Portugal....	32
2.2. Que futuro para o jornalismo económico em Portugal?	37
2.3. Jornalismo económico: conceito e problemáticas	42
2.3.1. O tratamento da informação no jornalismo económico	43
2.3.2. A (dis)função da linguagem como instrumentação ideológica.....	44
2.4. O Jornalismo (económico) em Portugal como reflexo da Economia: <i>It’s the Economy stupid</i>	45
2.4.1. A importância da Economia nos média portugueses no contexto da crise económica	
45	
2.4.2. O jornalismo (económico) e os poderes instituídos	47
2.4.3. O discurso do jornalismo (económico): A “fabricação do consenso”	48
2.4.4. O (não) pluralismo no jornalismo (económico) no debate público	50
2.4.5. A concentração dos média como fator de constrangimento	52
2.4.6. O jornalismo económico como “o cão que não ladrou nesta crise”	55
2.5. Um estado da arte sobre o jornalismo económico, os média e crise económico- financeira	56
Cap. 3 - A Economia nos média e a crise do jornalismo (económico) – que modelo de negócio?	61
3.1. Os programas de Economia nos média: televisão, rádio e imprensa	61
3.2. A crise nos média e a crise no jornalismo (económico)	63
3.3. A migração para o digital – desafio ou ameaça?	64
Cap. 4 – O processo de seleção e construção da notícia.....	67
4.1. O paradigma do <i>gatekeeping</i> : seleção e construção da notícia	67
4.2. O processo de <i>newsmaking</i> e os critérios de noticiabilidade (<i>newsworthiness</i>)	68
4.3. A teoria do <i>agenda-setting</i> na seleção dos temas e assuntos	69
4.4. Os enquadramentos noticiosos e interpretativos: <i>framing</i> e <i>priming</i>	72
4.5. A <i>Internet</i> e as redes sociais: a sua (cada vez mais) influência na opinião pública	76
PARTE II – ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DA CRISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	79
Cap. 5 – Crise económica e financeira: conceitos, dimensões e problemáticas.....	79
5.1. O que é uma crise? Delimitação do conceito	79
5.2. Austeridade: conceito e problemáticas	82
5.2.1. A austeridade, política e discurso político-económico.....	82
5.2.2. Perspetivas sobre a (in)evitabilidade das medidas “austeritárias”: a dimensão económica, política, social e financeira	89
5.2.3. Algumas evidências reveladoras dos erros das políticas de austeridade	92
Cap. 6 - Contextualização histórica da crise económico-financeira em Portugal	94
6.1. Os Planos de Estabilidade e Crescimento (PEC I, PEC II e PEC III).....	94
6.2. A cronologia dos acontecimentos – Como Portugal chegou ao Resgate?	98

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

6.3. O papel das agências de <i>Rating</i>	100
6.4. A crise da dívida: cenários previstos	101
6.5. Eleições presidenciais: A (re)eleição de Cavaco Silva e a tomada de posse.....	104
6.6. Três vagas de austeridade e o “Plano B”	106
6.7. Contestação social: Manifestação da “Geração à rasca”	107
6.8. Cimeira extraordinária do Eurogrupo, de 11 de março de 2011 – Crise do euro	108
6.9. Portugal enfrenta uma nova vaga de cortes.....	108
6.10. O novo modelo de ajuda europeia	109
6.11. O novo pacote de austeridade – o PEC IV (2011-2013).....	110
6.12. Crise política, financeira e orçamental e o chumbo do PEC IV	111
6.13. A Cimeira do Eurogrupo em Bruxelas a 24 e 25 de março de 2011.....	113
6.14. Portugal sem Governo e a subida das taxas de juro.....	114
6.15. O pedido de empréstimo intercalar	116
Cap. 7 – O (in)evitável acontece: Portugal solicita ajuda externa	118
7.1. O pedido de ajuda internacional	118
7.2. O ‘Memorando de Entendimento’ da <i>troika</i> (MoU) e as medidas de austeridade	122
7.3. O Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF), o Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira (MEEF) e o FMI	128
PARTE III - ESTUDO EMPÍRICO DAS AVALIAÇÕES AO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ECONÓMICA E FINANCEIRA (PAEF) NA IMPRENSA ECONÓMICA ESPECIALIZADA	132
Cap. 8 – A cobertura jornalística das avaliações da <i>troika</i> em Portugal no <i>Jornal de Negócios</i> e no <i>Diário Económico</i>	132
8.1 Opções metodológicas	132
8.1.1. Pergunta de partida	133
8.1.2. Objetivo geral e objetivos específicos.....	133
8.2. Os jornais em análise	134
8.2.1. Caracterização do <i>Jornal de Negócios</i>	134
8.2.2. Caracterização do <i>Diário Económico</i>	135
8.3 Métodos e técnicas de recolha e de análise de dados	137
8.3.1. Fontes de documentação e análise de documentos	137
8.3.2. Análise crítica da narrativa e os enquadramentos (frames) que estruturam a narrativa das avaliações da <i>troika</i>	137
8.3.3. Análise de conteúdo (AC)	142
8.3.4. Entrevistas semi-estruturadas	149
8.3.5. O inquérito por questionário.....	151
8.3.6. Modelo de Análise	153
Cap. 9 – Análise da narrativa jornalística e enquadramentos das avaliações da <i>troika</i> no <i>Jornal de Negócios</i> e <i>Diário Económico</i>	155
9.1. Apresentação dos resultados da análise crítica da narrativa.....	156
9.1.1. 1ª Avaliação da <i>troika</i> : primeiras medidas para corrigir as contas públicas e a TSU	156
9.1.2. 2ª Avaliação da <i>troika</i> : o início da concretização do PAEF	161
9.1.3. 3ª Avaliação da <i>troika</i> : o Plano de Financiamento da Economia	164
9.1.4. 4ª Avaliação: subida do desemprego, recessão económica e a execução orçamental	168
9.1.5. 5ª Avaliação: flexibilização das metas do défice de 2012 e a preparação do OE 2013.....	171
9.1.6. 6ª Avaliação: consolidação orçamental, o sistema financeiro e as reformas estruturais.....	173

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

9.1.7. 7ª Avaliação: a extensão do prazo para amortização dos empréstimos, a flexibilização das metas do défice público, a Reforma do Estado, a crise política e redução da despesa pública	175
9.1.8. 8ª e 9ª Avaliações: a meta do défice para 2014 e a adoção de um Programa Cautelar	181
9.1.9. 10ª Avaliação: mercado do trabalho, chumbo do TC e reformas pendentes	183
9.1.10. 11ª Avaliação: investimentos em infra-estruturas para Portugal	188
9.1.11. 12ª Avaliação: Programa Cautelar ou saída limpa?	194
Cap. 10 - Padrões jornalísticos na cobertura das avaliações da <i>troika</i>	196
10.1. Apresentação dos resultados da análise de conteúdo (AC) ao <i>Jornal de Negócios</i> e <i>Diário Económico</i>	196
10.1.1. Dimensão forma.....	197
10.1.2. Dimensão conteúdo.....	206
10.2. Apresentação resultados Análise Conteúdo 1º página <i>Jornal de Negócios</i> e <i>Diário Económico</i>	225
10.2.1. Dimensão forma.....	225
10.2.2. Dimensão conteúdo.....	226
Cap. 11 – Caracterização do jornalismo económico português e dimensões de análise no contexto da intervenção da <i>troika</i> no <i>Jornal de negócios</i> e <i>Diário Económico</i>	227
11.1. Apresentação dos resultados do inquérito.....	227
11.1.1. Caracterização sociodemográfica da amostra.....	228
11.1.2. Caracterização do perfil profissional da amostra.....	230
11.1.3. Jornalismo Económico em Portugal.....	232
11.1.4. Jornalismo económico em Portugal no contexto da intervenção da <i>troika</i>	235
11.1.5. Relacionamento com as fontes no contexto da intervenção da <i>troika</i>	237
PARTE IV – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	240
Cap. 12 – As avaliações no contexto da intervenção da <i>troika</i> no <i>Jornal de Negócios</i> e <i>Diário Económico</i>	240
12.1. O processo das avaliações do programa de ajustamento.....	241
12.2. A avaliação da <i>troika</i> com maior intensidade mediática nos jornais: a sétima avaliação	244
12.3. A narrativa jornalística e os enquadramentos das avaliações da <i>troika</i> na imprensa económica	246
12.4. A complexidade dos temas e a (des)codificação da linguagem “economês”	247
12.5. A importância da especialização no jornalismo económico	249
12.6. O uso e gratificações no jornalismo económico: regresso ao jornalismo news to use	252
12.7. Práticas e rotinas no jornalismo económico: do gatekeeping ao newsmaking	257
12.8. A importância da Economia e do jornalismo económico na vida dos cidadãos com a intervenção da <i>troika</i>	263
12.9. Jornalismo económico versus jornalismo generalista	264
12.10. O discurso do jornalismo económico como reflexo do pensamento neoliberal..	265
12.11. O relacionamento com as fontes e a legitimação do discurso político.....	268
12.12. O processo do agenda-setting: os temas que marcaram a agenda mediática	274
Conclusões	286
Referências bibliográficas	293
Apêndices	321
Anexos.....	412

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Índice de tabelas

Tabela 1: Planos de Estabilidade e Crescimento (PEC)	96
Tabela 2: Medidas do PEC IV	112
Tabela 3: Medidas de austeridade PEC IV versus medidas de austeridade Governo/troika	125
Tabela 4: Medidas impostas pela Comissão Europeia, Banco Central Europeu (BCE) e FMI no ‘Memorando de Entendimento’ da troika	127
Tabela 5: Forma de reembolso do empréstimo à troika	130
Tabela 6: As principais propostas apresentadas à troika pelos parceiros sociais	131
Tabela 7 : Contributo dos países da Zona Euro para a Ajuda a Portugal através do Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF) e do FMI.....	132
Tabela 8: Relação entre os objetivos específicos e técnicas de recolhas de dados	134
Tabela 9: Categorias de análise dos enquadramentos e descrição das categorias da avaliação da troika (2011-2014).....	140
Tabela 10: Período de análise das avaliações, comunicados de imprensa e relatórios do FMI, BCE e Comissão Europeia sobre as avaliações da troika em Portugal	144
Tabela 11: Pergunta de partida, conceito, dimensões da análise empírica, componentes/categorias/variáveis, unidade de registo e soluções metodológicas (técnicas de investigação).....	147
Tabela 12: Perguntas de investigação operacionais e respetivas categorias/variáveis	148
Tabela 13: Identificação do nome dos jornalistas entrevistados, pertinência da sua escolha, entidade a que está associado e data da entrevista	150
Tabela 14: Técnicas de investigação e pertinência de utilização das técnicas.....	152
Tabela 15: Ficha técnica referente ao inquérito por questionário	228
Tabela 16: <i>Corpus</i> da análise de conteúdo do <i>Jornal de Negócios</i> e do <i>Diário Económico</i>	322
Tabela 17: Identificação das variáveis da Base de dados SPSS, definição, critérios e indicadores	323
Tabela 18: Tabela síntese da narrativa das avaliações da troika.....	385
Tabela 19: Ator/Instituição referenciado nos títulos do <i>Jornal de Negócios</i> e <i>Diário Económico</i> (2011-2014) (% peças de n=705).....	389
Tabela 20: Tema dominante no <i>Jornal de Negócios</i> e <i>Diário Económico</i> (2011-2014) (% peças de n=705)	390
Tabela 21: Subtema dominante no <i>Jornal de Negócios</i> e no <i>Diário Económico</i> (2011-2014) (% peças de n=705).....	391
Tabela 22: Medidas da primeira avaliação no <i>Jornal de Negócios</i> e <i>Diário Económico</i> (12 agosto a 16 de setembro de 2011).....	393
Tabela 23: Medidas da segunda avaliação no <i>Jornal de Negócios</i> e <i>Diário Económico</i> (07 novembro a 21 de novembro de 2011).....	393
Tabela 24: Medidas da terceira avaliação no <i>Jornal de Negócios</i> e <i>Diário Económico</i> (29 de fevereiro a 09 de abril de 2012)	394
Tabela 25: Medidas da quarta avaliação no <i>Jornal de Negócios</i> e <i>Diário Económico</i> (01 de junho a 05 de junho de 2012)	395
Tabela 26: Medidas da quinta avaliação no <i>Jornal de Negócios</i> e <i>Diário Económico</i> (05 de setembro a 26 de outubro de 2012).....	395

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Tabela 27 Medidas da sexta avaliação no Jornal de Negócios e Diário Económico (20 de novembro 2012 a 25 de fevereiro de 2013).....	396
Tabela 28: Medidas da sétima avaliação no Jornal de Negócios e Diário Económico (13 de março a 14 de junho de 2013)	396
Tabela 29: Medidas da oitava e nona avaliação no Jornal de Negócios e Diário Económico (24 de junho a 14 de novembro de 2013)	397
Tabela 30: Medidas da décima avaliação no Jornal de Negócios e Diário Económico (03 de dezembro 2013 a 21 de fevereiro de 2014)	398
Tabela 31: Medidas da décima primeira avaliação no Jornal de Negócios e Diário Económico (03 de março de 2014 a 28 de abril de 2014)	398
Tabela 32: Medidas da décima segunda avaliação no Jornal de Negócios e Diário Económico (03 de dezembro 2013 a 21 de fevereiro de 2014).....	399
Tabela 33: Nome do Ator nas peças no Jornal de Negócios e no Diário Económico (2011-2014)	399
Tabela 34: Caracterização das fontes no Jornal de Negócios e Diário Económico (2011-2014) (% de n=705).....	405
Tabela 35: Fontes de informação no Jornal de Negócios e Diário Económico (2011-2014) (% de n=705)	405
Tabela 36: Organizações/instituições referenciadas no Jornal de Negócios e Diário Económico (2011-2014) (% de n=705).....	406
Tabela 37: FMI e as recomendações sobre os custos do trabalho da primeira à oitava e nona avaliação da <i>troika</i>	411

Índice de gráficos

Gráfico 1: Número de peças no Jornal de Negócios e no Diário Económico (%) (n=705).....	197
Gráfico 2: Número de peças no Jornal de Negócios e no Diário Económico (2011-2014).....	198
Gráfico 3: Número da avaliação com maior Intensidade mediática no Jornal de Negócios (2011-2014) (% peças de n=297).....	198
Gráfico 4: Número da avaliação com maior intensidade mediática no Diário Económico (2011-2014) (% peças de n=408).....	199
Gráfico 5: Secção das peças no Jornal de Negócios (2011-2014)	200
Gráfico 6: Secção das peças no Diário Económico (201-2014) (% peças de.....	200
Gráfico 7: Páginas das peças no interior do Jornal de Negócios e Diário Económico (2011-2014) (% peças de n=705).....	201
Gráfico 8: Localização das peças no interior do Jornal de Negócios e Diário Económico (2011-2014) (% peças de n=705).....	202
Gráfico 9: Rubrica das peças do Jornal de Negócios (2011-2014) (% peças de n=297)	202
Gráfico 10: Rubrica das peças do Diário Económico (2011-2014) (% peças de n=408).....	203
Gráfico 11: Género jornalístico dominante no Jornal de Negócios e no Diário Económico (2011-2014) (% peças de n=705 e n=408)	203
Gráfico 12: Imagem dominante no Jornal de Negócios e no Diário Económico (2011-2014) (% peças de n=705).....	204
Gráfico 13: Assinatura das peças no Jornal de Negócios e no Diário Económico (2011-2014) (% peças de n=705).....	205
Gráfico 14: Nome dos jornalistas que assinaram mais peças no Jornal de Negócios (2011-2014) (% de n=297).....	205
Gráfico 15: Nome dos jornalistas que assinaram mais peças no Diário Económico (2011-2014) (% de n=408).....	206

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Gráfico 16: Nome dos atores/instituições referenciados nos títulos das peças no Jornal de Negócios (2011-2014) (% peças de n=297)	207
Gráfico 17: Nome dos atores/instituições referenciados nos títulos das peças no Diário Económico (2011-2014) (% peças de n=408)	207
Gráfico 18: Visibilidade do ator na imagem do Jornal de Negócios (2011-2014) (% peças de n=297)	208
Gráfico 19: Visibilidade do ator na imagem do Diário Económico (2011-2014) (% peças de n=408)	208
Gráfico 20: Temas dominantes no Jornal de Negócios (2011-2014) (% peças de n=297).....	210
Gráfico 21: Temas dominantes no Diário Económico (2011-2014) (% peças de n=408).....	210
Gráfico 22: Subtemas relacionados com os temas dominantes no Jornal de Negócios (2011-2014) (% peças de n=297).....	211
Gráfico 23: Sub-temas relacionados com os temas dominantes no Diário Económico (2011-2014) (% peças de n=408).....	212
Gráfico 24: Tipo medida nas peças no interior do Jornal de Negócios (2011-2014) (% de n=297)	213
Gráfico 25: Tipo medida nas peças no interior do Diário Económico (2011-2014) (% de n=408)	213
Gráfico 26: Visibilidade do ator nas peças do Jornal de Negócios (2011-2014).....	214
Gráfico 27: Visibilidade do ator nas peças do Diário Económico (2011-2014)	214
Gráfico 28: Função do Ator da peça no Jornal de Negócios (2011-2014) (% de n=297)	215
Gráfico 29: Função do Ator da peça no Diário Económico (2011-2014) (% de n=408)	216
Gráfico 30: Qualidade do Ator da peça (de quem se fala/quem, fala) no Jornal de Negócios (% de n=297)	217
Gráfico 31: Qualidade do Ator da peça (de quem se fala/quem, fala) no Diário Económico (% de n=408)	217
Gráfico 32: Tom ator peças no Jornal de Negócios e no Diário Económico (2011-2014).....	219
Gráfico 33: Caracterização das fontes das peças do Jornal de Negócios (2011-2014) (% de n=297)	219
Gráfico 34: Caracterização das fontes das peças do Diário Económico (2011-2014) (% de n=408)	219
Gráfico 35: Fontes de informação das peças no Jornal de Negócios (2011-2014) (% de n=297)	221
Gráfico 36: Fontes de informação das peças no Diário Económico (2011-2014) (% de n=408)	221
Gráfico 37: Organizações/Instituições nas peças do Jornal de Negócios (2011-2014) (% de n=297)	222
Gráfico 38: Organizações/Instituições nas peças do Diário Económico (2011-2014) (% de n=408)	222
Gráfico 39: Especificações das organizações/instituições das peças no Jornal de Negócios (2011-2014) (% de n=297)	223
Gráfico 40: Especificações das organizações/instituições das peças no Diário Económico (2011-2014) (% de n=408)	224
Gráfico 41: destaque na primeira página no Jornal de Negócios e no Diário Económico (2011-2014)	225
Gráfico 42: Temas na primeira página no Jornal de Negócios (2011-2014) (% de n=297)	226
Gráfico 43: Temas na primeira página no Diário Económico (2011-2014) (% de n=408)	226
Gráfico 44: Caracterização da amostra por género, Portugal, 2016 (n=35)	228
Gráfico 45: Caracterização da amostra por escalão etário, Portugal, 2016 (n=35).....	229
Gráfico 46: Caracterização da amostra por grau de escolaridade, Portugal, 2016 (n=35)	229
Gráfico 47: Caracterização da amostra por rendimento mensal líquido, Portugal, 2016 (n=35)	229
Gráfico 48: Caracterização da amostra por área de formação, Portugal, 2016 (n=35)	230

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Gráfico 49: Caracterização da amostra por tempo de exercício da profissão, Portugal, 2016 (n=35).....	230
Gráfico 50: Órgão de informação em que exerceu a profissão durante o período da intervenção da <i>troika</i> , Portugal, 2016 (n=35).....	231
Gráfico 51: Vínculo ao órgão de informação em que exerce ou exerceu a profissão durante o período da intervenção da <i>troika</i> , Portugal, 2016 (n=35).....	231
Gráfico 52: Cargo ocupado no órgão de informação em que exerce ou exerceu a profissão durante o período da intervenção da <i>troika</i> , Portugal, 2016 (n=35).....	232
Gráfico 53: Cargo ocupado atualmente no órgão de informação em que exerce a profissão, Portugal, 2016 (n=35).....	232
Gráfico 54: Áreas de especialização relevantes para o exercício do jornalismo económico, Portugal, 2016 (n=35).....	233
Gráfico 55: Importância do jornalismo económico na atualidade, Portugal, 2016 (n=35) (questão resposta múltipla).....	233
Gráfico 56: Influência do jornalismo económico na agenda política, Portugal, 2016 (n=35) (questão resposta múltipla).....	234
Gráfico 57: Influência do jornalismo económico na agenda política, Portugal, 2016 (n=35) (questão resposta múltipla).....	234
Gráfico 58: Influência do jornalismo económico na agenda política, Portugal, 2016 (n=35) (questão resposta múltipla).....	235
Gráfico 59: Evolução do jornalismo económico em Portugal, Portugal, 2016 (n=35).....	235
Gráfico 60: Evolução do jornalismo económico em Portugal, Portugal, 2016 (n=35) (resposta múltipla).....	236
Gráfico 61: Valores-notícia mais relevantes durante a intervenção da <i>troika</i> , Portugal, 2016 (n=35) (respostas múltiplas).....	237
Gráfico 62: Importância da relação com as fontes no período das avaliações, Portugal, 2016 (n=35) (respostas múltiplas).....	237
Gráfico 63: Quais foram as fontes de informação no período das avaliações da <i>troika</i> , Portugal, 2016 (n=35) (respostas múltiplas).....	238
Gráfico 64: Abordagens de relacionamento com as fontes no período das avaliações da <i>troika</i> , Portugal, 2016 (n=35) (respostas múltiplas).....	240
Gráfico 65: Valoração dos títulos das peças no Jornal de Negócios e no Diário Económico (2011-2014) (% de n=705).....	389
Gráfico 66: Número avaliação com maior intensidade mediática no Jornal de Negócios e no Diário Económico, nos anos 2011, 2012, 2013 e 2014, % peças de n=705).....	411
Gráfico 67: A dívida pública portuguesa em percentagem do Produto Interno Bruto de 1974 e 2016.....	413

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Introdução

Este trabalho analisa a forma como a crise económico-financeira de 2008 com origem nos EUA, e que se arrastou ao resto da Europa em 2009 transformando-se na crise das dívidas soberanas dos Estados obrigando à intervenção da *troika* em Portugal no período de 2011 a 2014, foi tratada na imprensa económica nacional. A crise colocou aos jornalistas económicos vários desafios, não só em termos do volume de informação que tiveram de tratar, mas também a nível do esforço que tiveram de fazer para conseguirem transmitir conteúdos de forma simples e acessível para cidadãos que não eram leitores habituais de jornais económicos, e que neste período passaram a consumir informação económica. A descodificação de conceitos, a simplificação da linguagem e a forma de apresentação dos conteúdos, revelou-se neste período muito importante para o jornalismo económico, em que um dos objetivos dos jornalistas económicos, era contribuir para que o comum dos cidadãos percebesse as causas e as consequências das medidas de austeridade impostas pela *troika* a Portugal, e o impacto que essas medidas inscritas no ‘Memorando de Entendimento’ (MoU) da *troika* iria ter nas suas vidas do ponto de vista pessoal e profissional.

A escolha do tema – a cobertura jornalística das avaliações da *troika* na imprensa económica – deveu-se à importância que os temas económicos adquiriram no contexto da intervenção da *troika* em Portugal (2011-2014) que correspondeu a um período de grande densidade e complexidade informativa, que passou tanto pela produção de notícias, reportagens, crónicas, como de comentários, editoriais, opiniões e análises que se estenderam da imprensa à rádio, aos canais televisivos, passando pelas redes sociais e blogs. Na rede social *Facebook*, por exemplo, discutiu-se a crise com total liberdade de expressão e convocaram-se manifestações, como foi o caso da manifestação da “Geração à Rasca” de 12 de março de 2011 ou a grande manifestação “Que se lixe a *troika*” a 15 de setembro de 2012, inspiradas nos movimentos populares à semelhança da que teve lugar na Praça Tahir no Egipto a 25 de janeiro de 2011.

Os cidadãos tomam conhecimento dos temas económicos através dos média. O jornalismo económico, cuja função principal é fazer a cobertura e debater temas afetos à Economia, Negócios, Finanças e Mercados, conheceu uma grande expansão em Portugal

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

com o deflagrar da crise em 2008 nos EUA. Embora ao jornalismo generalista seja reconhecido como tendo como objetivo principal atender ao interesse público, privilegiando a informação para a cidadania e para a democracia, e ao jornalismo económico o objetivo de satisfazer o interesse de um público mais específico, o certo é que, durante a intervenção da *troika* o público começou a interessar-se mais pela Economia, obrigando o jornalismo económico a massificar-se (Garrido, 2015). Os jornalistas económicos sentiram que estavam perante um público cada vez mais diversificado, menos segmentado, que não tinha por hábito ler publicações económicas, mas que começou a dar mais atenção a este tipo de jornais, obrigando o jornalismo económico a fazer um esforço de adaptação na forma de apresentar e decodificar os conteúdos económicos para que a informação fosse útil e compreensível ao comum dos cidadãos (Garrido, 2015).

Face à crescente importância da Economia na vida dos cidadãos, ao debate político de questões económicas, e à cada vez maior participação de economistas no espaço público existiam inúmeras razões para estudar o jornalismo económico. Problematizar como a realidade social, neste caso, a realidade da crise económico-financeira em Portugal, com enfoque nas doze avaliações do programa de ajustamento da *troika* (2011-2014), foi tratada pela imprensa económica, tanto na ‘forma’ como no ‘conteúdo’, constitui um contributo fundamental para o estudo do jornalismo económico português. A análise da cobertura da informação económica, nomeadamente em contexto de crise económica e financeira, não tem encontrado correspondência na investigação académica apesar do impacto que este tipo de acontecimentos tem na vida dos cidadãos. Desde o estudo de Christiana Martins (2007) sobre os “30 anos de Jornalismo Económico em Portugal” que não surgiram em Portugal mais estudos académicos sobre jornalismo económico com esta dimensão, existindo uma enorme lacuna na investigação nesta área.

Para além da necessidade de perceber algumas especificidades do jornalismo económico, esta investigação insere-se na perspetiva teórica dos estudos sobre a construção da realidade social e das teorias do jornalismo e da notícia, que, no contexto do jornalismo económico, são fundamentais para se perceber: 1) o encadeamento e as lógicas inerentes, quer através da seleção e produção de notícias (*gatekeeping* e *newsmaking*), quer através dos estudos ligados à teoria do *agenda-setting* (McCombs & Shaw, 1972, McCombs &

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Evatt, 1995) que nos vão permitir perceber as dinâmicas, os mecanismos e as lógicas do processo ligado à escolha dos temas e subtemas abordados na imprensa económica; 2) o processo do *agenda-building* (Cobb & Elder, 1971; Gans, 1980; Nisbet, 2008; Sigal, 1973; Tuchman, 1978) que antecede o processo do *agenda-setting*, e que atende à relação entre as fontes noticiosas e os média que serve os enquadramentos noticiosos e interpretativos (*framing*) (Entman, 1994; Porto, 2002), e 3) a narrativa jornalística do discurso jornalístico (Motta, 2013; Peixinho & Araújo, 2017; Prior, 2017).

É com base neste quadro teórico que pretendemos contribuir para um conhecimento mais profundo dos processos que levaram à construção e tratamento da informação numa área específica como é a do jornalismo económico no contexto de uma crise económica e financeira, e deste modo contribuir para um conhecimento mais aprofundado da *práxis* do jornalismo económico português que, em alguns aspetos, se distingue de outras formas de fazer jornalismo, como veremos mais adiante.

Assim, o objetivo geral desta investigação, consistiu em compreender como é que a imprensa económica nacional tratou as doze avaliações da *troika* ao programa de ajustamento económico português (2011-2014). Decorrentes do objetivo geral, propomos os seguintes objetivos específicos: 1) re(construir) a narrativa jornalística das avaliações da *troika* no *Jornal de Negócios* e *Diário Económico*, de modo a apurar o enquadramento (*framing*) das peças noticiosas que serve essa lógica narrativa; 2) compreender como o *Jornal de Negócios* e *Diário Económico* abordaram as avaliações da *troika*, tanto na forma como no conteúdo, identificando padrões jornalísticos; 3) analisar as práticas e rotinas dos profissionais no contexto da intervenção da *troika* (avaliações da *troika*) de modo a entender os processos produtivos da notícia económica; e 4) examinar o contributo da crise económico-financeira no quadro da intervenção da *troika* (avaliações da *troika*) para o jornalismo económico português, e ao mesmo tempo fazer uma caracterização do jornalismo económico em Portugal.

Face ao objetivo principal e aos objetivos específicos, recorreremos a uma estratégia e técnicas da investigação. A complexidade da investigação no jornalismo económico sobre a cobertura jornalística das avaliações da *troika*, obrigou ao recurso a métodos mistos (combinação de técnicas quantitativas e qualitativas).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Este método define-se como uma abordagem flexível que combina técnicas quantitativas e qualitativa no mesmo estudo e é capaz de recolher e gerar um conjunto de informações diversificadas e complementares, tanto na recolha dos dados como na análise de dados. A análise crítica da narrativa (ACN) permitiu-nos compreender o objetivo 1. Com a análise de conteúdo qualitativa (AC) atingimos o objetivo 2. Através da conjugação do inquérito por questionário administrado *online* e das entrevistas semi-estruturadas, chegámos aos objetivos 3 e 4.

A dissertação apresenta-se organizada em quatro partes num total de doze capítulos. Na **I parte** fizemos um enquadramento teórico e concetual do jornalismo económico que traduziu o contexto de atuação profissional em que se inseriu a escolha do objeto de estudo – a cobertura jornalística da intervenção da *troika* na imprensa económica (2011 – 2014) e as teorias ligadas ao processo de construção e seleção das notícias. Analisámos ainda como o jornalismo económico no contexto da crise económica e financeira refletiu o estado da Economia do país, abordando os problemas e desafios que se colocaram ao jornalismo (económico).

Na II parte fazemos um enquadramento histórico da crise económico-financeira e dos conceitos que lhe estão associados. Apresentámos ainda a cronologia dos acontecimentos que conduziram ao pedido de ajuda externa de Portugal em 2011.

Na III parte a dissertação centra-se no objeto empírico da pesquisa: a cobertura jornalística das avaliações da *troika* em Portugal (2011-2014) no *Jornal de Negócios* e no *Diário Económico*. Nesta parte são apresentadas as opções metodológicas para responder à pergunta de partida. Fazemos uma caracterização dos jornais em estudo, apresentamos os métodos e as técnicas de recolha de análise de dados (análise crítica da narrativa, análise de conteúdo, entrevistas e inquérito) e estabelecemos a relação entre os objetivos específicos e as técnicas de recolha de dados. Assim, apresentámos em primeiro lugar os resultados da análise crítica da narrativa e os enquadramentos que serviram a lógica dessa narrativa, para de seguida apresentarmos os resultados da análise de conteúdo e do inquérito por questionário. As entrevistas serviram para a análise e discussão dos resultados, as quais tendo em conta o resultado das outras técnicas nos ajudaram na interpretação dos resultados.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

A **IV parte** é dedicada à discussão dos resultados de acordo com os objetivos propostos para cada uma das técnicas. Através da análise conjunta das técnicas é possível analisar e discutir os resultados, não só sobre a forma como os jornais trataram as avaliações da *troika*, mas também tendo em conta as questões mais substantivas relacionadas com o agendamento, a narrativa e os enquadramentos, que ajudam a compreender melhor a *práxis* do jornalismo económico em contexto de crise económica e financeira. Por último, apresentamos as conclusões.

PARTE I – ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL E TEÓRICO, E CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA A INVESTIGAR

Cap. 1 – Economia, jornalismo especializado e jornalismo económico

1.1. Economia e a crescente mediatização dos temas económicos

A Economia é parte integrante da vida de uma sociedade. As questões económicas estão ligadas ao modo como compreendemos a estrutura e a dinâmica da vida social e ao debate sobre que disposições económicas possibilitam um maior avanço do bem-estar (Holton, 1995, p. 15). A Economia e as sociedades vivem numa relação de mútua dependência, ou seja, os aspetos económicos são muito importantes para os indivíduos, as famílias, as comunidades e os governos. Alguns indicadores, como o crescimento económico, a recessão, o emprego, o desemprego, o investimento, a dívida pública, o PIB, as desigualdades sociais entre tantos outros, são indicadores que nos permitem avaliar o bem-estar dos indivíduos, das famílias, das comunidades e dos governos.

Para Frédéric Lebaron, na década de 80 e 90 do século passado os economistas e os jornalistas especializados em Economia ajustam-se à crescente mediatização de temas económicos. Numa investigação da Universidade Complutense de Madrid “La supervivência del gran periodism financiero”, Holzmiller e Roselli, defendem que a informação económica se desenvolve como uma das especialidades jornalísticas mais importantes do mundo ocidental e abordam questões ligadas à Economia, Finanças, Mercados e Banca, e analisam e interpretam a informação de modo a contribuir para um maior conhecimento do estado da Economia tanto a nível nacional como internacional (Holzmiller e Roselli, 1986, p. 16, citado em Calvo Gutiérrez, 2011, p. 57).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

A participação de economistas no debate político tem vindo a tornar-se cada vez mais frequente, bem como a sua presença no espaço público mediatizado. Para Christina Martins, os jornalistas especializados em Economia conseguem cada vez mais influenciar a opinião pública: “cabe aos jornalistas da Economia o papel importante de definição da agenda pública” (Martins, 2007, p. 19). A Economia para o jornalismo económico é “o ramo mais entusiasmante do jornalismo de hoje em dia, e irá permanecer como a carreira mais sólida dos jornalistas daqui em diante” (Hayes, 2014, p. 1). A importância que as notícias adquiriram no contexto da crise financeira de 2008, e os problemas subsequentes vividos em quase todos os países do mundo, foi responsável pelo crescimento das notícias de Economia e negócios nos média (Hayes, 2014, p. 4).

Sendo a Economia parte integrante da sociedade, a atividade jornalística tem de refletir a importância que a sociedade lhe confere. Embora o jornalismo económico tenha a mesma idade da imprensa, e não exista registo de um jornal sem notícias de factos económicos (Suely, 2003), a verdade é que a crescente complexidade das sociedades contemporâneas, com o fenómeno da globalização, e a abertura dos mercados a uma escala global, exigiu dos jornalistas um acompanhamento da Economia em termos macroeconómicos, e fez com que os temas económicos dominassem cada vez mais a agenda diária das redações e o alinhamento das notícias nas televisões a nível mundial (Hayes, 2014). A cada vez maior proliferação de meios especializados em informação económica em todo o mundo e a sua inclusão em secções de Economia nos jornais generalistas, surgiu como uma consequência natural do interesse dos cidadãos por este tipo de notícias (Calvo Gutiérrez, 2011).

1.2. Jornalismo especializado *versus* jornalismo generalista: desafios e especificidades

Os jornalistas têm como tarefas fundamentais, recolher informação, tratá-la e divulgá-la à sociedade. É no tratamento da informação que se coloca o maior desafio ao jornalista especializado, ao ter de lidar com uma área específica que exige conhecimento e domínio do vocabulário de agentes de outros campos sociais (Martins, 2007, p. 20). As especificidades do jornalismo especializado têm sido estudadas por diversos autores, quer do ponto de vista das suas características, quer do ponto de vista do esclarecimento de ideias e conceitos, da linguagem e influência no mercado de capitais (e.g. Burkett, 1986; Kurtz, 2000; Lebaron, 2001; Marchetti, 2002). Ao discutir as especificidades do

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

jornalismo especializado em temas científicos, Burkett sustenta a ideia de que o jornalista deve assumir um papel de pedagogo, transformando o resultado do seu trabalho entendível, quer para leigos quer para especialistas, de modo a “procurar o ‘significado’ para o seu público-alvo” (Burkett, 1986, pp. 8-9).

O que diferencia o jornalismo especializado do jornalismo generalista, é a exigência de um tratamento específico da informação, a intimidade com o tema, o conhecimento prévio e domínio do vocabulário (Martins, 2007, p. 20). A informação jornalística especializada tem o propósito, não só de facilitar a comunicação entre os especialistas de diversos âmbitos do conhecimento através da mediação, mas permitir à sociedade tirar proveitos dos “avanços da ciência” (Muñoz-Torres, 1997). Este tipo de informação funciona como ponto de ligação entre o conhecimento e a sociedade, cuja função é servir de intermediário entre os especialistas das diferentes áreas do conhecimento e os recetores dos meios de comunicação “adaptando os conceitos técnicos e especializados a uma linguagem jornalística que torne possível a compreensão dos mesmos aos recetores não especializados” (Fernández del Moral & Esteve Ramírez, 1999, p. 8). A informação jornalística especializada pode ainda ser descrita como “uma disciplina especializada em unificar as distintas especializações e representar “o meio termo entre o elitismo e a vulgarização do conhecimento” (Fernández del Moral & Esteve Ramírez, 1999, pp. 9 – 12).

A procura por parte do público de uma cobertura completa e diferente que explore o outro lado dos acontecimentos, ou que lide de maneira mais informativa e profissional com temas mais complexos, tem levado à consolidação do jornalismo especializado (Tavares, 2012, p. 102). Este tipo de jornalismo tende a denominar-se de “jornalismo de profundidade” ou “jornalismo de segundo nível”, ou seja, é um tipo de jornalismo que não se conforma com a simples narração dos factos próprios do jornalismo de primeiro-nível, mas que procura perceber as causas da informação, e analisar as suas consequências (Ramírez, 2010, p. 9).

Uma das principais características associadas ao jornalismo especializado está também relacionada com a utilização de uma linguagem específica consoante a área a que diz respeito: o “economês”, na Economia, o “politiques”, na Política, etc. Quando o público alvo é composto por pessoas com diferentes níveis de conhecimento sobre as temáticas

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

torna-se um desafio para os jornalistas (des)complexificar a linguagem de forma a torná-la entendível para o universo dos leitores, mas quando o jornalismo especializado se dirige a um público-alvo, segmentado, essa questão não se coloca. Por exemplo, um dos principais problemas da linguagem no jornalismo especializado em Economia é o facto de se dirigir a dois públicos diferentes: “de um lado os especialistas, grandes empresários e profissionais do mercado; do outro, o grande público e os pequenos empresários” (Kucinski, 2007, p. 167).

A questão da linguagem nem sempre é fácil de gerir por partes dos jornalistas especializados quando no contacto com as fontes, estas nem sempre são claras na exposição dos raciocínios ao utilizarem termos técnicos e jargões, expressões próprias das áreas que dominam. Cabe aos jornalistas enquanto mediadores da informação da fonte especializada para o público, transmitir a informação de uma forma clara, simples, seja na forma como divulgam a informação (por exemplo, recorrendo a formatos jornalísticos explicativos), seja no conteúdo, ao empreender um tipo de linguagem acessível, substituindo os meios técnicos por outros, que tornem clarividentes as relações de causa e efeito dos factos, isto porque “a escrita deve primar pela simplicidade, sem abdicar da originalidade. Simplicidade porque um dos objetivos de quem informa é, necessariamente, atingir a faixa mais alargada de público possível” (Gradim, 2000, p. 145).

Para Christiana Martins, o que diferencia o jornalismo especializado do jornalismo generalista é a exigência de um tratamento específico da informação, a intimidade com o tema, o conhecimento prévio e o domínio do vocabulário. Os valores-notícia da objetividade e o fator tempo no jornalismo especializado exigem outras capacidades técnicas que o diferenciam do jornalismo generalista. O jornalista não deve ficar à mercê do discurso veiculado pelas instituições/empresas que divulgam informações mais específicas ou técnicas, antes deve adquirir competências e conhecimentos, que lhe permita compreender os assuntos abordados de modo a poder simplificar a linguagem, não esquecendo que a sua principal missão é descobrir, seleccionar, contar e transmitir informação em tempo útil e de forma compreensível (Martins, 2007, p. 20). O objetivo é contar o que as pessoas precisam e querem saber:

Há que saber do que se fala quando se fala com alguém; há que saber o que se esconde ou desvenda por trás dos números”, mas os jornalistas especializados “não

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

podem perder de vista uma questão central: mais do que dominar um determinado vocabulário e as relações a ele associadas, há que não esquecer que se trata de jornalismo. Trata-se de descobrir, selecionar e contar. Trata-se de transmitir informação em tempo útil e de forma compreensível. Trata-se de contar o que as pessoas precisam e querem saber (Martins, 2007, p. 21).

Ao contrário do jornalismo generalista que tem como objetivo servir o interesse público em geral e privilegiar a informação para a cidadania e para a democracia, o jornalismo especializado serve um público com interesses específicos (Garrido, 2015). As editorias dos jornais vieram conferir essa especificidade – jornalismo científico, político, cultural, económico, desportivo, entre outros. Os jornais generalistas para fazer a cobertura da macroeconomia começaram por ter uma editoria de Economia, passando mais tarde por se constituírem por publicações autónomas para um público segmentado e específico. Contudo, a fronteira entre interesse público e o interesse do público não é assim tão visível pela importância que as notícias económicas assumem para a democracia, soberania e desenvolvimento nacional (Perez Leite, 2010, p. 14).

1.3. Jornalismo especializado em Economia: *It might be economics, but it's still journalism*

Uma das principais características do jornalismo especializado em Economia é a linguagem especializada. Os jornalistas “introduzem no discurso noticioso uma linguagem académica e tecnicista e um vocabulário recheado de estrangeirismos, neologismos, siglas e gráficos. Os textos, tornam-se, por isso, herméticos, razão pelo qual dever ser veiculado por jornalistas especialmente treinados na área da Economia” (Quintão, 1987, p. 168). No exercício do jornalismo económico, a necessidade de especialização é maior que em outras áreas. Na cobertura da macroeconomia ou do setor financeiro, é necessária uma especialização que deve obedecer a alguns requisitos (Caldas, 2005; Kucinski, 2007). A simplicidade da linguagem deve fazer parte do jornalismo económico, não só porque o jornalista deve escrever de forma clara e objetiva como deve evitar o jargão económico – “o economês” – para que o leitor entenda, porque “a linguagem do jornalismo é uma só. O texto sobre déficit fiscal do Governo deve ter a mesma simplicidade, objetividade e clareza de outro que descreve um confronto entre políticas e traficantes” (Caldas, 2005, p. 1).

Os jornalistas ao fazerem a seleção, hierarquização, descodificação, contextualização e construção de sentidos são responsáveis pela transformação dos acontecimentos em

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

notícias, e têm a responsabilidade de tornar as notícias compreensíveis para os cidadãos: “a não simplificação da linguagem no jornalismo económico tem consequências negativas” (Caldas, 2005, p. 5). Isto porque a “utilização de uma linguagem conceptualmente distinta da linguagem coloquial utilizada pelos leitores acaba por agravar o distanciamento destes do universo abordado nos artigos, tornando mais fácil a manipulação dos conteúdos em causa “(Caldas, 2005, p. 27).

A linguagem especializada do jornalismo económico tem as suas fontes, que podem ser os especialistas numa determinada área, as assessorias de imprensa e os porta-vozes institucionais. A especialização permite aos jornalistas a compreensão e a interpretação das informações sobre um determinado assunto, e evita que fiquem sujeitos à dependência das fontes e à sua influência ideológica (Leite, 2010, p. 55). Por outro lado, nem todas as fontes transmitem a informação aos jornalistas por meio de uma linguagem simples. Ao recorrerem a alguns eufemismos para transmitir informação mais desfavorável, e a adjetivos positivos para situações neutras e favoráveis, as fontes cumprem o seu papel: passar uma imagem positiva de um Governo ou “aliviar” o impacto de uma medida menos favorável junto da opinião pública (Quintão, 1987, p. 103; Leite, 2010, p. 56). Paul Krugman nobel da Economia em 2008, destaca a importância de falar de Economia de forma que todos entendam:

É extremamente importante. Se tivéssemos um mundo que houvesse um consenso de peritos e as pessoas deixassem que fossem os peritos a resolver as questões, não seria tão importante. Mas não temos. Temos alegados peritos a discutirem uns com os outros e temos de fazer nesse apelo diretamente ao público. Temos de explicá-lo. Os economistas sempre foram parcos em explicações simples. Sempre houve melhores comunicadores em biologia e física, do que em Economia, o que é um absurdo pois a Economia é algo que afeta a vida das pessoas (Guerreiro & Gonçalves, 2012, p. 9)

Um estudo da Universidade da Columbia de Michael Arkus (2003) faz algumas recomendações para quem faz jornalismo económico: “quando em causa estiverem questões especialmente complexas, o jornalista deve construir analogias que facilitem a compreensão do leitor e deve concretizá-las através da citação de exemplos” (Martins, 2007, p. 21). Nesse mesmo estudo, Watts (2003) considera que um profissional de informação que queira ser um jornalista de imprensa especializada em Economia “não pode deixar de dominar as técnicas da escrita, da boa comunicação e não somente ser alguém capaz de dominar o vocabulário desta área” (Watts citado em Martins, 2007, p.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

21). Sobre a forma da escrita, Arkus (2003) elenca alguns conselhos de como escrever bem na área do jornalismo económico que não diferem do jornalismo generalista: o *lead* deve ter ação, o jornalista deve criar um cenário capaz de inserir o leitor no artigo, e nos últimos parágrafos deve ser fornecido ao leitor um enquadramento do tema.

Watts (2010) num outro artigo “It might be economics, but it’s still journalism” defende que no jornalismo económico o jornalista deve dominar as técnicas da escrita, da comunicação, e não deve apenas dominar o vocabulário. “Ser um bom comunicador também significa que temos de ser jornalistas especializados, e não especialistas em finanças ou Economia” e que temos de continuar a fazer o que todos os jornalistas fazem, julgando as coisas com os mesmos instintos. Os critérios de avaliação de um assunto para merecer uma abordagem jornalística especializada devem ser os mesmos de qualquer jornalista generalista: “é novidade? é importante? é diferente? é interessante? porque razão interessa? De onde vem esta informação? Será que a fonte de informação tem interesse em ver a história apresentada de uma maneira especial? Com quem mais posso falar para confirmar se aquela informação é precisa, justa e equilibrada? Falei com todos os envolvidos na história, de modo a cruzar a informação? Já falei com especialistas para saber o que pensam sobre isso?” (Martins, 2007, p. 22).

Watts (2010) apresenta ainda dez passos para melhor divulgar os assuntos económicos, e lembra que o jornalista ao escrever sobre temas económicos deve abordá-los “como se contasse a história a alguém da sua família ou a um amigo” (Martins, 2007, p. 22). Deve abandonar os vícios da linguagem especializada e hermética dos profissionais da área retratada e não deve publicar informação que o próprio não consiga compreender. Os números devem ser utilizados de forma equilibrada e distribuídos pelo texto como um todo e não aparecerem reunidos num bloco compacto e incompreensível. Os números devem servir de instrumentos de apoio, e não de elementos preponderantes dos artigos. As “estórias” devem ter citações, vozes de pessoas, para que não se tornem relatos abstratos. Os artigos devem ser compreendidos por um leitor sem formação específica (Martins, 2007, p. 22). O conceito de jornalismo económico coloca ainda em evidência este tipo de jornalismo como um tipo diferente do jornalismo generalista, mais do que em qualquer outra especialidade temática – desportiva, cultural, política, etc. Por um lado, não só única e exclusivamente reforça a dimensão informativa, mas principalmente valoriza a componente explicativa (Vunge, 2017).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Por outro lado, o jornalismo económico estabelece ainda uma relação com a lógica capitalista e empresarial que torna a notícia num produto. Esta é a lógica que preside às agências de notícias económicas e financeiras (por exemplo, o caso da *Bloomberg* e *Reuters*) cujo *métier* é produzir e vender notícias. Para alguns autores esta lógica afeta a credibilidade, colocando dúvidas sobre a veracidade e o rigor da informação. Para outros a credibilidade não é afetada e a afirmação dos conglomerados funciona como uma prova do seu valor e credibilidade (Vunge, 2017). A informação é cada vez mais um fator de interesse nos mercados que determina preços e opções empresariais, condiciona e determina as lógicas e os fluxos dos mercados. Um dos elementos do sistema económico e financeiro que joga de forma direta com a informação é o Mercado de Capitais. Este funciona numa lógica da informação e transparência, de informação sobre Economia, mas também sobre política e questões sociais (Vunge, 2017).

O jornalismo económico tem como objetivo informar sobre temas económicos e deve ser exercido por profissionais com conhecimento específicos sobre os assuntos. Não é igual ao jornalismo generalista na forma como se constroem as notícias, entrevistas ou crónicas, uma vez que exige um trabalho diferente (Noyola Valdez, 2013). O jornalista de Economia e Finanças deve ter a capacidade de saber ver a informação que está por detrás dos números. Se um jornalista não entende o que escreve, a sua mensagem nunca será entendível por quem a receciona. As exigências são muito maiores (Noyola Valdez, 2013).

O jornalismo económico, que para muitos pode apenas parecer um código cifrado, um emaranhado hermético de gráficos e números destinado apenas à leitura de iluminados especialistas, é um guia de sobrevivência indispensável para a vida quotidiana: “é lá que estão as notícias sobre juros e inflação, tarifas públicas e aluguer, golpes e trambiques sobre o preço da carne e do feijão, o emprego perdido e o salário reduzido. A Política, Economia, Jornalismo, Cidadania e Liberdade, “tudo está profundamente imbricado” (Caldas, 2005, p. 9)

Cap. 2 - Jornalismo económico em Portugal: conceito, história e problemáticas

2.1. Acontecimentos que marcaram a evolução do Jornalismo económico em Portugal

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

A informação económica deve refletir o contexto social, política e económico. Num debate realizado no programa “Expresso da Meia-Noite”, no canal de televisão *SIC Notícias* a 27 de abril de 2002, Francisco Sarsfield Cabral revelou que antes do 25 de abril de 1974 não havia jornalismo económico tal como hoje o conhecemos: “os bancos enviavam para os jornais resumos já preparados que eram publicados na primeira página do *Diário de Notícias* sem qualquer menção de publicidade” (Serrano, 2005, p. 213). Na divulgação da informação económica existiam apenas as conferências de imprensa em que a documentação era entregue aos jornalistas. A Economia não era um assunto muito falado e o que dominava era a informação política (Carreira, 2015).

A evolução do jornalismo económico português foi marcada por vários momentos que acompanharam o contexto económico e político do país a seguir ao 25 de abril de 1974. Christina Martins (2007) autora do livro *30 anos de Jornalismo Económico em Portugal (1974-2004)* descreve a evolução do jornalismo económico em Portugal através de uma pesquisa documental, em que reflete sobre a essência da atividade jornalística, e sobre o jornalismo especializado, concluindo que houve mudanças no jornalismo económico produzido em Portugal ao longo dos últimos 30 anos (pós 25 de Abril de 1974 até 2005). Assinala o 25 de Abril de 1974 e a adesão em 1986 de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) como dois acontecimentos que marcaram a história do jornalismo económico português, e que representaram o “boom” do aparecimento dos jornais económicos em Portugal.

Para Estrela Serrano o aumento da procura de informação económica “está ligado à desregulamentação e liberalização da atividade económica, verificada na segunda metade dos anos 80 com as privatizações e a reabertura do mercado de capitais” (Serrano, 2005, p. 213). Para Mário Mesquita (1994) na obra *Portugal 20 anos de Democracia*, “o ano de 1986 e o início de 1987 e a segunda metade dos anos oitenta, ficou marcada por diversas iniciativas no domínio da informação económica: jornais diários e semanários criaram novos suplementos económicos, dando maior desenvolvimento à informação e análise económica, caso do *Diário de Notícias* e do *Semanário Económico* que surgem em 1987. Na origem deste desenvolvimento estão fatores como a reabertura da banca à iniciativa privada e a reanimação da Bolsa de Lisboa, as necessidades de informação criadas pela adesão de Portugal à CEE (Serrano, 2005, p. 213).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Também para Nicolau Santos, a adesão de Portugal à CEE, foi um marco fundamental no aparecimento do jornalismo económico em Portugal (Santos, 2017). A partir da integração económica, “a oferta de informação económica surge como uma espécie de antecipação da procura, coincidindo basicamente com o processo de liberalização da Economia e com uma fase de prosperidade que terminará em 1993” (Garrido, 2004; 2005, p. 235). Antes de 1 de janeiro de 1986, existia o *Jornal do Comércio* ligado as atividades comerciais, nomeadamente aos transportes das mercadorias, à receção ou à exportação. Em 1974 este jornal desapareceu, embora tenha ficado o título, e em 1986 existiam poucas pessoas que soubessem de Economia e que estivessem a fazer jornalismo nos jornais. Por exemplo, Fernando Ulrich que foi Presidente do BPI, escrevia uma coluna de opinião sobre a bolsa no *Semanário Expresso*, mas órgãos de comunicação dedicados especificamente à Economia não existiam (Santos, 2017).

A adesão de Portugal à CEE colocou, por isso, dois desafios ao jornalismo económico: em primeiro lugar era necessário que houvesse um grupo de jornalistas em Portugal que percebessem o que era a UE; em segundo lugar que comesçassem a escrever sobre o assunto (Santos, 2017). Nicolau Santos, ex-diretor adjunto do *Semanário Expresso* e atual administrador da *Agência Lusa*, integrava na altura um grupo de jornalistas que fez um curso (uma parte em Portugal outra nas instituições comunitárias) para perceber como as instituições funcionavam. Não havia correspondentes em Bruxelas e começava-se a equacionar a hipótese de ter um jornalista nas instituições europeias de forma permanente através da criação de uma *pool* que reportava a informação para todos os órgãos de informação. Essa ideia acabou por não ir para a frente. Existia nessa altura duas agências de informação – a *NP* e *ANOP* – que se fundiram em 1987 e deram origem à *Agência Lusa* que enviaram um jornalista para Bruxelas e que passou a reportar grande parte da informação que ia para os jornais e para a comunicação social em Portugal (Santos, 2017).

Em Portugal, o interesse crescente pela Economia, conduziu a que os jornais diários criassem suplementos especializados, e a ter secções/editoriais especializadas para tratar os temas económicos. O jornalismo económico começava a ganhar um peso crescente que se foi desenvolvendo ao longo dos anos (Santos, 2017). Nos anos 80, a Bolsa de Valores de Lisboa (BVL) passa a ser notícia na televisão, nas rádios e todos os jornais tinham secções de Economia. Foi um momento de “ouro” para o jornalismo económico em Portugal. Os jornalistas eram bastante requisitados porque não havia pessoas que

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

soubessem de Economia, nem muitas pessoas que quisessem fazer Economia nos jornais. Não havia escolas de jornalismo. Só nos anos 90 começou a haver cursos de jornalismo, mas os jornalistas que se formavam não queriam trabalhar a área da Economia, e preferiam trabalhar a área da cultura ou serem repórteres de guerra etc. Para contratar jornalistas para a área económica era necessário requisitá-los na faculdade dos cursos de Economia e não nas faculdades de jornalismo. Assim, a maior parte dos jornalistas de Economia não tinha formação jornalística, mas formação económica e acabavam por fazer a sua formação jornalística nos jornais (Santos, 2017).

Em 1987 sente-se, por isso, uma pressão maior no jornalismo económico porque o fluxo informativo que vinha de Bruxelas era muito grande e a atividade económica em Portugal começava a fluir. A BVL entrou numa fase de ascensão com as empresas nacionais a serem cotadas. Havia cada vez mais espaço para a informação económica (Santos, 2017). Alguns jornais generalistas começavam a dar uma atenção maior à Economia. Surgia a ideia de fundar um jornal de Economia por parte de um grupo de jornalistas liderado por Jaime Antunes, então diretor da *Agência ANOP* de Portugal que incluía Nicolau Santos. É assim, que em janeiro de 1987 é fundado o *Semanário Económico*. Nesse mês, é ainda relançado o *Jornal do Comércio* liderado por António Rebelo de Sousa, e que integrava para além de Jaime Antunes, alguns jornalistas colaboradores como Helena Garrido, Margarida Marante, Salette Fernandes, Silvério do Canto, etc. (Santos, 2017).

Este movimento que surgiu em prol da informação económica levou a que os jornais diários criassem suplementos especializados (ou pelo menos secções especializadas) para tratar os temas económicos. Passou também a surgir notícias de Economia e notícias da Bolsa de Lisboa, quer na televisão quer nas rádios. Nos anos 80, as pessoas que faziam jornalismo económico passaram a ser muito requisitadas, mudavam com regularidade de emprego e os salários aumentavam. Era difícil encontrar jornalistas com formação na área da Economia. Para Nicolau Santos “nós temos um curso na Universidade Nova, eu dou a cadeira de jornalismo de Economia, e ainda há duas semanas, fui lá dar uma aula e perguntei: quem quer ir para jornalismo de Economia? De uma turma de trinta, houve para aí um que disse que gostava de ir para Economia. A maior parte das pessoas quer ser jornalista, mas não da área de Economia” (Santos, 2017).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Assim, após o 25 de abril, o jornalismo económico foi crescendo e afirmou-se a partir de 1986/87 e depois teve indiscutivelmente uma época, de “altíssima elevação” durante o período da *troika*, para usar a expressão de Nicolau Santos porque:

a Economia passou a dominar claramente a via política, social e económica e mesmo cultural, etc. Não se falava de outra coisa, senão da *troika*, das imposições da *troika*, das regras da *troika*, se cumprimos ou não cumprimos, etc. Por isso, nessa altura, os jornalistas económicos passaram a ter um peso enorme. Isto pode parecer um pouco caricatural, mas o meu colega José Gomes Ferreira, chegou a ter um blogue, e queriam que ele fosse Presidente da República ou primeiro-ministro e aparecia na televisão sistematicamente a falar com opiniões muito vincadas, e portanto, os jornalistas de Economia ganharam um peso na sociedade, uma popularidade, e isso levou a que o jornalismo económico tivesse de novo uma grande ascensão (Santos, 2017).

Para Camilo Lourenço até à intervenção da *troika* em Portugal em 2011 praticamente não havia comentários de jornalistas de Economia nas televisões. Existiam programas de Economia nas televisões, mas os comentários estavam confinados a jornalistas na área da política, como por exemplo, do jornalista Miguel Sousa Tavares, ou de políticos que fazem hoje comentários de Economia. Quando o canal de televisão privado *SIC* arrancou em 1992, Nicolau Santos e António Peres Metelo têm um programa todas as semanas no ar chamado “tostões e milhões”. Antes disso, na *RTP* Nicolau Santos geria um programa com Marina Ramos, chamado “o dinheiro não dorme”. Desde essa altura surgiam programas na televisão relacionados com a Economia, como foi o caso do “Negócios da Semana” de José Gomes Ferreira; o “Expresso da meia noite”, de Nicolau Santos e Ricardo Costa; e o “Sucesso.pt” de Luís Lopes, etc. No período da *troika*, para além dos programas sobre Economia, estes passam a incluir também os comentários de Economia. Luís Paixão Martins (1988) esclareceu no *Banco de Contactos do jornalismo Económico* nos anos 80 do sec. XX, que o interesse pelas revistas especializadas em Economia cresceu, bem como as secções de Economia nos jornais generalistas. Para além disso, perspectivavam-se novas publicações e procurava-se autonomizar dos jornais as publicações económicas. Assistia-se ainda a uma forte concorrência do mercado pelos profissionais com prática na área do jornalismo económico (Paixão Martins, citado em Martins, 2007, p. 60).

Também para Elisabete Miranda do *Jornal de Negócios* a maior apetência pelo jornalismo económico começou com a adesão de Portugal à CEE na década de 80 com o relançamento da BVL em Portugal. É nesta altura que surgiu o *Semanário Económico*, o

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Diário Económico e mais tarde o *Jornal de Negócios* (Miranda, 2016). Para Helena Garrido, os jornais económicos surgiram para satisfazer uma necessidade muito útil e acabaram por moldar boa parte daquilo que é o hoje jornalismo económico em Portugal, isto é, satisfazer uma classe de investidores; acompanhar uma fase de capitalismo popular em que as pessoas têm as suas poupanças, querem colocar dinheiro na bolsa e querem saber onde investir (empresas e mercados). Tudo isto dá um grande impulso aos jornais económicos. Mais tarde começaram a alargar os conteúdos informativos para além das empresas e passaram a informar sobre tudo o que são políticas públicas (Fiscalidade, Segurança Social, Políticas Públicas, etc. (Garrido, 2015).

Embora a adesão de Portugal à CEE tenha sido um marco na afirmação do jornalismo económico, a crise económica e financeira mundial que teve início nos EUA em 2008, e que se estendeu depois ao resto da Europa na chamada “crise das dívidas soberanas” levando mais tarde à intervenção da *troika* em 2011 em Portugal, configurou uma forma específica de fazer jornalismo económico que se diferencia da forma de fazer jornalismo generalista, e que se foi afirmando ao longo dos tempos em função dos contextos históricos, políticos, económicos e sociais (Garrido, 2015). Mas não foi só em Portugal que o jornalismo económico ganhou um novo fôlego com a crise. A crise foi também responsável pelo crescimento das notícias económicas em todo o mundo. É a partir de 2008, que os eventos económicos e financeiros passaram a estar no centro das preocupações quotidianas do público (Hayes, 2014).

2.2. Que futuro para o jornalismo económico em Portugal?

Em 2016, Portugal tinha três diários económicos: o *Diário Económico*, o *Jornal de Negócios* e o *Oje*. O *Diário Económico* fechou em julho de 2016, mas surgiu pouco tempo depois (setembro de 2016) o *Jornal Económico* (ex-semanário *Oje*) que acolheu grande parte dos jornalistas que faziam parte do *Diário Económico*. O *Jornal Oje* existia apenas em formato digital e o *Jornal de Negócios* ainda perdura, não tendo sofrido qualquer ajustamento e tem-se mantido estável ao longo dos últimos anos. O jornalismo atual exigiu algumas mudanças, e por isso, Camilo Lourenço¹ defende que o jornalismo e os jornalistas têm hoje um enorme desafio pela frente:

¹ Jornalista de Economia, colunista do *Jornal de Negócios* e administrador da página da rede social Facebook “a Cor do Dinheiro”)

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Nós temos um desafio, a gente tem que ter a noção que existe, é um desafio que está a “comer”, que é aquilo que é o nosso modelo de gestão de negócios. Porque é que a imprensa está em crise? Porque dos quinhentos e tal milhões de euros que havia anualmente em receitas de publicidade na imprensa, 120 milhões neste momento vão para o *Facebook*, para o *Google*, e uma parte para o digital dos jornais. O *Facebook* e o *Google* foram buscar uma parte importante da publicidade. Isto quer dizer uma coisa, a informação faz sempre falta em sociedade. A questão é: a forma como você dá, onde a dá, e como é que você a rentabiliza. E você pode perguntar: e qual é a solução? Não sei, mas temos que ir discutindo e ir tentando isto. Não é, vamos fazer e depois ficar quieto (Lourenço, 2017).

Apesar da crescente importância que o jornalismo económico tem vindo a adquirir, os jornais têm vindo a perder algum valor em termos de jornalismo impresso, não porque não seja necessário a existência do jornalismo económico impresso, mas porque a migração dos jornais para o digital tem ditado a sua sobrevivência. É cada vez mais evidente a necessidade de garantir recursos financeiros para o jornalismo em geral, e para o jornalismo económico em particular, que só se consegue por via de uma boa gestão dos recursos, e pela inserção da informação nos meios digitais *online* que geram mais receitas que as edições impressas (Lourenço, 2017). Para Elisabete Miranda do *Jornal de Negócios* “o jornalismo económico está em crise, como boa parte do jornalismo, com exceção do *Correio da Manhã* do grupo económico Cofina, e dos jornais desportivos (Miranda, 2015). O *Correio da Manhã* é líder de audiências porque tem leitores suficientes para pagar os seus custos financiando-se através das vendas. A maior parte dos órgãos de comunicação social vive de receitas de publicidade e esse é um mercado cada vez mais exíguo (Miranda, 2015).

A quebra de receitas de publicidade diminuiu bastante a partir da crise económica e financeira de 2008 com reflexos financeiros nos jornais. A verdadeira causa da crise do jornalismo apontada por Elisabete Miranda do *Jornal de Negócios* reside nos leitores (Miranda, 2015). Embora o jornalismo económico tenha conhecido um período de grande expansão até 2005, com a emergência das novas tecnologias e da *Internet*, as pessoas habituaram-se a consumir informação sem pagar: “as pessoas habituaram-se a ter informação sem pagar, e não vão voltar a pagar, ou muito dificilmente voltarão a pagar para ter essa informação” (Aníbal, 2015). Existe um problema que tem de ser equacionado e esse é o grande motivo da crise. Alguns jornais tentam ultrapassar o problema permitindo aos leitores o acesso aos jornais na *Internet* através do pagamento de subscrições, mas não têm sido muito bem-sucedidos. A crise deste modelo de negócios

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

que vigora, “é um modelo de negócios, que eu acho, que não tem grande saída e não há ainda ou não se descobriu ainda (e isso é que é mais aflitivo) qual é o modelo de negócios que vai substituí-lo, e qual o modelo de negócios mais viável (Aníbal, 2015). Vive-se uma fase que vai piorar ainda mais para os jornais e “não serão os jornais que temos agora que vão representar os jornais que teremos para o futuro” (Aníbal, 2015). Em Portugal, o jornal *online Observador* inaugurado pelo jornalista David Dinis, atual diretor da *TSF* poderá vir a servir de exemplo enquanto modelo de negócios a adotar no jornalismo. Segundo Camilo Lourenço, este projeto *online*, impôs-se no mercado e tem corrido bem (Lourenço, 2017). A Marktest revelou que o mercado de publicidade garantiu mais de 30 milhões de *pageviews* no Observador. O foco deste jornal é no digital, e tem uma excelente estratégia de marketing e divulgação dos seus conteúdos (Guerrinha, 2016a).

O problema do jornalismo em Portugal é um problema de gestão que se justifica pela inexistência de um gestor brilhante à frente de uma empresa de comunicação social. Existe nas telecomunicações, na banca e em empresas industriais e de serviços, mas não no jornalismo em que dominam os grupos económicos (Lourenço, 2017). Aliado ao problema de gestão, está o problema da falta de visão “porque as pessoas que dirigem estes grupos deviam perceber que a Economia está a mudar, tal como mudou na banca, tal como mudou na venda de carros, tal como muda nos serviços, tal como muda no *online*, tal como muda na tecnologia, e no jornalismo também muda e o jornalismo não soube adaptar-se a essa nova fase” (Lourenço, 2017).

Na fase da crise económica que Portugal viveu (2011-2014), Camilo Lourenço critica ainda a forma como os jornalistas souberam apresentar lições sobre Economia, mas não souberam dar lições a eles mesmos sobre como evitar a crise do jornalismo, reforçando a ideia que não devem ser os jornalistas a gerir jornais, porque a sua função é informar e não gerir. A exceção vai para o *Jornal de Negócios* que na sua perspetiva tem um gestor que sabe gerir o jornal. Quando existe uma boa gestão tudo funciona bem. “O problema é que os jornais não perceberam, nem a imprensa em geral percebeu, que este mundo da informação estava a migrar para uma plataforma completamente diferente: a plataforma digital. E, embora alguns falem muito da parte digital não conseguiram perceber qual é o desafio e qual o modelo de negócio da parte digital” (Lourenço, 2017).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

No jornalismo vive-se ainda uma velha dicotomia: leitor/produtor e coloca-se a seguinte questão: “para quê comprar informação se temos no *online*?” (Almeida, 2015). Mas, mais grave que isso, e pior que tudo é que “a forma como se está a produzir é uma forma mimética que não tem nada a ver com a imprensa, e que é mais imediata. Temos produtos de informação que acabam por ser muito parecidos com os outros” (Almeida, 2015). O *online* alterou a forma de trabalhar dos jornalistas. Com a crise económica e financeira, os jornalistas tiveram que fazer várias coisas ao mesmo tempo. Por exemplo, fazer um texto de imediato para o *online*, e pensar no mesmo texto para a edição impressa, mas com outro enfoque. O que tem acontecido nos últimos anos é que o *online* trouxe uma deterioração da qualidade do produto informativo e das condições de produzir textos relevantes e de qualidade (Almeida, 2015). O jornalismo *online* cria uma pressão acrescida aos jornalistas em relação ao tempo que têm para reagir às notícias e escrever, conduzindo a uma deterioração dos conteúdos e a uma menor capacidade analítica que acaba por dar menos valor acrescentado às notícias. “Se nós medirmos as audiências por aquilo que são os cliques no *online* (o *online* é a métrica usada para a venda da publicidade), vimos que as pessoas preferem a informação mais instantânea, mais curta, mais enxuta” (Miranda, 2015).

No *online* qualquer um pode ser um produtor de conteúdos. Os meios multiplicam-se muito mais, e são muitos a disputar o mesmo espaço público. Enquanto na banca há dois jornais económicos que disputam a atenção do leitor – o *Jornal de Negócios* e o *Jornal Económico* – no dia-a-dia, no *online* são dezenas de plataformas a partilhar conteúdos informativos de teor económico. Este processo do imediato, do instantâneo, obriga à velocidade. Os jornalistas, não só têm que escrever como têm que ser mais rápidos, porque as pessoas acedem cada vez mais à informação através do *Facebook* e do *Google*, e quem escrever primeiro acaba por ter o maior número de cliques. “E isso é um dilema com o qual nos confrontamos crescentemente” (Miranda, 2015).

Um dos desafios que o jornalismo sempre teve, foi o de simplificar a linguagem para chegar a um público mais acessível. A simplificação no *online* chega a um ponto em que os jornalistas têm que ter uma mensagem cativante porque caso contrário “até podemos ter até a melhor peça, mas não é ela que vai ser lida. Portanto, esta competição, digamos assim, por audiência é que se traduz em receita publicitária e na viabilidade do projeto, e é o que diferencia nós sermos despedidos ou não” (Miranda, 2015). No papel o anunciante

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

avalia a importância de estar num jornal em função das vendas, na *Internet* é através do número de acessos que se vê o tempo de permanência de um leitor numa notícia (Miranda, 2015). Em Portugal o investimento em publicidade entre 2007 e 2012 caiu 35% e com a falência do BES e da PT – dois dos maiores anunciantes – o mercado estreitou-se ainda mais (Miranda, 2015). Uma forma de ultrapassar as baixas de receitas em publicidade e arranjar receitas adicionais para o jornalismo económico, passa pelos *networks events* e pela organização de conferências empresariais e financeiras. “Nós temos publicidade tradicional, depois temos uma grande aposta em conferências, parcerias com temas com relevância e depois arranhamos os patrocinadores. Alguns temas que escrevemos também podem ser patrocinados por empresas ou bancos, cujos conteúdos são escrutinados pelos jornalistas. O risco é o de não estar a fazer jornalismo com escolhas objetivas, e estar a resvalar, digamos assim, para a publicidade” (Miranda, 2015).

Outro factor a ter em conta, é que a maior parte das pessoas hoje em dia, acede às notícias na *Internet* não pela *homepage* do jornal, mas sim por via das redes sociais (como é o caso do *Facebook*) em que as partilhas são muito importantes para o meio. “No *Público* o que interessa é partilhar um texto que seja viral. Por exemplo, nos textos de política, os textos virais são textos que vão ao encontro do modo próprio de cada pessoa ver a vida, que tanto podem partilhar visões mais de esquerda como de direita” (Aníbal, 2015). Desde que as notícias apresentem argumentos que vão de encontro à visão de vida das pessoas são partilhadas. Exemplos de textos que não são virais: “vamos falar do desemprego e falamos com quatro analistas, dois à esquerda e dois à direita. O título não chega a conclusão nenhuma. É um título em que o desemprego sobe ou desce, os economistas não concordam muito com isso e isso não é partilhado de certeza” (Aníbal, 2015). O incentivo maior para os jornais em termos de texto é que devem dar a algumas “tribos” (seja à direita, seja à esquerda ou ao meio) argumentos para a sua visão de vida, e são esses argumentos que são partilhados: “a *Internet* começa a ser indiferente ao que é a tendência do jornal porque as pessoas no *Facebook* estão a ler muito aquilo que os seus amigos partilham, normalmente a mesma visão de vida que eles, e estão ali num círculo fechado de um lado, círculo fechado do outro, e os jornais estão a fornecer conteúdos para uns e para outros” (Aníbal, 2015). Os jornais da maneira como funcionam hoje “não vão conseguir ser os indutores da mudança com a *Internet* a assumir o papel dos jornais no moldar o pensamento da sociedade” (Aníbal, 2015).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

2.3. Jornalismo económico: conceito e problemáticas

Vários autores têm procurado definir o jornalismo económico. Para Tiago Mata (2015) o jornalismo económico (*economic journalism*) é um termo controverso. É um género reconhecido no Reino Unido, mas que não existe nos EUA, onde apenas existem dois géneros: o *business journalism* e o *financial journalism*. A imprensa vive numa relação simbiótica com a estrutura económica. Ao contrário, Portugal tem um jornalismo de negócios (*business journalism*) mas tem muito pouco jornalismo financeiro (*financial journalism*). Os jornais económicos não são meros objetos ideológicos, como por vezes são conotados, embora numa perspetiva mais alargada o sejam (Mata, 2015).

O jornalismo económico serve um leitor específico no capitalismo contemporâneo, e não existe sem um certo tipo de leitores, assim como o jornalismo financeiro não existe sem uma classe de investidores. Em contraste com os EUA – com as suas reformas capitalizadas, ou o Reino Unido com a sua finança internacional – Portugal (comparativamente) tem poucos indivíduos com riqueza em capital. O jornalismo de negócios (*business journalism*) existe porque há uma classe de profissionais com carreiras em empresas e indústrias que procuram nos títulos económicos saber mais sobre o seu mercado de trabalho e como podem gerir as suas carreiras (Mata, 2015). O jornalismo económico procura ainda “trazer as faces ocultas da vida económica e da vida política. Entender a Indústria, a Finança e o Comércio (...) e através de novos formatos, cria conhecimento e altera as relações do próprio capitalismo” (Mata, 2015). Para além disso, ajuda a compreender as dimensões nacionais e internacionais, financeiras e monetárias, fiscais e sociais.

Para Pamela Kluge (1991, IX) no “Guide to Economics and Business Journalism” o “jornalismo sobre Economia e negócios é arriscado. Todos os dias existe a possibilidade de se cometer erros, mal-entendidos e representações imperfeitas. A troca de um ponto decimal pode causar um desgosto de dimensões desconhecidas. E a diferença entre ‘sem crescimento’ e ‘crescimento zero’ pode desencadear um intenso debate nas colunas das cartas ao diretor do jornal” (Martins, 2007, p. 41). Para Rui Peres Jorge do *Jornal de Negócios*, no jornalismo económico, ao contrário de outras especializações, “uma notícia dada de forma errada em política pode ter, e terá com certeza, consequências negativas sobre a realidade (...) mas é um pouco diferente, quando uma notícia não é bem dada em

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Economia que pode fazer uma pessoa perder dinheiro” (Jorge, 2017). Por exemplo, no caso das avaliações da *troika*, “Portugal passar ou chumbar numa avaliação pode significar taxas de juros mais altas ou mais baixas, investidores a ganhar ou perder dinheiro, o Estado português pagar mais pelos juros e pela dívida que emite, e, portanto, tem essa evidência” (Jorge, 2017).

2.3.1.O tratamento da informação no jornalismo económico

É no tratamento da informação económica que se encontra o maior problema do jornalismo económico. O jornalista económico é um profissional que continua a ser criticado de diferentes pontos de vista: pela suposta incapacidade para aprofundar questões complexas; pela falta de conhecimento de questões básicas sobre o funcionamento da atividade económica; pela dificuldade que encontra para traduzir a realidade com rigor numa linguagem compreensível; pela falta de apoio para o desempenho de fontes, especialistas e defensores de interesses particulares (Arrese & Vara, 2004). Uma solução possível passaria por incluir especializações de Economia em escolas de jornalismo. “Não basta saber contar histórias. A formação do jornalista económico deve ser completa, e é essencial incluir nas universidades, planos de estudo de jornalismo que lidam amplamente com questões económicas. É necessário ver a especialização em Economia como uma realidade” (Santos, 2017).

Ao longo dos últimos anos, a informação económica tornou-se cada vez mais complexa, mais segmentada e estratificada. Nicolau Santos salientou que, em Portugal para abordar questões ligadas à agricultura existem no ativo dois jornalistas que percebem de agricultura: o Manuel Carvalho do *Jornal Público* e Vítor Andrade do *Semanário Expresso* (Santos, 2017). Para escrever sobre Economia é preciso ter conhecimento daquilo que se fala. No mercado de capitais é preciso perceber como funcionam as empresas e os produtos financeiros que são muito complexos na área financeira. Escrever sobre Economia não é apenas reproduzir o que dizem os ministros, é muito mais do que isso: “a UE só por si exige que alguém esteja empenhado ali para acompanhar diariamente as matérias porque se não acompanhar aquilo diariamente não sabe o que se está a passar” (Santos, 2017). Em Economia os fenómenos económicos são complexos de acompanhar, exigem especialização, atenção, dedicação, acompanhamento das situações, e a necessidade de se criar uma rede de contactos que expliquem a dinâmica de

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

funcionamento da Economia e dos mercados, o que é fundamental para se fazer um bom trabalho (Santos, 2017).

2.3.2. A (dis)função da linguagem como instrumentação ideológica

São vários os autores que criticam a *práxis* do jornalismo económico. Para Kucinski uma grave disfunção afeta o jornalismo dedicado à Economia. A maioria dos leitores e telespectadores, mesmo os mais instruídos, como os estudantes universitários, não consegue descodificar o noticiário económico (Kucinski, 2007, p. 14). Para o grande público, a Economia adquiriu significados elementares ligados ao seu dia-a-dia e outros abstratos de difícil compreensão. “O desafio de traduzir processos económicos complexos em linguagem acessível não foi vencido, seja porque os processos económicos se definem num outro plano de saber que não o saber convencional, seja a sua instrumentalização ideológica crescente” (Martins, 2007, p. 23). A instrumentalização ideológica de que fala Kucinski (2007) remonta às críticas de Noam Chomsky sobre as influências das organizações, e os constrangimentos corporativos no trabalho dos jornalistas. Kucinski argumenta que “o jornalismo económico veículo por excelência dessa nova ideologia (Economia neoliberal) tornou-se o principal agendador do debate político. Assim, a disfunção da sua linguagem talvez tenha uma função ideológica. Um jornalismo que não se propõe a explicar e sim a seduzir” (Kucinski, 2007, p. 168).

Para Kucinski a maioria dos jornalistas e especialistas em jornalismo económico tem dificuldade de compreensão da linguagem técnica e do conteúdo usados para se retratar assuntos de Economia. A maioria dos jornalistas não entende muito do que está a falar, não está preparada e apenas reproduz o discurso das fontes (Kucinski, 1996). Basile considera que há uma grande ignorância por parte dos jornalistas ao discutirem a Economia. Revela que o pior problema é a falta de disposição de aprender e apurar as notícias: “Não há notícias chatas. Há matérias chatas feitas por repórteres e editores chatos, para publicações chatas” (Basile, 2002, p.7).

A linguagem é um fator relevante quando se analisam os jornais económicos. É neste sentido que Kucinsky critica a linguagem do jornalismo económico que não pretende explicar quando “o desafio do jornalista está em reportar e analisar, transmitir opiniões de economistas e governos, sem usar uma linguagem que as pessoas comuns não

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

entendam, e sem violar os conceitos criados pela linguagem dos economistas (Kucinski, 2007, p. 168).

2.4. O Jornalismo (económico) em Portugal como reflexo da Economia: It's the Economy stupid

2.4.1. A importância da Economia nos média portugueses no contexto da crise económica

Para justificar a importância que foi dada à Economia no contexto da crise económica, Judite de Sousa – diretora-adjunta de informação da *RTP*, apontou o contexto social como a causa para que tal acontecesse: “se nós estamos a viver num tempo, marcado por uma recessão mundial, com contornos financeiros e económicos, obviamente que a informação que nós produzimos tem de refletir esta realidade!” (Cruz, 2014, p. 492). A par da editoria da Economia, a editoria ‘sociedade’ cumpriu o seu papel neste contexto porque ajudou “a humanizar a noticiabilidade económica até então muito virada para a Economia pura e dura, ou numa perspetiva mais político-económica, tornando-a mais compreensível e permitindo ao cidadão médio ver as repercussões da crise no seu quotidiano. Como o número de jornalistas do setor económico era insuficiente para conceber tantas peças por dia, a editoria da Economia contava com a equipa da sociedade. Isto, a somar à mudança de “olhar” dos jornalistas para a realidade económica, tornou o temário económico mais próximo e útil” (Cruz, 2014, p. 493). Rosário Salgueiro, editora interina de Economia da *RTP*, sublinhou a preocupação de tornar a macroeconomia mais próxima do telespectador. Chegou-se a fazer peças a “explicar o que era a inflação, e o que significava o Produto Interno Bruto (PIB). Procurámos ir ao básico e explicar às pessoas esses conceitos que a partir de setembro [2009] passaram a fazer parte do léxico de todos os dias dos jornais e da televisão. Há um ano atrás [2008], a Economia só era de grande relevância nos Telejornais” (Cruz, 2014, p. 493).

Para António Esteves a Economia mudou muito a forma como se gere e trata a informação. Na sua perspetiva, a Economia constitui hoje um assunto a que as pessoas se habituaram, e mudou a maneira de gerir a informação porque hoje em dia, as pessoas mais do que saber informação querem perceber a informação, e daí a importância das reportagens a explicar às pessoas determinados conceitos. Antigamente fazia-se reportagens sobre aquilo que era notícia em Economia. A

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Economia era tratada como algo que só era para alguns e representava um peso para o jornal. Hoje em dia é muito importante, e é tratada de outra maneira (Cruz, 2014, p. 494). Para além da informação que é disponibilizada, procura-se desconstruir os conceitos para “explicar às pessoas o que quer dizer uma determinada expressão, ou como se vai refletir na vida económica das pessoas, por exemplo, a redução da Euribor, ou porque é que agora está bom ou mau para investir em certificados de aforro. Portanto, é uma desconstrução dos conceitos usados na Economia (Cruz, 2014, p. 494).

Para José Gomes Ferreira (atual subdiretor de informação da *SIC Notícias*), no período da crise económica e financeira, os temas económicos foram tema de abertura de telejornais. Os níveis de audiência dos programas de Economia registaram um acréscimo. O recurso a comentadores externos e entrevistados sobre a temática foi uma prática corrente na informação (Ferreira, 2008). A principal “preocupação deontológica” da estação televisiva foi a de não produzir notícias que pudessem alarmar a opinião pública, ao mesmo tempo que enaltece o espírito de cooperação entre os profissionais especializados em Economia e outros profissionais na cobertura do tema (Ferreira, 2008).

Na imprensa económica, a crise criou uma nova dinâmica ao ter trazido novos leitores para o jornalismo económico. “As redações reorganizaram os seus recursos e empenharam-se em descodificar a linguagem face ao perfil dos novos leitores não especializados. Com a crise económica e financeira, os económicos ganharam leitores” (Rodrigues, 2008). A crise económica e financeira passa a constituir-se como preocupação quotidiana dos leitores, perceção baseada na elevada procura de informação no *website* do *Jornal de Negócios* aquando da falência da *Lehman Brothers* a 15 de setembro de 2008. “Nesse mesmo domingo, o assunto [crise económica] ia entrar nas preocupações quotidianas dos leitores, até porque tivemos uma enorme procura de informação no *website*, dia em que habitualmente a audiência é fraca” (Guerreiro, 2008). No mesmo sentido o *Diário Económico* até agosto de 2008 tinha vendido em média mais 1.500 exemplares por dia em relação a 2007. A tendência parecia manter-se. “Os números mais recentes de que dispomos, mostram que a subida se acentuou ainda mais nos últimos dois meses” (Pereira, 2008).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Para Helena Garrido, a crise económica e financeira teve impacto em vários setores da sociedade, e o jornalismo económico procurou dar respostas às questões que inquietavam os cidadãos (Garrido, 2015). Isso levou a que houvesse nesse período um *boom* de informação diária relacionada com a crise, que exigiu aos jornalistas um esforço em para não se concentrarem apenas na crise a ponto de descurarem outras áreas. Esse esforço no *Jornal de Negócios* foi conseguido graças a um trabalho de cooperação entre a edição impressa e o *website* do jornal (Guerreiro, 2008).

2.4.2. O jornalismo (económico) e os poderes instituídos

O rigor e a objetividade interferem na posição que o jornalista assume na produção da informação, sendo muitas vezes criticado por ser a voz do poder político instituído. Para Pacheco Pereira, o jornalismo económico direcionado para responder aos interesses dos cidadãos acaba por ser um jornalismo que absorve com facilidade “a linguagem do poder e a reproduz como sendo sua, legitimando-a porque lhe dá um sujeito neutro tornando-a uma verdade universal” (Pereira, 2014). A promiscuidade entre jornalistas e as fontes é um fator explicativo da atitude de muitos jornalistas face ao poder político que se reflete naquilo que é escrito. A quantidade de jornalistas e jornalistas-comentadores próximos do poder e que partilham do mesmo pensamento é significativa. Nesse sentido, “a mentalidade adversarial da comunicação social, já em si mesmo uma fragilidade, deu lugar a uma enorme complacência com o poder” (Pereira, 2014).

Em janeiro de 2017, Marcelo Rebelo de Sousa (atual Presidente da República Portuguesa) por ocasião da realização do Congresso dos jornalistas em Lisboa (Portugal) referiu que a submissão ao poder político não pode acontecer porque fragiliza a democracia: “sem jornalismo estável, forte e independente não há democracia sólida e de qualidade em Portugal ou em qualquer sociedade livre” (Marques, 2017). Marcelo defendeu que o jornalismo para ser forte e independente “não pode vergar-se aos poderes políticos, económicos, financeiros e sociais vigentes, que em nada contribui para uma democracia sólida” (Marques, 2017). Mas, para Pacheco Pereira, a submissão aos poderes instituídos (político e económico) traz algumas vantagens. Uma das vantagens que o poder económico encontra é no predomínio do “economês” que “favorece os argumentos da “divisão”, e que tem tido muito sucesso no discurso público, fragilizando no conflito social, umas partes contra as outras” (Pereira, 2014). Este discurso de divisão constitui a

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

principal vantagem do poder político, ao colocar “novos” contra “velhos”, “empregados” contra “desempregados”, “trabalhadores privados” contra “funcionários públicos”, “reformados da Segurança Social” contra “pensionistas da Caixa Geral de Aposentações”, “sindicalizados” contra “trabalhadores”, grevistas contra a “população”. A linguagem do poder estabeleceu-se de forma acrítica na comunicação social, e o papel crescente da “comunicação” profissionalizada exerce uma pressão grande na informação económica (Pereira, 2014). Nesse sentido, o Governo acaba por ganhar vantagem em termos de discurso, não porque tenha razão, mas porque tem meios e conta com uma opinião pública débil (Pereira, 2014).

2.4.3. O discurso do jornalismo (económico): A “fabricação do consenso”

De acordo com Vítor Malheiros, no período da crise económica e financeira a perspetiva apresentada pelos média foi afunilada e monolítica do acontecimento, de repetição das narrativas oficiais, contribuindo para a criação de um senso comum sobre a crise no que diz respeito às causas e às medidas utilizadas para combater a crise tornando o debate democrático pobre, privado de vozes críticas, e de representantes de outras perspetivas de análise alternativas contrárias ao pensamento político-económico neoliberal. Na lógica de produção jornalística existem “mecanismos perversos que facilitam a reprodução da narrativa dominante” (Malheiros, 2015, p. 107).

Seguindo a mesma linha de pensamento, na análise às crónicas e editoriais dos jornais económicos (Caldas & Almeida, 2016) foram identificadas as linhas de força de um discurso legitimador do “ajustamento” defensor de mais Mercado e menos Estado, com consequências devastadoras do ponto de vista económico e social. Chamaram-lhe um consentimento cuidadosamente fabricado do inaceitável que vedou ao espaço público vozes alternativas (pp. 12-14). Antes, por exemplo, uma análise aos editoriais de alguns jornais brasileiros entre os anos de 1985 e 1992, já tinha mostrado que na produção de sentidos para a crise há uma hegemonia das ideias ultraliberais, personificadas na formação de uma agenda que enfatiza a ideia da esfera privada (o Mercado) sobre a esfera pública por meio das chamadas “reformas orientadas para o mercado”, e que os jornais, embora se distingam ideologicamente uns dos outros, adotaram posições uníssonas, tornando o consenso forjado (Fonseca, 2005).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Aos conceitos de coerção e consentimento assentes na discussão da hegemonia de António Gramsci, são associados os conceitos de ‘condicionalidade’ e de ‘apropriação’ adotados no programa de ajustamento da *troika*: ‘condicionalidade’ como a designação adotada para os incentivos (negativos) estabelecidos nos programas para o país devedor, o seu governo e o conjunto da sociedade; e ‘apropriação do programa’ denota “a medida em que um país está interessado em prosseguir as reformas independentemente dos incentivos” (Drazen, citado em Caldas & Almeida, 2016, p. 13). O conceito gramsciano de hegemonia baseia-se na premissa de que nenhuma coligação governante pode apenas confiar na coerção para exercer e conservar o poder. A coerção não dispensa consentimento dos governados. A ‘hegemonia’ denota a complementaridade da coerção e do consentimento no exercício do poder. O consentimento depende, por sua vez, da prevalência de ideias que legitimam e naturalizam relações, normas, e políticas que servem as coligações governantes. Defendidas e reproduzidas como “senso comum”, estas ideias exercem um fascínio sobre a “opinião pública” que dificulta a mera contemplação de arranjos sociais alternativos, relativamente ao *status quo* e inibe a dissidência. Este fascínio em períodos de crise é precário, e de acordo com Gramsci, “é tarefa dos intelectuais, dos “fazedores de opinião”, articular interpretações que acomodem a surpresa, ao mesmo tempo que preservam a estrutura básica das visões do senso comum à crítica, abrindo horizontes para alternativas” (Caldas & Almeida, 2016, p. 12).

Este processo de conformação é uma consequência dos média que naturalmente induzem os cidadãos a aderir a um discurso de modo a que se formem consensos, aquilo que Jacques Rancière, diz ser originalmente exercidos por oligarquias de especialistas (Rebelo, 2014, p. 103). Este processo faz ainda parte da utilização de algumas estratégias, que se atendermos a Gramsci são “hegemónicas” (p. 103). A forma como este processo pode ser avaliado passa pela análise dos atores que ocupam o espaço público “a que os média atribuem voz ativa, como é, por exemplo, o caso dos “mercados”, “bancos”, “praças financeiras”, “ricos”, “G20”, “G8” (Ferin Cunha, 2013, p. 27). São privilegiadas narrativas, fontes, atores e líderes de opinião, que servem os interesses e opções ideológicas de alguns setores da sociedade (Ferin Cunha, 2013, p. 28).

No contexto da crise económica e financeira, os média funcionaram como geradores de aceitação das políticas impostas. Para a Diretora da edição portuguesa do *Le Monde Diplomatique*, a crise do jornalismo agravou-se com a crise financeira. O jornalismo

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

assumiu um enquadramento neoliberal e atuou na “fabricação do consenso”, para usar a expressão de Noam Chomsky (2003) que afasta o conhecimento e o debate das alternativas e faz nascer aquilo que Ignacio Ramonet em 1995 designou de “pensamento único”. Este discurso de “pensamento único” está presente no discurso dos jornalistas e comentadores economistas ou financeiristas, mas que são dominadores na comunicação social (Oliveira, 2016).

2.4.4. O (não) pluralismo no jornalismo (económico) no debate público

No jornalismo económico a falta da diversidade das fontes, não foi o único ponto discutível nas críticas que lhe são conferidas. Os média interferem na perceção que os cidadãos têm do mundo e da realidade, e dão um contributo fundamental para o enriquecimento do debate democrático, se no campo mediático se fizerem ouvir vozes alternativas, se se promover o debate público, se houver pluralidade de pontos de vista e análise crítica dos interesses diferentes e conflituais (Monteiro, 2014, p. 1367). Num colóquio promovido pela rádio *TSF*, na comemoração dos 28 anos e homenagem a um dos seus fundadores – Emídio Rangel – Pacheco Pereira, abordou a problemática da falha da existência do pluralismo no jornalismo ao acusar os jornalistas de terem “uma reação pavloviana ao poder” (Pereira citado em *Público*, 1/03/2016).

Segundo Carlos Magno – Presidente da Entidade Reguladora da Comunicação (ERC) um dos motivos para que tal aconteça, pode estar relacionado com o facto de “assistimos, hoje à proletarização dos jornalistas, à profissionalização das fontes que manipulam e controlam a agenda mediática” (Magno, citado em Oliveira, 2016). O pluralismo foi reduzido, bem como a qualidade da informação, devido em grande parte às condições de precariedade, subemprego, desemprego, baixos salários, e à degradação das condições gerais de trabalho que envolve hoje em dia a profissão de jornalista (Monteiro, 2014). O imediatismo e a superficialidade agravam a qualidade da informação e surgiram nas conclusões do Relatório final do “4º Congresso dos Jornalistas Portugueses” realizado em Lisboa entre os dias 12 e 15 de janeiro de 2017, em que foram apresentadas as 12 medidas pela Comissão Organizadora que resultaram do contributo dos jornalistas para ultrapassar as ameaças e os desafios que se colocam ao jornalismo. No nº2 é referido: “As condições de trabalho – dimensão reduzida das redações com os despedimentos, precariedade, baixos salários e falta de tempo – estão a ter efeitos na qualidade do jornalismo e

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

condicionam a independência dos jornalistas”. A tudo isto se junta o medo, as pressões, tanto da audiência como das direções, e a autocensura na profissão que dificulta o estudo, a investigação e aprofundamento dos assuntos.

As fragilidades do jornalismo já eram evidentes antes da crise económica, mas a crise agravou-as acentuando a expressão utilizada em 2003 pelo jornalista Mário Mesquita, de que o “quarto poder” se estava a transformar numa espécie de “quarto equívoco”. O campo mediático atua na uniformização, não questiona, não critica, não incomoda os poderes (Monteiro, 2014, p. 1369). Os jornalistas assumem o discurso de poder, dos grupos de interesse representados no Estado que acabam por conformar os cidadãos àquilo que são os interesses financeiros, nacionais e globais. Contudo, a ausência de pluralidade, qualidade e pluralismo, e a não observância da deontologia, são muitas vezes, uma resposta àquilo que é o contexto de pouca exigência a uma melhor informação que os jornalistas consideram existir por parte dos cidadãos, mesmo quando existe iliteracia nos campos da Economia, finanças e Europa, temas que gravitaram à volta da crise económica e financeira (Monteiro, 2014, p. 1369).

Todos estes condicionalismos contribuem para anular a principal razão de existência do trabalho jornalístico: “fornecer pistas para a compreensão das sociedades, elucidar os interesses em confronto, vigiar os poderes, formar pensar crítico, suscitar dúvidas, e contribuir para escolhas que solucionem os problemas com que se defrontam as comunidades” (Monteiro, 2014, p. 1369). Na mesma perspetiva, Isabel Ferin defende que ao fazer-se uma análise da cobertura de uma crise económica, a tendência é para se dar um enfoque maior a alguns atores em detrimento de outros, salientar dados estatísticos e dar pouca relevância a medidas que possam efetivamente contribuir para a resolução de uma crise (Ferin Cunha, 2013). São as elites e as suas opções que condicionam o espaço público mediático, através da participação de líderes de opinião e políticos (Couldry, 2010). Aos cidadãos, é atribuído um papel menos importante, em que estes assumem uma voz passiva, e são normalmente “identificados como “trabalhadores”, “contribuintes”, “funcionários públicos”, “aposentados”, “utentes de serviços públicos”. A voz dos sindicatos e das centrais sindicais, tem também uma voz passiva ou reativa a decisões tomadas pelos atores ativos atuando como os “manifestantes”, “desordeiros” ou “indignados”, exaltando, deste modo, os interesses do capital, em detrimento da Economia e do Trabalho (Ferin Cunha, 2013, pp. 27-29).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Neste contexto, o ‘austeritarismo’ assume-se com o “pensamento único” e associa-se à naturalização de um conjunto de forças económicas, sobretudo do capital financeiro, como se fossem os interesses gerais e universais (Monteiro, 2014, p. 1368). Para Felisbela Lopes, os jornalistas trabalham de forma precária e com medo, o que coloca em risco a liberdade de imprensa perante a hegemonia das fontes do poder dominante: “os jornalistas parecem estar resignados às versões daqueles que se instalaram no poder” (Lopes citada em Cruz, 2015). O jornalista ao manifestar a sua opinião, comentar ou expressar-se através de editorial, acaba por tornar-se “o principal instrumento do imperialismo lexical e proposicional do poder, dos poderes, e um instrumento de propaganda que apenas repete nos mesmos termos e sem comentários, o discurso do poder, a narrativa do poder” (Malheiros, 2015, pp. 106-107). Esta prática jornalística, acaba por contrariar os propósitos do “bom jornalismo”, do verdadeiro *ethos* do jornalismo, naquilo que é a sua função essencial, tornando-se uma mera caixa de ressonância do poder político.

2.4.5. A concentração dos média como fator de constrangimento

Houve uma mudança de paradigma nos anos 80 no setor dos média na Europa que acompanhou a mudança do paradigma político para o paradigma económico, e que deriva da influência de novas correntes de pensamento assentes no liberalismo económico (ou neoliberalismo) e na Economia de Mercado. Neste novo paradigma a questão relacionada com a concentração dos média, fontes e anunciantes, constituem-se como constrangimentos relevantes. Em Portugal, o primeiro grande movimento de concentração de propriedade dos média ocorreu na década de 70 do século passado e foi marcado pelo desenvolvimento de um capitalismo monopolista de Estado (Baptista & Correia, 2018, p. 4). O capital financeiro ligado ao industrial dominava os principais órgãos de imprensa e ainda hoje os bancos ocupam um lugar de destaque na lista dos maiores acionistas dos grupos mediáticos (p. 4). Na segunda metade dos anos 80, os grandes grupos económicos, incluindo a banca, alargam-se à comunicação social e aos média em geral. O negócio e a influência política no quadro da identificação entre o poder económico e o poder nos meios de comunicação social impõem-se e aumentam o seu impacto social com o aparecimento dos canais de televisão privados portugueses – a *SIC* em 1992 e a *TVI* em 1994. Em 2000, o grau de concentração era muito elevado e começa a abranger o digital.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Em Portugal, atualmente quatro grupos económicos dominam quase toda a comunicação: a Lusomundo/PT Multimédia; a Impresa; a Media Capital, a Impala e a Cofina. Em 2017 (já com as plataformas digitais operacionais), aparece a Global Media; a Impresa, a Cofina, a Media Capital, a Impala e a SONAECOM. Iniciam-se negociações para a compra da Media Capital pela multinacional francesa Altice detentora da PT e da MEO (Baptista & Correia, 2018, p. 5). Estas últimas negociações, arrastaram consigo consequências que parecem inevitáveis para o pluralismo e para a própria democracia e que obtiveram um parecer desfavorável por parte da Entidade Reguladora da Comunicação (ERC) numa deliberação (2017/217) em que foram apontados condicionalismos ligados à opinião pública e limitações ligadas aos direitos dos cidadãos à informação (Baptista & Correia, 2018, p. 5). Sobre a compra de órgãos de comunicação social e a questão da influência, Nicolau Santos considerou a situação grave, quando são grupos económicos a comprar órgãos de comunicação com pouca rentabilidade com um único objetivo que é obter influência:

Quando se compram órgãos de comunicação social com as rentabilidades péssimas, más, muito difíceis que isto dá, só se está à procura de uma coisa – obter influência. Aqui há uns anos começaram a entrar em Portugal os angolanos na comunicação social. Mas, o que é que queriam os angolanos da comunicação social em Portugal? não era com certeza realizar mais dinheiro, o que é que eles queriam? O que é que eles querem? - Influência, não querem rentabilidade. Queriam influência, mais nada, e é evidente que quando você começa a ter acionistas que não são do setor, mas vão comprar órgãos de comunicação social, a linha editorial começa a ficar um pouco afetada. É preocupante? É. É caso único, não é! (Santos, 2017).

A maior parte das fontes do jornalismo económico ocupam cargos relevantes em instituições como empresas, institutos públicos e ministérios que “também são os próprios anunciantes” (Económico, 2014, p. 28). No jornalismo económico, as fontes e as notícias coincidem com as empresas que garantem as receitas de publicidade do jornal (Garrido, 2005, p. 233). Isto é problemático num mercado de pequena dimensão, como é o caso do português, “onde um pequeno número de empresas de comunicação social tem os seus proveitos dependentes de um igualmente reduzido número de empresas que, por sua vez, são a principal origem das notícias dos jornalistas” (Garrido, 2005). Existem constrangimentos que “derivam das pressões provocadas tanto pelos clientes – anunciantes e leitores – como dos diversos atores políticos, económicos, empresariais e sociais (grupos de pressão, fontes de informação institucional, agências de comunicação, partidos, etc.), que estão à volta da empresa e tentam influenciar” (Económico, 2014, p.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

28). Os jornalistas estão sob pressão e a profissão está cada vez mais ameaçada. São vários os desafios, constrangimentos, que segundo Felisbela Lopes, os jornalistas se debatem:

É a “pressão para ser rentável, pressão para fazer a cobertura de determinado acontecimento, pressão para ouvir este ou aquele interlocutor, pressão para não afrontar os acionistas ou financiadores da sua empresa, pressão para cumprir leis, que não deixam margem para noticiar factos com relevância noticiosa, pressão para trabalhar depressa, pressão para ser o primeiro a anunciar a última coisa que acontece, pressão para multiplicar conteúdos em diversas plataformas, pressão para atender àquilo que os cidadãos dizem nas redes sociais” (Lopes citada em Cruz, 2015).

Com o argumento da falta de dinheiro, "as direções foram sequestradas pelas administrações que, por sua vez, foram sequestradas pelos anunciantes". Para Felisbela Lopes, com as empresas a assumirem como prioridade "racionalizar custos e maximizar lucros" num ambiente de profunda retração do mercado publicitário, "os media tentam fazer a quadratura do círculo, fazer mais (conteúdos) com menos (dinheiro e profissionais)". A consequência é visível "numa redução drástica da qualidade daquilo que se faz" (Lopes citada em Cruz, 2015).

A concentração da propriedade em poderosos grupos económicos, interfere na pluralidade de opiniões, dificulta a viabilidade das pequenas e médias empresas do setor, controla o debate no espaço público, subordinando-o aos interesses ideológicos, económicos e políticos do poder dos grandes grupos, cada vez mais dependentes do grande capital financeiro. A luta pelas audiências e pelas tiragens e a conquista dos anunciantes, provoca distorções no tratamento da informação e na utilização dos critérios noticiosos. Os valores comerciais sobrepõem-se aos valores jornalísticos (Correia, 2003). A concentração em geral “parece criar mecanismos de pressão sobre a informação económico e financeira, submetendo os jornalistas a condicionamentos dos quais dificilmente se consegue libertar já que têm origem, quer na entidade empregadora, como nas suas fontes e leitores (Garrido, 2004).

O papel das agências de comunicação também é preponderante no resultado das notícias de um jornal quando se coloca a questão: porque é que as notícias são as que são? Para a maioria das pessoas, as notícias que derivam das agências de comunicação são notícias com o mesmo estatuto de qualquer outra notícia (Pereira, 2014). Significa que as pessoas desconhecem o papel das agências de comunicação e o papel das vias de comunicação

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

que as empresas (no caso da imprensa económica) têm com os próprios jornais. As pessoas desconhecem a circunstância de que muitos prémios atribuídos a empresas por outras empresas são “comprados” e por isso, não representam algo, não são verdadeiramente prémios. Desconhecem ainda a circunstância de que todas as notícias sobre advogados são transmitidas por agências de comunicação e quem não “compra” as agências de comunicação, não tem notícias nos jornais, nem que as suas atividades tenham mérito (Pereira, 2014). Grande parte da informação económica na imprensa económica resulta, assim, de uma atividade profissionalizada, paga por quem tem dinheiro para pagar: são as grandes empresas, as empresas cotadas na bolsa, o Governo, e os grandes grupos de poder e os grandes lóbis. O peso da informação profissionalizada, tem origem nos assessores, nas agências de comunicação, nas agências de *marketing*, nas grandes empresas, no Governo e nos grandes lóbis (Pereira, 2014).

Um grande número de notícias reproduz *ipsis verbis*, os comunicados e as informações das agências de comunicação (Pereira, 2014). Pacheco Pereira refere algumas insuficiências quando se analisa o noticiário da imprensa económica no contexto da crise económica e financeira, cujo crescimento foi muito grande neste período de crise. Verificou que a ideia implícita de Economia na imprensa económica, não incluía, por exemplo, o trabalho como fator económico. Critica o facto de não ter havido uma única notícia sobre condições de trabalho. A Economia, em si, não é apenas uma atividade empresarial, e tudo o que não é diretamente atividade empresarial ou atividade governamental com reflexo na atividade económica, em geral não é sujeito a *reporting* pela imprensa económica (Pereira, 2014).

2.4.6. O jornalismo económico como “o cão que não ladrou nesta crise”

Quando se diz que a imprensa económica foi “o cão que não ladrou nesta crise”, Elisabete Miranda do *Jornal de Negócios*, sublinhou que se “está a colocar uma responsabilidade excessiva sobre aquele que é o papel da comunicação social, ou pelo menos sobre aquilo que se pode esperar que a comunicação social ofereça” (Miranda, 2016). Para a jornalista, é ingénuo achar-se que a comunicação social deve funcionar quando tudo o resto não funciona. Os jornalistas da área económica não foram capazes de antever a crise financeira de 2008, porque “vivemos um sistema integrado com várias instituições – que inclui a comunicação social – e que não vivemos dependentes dela”. Portanto, “quando

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

o sistema falha, quando os economistas falham, quando a academia falha, quando os reguladores falham, não se deve esperar que seja a imprensa e a comunicação social a descobrir aquilo que está escondido” (Miranda, 2016). E questiona ainda: quem são os nossos interlocutores? E na Economia, quem são os produtores de informação? São perguntas que ficam em aberto e que exigem resposta por parte do sistema como um todo.

2.5. Um estado da arte sobre o jornalismo económico, os média e crise económico-financeira

Não tendo sido encontrado estudos científicos diretamente relacionados com o objeto de estudo, várias investigações abordam a crise económica e financeira nos média. A maior parte dos estudos assume um teor qualitativo centrando-se mais na vertente da linguística e da análise do discurso sobre a crise económica e financeira e sobre as políticas de austeridade nos média. O estudo de Mylonas (2012) centrou-se de forma crítica na construção discursiva hegemónica da crise económica da União Europeia (UE) na forma como ela é articulada pelas elites políticas e económicas e pelos meios de comunicação. Apresenta-se como um estudo centrado na Economia política da crise utilizando o conceito de reificação, e enfatizando a naturalização hegemónica da crise pelo mercado liberal e pela ideologia economicista. Ao problematizar a crise, Mylonas vê a Grécia como bode expiatório e como laboratório, em que as estratégias políticas de reestruturação capitalista da UE são executadas. O autor analisa as manchetes do Jornal alemão *Bild-Zeitung* sobre a crise da Grécia e discute: a) a “culturalização” da crise e do desvio do debate público estrutural da crise económica global; b) a função disciplinar da crise com referência ao controlo social e à produção de novas subjetividades neoliberais, sociais; c) o efeito alienado dos discursos de crise culturalista para os públicos transnacionais, resultante do desconhecimento das razões ideológicas e estruturais da crise dado, o desconhecimento dos efeitos da crise e crise-política na vida das pessoas, o desconhecimento das lutas sociopolíticas populares em países atingidos por pior crise política, o eclipse de solidariedade transnacional, e a identificação para os problemas comuns que os europeus enfrentam.

Sobre a crise económica europeia de 2008, um outro estudo conclui que os média têm desempenhado um papel significativo em termos ideológicos quando apresentam as políticas das elites económicas e políticas de um ponto de vista favorável, mesmo quando estão causa programas de ajustamento que afetam os cidadãos. O estudo cobre a bolha

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

imobiliária que levou à crise, ao regaste das instituições financeiras pelo Estado, ao papel da UE e do FMI, à austeridade e à possibilidade da saída de países periféricos da Europa da zona euro (Mercille, 2014),

A *Open Society institute (OSI) Media Program* publicou um estudo de avaliação em janeiro de 2010 em que aborda os problemas sociais e económicos mais prementes decorrentes da crise financeira. Este estudo envolve vários 18 países da Europa Central e Oriental, e tem como base a técnica da análise de conteúdo a várias notícias de jornais impressos de cada um dos países, emissoras de rádio e *websites* de notícias. Os dados qualitativos resultaram de *focus group* e entrevistas. No final do estudo é recomendado uma boa formação para jornalistas da área dos negócios e Economia com o intuito de resolver o problema da cobertura insuficiente ou incompetente de questões relacionadas com a crise.

Tzogopoulos (2013) ao estudar a crise da Grécia analisa o papel dos jornalistas num contexto de crise que ameaça a integridade da zona euro e analisa a forma como as histórias provenientes de Grécia foram enquadradas para as audiências. Através da análise de discurso e tendo como base 122 artigos *online* discute-se a crise financeira grega. O estudo centra-se metodologicamente na análise de linguagem metafórica na cobertura de notícias de revistas de notícias internacionais comparáveis três meios: *Spiegel* (Alemanha), *The Economist* (Reino Unido) e *Time* (EUA), e a representação de contrastes da Grécia com a representação dos maiores países europeus endividados como Espanha e Itália. A análise mostra diferenças marcantes na apresentação e avaliação da crise que está ligada ao grau de envolvimento da Alemanha, o Reino Unido e os EUA nas políticas europeias.

O estudo de Silva (2015) analisou o poder persuasivo e manipulador da metáfora no discurso jornalístico sobre políticas de austeridade. O estudo assume uma perspetiva cognitiva da linguagem, seguindo a convergência entre a Linguística Cognitiva e a Análise Crítica do Discurso e, especificamente a Teoria da Metáfora Conceptual. A análise foi baseada num *corpus* de notícias e artigos de opinião publicados em junho-julho de 2011 e em 2013. Foram analisadas 1.151 expressões metafóricas associadas a oito palavras-alvo (austeridade, corte, dívida, Estado, Orçamento, pobreza, poupança, *troika*). A análise do *corpus* revelou a força persuasiva e manipuladora de certas

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

metáforas específicas na justificação das duras medidas de austeridade. O autor conclui que as metáforas socialmente corporizadas fundamentaram-se em modelos cognitivos morais e serviram de propósitos ideológicos, emocionais e morais.

João Ramos Almeida, na edição do *Le Monde Diplomatique* – Edição Portuguesa, setembro de 2016, no artigo intitulado “O cão que corre atrás da própria cauda” (Almeida, 2016, pp. 6-8) apresentou os resultados de um estudo em que analisou o discurso dos editoriais dos jornais económicos *Jornal de Negócios*, *Diário Económico* e *Jornal Expresso*. O investigador chegou a várias conclusões: entre 2010 e 2016 a opinião de vários jornalistas económicos criou uma narrativa dominante sobre a crise que legitimou a austeridade neoliberal e que passando por cima dos próprios fracassos cuidava de preparar o regresso dos “ajustamentos estruturais” e da submissão da política às “regras” dos mercados financeiros (Almeida, 2016, p. 6). Foram analisados no período entre 2011 e 2013, os editoriais de Helena Garrido e Pedro Santos Guerreiro do *Jornal de Negócios*, e o editorial de António Costa do *Diário Económico* e o editorial de Nicolau Santos do *Semanário Expresso*. As opiniões dos jornalistas económicos estão longe do nível de conhecimentos dos economistas. Embora tenham uma experiência quotidiana da realidade económica os jornalistas não possuem um saber aprofundado dessa mesma realidade. Isto, porque, “vivem o sufoco do dia-a-dia, entre ler, escrever, editar, organizar, coordenar pessoas, dar aulas sobre comunicação social, moderar debates, ir à televisão, trocar impressões com pessoas tidas como fontes credíveis. A sua grande vantagem é – talvez, por isso mesmo – serem capazes de tornar simples ideias sobre coisas bastante complexas” (Almeida, 2016, p. 6).

Numa outra análise de João Ramos Almeida analisa os editoriais dos *Jornal de Negócios* e do *Diário Económico* (2011-2015) e aponta para uma grelha de leitura dos acontecimentos de Economia muito colada ao discurso oficial do Governo. “Parece ter havido um pensamento próprio das pessoas que estão à frente dos jornais económicos que pensam da mesma forma que os poderes políticos, e que têm uma grelha de análise muito semelhante à versão oficial dos acontecimentos do género “vivemos acima das possibilidades”, “temos que pagar agora porque no fundo consumimos demasiado”, “fomos a cigarra e não fomos a formiga” (Almeida, 2015). O investigador conclui que os jornalistas partilham da visão do Governo, apoiam o primeiro-ministro na tomada das decisões políticas e embora reconheça que são opiniões e que o direito à opinião é um

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

direito que está na lei, questiona até que ponto isso não marca o funcionamento de um jornal (Almeida, 2015).

Paquete de Oliveira fez uma leitura do estudo de João Ramos de Almeida, e registou três pontos: a) a assimilação que automática e quase inconscientemente os média portugueses fizeram da linguagem formal e técnica utilizada pelos burocratas da Comissão Europeia para descrever a situação portuguesa; b) a dominância na análise discursiva dos jornalistas e comentadores de formação económica e financeira com o quase geral apagamento dos jornalistas e comentadores de outras formações, inclusive os da área política; c) uma análise sobre o discurso narrativo de um grupo de jornalistas e comentadores, escolhidos como líderes neste campo de comunicação, e conclui que estes com algumas leves mas distintas exceções enfileiram numa narrativa, quer na ordem da argumentação, quer da linguagem formal, desabridamente ao lado do discurso e diretivas emanados da Comissão Europeia e dos seus burocratas (Oliveira, 2017).

Um estudo na área da Linguística da Universidade do Porto (Duarte & Pinto, 2013) intitulado “Troika, Austeridade, Crise: Modalização Linguística em artigos de opinião e cartoons na imprensa escrita portuguesa”, debruçou-se sobre a forma como os artigos de opinião e alguns cartoons da imprensa escrita portuguesa referenciam a *troika* no período logo após a intervenção da *troika* em Portugal (de 2011 até meados de 2013). Para o efeito foram construídos dois *corpora*. No primeiro estudo, as autoras analisaram 30 artigos de opinião da imprensa escrita portuguesa, 64 crónicas de Ricardo Araújo Pereira e 64 cartoons de Luís Afonso da Rubrica “Sociedade Anónima”. O *corpus* de análise foi extraído do *Semanário Expresso*, da *Revista Visão* e do *Jornal de Negócios* entre os meses de maio e outubro de 2012. Num segundo estudo o *corpus* foi alargado para 62 artigos de opinião da imprensa escrita portuguesa com o tema da intervenção da *troika* em Portugal, publicados no período entre dezembro de 2011 e março de 2013 no *Semanário Expresso*, *Jornal Público*, *Revista Visão*, *Diário Económico* e *Jornal de Negócios*. Foi aplicado um filtro temático na compilação dos artigos, baseado na co-ocorrência lexical das palavras ‘troika’; ‘Europa’; ‘Portugal’; ‘Governo português’; ‘Estado português’; ‘os Portugueses’; ‘o povo português’, e ‘austeridade’. O *corpus* foi tratado quantitativamente através do transdutor gramatical VISL – *Visual Interactive Syntax Learning*. A análise linguística do discurso permitiu que face a algumas ocorrências linguísticas nos *corpora*, pudesse ser evidenciado constantes semânticas relevantes. Do ponto de vista conceptual e

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

metodológico foi feita uma análise de papéis semânticos da lexema *troika* e das expressões que nominalizavam ‘os portugueses’ nos enunciados em que estas ocorriam. A *troika* assumiu o papel semântico de ‘Agente’ e os ‘portugueses’, o ‘Estado português’, e o ‘Governo português’ o papel do paciente nas predicções.

As autoras concluíram que os discursos difundiram uma visão da *troika* como um agente dinâmico que impôs um conjunto de mudanças no paciente passivo que foi Portugal. Se numa primeira fase, correspondente a 2011 e um pouco de 2012, esta visão apontava para um agente que era líder, num segundo momento, e à medida que se caminha para 2012 e para 2013, a *troika* assumia a posição de um agente invasor que se posicionava como antagonista face ao agonista que é Portugal. Verificou-se que na construção do discurso argumentativo e opinativo, os auxiliares modais permitiam a construção do *ethos* do colunista que coloca a sua voz, numa voz credível, isenta, autorizada, e permitia que o texto de opinião atingisse o seu objetivo que era fazer passar uma determinada visão do mundo, modificar o universo de crenças do leitor.

De que forma os jornalistas económicos seguiram a aplicação das políticas e os seus resultados? Foi a pergunta de partida de João de Almeida Santos para o projeto de investigação OPENEC, sobre “A Economia e o mundo real: o caso do Memorando Português”. O autor analisou a totalidade da opinião publicada entre janeiro de 2010 e junho de 2014 pelos jornalistas António Costa (então diretor do *Diário Económico*), Camilo Lourenço (colunista do *Jornal de Negócios*), Helena Garrido e Pedro Santos Guerreiro (diretores do *Jornal de Negócios*), João Vieira Pereira e Nicolau Santos (diretores adjuntos do *Semanário Expresso*). O autor concluiu que os jornalistas económicos durante o Governo de José Sócrates alinharam na ideia de que os portugueses se tinham “posto a jeito”, gastando para além do que era suportável pelo País, e a maioria manifestou-se contra a vinda do FMI. No entanto, com a intervenção da *troika* e a vitória eleitoral dos partidos da direita, os jornalistas acabam por render-se ao programa de ajustamento que o autor apelida de “neoliberal tão revolucionário como quase germânico na sua aplicação rápida” (Almeida, 2016, p. 6).

A primeira deceção dos jornalistas com o programa de ajustamento surge com a descida da Taxa Social Única (TSU) chumbada pela *troika* e o aumento dos impostos como medida alternativa para fazer face a compromissos orçamentais que não estavam

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

previstos. Surge o alarme social, a recessão aprofunda-se e o desemprego sobe, fazendo aumentar as despesas sociais com consequências nas contas orçamentais. A resposta foi novamente o aumento dos impostos, agravando ainda mais a recessão. João Almeida Santos conclui ainda que apesar dos fracassos provocados pelas medidas de austeridade, os jornalistas omitem nas suas análises esses fracassos. Assumem que a saída do programa representa um sucesso e que há como que uma apropriação teórica da situação criada pelo programa transformando-a em “fragilidades estruturais” do país que servem de trampolim para as (velhas) “reformas estruturais” (Almeida, 2016, p. 8). Omite-se que o discurso de austeridade atacou os setores não transacionáveis – como a construção civil – assentes no mercado nacional e que a banca dependia, em segundo lugar, a par da omissão do passado, as políticas concretas da austeridade não são defendidas abertamente como soluções, e os problemas de fundo mantêm-se, o que significa que “não é possível virar a página da austeridade” (Almeida, 2016, p. 8).

Ainda numa análise feita às crónicas e editoriais entre 2010 e 2014, e o contributo que tiveram na construção de perceções acerca da crise e do programa de ajustamento (Caldas & Almeida, 2016, pp. 12-14) foram identificadas as linhas de força de um discurso legitimador do “ajustamento”, defensor de mais mercado e menos Estado com consequências devastadoras do ponto de vista económico e social. Chamaram-lhe um consentimento cuidadosamente fabricado do inaceitável que vedou ao espaço público, vozes alternativas (p. 12). Os autores consideraram que a crise que teve início em 2008 pode ser entendida como uma crise de hegemonia. Sendo a comunicação social em geral o grande promotor na formação da opinião pública, os autores analisaram em particular o jornalismo económico. Os resultados apontaram para a coexistência de volatilidade na opinião ao longo do tempo e uma coordenação (imperfeita) das opiniões de diversos autores nos mesmos períodos temporais, no sentido em que as posições dos jornalistas se alteraram em função dos resultados das avaliações e das novas medidas impostas na sequência das revisões ao “Memorando de Entendimento”.

Cap. 3 - A Economia nos média e a crise do jornalismo (económico) – que modelo de negócio?

3.1. Os programas de Economia nos média: televisão, rádio e imprensa

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

A Economia é parte integrante da edição impressa de qualquer jornal generalista desde há alguns anos, quer seja de referência ou tabloide, semanário ou diário. Normalmente a secção de Economia, surge como secção autónoma, mas também é comum encontrar-se suplementos de Economia em alguns jornais. É o caso do suplemento de “Economia” no *Público*; o “Negócios” no caderno de Economia do *Diário de Notícias* e no *Jornal de Notícias*; ou o “caderno de Economia” no *Semanário Expresso*. Os jornais económicos enquanto edições especializadas autónomas, conquistaram o seu lugar no panorama nacional da imprensa, e foram várias as publicações especializadas em Economia que surgiram desde a década de 1980: O *Diário Económico*, o *Jornal de Negócios*, o *Vida Económica* e o *Semanário Económico*.

Recentemente, face ao decréscimo de leitores de jornais impressos surgiram vários modelos de negócio na área do jornalismo económico ligados ao digital. Para além de manterem as edições impressas, os jornais generalistas e os jornais económicos têm vindo a apostar nas edições digitais pela via das assinaturas mensais (*e-paper*) e nas edições *online* com publicações de notícias ao minuto nos *websites*. Nos jornais económicos temos o *Jornal de Negócios* e o *Diário Económico*, e do *Expresso Digital* com o caderno específico de Economia. O *Diário de Notícias* tem uma edição *online* sobre Economia chamada *Dinheiro Vivo*. O jornal *Eco* também está *online* e o projeto está a correr bem, a publicação tem qualidade, tem elevados níveis de audiência, e é um bom exemplo do que é fazer uma aposta correta no setor dos média (Lourenço, 2017).

O “Negócios da semana” é um programa de televisão da *SIC Notícias* ligado a temas da Economia, das finanças, empresas e da banca em Portugal. É conduzido por José Gomes Ferreira, jornalista especialista em assuntos económicos. O canal *SIC* tem por hábito integrar no “Jornal da Noite” comentários sobre Economia. A *RTP 3* tem um programa semanal sobre Economia e finanças intitulado “Tudo é Economia”, que é uma parceria da *TSF* e do *Dinheiro Vivo* apresentado por António Macedo. Este programa passa na Antena da *TSF* e pode ser visto no *website* “dinheiro vivo.pt”. O programa “Números do dinheiro” faz parte da informação especializada em Economia da *RTP*, com António Peres Metello, Braga de Macedo, Ricardo Pais Mamede e Teixeira dos Santos. Na rádio, o comentário diário nas manhãs da *Antena 1* sobre assuntos económicos que se refletem no dia-a-dia da vida das pessoas apresentado pelos jornalistas de Economia, Nicolau

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Santos e Helena Garrido tem-se mantido no ar deste que a crise económica deflagrou em 2008.

3.2. A crise nos média e a crise no jornalismo (económico)

Tem sido amplamente discutido que a evolução tecnológica é responsável pelas últimas grandes alterações que o jornalismo e a indústria dos média têm sofrido. Ao mesmo tempo que decorreu a crise económica e financeira, o setor dos média passou, e continua a passar, pela maior crise de sempre em Portugal. Uma vaga de despedimentos têm ocorrido em várias redações. A crise de receitas iniciou-se em 2008 e agravou-se entre o ano de 2011 e 2012. Em 2012 desapareceram mais de 90 milhões de euros em publicidade (*Jornal de Negócios*, 24/10/2012, p. 6). Diferentes órgãos de comunicação despediram jornalistas como foi o caso do *Jornal Público* em outubro de 2012 com um despedimento coletivo de 48 trabalhadores e em 2014 o caso da Controlinveste (*Público*, edição, 12/06/2014). Em fevereiro de 2015, o Conselho de Administração da RTP também admitiu uma redução de pessoal em áreas de ‘baixo valor acrescentado’, conforme noticiado no *website* a 4 de fevereiro de 2015 (Coelho, 2016). A Agência Lusa e os grupos Impresa e Cofina anunciaram cortes de custos que envolveram mais despedimentos e encerramento de vários títulos em 2017. O *Semanário Sol* e o *Diário Económico* reduziram a massa salarial em 2012, e o grupo empresarial dos jornais *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias* e *TSF* encontravam-se em situação de limite junto dos credores.

A televisão em canal aberto (*RTP*, *SIC* e *TVI*) é o meio que mais publicidade absorve e em 2012 previa-se que caísse 13%. Os canais por cabo e a *Internet* são os únicos meios em que a publicidade está a crescer. O ano de 2012 fica para a história como o ano em que as receitas publicitárias na *Internet* suplantaram as receitas da imprensa diária depois de crescer 5%, segundo a *OMG – Omnicom Media Group*, para 35 milhões (*Jornal de Negócios*, 24/10/2012, p. 6). Previu-se que a imprensa diária faturasse 33,7 milhões em 2012. A imprensa não diária (que inclui as revistas) apresentou queda de 25% em 2012. A imprensa diária que tem as redações mais numerosas teve uma quebra de 20% das receitas de publicidade em 2012, e encontrava-se numa situação mais fragilizada. A previsão de quebra das receitas das vendas em banca em 2012 foi de 10 milhões de euros o que eleva a perda de faturação dos diários para quase 20 milhões de euros apenas num ano.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Com a contração da Economia as estimativas de evolução das receitas para 2013 nos grupos de comunicação social foi de uma queda superior a 10%. Em quatro anos (2008-2012) os jornais diários perderam 50% das suas receitas. Previa-se que a quebra de receitas dos jornais diários atingisse milhões de euros em 2012. A Cofina Media detentora do *Correio da Manhã* (CM) anunciou em 2017, que iria reduzir em 10% os custos de produção entre 70 a 80 pessoas no grupo. Esse ajuste implicou, não só reduzir o número de páginas ou suplementos, mas também o número de jornalistas. A justificação foi a mesma que tem afetado a generalidade da imprensa escrita – a quebra das receitas publicitárias. Uma fonte oficial da empresa afirmou que “a Cofina Media tem vindo a ajustar as suas equipas, reduzindo na imprensa escrita e apostando cada vez mais no digital, na multimédia e no *Correio da Manhã TV* (CmTV), e não colocou de lado a utilização dos meios legais disponíveis, se tal for necessário, para ajustar a sua atividade às tendências de mercado” (Lopes, 2017).

3.3. A migração para o digital – desafio ou ameaça?

A tendência a nível internacional é o foco no digital encerrando a distribuição em papel (Guerrinha, 2016c).

Se é verdade que a aplicação das novas tecnologias trouxe ao jornalismo em geral vantagens no exercício da profissão e à própria indústria dos média como a rapidez e a qualidade num conjunto de operações (Correia, 2003) trouxe também algumas ameaças e perigos. Este fenómeno interfere na produção gerando aquilo que alguns sociólogos chamam de inflação informativa, ou seja, há um excesso de informação face à procura ou capacidade de consumo (Vingue, 2017). O recurso à *Internet* como fonte de informação constitui um instrumento de valor, mas a rapidez e a procura da “cacha”, abrem caminho para que o contraditório e a confirmação das fontes tenham vindo a ser esquecidas. É preciso encontrar formas de conciliação entre as potencialidades das novas tecnologias e a manutenção de princípios básicos da profissão. Num ambiente de concorrência atroz entre os meios de comunicação, aqueles que conseguirem vingar serão aqueles que têm maior capacidade de gerar o agendamento (*agenda – setting*), influenciando no espaço público, ou seja, aqueles que tendo um facto conseguem torná-lo noticioso e dominar a agenda pública e conter os chamados fatores de noticiabilidade: fatos relevantes ganham amplitude e consonância, explorando a proximidade geográfica e cultural (Vingue, 2017).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Mas existem fatores subjetivos que interferem na noticiabilidade e que não devem ser esquecidos: a organização jornalística, a linha editorial, o jornalista e as suas convicções, e o conhecimento das questões (no jornalismo especializado) e a sua ideologia, etc.

Tiago Mata da *University College of London, ERC – European Research Council*, na conferência “Crises: O jornalismo e a Economia do séc. XXI”, referiu que a crise económico-financeira não começou em 2007/2008. Teve início três quatro anos antes, mas agudizou-se em 2007/2008. A explicação dominante que encontrou para a atual crise do jornalismo aparece relacionada com o advento dos meios digitais: o efeito da *Internet* e as novas formas de consumir a informação. É uma crise com fundamento tecnológico que tem associada novas relações sociais no uso da informação, novas formas de consumo, novos usos para essa informação (Mata, 2015). O *Facebook*, o *Twitter* e os blogues são meios digitais que combinam informação, opinião, distração e interatividade, apresentando-se como novas formas de comunicar. A crise do jornalismo é uma crise de formatos, e de um modelo de negócios que o sustentou até aqui, mas que começou a deixar de o ser, face à proliferação dos novos média, embora não seja determinante para ditar o fim do jornalismo impresso (Mata, 2015). Milhazes (2018) alertou na conferência “Jornalismo no Mundo em Mudança- O caso da Rússia” na Universidade da Madeira (UMa) que o jornalismo a papel não vai acabar, mas terá de se adaptar a novas realidades na apresentação das notícias em função da rápida circulação da informação *online*.

Os jornalistas estão numa fase de adaptação a esta nova realidade que exige cada vez mais dos jornalistas, rapidez e velocidade. É por isso que “a capacidade de publicar instantaneamente qualquer conteúdo jornalístico (...) é outra das pequenas revoluções causadas pela *Internet*. Até à difusão pública deste novo meio só os jornalistas e editores das agências noticiosas tinham o privilégio de dar notícias a qualquer momento, 24 horas por dia, sem limitações temporais” (Zamith, 2011, p. 34). Para Helena Garrido os jornalistas estão conscientes do problema que o setor dos média enfrenta. O setor precisa de uma nova regulação que se adapte à rutura que houve na produção e distribuição das notícias. Hoje, quem distribui as notícias, são o *Google* e o *Facebook* e são estas empresas que se apropriam de grande parte do valor das notícias que os jornalistas produzem (Garrido, 2015). A *Internet* é grande fornecedora de notícias e devem ser os grandes grupos mediáticos a assumir essa função. Esse reequilíbrio é preciso fazer. Os dois *websites* de notícias mais visitados nos EUA são de dois jornais

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

que mais vendem em versão impressa – O *USA Today* e o *New York Times* que vendem cerca de 2 milhões de jornais por dia (Mata, 2015). O acesso a notícias tornou-se hoje em dia mais complexo. Ainda não há um consenso sobre qual o modelo a implementar para o acesso às notícias. É este pluralismo de plataformas para acesso às notícias que está a criar alarmismos pelo declínio que os conteúdos digitais e a *Internet* estão a provocar nos formatos impressos (Mata, 2015).

Um dos grandes problemas é que o modelo de financiamento do jornalismo vigente é ainda muito dependente das receitas de publicidade que têm vindo a perder peso nas edições impressas pelo baixo custo que representam nas plataformas digitais: “o domínio e o vigor da imprensa perde vigor com as redes de informação digitais, os *smartphones* ligados à *Internet*, a difusão de redes de cabo com canais dedicados a notícias 24 horas, sete dias por semana” (Mata, 2015). As escolhas e os formatos para o consumo noticioso multiplicam-se fazendo com que o privilégio da imprensa tenha vindo a perder o seu vigor. Isto não quer dizer que o consumo de notícias tenha diminuído, aliás, “o acesso a notícias hoje não é inferior, pelo contrário é mais frequente, mas também é mais digital (...) atualmente, nos Estados Unidos, 45% das edições dos jornais já são em formato digital (Mata, 2015).

No atual cenário do jornalismo, segundo um estudo da Marktest – a publicidade vai crescer 3,3, % em 2018 – com a fuga dos leitores para o *online*, as vendas e o investimento publicitário no jornalismo impresso têm caído vertiginosamente de forma generalizada em Portugal, mas também a nível internacional. Os média a nível mundial estão a passar por uma grave crise tanto financeira como de identidade. A *Internet*, o mundo digital, as redes sociais e os novos hábitos de consumo da informação estão a obrigar os média tradicionais a uma (re)adaptação ao novo meio. A “democracia” da *Internet* tem vindo a provocar a queda abrupta do consumo do jornalismo em papel, mas também da própria televisão (Mata, 2015).

Para Zamith o “surgimento, expansão e popularização da *Internet* (...) provocou uma adesão quase instintiva por parte daqueles que daí em diante passaram a ser designados ‘meios tradicionais’ de difusão do jornalismo” (Zamith, 2001, p. 19). Assiste-se hoje a uma reformulação dos modelos tradicionais que trazem para a discussão a possibilidade da convergência dos média. A migração para o digital leva a que o jornalismo *online*

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

resulte da “convergência entre texto, som e imagem em movimento, oferecendo um produto completamente novo” (Canavilhas, 2001, p. 1).

Marcelo Rebelo de Sousa em janeiro de 2017, após o Congresso dos jornalistas em Lisboa referiu que foi o digital que “salvou” o jornalismo no contexto da crise económica e financeira: “só o digital permitiu atenuar a queda vertiginosa do papel em títulos de referência” (Rebelo de Sousa citado em Marques, 2017). Durante as cerimónias de comemoração do 25 de Abril em Portugal em 2017, voltou a evocar a importância do papel do jornalismo nas sociedades democráticas, dos problemas que a imprensa escrita enfrenta, resultado da quebra das receitas de publicidade que transitaram para o digital. “Estamos a falar de 80% ou mais da publicidade detida por um número muito limitado de empresas multinacionais” que num curto espaço de tempo “constitui um problema” (Marques, 2017).

A tendência a nível internacional do jornalismo é para o foco no digital encerrando a distribuição em papel. Os hábitos de leitura estão a mudar e a informação inserida no digital é a mesma informação de uma edição impressa. A informação no digital tem a vantagem de poder ser atualizada em tempo real, ao contrário da edição impressa. Contudo, os leitores perante tanta informação disponível em *Websites* de notícias têm de saber escolher e exigir qualidade e estar atentos às notícias falsas (*Fake News*). Os leitores devem perceber que é através da publicidade que os meios de comunicação se financiam. Cabe aos leitores lutar pela defesa da qualidade da informação seja no papel, seja no digital, e lutar por quem procura informar e redigir informação de forma legal. Os semanários com artigos de análise mais profundos podem subsistir, não descurando o olhar para a dimensão do mercado e para o investimento publicitário disponível. (Guerrinha, 2016b).

Cap. 4 – O processo de seleção e construção da notícia

4.1. O paradigma do *gatekeeping*: seleção e construção da notícia

A partir da segunda metade do século XX (1950) o aparecimento de modelos como o do *gatekeeping* e as pesquisas sobre noticiabilidade levam aos estudos sobre o processo produtivo jornalístico e à constatação de que este é influenciado e constrangido por variáveis, que deu origem a perspetiva construcionista das notícias. O primeiro estudo

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

sobre produção jornalística de informação considerado relevante coube a David Manning white em 1950, sobre a aplicação da metáfora do *gatekeeping* para explicar o processo de seleção noticiosa, que Kurt Lewin, psicólogo social, num artigo publicado em 1947 já tinha idealizado esta metáfora, ao encarar os processos de seleção como o resultado de uma atividade de porteiros (*gatekeepers*), de selecionadores ou “guardiões” dos “portões” (*gates*), que controlam o acesso à informação. White utilizou mais tarde o conceito de *gatekeeper* (jornalista) para estudar a forma como fluem as notícias dentro das redações dos jornais. Para isso procura explicar as razões que levavam um editor com 25 anos de experiência, de um pequeno diário americano, no Midwest numa cidade com 100 000 mil habitantes (Mr.Gates) a selecionar algumas notícias em detrimento de outras entre todas as que eram emitidas pelas diversas agências noticiosas recorrendo à observação participante, a entrevistas e ao contributo do próprio editor tendo concluído que eram as experiências e atitudes pessoais do Mr. Gates que regiam o processo de seleção noticiosa. As atitudes e idiosincrasias pessoais e subjetivas dos jornalistas sobretudo daqueles que têm maior poder de decisão têm algum peso nos mecanismos de seleção da informação levando a concluir que o processo de seleção é subjetivo e arbitrário. O estudo foi publicado em 1950 na revista especializada *Journalism Quarterly*, o primeiro estudo sistematizado sobre *gatekeepers* da informação.

4.2. O processo de *newsmaking* e os critérios de noticiabilidade (*newsworthiness*)

Por que as notícias são como são? Que imagem elas fornecem do mundo? Como essa imagem é associada às práticas do dia-a-dia na produção de notícias, nas empresas de comunicação? Estas são algumas das questões de que se ocupa o *newsmaking*, cuja abordagem se dá dentro do contexto da cultura profissional dos jornalistas e a organização do trabalho e os processos produtivos. A noticiabilidade (*newsworthiness*) é definida como o conjunto de elementos através dos quais os média controlam e gerem a quantidade e o tipo de acontecimentos de entre os quais há que selecionar as notícias, ou seja, é constituída pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos, tanto do ponto de vista da estrutura do trabalho nos órgãos de informação como do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas para que possam adquirir a existência pública de notícias. De entre um conjunto de acontecimentos que diariamente ocorrem, alguns destes mediante critérios de noticiabilidade ou de relevância, ganham espaço mediático e constituem-se como notícias, ou seja, tornam-se noticiáveis (*newsworthy*). Dito de outra

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

forma, a noticiabilidade corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informação se confrontam diariamente para que possam eleger, de entre os vários factos, aqueles que apresentam as características necessárias para serem transformados em notícias, com uma determinada narrativa. Isto conduziu à fixação de grandes paradigmas para o estudo do jornalismo ligados à sociologia interpretativa (construcionismo ou construtivismo), onde é valorizada a importância da cultura profissional dos jornalistas e a organização do trabalho e as suas práticas rotineiras do processo produtivo. Se os estudos sobre os *gatekeepers* associavam o conteúdo dos jornais ao trabalho de seleção de notícias, os estudos sobre a produção de notícias relacionam a imagem da realidade social fornecida pelos média com a organização e a produção rotineira dos aparelhos jornalísticos (Wolf, 2006, p. 183). Na produção de notícias, temos, por um lado, a cultura profissional; e, por outro, as restrições ligadas à organização do trabalho sobre as quais são criadas convenções profissionais que definem a notícia e legitimam o processo produtivo, desde a captação do acontecimento, passando pela produção, edição até a apresentação. Resultado: estabelece-se assim um conjunto de critérios de relevância que definem a noticiabilidade de cada acontecimento, ou seja, a sua capacidade para ser transformado em notícia.

A definição dos critérios que fazem parte dessa noticiabilidade pode ser individualizada na figura do jornalista ou na orientação editorial da instituição que preside. O ciclo noticioso refere-se às etapas de seleção, tratamento e difusão de notícias. Todo este tratamento é realizado ao longo de todo o percurso da conceção noticiosa que acaba a refletir-se na (re)construção do acontecimento. Os valores-notícia (*new values*) são uma componente da noticiabilidade e constituem a resposta à pergunta: quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias? Este é um processo complexo e moroso que se inicia com a escolha dos critérios utilizados para a produção da notícia e termina com os efeitos que poderão ser produzidos na opinião pública – é a teoria do *agenda – setting*, de que falaremos a seguir.

4.3. A teoria do *agenda-setting* na seleção dos temas e assuntos

O fim da Segunda Guerra Mundial, marca a fase em que os pesquisadores da comunicação começam a questionar os efeitos da comunicação de massa nos cidadãos. A massificação

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

da comunicação representa com o advento da televisão um perigo para a democracia. Os meios de comunicação têm um efeito ilimitado sobre os recetores permitindo moldar as consciências políticas de acordo com quem exercia o seu controlo. Contudo, os primeiros estudos empíricos negam a relação de dependência entre estas duas variáveis, tal como já tinha sido preconizado pelos defensores da teoria da agulha hipodérmica. Foi a partir da publicação da pesquisa de Maxwell McCombs & Donald Shaw – *The agenda-setting function of mass media* (1972) que as questões do agendamento, e do poder de influência na configuração do debate público ganham interesse e espaço no estudo dos média. A teoria do *agenda-setting* surge no sentido de contrariar algumas teorias dominantes até então na literatura sobre os efeitos dos média, nomeadamente a hipótese da “agulha hipodérmica”, segundo a qual os meios de comunicação determinam o que pensavam os públicos, sem questionarem o que liam ou viam, ou a conceção preconizada pelo estrutural-funcionalismo de Niklas Luhmann, sobre a consequência direta e imediata de determinadas mensagens na estrutura cognitiva nas pessoas.

Apropriando-se do pensamento de Cohen: “a imprensa não tem muito sucesso em dizer às pessoas o que elas têm de pensar, mas é muito bem-sucedida em dizer aos seus leitores sobre o que eles têm de pensar” (Cohen, 1963), as pesquisas feitas no campo do agendamento permitiram descobrir que a teoria do *agenda-setting* (Mc-Combs & Shaw, 1972) assenta na influência e na estruturação do pensamento dos temas junto do público quando são enfatizados pelos média, e que a importância dos temas varia consoante o meio de comunicação. Durante a campanha para a eleição presidencial americana de 1968, na localidade de Chapel Hill, em que os candidatos eram Richard Nixon e Hubert Humphrey, realiza-se uma pesquisa de opinião em que “foi observada uma correlação substancial entre os temas enfatizados pelos média e o que os eleitores consideraram como temas-chave da eleição” (Rodrigues, 1997, p. 30). A causa desta influência está relacionada com a incapacidade dos indivíduos de se informarem da política e conhecer os candidatos sem a mediação dos meios de comunicação. A principal preocupação deste estudo foi demonstrar a ligação que existe entre as prioridades dos média e as prioridades dos eleitores durante a campanha.

Mc-Combs e Shaw, partem da hipótese de que os média teriam uma limitada influência na direção e na intensidade das atitudes, por um lado, mas por outro, têm a capacidade de influenciar a opinião pública na prioridade que davam aos temas da campanha política, e

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

na valorização da importância ou da saliência das atitudes relativamente aos assuntos públicos. A conclusão a que chegaram foi que os média podem determinar questões importantes, ou seja, podem definir a agenda da campanha (McCombs & Shaw, 1972, p. 176). Este estudo foi inspirado em estudos precedentes da área, como os trabalhos de Walter Lippman (1922) Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1944) Lang e Lang (1955) e Cohen (1963). Sobre qual dos meios teria maior capacidade de agendamento “os jornais são os principais promotores da agenda do público (...), o carácter fundamental da agenda parece, frequentemente, ser estruturado pelos jornais” (Maxwell McCombs, 1972, p. 6). Em 1973 McCombs e Weaver introduzem o conceito psicológico de “necessidade de orientação” à questão do impacto do agendamento, ou seja, quanto maior for a necessidade de orientação das pessoas em relação a determinado assunto, maior será a exposição aos conteúdos dos média (Traquina, 2000, p. 67).

Em 1974, Molotch e Lester ao aprofundarem o funcionamento do conceito do agendamento fazem uma distinção entre três categorias de pessoas: os *news consumers* constituídos por aqueles que ajudam a constituir a agenda pública; os *news assemblers*, os que determinam a agenda jornalística e os *news promoters*, que propõe a agenda política governamental (Traquina, 2000, p. 20). Ao contrário da televisão, que privilegia a forma mais do que o conteúdo, um estudo de McLure e Patterson (1976) revela que a teoria do agendamento se adapta melhor à imprensa, ao permitir um aprofundamento dos temas em debate, por oposição à superficialidade, heterogeneidade e fragmentação das notícias, apanágio da televisão, não produzindo qualquer efeito significativo a nível da agenda, reduzindo o significado daquilo que é transmitido.

McCombs e Shaw (1977), realizam um novo estudo que corrobora as conclusões do estudo inicial. Os autores admitem uma relação causal entre a agenda dos média e a agenda pública. Os temas discutidos na opinião pública estão fortemente ligados aos temas abordados na cobertura das notícias o que potencia os efeitos do agendamento, mas não só. “Os média podem estabilizar opiniões dominantes, estabelecer prioridades, marcar a importância dos acontecimentos e limitar opções” (Lopes, 2008, p. 53).

A teoria do *agenda-setting* sempre mereceu um grande acolhimento na comunidade académica, e continua a ser investigada. Alguns autores dizem ser necessário considerar nos estudos do *agenda-setting*, o lado político do agendamento e as fontes que

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

influenciam os média. As fontes ligadas à política são preponderantes na construção das notícias e determinantes no processo da *agenda-building*, e derivam quase sempre dos canais de rotina: comunicados de imprensa, conferência de imprensa ou outras iniciativas oficiais (Cobb & Elder, 1971; Gans, 1980; Nisbet, 2008; Sigal, 1973; Tuchman, 1978). Nesta perspetiva torna-se importante saber como é que uma agenda é construída e quem participa da construção da mesma, bem como avaliar como se dá a correlação das forças sociais que competem pela determinação da agenda. Este processo está relacionado com a definição de problemas públicos.

4.4. Os enquadramentos noticiosos e interpretativos: *framing* e *priming*

O estudo de McCombs e Shaw (1972) que lança as bases da teoria do *agenda-setting* acaba mais tarde por ser criticado por excluir variáveis que medissem como as diferentes formas de apresentação dos temas nos média podem afetar as preferências políticas das audiências (Williams et al., 1991, p. 252). Mais tarde, outros pesquisadores, incluindo um dos proponentes da teoria do *agenda-setting*, debruçam-se sobre o tema, e recorrem ao conceito de enquadramento (*framing*) para falar de um “segundo nível de efeitos”, ou seja, na cobertura dos média analisa-se não só sobre o que o público pensa dos temas (primeiro nível do agendamento) mas também sobre como o público pensa esses temas (segundo nível do agendamento) (Williams et al., 1991; McCombs, Shaw & Weaver, 1997; Ghanem, 1997; Maher, 2001, Semetko & Mandelli, 1997; McCombs & Ghanem, 2001). Contudo, alguns autores criticaram a incorporação do conceito de enquadramento pela teoria do *agenda-setting* (e.g. Cappella & Jamieson, 1997; Kosicki, 1993; Scheufele, 1999). Para João Correia a forma como os jornalistas enquadram as suas notícias, influencia a forma como os temas são interpretados pelo público, ou seja, “o efeito de *framing* não se refere tanto a diferenças sobre aquilo que é comunicado, mas antes a variações acerca do modo como a informação é apresentada e percecionada no discurso público (Gradim, 2016, p. 7).

O primeiro autor a propor a noção de enquadramento nos seus estudos para o campo da comunicação no campo da Antropologia foi Gregory Bateson (1954). Outros percursos do enquadramento apareceram na sociologia (Gamson, 1991, 1998) na Economia (Kahneman & Tversky, 1979), na Linguística cognitiva (Lakoff & Johnson, 1981) e na comunicação (Entman, 1991; Iyengar, 1991) (Gradim, 2016). Mas a maior parte dos

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

estudos de análise dos fenómenos sociais e dos enquadramentos nos média tem como base o livro *Frame Analysis* do sociólogo Erving Goffman (1974). Baseando-se nos estudos de Goffman o conceito de enquadramento acabou por ser relevante nos estudos de Gaye Tuchman no seu livro *Making News* (1978). Para a socióloga, as notícias impõem um enquadramento que define e constrói a realidade e são “um recurso social cuja construção limita um entendimento analítico da vida contemporânea” (Tuchman, 1978, p. 215). Scheufele criticou o trabalho de Tuchman pela não definição clara do conceito e da forma como os enquadramentos representam a realidade que é exposta pelo noticiário (Porto, 2002, p. 5).

Neste processo de pesquisa em busca da compreensão sobre como os enquadramentos determinam a produção das notícias, Gitlin (1980) demonstra que a cobertura dos média através de enquadramentos específicos tem um papel importante na organização do movimento SDS (*Student for a Democratic Society*) e apresenta uma definição clara e sistemática do conceito: “enquadramentos da media são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira” (Gitlin, 1980, p. 7). Através desta definição, os enquadramentos (*frames*) são recursos que organizam o discurso através de práticas específicas (seleção, ênfase, exclusão, etc.) que constroem uma determinada interpretação dos fatos nas audiências. Reese (2001) relaciona o enquadramento com “o modo como os acontecimentos e temas são organizados de modo a fazerem sentido, especialmente pelos média e pelas suas audiências”, definindo os *frames* como “princípios organizadores que são partilhados socialmente, persistentes ao longo do tempo, e que funcionam simbolicamente para estruturar significativamente o mundo social (Gradim, 2016, p. 54).

Outros investigadores dedicam-se igualmente ao estudo dos enquadramentos (e.g. Gamson & Lasch, 1983; Gamson & Meyer, 1996; Gamson & Modigliani, 1987, 1989) e demonstram que existe uma relação entre os enquadramentos dos média e a cultura política. Segundo esta perspetiva, os temas políticos são caracterizados por uma disputa simbólica sobre que interpretação irá prevalecer através do método da “matriz de assinatura” (*signature matrix*) que inclui metáforas, *slogans* e imagens presentes nos discursos dos diversos agentes políticos.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Alguns pesquisadores identificam os enquadramentos na produção das notícias (e.g. Beckett, 1995; Hallin, 1994; Lawrence, 2000; Patterson, 1980, 1993; Robinson & Sheehan, 1983).

Mauro Porto, faz uma distinção entre enquadramentos, noticiosos e interpretativos. Enquadramentos noticiosos são padrões de apresentação, seleção e ênfase utilizados por jornalistas para organizar o discurso jornalístico, isto é, o “ângulo da notícia”, o ponto de vista adotado pelo texto noticioso ao destacar certos elementos de uma realidade em detrimento de outros, e enquadramentos interpretativos são padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas e/ou eventos políticos, incluindo definições de problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades, recomendações de tratamento, etc. (Porto, 2002).

Entman (1994) ao fazer uma revisão sistemática dos enquadramentos dos média apresenta uma definição que resume os principais aspetos do conceito relacionados com a sua aplicação na análise do conteúdo dos média. Os enquadramentos, dentro da seleção de um conjunto vasto de informações, permitem salientar alguns tópicos (temas, assuntos e personagens) específicos da narrativa jornalística e que isso “significa fazer parte da informação mais noticiável, significável, ou memorável para as audiências”. Esta definição irá servir de base para a análise dos enquadramentos da narrativa jornalística das avaliações da *troika*. Segundo Entman:

O enquadramento envolve essencialmente seleção e saliência. Enquadrar significa selecionar alguns aspetos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito (Entman, 1994, p. 294).

Anabela Gradim baseando-se em Entman sublinha que o “*frame*, seleciona e ilumina certa informação tornando-a mais saliente e é utilizado para construir argumentos sobre causas da situação, avaliação e solução. Chama a atenção sobre certos aspetos da realidade, obscurecendo outros (Gradim, 2016, p. 47). Através de processos de seleção e de enquadramento, os jornalistas estabelecem a agenda do público. O público fala daquilo que os média noticiam. Ao enfatizarem na cobertura jornalística aspetos específicos de um tema ou assunto, os média ajudam o público a compreender uma determinada questão e atribuem importância e significado aos conteúdos das notícias (Entman, 1994; Gitlin, 1980; Goffman, 1974; Traquina, 2000; Reese, Gandy, & Grant, 2001).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Na organização e atribuição de significados para entender os acontecimentos há quem defenda que a teoria do enquadramento tem enfatizado a influência das elites na cobertura jornalística. O processo de enquadramento é dinâmico e envolve relações mutuamente influentes entre jornalistas e grupos de elite (Gans, 1979). Grupos de elite são definidos como um “distinto grupo dentro da sociedade que goza de alguns privilégios e de *status*, e exercem um controlo decisivo em relação à organização da sociedade” (Wolf, 2012, p. 120). De acordo com esta perspetiva, os jornalistas constroem enquadramentos, em parte, para responder a fatores políticos externos, como os discursos da elite, mudanças na política e na opinião pública. Os enquadramentos acabam por influenciar a política e a opinião pública. Daí que se fale de uma relação de reciprocidade entre enquadramentos e a política (Wolfsfeld, 2011). É neste sentido que para Entman, *framing* “parece ser um poder central no processo democrático, pois as elites políticas controlam os enquadramentos dos assuntos” (Gradim, 2016, p. 47).

Tuchman ao avaliar as notícias do ponto de vista sociológico enquanto instituições sociais, onde intervêm as rotinas produtivas da empresa jornalística, fala da dificuldade da expressão de ideias e aspetos da realidade que se afastam do *status quo* (Gradim, 2016, p. 47). Para Hall (1993), seguindo uma linha mais ideológica, o debate público é estabelecido pelas elites que são aceites pelos média noticiosos porque estão dependentes dos consensos formulados no seio das elites e das instituições do capitalismo. Na mesma linha de pensamento entre a análise dos enquadramentos e a crítica ideológica, Reese (2001) acentua o carácter ideológico das notícias, que serve de enquadramento através do qual os média apresentam os acontecimentos (Correia, 2011, p. 53). Para Gitlin (2003) os enquadramentos das notícias veiculados pelos média são correias de transmissão da ideologia dominante. As *frames* mediáticas servem as elites, tornando os média agentes privilegiados de reprodução da ideologia. “Ao executarem o seu trabalho na construção da realidade, os jornalistas tendem a servir as elites políticas e económicas” (Gradim, 2016, pp. 49-50). Apesar de algumas críticas, não existe ainda uma definição consensual do conceito de enquadramento face à variedade, diversidade e heterogeneidade das definições (Gradim, 2016, p. 55). Contudo, o enquadramento veio complementar a teoria do *agenda-setting*, e tem sido recorrente o seu uso nos estudos sobre processos de comunicação.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

4.5. A *Internet* e as redes sociais: a sua (cada vez mais) influência na opinião pública

Embora alguns autores continuem a atribuir aos média tradicionais um poder determinante na definição da agenda, hoje em dia já não é possível ignorar o fenómeno da *Internet* e das redes sociais, não apenas na promoção do debate público, mas na influência que têm junto da opinião pública. Para João Carlos Correia a pesquisa mais recente sobre o efeito do enquadramento (*framing*) exige novas abordagens face ao crescente ambiente mediático fragmentado (Gradim, 2016, p. 12). Os políticos também vêem o papel de *agenda-setting* diminuído, e já não são os únicos controladores da agenda política: “a comunicação dos média tradicionais, unidirecional, e em que os recetores não interagem com os emissores, tendo vindo a coexistir com um espaço público diferente, que permite uma nova abordagem na relação entre indivíduos, comunidades, e a política” (Lobo & Contreiras, 2017, p. 96). Os políticos vêem-se assim, obrigados a lidar com novos espaços de mediação (Blumler & Coleman, 2010) e os média tradicionais têm vindo a perder o monopólio da comunicação pública (Couldry et al., 2010, p. 37).

As tradicionais teorias do jornalismo que abordadas anteriormente, nomeadamente a teoria do *agenda-setting*, têm vindo a ser discutida à luz das crescentes alterações produzidas na reconfiguração da esfera pública derivadas da *Internet* (Dahlgren, 2005, p. 148). Polat (2005) por exemplo, ao analisar as potencialidades da *Internet* na promoção da participação política, assinala que a *Internet* é uma fonte de informação, um novo meio de comunicação e uma nova esfera pública virtual. Jane Singer (2015) através de estudos feitos em períodos pós-eleitorais nos EUA concluiu que os editores dão cada vez mais importância à *Internet* no processo informativo eleitoral por oposição à imprensa, não só em termos de rapidez, mas também de volume e detalhe, e destacam os vídeos e o *live blogging* nas rotinas produtivas (Singer, 2015, pp. 7-10).

É indiscutível que hoje em dia, a agenda tradicional dos média coexiste com outro tipo de agenda – a agenda (pública) dos novos média. Os fenómenos de “auto-comunicação de massa” combinam-se e interagem com os fenómenos massmediáticos tradicionais (Castells, 2009). As redes sociais na *web 2.0* por meio da interação, com a criação de grupos à volta de interesses específicos (Recuero, 2009) permite que grupos de cidadãos se inter-relacionem, apoiem causas, discutam temas de interesse público, expressem opiniões sobre vários temas/assuntos de forma direta, descentralizada, sem o filtro dos

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

média tradicionais (Lobo & Contreiras, 2015, p. 2). As práticas profissionais, as rotinas produtivas normais, os valores partilhados e interiorizados acerca do modo de desempenhar a função de informar característicos dos média tradicionais não se aplicam ao uso da *Internet*. O processo de produção de informação, é mais livre, e obedece sobretudo à estrutura e ao formato do meio *online* (Singer, 2015). Os blogues dentro da *web 2.0* foram os primeiros a refletir a realidade espelhada pelos média tradicionais, estabelecendo por vezes a agenda mediática. Os blogues políticos mudaram o ambiente mediático e político, e contribuíram para o debate político, ao introduzirem novos temas na agenda política (*policy-agenda*) e na agenda dos média (*agenda-setting*) (Pole, 2010). Outros estudos apuraram que os blogues, embora sigam a agenda dos média tradicionais, mostram-se resistentes aos seus enquadramentos, fazendo *spining* entre as suas audiências (Cornfield et al., 2005; Calado & Serrano, 2015, p. 92).

Face ao surgimento das redes sociais, os blogues têm vindo a perder alguma relevância, e atualmente o *Twitter* e *Facebook* e até mesmo a plataforma *Youtube*, têm vindo a ganhar uma maior capacidade de influência e de agendamento de temas junto da opinião pública. O *Twitter*, deu aos jornalistas “novas formas de comunicar com o público e entre si a grande velocidade” (Lawrence, Molyneux, Coddington & Holton, 2014, p. 789). A definição da agenda parece já não depender tanto dos poderes institucionalizados ou grupos de *lobbies*, mas sim dos cidadãos. É conhecido o seu papel em dar a conhecer “estórias” que depois são contextualizadas e validadas pelos média convencionais (Ferreira, 2017). No campo dos protestos políticos as sucessivas revoltas de países no Norte de África e Médio Oriente, primeiro a Tunísia, depois o Egipto, o Iémen, o Bahrein e Líbia tiveram como elemento agregador as redes sociais tendo sido depois amplificado pelos média tradicionais (Lobo & Contreiras, 2017).

A utilização da *Internet* e das redes sociais em contexto de campanhas políticas tem sido também objeto de estudo em várias pesquisas (e.g. Kes-Erkul & Erdem-Erkul, 2009; Effing, Hillegersberg & Huibers, 2011). A opinião pública pode já não ser tão influenciada pelos média tradicionais (com a sua ideologia, atitudes, e normas profissionais, a orientação política-editorial do veículo, etc.) e, por isso, os candidatos recorrem cada vez mais à mediatização da política nas redes sociais (*Facebook*, *Twitter* e outras) pela possibilidade que lhes é dada, de disponibilizar informação de forma direta aos seus potenciais eleitores (Lobo & Contreiras, 2017). No entanto, falar hoje do uso da

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Internet na política, é falar também de uma nova forma de fazer uso das técnicas de propaganda política. Antes os políticos serviam-se dos média tradicionais, hoje fazem-no através das redes sociais (Lobo & Contreiras, 2017).

Um exemplo recente, foi a eleição do Presidente Norte-americano Donald Trump em 2016, para quem a utilização da rede social *Twitter*, foi a rede privilegiada pelo candidato que acabou por suscitar alguma controvérsia pela forma como foi utilizada na proliferação das notícias falsas (*fake news*) levando a debates internacionais sobre como a disseminação da desinformação terá beneficiado o candidato e prejudicado a sua adversária Hillary Clinton. A candidata democrata chegou a comentar que as notícias falsas se tornaram uma verdadeira “epidemia” e um perigo real com impacto na vida das pessoas (Costa, 2016). Foi assim, que a expressão “pós-verdade” foi eleita palavra do ano de 2016 para os editores dos dicionários *Oxford*. Dito de outra maneira, nas redes sociais assiste-se à vitória das emoções sobre os factos na hora de contemplar a realidade.

Cass R. Sunstein, autor do livro *Republic.com 2.0*, assumiu que “a tecnologia aumentou grandemente a capacidade de as pessoas ‘filtrarem’ o que querem ler, ver e ouvir. Zizi Papacharissi no livro *A Private Sphere: Democracy in a Digital Age*, refere que o ato de “submeter, escolher e aprovar formas particulares de estórias jornalísticas confirma, contradiz ou expande as agendas informativas *mainstream* e transforma os leitores em *gatekeepers* noticiosos” (Ferreira, 2017). Durante muitos anos coube aos jornalistas a função de *gatekeeper*, e a promoção do agendamento sempre que pensavam nos temas que podiam ser publicamente discutidos, e que se traduziam num contributo cívico. Existia uma seleção daquilo que eram factos e notícia. O poder de mediar as informações, e a exclusividade outrora pertencente aos média tradicionais no estabelecimento da agenda poderá estar a perder algum peso face aos novos meios de comunicação *online* (Cunha & Lobo, 2016). Face ao advento dos media sociais, enquanto canal de comunicação política e consumo de informação, e o declínio da autoridade do jornalismo institucional, os pesquisadores devem reavaliar o processo de produção, distribuição, assimilação, e forma como as notícias são postas em prática (Entman & Usher, 2018, p. 298). McCombs já tinha sublinhado que: “não há dúvida que a *Internet* já expandiu muito a variedade de fontes de notícias e informação sobre temas públicos, e sobre qualquer outro tópico que você possa imaginar” (McCombs, 2009, pp. 223-224).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Os média tradicionais parecem ser cada vez menos os mediadores da informação. Contudo, não podemos dizer que os meios de comunicação de massa estão a perder importância, mas sim, que existe no contexto *online* a possibilidade de uma maior diversidade de agendas, e maior visibilidade conferida a determinados atores sociais, originando novos enquadramentos, que podem divergir dos enquadramentos dos média tradicionais, em que os membros das audiências são livres para extraírem os seus próprios significados das mensagens dos média, definindo novas narrativas que reflitam os seus pontos de vista, ou seja, que reflitam o seu posicionamento pessoal face aos temas em discussão (Lobo, 2015, p. 594). Neste sentido, torna-se imperioso fazer uma reavaliação dos enquadramentos tendo em conta a transformação da comunicação pela tecnologia digital (Entman & Usher, 2018, p. 298). Esta abordagem está longe de ser consensual e tem levado à discussão do papel do jornalismo na sociedade atual, em que a existência de plataformas digitais (*twitter*, *Google*, software de *blogging*, agregadores de notícias, *wikis* e outros) para comunicar e redistribuir informação, é apontada como a maior mudança para a transferência de informações entre as elites, média e o público (Entman & Usher, 2018, p. 301).

PARTE II – ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DA CRISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Cap. 5 – Crise económica e financeira: conceitos, dimensões e problemáticas

5.1. O que é uma crise? Delimitação do conceito

Etimologicamente a palavra crise tem origem no grego *Krisis*. Segundo Tucídides significa juízo, resultado de um juízo, ponto crítico, seleção, decisão, mas também contenda ou disputa (segundo Platão). Segundo Cunha (1982) no latim, *crisis* designa “alteração, desequilíbrio repentino; estado de dúvida e incerteza; tensão, conflito” (Ferin Cunha, 2013, p. 25). No Dicionário de Política (Bobbio; Matteuci; Pasquino, 2004), uma crise pode ser definida como um momento de rutura no funcionamento de um sistema, e podem ser caracterizadas por meio de três elementos: imprevisibilidade, duração limitada e incidência no funcionamento do sistema (Ferin Cunha, 2013, p. 25).

Para Bobbio, as crises políticas e económicas estão ligadas tanto a nível nacional como internacional (Ferin Cunha, 2013, p. 26). Para Wolfgang Streeck, a Economia geral tende a conceber a sociedade como governada por uma tendência geral para o equilíbrio, em

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

que as crises e as mudanças não passam de desvios temporários do estado estável de um sistema normalmente bem integrado (Streeck, 2011). Para outros, uma crise pode ainda ser definida como “um intervalo de declínio num longo período de crescimento e desenvolvimento” (Boin et al., 2005, p. 2). Uma crise ocorre “quando os *policy makers* são confrontados com uma ameaça séria para as estruturas básicas ou os valores fundamentais de um determinado sistema, o qual, sob a pressão do tempo e da incerteza das circunstâncias, exige decisões vitais e tem três principais componentes: 1) a ameaça: quanto mais as vidas das pessoas são regidas por valores e estruturas que estão sob ameaça, mais profunda é a crise; 2) a urgência: as crises exigem respostas imediatas para a resolução de problemas, mas também exigem decisões imediatas; 3) uma crise está normalmente associada a um elevado grau de incerteza (Boin et al., 2005, p. 2). Quando ocorre uma crise, e é necessário enfrentá-la os líderes políticos governamentais e os respetivos partidos, bem como os seus competidores fora do Governo, deparam-se com cinco tarefas fundamentais: criação de sentido, tomada de decisão, interpretação do sentido, terminando/aprendendo, opções políticas/mudança de políticas (Boin et al., 2005).

Academicamente, uma crise pode ser descrita como “uma fase de desordem no desenvolvimento de um sistema aparentemente normal” (Boin et al., 2005, p. 2). A definição da natureza da crise como arena conflitual que nos é descrita e apresentada (Boin et al., 2005 e 2008, p. 84; Hart e Tindall, 2009, p. 25) revela que os líderes políticos quando são confrontados com uma grave crise, verificar-se três tipos de situações para o seu enquadramento: 1) a crise é definida como um não-acontecimento (negação da crise). Não é possível atribuir culpas, e as consequências para as políticas são nulas; 2) a crise vista como uma ameaça. Confirma-se a existência de uma crise, mas ela representa uma ameaça crítica para o bem coletivo dentro de um *statu quo*, e por isso, há “uma predisposição para defender os agentes (titulares de cargos incumbentes) e as ferramentas (políticas e práticas organizacionais) do *statu quo* contra as críticas” (Boin et al., 2008, p. 84); a crise vista como uma oportunidade. Nesta forma assume-se a crise tanto como uma oportunidade, quer para culpabilizar os incumbentes, seja para criticar as políticas associadas ao *statu quo* e, conseqüentemente, para substituir tais políticos, no poder, e mudar as políticas. Um exemplo, no caso português, foi a substituição do Governo PS

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

pelo Governo da oposição da direita (PSD e CDS-PP) aquando das eleições legislativas de junho de 2011 (Boin et al., 2008, p. 84).

Para além do enquadramento da crise são ainda apresentadas duas dimensões da exploração política da crise: o jogo político que pode ser relacionado com a atribuição de responsabilidades e culpas aos incumbentes, quer seja da iniciativa da oposição, quer seja dos média, ou por parte dos eleitores; e o jogo das políticas relacionado com a “interação entre as orientações dos defensores de políticas face ao *statu quo* (“pressão para mudar o paradigma das políticas públicas” ou “pressão para reformas incrementais”) e as atitudes dos “jogadores do *statu quo*” “resistir à mudança de políticas” ou “conter a mudança de políticas” (Boin et al., 2005 e 2008, pp. 89-90; Hart & Tindall, 2009, pp. 29-31)

Para Benjamim (1993) a “crise” é sinónimo de modernidade e capitalismo. Representa a medialidade do século XIX e o objetivo de superar o estado permanente da crise deveria ser alcançado através da reflexão filosófica dentro do campo imanente da própria crise. Na definição neoliberal, o conceito de “crise” está ligado ontologicamente ao mundo complexo e globalizado. Para a socióloga Greta Krippner, a crise vivia a partir de 2008, representa outro estágio de desenvolvimento das democracias capitalistas, assente na financeirização, ou seja, “a tendência para a posse do lucro na Economia ocorre cada vez mais através dos canais financeiros ao invés de atividades produtivas” (Krippner, 2011, 4). A partir da era pós-guerra, de crescimento económico elevado e estável, o estado de crise justifica a necessidade de “recorrer ao mercado” mais do que ao Estado na hegemonia do mundo económico (Streeck 2012, p. 408).

Outra perspetiva apresenta uma crise económica como uma fase de recessão caracterizada por falta de investimentos, diminuição da produção, aumento do desemprego, um termo que tem associado um significado geral de circunstâncias desfavoráveis ligadas à Economia. O conceito crise assume hoje uma conotação apenas económica, substituindo palavras como conjuntura, usada com frequência nos anos de 1960 e 1970. Hoje prefere-se falar de crise em vez de conjuntura ou depressão (Bauman & Bordoni, 2014, p. 12). A noção de crise transmite a imagem de um momento de transição de uma condição anterior para uma nova. A crise internacional de 2008 é caracterizada pela combinação simultânea de uma aposta económica de âmbito internacional (as causas) e as medidas tomadas

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

localmente para lidar com isso (os efeitos). Ambas afetam o cidadão. A percepção geral é de que a cura é pior do que a doença (Bauman & Bordoni, 2014, 2014, p. 14).

5.2. Austeridade: conceito e problemáticas

5.2.1. A austeridade, política e discurso político-económico

A palavra austeridade deriva do grego antigo *a>sthr'j* («auste ros»). No tempo de Aristóteles (384 a.C.) o termo já era usado para referir condições duras ou difíceis, embora ele nunca tenha experienciado qualquer tipo de austeridade dado que tinha uma vida privilegiada. Mark Blyth no seu livro “Austeridade – A História de uma ideia perigosa”, tem como principal objetivo desmontar a ideia de que o argumento de que tínhamos gasto demais e a lógica da austeridade como política de crescimento não passam de um “perigoso disparate” (Blyth, 2013, p. 10). As razões que aponta para se manter estas ideias predominantes são ideológicas, e visam salvar os bancos no contexto de crise bancária. A crise financeira que teve início nos Estados Unidos, arrastou consigo os bancos europeus transformando-se numa crise bancária europeia e conduz ao caminho da austeridade assente nos cortes do Estado-Providência, em nome da produção de mais crescimento e oportunidade, isto é, a austeridade como a política de cortar o Orçamento do Estado para promover crescimento (Blyth, 2013, pp. 11-16). Assim, Mark Blyth define a austeridade como:

Austeridade é uma forma de deflação voluntária segunda a qual a Economia se ajusta através da redução de salários, dos preços e da despesa pública para restaurar a competitividade, que é (supostamente) melhor alcançada através da diminuição da despesa, da dívida e dos défices do Estado” (Blyth, 2013, p. 16).

Há quem considere que austeridade não é um conceito económico, mas sim um instrumento de reorganização autoritária e assimétrica das relações sociais, e dentro desta definição são propostas três representações económicas de austeridade: A austeridade como reposição do equilíbrio económico e da autorregulação dos mercados; a austeridade como redução da intensidade da Economia, isto é, a desvalorização interna dos recursos que compõem a Economia (deflação) (Reis, 2014, p. 975). Pode ainda ser definida como um conjunto de opções de política económica e social, que tem como objetivos, reduzir a despesa pública e reduzir a poupança e tem associada uma retórica sobre a “gordura do

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Estado” e os comportamentos “irresponsáveis” dos cidadãos bem como a confiança que é preciso dar aos mercados financeiros (Reis, 2014, p. 980).

As políticas de austeridade começam por ser políticas orçamentais que incidem sobre a despesa pública, no investimento e nas funções sociais do Estado e acabam por refletir-se nos custos salariais e sobre o valor do trabalho. Atingem os direitos sociais adquiridos e a proteção social. O poder de compra diminui com reflexo na procura, reduzindo o crescimento da Economia prejudicando a atividade das empresas, originando descida dos salários, e crescimento de assimetrias na relação laboral. Por isso, são políticas regressivas. A via da austeridade, ligada à desvalorização interna, afetando os rendimentos do trabalho, é uma fonte de injustiças e desigualdade, e leva à redução do capital privado e do capital fixo social (Reis, 2014, p. 981).

O conceito de austeridade esteve ausente do discurso político-económico em Portugal desde o ajustamento de 1983-84. A partir da crise da dívida grega, em 2010, o termo austeridade passa a dominar o espaço político-económico e mediático em muitos países da UE e no seio das próprias instituições europeias. A agenda da austeridade na vertente da redução da despesa (pública e privada) abrangeu vários países atingidos pela crise do euro, inclusive do Reino Unido, e até a Irlanda e Espanha, que apresentava contas públicas consolidadas. Isto significa que não foi apenas a indisciplina orçamental que conduziu às políticas de austeridade, mas foram sobretudo as consequências da crise financeira (Santos, 2014, p. 1021).

As políticas de austeridade consistem em políticas de contração da procura global (mercados interno e externo) com o objetivo de corrigir défices da balança de pagamentos e/ou do Orçamento do Estado e recuperar a competitividade externa. São utilizados vários instrumentos da política orçamental (volume da despesa pública e o nível de impostos), monetária (taxas de juro), e cambial (taxa de câmbio) de forma a reduzir os rendimentos e a despesa em termos reais. A combinação dos diversos instrumentos de política económica (*policy mix*) fica dependente do que se achar mais conveniente para corrigir os desequilíbrios (Santos, 2014, p. 1022). Na ausência do instrumento cambial decisivo nos programas de ajustamento aplicados em Portugal em 1977-78 e em 1983-84, o programa português foi menos bem-sucedido do que na Irlanda. A implosão da Zona Euro não se apresenta como a melhor solução, uma vez que o contexto global é completamente

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

diferente dos últimos 30 anos do século XX. Mario Draghi à frente do Banco Central Europeu (BCE) foi decisivo no afastamento do cenário de implosão da Zona Euro (Santos, 2014, p. 1024). Os compromissos assumidos no *Tratado de Maastricht* assinado em fevereiro de 1992 iriam manter a atual arquitetura da União Económica e Monetária (UEM), assente em “um mercado, uma moeda e vários Estados” (Azevedo, 2014, p. 1139).

A austeridade pode ainda ser vista como sinónimo de diminuição da procura pública e privada, de redução do Produto Interno Bruto (PIB) e de contração da procura para manter ou alcançar uma dada taxa de câmbio ou um dado equilíbrio orçamental. Do ponto de vista económico do Estado-instituição, significa aumentar as receitas e diminuir as despesas públicas o que diminui o défice ou aumenta o *superavit* do orçamento ou da balança económica com o exterior, a balança de pagamentos (Matos, 2014, p. 1032). Estas definições incluem os dois meios de qualquer política de austeridade numa Economia de mercado: 1) a política orçamental referida como a política fiscal; e 2) a política monetária com a diminuição da moeda e do crédito. Austeridade pode ser definida ainda como a atitude ou a propensão de um agente económico, indivíduo, família, empresa ou Estado, para gastar menos do que recebe e poupar o que resta para os tempos difíceis (Ferreira, 2017a). Quando estamos a falar de Estados, as austeridades definem-se como o conjunto de políticas que se destinam a reduzir as despesas públicas até conseguir o equilíbrio com as receitas, com o objetivo de deixar de pedir mais crédito e começar a controlar a dívida pública.

De uma forma simplificada, políticas de austeridade são um conjunto de políticas financeiras dirigidas à redução estrutural dos desequilíbrios financeiros. Pretende-se com estas políticas que após os ajustamentos em cada ciclo económico, sejam corrigidos ou se eliminem os desequilíbrios das variáveis das finanças públicas dos Estados. Estas políticas têm um pendor liberal que visam gerar excedentes orçamentais e externos para reduzir os níveis de endividamento acumulados (Jorge, 2014h, p. 1323). Fazem parte das exigências de quem empresta dinheiro como é o caso do FMI. Teve variantes com mais impacto nos países da Zona Euro que por definição não puderam usar ao mesmo tempo a desvalorização da moeda. Portugal, em 1983-84, ao contrário da crise de 2011-2014, pôde recorrer à desvalorização do escudo para fazer face à austeridade lançada pelo Governo de Mário Soares, Mota Pinto e Ernâni Lopes, que permitiram aumentos nominais de

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

salários, mas que na prática provocaram grande perdas do poder de compra (Ferreira, 2017a).

A política de austeridade adotada em Portugal no período de 2011 a 2014, nunca foi apresentada ao público como aquilo que ela realmente representa: um programa político e ideológico. Este programa incluía a redução de serviços públicos, redução dos direitos sociais e privatizações, que iam no sentido de neoliberalismo (Francisco, 2014, p. 534). Pouco ou nada se tem feito na regulação dos mercados financeiros para que o que se passou em 2008 se volte a repetir. A trajetória iniciada nos anos 80 nas Economias desenvolvidas da Europa e dos Estados Unidos nos anos 80, prevalecem hoje em dia com a privatização de todos os setores da Economia, a redução dos direitos laborais, a moderação salarial, a contração progressiva dos serviços públicos, e a desregulamentação da Economia em prol da progressiva concentração das empresas e a criação de monopólios ou oligopólios. Para além disso, os rendimentos e a riqueza concentram-se cada vez mais e as desigualdades acentuam-se (Francisco, 2014, p. 534).

Outra perspetiva sobre a austeridade enquanto resposta à crise económica, surge como uma panaceia ou solução de tudo ou nada para a resolução onde “aparentemente, é através da ‘desvalorização’ dos direitos, que no contexto presente, se compensa a falta de instrumentos de política económica num espaço integrado como o europeu em que os Estados Membros (E-M) não estão legitimados a usar as comuns fórmulas de soberania de reação às crises” (Marinho, 2014, p. 295). Não podendo desvalorizar-se a moeda, desvaloriza-se o cidadão que desempenha ou desempenhou funções públicas. Para a eurodeputada do PCP, Ilda Figueiredo, a austeridade surge na década de 1980 e foi influenciada pelos teóricos da Escola de Chicago como proposta de salvação do sistema em crise, integrado num complexo sistema político que vive da imposição de medidas que se enquadram no célebre *Consenso de Washington* com o intuito de manter elevadas taxas de lucro para os grupos económicos e financeiros. Em termos ideológicos serviu para impor a agenda do neoliberalismo (Figueiredo 2014, p. 547).

Aplicando as doutrinas económica da Escola de Chicago, as medidas foram seguidas nos anos 70 do século XX por Augusto Pinochet no Chile (1973), na Argentina por Videla (1976), no Reino Unido por Margaret Thatcher (1979) e nos Estados Unidos por Ronald Reagan (1980), e desde 1990, que o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Mundial (BM) tentam implementá-las em várias Economias, nomeadamente, nas Economias emergentes da Ex-União Soviética, e outros países da Europa de Leste sob o lema “estabilizar, privatizar e liberalizar” (Figueiredo 2014, p. 547). Foi a Economia política (e a política económica) que triunfou nos anos 80 e 90 do século passado, que representa o pensamento neoliberal que migrou para Bruxelas, com o intuito de “agradar aos protagonistas do mundo dos negócios” (Santos, 2014, p. 1019).

Este tipo de sistema dificulta o desenvolvimento económico e o progresso social de algumas regiões, propositadamente em prol do crescimento dos lucros das multinacionais e do setor financeiro. Ilda Figueiredo, opõe-se ao *Tratado de Maastricht*, de Lisboa e ao *Tratado Orçamental* por achar que servem os interesses capitalistas monopolistas, que servem o grande capital económico e financeiro. As medidas preconizadas pelos defensores do *Consenso de Washington* não produziram os efeitos desejados em termos de crescimento económico nas Economias onde foram adotadas, e alguns desses defensores acabaram por admitir que o crescimento ficou muito abaixo do esperado. Foi o caso da América Latina, que luta por regimes políticos alternativos anti-imperialistas (e.g. Venezuela, Equador, Bolívia, Uruguai, Nicarágua, Cuba e até Argentina e Brasil) e nos países do Norte de África, em que esse tipo de políticas acabou mesmo por dar lugar às chamadas “revoluções da primavera árabe” (Figueiredo 2014, p. 548).

Pressupunha-se que as políticas de austeridade dessem estabilidade aos países da Zona Euro, o que acabou por não acontecer. Os PIIGS (Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha), adotaram políticas de austeridade muito duras desde a crise financeira de 2008, acreditando que a resposta para os seus problemas fosse cortar no orçamento e reduzir dívida. O resultado foi o contrário, as Economias contraíram-se, a dívida aumentou, e os juros dispararam (Blyth, 2013, p. 19). No caso de Portugal, a dívida líquida portuguesa em relação ao PIB aumentou de 62% em 2006 para 108% em 2012, e os juros das obrigações a dez anos, passaram de 4,5% em maio de 2009 para 14,7% em janeiro de 2012 (Blyth, 2013, p. 19). Na Grécia, pela dívida excessiva do setor público, em Espanha, pelo setor privado muito alavancado, em Portugal e Itália, pela falta de liquidez, e a Irlanda, pela insolvência dos bancos, acreditou-se que a resposta para a resolução dos problemas fosse a austeridade: cortar no orçamento, reduzir a dívida, e os países voltariam a crescer. Os países tiveram que submeter-se às políticas de austeridade e cortaram nos orçamentos, mas a dívida continuou a aumentar enquanto as Economias se contraíam, o

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

que significou que a austeridade não funcionou, porque caso tivesse funcionado, a dívida desses países teria reduzido, e registar-se-ia crescimento económico (Blyth, 2013, p. 19).

A austeridade tal como foi apresentada pelos políticos, como pelos média, em resposta à crise da dívida soberana de que os Estados “gastaram de mais” foi uma “representação fundamentalmente errada dos fatos”, com exceção da Grécia. Para Blyth, a austeridade em vez de promover o crescimento conduziu ao empobrecimento das classes mais baixas, bem como à retração do consumo das famílias. As responsabilidades recaíam nos bancos que na década da introdução do euro na Europa compram grandes quantidades de dívida soberana periférica que valia muito menos hoje, e alavancam-se, isto é, reduzem o capital e aumentam a dívida para obter mais lucros (Blyth, 2013, pp. 21-23). A austeridade visa unicamente a reestruturação orçamental e a redução do défice. Blyth chama-lhe a falácia do défice público. Outros acreditaram que o *bailout* dos bancos salvaria os bancos e traria confiança aos mercados, mas isso também não teve efeitos no défice público (Soromenho, 2013, p. 494). Se a austeridade significa reduzir a dívida e promover o crescimento, na prática não foi isso que aconteceu.

O facto de pura e simplesmente não funcionar é a primeira razão pela qual a austeridade é uma ideia perigosa. Mas também é uma ideia perigosa porque o modo como a austeridade está a ser apresentada, tanto pelos políticos como pelos meios de comunicação – como retorno de uma coisa chamada “crise da dívida soberana”, supostamente criada pelos Estados que aparentemente “gastaram de mais” –, é uma representação fundamentalmente errada dos factos” (Bkyth, 2013, p. 21).

Ao contrário dos Estados Unidos imprimem notas para sair da crise, e o dólar é um ativo global de reserva, os bancos europeus não podem fazer isso. A crise económica e financeira tem origem na falta de liquidez do sistema bancário internacional. Blyth sublinha que foi em primeiro lugar uma crise bancária que rapidamente se transformou na chamada “crise da dívida soberana”. Mas não existiu uma crise da dívida soberana causada pelos Governos, mas sim uma crise bancária, mesmo que passe para as contas do Estado (Blyth, 2013, p. 24). A crise que foi espoletada em 2007 e 2008, foi acima de tudo, uma crise do setor privado. A crise, quer nos Estados Unidos, quer na União Europeia, quer na Europa do Leste foi gerada pelo setor privado (Blyth, 2013, p. 45). Blyth questiona: se todo o problema foi gerado no setor privado, porque é que tanta gente culpa o Estado pela crise e vê os cortes da despesa do Estado como o caminho para sair da confusão do setor privado? e explica: o que aconteceu em 2007 e 2008 foi uma corrida

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

aos bancos através dos mercados de *repôs*². A implosão do setor financeiro dos EUA teve impacto nos fundos soberanos desde os Estados Unidos à Zona Euro. A interação dos mercados de *repos*, instrumentos complexos, carteiras de alto risco e pensamento errado combinaram-se e deram origem à crise que deflagrou nos EUA em setembro de 2008 que mais tarde se estendeu até à Europa provocando a recessão, e foi transformada pelas elites políticas e financeiras como uma crise do Estado soberano ou do setor público. A dívida privada de instituições financeiras altamente alavancadas transforma-se em dívida pública dos Estados (Blyth, 2013, p. 87).

Para John Cochrane (2009) da Universidade de Chicago a “cada dólar de aumento da despesa do Estado tem de corresponder a menos um dólar de investimento privado. Podemos construir estradas em vez de fábricas, mas o incentivo fiscal não pode ajudar-nos a construir mais de ambas as coisas” (Cochrane, 2009, p. 2). Blyth considera esta interpretação errada, porque a” política de austeridade ser exatamente o que não se deve fazer, porque produz precisamente os resultados que se está a tentar evitar” (Blyth, 2013, p. 17). Dá o exemplo de Portugal, Irlanda Itália, Grécia e Espanha (os PIIGS da Europa), em que se pressupunha que as políticas de austeridade dessem estabilidade aos países da Zona Euro e não foi isso que aconteceu. Os pacotes de austeridade a que estes países foram sujeitos desde que a crise financeira os atingiu acabaram em resgate.

As políticas de austeridade não geram crescimento e provocam recessão, sobretudo nas Economias mais frágeis. Se a Economia não cresce, as receitas do Estado diminuem, e as despesas públicas aumentam. O défice público não diminui e o peso dos encargos da dívida tornam-se insustentáveis. Os países aumentam o seu endividamento para satisfazer os encargos da dívida entrando num círculo vicioso de redução de *déficits* públicos que não tem fim.

A 2 de Março de 2012 foi aprovado, por 25 dos 27 E-M da UE, o *Tratado sobre a Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária – Pacto Orçamental*, que obriga os E-M a ter disciplina orçamental na Zona Euro, ou seja, impõe um limite para o défice estrutural de 0,5% do PIB. Entrou em vigor, assim que foi ratificado por apenas 12 dos 25 signatários. Apenas o Reino Unido e a República Checa

² Sobre o mercado de “repo”, ver Gary Gorton, *Slapped by the Invisible Hand: The panic of 2007*, Nova Iorque: *Oxford University Press*, 2010.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

ficaram de fora neste tratado inter-governamental. Este tratado pretendeu “‘consitucionalizar’ e ‘eternizar’ o neoliberalismo e as políticas de austeridade, o que faz deste ‘pacto’ um pacto contra o crescimento e contra o emprego, um verdadeiro “golpe de estado europeu” (Nunes, 2014, p. 141).

Sobre a austeridade em Portugal, Paul Kugman (prémio nobel da Economia) afirmou numa entrevista ao *Jornal de Negócios* e à *RTP* (28.02.2012) que “ter mais austeridade não será produtivo. Mas [Portugal] não pode abdicar simplesmente da austeridade”. Relativamente aos salários defende que “Portugal tem de ser mais competitivo em relação ao resto da Zona Euro (...) e terá de haver um ajuste substancial, que deveria ser feito pela parte da produtividade em vez de pelos salários. Sobre a dívida pública portuguesa, Krugman, considera que é muito elevada e que a tendência é para aumentar porque a Economia iria crescer lentamente, e, por isso, teria de haver perdão para a dívida.

Apesar das várias perspetivas apresentadas sobre as políticas de austeridade, ela é defendida por na teoria económica como elemento essencial ao reequilíbrio das contas públicas e da melhoria da solvência dos países (e.g. Kitromilides, 2011, p. 518). No caso de Portugal, um País sem política cambial e monetária, com a necessidade de fazer reduções na procura interna, a implementação de medidas de austeridade poderá não ser tão bem-sucedida (Martins, 2014, p. 208), o que veio a revelar-se mais tarde.

5.2.2. Perspetivas sobre a (in)evitabilidade das medidas “austeritárias”: a dimensão económica, política, social e financeira

A crise financeira desencadeada em 2008 nos EUA, usualmente designada como crise do *subprime*³, teve repercussões à escala global, e na Europa afetou num primeiro momento, os sistemas financeiro e bancário, e num segundo momento, abriu caminho à crise das dívidas soberanas da Zona Euro. São vários os autores que abordaram as várias dimensões da crise económica e financeira. Numa perspetiva mais económica ou política – económica são abordadas as raízes da crise, os contornos e as consequências da crise (Blyth, 2013; Monastiriotis et al., 2013; Reinhart & Rogoff, 2010). Na questão da gestão das crises (Boin et al., 2005 e 2008; ‘T Hart & Karen, 2009; Tindall & ‘T Hart, 2009).

³ “Subprime”, indicava um segmento do mercado hipotecário americano, o da concessão de empréstimos para aquisição de casa própria a pessoas com baixos rendimentos, que ficou conhecido na gíria pelo acrónimo NINJA (no “income”, no “assets”, no job). O nome servia para o opor ao segmento prime, das hipotecas de baixo risco.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Sobre a contestação sociopolítica às políticas de austeridade e/ou sobre os níveis e estilos de participação sociopolítica, antes e depois da crise (Amador, 2013; Anduiza et al., 2013; Rüdig & Karyotis, 2013). Numa dimensão mais cultural (Castells, 2012). Nos ensaios de Ferreira (2014) são abordadas várias dimensões da crise (sociais, económicas, jurídicas e políticas).

A crise económico-financeira de 2008 foi considerada a mais grave crise económica ocidental desde a política económica que conduziu à Grande Depressão de 1929-30 sem esquecer a crise a seguir ao fim do sistema de *Bretton Woods*, e ao choque dos preços do petróleo em 1971 e 1973. O Relatório Final da Comissão Nacional sobre as *Causas da Crise Financeira e Económica nos Estados Unidos* revela que a crise financeira era evitável e que o problema se situou no plano dos decisores económicos e políticos (Santos, 2014, pp. 1017-1018). A crise financeira na perspetiva de Romão (2014, p. 251) resultou de três elementos essenciais: 1) é intrínseca ao funcionamento do capitalismo; 2) da crescente financeirização da Economia globalizada, e com forte desregulação; e 3) de desajustamentos num quadro em que o pensamento liberal se tornou dominante. A fase mais aguda da crise começa pelo incumprimento de pagamentos de créditos concedidos nos EUA (bolha imobiliária) que passa a crise bancária (falência simbólica em setembro de 2008 do banco Lehman Brothers), estende-se ao sistema financeiro nos EUA, e depois por todo o mundo com particular incidência na Europa atingindo as Economias mais frágeis e com menos capacidade de resposta financeira.

A Alemanha enquanto Economia estruturante da Zona Euro, assumiu o comando na condução de encontrar uma solução para a crise que se baseou na imposição aos E-M de políticas de austeridade de carácter recessivo em ‘reformas estruturais’ com custos sociais elevados, baseadas em cortes drásticos na despesa pública e aumento dos impostos (Romão, 2014, pp. 255-257). O Tratado de *Maastricht* assinado em dezembro de 1991 prevê um conjunto de normas designadas de Pacto de Estabilidade (PEC) com o objetivo dos E-M evitarem défices orçamentais excessivos de forma a manter-se a estabilidade da moeda e a estabilidade monetária ou económica dos países⁴.

⁴ De forma a evitar que cada um dos E-M mantivesse défice orçamentais excessivos, estipulou-se um máximo de 3% para a relação entre o défice orçamental programado ou verificado e o produto interno bruto a preços de mercado; e um máximo de 60% para a relação entre a dívida pública e o produto interno bruto (Albuquerque, 2014, p. 267).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Houve quem defendesse que a causa da crise está relacionada com a criação do euro (*Tratado de Maastricht* em 1991) e com a forma como a política monetária e orçamental foi seguida na Zona Euro (Albuquerque, 2014, p. 266). A perda de soberania monetária obrigou os Estados a obter fundos de que necessitavam para poder efetuar despesa pública. Têm de cobrar impostos e obter financiamentos, mas já não podem emitir moeda. Caso haja défice das contas públicas, têm de recorrer ao financiamento prévio, interno ou externo (Albuquerque, 2014, p. 270). Na Europa, apesar da adesão à moeda única, os critérios de convergência e os critérios definidos no *Pacto de Estabilidade*, não evitam muitos dos problemas que afetaram alguns países. Muitos países entram em recessão e austeridade e aumentam a distância entre os países do Sul da Europa dos países do Norte (Albuquerque, 2014, p. 271). A construção institucional da União Monetária e da moeda única “teve impulsos fundamentalmente políticos, e não levou em conta a especificidade dos países que a iriam constituir, nem as dificuldades que as respetivas divergências de natureza económica realçariam ao longo do processo” (Albuquerque, 2014, p. 274).

O *Tratado de Maastricht* não tinha contemplado mecanismos regulamentares que evitassem situações de crise em qualquer país da UE. A integração dos países no euro em 2000 leva anos depois a um excesso de liquidez nos mercados, taxas de juro baixas, o que faz aumentar o crédito, e disparar, conseqüentemente, o nível de endividamento das Economias mais fracas da Zona Euro, os chamados países periféricos (Grécia, Itália, Irlanda, Espanha e Portugal), sem capacidade de desvalorização da moeda, sobretudo, nos anos de 2009 e 2010, altura em que os Estados tentam inverter o sentido da crise imbuídos do espírito keynesiano, de aumentar significativamente a despesa pública e recurso ao crédito, até ao início da crise económica, e o início do período dos resgates (Albuquerque, 2014, p. 276). Estes países entram em recessão e vários setores entram em colapso, em que a redução dos salários e os rendimentos dos fatores produtivos são vistos como a única forma de aumentar a competitividade como reflexo da ideologia liberal do Estado mínimo (Santos, 2014, p. 432). Foi assim que Portugal, como veremos mais adiante, entra numa crise profunda, e sem forma de recorrer ao crédito tanto externo como interno, solicita ajuda internacional. Os governos tomaram medidas de redução da despesa pública e aumento de impostos, para reequilibrar as contas públicas (Albuquerque, 2014, p. 283).

Ao falar-se de recessão, Blyth partilha da opinião de que “a pior coisa que pode acontecer é o governo envolver-se. Inundando o mercado de liquidez, mantendo a taxa de juro baixa

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

quando o crédito é escasso, ou tentando estimular a Economia para suavizar o ciclo, a intervenção prolonga simplesmente a recessão” (Blyth, 2013, p. 221). Para Mises a intervenção do Estado produz um problema ainda pior: cria uma greve de capital entre os investidores (Blyth, 2013, p. 221). Uma outra perspetiva aponta para a necessidade de resgatar os bancos em risco de falência para responder ao impacto negativo da crise na atividade económica e no emprego, leva os governos a tomarem medidas que fazem aumentar o défice e a dívida pública. Assim, a evolução das dívidas soberanas em alguns países europeus, foi fruto da evolução da Economia europeia e levou à discussão de um plano de recuperação para a Economia europeia no Conselho Europeu de 11 e 12 de dezembro de 2008. Foi a crise financeira internacional que causou a crise das dívidas soberanas, e não o contrário, como quer fazer crer a ortodoxia do pensamento económico dominante nas instituições europeias junto da opinião pública. Não foram os desequilíbrios orçamentais as causas das dívidas soberanas (Santos, 2014, p. 414).

5.2.3. Algumas evidências reveladoras dos erros das políticas de austeridade

A conjugação da política de austeridade com a ausência de políticas de crescimento económico impede o progresso e o bem-estar. O FMI, uma das instituições envolvidas na implementação do programa de ajustamento em Portugal fez eco disso através de um estudo de Olivier Blanchard e Daniel Leigh “Are we underestimating Short-term Fiscal Multipliers?” publicado em outubro de 2012 no *IMF - World Economic Outlook*, sobre a forma como a política de austeridade estava a ser conduzida ao subestimar o efeito recessivo das medidas de austeridade sugerida por aquela instituição (Santos, 2014, p. 417). Em janeiro de 2013, um outro estudo de Olivier Blanchard, mostra que o efeito recessivo da austeridade é muito superior ao que foi considerado na conceção dos programas de ajustamento. Os chamados ‘multiplicadores fiscais’ relacionam o valor do corte da despesa pública com o valor em que o PIB seria reduzido como resultado desse corte. O artigo mostra que os multiplicadores fiscais foram superiores a um, ou seja, um corte de despesa de um euro provocava uma diminuição do PIB superior a um euro, o que parecia indicar que “o foco no corte das despesas e redução do tamanho do setor público era mais uma opção ideológico do que uma solução técnica (...) corporizada na doutrina da “austeridade expansionista” (Francisco, 2014, p. 528).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

O FMI admitiu alguns os erros ao longo do processo de ajustamento, como foi o caso dos multiplicadores aplicados nos quadros Excel para a Grécia, Irlanda e Portugal, em relatórios e em artigos científicos do ex-economista chefe Olivier Blanchard referidos anteriormente, sintetizados pelo Organismo de Avaliação Independente do FMI (*Independent Evaluation Office – IEO*). Este organismo serve para avaliar as políticas seguidas pela instituição. Christine Lagarde, diretora-geral do FMI foi interpelada no decorrer de uma conferência em Bruxelas. Em declarações públicas sobre a questão dos chamados "multiplicadores automáticos" afirmou: “Dissemo-lo porque é também uma questão de honra para o FMI reconhecer os seus erros quando eles são cometidos, ou de reconhecer que alguns temas não foram suficientemente abordados e explorados a fundo” (Rosário, 2013). No caso português foi inicialmente usado um multiplicador de 0,5, e em outubro de 2012 foi revisto para 0,8. Isto significava que o “estrago” provocado no PIB por cada euro de austeridade passou de 50 para 80 cêntimos.

No “Relatório sobre o FMI e as crises na Grécia, Irlanda e Portugal”, publicado a 28 de julho de 2016 em *Washington*, foram vários os erros ocorridos nos resgates da Zona Euro, relacionado com as estimativas económicas e orçamentais. O FMI apoiou programas de resgate na Grécia e Portugal, baseados em projeções de crescimento excessivamente otimistas. Outro dos problemas foi terem sido usados multiplicadores orçamentais, que subestimaram o efeito negativo das medidas. Outro dos problemas foi atribuído aos ritmos irrealistas exigidos para as reformas estruturais e o facto de o Fundo ter perdido “a sua característica agilidade como gestor de crise”, a sua direção executiva ter desempenhado “um papel limitado na sua função de supervisão durante muito do período de crise” e a ideia de que o FMI estava a tratar “de um modo diferente” Economias desenvolvidas e em particular as da zona euro na Europa (Rodrigues, 2016).

Outro estudo defendeu a tese de que para haver crescimento económico o endividamento público devia diminuir, ou seja, os rácios da dívida deviam diminuir. Se partirmos da ideia de Reinhart e Rogoff (2010) que colocam o limite de 90% do PIB a partir do qual a dívida começa a prejudicar o crescimento: “Our main finding is that across both advanced countries and emerging markets, high debt/GDP levels (90 percent and above) are associated with notably lower growth outcome” (Reinhart & Rogoff, 2010, pp. 573-578). Portugal não reunia condições para que a Economia crescesse. As políticas de austeridade-expansionista devem permitir reduzir o défice e a dívida. A redução seria

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

feita através do corte da despesa, e da redução do peso do Estado na Economia e nunca pela via do aumento dos impostos. Assim, consegue-se gerar confiança nos agentes económicos para o investimento, gerando crescimento económico. Além disso, a confiança derivada da disciplina orçamental colocava os juros a níveis sustentáveis. A tese de Reinhart e Rogoff acabou por ser refutada por ter sido detetado erros de cálculo e omissão de partes de dados.

Após a crise financeira internacional, o que se verificou em muitos países foi que as políticas de cortes na despesa orçamental e da subida de impostos, levaram à recessão e ao aumento do desemprego e tiraram capacidade à Economia de gerar riqueza para amortizar a dívida pública, o que a faz aumentar para além do limiar dos 90% do PIB, limiar a partir do qual o crescimento económico sofre uma redução significativa. Grande parte dos países da UE⁵ viram o rácio das suas dívidas públicas a crescer contribuindo negativamente para a redução do crescimento económico. As medidas de austeridade não geraram crescimento e provocaram recessão, sobretudo nas Economias mais frágeis. Se a Economia não cresce, as receitas do Estado diminuem, e as despesas públicas aumentam. O défice público não diminuiu e o peso dos encargos da dívida tornaram-se insustentáveis. Os países tiveram de aumentar o seu endividamento para satisfazer os encargos da dívida entrando num círculo vicioso de redução de *deficits* públicos que não tem fim (Rodrigues, 2016).

Cap. 6 - Contextualização histórica da crise económico-financeira em Portugal

6.1. Os Planos de Estabilidade e Crescimento (PEC I, PEC II e PEC III)

O Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) é um documento que visa estabelecer medidas políticas de forma a garantir o crescimento e a evolução da Economia nacional. Foi elaborado de acordo com as obrigações definidas na União Europeia (UE) e de acordo com o Código de Conduta do Pacto. Contempla um conjunto de medidas que visam equilibrar as contas públicas. Em 2010, houve três PEC. No total foram quatro os programas apresentados pelo XVIII Governo Constitucional de Portugal para combater a crise de sobre-endividamento do Estado Português. O Governo português liderado por

⁵ Bélgica, Irlanda, Grécia, Espanha, França, Itália, Chipre e Portugal.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

José Sócrates, percebeu em 2010 que as contas do Estado estavam desequilibradas e lançou o PEC I a 15 março de 2010 (2010-2013).

No PEC I reconheceu-se a existência da crise financeira e económica, e os efeitos na Economia e nas contas públicas. Este PEC foi apresentado com o objetivo de reduzir o défice público para 2,8% do PIB até 2013, ou seja, reduzir o défice orçamental em 5,5 (p.p.) do PIB, e de controlar o crescimento da dívida pública. O efeito das medidas de austeridade teria impacto na poupança orçamental, de 1,87% do PIB em 2011; 2,82% do PIB em 2012; e 3,56% do PIB em 2013. O PEC I, inaugura a fase de austeridade com vista à consolidação orçamental, acabando as suas medidas mais tarde por ficarem inscrita de forma saliente no ‘Memorando de Entendimento’ da *troika*, como condição necessária para o reforço da confiança e para um crescimento económico sustentado que iria contribuir para corrigir os desequilíbrios macroeconómicos externos e para a promoção da competitividade da Economia portuguesa (Costa & Caldas, 2013, p. 80).

Contudo, os esforços no sentido de controlar as contas através de cortes mostraram-se insuficientes, e em junho de 2010 o Governo socialista decretou uma nova lei em que lançou um novo pacote de austeridade, o PEC II. Neste segundo PEC, surgem novos cortes orçamentais com vista à consolidação orçamental, que visavam reforçar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública. Uma das medidas contempladas foi o aumento da taxa do IVA de 20% para 21%. Entretanto os mercados sobem as *yields*⁶ da dívida pública, e apertaram cada vez mais os custos do financiamento do país. Portugal a 29 de setembro de 2010 teve de lançar o PEC III. Um pacote de austeridade com medidas adicionais que incidia nos cortes de direitos sociais (caso dos salários dos funcionários Públicos) em 3,5% entre 1.500 e 2.000 euros e em 10% acima deste limite (Costa & Caldas, 2013, p. 80).

O PEC III determinou uma nova subida do IVA, de 21% para 23%, o congelamento de pensões, e o aumento das contribuições dos trabalhadores para a Caixa Geral de Aposentações, conforme constam dos Relatórios do Orçamento de Estado 2011. Mas,

⁶ “Yield”, ou rendimento, é uma medida de lucratividade e viabilidade de investimento. O lucro anual é exibido como rendimento e podem incluir outros conceitos, tais como rendimento interno, percentual, maturação (para títulos) e dividendos (para ações). O rendimento pode depender dos meios de negociação (passivo/ativo) e de como o *trader* lida com os riscos de mercado. É necessário manter os riscos sob controle de modo a não sofrer grandes perdas. Acedido em <https://alpari.com/pt/beginner/glossary/yield/>

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

estes sucessivos Planos de Estabilidade e Crescimento revelaram-se insuficientes para diminuir o défice público que no final de 2010 cifrava-se em 11,2% do PIB (Costa & Caldas, 2013, p. 80). Foram várias as medidas previstas em cada um dos sucessivos Planos de Estabilidade e Crescimento (PEC), tanto do lado do aumento da receita, como de redução da despesa, conforme mostra a tabela 1.

Tabela 1: Planos de Estabilidade e Crescimento (PEC)

Planos de Estabilidade e Crescimento (PEC)
PEC I (2010-2013)
AUMENTO DAS RECEITAS
Sujeição das mais-valias imobiliárias à taxa de IRS de 20%
Limitação global das deduções no IRS
Limitação global dos benefícios fiscais no IRS
Congelamento das deduções no IRS indexadas à Retribuição Mínima Mensal Garantida
Redução da dedução específica no IRS para as pensões acima de 22.500 euros anuais
Eliminação dos benefícios fiscais no IRS com seguros de acidentes pessoais e de vida
Reforço da tributação dos benefícios acessórios no IRS e IRC
Criação de tributação extraordinária em IRS, à taxa de 45%, para os rendimentos coletáveis superiores a 150 mil euros
Introdução de portagens nas SCUT
Concessão de exploração de linhas da CP
Privatizações no sector de energia: Galp Energia; EDP; REN; Hidroelétrica Cahora Bassa
Privatizações no sector de transporte aéreo: ANA; TAP
Privatizações no sector ferroviário: CP Carga; EMEF
Privatizações no sector financeiro: BPN; Caixa Seguros
Privatizações no sector de comunicações:
CTT
Privatizações no sector de distribuição de papel:
INAPA
Privatizações no sector mineiro:
Sociedade Portuguesa de Empreendimentos
Alargamento e controlo das contribuições para a Segurança Social, através da entrada em vigor do código contributivo do reforço do combate à fraude e evasão contributiva através, entre outras medidas:
Do cruzamento de dados com o a Administração Fiscal
De processos automáticos de cobrança coerciva
CORTE NAS DESPESAS
Forte contenção salarial e reforço da regra de contratação 2 por 1, de modo a reduzir para 10% o peso no PIB das Despesas com Pessoal em 2013. Estima uma redução nominal de, pelo menos, 100 milhões de euros em cada ano
Obrigatoriedade de prova de recursos para aceder a prestações sociais não contributivas
Congelamento do valor de todas as prestações sociais não contributivas
Diminuição de um teto de transferência de fundos para as despesas sociais não contributivas da Segurança Social de: 7.100 milhões de euros em 2011; 7.000 milhões de euros em 2012; 6.900 milhões de euros em 2013
Diminuição de um teto de para o Rendimento Social de Inserção de: 400 milhões de euros em 2011; 370 milhões de euros em 2012 e em 2013
Alteração no Subsídio de Desemprego:
Revisão da relação entre o subsídio de desemprego e o salário do último emprego
Diminuição do valor de salário oferecido que obriga à aceitação do posto de trabalho
Gestão e controlo de despesas em Saúde: Controlo interno e implementação de modelos de contratualização e mecanismos de incentivos nas entidades do Serviço Nacional de Saúde;

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Política de medicamentos; Prescrição eletrónica; Meios complementares de diagnóstico e terapêutica
Aceleração da convergência do regime de pensões da Caixa Geral de Aposentações com o Regime Geral da Segurança Social
Antecipação da nova regra de penalização de pensão antecipada e da plena entrada em vigor, já entre 2012 e 2013, do requisito da idade de reforma aos 65 anos
Redução de despesas de funcionamento do Estado com: Definição de tetos de 90 milhões de euros em 2011-2013 para as despesas com <i>outsourcing</i> , com projetos, estudos, pareceres e consultoria; Redução de 40% nas dotações anuais previstas na Lei de Programação Militar para despesa com material militar (não assumindo novos compromissos) Racionalização no parque de veículos do Estado e melhoria da eficiência do Sistema Nacional de Compras Públicas
Melhorias de gestão na Educação e na Justiça, em particular na gestão da rede, dos processos e de cada unidade
Adiamento, por dois anos, das linhas ferroviárias de alta velocidade Lisboa-Porto e Porto-Vigo
Não assumir novos compromissos relativos a concessões rodoviárias e regresso progressivo a níveis de investimento pré-crise
Regra de endividamento líquido nulo para as entidades da Administração Regional e Administração Local
Concentração progressiva do incentivo ao abate de veículos na compra de automóveis elétricos e de elevado desempenho ambiental
Definição de um limite ao endividamento das empresas públicas: 7% em 2010; 6% em 2011; 5% em 2012; 4% em 2013
Contratualização do serviço público com todas as empresas de transportes e revisão dos contratos de serviço público na área da comunicação social, até ao final de 2010
Alinhamento das regras das empresas públicas, relativas a aumentos salariais e gestão do parque automóvel, com o definido para a Administração Pública
Revisão dos planos de pensões e de saúde, das empresas públicas, que não tenham suporte contributivo
Criação de centrais de compras ao nível de cada empresa pública e a nível sectorial
Unidade de tesouraria para empresas não financeiras do Sector Empresarial do Estado
Avaliação e revisão do modelo de financiamento da empresa Estradas de Portugal
Criação de quadro orçamental plurianual, com definição de tetos de despesa e orçamentação por programas

PEC II – Medidas adicionais – reajustar medidas aprovadas pelo PEC I (Publicado em Diário da República a 30 de junho (Lei nº 12-A/2010))

AUMENTO DAS RECEITAS
Aumento, em 1 %, de cada uma das taxas do IVA (reduzida, intermédia e normal), que passam a ser de 6%, 13% e 21%;
Nas regiões autónomas dos Açores e Madeira, o IVA passa a ser de 4%, 9% e 15%
Aumento do IRS, em 1 % para rendimentos mensais até 2.375€ e em 1,5 % para rendimentos superiores a 2.375€. Para rendimentos iguais ao salário mínimo não há aumentos. A cobrança deste aumento tem efeitos reactivos desde o início do ano;
Aumento do IRC, com uma sobretaxa adicional de 2,5 % às empresas cujo lucro tributável seja superior a 2 milhões de euros;
Agravamento da taxa liberatória para rendimentos de capitais, passa de 20 para 21% para rendimentos inferiores a 18.000€ e para 21.5% para rendimentos superiores a esse valor.
Aumento do Imposto do Selo na concessão de crédito ao consumo.
CORTE NAS DESPESAS
Congelamento de novos contratos na Função Pública
Redução de 5 % nos salários de membros do Governo, deputados, autarcas, gestores públicos e reguladores.
Redução de transferências para as regiões autónomas, num corte global de 5 milhões de euros
Corte nas transferências para os municípios em 100 milhões de euros
Proibição dos municípios contratualizarem novos empréstimos, com a exceção daqueles contraídos para amortizar a dívida

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Cortes não especificados na aquisição de bens e serviços por parte do Estado. Previsão de um corte global de 1.100 milhões de euros

PEC III (2011-2014)

AUMENTO DAS RECEITAS

Revisão do sistema de deduções do IRS

Revisão dos benefícios fiscais de pessoas coletivas

Convergência da tributação dos rendimentos da categoria H com o regime de tributação da categoria A

Aumento da taxa normal do IVA em 2%, para o valor de 23%

Aumento da taxa normal do IVA em 1% nos Açores e Madeira, para o valor de 16%

Revisão das tabelas anexas ao Código do IVA

Imposição de uma contribuição ao sistema financeiro

Aumento em 1% da contribuição para a Caixa Geral de Aposentações

Revisão geral do sistema de taxas, multas e penalidades

Emissão de várias concessões: jogos, explorações hídricas e telecomunicações

Aumento das taxas de serviços públicos de justiça e administração interna

CORTE NAS DESPESAS

Redução de 5% nas remunerações acima de 1500 €/mês na Administração Pública, institutos públicos, órgãos de soberania, entidades reguladoras e empresas públicas (redução anunciada como progressiva)

Congelamento das pensões em 2011

Congelamento das promoções e progressões na Função Pública

Congelamento de admissões e redução do número de contratados na Função Pública

Redução das ajudas de custo, horas extraordinárias e acumulação de funções

Eliminar a acumulação de vencimentos públicos com pensões do sistema público de aposentação

Reduzir despesas com medicamentos e meios complementares de diagnóstico no Serviço Nacional de Saúde

Reduzir os encargos da ADSE

Redução em 20% nas despesas com o Rendimento Social de Inserção

Eliminar o aumento extraordinário de 25% do abono de família para famílias com rendimentos anuais brutos entre os 2.934,54€ e os 5.869,08€ (correspondentes aos 1º e 2º escalões do abono de família)

Eliminar o abono de família para famílias com rendimento anual bruto superior a 8.803,63€ (eliminação dos 4º e 5º escalões do abono de família)

Redução das transferências do Estado para outros subsectores da Administração

Redução das despesas no âmbito do PIDDAC

Redução das despesas com indemnizações compensatórias e subsídios às empresas

Redução em 20% das despesas com a frota automóvel do Estado

Extinção/fusão de organismos da Administração Pública direta e indireta

Reorganização e racionalização do Sector Empresarial do Estado, com a redução do número de entidades e o número de cargos dirigentes

Fonte: Conceção própria adaptado de <http://www.gpeari.min-financas.pt/analise-economica/publicacoes/documentos-de-politico-economica/programa-de-estabilidade-e-crescimento-pec>

6.2. A cronologia dos acontecimentos – Como Portugal chegou ao Resgate?

No ano de 2009 a crise europeia estava no auge logo após o resgate da Grécia e da Irlanda, antes do contágio a Espanha ou Itália. A implosão do euro e a possibilidade de um terceiro resgate eram cenários reais, mas negados pelos responsáveis políticos na altura. A dimensão do problema não era assumida e o Governo de José Sócrates ao perder o controlo das contas públicas apresentou vários Planos de Estabilidade (PEC) desde março de 2010, agravando cada vez mais a austeridade para travar o défice público e tentar

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

baixar os juros para se poder financiar no mercado que em 2010, para uma emissão a 10 anos rondavam os 7% (Jorge, 2017).

Portugal interrogava-se no início de 2011, se a intervenção do FMI e as eleições legislativas seriam um cenário provável para os próximos meses. Os anos de 2009 e 2010 são maus em termos de finanças públicas, dado que o controlo da despesa e do défice público pareciam estar aquém do desejável, a que se juntava a pressão para as altas taxas de juro e o (im)provável acesso ao financiamento em 2011. José Sócrates (primeiro-ministro), nos primeiros meses de 2011 prepara o PEC IV com a Comissão Europeia e o BCE no sentido de tentar convencer os mercados do controlo da situação e conseguir assim obter uma linha de apoio, mas foi um esforço inglório, como veremos mais adiante (Jorge, 2017).

Discutia-se no início de 2011 cada vez mais o eventual recurso ao FMI e ao fundo de estabilização da UE. Gestores, economistas e empresários viam cada vez mais essa possibilidade como uma realidade premente, envolvida num cenário de instabilidade política. Os boletins da execução orçamental dos primeiros meses de 2011 ditavam se o Executivo de Sócrates conseguia ou não cumprir as metas do OE. A Economia na Zona Euro também levanta muitas incertezas. As perspetivas económicas para o País em 2011 não eram nada otimistas na visão de muitos líderes. Um inquérito administrado pelo *Jornal de Negócios* em janeiro de 2011 a vários empresários, economistas, gestores e líderes de opinião, revelava que o risco do aumento do desemprego e o recurso à ajuda financeira ao FMI e à UE era um cenário muito provável. A instabilidade política, mais do que a intervenção externa era prevista pela maioria dos inquiridos (Garrido & Silva, 2011, p. 8).

O risco de fragmentação do Euro era visto por seis dos 52 empresários inquiridos, e a redução do défice público era a prioridade da política económica seguida da redução da dívida da Economia. Em termos políticos, 58% dos inquiridos esperavam que o Presidente da República vencedor das eleições de 23 de janeiro de 2011 fosse mais interventivo e parte de uma solução. Apenas 27% considerava que mais intervenção não era bem-vinda. Relativamente à parte económica sobre como Portugal podia melhorar o desempenho da Economia, mais de 19% das 52 respostas dos economistas inquiridos revelavam que a prioridade das empresas devia passar pelo aumento das vendas nos

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

mercados externos; 17% pelos cortes nos custos; e apenas 4% apontam como prioridade aumentar o emprego (Garrido & Silva, 2011, p. 8).

O desemprego era o maior problema: 98% considerava que era um fator de risco muito alto para Portugal em 2011, e só 2% era da opinião que representava pouco risco. A inflação não era tida em conta como fator de “stress” para o País (83 %). Apenas 4% considerava que “muito” e 13% “nada”. Na questão do acesso ao financiamento a maioria referiu que o custo do financiamento era um problema de “muito” risco para a Economia portuguesa, bem como o custo do financiamento que representava uma área de muito risco (88%) (*Jornal de Negócios*, 03/01/2011, p. 7). Mais de 2/3 (67%) dos inquiridos não tinha dúvida que havia “muito” risco da UE e o FMI intervirem em Portugal em 2011 bem como era elevado o risco (75%) de Portugal viver uma forte instabilidade política (*Jornal de Negócios*, 03/01/2011, p. 7). Quando inquiridos sobre quais deviam ser as prioridades nas políticas para 2011, 80% apontava a redução do défice público previsto no OE de baixar o saldo das contas públicas para 4,6% do PIB e reduzir a dívida global da Economia, e só muito depois apareciam as melhorias na Justiça, na Educação e na Obras Públicas (*Jornal de Negócios*, 03/01/2011, p. 8).

Sobre as prioridades para as empresas, os economistas defendiam que Portugal devia apostar nas exportações. Mais de 19% das 52 respostas, indicavam o aumento das vendas nos mercados externos como primeira prioridade, seguida do corte nos custos e a aposta no processo de reestruturação (17%). Apenas 4% indicavam como prioridade “aumentar o emprego” (*Jornal de Negócios*, 03/01/2011, p. 9). Relativamente à questão da liderança do Governo e Presidente os inquiridos elegiam Pedro Passos Coelho como o melhor político posicionado para combater a crise, ou seja, depositavam nele mais confiança para chefiar o Governo (40%) por oposição a José Sócrates (10%) (*Jornal de Negócios*, 03/01/2011, p. 9).

6.3. O papel das agências de *Rating*

No início de 2011, o Banco Nacional da Suíça (BNS), deixa de aceitar a dívida de Portugal como garantia para financiamento. Os *ratings* da República não cumpriam os requisitos mínimos: AA-/Aa3. A 21 de Janeiro de 2009, a agência *Standard & Poor's* cortava a notação da dívida da República de AA- para A+ e mais tarde para A-, dadas as perspetivas de estagnação da Economia, e o elevado custo do financiamento. Para a

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

agência *Moody's*, Portugal não cumpria os requisitos desde abril de 1998. A agência de notação financeira reduz o *rating* de Aa3 para Aa2. Na prática, significava que nenhuma entidade conseguia obter financiamento junto do BNS, usando como colateral a dívida de Portugal. Desde 2009 que a notação de risco para a dívida da República tinha vindo a ser cortada pelas agências de *rating*⁷ (Antunes, 2011, p. 20).

6.4. A crise da dívida: cenários previstos

Com a crise na Grécia e na Irlanda as atenções viraram-se para Portugal, visto como o próximo País a recorrer à ajuda externa, ou seja, a recorrer ao Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF) e ao Fundo Monetário Internacional (FMI). O Banco Central Europeu (BCE) foi ao mercado comprar títulos de dívida portuguesa de longo prazo de modo a evitar a intervenção no País, numa altura que os juros da dívida – *yields* -, estavam acima dos 7% nos 10 anos. Para Helena Garrido, na altura diretora-adjunta do *Jornal de Negócios*, a ajuda financeira externa a Portugal não ia ser uma solução para Portugal. Baseando-se nas experiências grega e irlandesa, defendia que a intervenção externa criava graves problemas pondo em risco a permanência da moeda única nesses Estados. Este tipo de modelo seguido para fazer face à crise da dívida pública conduzia os países à possibilidade de colapso ou de fragmentação da Zona Euro (Garrido, 2011a, p. 3). Por outro lado, Teodora Cardoso, administradora do Banco de Portugal (BdP) não tinha quaisquer dúvidas de que Portugal precisava de apoio externo a curto prazo, a menos que o défice público de 2011 fosse cumprido, o que não era expectável (Gaspar & Caetano, 2011, p. 6).

No início de 2011, a imprensa internacional relatava as pressões a que Portugal ficava sujeito por parte da Alemanha e da França ao recorrer aos fundos da União Europeia (UE) e ao FMI, à semelhança da Grécia e Irlanda. A Revista Alemã *Der Spiegel*, no dia 8 de janeiro de 2011, revelava esta necessidade de modo a evitar que a crise portuguesa se estendesse a outros países europeus, sobretudo a Espanha. Para Christine Lagarde, ministra das Finanças da França, “não há conspiração da França e da Alemanha para forçar Portugal a pedir auxílio. Nego em absoluto a notícia do *Der Spiegel*” (Veríssimo, 2011, p. 7). A agência de informação *Reuters* partilhava dessa pressão envolvendo nessa posição outros países como a Finlândia e Holanda, conforme abordado na Cimeira

⁷ “Rating” máximo: (AAA)

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Europeia de dezembro de 2010. O Governo alemão, entretanto, desmentia que Portugal estivesse a ser pressionado segundo o porta-voz do ministro das Finanças, classificando o conteúdo da notícia da revista alemã de “especulação” (Veríssimo, 2011, p. 7).

O primeiro-ministro José Sócrates negava qualquer pressão de Berlim e Paris de Portugal ter de recorrer ao Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF) no valor 440 mil milhões de euros⁸ e ao Fundo Monetário Internacional (FMI). No dia 12 de janeiro de 2011, o Estado português ficou sujeito a um teste à sua capacidade de se financiar nos mercados sem ajuda externa. Foi emitida pela primeira vez dívida nos mercados a quatro e a dez anos (leilão de dívida pública) com o objetivo de financiar-se num montante até 1.250 milhões de euros. O BCE entrou no mercado para comprar títulos de dívida portuguesa de longo prazo. Foi uma “bolha de oxigénio” (Caetano, 2011a, p. 6).

Na negociação da dívida os juros cobrados entre os investidores fecharam nos 6,9%, e levou Silvio Peruzzo, economista do *Royal Bank of Scotland* a afirmar: “os atuais custos de financiamento são proibitivos. Com estes juros, será apenas uma questão de tempo até que Portugal recorra a ajuda externa” (...) O BCE está a comprar algum tempo a Portugal, mas penso que não conseguirá fazê-lo durante todo o tempo que precisaria para mostrar que está a colocar a sua casa em ordem” (Caetano, 2011a, p. 6). Tanto na Grécia como na Irlanda, a fasquia dos 7% a 10 anos foi ultrapassada a cerca de um mês antes do pedido de ajuda ao exterior. Em Portugal, a fasquia dos 7% foi ultrapassada no final de outubro de 2010, quando o eixo franco-alemão colocou em cima da mesa a discussão da plataforma que iria substituir o Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF) que terminava em 2013 (Caetano, 2011a, p. 6).

José Sócrates mostrava-se otimista quanto a conseguir resolver os problemas financeiros e arranjar compradores para a dívida. Chegou a estabelecer contactos com a China e países árabes, no Qatar e Abu Dhabi de modo a evitar a ajuda externa, ao mesmo tempo que denunciava que o défice público de 2010 iria ficar “claramente abaixo” da meta definida. “Todos os rumores sobre FMI e assistência financeira são rumores, expressões, declarações e especulações que não ajudam o nosso país” (...). O país fez um esforço e conseguiu. Foi um dos países que mais reduziu o seu défice, e os que pretendem minorar

⁸ O pacto de ajuda europeu tem 750 mil milhões: 440 mil milhões do FEEF, 60 mil milhões do orçamento comunitário e 250 mil milhões do FMI.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

essa vitória do país não estão a contribuir para os interesses de Portugal” (*Jornal de Negócios*, 12/01/2011, p. 8).

O teste de financiamento do primeiro leilão de obrigações do Tesouro do BCE foi superado, e o montante da dívida leiloadada no início de 2011 ascendia a 1.750 milhões de euros – 500 milhões em bilhetes e 1.250 milhões de obrigações (Caetano & Garrido, 2011, p. 6). O BCE emitia no início do ano de 2011, mil milhões de euros a 18 meses, e o Estado pagou um juro de 4.75%. Seguiu-se outra colocação no valor de 50 milhões de euros gerida pelo Banco Português de Investimento (BPI) que garantia para 2011, 2.800 milhões de euros em dívida. A reação dos mercados foi positiva e favorável aos interesses do país. O PSI-20⁹ abria em alta a ganhar 0,41%, e os juros da dívida portuguesa iniciavam uma queda até aos 6,75% (Veríssimo, 2011, p. 7).

Para o Governador do BdP – António Costa “o acolhimento positivo que (os investidores) reservavam nas duas emissões de dívida pública constituía um sinal de maior confiança dos mercados no programa de ajustamento da Economia em curso” (*Jornal de Negócios*, 13/01/2011, p. 7). Christine Lagarde elogiava Portugal e esperava que o País conseguisse melhores resultados do que o esperado na redução do défice (Veríssimo, 2011, p. 7). A reunião mensal dos ministros das finanças da Zona Euro (Ecofin) foi adiada para final de março de 2011, bem como a decisão sobre o reforço e a flexibilização (reforma) do Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF) que permitia comprar dívida pública dos países do euro sob maior pressão dos investidores e concedia linhas de crédito a curto prazo substituindo o BCE, quer no mercado primário, quer no mercado secundário a taxas de juro mais baixas. O novo Mecanismo Permanente de “socorro” tinha capacidade para mobilizar 500 mil milhões de euros, um montante superior ao do FEEF, e entrava em vigor em 2013 (Larguesa, 2011c, p. 33). Este mecanismo permitia que os Estados do Euro, sob maior pressão dos mercados financeiros e confrontados com taxas de juros insustentáveis tivessem alternativas de financiamento menos onerosas e sem custos políticos como aqueles que foram cobrados ao Governo irlandês (Gaspar, 2011b, p. 4).

⁹ O PSI-20 é o principal índice de referência do mercado de capitais português. É composto pelas ações das vinte maiores empresas cotadas na bolsa de valores de Lisboa e reflete a evolução dos preços dessas ações, que são as de maior liquidez entre as negociadas no mercado português

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Nesta altura o BCE detinha 15% da dívida pública portuguesa e contribuía para travar os juros da dívida, mas Portugal sofria uma grande pressão da Alemanha para que ativasse os mecanismos de ajuda do FMI e da Zona Euro em vigor (utilizados na intervenção da Irlanda e da Grécia) sem esperar pela revisão do FEEF adiada para final de março de 2011. O problema financeiro do país derivava da conjugação de uma elevada dívida externa com uma baixa taxa de crescimento da Economia. O baixo crescimento gerava incapacidade de pagar os juros da dívida que por sua vez, alimentava a desconfiança dos mercados em conceder mais financiamento (Garrido & Gaspar, 2011, p. 24).

Para reduzir os riscos do impasse, a Alemanha queria uma decisão final e global na Cimeira da UE de 24 e 25 de março de 2011, mas antes, agendava para 11 de março de 2011 uma cimeira de preparação para os 17 líderes dos países do Euro. Para além do reforço das regras e das sanções negociadas para os 27 E-M no quadro do Pacto de Estabilidade, Berlim queria que os países do euro importassem o seu modelo de competitividade e lançava o “Pacto para a Competitividade”, que foi apresentado na Cimeira de 4 de Fevereiro de 2011, e propunha um “travão constitucional ao endividamento”, custos salariais alinhados pela produtividade e desligados da inflação, e convergência na idade da reforma, e dos impostos sobre os lucros das empresas (Garrido & Gaspar, 2011, p. 25).

Enquanto o impasse prosseguia, chegavam a Lisboa as equipas da Comissão Europeia e do BCE, para vistoriar as contas públicas e a robustez do setor financeiro. Segundo o Ministério das Finanças as visitas visavam dar cumprimento à decisão do Conselho Europeu de 4 de fevereiro de 2011, em que “a comissão avaliará, em concertação com o BCE, os progressos realizados nos Estados-membros da área do Euro, em relação à implementação das medidas destinadas a consolidar as situações orçamentais e as perspetivas de crescimento (Jorge et al., 2011, p. 26).

6.5. Eleições presidenciais: A (re)eleição de Cavaco Silva e a tomada de posse

Cavaco Silva ganhou as eleições presidenciais de 23 de janeiro de 2011. Discutia-se que decisões o Presidente iria tomar face à crise económica e financeira que o país atravessava numa altura em que se exigia estabilidade política. Jorge Neto, ex-secretário de Estado do Governo de Pedro Santana Lopes (PSD) adiantava que: “não descarto a hipótese de Cavaco dissolver a Assembleia com o agravamento extraordinário das contas públicas, a

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

pressão dos mercados sobre a dívida, com a execução orçamental em março de 2011, ou a incontornável necessidade de ajuda externa” (Larguesa, 2011a, p. 5). Carlos Jalali defendia que um pedido de ajuda externa e sondagens favoráveis a uma vitória da direita faziam o Presidente da República “validar a decisão” (Larguesa, 2011a, p. 5). Para o economista, Francisco Veiga, ao ser colocada a hipótese de Portugal poder viver um quadro de instabilidade política parecia-lhe que “(...) iria diminuir a credibilidade da política orçamental, e é possível que os investidores internacionais tivessem ainda mais dificuldade em acreditar no cumprimento das metas orçamentais” (Larguesa, 2011a, p. 5).

Entretanto, Pedro Passos Coelho (PSD) e Paulo Portas (CDS-PP) estavam atentos e preparavam-se para derrubar o Governo de José Sócrates, caso este recorresse à ajuda externa ou falhasse na consolidação das contas públicas. Cavaco Silva apresentava uma agenda de prioridades para o seu mandato: o combate ao flagelo do desemprego, o reforço da competitividade e a redução do défice externo (Larguesa, 2011a, p. 5). Em fevereiro de 2011, e numa perspetiva de eleições legislativas antecipadas face à conjuntura económica, os partidos políticos PS, PSD e CDS começavam a disputar a “tesoura” da austeridade e avançavam com uma agenda de cortes na organização administrativa no Estado que passava pela redução do número de deputados; corte do número de ministérios; extinção e fundição de câmaras, juntas e institutos públicos; reestruturação do SEE; e limitação dos salários dos gestores públicos. Para Viriato Soromenho-Marques, “a austeridade é o ‘must’ para quem tenha aspiração a governar” (...) e porque PS e PSD têm de impressionar os mercados e Bruxelas que fazem parte dos países com rating AAA” (Larguesa, 2011b, p. 4).

A 11 de fevereiro de 2011 Francisco Louçã, deputado do Bloco de Esquerda (BE) anunciava que iria apresentar uma moção de censura ao Governo a 10 de março de 2011 (um dia depois da tomada de posse de Cavaco Silva como Presidente da República), devido à elevada taxa de desemprego, à precariedade laboral, à redução das indemnizações por despedimento e à política de privatizações. Estava assim aberta uma crise política que podia derrubar o Governo e agravar o posicionamento de Portugal nos mercados financeiros pelo aumento das taxas dos juros da dívida (Larguesa et al., 2011, p. 4). Apesar do PSD ter concordado com o plano de austeridade em maio de 2010, e de ter avalizado o OE para 2011, Pedro Passos Coelho (PSD) preparava-se para inviabilizar

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

a moção de censura ao Governo de José Sócrates. No dia 15 de fevereiro de 2011, o líder do PSD, confirmava formalmente a sua abstenção na moção de censura. Contudo, o PSD apresentava três condições para que José Sócrates se mantivesse à frente do Governo: 1) o cumprimento dos objetivos de redução do défice; 2) a austeridade só seria aceite se fosse acompanhada por reformas estruturais; 3) e que explicasse como seria feita a gestão de emergência financeira em que o país se encontrava (Miranda, 2011a, p. 30).

Cavaco Silva tomou posse a 9 de março de 2011 e prometia uma “magistratura ativa”, ou seja, uma maior intervenção em Belém até 2016. O país encontrava-se numa grande incerteza política e com graves problemas económicos e aguardava a reação dos investidores ao pedido de empréstimo de mil milhões de euros a 2,5 anos. Portugal esperava que a questão estrutural relativamente à criação de um mecanismo de “socorro” abrangente e estável ficasse esclarecida nas reuniões a nível europeu e na Cimeira Europeia de 24 e 25 de março de 2011. A tudo isto ainda se juntaram outras variáveis: o preço do petróleo e a previsível subida das taxas de juro.

A tomada de posse do Presidente da República, Cavaco Silva surgiu num momento em que aumentava o risco de uma crise política. Embora com morte anunciada à partida, a moção de censura ao Governo foi discutida no Parlamento no dia 10 de março de 2011, e o Governo resistia a pedir intervenção externa. Ao referir-se à austeridade adicional prevista pelo Governo Cavaco Silva sublinhava que “há limites para os sacrifícios que se podem exigir ao comum dos cidadãos”, quando as famílias já enfrentam “privações absolutamente inadmissíveis” (Larguesa, 2011d, p. 4). Cavaco Silva dirige o discurso aos mais jovens e pede para não se resignarem fazendo um apelo de forma “vibrante” à mobilização juvenil: “ajudem o vosso país!” e “façam ouvir a vossa voz” (Simões, 2011, p. 9). Sublinhava ainda que “muitos jovens não se revêm na atual forma de fazer política nem confiam que a manter-se o atual estado de coisas Portugal seja um espaço capaz de realizar as suas legítimas ambições” (Simões, 2011, p. 9). Este tipo de discurso pode ter legitimado o protesto do dia 12 de março de 2011 conhecido pela manifestação da “geração à rasca” (*Diário de Notícias*, 09/03/2011).

6.6. Três vagas de austeridade e o “Plano B”

Portugal desde o início da crise (2008-2009) e até 2011 sofreu o impacto de três vagas de austeridade. Em março de 2011, Teixeira dos Santos, ministro das Finanças admitiu a

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

existência de um “Plano B”, caso o OE de 2011 se revelasse insuficiente para atingir o défice de 4,6% do PIB. Esta posição concertada do ministro das finanças com o primeiro-ministro José Sócrates teve como objetivo aliviar os juros da dívida pública que rondava os 7% e afastar a intervenção externa do FMI em Portugal. O primeiro-ministro José Sócrates num encontro com Ângela Merkel em março de 2011, tentou convencer a Chanceler de que com taxas de juros acima dos 7%, não havia consolidação orçamental com resultados sustentáveis e não havia perspetivas de crescimento. Por outro lado, não podia haver investimento público porque começava a faltar dinheiro para compartilhar os fundos comunitários, nem investimento privado, devido às restrições no crédito que estavam a ser impostas pelos bancos que não conseguiam financiar-se em condições competitivas. Os indicadores da execução orçamental de fevereiro de 2011 com dados sobre a evolução das contas públicas portuguesas foram analisados pela Chanceler Ângela Merkel que considerou que Portugal estava no bom caminho na redução do défice orçamental e frisou que “nunca” a Alemanha afirmou que Portugal deveria pedir ajuda externa (Gaspar, 2011b, p. 4).

6.7. Contestação social: Manifestação da “Geração à rasca”

A manifestação do dia 12 de março de 2011 foi convocada na rede social *Facebook*, e teve um forte efeito mediático. O objetivo do movimento é dar um “contributo no sentido de desencadear uma mudança qualitativa do país” (Simões, 2011, p. 9). A manifestação realizou-se em 10 cidades de Portugal. O protesto debateu-se pelo “direito ao emprego”, pela melhoria “das condições de trabalho e fim da precariedade” e pelo “reconhecimento das qualificações, competência” e “salários e contratos dignos” (Simões, 2011, p. 9). Num quadro de ameaça de emigração dos jovens portugueses, Cavaco Silva sublinhou que “se nada fizermos os nossos melhores jovens irão fixar-se no estrangeiro, processo que, aliás, já começa a tornar-se visível” (Simões, 2011, p. 9). Elísio Estanque do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra considerou que este tipo de discurso “legítima” o protesto dos jovens. “Não me parece que seja um discurso neutral com o contexto atual (...) os protestos vão atrapalhar o Governo e demonstrar algumas derrotas principalmente nas políticas de emprego (Simões, 2011, p. 9).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

6.8. Cimeira extraordinária do Eurogrupo, de 11 de março de 2011 – Crise do euro

Portugal apresentou-se na Cimeira extraordinária do Eurogrupo com um conjunto de compromissos para “acalmar” os investidores. A apresentação do novo modelo do Fundo de Estabilização Financeira (FEEF) teve lugar na UE nos dias 24 e 25 de março de 2011, uma vez que este tipo de mudanças exigiu uma decisão final sobre a revisão do *Tratado de Lisboa*. Portugal esperava uma aprovação dos líderes europeus às medidas que o país estava a pensar adotar na consolidação orçamental e esperava o seu apoio. Em contrapartida tinha de dar garantias adicionais a Bruxelas, de que cumpriria a trajetória de redução do défice público com que se tinha comprometido. O primeiro-ministro José Sócrates levava consigo um conjunto de reformas na área laboral que, de acordo com a resolução aprovada em Conselho de Ministros em Dezembro de 2010, reduzia as indemnizações devidas em caso de despedimento coletivo por extinção de posto de trabalho, ou quando os contratos a prazo não fossem renováveis; a Reforma da Justiça em que destacaram as medidas ao nível da Simplificação Processual; a concretização da Agenda Digital do Setor da Justiça, ou a Reforma do Sistema de Recrutamento, e a Formação de Magistrados; o reforço dos instrumentos de combate ao crime organizado e à corrupção; e a reforma do arrendamento urbano e a reabilitação urbana, outras áreas-chave apresentadas na reunião (Lança et al., 2011, p. 5). A capacidade de convencimento do primeiro-ministro José Sócrates e o tipo de medidas que apresentava aos parceiros europeus eram decisivas para relançar a Economia nos pós-crise e decisivas no tipo de apoio que a UE daria a Portugal numa altura em que o novo Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) era endurecido e o seu âmbito de aplicação mais alargado (Lança et al., 2011, p. 5).

6.9. Portugal enfrenta uma nova vaga de cortes

Portugal entra na segunda quinzena de março de 2011 com falta de consenso político e social que ameaçavam destruir o apoio que os países do euro dão ao plano de austeridade português na Cimeira do Eurogrupo de 11 de março de 2011. Gerava-se a dúvida, se Portugal tinha capacidade para cumprir o plano de austeridade que acertou com a Comissão Europeia e o BCE para beneficiar do novo modelo de ajuda aos países com dificuldades financeiras com data prevista de conclusão para 24 e 25 de março de 2011

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

na Cimeira Europeia. O novo modelo de ajuda europeia tinha um carácter preventivo e menos de salvação, como aconteceu com a Grécia e com a Irlanda.

A instabilidade social com a manifestação da “geração à rasca” no dia 12 de março de 2011, levou à rua 200 mil pessoas. A greve dos camionistas que se iniciou no mesmo dia, a posição do PSD de não dar apoio a novas medidas de austeridade, e a reação dos investidores gerou um contexto que colocava em causa a implementação de reformas de austeridade e o benefício que Portugal podia obter com o novo modelo de ajuda. Portugal enfrentava, assim, quatro pilares da crise: 1) crise política com o PSD a dizer que não ia apoiar o Governo nas medidas de austeridade que queria implementar. O cenário de eleições antecipadas era o mais provável; 2) contestação social – manifestação da “geração à rasca” e a greve dos camionistas e do setor da alimentação reforçavam a crise; 3) pressão financeira – reação dos investidores ao plano financeiro; 4) austeridade IV (PEC IV) provocava uma recessão profunda e alimentava uma onda de contestação. Falava-se de um Portugal em risco de uma crise total, em que a alternativa era o modelo de intervenção aprovado no dia 11 de março de 2011.

6.10. O novo modelo de ajuda europeia

O acordo político firmado no dia 11 de março de 2011 pelo Governo português em Bruxelas permitiu que fosse comprado diretamente títulos de dívida pública pelo FEEF a uma determinada taxa de juro máxima. O valor desta taxa dependia de país para país, e no caso português esperava-se que não ultrapassasse os 5,5%, e chegasse a um máximo de 6%. Para ter acesso a este mecanismo, Portugal tinha de passar pela avaliação do BCE, FMI e Comissão Europeia à Economia, e garantir que conseguia concretizar as medidas e reformas com que se comprometeu na Cimeira do Eurogrupo. Como sublinhou Pedro Passos Coelho: “o Governo comprometeu-se em Bruxelas com o que não está em condições de garantir no seu país” (Caetano, 2011, p. 7). Com o novo modelo de ajuda europeia, o FEEF podia comprar dívida pública no mercado primário – financiar diretamente um Estado – sempre que os investidores exigam uma taxa de juro superior a um determinado limite que podia ser de 5% ou 6%. A Europa abria, entretanto, caminho à descida dos juros da dívida nacional.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

6.11. O novo pacote de austeridade – o PEC IV (2011-2013)

Com a intenção de consolidar as contas públicas e chegar aos 4,5% do PIB, o Ministério das Finanças divulgou o Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC - 2011-2013) com dez medidas de austeridade:¹⁰ O objetivo era chegar a 2013 com um défice de 2% do PIB. Este pacote previa: 1) cortes nas pensões: os pensionistas que recebiam mais de 1.500 euros por mês sofriam um corte médio de 5%, e iriam pagar mais IRS. As pensões mínimas ficavam congeladas até 2013; 2) revisão e limitação dos benefícios e deduções fiscais em sede de IRS e IRC; 3) reestruturação das taxas de IVA – aumento da taxa do IVA do leite achocolatado ou os refrigerantes. O Governo pretendia alterar a estrutura do IVA; 4) subida de impostos do consumo: subida do imposto sobre veículos mais antigos e poluentes. Tabaco e álcool também aumentavam; 5) redução das indemnizações: corte nas indemnizações por despedimento de 30 para 20 dias por ano de trabalho. Dez desses dias eram pagos com recurso a um fundo de financiamento pelas empresas; 6) revisão do subsídio de desemprego: o montante do subsídio a atribuir não deveria ultrapassar os 75% do salário de referência líquido do beneficiário; 7) cortes na saúde: o Governo reduziu os custos com medicamentos e subsistemas públicos de saúde, caso das comparticipações; 8) liberalização das rendas anteriores a 1990; 9) aposta na “poupança automática”: a aposta na poupança interna era uma das reformas estruturais previstas para o país ao serem criadas novas soluções de aforro; 10) desalavancagem do setor financeiro: redução das necessidades de financiamento por parte da banca, e reorganização consistente com o ajustamento macroeconómico e o processo de consolidação orçamental.

Para além destas medidas, o Governo previa ainda rever os impostos sobre a energia até 2013; alterar a legislação específica nos setores da construção e do turismo; aplicar novos cortes na transferência de verbas para as câmaras municipais, juntas de freguesia e regiões autónomas dos Açores e da Madeira; apostar nos mecanismos de resolução alternativa de litígios para desbloquear os tribunais de processos pendentes, recorrendo a tribunais arbitrais para resolver problemas de cobrança de dívidas. Além disto, eram promovidas mudanças na gestão dos tribunais, simplificação de procedimentos e aumento do recurso às novas tecnologias de informação; combate à Economia paralela; cortes adicionais de custos do SEE; adiamento de investimentos em escolas e estradas; aprofundamento da

¹⁰ *Jornal de Negócios*, (edição de 14/03/2011) secção de Economia, Mercado e Empresas, pp.22, 24, 31,33, 34,35,36 e 37.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

racionalização da rede escolar; implementação do plano estratégico para o setor dos transportes; e a revisão (alteração) da lei da concorrência.

6.12. Crise política, financeira e orçamental e o chumbo do PEC IV

José Sócrates continuava na sua batalha para implementar as medidas de austeridade de forma a impedir o FMI de entrar em Portugal. A par disso, acusava o PSD de estar a provocar uma crise política e a destruir o “património de confiança” que o Governo tinha estado a construir com as instituições europeias. Admitia que sem as medidas de austeridade que o seu Governo propunha para 2012 e 2013 e sem o apoio das instituições europeias, Portugal tinha de “recorrer a um programa de ajustamento externo com consequências gravosas” (Miranda, 2011b, p. 4). Entretanto, os investidores aplaudiam as conclusões do acordo do Conselho Europeu. Os líderes europeus decidiam sobre a possibilidade do FEEF financiar a compra direta dos títulos de dívida pública no mercado primário, ou seja, o Estado era diretamente financiado quando numa emissão de dívida pública, o mercado exigia uma taxa de juro superior a um determinado nível. A Cimeira do Euro aprovava o novo mecanismo de ajuda aos países com dificuldades de acesso ao crédito nos mercados financeiros. A aprovação final ocorreu na Cimeira da União Europeia, de 24 e 25 de março de 2011. Acreditava-se que o país tinha um problema de liquidez e não de solvabilidade. Os mercados reagiram positivamente às declarações consensuais do Conselho permitindo a descida das taxas de juro para a negociação da dívida portuguesa para os 7,44%. Todos acreditavam que Portugal não precisava de recorrer à ajuda externa. Para Olli Rehn, comissário europeu dos Assuntos Económicos “Portugal merece a confiança dos mercados pelos progressos alcançados no sentido de atingir os objetivos orçamentais, e pelos compromissos concretos assumidos para reformar a Economia” (Gaspar, 2011c, p. 7).

O Presidente do Eurogrupo, Jean- Claude Juncker, mostrava-se convicto que Portugal não precisava de recorrer à ajuda externa “nos próximos dias, semanas ou meses”. E prosseguia: “A única coisa que sei é que depois de ter discutido isso em detalhe com o primeiro-ministro [português] e o ministro das Finanças, Portugal não vai pedir apoio” (Gaspar, 2011c, p. 7). Mais pessimistas estavam alguns economistas e as agências de notação de risco. David Riley da *Fitch Ratings* afirmava que “em última análise, só a disciplina orçamental, e o crescimento poderão resolver a crise” (Jorge, 2011a, p. 9).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

José Sócrates preparava-se para levar as medidas de austeridade ao Parlamento português antes do dia 24 de março de 2011, mas foi confrontado com um impasse político. Pedro Passos Coelho mostrava-se indisponível para viabilizar um novo pacote de austeridade para 2012 e 2013. No dia 15 de março de 2011, numa entrevista ao canal de televisão SIC, José Sócrates, revelava perplexamente que “não quero acreditar que a irresponsabilidade dos políticos nos leve tão longe que não queiram sequer negociar com o Governo” (Miranda, 2011b, p. 4). Sublinhava que se o Parlamento chumbasse o seu pacote de austeridade estaria aberta uma crise política porque “uma coisa nunca farei: irei para a Cimeira europeia sem ter um compromisso” quando se refere à viabilização do acordo (Miranda, 2011b, p. 4). José Sócrates fez ainda um alerta: “que o Presidente da República evite o que seria uma questão muito grave para o País: colocar-nos debaixo da agenda do FMI” (Miranda, 2011c, p. 4).

A Comissão Europeia pressionava o PSD no sentido de aprovar o PEC IV. O Comissário para a Economia e finanças, Olli Rehn, afirmava numa conferência de imprensa que “espero bem que não [haja recuo na implementação do PEC IV], porque estas medidas tencionam assegurar a sustentabilidade orçamental de Portugal, estimular o crescimento económico e a criação de emprego, através de reformas estruturais” (Romano, 2011b, p. 6).

Na proposta final da revisão do Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC IV), estavam previstas as seguintes medidas no PEC IV (Tabela 2):

Tabela 2: Medidas do PEC IV

Medidas do PEC IV
Liberalização do controlo das rendas deixaria de ser alvo de alterações legislativas no sentido da sua liberalização. As rendas anteriores a 1990 mantinham-se congeladas
Eliminação de 991 chefias, o equivalente a 15 por cento dos cargos dirigentes
Os proprietários que contraíssem créditos à habitação não poderiam deduzir os juros e amortizações no seu IRS
O setor dos transportes seria alvo de medidas com o objetivo de cortar custos. Governo queria gestão conjunta dos metros e das transportadoras rodoviárias públicas; 5) criação do “Plano de Auto poupança individual” de forma a incentivar o aforro
Criação do “Plano de Auto poupança individual” de forma a incentivar o aforro
Banca deveria em nove meses atingir um rácio de capital “core tier one” de 8 por cento
Supervisão financeira do Banco de Portugal sobre quem vende crédito
A ERSE terá poderes de fiscalizar e sancionar os operadores do mercado energético
Congelamento de admissões no Estado
Os estagiários passariam a descontar para a Segurança Social
Mais fiscalização na Segurança Social
Reforma da ADSE
Revisão das tabelas de IVA.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Revisão e limitação dos benefícios e deduções fiscais, sobretudo em sede de IRS e IRC.

Corte das pensões mais altas. Congelamento das restantes reformas.

Redução de custos com prestações sociais e maior rigor e controlo na atribuição das mesmas.

Redução das transferências para autarquias e regiões autónomas.

Fonte: Conceção própria a partir do *Diário Económico*, 12/04/2011, p. 8 e *Jornal de Negócios*, 22/03/2011, pp.6-7

No dia 23 de março de 2011, treze dias após ter sido iniciada a crise política, a crise política instalou-se. Os partidos da esquerda à direita do PS, uniram-se no Parlamento e chumbaram o PEC IV. José Sócrates anunciava às 21 horas na televisão ao país a sua demissão. Lamentava que o apoio do BCE e da Comissão Europeia ao PEC IV não tenha produzido os efeitos desejados para evitar o pedido de ajuda externa e assumia que “cumprirá com o seu dever nas competências que são próprias num Governo de gestão” (Larguesa, 2011f, p. 6).

José Sócrates responsabilizava a oposição pelo pedido de ajuda que o país se preparava para fazer. “Até ao último minuto, mantive total disponibilidade para negociar ajustes necessários para salvaguardar a necessidade de Portugal recorrer à ajuda externa” (Miranda & Larguesa, 2011, p. 6). O primeiro-ministro, José Sócrates demitia-se no dia a seguir ao chumbo do PEC IV, e Pedro Passos Coelho comunicava ao país, que via nas eleições, a possibilidade de encontrar uma solução de estabilidade para o país, uma solução que “vá à raiz dos problemas”, e que evitasse que fossem “apresentados novos programas de austeridade a cada seis meses” (Miranda & Larguesa, 2011, p. 6). O partido PSD preparava-se para negociar uma coligação que incluía o PS (bloco central) alargado ao CDS e José Sócrates preparava-se para enfrentar o Congresso Nacional do PS agendado para os dias 8 e 9 de abril de 2011 (Miranda & Larguesa, 2011, p. 6).

6.13. A Cimeira do Eurogrupo em Bruxelas a 24 e 25 de março de 2011

José Sócrates chegou a Bruxelas na qualidade de primeiro-ministro demissionário em Governo de gestão corrente e tentou convencer os parceiros europeus de que o país estava no bom caminho. Revelava que os primeiros dados da execução orçamental mostravam uma redução histórica do défice, e que as medidas adicionais de contenção para 2011 só dependiam do Governo e iriam prosseguir, devendo garantir um défice de 4,6% no final de 2011 e compensar o facto de o cenário macroeconómico oficial passar a antecipar uma recessão, previsível tanto pelas instituições internacionais, como pelo BdP (Gaspar,

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

2011d, p. 10). Os trabalhos da Cimeira iniciaram-se e os analistas que seguiam o mercado da dívida pública acreditavam que a queda do Governo tinha como consequência direta um pedido de ajuda externa a ser concedido nos mesmos moldes que o da Irlanda. Antes do início da Cimeira, o presidente do Eurogrupo, Jean-Claude Juncker considerava a hipótese de não poder excluir-se a possibilidade de um auxílio a Portugal. Numa entrevista a uma rádio francesa, estimava-se que 75 mil milhões de euros seria um valor “apropriado” (Caetano, 2011c, p. 4).

6.14. Portugal sem Governo e a subida das taxas de juro

Na Presidência da República começavam a marcar-se audiências com os partidos políticos com assento parlamentar com o objetivo de apurar a viabilidade de na XI legislatura ser possível nomear um Governo de coligação, capaz de gerir o país num clima de crise política e financeira. Caso não houvesse acordo, o caminho seria a dissolução do Parlamento, mas antes teria que ser ouvido o Conselho de Estado, o Órgão de consulta política. No final de março de 2011 nos mercados financeiros os juros exigidos pelos investidores para a negociação da dívida portuguesa, atingiam novos máximos desde a entrada na Zona Euro. As taxas das obrigações do Tesouro a cinco anos atingiram os 8,4%, apesar do corte de dois níveis no *rating* pela agência de notação financeira *Fitch*. A classificação caiu de “A+” para “A- “. Também a Agência *Standard & Poor’s* cortou o *rating* para “BBB- “, e estava convicta que Portugal teria de recorrer ao FEEF e ao MEEF. Esta agência mostrava-se apreensiva face à incerteza em torno das perspetivas de crescimento económico e do impasse político “que poderá colocar em risco o programa de ajustamento orçamental (Caetano, 2011d, p. 6).

Em Bruxelas, a Chanceler alemã Ângela Merkel e Durão Barroso (Presidente da Comissão Europeia) aguardam um consenso nacional por parte dos partidos políticos sobre uma solução governativa que mantivesse de pé os compromissos de reduzir o défice que estavam subjacentes ao PEC IV. Para evitar um pedido de ajuda externa era necessário que o PS, PSD e o CDS se entendessem sobre um PEC V antes das eleições previstas para maio de 2011. Pedro Santos Guerreiro, então diretor do *Jornal de Negócios* sublinhava que: “estamos a viver num país de políticos covardes em que ninguém assume a crise política que nos leva a mais umas eleições. Ninguém dá a cara por um pedido de

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

ajuda externa. Ninguém mais usa a palavra “responsabilidade”, mas sim “ónus” e “culpa” – e sempre se referindo a outros” (Guerreiro, 2011, p. 3).

Portugal está sem Governo. O Presidente da República dissolveu a Assembleia da República e convocou eleições legislativas para o dia 5 de junho de 2011. As eleições de acordo com a lei, são convocadas com uma antecedência mínima de 55 dias. O país ficou até junho de 2011 com um Governo em gestão (Lança, 2011, p. 14). Em governo de gestão, José Sócrates, evitava assumir a responsabilidade de pedir ajuda externa. O PSD em nome do deputado e constitucionalista – Paulo Mota Pinto e do economista social-democrata Nogueira Leite, argumentava que o Executivo, mesmo estando em gestão, tinha todos os poderes e condições para negociar o resgate. Posição contrária tinha o PS ao defender que a única entidade que podia assumir compromissos em nome do país era o Presidente da República. O ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, defendia que “daqui até lá [às eleições] este Governo não tem legitimidade nem condições para negociar seja o que for” (Esteves & Larguesa, 2011, p. 4).

Entretanto, o Instituto Nacional de Estatística (INE) reportava um défice de 2010 de 8,6% contra os 7,3% com que se tinha comprometido impossibilitando Portugal de emitir dívida a longo prazo, o que aumentava a vulnerabilidade do país perante os investidores internacionais, bem como o tom da discussão política em torno do recurso à ajuda externa.

Desde o chumbo do PEC IV (a 23 de março de 2011) e do subsequente pedido de demissão de José Sócrates que os juros da dívida a um ano tinham subido 2,8% (de 4,671% para 7,488%), enquanto os juros a dois anos subiram 2,17% para 8,777%. Os investidores exigem mais 6,99 (p.p.) para comprar dívida nacional desta maturidade que títulos alemães com o mesmo prazo. A dívida de curto-prazo foi a mais pressionada embora a escalada tenha sido transversal a todas as maturidades. Os juros da dívida portuguesa atingiam novos máximos em todas as maturidades, com os títulos a três, cinco, seis e sete anos a encerrar acima dos 9%. Com exceção dos Bilhetes do Tesouro e das Obrigações a 30 anos as restantes maturidades seguiam acima dos 8%. As notícias a penalizar a dívida pública portuguesa sucediam-se, levando as taxas praticadas no mercado secundário a subir a um ritmo alucinante (Silva & Barroso, p. 14). O chumbo do PEC IV, a demissão do Governo, os cortes sucessivos de *rating*, e o aproximar das datas para amortizar dívida levaram os juros da dívida a subirem vertiginosamente.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

6.15. O pedido de empréstimo intercalar

Um pedido de um empréstimo intercalar urgente ao FMI foi uma hipótese estudada pelo Presidente da República, Cavaco Silva. Os líderes dos maiores bancos portugueses informaram o Banco de Portugal (BdP) que não emprestavam mais dinheiro ao Estado, ou seja, que não iam comprar mais dívida pública, e entendiam que Portugal devia fazer um pedido de ajuda intercalar à Comissão Europeia, no valor de 15 mil milhões de euros para que o Executivo conseguisse cumprir com os seus compromissos até ao final de junho de 2011. Os testes de *stress*, a degradação do *rating* de Portugal, e a dependência do Banco Central Europeu (BCE) inviabilizam a estratégia que o Estado seguia, colocando Portugal na iminência de entrar em incumprimento na questão da dívida nacional. Para os investidores se prevenirem contra um eventual *default*¹¹, protegiam-se com um seguro contra o incumprimento – que no caso de Portugal representava nesta altura, 40% - através da compra de *credit default swaps* (CDS)¹². Este receio de incumprimento refletia-se sobre os juros exigidos entre os investidores na compra de dívida portuguesa no mercado secundário¹³. A taxa a cinco anos aproximava-se dos 10% e os juros a 10 anos ultrapassavam os 8,6% (Silvares & Barroso, 2011, p. 4).

O Governador do BdP, os banqueiros e o ministro das Finanças emitiam sinais de grande preocupação pela situação do país. Com o chumbo do PEC IV, o BCE dificultou o acesso dos bancos portugueses a financiamento. Wolfgang Schaeuble, ministro das Finanças germânico, esperava que Portugal ativasse a ajuda da UE e do FMI em junho de 2011. O BCE considerava a situação do país insustentável e Jozef Makuch, membro do Conselho do BCE avisava que a situação em Portugal era “grave” e que cabia aos políticos ajudarem a resolver os problemas (Silvares & Barroso, 2011, p. 4).

¹¹ “Default” - um emitente de dívida entra em “default” (incumprimento) quando se vê na impossibilidade (ou na indisponibilidade) para cumprir com os termos de acordos financeiros previamente estabelecidos junto de credores.

¹² Os CDS (“Credit Default swaps”) são contratos que permitem ao investidor garantir o recebimento do capital investido em obrigações, na eventualidade de o emitente entrar em incumprimento. Na prática, funciona como um seguro. Em troca, o investidor paga ao emitente do CDS, regra geral um banco de investimento, uma taxa de juro ou comissão. Estes contratos foram introduzidos em 1995 pelo JPMorgan. Acedido em http://www.jornaldenegocios.pt/Economia/detalhe/glossaacuterio_o_dicionaacuterio_da_crise_da_diacutevida_na_zo_na_euro

¹³ Existem dois mercados onde se pode comprar obrigações: o mercado primário e o mercado secundário. O mercado primário é mais vocacionado para os investidores institucionais. Já o mercado secundário engloba a Bolsa de Valores, sendo o local mais indicado para negociar obrigações. Por norma, as transações são transparentes, já que se conhece os preços de compra e venda e são negociados tal e qual como as ações, através de intermediários financeiros, normalmente associados a bancos. Acedido em <http://semanarioeconomico.co.ao/como-funciona-o-mercado-da-divida-publica/>

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Com o Parlamento dissolvido o Presidente da República, Cavaco Silva, argumentava que o Governo em gestão podia recorrer a um resgate internacional: “O Governo não está impedido de praticar os atos necessários à condução dos destinos do país, tanto no plano interno como no plano externo”, de “forma imparcial e transparente”, na utilização “dos recursos do Estado” para que “não deixem de ser adotadas as medidas indispensáveis a salvaguardar o superior interesse nacional, e assegurar os meios de financiamento necessários ao funcionamento da nossa Economia” (Teixeira, 2011, p. 4). Cavaco Silva garantia que até à tomada de posse do próximo Governo, o atual contava com o seu apoio para enfrentar “um dos momentos mais críticos da vida nacional” desde a implantação da democracia. Sublinhava as fragilidades internas do país: “Um momento extremamente grave no que se refere ao desequilíbrio das contas públicas, ao desequilíbrio das contas externas, ao endividamento externo e às necessidades de financiamento do Estado”. No dia em que o INE confirmava que o défice de 2010 fica 1,3 (p.p.) acima do previsto (8,6%), e em que se previa que a dívida pública atingisse 97,3% do PIB em 2011, Cavaco Silva mostrava-se preocupado com o “elevado montante dos pagamentos a fazer ao estrangeiro em 2011 sob a forma de juros e empréstimos vencidos” (Teixeira, 2011, p. 4).

O Presidente do Tribunal de Contas, Guilherme d’Oliveira Martins, acrescentava que Portugal tinha “um problema de crescimento, de competitividade e de poupança.” (Teixeira, 2011, p. 4). O ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, argumentava “que o país nunca se adaptou bem – em tudo o que isso exige de rigor, disciplina, trabalho, esforço conjunto e consenso – às condições de uma moeda forte como é o euro” (Teixeira, 2011, p. 4). Com a probabilidade de incumprimento cada vez maior do Estado face aos seus compromissos financeiros, com o acesso cada vez mais restrito aos mercados financeiros, e com a indisponibilidade da banca portuguesa para comprar dívida, a alternativa era vista, no pedido de ajuda por via de um empréstimo intercalar de curto prazo, junto da Comissão Europeia com a assinatura dos três partidos do arco da governação – PS, PSD e CDS. A Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) que apoiava o Parlamento, apontava para necessidades de financiamento superiores a 12 mil milhões de euros até junho de 2011 (Caetano, 2011e, p. 5).

Com a probabilidade cada vez maior de recurso ao pedido de ajuda externa antes das eleições de 5 de junho de 2011, o BCE admitia ter pressionado o Governo a pedir ajuda externa, e que tinha dado instruções à banca para não financiar o Estado, decisão que

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

acabou por precipitar o recurso ao Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF). “Nós encorajámos Portugal a pedir apoio”, afirmou Jean-Claude Trichet, presidente do BCE, ao reagir à decisão do Governo em recorrer à ajuda europeia. Trichet deu a entender que era a melhor solução para a estabilidade da própria Zona Euro. José Sócrates resistia a pedir ajuda ciente de que era capaz de financiar o Estado até ao dia das eleições sem recorrer a uma intervenção externa. Acabou por ceder a 6 de abril de 2011, porque o país precisava de 25 mil milhões de euros para introduzir liquidez na Economia e garantir o empréstimo no valor de cinco mil milhões de euros que vence em junho de 2011.

Cap. 7 – O (in)evitável acontece: Portugal solicita ajuda externa

7.1. O pedido de ajuda internacional

No início de abril de 2011 era cada vez mais provável que a ajuda externa era inevitável. O ministro das Finanças Teixeira dos Santos numa entrevista ao canal de televisão - *TVI* a 31 de março de 2011 afirmava não ter “tanta certeza” sobre a capacidade de o país resolver os problemas financeiros sem ajuda externa para além de que se aproximava a data mais crítica nos reembolsos de dívida. O Estado tinha de devolver ao mercado no dia 15 de junho de 2015, 4,899 milhões de euros. A Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP) agendava para este dia um leilão de Bilhetes do Tesouro (BT) com um montante indicativo de 500 a 750 milhões de euros e vencimento em setembro de 2011 (Silva & Barroso, 2011, p. 14). As agências de notação *Standard & Poor's*, *Fitch e Moody's* cortavam o “rating” da dívida, a primeira de BBB para BBB-, a segunda de A+ para A- e a terceira A1 (equivalente a A+) para A3 (equivalente a A-). Andrew Bosomworth responsável da maior gestora de obrigações do mundo, a PIMCO - *Pacific Investment Management Company, LLC*, referia à Bloomberg que fazia sentido recorrer ao Fundo Europeu. “O que se está a passar nos círculos políticos em Portugal sela o destino do país” (Silvaes & Barroso, 2011, p. 4).

A semana que antecedeu o pedido de ajuda externa foi vivida com grande intensidade nos bastidores da política (Luís, 2014). A 4 de abril de 2011, dois dias antes do pedido de ajuda externa, os banqueiros reuniram-se com o governador do BdP e mais tarde com Teixeira dos Santos no Ministério das Finanças. A preocupação do BCE em deixar de financiar a banca preocupava a todos, e constituiu uma ameaça à estabilidade do país. Há empréstimos a pagar do Estado, da banca e do setor privado a investidores estrangeiros e

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

caso não se pague, Portugal corre o risco de incumprimento. Banqueiros, governador do BdP e o ministro das Finanças estavam preocupados e eram unânimes na defesa do pedido de ajuda externa (Guerreiro & Garrido, 2011, pp. 4-5).

O Presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, admitia “não hesitar um segundo” em pedir ajuda se fosse primeiro-ministro. José Sócrates, primeiro-ministro demissionário em entrevista à *RTP*, no dia 4 de abril de 2011, afirmava que “O PEC [IV] salvava o nosso país de ter de pedir ajuda externa. (...) o PSD teve um gesto de total irresponsabilidade sem medir as consequências”, reforçando ainda a ideia de que “A rejeição do PEC IV foi feita por causa da ambição política”, e lamentou que “à crise económica se tenha somado uma crise política” (Silvares & Barroso, 2011, p. 4). E, resistiu ao pedido ao afirmar que: “a ajuda externa é um último recurso e tudo farei para que não aconteça”. Garantia que caso o PEC IV fosse aprovado, Portugal não estaria tão frágil do ponto de vista financeiro. Com a descida dos *ratings* de Portugal, dos *ratings* do sistema financeiro e com o aumento exponencial dos juros tudo ficava mais difícil (Teixeira, 2011, p. 8).

Os passos seguintes para obter o apoio externo eram: 1) Portugal pedia ao Eurogrupo para ativar a ajuda: o Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF); 2) O Eurogrupo decidia enviar uma missão técnica do FMI, Comissão Europeia e BCE para fazer o levantamento das necessidades de financiamento e das políticas necessárias para servir de condicionalidade; 3) Elaboração de um “Memorando de Entendimento” (MoU) onde se inclui o pacote de ajuda e o programa de ajustamento, o valor de empréstimo, uma maturidade e uma taxa de juro; 4) Aprovação do ‘Memorando de Entendimento’ pelo Parlamento e Eurogrupo, e ativados os mecanismos financeiros para angariar fundos. Ao longo do tempo, as tranches seriam desbloqueadas (FEEF e FMI) em função do cumprimento faseado do programa de ajustamento.

O ministro das Finanças numa entrevista escrita a 6 de abril de 2011 ao *Jornal de Negócios*, admitia pela primeira-vez a necessidade de resgate. “Perante esta difícil situação, que podia ter sido evitada, entendo que é necessário recorrer aos mecanismos de financiamento disponíveis no quadro europeu em termos adequados à atual situação política” (*Jornal de Negócios*, 8/04/2011, p. 5). Antes da intervenção oficial da *troika*, Portugal tinha pago um juro de 5,9% para obter um empréstimo de 12 meses junto de investidores maioritariamente nacionais. As obrigações de Tesouro a cinco anos

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

ultrapassavam os 10% (Miranda, 2011d, p. 9). Teixeira dos Santos revelava que a sua preocupação “era essencialmente assegurar o financiamento e as condições de estabilidade do país. Os bancos tinham já sido penalizados de forma muito significativa no seu *rating* nos dias que antecederam o resgate” (Pedro, 2015).

No dia 6 de abril de 2011, o Estado português anunciava que ia pedir dois empréstimos, um a seis meses e outro a um ano, no montante global na ordem dos mil milhões de euros. Consegue-se o crédito, mas a uma taxa de 5,9% no empréstimo de um ano e de 5,1% a seis meses. Bruxelas, volta a dar o alerta, mas José Sócrates mantém-se firme na sua decisão. O ministro das Finanças volta a falar com José Sócrates, mas percebe que não há uma decisão. Escreve-lhe uma carta, e faz declarações ao *Jornal de Negócios*. Na carta enviada a José Sócrates, terminou com a questão: Portugal tem de pedir ajuda? (...). Entendo que é necessário recorrer aos mecanismos de financiamento disponíveis no quadro europeu em termos adequados à atual situação política (...). Por causa desta carta, José Sócrates cortou relações com o Ministro das Finanças, Teixeira dos Santos.

Foi no dia 6 de abril de 2011, às 20:40, que o primeiro-ministro demissionário, José Sócrates se vê obrigado a anunciar que Portugal vai pedir ajuda externa: “O Governo decidiu dirigir um pedido de ajuda financeira de forma a garantir as condições de financiamento” e evitar que Portugal corresse riscos desnecessários”. Antes do anúncio, por volta das 18:00, o ministro das Finanças na entrevista escrita ao *Jornal de Negócios* já tinha afirmado:

O país foi irresponsavelmente empurrado para uma situação muito difícil nos mercados financeiros. Perante esta difícil situação, que podia ter sido evitada, entendo que é necessário recorrer aos mecanismos de financiamento disponíveis no quadro europeu em termos adequados à atual situação política. Tal exigirá, também, o envolvimento e o comprometimento das principais forças e instituições políticas nacionais” (Santos, 2011, p. 5).

José Sócrates via o pedido de ajuda externa como uma solução de último recurso, e acabou por admitir que o país corria riscos que não podia. Nesse sentido dirigiu à Comissão Europeia o pedido de assistência financeira por forma a garantir condições de financiamento a Portugal, ao sistema financeiro e à Economia. Lamentou que essa decisão se tenha tornado inevitável. “Todos sabem como lamento que esta decisão se tenha tornado inevitável. Os portugueses sabem que lutei por outra solução em nome do interesse nacional” (Garrido & Jorge, 2011, p. 5). A demissão do Governo na sequência

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

do chumbo do PEC IV a 23 de março de 2011, precipitou o pedido de ajuda. José Sócrates sublinhou que “a rejeição do PEC IV e a crise política fragilizaram o país, e diminuiu a capacidade do Governo para responder às dificuldades do país (Sócrates citado em Machado, 2011, p. 18).

Como sempre disse aos portugueses, a rejeição do Programa de Estabilidade e Crescimento na Assembleia da República, no dia 23 de março [2011], agravou de forma dramática a situação financeira do nosso País. A rejeição do PEC proposto pelo Governo, e que tinha tido o apoio e o voto de confiança das instituições europeias, foi o sinal mais errado que podíamos dar aos mercados financeiros e às instituições internacionais. Foi o sinal errado, no momento errado (Sócrates, 2011a, p. 5).

Por volta das 21:00 Bruxelas confirmava que o primeiro-ministro contactou o presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso para o informar da intenção de Portugal de pedir a ativação dos mecanismos de apoio financeiro (*Jornal de Negócios*, 08/04/2011, p. 5). A maior fatia do empréstimo destinava-se a financiar o défice nacional que resultou da insuficiência das receitas públicas oriundas dos impostos, da venda de património e outras receitas próprias, para pagar os encargos do país com prestações sociais, juros e amortizações de empréstimos anteriores, investimentos e despesas sociais (Miranda, 2011d, p. 9).

Portugal para fazer face a estas despesas recorreu antes ao mercado obrigacionista, mas teria agora de recorrer ao financiamento da ajuda externa. Para a banca iam os fundos para aumento de capital caso os acionistas não quisessem fazê-lo, e para o Banco BPN para amortizar os financiamentos que obteve junto da CGD (Miranda, 2011d, p. 9). Em troca Portugal comprometia-se a baixar o défice dos 9,1% do PIB para os 5,9% em 2011, 4,5% em 2012 e 3% do PIB em 2013. Pedro Passos Coelho, Presidente do Partido Social Democrata (PSD) após a intervenção de José Sócrates, reagiu ao pedido de ajuda externa, e disponibilizava-se para participar no processo de negociação:

O PSD tudo fará para não apenas apoiar formalmente no plano externo este pedido, mas também para facilitar na negociação que necessariamente o Governo deve conduzir, até que possa ser eleito em Portugal um governo com força e credibilidade suficiente para negociar um quadro de ajuda mais completo de médio e longo prazo. Até lá é indispensável que o Governo em funções possa negociar um quadro mínimo de ajuda que não deixará de contar com o apoio do Partido Social Democrata. Aguardaremos, portanto, no âmbito dessas negociações, a mediação que o Governo vier a realizar e a nossa confirmação

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

em como as instituições europeias, como até aqui, nos possam ajudar a superar este momento de maior dificuldade em Portugal” (Coelho, 2011, p. 7).

7.2. O ‘Memorando de Entendimento’ da *troika* (MoU) e as medidas de austeridade

O pedido de ajuda foi o culminar de meses de pressão europeia e de luta do primeiro-ministro José Sócrates contra o pedido de ajuda externa. A 17 de Maio de 2011, o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, assinava o ‘Memorando de Entendimento’ (MoU) com a *troika* (FMI, BCE e Comissão Europeia) negociado pelo Governo e que teve o apoio do PS, do PSD e do CDS. Depois da Grécia e da Irlanda, seguia-se Portugal no pedido de ajuda com a perspetiva da tomada de posse de um novo Governo e com o risco de a banca deixar de ter acesso a financiamento do BCE. Portugal teria que pagar um empréstimo de 4,9 mil milhões de euros que vencia a 15 de junho de 2011. Após o chumbo do PEC IV, o BCE estava a dificultar o acesso dos bancos portugueses a financiamento (Garrido & Guerreiro, 2011, p. 6).

O anexo I do Memorando intitulado ‘Memorando de Políticas Económicas e Financeiras’ começa por realçar o sobre-endividamento dos setores público e privado. Para os peritos da *troika* o principal problema de Portugal era estrutural caracterizado pela falta de competitividade das empresas, pela pouca concorrência em setores como a energia, e um nível de desemprego muito alto. Poul Thomsen, representante do FMI na missão de ajuda internacional ao país criticava, por outro lado, o despesismo do setor público: “O problema são os gastos visíveis, mas também aqueles que ficam no SEE e nas PPP fora da visibilidade e da transparência do Orçamento do Estado” (Peixoto & Pires, 2011, p. 8).

Poul Thomsen numa entrevista ao *Diário Económico* e ao *Semanário Expresso*, sublinhava que o problema do país era estrutural, de fraco crescimento económico, de falta de competitividade estrutural com muitos setores protegidos que tornavam o setor exportador não competitivo, e de custos estruturais, para além do problema orçamental. Referia ainda os níveis de endividamento muito altos no sistema bancário (Peixoto & Pires, 2011, p. 9). Jürgen Kroeger, chefe da Comissão Europeia, ao referir-se ao PEC IV sublinhava que este “tinha elementos muito positivos em termos orçamentais, mas não era suficientemente profundo em termos de reformas estruturais” (Teixeira, 2011, p. 10).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Vários economistas, empresários, banqueiros e comentadores políticos partilharam da opinião, que Portugal não tinha alternativa, e que essa foi uma decisão inevitável, com exceção do ex-secretário geral do Partido Comunista Português (PCP) – Carlos Carvalhas de que “Isto é um erro. Não é ajuda. Portugal devia (...) pedir a reestruturação da dívida” (*Jornal de Negócios*, 7/04/2011, p. 7). Com o pedido formal de ajuda do Governo em gestão à Comissão Europeia colocavam-se várias interrogações sobre qual o impacto da ajuda externa sobre a Economia e a vida das pessoas.

O FMI, a Comissão Europeia e o BCE, preparavam-se para uma visita ao país para avaliação das necessidades financeiras e as condições mínimas para que fosse concedida a primeira “tranche” de financiamento. Formalmente a carta do Governo (em gestão) a solicitar apoio financeiro seguia a 7 de abril de 2011 para a Comissão Europeia e para o BCE assinada pelo primeiro-ministro José Sócrates. A UE exigia a assinatura dos três partidos do arco da governação e do Presidente da República Cavaco Silva. No contexto da visita foi estabelecido um programa de ajustamento seguido da assinatura do MdE. O PEC IV era um compromisso de Portugal perante as entidades europeias, mas não teve seguimento como vimos. Contudo, o PEC IV rejeitado pelo Parlamento pelo PSD e pelos partidos da esquerda (oposição) foi a base para as novas medidas de austeridade. O secretário de Estado das Finanças húngaro, Andras Karman, que ocupava a presidência da UE, reconhecia que o “pacote de medidas que foi rejeitado pelo Parlamento era já bem conhecido pela Comissão Europeia, e era uma boa base para um futuro programa económico” (Rego et al., 2011, p. 6).

A negociação política com os técnicos do FMI, BCE e da Comissão Europeia (Poul Thomsen, Rasmus Ruffer e Jürgen Kroger) teve início a 18 de abril de 2011. Os técnicos avaliavam as contas do Ministério das Finanças e reuniam-se com os parceiros sociais, banca, sindicatos e partidos políticos, com vista ao desenho de um programa económico de ajustamento, e ao levantamento de necessidades de financiamento para os anos de 2011-2014. Com a derrapagem do défice orçamental em 2010 acima dos 7,3%, as contas foram escrutinadas antes do acordo de ajuda externa ficar fechado.

Tendo em conta o aumento rápido da dívida, Olli Rehn, o Comissário Europeu para os Assuntos Económicos, sublinhava que o primeiro enfoque de Bruxelas era o programa de privatizações para “aliviar o fardo da dívida” (Rego, 2011, pp. 6-7). A agência de notação

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

financeira salientava, por outro lado, que o mais urgente era o equilíbrio das contas públicas (Lopes, 2011). A base dos trabalhos dos técnicos internacionais foi a atualização do PEC IV, que passava pelo corte nas pensões, aumento do IRS e subida do IVA de alguns produtos e as reformas estruturais. O novo acordo tutelado pela *troika* contemplava: 1) mais limites às deduções fiscais; 2) revisão das tabelas de IVA; 3) cortes nas prestações sociais; e 4) congelamento de reformas - com corte nas mais altas. Os bancos eram objeto de medidas específicas, segundo Jean-Claude Trichet, presidente do BCE, para “manter a liquidez e a solvência do sector financeiro” (Lopes, 2011).

A UE tinha intenção de fechar os termos da assistência financeira a Portugal a 15 de maio de 2011 e definia o pacote de austeridade para ser apresentado e votado no Eurogrupo a 16 e 17 de maio de 2011. O contingente da Comissão Europeia foi liderado por Jürgen Kroger, diretor de Economia da DG Ecofin em Bruxelas, embora o chefe da missão em Portugal tivesse sido Poul Thomsen (FMI). A *troika* repartiu-se em três grupos de trabalho – contas públicas, banca e reformas, e compilava os resultados num relatório (relatórios da Comissão Europeia e do FMI) onde identificava o montante da ajuda, uma lista de medidas, o seu impacto orçamental, um programa de reformas setoriais e as medidas para a banca.

Para Jean - Claude Trichet, o programa que resultou da ação conjunta do FMI, BCE e Comissão Europeia, e do Governo português, contemplava medidas para o controlo das finanças públicas nacionais, e a reforma económica do país com vista a “um ajustamento orçamental ambicioso para restaurar a sustentabilidade orçamental” (Lopes, 2011). Olivier Blanchard, economista - chefe do FMI reiterava que Portugal tinha “um trabalho muito difícil a fazer ao nível orçamental e macroeconómico” que “vai levar muitos anos” (Pires, 2011, p. 8).

Com o plano da *troika* Portugal ficou obrigado a prestar contas aos credores internacionais de três em três meses. O programa seria revisto a cada três meses ajustando-o e atualizando-se o ‘Memorando de Entendimento’ inicial. No fim de cada revisão eram libertados os montantes em forma de “tranches” de financiamento. Na tabela 3. constam as medidas previstas no PEC IV, e as medidas acordadas entre o Governo e a *troika* em abril de 2011 e que deram origem ao plano de resgate:

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Tabela 3: Medidas de austeridade PEC IV *versus* medidas de austeridade Governo/*troika*

Medidas de austeridade que constavam no PEC IV	Medidas de austeridade acertadas entre a <i>troika</i> e o Governo
<p>SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO (SEE)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Poupança com empresas do SEE de 1,6 mil milhões em 2011. - Reestruturação das tarifas dos transportes. 	<p>SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO (SEE)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reestruturação das tarifas dos transportes. - Reduzir esquemas de compensações e benefícios dos trabalhadores. - Não pode ser criada nenhuma nova empresa pública até que seja feito um retrato completo do SEE ao nível da administração central, regional e local. - As empresas vão ser obrigadas a prestar contas trimestralmente
<p>IMPOSTOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Combate à informalidade e evasão fiscal; controlo de faturas e cruzamento de declarações de volume de negócios com pagamentos automáticos. - Fusão DGCI/Alfândegas. - Racionalização da estrutura de taxas do IVA, não especificando quais taxas alvo de revisão. - Revisão E limitação dos benefícios e deduções fiscais, em sede de IRC. - Revisão dos Impostos Especiais de Consumo. - Limites às deduções no IRS de acordo comos escalões de rendimentos, com limites mais baixos para os rendimentos mais altos e um limite zero par aos mais ricos. - Eliminação deduções de despesas com empréstimos. - Convergência das pensões com trabalhadores dependentes. 	<p>IMPOSTOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Combate à fraude fiscal e Economia paralela - Fusão DGCI/Alfândegas e DGITA. - Racionalização da estrutura de taxas reduzidas e intermédias do IVA. - Aumento do IVA sobre eletricidade e gás. - Madeira E Açores sobem IRS, IRC e IVA. - Limites às deduções no IRS, com limites mais baixos para Os rendimentos mais altos e limite zero para os mais ricos. - Aplicar IRS às prestações sociais. - Redução das isenções de IMI, aumento do IMI e redução do IMT.
<p>FUNÇÃO PÚBLICA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Corte nos subsistemas de saúde. - Salários, e promoções no Estado congelados até 2013. - Redução em 15% dos dirigentes da administração central. - Novo PRACE contempla redução de 15% dos organismos públicos. - Corte das pensões acima de 1500 euros. Congelamento das restantes, com exceção das pensões mínimas. 	<p>FUNÇÃO PÚBLICA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Redução de pessoal de 1% na administração central e de 2% na local e na regional. - Salários, e promoções no Estado congelados. - Redução em 15% dos dirigentes da administração central, regional e local. - Reduções de 15% dos organismos, programa idêntico a aplicar nas autarquias e regiões. - Travar a criação de fundações, associações e outros organismos públicos. - Corte das pensões acima de 1500 euros. Congelamento das restantes, com exceção das pensões mínimas.
<p>MERCADO LABORAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Revisão das condições de atribuição do subsídio de desemprego. - Redução das indemnizações por despedimento para novos contratos. - Alterações nas indemnizações por despedimentos nos atuais contratos e avaliação do impacto na reforma e consideração da aplicação aos atuais contratos de trabalho. - Descentralização da contratação coletiva. 	<p>MERCADO LABORAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apoio no desemprego para “falsos” recibos verdes. - Despedimentos individuais facilitados. - Aumentos salariais vão ter em conta produtividade. - Alterações ao subsídio de desemprego. - Redução das indemnizações por despedimento para novos contratos.
<p>JUSTIÇA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alargar o Mapa Judiciário a mais comarcas. - Criar mais tribunais arbitrais. - Aperfeiçoar regras nas insolvências para combater a morosidade processual. - Aplicação do Processo Civil Experimental a outras comarcas. 	<p>JUSTIÇA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aplicação de todo o Mapa Judiciário até 2012. - Auditoria aos processos parados em tribunal e reduzir a morosidade. - Reforma do Código de Processo Civil.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

<p>SISTEMA FINANCEIRO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Bancos são encorajados a reduzir os níveis de alavancagem. - Bancos tinham de apresentar até abril planos para terem rácios de liquidez sustentáveis. - Bancos têm que aumentar os rácios de capital (core tire 1) para os 8%. 	<p>SISTEMA FINANCEIRO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Prevê um novo pacote de ajuda à banca: 12 mil milhões para a recapitalização e 35 mil milhões para os bancos emitirem dívida com aval do Estado. - Bancos têm de aumentar rácios de capital para 10% até 2012. - CGD terá de aumentar capital e vender negócios não core. - BPN será vendido até Julho, sem preço mínimo.
<p>SAÚDE:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Corte nos custos operacionais dos hospitais EPE (15% até 2013). 	<p>SAÚDE:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aumento das taxas moderadoras e redução das atuais isenções. - Diminuição do preço dos medicamentos.
<p>EDUCAÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reorganização da rede escolar, havendo lugar a fecho de escolas. - Requalificação do parque escolar. 	<p>EDUCAÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reorganização da rede escolar, havendo lugar a fecho de escolas. - Recalendarização dos projetos de requalificação das escolas.
	<p>PRIVATIZAÇÕES:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Privatizar ANA, TAP, CP Carga, Galp, EDP, REN, CTT e Caixa Seguros. - Privatizar mais duas grandes empresas até final de 2012. <p>PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS (PPP)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Relatório detalhado sobre os custos e benefícios de todas as PPP. Estado não pode contratar mais PPP até Relatório estar completo.

Fonte: Conceção própria a partir do *Diário Económico*, 05/05/2015, p. 5

O primeiro-ministro José Sócrates confirmava que o PEC IV que o PSD e a oposição rejeitaram era a base das negociações. “É triste, chumbar o PEC e três semanas depois estar a negociar na Europa com base nesse mesmo PEC, o que fizeram ao país” (...). “Espero que desta vez haja responsabilidade e consciência dos superiores interesses do país” (Sócrates, 2011b, p. 4). FMI, BCE e Comissão Europeia juntamente com o Governo reuniram-se a 12 de abril de 2011 numa primeira reunião formal. Esta reunião marcou o início da definição das medidas de austeridade que o país teria de adotar para garantir o auxílio financeiro.

Portugal foi alvo de uma terapia de choque que reduziu o peso empresarial do Estado. O FMI foi para além daquilo que o Governo planeava no PEC, em que a receita incluía: 1) um programa de privatizações; 2) a flexibilização do mercado de trabalho; 3) a liberalização do mercado de produtos e serviços, sobretudo energéticos; 4) o aumento da carga fiscal - IVA e IRS; e 5) o congelamento e redução de salários e pensões, uma redução adicional que o Governo implementou no início do ano de 2011.

Tendo em conta o rápido aumento da dívida, Olli Rehn, o Comissário Europeu para os Assuntos Económicos, sublinhava que o primeiro enfoque de Bruxelas era o programa de

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

privatizações para “aliviar o fardo da dívida” (Rego, 2011, pp. 6-7). A agência de notação financeira, salientava que o mais urgente era o equilíbrio das contas públicas (Lopes, 2011). A base dos trabalhos dos técnicos internacionais baseava-se numa atualização do PEC IV que passava pelo corte nas pensões, aumento do IRS e subida do IVA de alguns produtos e as reformas estruturais. O novo acordo tutelado pela *troika* contemplava: 1) mais limites às deduções fiscais; 2) revisão das tabelas de IVA; 3) cortes nas prestações sociais; e 4) congelamento de reformas - com corte nas mais altas. Os bancos eram objeto de medidas específicas que segundo Jean-Claude Trichet, presidente do BCE servia para “manter a liquidez e a solvência do sector financeiro” (Lopes, 2011). Na tabela 4, podemos observar as medidas impostas pela *troika* no MoU

Tabela 4: Medidas impostas pela Comissão Europeia, Banco Central Europeu (BCE) e FMI no ‘Memorando de Entendimento’ da *troika*

Memorando de Entendimento (MoU)
Famílias, empresas e proprietários
- Aumento do IMI e redução ou eliminação as deduções em IRS das amortizações e juros do crédito à habitação - Apenas os juros poderão ser abatidos à fatura fiscal. As deduções de capital não. Entra em vigor em janeiro de 2012. Atinge 1,1 milhões de agregados.
- Abolição de todas as taxas reduzidas de IRC - A taxa reduzida de 12,5% criada em 2009 para empresas com matérias coletáveis até 12.500 euros, vai desaparecer. Afetas as PME beneficiárias do desagravamento fiscal. Estima-se uma receita fiscal agregada estimada em 170 milhões de euros.
- Aumento do preço dos comboios
- Aumento do Imposto sobre veículos
- Aumento do tabaco
- Bens de primeira necessidade revistos
- Aumento das taxas moderadoras de 4,60 para 9,60 e perda de benefícios para os isentos
- Aumento do IVA da eletricidade e do Gás de 6% para 13% e dos 13% para 23%.
- Despejos vão ser facilitados (três meses)
- Rendas anteriores a 1990 vão ser liberalizadas
Reformados e Pensionistas
- Reformas acima de 1.500 euros vão sofrer corte entre os 3,5% e os 10%. Abaixo dos 1.500 euros ficam com pensão congelada durante dois anos
Setor privado e Trabalhadores
- Subsídio de desemprego encurtado para 18 meses (contra os mais de três anos que vigoraram até 2011), e o teto superior passa a ser de 1.048 euros (contra os 1.258). O valor continua a ser 65% do salário e ao fim de seis meses sofre um corte de 10%. Por outro lado, o acesso ao subsídio vai exigir um tempo de descontos menor, com os trabalhadores independentes a poderem receber a prestação.
- Subsídio de desemprego encurtado para 18 meses (contra os mais de três anos que vigoraram até aqui), e o teto superior passa a ser de 1.048 euros (contra os 1.258). O valor continua a ser 65% do salário e ao fim de seis meses sofre um corte de 10%. Por outro lado, o acesso ao subsídio vai exigir um tempo de descontos menor, com os trabalhadores independentes a poderem receber a prestação.
- Vai ser mais fácil e mais barato despedir (despedimentos por inadaptação, uma “justa causa”; por quebras de produtividade; não cumprimento dos objetivos, e redução das indemnizações, que se aplicam também aos contratos em vigor, dos 30 dias de salário por cada ano de trabalho para 10 dias, sendo os outros 10 garantidos pelo novo fundo com um máximo de doze meses)
Flexibilização de tempo de trabalho
- Cortes nas horas extraordinárias, a agilização do “lay off” ou a negociação individual de bancos de horas que terá um teto máximo de 50%. No limite não haverá lugar a pagamento de horas.
- Nos processos de despedimento individual por extinção do posto de trabalho, deixará de ser necessário dar prioridade aos trabalhadores mais jovens o que torna os mais velhos mais vulneráveis.
- Salário mínimo congelado
- Privatizações da TAP, ANA, REN, EDP, Galp, CTT, Águas de Portugal e a CPCarga e Seguros da Caixa Geral de Depósitos
Administração Pública e Funcionários Públicos

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

-
- Os subsistemas de saúde dos funcionários públicos (ADSE), dos militares (ADM) e da polícia (SAD) serão reduzidos em 30% em 2012 e em 20% em 2013.
 - Novo PRACE – Programa de reestruturação da administração central com vista à poupança de 500 milhões:
 - Redução anual de 1% dos funcionários na administração central e de 2% na administração local
 - Redução do número de serviços; a fusão de serviços da administração fiscal; a reorganização e fusão de serviços; redução de 15% no número de chefias.
 - Reforma do sector da Educação com um corte de 195 milhões de euros que implica uma racionalização da rede de escolas
 - Redução do número de autarquias, freguesias e redução do número de dirigentes
 - Redução do número de funcionários públicos em cerca de 26 mil até 2014
 - Congelamento de salários e a proibição de promoções até 2013
 - Subida das taxas do IVA, IRS e IRC na Madeira e nos Açores.
 - Redução do número de processos em tribunal
 - Reorganização dos tribunais (implementar o Mapa judiciário)
 - Reavaliação global das Parcerias Público-Privadas (PPPs) de forma a reduzir os custos do Estado com as PPPs.
 - Racionalização do Sector Empresarial do Estado (SEE). Empresas públicas terão de alinhar políticas salariais com a Função Pública

Banca

- Reforço das linhas de garantia, de emissão de dívida com aval do Estado (até 35 mil milhões de euros) e de capitalização com fundos públicos (12 mil milhões de euros).
- Aumento do rácio de capital “core tier one” para 9% em 2011 e 10% em 2012.

Fonte: Conceção própria a partir do *Jornal de Negócios* e *Diário Económico* de maio de 2011

7.3. O Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF)¹⁴, o Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira (MEEF) e o FMI

No dia 12 de abril de 2011 realizou-se a primeira reunião entre o Governo e as equipas técnicas do FMI, do BCE e da Comissão Europeia. O plano técnico para a elaboração do Plano português para a ajuda externa tinha como referência o PEC IV e ficava definido na reunião dos ministros das Finanças da União Europeia (Ecofin) de 8 e 9 de abril de 2011. O empréstimo chegava a Portugal através do FMI e da UE. Num total de 80 mil milhões de euros, coube ao FMI emprestar cerca de 27 mil milhões de euros em SDR (a moeda do Fundo), baseada numa média de quatro moedas (euro, dólar, libra e iene). O empréstimo a Portugal rondava uma taxa próxima dos 4%, e começou a ser amortizado em 2016.

Através de dois instrumentos instituídos na sequência da crise da dívida soberana, o Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE) e o Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira (MEEF)¹⁵ financiado pelo orçamento da UE, chegou o montante de 26 mil milhões, gerido pela Comissão Europeia. Os restantes 26 mil milhões de euros foram

¹⁴ O FEEF foi criado pelos Estados-membros da Zona Euro, em 7 de junho de 2010, sob a forma de sociedade anónima de direito luxemburguês.

¹⁵ O Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira (MEEF) foi criado no decurso de 2010, conforme Regulamento (UE) n.º 407/2010 do Conselho, de 11 de maio de 2010, in: JO I. 118, de 12 de maio de 2010, com o objetivo de preservar a estabilidade financeira europeia e permitir à União Europeia uma resposta “coordenada, rápida e eficaz, a graves dificuldades registadas num dado Estado membro da área do euro”.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

financiados pelo Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF)¹⁶ geridos pelo Eurogrupo, fundos obtidos através da emissão de obrigações, e o FMI contribuiu com 26 mil milhões de euros, cujo financiamento obteve junto dos seus membros¹⁷. Desses 78 mil milhões, 12 mil milhões foram para a recapitalização da banca. O Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira (MEEF) foi criado no decurso de 2010 conforme Regulamento do Conselho Europeu (UE) n.º 407/2010 do Conselho, de 11 de maio de 2010, com o objetivo de preservar a estabilidade financeira europeia e permitir à União Europeia uma resposta” coordenada, rápida e eficaz, a graves dificuldades registadas num dado Estado membro da área do euro”. A ajuda europeia teve uma taxa de juro (custo) a rondar os 5,5% (com uma variação condicionada ao custo de financiamento do Fundo no mercado) um juro inferior à Irlanda, mas superior à Grécia. A esse custo acresceu um prémio de 200 pontos base. As medidas negociadas com a *troika* pesaram no bolso dos portugueses a quantia de 2.310 milhões.

O MEE e o MEEF, eram instrumentos que recorriam aos mercados de capitais para angariar o dinheiro. O FMI angariava o dinheiro para emprestar junto dos Estados-membros. Estes empréstimos tinham como objetivos estritos, o regresso das finanças públicas a um nível sustentado. A redução do défice público, a redução do endividamento do sistema financeiro, e de reformas estruturais que aumentassem a competitividade da Economia portuguesa, eram os objetivos mais alargados do acordo com a *troika*. O apoio do Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF) foi feito na base de um programa que tinha vários pilares: 1) consolidação orçamental (Finanças Públicas) que incidia na redução do défice público e dívida, ou seja, na redução dos desequilíbrios orçamentais; 2) as reformas estruturais na administração do Estado e na Justiça.; 3) o sistema financeiro

¹⁶ No sentido de reforçar o dispositivo de assistência com fundos acrescidos foi criado o Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF), na reunião do Ecofin a 9 de Maio de 2010 (Regulamento (UE) n.º 407/2010 do Conselho, de 11 de maio de 2010). O regulamento estabelece as condições e os procedimentos para a concessão de apoio financeiro da UE a um país da União que se encontre afetado ou ameaçado por perturbações severas de natureza económica ou financeira causadas por ocorrências que não possa controlar. O FEEF com *rating* “AAA” pelas três maiores agências (S&P, Moody’s e Fitch) vai ao mercado financiar-se através da emissão de obrigações garantidas pelos 17 Estados-membros da Zona Euro. Os bancos contratados para garantir as colocações foram Barclays Capital, Deutsche Bank, HSBC, BNP Paribas, Goldman Sachs e Royal Bank of Scotland.

¹⁷ O acordo firmado com Portugal no âmbito do EFF, como parte de um pacote conjunto de financiamento com a União Europeia no montante total de 78 mil milhões de euros ao longo de três anos, permite o acesso em carácter excepcional aos recursos do FMI, correspondente a 2.306 por cento da cota de Portugal na instituição. O acordo foi aprovado através do procedimento de via rápida do Mecanismo de Financiamento de Emergência do FMI (Comunicado de Imprensa n.º 11/190 (P), 20 de maio de 2011, FMI).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

e rácios de capital (desalavancagem do sistema financeiro). A execução do programa de austeridade português ficou submetida a avaliações regulares de três em três meses.

O dinheiro emprestado foi enviado para Portugal para uma conta do BdP que disponibilizou os fundos (na moeda em que o recebia) ao IGCP sob a tutela do Ministério das Finanças. Os fundos enviados pelo FMI, chegaram em múltiplas moedas e exigiam várias opções cambiais. O dinheiro na disposição do IGCP procedia a operações cambiais (*spot*) para o “transformar” em euros, e cobertura do risco cambial (*banca*)¹⁸ usado através do Estado português para o financiamento das Administrações Públicas assente no OE ao longo de cada ano do programa de ajustamento. Desses 78 mil milhões, 12 mil milhões foram para a recapitalização da *banca*. Os juros, reembolsos e comissões foram pagos pelo BdP e IGCP, em SDR ao FMI e pagos em euros ao FEEF e MEEF. Os empréstimos começaram a ser pagos à *troika* no início do programa e o primeiro reembolso dos empréstimos teve lugar em 2016 (Tabela 5). O empréstimo terá de ser liquidado na totalidade até 2021.

Tabela 5: Forma de reembolso do empréstimo à *troika*

Fundo Monetário Internacional FMI	Fundo Europeu de Estabilização Financeira FEEF	Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira MEEF
1) Os juros cobrados pelo FMI são de taxa variável, calculada com base nas taxas de mercado monetário das moedas que compõem o cabaz SDR. Os pagamentos são trimestrais.	1) Os juros são fixos e pagos anualmente, e variam entre “tranches”, dependendo das maturidades e custos de financiamento no mercado de cada tranche.	1) Os juros são fixos e pagos anualmente, e variam entre “tranches” dependendo das maturidades e custos de financiamento no mercado de cada tranche.
2) A maturidade média dos empréstimos é de 7,5 anos, com os reembolsos a serem efetuados em 12 prestações semestrais, com começo quatro anos e meio após receber o dinheiro. O primeiro pagamento ocorrerá, assim, em 2016. O último será em 2022.	2) A maturidade média dos empréstimos será de 12,5 anos, que começaram a ser reembolsados em 2016. O último reembolso depende das maturidades.	2) A maturidade média dos empréstimos é de 12,5 anos, que começaram a ser reembolsados em 2016. O último reembolso depende da maturidade das emissões, cujo limite máximo passou a ser de 30 anos.
3) O FMI cobra uma comissão de 50 pontos base por empréstimo (não por ano)	3) O FEEF cobra uma comissão de 50 pontos base por cada empréstimo (não por ano).	3) O MEEF cobra uma comissão de 50 pontos base por cada empréstimo (não por ano).

Fonte: Conceção própria a partir do *Jornal de Negócios*, 23/11/2011, pp. 28-29

Foram muitas as medidas estudadas entre o Governo e a *troika*. As pensões acima de 1.500 euros seriam reduzidas entre 3,5% e 10%, e as “pensões milionárias” ao abrigo das antigas regras aplicadas (melhores dez anos dos últimos 15 de descontos) foram também alvo de descontos. Portugal tinha como objetivo, reduzir o défice orçamental (4,6% em

¹⁸ Como Portugal tem de pagar os reembolsos ao FMI em “SDR”, o IGCP, realiza também “swaps” cambiais que lhe fixam a taxa de câmbio euro-SDR nas datas dos pagamentos. Elimina assim o risco cambial para o país. Todas as operações têm de ser feitas com bancos que sejam classificados como “investment grade” e são feitos com base em processos competitivos.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

2011; 3% 2012). Para isso tinha de apresentar medidas adicionais de consolidação orçamental. Em maio de 2010, Portugal comprometeu-se em reduzir o défice orçamental dos 9,4% de 2009 para 7,3% em 2012 e chegar aos 2% em 2013. Com o aumento do défice de 2010 para 9,1% do PIB as metas tornaram-se mais difíceis e teve de adiar alguns objetivos. FMI e Comissão Europeia confrontaram-se no que diz respeito aos juros exigidos a Portugal e à rapidez do ajustamento. Patrões e sindicatos (CIP, CCP e CGTP) sublinharam as vantagens de flexibilizar a meta definida no PEC (2011-2014) para a redução do défice. O argumento utilizado era o dar espaço ao crescimento económico (Tabela 6).

Tabela 6: As principais propostas apresentadas à *troika* pelos parceiros sociais

Setor	Presidente	Reivindicações/exigências
CIP – Confederação	António Saraiva	- Legislação laboral: redução dos salários por acordo. O conceito “justa causa” de despedimento deve ser alargado.
CTP – Confederação do Turismo	José Carlos Pinto Coelho	- Pedem a descida do IVA no golfe para 6%.
Banqueiros		- Exigência de capital do sector acima dos 8% não faz sentido - Apostar na desalavancagem - Pagamentos dos créditos ao sector público
CAP	João Machado	- O Programa de ajustamento não deve anular os investimentos e previstos no OE para garantir fundos comunitários.
UGT	João Proença – Secretário-geral	- Pedem para se poupar as pensões e os salários mais baixos. Notou que a <i>troika</i> está preocupada com as regras do subsídio de desemprego.
Confederação do Comércio	João Vieira Lopes	- Preocupados com o acesso ao crédito por parte das empresas. - Pedem a redução das indemnizações e flexibilização dos horários.
Observatório Permanente da Justiça	Boaventura Sousa Santos	- Condena o facilitismo dos despedimentos e os despejos em nome da eficiência e não morosidade da justiça.
Saúde	Pedro Pita Barros, Francisco Ramos, Céu Mateus	- Uma alteração estrutural ao modelo de financiamento da saúde não é desejável - É necessário aprofundar a redução de custos com os hospitais e medicamentos, áreas chave para garantir a sustentabilidade do SNS.
CGTP	Carvalho da Silva – Secretário-geral da CGTP	- Pede que a meta de redução do défice para 3% do PIB seja adiada para 2016, e que o programa de consolidação orçamental seja centrado na receita. - Reivindica para Portugal uma taxa de juro de 3,1%

Fonte: Conceção própria a partir do *Jornal de Negócios*, 27/04/2011, pp. 6-7

A maior parte do empréstimo financeiro teve como destino financiar o défice nacional. Este défice significava que as receitas públicas oriundas dos impostos, da venda de património e outras receitas próprias não eram suficientes para pagar os encargos do país com prestações sociais, juros e amortizações de empréstimos anteriores, investimento e despesas sociais. Este diferencial que foi pago com recurso ao mercado de obrigacionista passou a ser financiado pela ajuda externa. Cerca de 1/3 do empréstimo foi concedido pelo FMI e 2/3 pelo FEEF da UE, suportados em garantias prestadas por países como a Alemanha, a França e a Itália. A banca foi outro dos grandes destinatários dos Fundos para os aumentos de capital (Tabela 7)

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Tabela 7 : Contributo dos países da Zona Euro para a Ajuda a Portugal através do Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF) e do FMI

Países (Estrutura de quotas do FMI)	Quotas (mil milhões de euros)	Países	FEEF
Estados Unidos	5.064	Espanha	6.821
Japão	2.142	Itália	10.264
China	1.704	França	11.681
Alemanha	1.667	Holanda	3.276
Reino Unido	1.181	Bélgica	1.992
França	1.071	Áustria	1.992
Itália	890	Finlândia	1.552
Canadá	685	Alemanha	15.554
Outros	12.269	Outros <500	

Fonte: Conceção própria a partir do *Jornal de Negócios*, 8/04/2011, pp. 24 e 33

Estes empréstimos tinham como objetivos estritos; 1) o regresso das finanças públicas a um nível sustentado; 2) a redução do défice público; 3) a redução do endividamento do sistema financeiro; e 4) reformas estruturais que aumentassem a competitividade da Economia portuguesa. Antes dos desembolsos de dinheiro em forma de tranches, o Governo português tinha de apresentar um relatório sobre o cumprimento das condicionalidades. A decisão para os desembolsos dependia de uma conclusão positiva das avaliações da condicionalidade ao longo dos três anos de duração do programa de ajustamento (2011-2014). Antes dos desembolsos, o Governo estava ainda obrigado a apresentar um relatório sobre o cumprimento das condicionalidades. A reunião do Eurogrupo e do Ecofin para a aprovação da conclusão do programa de ajustamento foi no dia 5 de maio de 2014. O dia 17 de maio de 2014, marcou o fim do programa de ajustamento. O dia 30 de junho de 2014 foi a data limite para a conclusão do programa pelo FMI. O último desembolso foi feito em junho de 2014.

PARTE III - ESTUDO EMPÍRICO DAS AVALIAÇÕES AO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ECONÓMICA E FINANCEIRA (PAEF) NA IMPRENSA ECONÓMICA ESPECIALIZADA

Cap. 8 – A cobertura jornalística das avaliações da *troika* em Portugal no *Jornal de Negócios* e no *Diário Económico*

8.1 Opções metodológicas

Nos capítulos anteriores fizemos o enquadramento teórico do jornalismo económico e das teorias que servem de fundamentação teórica à nossa investigação que nos permitiu criar as bases para o estudo empírico dos jornais económicos, e para a construção do inquérito e das entrevistas realizadas aos jornalistas da área económica em Portugal. Nesta parte do

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

estudo é apresentada a pergunta de partida, o objetivo geral e objetivos específicos, o *corpus* do trabalho, e cada um dos momentos que compreende esta análise em termos temporais.

Face ao objetivo principal e objetivos específicos, e à pergunta de investigação vamos utilizar diferentes técnicas de investigação. A complexidade da investigação sobre o jornalismo económico no contexto da intervenção da *troika* (avaliações ao programa de ajustamento) obrigou ao recurso dos métodos mistos. Este método define-se como uma abordagem flexível que combina técnicas quantitativas e qualitativa no mesmo estudo e é capaz de recolher e gerar um conjunto de informações diversificadas e complementares tanto na recolha dos dados como na análise de dados (Bryman, 2012; Greene, Caracelli & Graham, 1989; Greene, 2008; Ferin Cunha, 2016; Hesse-Biber & Johnson, 2013; Leech & Onwuegbuzie, 2009; Tashakkori & Teddlie 1998). Daí, termos optado por construir uma base de dados que foi complementada com a análise crítica da narrativa, um inquérito por questionário e entrevistas a jornalistas da área económica. Este tipo de método mostra que as ciências sociais, incluindo os estudos sobre os média reconhecem não só a existência de múltiplas abordagens e métodos que permitem a apreensão e compreensão de um objeto de investigação, como o enquadramento a partir de diferentes paradigmas teóricos e concetuais (Bryman, 2012, p. 90).

8.1.1. Pergunta de partida

Para a realização do presente estudo, a nossa pergunta de partida reflete aquilo que nos propomos analisar: *como é que a imprensa económica nacional tratou as avaliações da troika no contexto da crise económico-financeira portuguesa (2011-2014)?* A pergunta de partida apresentada foi elaborada tendo em consideração as qualidades de clareza, exequibilidade e pertinência (Quivy & Campenhoudt, 1998).

8.1.2. Objetivo geral e objetivos específicos

O objetivo geral, consiste em compreender como é que a imprensa económica nacional tratou as doze avaliações regulares da *troika* ao programa de ajustamento económico português (2011-2014). Decorrentes do objetivo geral, propomos os seguintes objetivos específicos:

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

1. Re(construir) a narrativa jornalística das avaliações da *troika* no *Jornal de Negócios* e *Diário Económico*, de modo a apurar o enquadramento (*framing*) das peças noticiosas que serve essa lógica narrativa;
2. Compreender como o *Jornal de Negócios* e *Diário Económico* abordaram as avaliações da *troika*, tanto na forma como no conteúdo, identificando padrões jornalísticos;
3. Analisar as práticas e rotinas dos profissionais no contexto da intervenção da *troika* (avaliações da *troika*) de modo a entender os processos produtivos da notícia económica;
4. Examinar o contributo da crise económico-financeira no quadro da intervenção da *troika* (avaliações da *troika*) para o jornalismo económico português, e ao mesmo tempo fazer uma caracterização do jornalismo económico em Portugal.

Salientamos que atingimos os objetivos com recurso a técnicas variadas. A técnica da análise de crítica da narrativa (ACN) e enquadramentos permitiu-nos compreender o objetivo 1. Com a análise de conteúdo chegamos ao objetivo 2. Através da conjugação do inquérito e entrevista, chegámos ao objetivo 3 e 4. A Tabela 8 mostra a relação entre os objetivos específicos da investigação e os instrumentos de recolha de dados.

Tabela 8: Relação entre os objetivos específicos e técnicas de recolhas de dados

Objetivos específicos	Técnicas de recolhas de dados
1. Re(construir) a narrativa jornalística da avaliação nos jornais em análise de modo a apurar o 'enquadramento' das avaliações da <i>troika</i> nas notícias.	Análise crítica da narrativa (ACN) e enquadramentos (<i>framing</i>)
2. Compreender como o <i>Jornal de Negócios</i> e <i>Diário Económico</i> abordaram as avaliações da <i>troika</i> , tanto na forma, como no conteúdo, identificando padrões jornalísticos.	Análise de conteúdo quantitativa e qualitativa
3. Analisar as práticas e rotinas dos profissionais no contexto da intervenção da <i>troika</i> (avaliações do programa de ajustamento) de modo a entender os processos produtivos da notícia económica.	Entrevista semi-estruturada e inquérito por questionário administrado <i>online</i>
4. Examinar o contributo da crise económico-financeira no quadro das avaliações da <i>troika</i> para o jornalismo económico português.	Entrevista semi-estruturada e inquérito por questionário administrado <i>online</i>

Fonte: conceção própria

8.2. Os jornais em análise

8.2.1. Caracterização do *Jornal de Negócios*

O *Jornal de Negócios* é um diário de Economia e finanças. Propriedade do grupo Cofina, surgiu como semanário a 8 de janeiro de 1998, dois meses depois de ter nascido na

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Internet, e passou a diário a 8 de maio de 2003. O primeiro diretor foi José Diogo Madeira, de novembro de 1997 até março de 2000. Em 2007 assume a direção Pedro Santos Guerreiro até 2013, altura em que assume a direção, a jornalista, Helena Garrido. O *Jornal de Negócios*, tem conhecido vários diretores ao longo dos anos e conta desde novembro de 2017 como diretor – o jornalista André Veríssimo. Já depois do período da intervenção da *troika*, é Raul Vaz que assume a direção em 2016 até novembro de 2017.

O *Jornal de Negócios* venceu o Prémio Excelência Jornalismo Económico 2012, promovido pela Ordem dos Economistas, após uma primeira nomeação para o prémio em 2011. Como colunistas, conta com Helena Garrido, João Quadros, Camilo Lourenço, Baptista Bastos, Bagão Félix, José Cutileiro, Leonel Moura, entre outros. O diário está presente no meio *online*, através do *website* www.jornaldenegocios.pt. Foi a 23 de novembro de 1997, que nasceu na *internet*, e o *website* do *Jornal de Negócios* assumiu-se como a primeira publicação *online* de Economia e finanças em Portugal.

8.2.2. Caracterização do *Diário Económico*

O *Diário Económico* começou a ser publicado a 30 de outubro de 1989 em formato tabloide, de segunda a quinta-feira sob a direção de Jaime Antunes. Era uma extensão do *Semanário Económico*, que saía às sextas-feiras, e foi pela primeira vez para as bancas a 16 de janeiro de 1987. O estatuto editorial do diário inspirava-se no *Semanário Económico* e sublinhava: O *Diário Económico* é uma iniciativa dos jornalistas, independente de forças políticas e de interesses económicos. O *Diário Económico* é um jornal de informação económica e financeira nacional e internacional. O *Diário Económico* é, também, um meio de informação dos principais acontecimentos da vida política, social e cultural portuguesa e internacional. Assume-se como um jornal cujo conteúdo refletirá o funcionamento de uma Economia de mercado. Compromete-se a não usar as informações a que tenha acesso para outros fins que não a divulgação noticiosa” (Económico, 2014, pp. 24-25).

A 19 de Abril de 1995 surgia com um novo formato, um novo grafismo e uma nova estratégia e passava a sair de segunda a sexta-feira. Os objetivos da publicação prendiam-se com dar o essencial das notícias no plano económico, abordar importantes acontecimentos nacionais e internacionais, bem como das áreas dos média, cultura e desporto, apresentando-se com um novo posicionamento: “No universo dos jornais

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

económicos de qualidade, surge o *Diário Económico*”. Os objetivos eram: “o antigo *Diário Económico* era até agora um jornal essencialmente dirigido aos especialistas de Economia. O novo *Diário Económico* é agora um jornal completo. Um jornal com uma visão aberta sobre o mundo, com toda a informação política, económica e social para todos os que decidem, diariamente” (Económico, 2014, p. 24). No estatuto editorial referia que o *Diário Económico* é “um jornal de informação económica e financeira, que noticiará igualmente os principais acontecimentos políticos, sociais, culturais e desportivos de Portugal e do mundo” (p. 24).

Em 1998, o *Diário Económico* lançou o seu *website*, e em janeiro de 2001 fez uma primeira tentativa com uma edição de fim-de-semana que durou um ano. Em novembro de 2008 voltou a fazer nova tentativa quando o *Semanário Económico* foi reconvertido na edição de fim-de-semana, mas não foi bem-sucedido. Em janeiro de 2009, foi lançado o novo *website* (www.economico.pt). No primeiro trimestre de 2009 foi lançado o *económico.TV*, uma televisão corporativa, e em agosto de 2009, o *Diário Económico* passou a ser vendido em formato digital, como mesmo *layout* do jornal.

A 23 de outubro de 2009 foi a primeira sessão experimental da *ETV (Economico TV)*. Em abril de 2010 passou a estar disponível na rede da Zon, operador de televisão por cabo. Em fevereiro de 2011 a PT disponibiliza a *ETV* na grelha do Meo. O *Diário Económico* foi considerada a principal instituição de jornalismo económico em Portugal e pioneira no projeto multiplataforma que integrava o *Diário Económico*, www.economico.pt *ETV*, *Económico Mobile* e *Económico Conferências*, e em que predominava a informação económica, financeira, empresarial, política e social. Os jornais que lhe antecederam foram o *Jornal do Comércio* e o *Comércio do Porto*. O objetivo do *Económico* era fazer informação que marcasse a agenda, que mexesse com a vida dos leitores, e fosse uma referência no mundo da Economia e dos negócios. O *Jornal* tinha uma visão económica de Portugal e do Mundo, mas não se considerava um jornal especializado em Economia (Económico, 2014, p. 25). O *Diário Económico* mereceu duas distinções: a Prata e o Bronze dos prémios Malofiej por trabalhos de infografia.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

8.3 Métodos e técnicas de recolha e de análise de dados

8.3.1. Fontes de documentação e análise de documentos

A pesquisa bibliográfica é o primeiro contato que o investigador tem com o tema que se propõe a estudar (Moreira, 1994, pp. 19-20) e permite a articulação com a parte empírica. Devido à natureza prática de muita da investigação social, todos os trabalhos de investigação devem conter um enquadramento teórico-conceitual de carácter histórico e contextual, que se adequa ao nosso objeto de estudo. Os documentos que serviram de apoio à perceção das matérias são de diversos tipos e de fontes diferenciadas. Nesta investigação, utilizámos um conjunto de documentação, primária e secundária. As fontes primárias fornecem informação direta e são documentos que foram produzidos pelas pessoas sobre os assuntos que estamos a estudar. No nosso caso, no quadro das avaliações da *troika*; o ‘Memorando de Entendimento’, os relatórios oficiais das avaliações da *troika* (FMI e Comissão Europeia); comunicados de imprensa (*troika*, FMI e Comissão Europeia), conferências de imprensa do Governo e da *troika*, sites de *Internet* institucionais, etc. As fontes secundárias foram constituídas por documentos escritos após o acontecimento, ou, por alguém que não o testemunhou na primeira pessoa. Aqui servimo-nos de obras, relatórios, estatísticas oficiais, artigos publicados em revistas especializadas, nacionais e estrangeiras, vídeos noticiosos etc.

8.3.2. Análise crítica da narrativa e os enquadramentos (*frames*) que estruturam a narrativa das avaliações da *troika*

Definido o objetivo geral, a análise crítica da narrativa (ACN) vai permitir-nos responder ao nosso primeiro objetivo específico: re(construir) a narrativa jornalística das avaliações da *troika* nos jornais em análise, de modo a apurar o enquadramento (*framing*) das peças noticiosas. Uma área que tem suscitado um maior interesse por parte dos investigadores dos média, é a dos estudos narrativos. Atualmente os grandes produtores de narrativas são os média (Peixinho & Araújo, 2017, p. 10). A narratologia enquanto ciência foi problematizada ao longo dos tempos por vários autores dos estudos narrativos franceses e da escola formalista russa (e.g. Barthes, 1971; Bremond, 1973; Genette, 1987; Greimas, 1973; Propp, [1928] 2010; Ricoeur, 1980; Todorov, 1970). Foi influenciada por correntes teóricas estruturalistas e estuda as narrativas através da estrutura, e dos elementos que as compõem. A narratologia acabou mais tarde por influenciar os estudos da narrativa

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

jornalística (e.g. Benjamin, 1993; Bird & Dardenne, 1999; Carey, 1986; Chartman, 1990; Lits, 2008; Motta, 2013; Resende, 2006, 2017; Ryan, 2009; White, 1981).

Narrar significa “relatar processos de mudança, processos de alteração e de sucessão interrelacionados” (...) relatar eventos de interesse humano enunciados em um suceder temporal encaminhado a um desfecho. A palavra-chave é sucessão” (Motta, 2013, p. 71). É a qualidade de descrever alguma coisa, enunciado numa sucessão de estados de transformação responsável pelo sentido. A narratividade introduz a questão da sequenciação, ou desenvolvimento temporal, e coloca a ideia de “prosseguimento-interrupção ou a dialética da continuidade-descontinuidade”. A partir dos enunciados narrativos, colocam-se as coisas em relação umas com as outras, numa determinada ordem e perspetiva num desenrolar lógico e cronológico (Motta, 2013, p. 88).

Significa ainda “contar um discurso, uma voz, uma ordem, um ato de fala”. É “diferir, distanciar, tornar indireto o que no discurso é direto”. Tal como entendeu Benveniste (1966) na narrativa assistimos a uma passagem do discurso direto para o discurso indireto e funciona como oposição ao discurso, pela passagem do sujeito de enunciação, ao sujeito do enunciado. (Babo, 2017, p. 73). Máquina do tempo, a narrativa assenta num complexo mecanismo de organização da temporalidade. E através deste mecanismo, torna-se necessário “articular umas ações umas com as outras, dar-lhes uma sequência, dispô-las por ordem de ocorrência (Babo, 2017, p. 76).

No processo narrativo os discursos constroem-se “através de estratégias comunicativas (atitudes organizadoras do discurso) e recorrem a operações e a opções (modos) linguísticos e extralinguísticos táticos para realizar certas intenções e objetivos” (Motta, 2013, p. 82). O narrador introduz no discurso uma força *ilocutória* (intencionalidades do sujeito narrador) e *perlocutiva*, responsável pelos efeitos que vai provocar no recetor dos conteúdos quando interpreta os conteúdos (Motta, 2017, p. 52). Subjacente a esta força, está o fato dos discursos narrativos, seja de que natureza forem “participam dos jogos da linguagem e dos jogos do poder” (Motta, 2013, p. 83). Ao analista da comunicação narrativa interessa, não apenas a narrativa em si, mas os processos de comunicação e enunciação, as relações de poder entre o narrador e o destinatário, as intencionalidades implícitas ou explícitas (Motta, 2013, p. 93).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

As narrativas enquanto objeto e processos podem ser estudadas em três instâncias expressivas: 1) plano da expressão (linguagem ou discurso); 2) plano da estória (ou conteúdo); 3) plano da meta-narrativa (tema de fundo) proposto por Motta (2013, p. 134). A nossa análise vai incidir, sobre o plano da estória (ou conteúdo) com foco nas sequências das ações, encadeamentos, enredo, intriga, conflito, cenários, personagens os seus papéis e as suas funções, etc. Este plano está dependente “do plano do discurso ou da linguagem, sem o qual a ‘estória’ não se projeta e as intenções comunicativas não se revelam” (Motta, 2013, p. 135). É neste plano que o analista deve investigar a lógica, observar, decompor e recompor a sintaxe narrativa, ou seja, “as micro e macroestruturas ou princípios de organização que configuram a narrativa de uma certa maneira no ato de contar” (Motta, 2013, p. 137). Segundo Motta, o plano da estória ou conteúdo:

é o plano virtual da significação, em que uma realidade referente é evocada pelo texto narrativo através de sequências de ações cronológicas e causais desempenhadas por personagens, estruturando uma intriga (enredo ou trama). É o plano de conteúdo da estória propriamente dito, ou plano da diegese (universo da significação), do como se (...). É neste nível que a análise da narrativa se concentra (Motta, 2013, p. 137).

A análise crítica da narrativa é uma técnica qualitativa de pendor interpretativo (Motta, 2013). A partir da fenomenologia (método utilizado que permite perceber as narrativas na sua essência e nas suas relações) como ponto de partida metodológico segue-se um conjunto de procedimentos de análise da narrativa que segundo Motta “os pesquisadores devem sentir-se livres para aprofundar e criar conceitos operacionais e procedimentos que as suas perguntas e objetos sugerem” (...) cada análise da comunicação narrativa segue um caminho próprio e individual” (Motta, 2013, p. 133).

Ao recorrermos a esta técnica estabelecemos como objetivo: 1) re(construir) a narrativa jornalística das avaliações da *troika* nos jornais em análise, recorrendo ao conceito-método de enquadramento (*framing*) de modo a estruturarmos um esquema de processamento da informação que melhor serve a lógica de construção e tratamento da narrativa das avaliações. Este objetivo serve para reordenar temporalmente como se deu esse processo, configurar a cronologia e reorganizar o tempo narrativo, do chamado “relato difuso e confuso do jornalismo” (Motta, 2013, p. 97). As narrativas da imprensa são “de modo geral, quase sempre fragmentadas, desprendidas umas das outras, narram os fatos como se eles fossem desprovidos de contextos” (Resende, 2017, p. 106). Com a

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

narrativa pretende-se “estabelecer relações lógicas e causais entre acontecimentos passados, recorrendo a um encadeamento temporal e cronológico, e a um conjunto de recursos explicativos que possibilitam quer a inteligibilidade quer a experimentação dos acontecimentos” (Prior, 2017, p. 169).

Ao recorrer ao conceito de enquadramento (*framing*,) procura-se identificar as categorias mais salientes da cobertura jornalística das avaliações que no final irá ser a representação dominante, ou seja, o esquema de processamento da informação que melhor serve a lógica narrativa das avaliações da *troika* (2011-2014). As categorias partem da definição de enquadramento de Entman (1994):

O enquadramento envolve essencialmente seleção e saliência. Enquadrar significa selecionar alguns aspetos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito" (Entman, 1994, p. 294).

Considerando ainda a definição de enquadramentos noticiosos como padrões de apresentação, seleção e ênfase utilizados por jornalistas para organizar o discurso jornalístico, isto é, o “ângulo da notícia”, enquanto ponto de vista adotado pelo texto noticioso ao destacar certos elementos de uma realidade em detrimento de outros, e enquadramentos interpretativos enquanto padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas e/ou eventos políticos, incluindo definições de problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades, recomendações de tratamento, etc. (Porto, 2002) foram adotados os seguintes procedimentos operacionais da análise e que estão representados na tabela 9.

Tabela 9: Categorias de análise dos enquadramentos e descrição das categorias da avaliação da *troika* (2011-2014)

Categorias	Descrição das categorias
Análise/Diagnóstico	Nesta categoria incluímos todos os conteúdos das peças jornalísticas que digam respeito à análise/diagnóstico feito pela <i>troika</i> à Economia portuguesa aquando da visita para o exame regular. Esta análise/diagnóstico era feita com base nas reuniões com o Governo, Banco de Portugal (BdP), Ministério das Finanças (MF) partidos políticos e parceiros sociais, sobre o estado da Economia e das contas públicas e abrangiam os pilares fundamentais do programa de ajustamento: agenda de transformação estrutural; frente orçamental; frente económica; e estabilização financeira.
Definição particular do problema – Identificação do problema (o quê?)	Depois de feito o diagnóstico à situação económica do país, eram identificados os problemas que se revelavam em cada uma das avaliações, e que podiam colocar em causa o alcance das medidas especificadas no MEFP e MoU, relativamente a cada um dos pilares fundamentais do programa de ajustamento.
Interpretação causal – Causas e atribuição de responsabilidades (a quem?)	Os jornais podem especificar na narrativa das avaliações as causas que estiveram na origem dos problemas bem como o quê e/ou a quem ou são atribuídas responsabilidades.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Atores/protagonistas	Engloba os atores/protagonistas envolvidos em cada avaliação.
Recomendação de tratamento – Tomada de decisão sobre a avaliação do “programa de ajustamento”	Diz respeito à avaliação do programa de ajustamento propriamente dito, e à discussão acerca da sua execução – avaliações trimestrais da implementação das reformas e das medidas propostas no programa de ajustamento. É o momento de avaliar se os objetivos foram ou não cumpridos, apontar os pontos fortes, os pontos fracos, os riscos e as ameaças ao cumprimento do programa. É aqui que são apresentadas/propostas medidas de ajustamento, tanto da parte do Governo como da <i>troika</i> , para eventuais correções/desequilíbrios orçamentais. É aqui também que é tomada uma decisão acerca da nota de cada avaliação nas reuniões dos ministros das Finanças da Zona Euro, e no Conselho Europeu. A aprovação de cada avaliação cabe ao Eurogrupo e ao Ecofin. No final eram emitidos e divulgados os relatórios do FMI e da Comissão Europeia. A nota positiva das avaliações é que permitia os desembolsos das tranches para o trimestre seguinte.
Conflito	Engloba os conflitos/confrontos entre os diversos atores e/ou instituições, relativamente à tomada de decisão de medidas em cada avaliação, ou conflitos em relação a medidas que se tomaram ou que se projetam implementar no futuro e discutidas em cada uma das avaliações.
Previsões/Prognóstico – Propostas, desafios e soluções	Nesta categoria são apresentadas as propostas, desafios e soluções para o futuro. É nesta fase que são definidos objetivos e estabelecidas prioridades. É ainda nesta fase, que é estabelecida uma calendarização para a implementação de novas medidas no futuro.

Conceção própria a partir da definição de ‘enquadramento’ de Entman (1994, p. 294)

Ao fazermos a análise crítica da narrativa das avaliações da *troika* o enquadramento noticioso e interpretativo das notícias em cada avaliação segue de acordo com a tabela 9 a seguinte lógica: 1) análise/diagnóstico; 2) identificação do problema (o quê?); 3) uma interpretação causal do(s) problema(s) expressa na questão – a quem?; 4) atores/protagonistas envolvidos; 5) tomada de decisão sobre a avaliação do programa de ajustamento (PAEF); 6) conflitos gerados aquando da implementação das medidas; e 7) previsões (prognósticos) sobre os possíveis efeitos das decisões tomadas pelo Governo e técnicos da *troika* para a Economia, para a vida das pessoas, empresas e instituições.

Assim ao partimos dos enquadramentos noticiosos admitimos na sua análise eventuais conflitos (discordâncias) entre os protagonistas ou instituições no quadro das avaliações da *troika*, no sentido de identificar as diferentes posições assumidas por diversos atores sociais aquando da implementação das medidas da *troika*, partindo do pressuposto de que o conflito é uma categoria estruturante da narrativa jornalística (Motta, 2010). Pensar a imprensa a partir da narrativa é admitir o conflito como lhe sendo absolutamente constitutivo (Resende, 2017, p. 108) e que está na génese do próprio conceito de crise como “a copresença e a rivalidade o espaço público de múltiplas narrativas cada uma refletindo interesses específicos (Caldas & Almeida, 2016, p. 7). O enquadramento interpretativo tem origem em atores sociais externos ao órgão jornalístico e à prática jornalística e que podem ser incorporados pelos média. Pode incluir representantes do Governo, partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, associações profissionais, etc. O que distingue estes dois tipos de enquadramento é a fonte. Enquanto que nos enquadramentos noticiosos a fonte é criada pelos jornalistas, nos enquadramentos interpretativos a fonte são os vários atores políticos e sociais (Porto, 2002, p. 16). Vários

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

estudos mostraram que os jornalistas citam outros autores para promover interpretações específicas da realidade política (e.g. Sigal, 1973, Tuchman, 1973).

O analista da narrativa jornalística deve ter em conta a relação que se estabelece entre os interlocutores e estar ciente de que existem pelo menos três narradores (ou vozes) que se sobrepõe na comunicação jornalística: 1) o veículo; 2) o jornalista; 3) a personagem (vozes presentes no texto jornalístico, e normalmente em confronto umas com as outras). “No decorrer do processo de enunciação de cada assunto reportado esses três narradores levam a cabo uma “negociação” simbólica e política com os outros narradores pelo poder de voz” (Motta, 2013, p. 109). O relato jornalístico, representa assim, o produto de um conjunto de pontos de vista alternativos na correlação de forças que se confrontam permanentemente na disputa pelo poder da voz (Motta, 2013, p. 109).

8.3.3. Análise de conteúdo (AC)

A técnica da análise de conteúdo vai permitir-nos responder ao objeto específico: compreender como o *Jornal de Negócios* e *Diário Económico* abordaram as avaliações da *troika*, tanto na forma, como no conteúdo, identificando padrões jornalísticos. A análise de conteúdo (AC) é definida como um “conjunto de técnicas de análise de comunicações visando obter por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (Bardin, 2008, p. 44). Para Berelson, a análise de conteúdo é uma “técnica que permite fazer uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (Berelson, 1952, p. 18). Por outro lado, Krippendorff, entende que a análise de conteúdo é uma “técnica de pesquisa que permite fazer inferências fiéis e válidas a partir dos dados para o seu contexto” (Krippendorff, 1980, p. 21) ou seja, é uma técnica que pretende atingir a “sistematização de informação de acordo com a aplicação de processos de codificação, categorização e inferência, permitindo um alcance analítico de natureza quantitativa e/ou inferencial consoante os objetivos e técnicas de análise” (Espírito Santo, 2010, p. 66).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Corpus de análise

Após termos traçado o objetivo específico acima referido e termos escolhido o objeto de estudo, reunimos o *corpus* de análise. “O *corpus* é o conjunto de documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (Bardin, 2008, p. 122). A constituição do *corpus* pressupõe algumas regras: exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência (Bardin, 2008, p. 122-124). O *corpus* é constituído por todas as peças jornalísticas das edições dos jornais correspondentes às rubricas relacionadas com as avaliações da *troika*, e foram recolhidas no período de 12 de agosto de 2011 a 28 de abril de 2014, período correspondente ao início e ao fim do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF). No total foram recolhidas 705 peças informativas: 297 peças do *Jornal de Negócios*, 408 peças do *Diário Económico* (interior dos jornais) correspondentes às rubricas relacionadas com as avaliações da *troika*, no período de 12 de agosto de 2011 a 28 de abril de 2014 (início e fim do PAEF); e 85 edições de primeira página sobre as avaliações da *troika* (ver tabela 16, apêndice A). O tratamento das peças foi feito a partir de duas bases de dados em SPSS (primeira página e texto noticioso) com 14 e 127 variáveis respetivamente (forma e conteúdo).

A escolha do *corpus* justifica-se pelo facto de: 1) a crise económica espoletada em 2008 e a intervenção da *troika* em Portugal em 2011 ter levado as pessoas a procurar mais informação através dos jornais económicos (Duarte, 2016); 2) as pessoas estavam convictas de que estes as ajudariam melhor a perceber o que se estava a passar, e assim conseguiriam gerir melhor os seus orçamentos familiares (Catarina Oliveira, 2016); 3) as avaliações da *troika* eram momentos chave que determinavam o avanço ou o recuo de muitas medidas com implicações para o futuro dos portugueses e da Economia em geral (Jorge, 2016).

O período de análise das avaliações da *troika*, compreende três momentos: 1) O momento em que os técnicos visitaram Portugal para o diagnóstico da situação económica do país antes de cada avaliação; 2) o momento das avaliações da *troika* propriamente dito; e 3) o momento relativo à emissão/divulgação dos relatórios de avaliação (FMI e Comissão Europeia) e a saída da *troika* do país (maio de 2014) (ver tabela 10).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Tabela 10: Período de análise das avaliações, comunicados de imprensa e relatórios do FMI, BCE e Comissão Europeia sobre as avaliações da *troika* em Portugal

Visitas	Ano	Datas das visitas para avaliação	Data do Comunicado de Imprensa da Comissão Europeia, BCE, e do FMI	Comunicado de Imprensa do FMI	Data e número do Relatório do FMI	Data e número do Relatório da Comissão Europeia
1	2011	01 a 12 de Agosto	12 de Agosto de 2011 - Comunicado de Imprensa n.º 11/307	12 de Setembro de 2011 - Comunicado de Imprensa n.º 11/330 (P)	IMF Country Report No. 11/279, 01.09.2011	Occasional Papers 83, Sept.2011
2	2011	07 a 16 de novembro	16 de Novembro de 2011 - Comunicado de Imprensa n.º 11/416	19 de Dezembro de 2011 - Comunicado de Imprensa n.º 11/474	IMF Country Report No. 11/363 07.12.2011	Occasional Papers 89, Dec.2011
3	2012	15 a 27 de Fevereiro	28 de fevereiro de 2012 - Comunicado de Imprensa n.º 12/59	4 de abril de 2012 - Comunicado de Imprensa n.º 12/120	IMF Country Report No. 12/77 21.03.2012	Third Review – Winter, 2011/2012
4	2012	22 de maio a 4 de Junho	04 de Junho de 2012 – Comunicado de Imprensa n.º 12/203	16 de Julho de 2012 - Comunicado de Imprensa n.º 12/260 (P)	IMF Country Report No. 12/179 28.06.2012	Occasional Papers 111, Jul.2012
5	2012	28 de agosto a 11 de Setembro	11 de setembro de 2012 - Comunicado de Imprensa n.º 12/310	24 de Outubro de 2012 - Comunicado de Imprensa n.º 12/397 (P)	IMF Country Report No. 12/292 15.10.2012	Occasional Papers 117, Oct.2012
6	2012	12 a 19 de Novembro	19 de Novembro de 2012 - Comunicado de Imprensa n.º 12/448	16 de Janeiro de 2013 - Comunicado de Imprensa n.º 13/14 (P)	IMF Country Report No. 13/18 26.12.2012	Occasional Papers 124, Dec.2012
7	2013	25 de Fevereiro a 14 de Março	15 de Março de 2013 - Comunicado de Imprensa n.º 13/78	12 de junho de 2013 - Comunicado de Imprensa n.º 13/209	IMF Country Report No. 13/160 12.06.2013	Occasional Papers 153, Jun. 2013
8 e 9	2013	24 a 29 junho 16 de Setembro a 3 de Outubro	03 de Outubro de 2013 - Comunicado de Imprensa n.º 13/384 (P)	08 de novembro de 2013 - Comunicado de Imprensa n.º 13/436	IMF Country Report No. 13/324 13.11.2013	Occasional Papers 164, Nov. 2013
10	2013	4 a 16 de Dezembro	16 de Dezembro de 2013 - Comunicado de Imprensa n.º 13/512	12 de fevereiro de 2014 - Comunicado de Imprensa n.º 14/55	IMF Country Report No. 14/56 27.01.2014	Occasional Papers 171, Feb.2014
11	2014	20 a 28 de Fevereiro 2014	28 de Fevereiro de 2014 - Comunicado de Imprensa n.º 14/80	17 de abril de 2014 - Comunicado de Imprensa n.º 14/173	IMF Country Report No. 14/102 01.04.2014	Occasional Papers 191, April 2014
12	2014	22 de Abril a 2 de Maio	02 de Maio de 2014 - Comunicado de imprensa n.º 14/193	01 de Agosto de 2014 - Portugal to Engage in Post-Program Monitoring with the IMF Press Release No.14/380	x	x

Fonte: Conceção própria através dos documentos e dados oficiais publicados na *Internet*

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Definição das categorias de registo e unidades de análise

Para a elaboração deste estudo optou-se pela análise categorial, que é o método mais antigo e mais utilizado, e consiste em desmembrar o *corpus* em categorias, que são autênticas produções e especificações das hipóteses anteriormente levantadas, tendo como objetivo central “atingir através de significantes ou de significados (manipulados), outros “significados” de natureza psicológica, sociológica, política, histórica, etc. (...) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/receção (...) destas mensagens” (Bardin, 2008, pp. 43-44).

A análise categorial é o mais generalizado no âmbito da análise de conteúdo e tem por pretensão “tomar em consideração a totalidade de um “texto”, passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença (ou de ausência) de itens de sentido” (Bardin, 2008, pp. 38-39). Por outras palavras, as categorias são “rubricas significativas”, em função das quais o conteúdo será classificado e eventualmente quantificado. “É um método taxinómico” que procura “introduzir uma ordem, segundo certos critérios, na desordem aparente” (Bardin, 2008, p. 39). Chizzotti define a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise de comunicações cujo objetivo é “compreender criticamente o sentido das comunicações, o seu conteúdo manifesto ou latente e os significados explícitos ou ocultos” (Chizzotti, 2006, p. 98).

A categorização de um *corpus* determinado corresponde a uma classificação dos elementos que o constituem, sendo que as categorias são “rubricas ou classes” (Bardin, 2008, p. 45), cujos componentes (unidades de registo e enumeração) carecem de uma teorização lógica e adaptação à natureza do material em causa, para que não se produzam quaisquer desvios. Uma das vantagens da análise de conteúdo é que “reduz a complexidade de uma coleção de textos” (Bauer & Gaskell, 2008, p. 191). Com base nesta premissa metodológica foi criada uma grelha de análise para a apresentação de todas as categorias, indicadores e respetivas “unidades de análise” procedendo-se de seguida à explicitação de cada uma das categorias e indicadores (ver tabela 18, apêndice B). Depois do material selecionado fragmentou-se em “unidades de análise” ou unidades básicas de codificação que podem ser palavras, temas, frases ou até parágrafos.

As categorias são classes que agrupam sob a mesma designação um conjunto homogéneo de elementos que partilham características comuns. Os estudos serão produtivos na

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

medida em que as categorias se encontrem formuladas em fidelidade ao conteúdo em análise. Cada categoria é composta por um termo chave que indica a significação central. Assim a inclusão e quantificação de um segmento ou unidade pressupõe a deteção dos pressupostos relativos a essa categoria. Como variáveis de análise vamos introduzir as “unidades de registo”, definidas como unidades de “significação a codificar e corresponde aos segmentos de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial. A “unidade de registo” pode ser de natureza e de dimensão muito variáveis” (Bardin, 2008, p. 104) uma vez que, deve obedecer à regra da pertinência (manter uma relação pertinente com as características do material e com os objetivos da análise).

As várias “unidades de registo” serão por sua vez, submetidas à regra de enumeração, seguindo algumas vezes a forma de ‘frequência’ (número de vezes ou tempo que determinada categoria aparece), unidades de ordem quantitativa e, outras vezes, a ‘direção’ (favorável/ desfavorável e positivo/neutro, negativo), de ordem mais qualitativa. Segundo Vala as “unidades de análise” podem ser divididas em “unidades de registo”, “unidades de contexto” e “unidades de enumeração”. Os autores consideram que a “unidade de registo” é o segmento de determinado conteúdo que se caracteriza colocando-o numa dada categoria, e identifica dois tipos de “unidades de registo”: formais (palavra, frase, personagem, entre outras) e semânticas (a mais comum é o tema). Por outro lado, a “unidade de contexto” é o segmento mais largo de conteúdo que o analista examina quando caracteriza uma “unidade de registo”, e a sua dimensão depende do tipo de “unidade de registo” escolhida. A “unidade de enumeração” é a unidade em função da qual se procede à quantificação (Vala, 1987, pp. 114-115).

Sobre a classificação ou agregação das categorias (conceção do quadro categorial) com vista à sistematização dos padrões e valores em análise, uma parte foi pré-concebida – à *priori* – de acordo com o quadro teórico e de acordo com as primeiras impressões que a leitura flutuante do *corpus* de estudo sugeria, e após uma exploração mais aprofundada foi redefinida a categorização – à *posteriori* – ou seja, após a codificação passou-se à categorização definitiva do material em análise. O processo de codificação foi feito à medida que a investigação foi avançando, sendo que apenas no final concluímos o seu formato.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

A última operação da análise de conteúdo é, naturalmente, o tratamento dos dados que corresponde a um conjunto de operações de organização e sistematização dos dados. É neste sentido que se orienta o presente capítulo. Numa primeira fase optou-se pela análise quantitativa, através das categorias definidas e das “unidades de análise”. Ultrapassada essa fase, enveredou-se pela livre interpretação que não é mais do que fazer associações, deduções ou inferências, aquilo em que se baseia a análise de conteúdo qualitativa.

Análise estatística descritiva univariada com recurso ao SPSS

A estatística descritiva resume-se à recolha, análise e interpretação de dados numéricos através da criação de instrumentos adequados, nomeadamente quadros, gráficos e indicadores numéricos (Reis, 2005). Nesse sentido e para atingir os objetivos delineados os dados resultantes da análise de conteúdo são submetidos a uma análise estatística descritiva univariada dado que cada variável foi tratada isoladamente. O tratamento das peças recolhidas nos jornais foi feito a partir da base de dados em SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*), tendo em conta 127 variáveis, referentes à ‘Forma’, e ao ‘Conteúdo’ (ver tabela 17, apêndice B).

Apresentamos de seguida a tabela 11, que sintetiza os aspetos metodológicos da análise de conteúdo, como a pergunta de partida, o conceito-chave, as dimensões de análise empírica, componentes/categorias/variáveis, unidades de registo e a técnica de recolha de dados que suportam esta parte da nossa ação investigativa.

Tabela 11: Pergunta de partida, conceito, dimensões da análise empírica, componentes/categorias/variáveis, unidade de registo e soluções metodológicas (técnicas de investigação).

Pergunta de investigação	Conceito	Dimensões da análise empírica	Componentes/Categorias/ Variáveis	Unidades de registo	Soluções metodológicas (técnicas de investigação)
Como é que o jornalismo económico tratou as avaliações da <i>troika</i> em Portugal no contexto da crise económico-financeira (2011-2014)?	Jornalismo económico	Conteúdo	AC (peças nos jornais) - Nota avaliação - Nome do ator/instituição títulos das peças, - Nome do ator imagens - Tema, - Subtemas, - Medidas, - Atores (Nome, função, tom, qualidade e referência ao partido político), - Caracterização da fonte, - Fontes - Instituições	Palavra, Tema, Item	Análise de conteúdo (AC)
		Conteúdo	AC (Primeira Página) - Tema principal - Ator	Palavra, Tema, Item	Análise de conteúdo (AC)

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

		Forma	ACF (Primeira Página) - Destaque na primeira página	Item	Análise de conteúdo à forma (ACF)
		Forma	ACF (peças nos jornais) -Número avaliação da <i>troika</i> , - Secção do jornal, - Localização peça, - Rubrica, - Género jornalístico, - Tipo de imagem, - Assinatura das peças, -Nome dos jornalistas que assinam as peças,	Item	Análise de conteúdo à forma (ACF)

Fonte: Conceção própria

Face ao objetivo delineado, à apresentação das dimensões de análise, e às componentes/categorias/variáveis, o recurso à análise de conteúdo serve ainda para responder às seguintes perguntas operacionais de investigação (Tabela 12):

Tabela 12: Perguntas de investigação operacionais e respetivas categorias/variáveis

Perguntas de investigação operacionais	Categorias/variáveis
Qual o grau de valorização/visibilidade é conferida às peças em análise?	- Quantidade de informação, (número de peças das avaliações) - Data da peça - Ano - Número da avaliação - Secção da peça, - Paginação, - Localização da peça, - Rubrica, - Imagem
Qual o nome dos jornalistas que assinaram as peças?	- Nome dos jornalistas
Qual foi a valoração dos títulos?	- Valoração dos títulos
Quais os géneros jornalísticos que dominaram a informação?	- Géneros jornalísticos
Qual o ator e/ou instituição referido nos títulos principais das peças?	- Ator/instituição nos títulos das peças
Qual o ator e/ou instituição que aparece nas imagens?	- Ator/instituição nas imagens (peças e jornal)
Quais foram os temas e subtemas mais abordados?	- Temas e subtemas
Qual foi o tipo de medida mais referenciada no discurso jornalístico?	- Tipo de medidas
Qual foi a ordem cronológica do tipo de medidas de austeridade em cada uma das avaliações?	- Cronologia das medidas
Qual ou quais são os atores/protagonistas da informação das peças	- Atores
Quais os protagonistas (estatuto/ qualidade) em que surgem	- Nome, função, tom, qualidade e referência a partido político
Como se caracterizam as fontes?	- Caracterização das fontes
Quais fontes principais?	- Fontes de informação
Que tipo de organizações são referenciadas?	- Tipo de organizações
Que organizações são especificadas?	- Especificações das organizações
Há referências a outros órgãos de informação?	- Referência a outros órgãos de informação
Quais os órgãos de comunicação mencionados	- Especificação dos órgãos de comunicação
Qual a relevância da informação das avaliações da <i>troika</i> na primeira página?	- Número de peças - Destaque da peça na primeira página
Quais os temas que predominaram na primeira página?	- Tema predominante na informação de primeira página
Qual ou quais são os atores/protagonistas da informação sobre as avaliações da <i>troika</i> na primeira página?	- Atores

Fonte: Conceção própria

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

8.3.4. Entrevistas semi-estruturadas

A entrevista semi-estruturada é uma técnica muito utilizada em estudos de investigação científica, e pode ser definida como uma conversa dirigida a pessoas selecionadas com base num plano de investigação, ou seja, com base em determinadas características, com uma finalidade de tipo cognoscitivo guiada pelo entrevistador e assente num esquema flexível de interrogação (Moreira, 2007, p. 207). A entrevista é uma técnica alternativa para se recolherem dados sobre um determinado assunto (Gerhardt, 2009, p. 72). No âmbito desta investigação recorreu-se à entrevista a semi-estruturada para confrontar os resultados provenientes da análise de conteúdo com informação mais explicativa. A entrevista semi-estruturada segue um plano de perguntas previamente estabelecido, mas não apresenta um formato tão rígido e o entrevistador faz sempre certas perguntas principais, mas é livre de alterar a sua sequência, ou introduzir novas questões em busca de mais informação, admitindo alguma flexibilidade (Barata, 2002; Bryman, 2012; Brinkman & Kvale, 2015; Cohen, Manion & Morrison, 2007; Espírito Santo, 2010; King & Horrocks, 2010; Silverman, 2011).

Este tipo de entrevistas permite uma análise em profundidade, e dá a oportunidade aos entrevistados de responder sem limites e ao entrevistador a possibilidade de escrutinar a fundo algum ponto que considere mais pertinente aprofundar (Cohen, Manion & Morrison, 2007; Espírito Santo, 2010). Nas entrevistas semi-estruturadas, o guião serve de diretriz e dá a possibilidade ao entrevistador de explicitar as perguntas. Contudo, confere a liberdade para outras questões que eventualmente possam suscitar interesse no decorrer da entrevista (Silverman, 2011). Ao investigador também é permitido recolher certos detalhes dos testemunhos e interpelar o entrevistado para clarificar alguma ideia sobre o tema (King & Horrocks, 2010; Brinkman & Kvale, 2015).

As entrevistas respondem a dois dos objetivos da investigação: analisar as práticas e rotinas dos profissionais no contexto da intervenção da *troika* (avaliações do programa de ajustamento) de modo a entender os processos produtivos da notícia económica e perceber o contributo da crise económico-financeira no quadro das avaliações da *troika* para o jornalismo económico português. As entrevistas permitem obter diversas opiniões e pontos de vista sobre a *práxis* jornalismo económico português no contexto da intervenção da *troika*. Contudo, nem sempre foi possível seguir a ordem das questões,

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

mostrando-se necessário introduzir outras questões que as respostas dadas exigiam ao investigador. Este processo permite obter informação útil adicional, contribuindo para a compreensão do assunto investigado. Assim, procedemos à realização de nove entrevistas a jornalistas da área económica seguindo um conjunto de questões pré-definidas conforme apresentado nos guiões (ver apêndices C e D).

Os guiões das entrevistas com as questões pré-definidas, foram elaborados tendo em conta dois momentos distintos: o primeiro, corresponde à realização de duas entrevistas antes da recolha das peças jornalísticas (julho de 2015) e introdução na base de dados estatística SPSS. Estas entrevistas foram feitas a Helena Garrido, diretora do *Jornal de Negócios*, e a Tiago Freire, sub-diretor do *Diário Económico*. Depois de procedermos à construção das duas bases de dados em SPSS (primeiras páginas e interior dos jornais), o segundo momento das entrevistas (novembro de 2016) corresponde ao período em que os jornalistas foram confrontados com os resultados da análise de conteúdo. As escolhas dos jornalistas para fazer as entrevistas – Rui Peres Jorge e Elisabete Miranda do *Jornal de Negócios* e Marta Moitinho Oliveira e Catarina Duarte do *Diário Económico* – resultaram da base de dados SPSS e correspondem aos jornalistas que assinaram mais peças durante o período das avaliações da *troika*. Num terceiro momento, e para responder a questões genéricas sobre o jornalismo económico relacionando-as ao mesmo tempo com a cobertura jornalística das avaliações da *troika*, foram entrevistados dois jornalistas reconhecidos na área económica: Camilo Lourenço, comentador, jornalista e colunista do *Jornal de Negócios* e atual administrador da página do *Facebook* – “A Cor do Dinheiro” – página de comentário matinal diário sobre a atualidade da agenda política e económica do País, e Nicolau Santos, diretor-adjunto do *Semanário Expresso*, atualmente administrador da *Agência Lusa*. Ambas as entrevistas foram realizadas em abril de 2017 (ver tabela 13).

Tabela 13: Identificação do nome dos jornalistas entrevistados, pertinência da sua escolha, entidade a que está associado e data da entrevista

Nome do entrevistado	Justificação da sua escolha	Entidade a que está associado	Data da realização da entrevista
Helena Garrido	Diretora do <i>Jornal de Negócios</i>	<i>Jornal de Negócios</i>	17 de julho de 2015
Tiago Freire	Subdiretor do <i>Diário Económico</i>	<i>Diário Económico</i>	28 de julho de 2015
Francisco Ferreira da Silva	Subdiretor do <i>Diário Económico</i>	<i>Diário Económico</i>	25 de Outubro de 2016
Elisabete Miranda	Jornalista do <i>Jornal de Negócios</i>	<i>Jornal de Negócios</i>	17 de Novembro de 2016

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Rui Peres Jorge	Jornalista do <i>Jornal de Negócios</i>	<i>Jornal de Negócios</i>	7 de Novembro de 2016
Marta Moitinho Oliveira	Jornalista do <i>Diário Económico</i>	<i>Diário Económico</i>	26 de Novembro de 2016
Catarina Duarte	Jornalista do <i>Diário Económico</i>	<i>Diário Económico</i>	3 de Novembro de 2016
Nicolau Santos	Jornalista de Economia do <i>Semanário Expresso</i>	<i>Semanário Expresso</i> , Comentador de Economia no programa de Economia na <i>Antena 1</i> “Contas em dia”.	28 de Abril de 2017
Camilo Lourenço	Colunista no <i>Jornal de Negócios</i> , Gestor da página de <i>Facebook</i> “A cor do dinheiro”, comentador de Economia	<i>Jornal de Negócios</i> , A cor do dinheiro	26 de Abril de 2017

Fonte: Conceção própria

As entrevistas foram realizadas e transcritas na íntegra pela autora desta investigação (ver apêndice E) e deram origem a opiniões e pontos de vista diferentes sobre a cobertura jornalística das avaliações da *troika* (agendamento, narrativa e enquadramentos) que em alguns pontos foram convergentes refletindo a cultura e ideologias jornalísticas.

8.3.5. O inquérito por questionário *online*

O “inquérito nacional aos jornalistas da imprensa escrita da área económica” no contexto geral, procura fazer uma caracterização do jornalismo económico e avaliar a sua importância e influência na atualidade, não só política, mas na sociedade em geral, bem como aferir os desafios que se colocam a atividade jornalística na cobertura de temas económicos. Num contexto mais específico, procura obter respostas sobre a forma como foi abordado o jornalismo económico no contexto da intervenção da *troika*. O questionário foi dividido em cinco grupos: (I) Perfil profissional; (II) Jornalismo económico em Portugal; (III) Jornalismo económico em Portugal no contexto da intervenção da *troika*; (IV) Relação dos jornalistas com as fontes de informação da *troika*; (V) Caracterização socio-demográfica (ver apêndice F).

Em julho de 2016 estava em curso o processo de encerramento do *Diário Económico* e muitos jornalistas já não exerciam funções no jornal, o que dificultou o acesso aos endereços de *e-mails* e contactos telefónicos. Foi através de alguns dos jornalistas que ainda se encontravam em funções na redação, da rede social *Facebook* e de alguns contactos personalizados, que foi possível chegar a grande parte dos jornalistas que tinham trabalhado no *Diário Económico*. Muitos deles acabaram por assumir funções em outras publicações (caso do *Observador* ou o *Oje*). Entretanto o jornal *online Oje*, também encerra e dá lugar ao *Jornal Económico*. Não foi apenas para os jornalistas das publicações especializadas em estudo que foi enviado o inquérito por questionário. O

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

inquérito foi enviado também para os jornalistas das editorias de Economia, finanças e empresas dos jornais generalistas, semanários e revistas como o *Semanário Expresso*, *Semanário Sol*, *Diário de Notícias*, *Jornal Público*; *Jornal de Notícias*, *Correio da Manhã*, *Revista Visão*, *Revista Sábado*, e duas publicações especializadas *online* em Economia: *Vida Económica* e *Dinheiro Vivo* do *Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias* respetivamente.

Ao todo, durante a primeira quinzena de julho de 2016 foram contactados 71 jornalistas. Obtiveram-se 35 respostas. Os questionários foram administrados via *online* através da plataforma digital *Google Drive*. O questionário permitiu, por um lado, salvaguardar as questões logísticas, como os custos inerentes à sua elaboração, impressão e distribuição (Moreira, 1994), e por outro lado, as questões éticas ficaram salvaguardadas. A proximidade do investigador ao objeto de estudo, não constituiu um problema porque deixou de existir interferência por parte do investigador, quer na distribuição, quer no preenchimento do questionário. Embora, se reconheça que as taxas de retorno da aplicação do questionário *online* sejam relativamente baixas (Quivy & Campenhoudt, 1998), para a nossa investigação, esta revelou-se a melhor opção pelas razões atrás expostas.

Apresentamos de seguida a tabela 14, com a síntese das técnicas de recolha de dados, a pertinência da utilização das técnicas e as ferramentas analíticas:

Tabela 14: Técnicas de investigação e pertinência de utilização das técnicas

Técnicas de investigação	Pertinência da utilização da técnica
Fontes de documentação e análise de documentos	- Conhecer a bibliografia pertinente para a abordagem da problemática.
Análise Crítica da narrativa	- Re(construir) a narrativa jornalística das avaliações da <i>troika</i> , com base no ‘enquadramento’ (<i>framing</i>) noticioso e interpretativo das peças jornalísticas (Entman, 1993; 2004; Mota, 2013; Porto, 2010)
Análise Conteúdo	- Identificar os padrões de cobertura jornalística da crise económico-financeira de 2011 a 2014, durante a vigência do Programa de Ajustamento da <i>troika</i> (PAEF)
Entrevistas	- Perceber as lógicas de decisão dos diretores, editores, e jornalistas das secções de Economia, finanças e empresas, como <i>gatekeepers</i> . - Perceber as rotinas jornalistas dentro das redações no contexto da intervenção da <i>troika</i> - Identificar mudanças/alterações produzidas na forma de fazer jornalismo económico derivado da intervenção <i>troika</i> em Portugal. - Perceber como foi feito o acesso dos jornalistas às fontes de informação e como estes se relacionaram com as fontes; - Caracterizar o jornalismo económico português em contexto de crise económico-financeira.
Inquérito por questionário administrado <i>online</i>	- Caracterizar o perfil dos jornalistas envolvidos na cobertura da intervenção da <i>troika</i> (avaliações da <i>troika</i>) - Compreender o grau de complexidade e/ou facilitismo na forma como foi feita a cobertura da Intervenção da <i>troika</i> no terreno, - Aferir as perceções dos jornalistas da área económica sobre a influência da Intervenção da <i>troika</i> nos conteúdos dos jornais analisados. - Procurar identificar elementos que caracterizam o jornalismo económico em Portugal na imprensa escrita.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

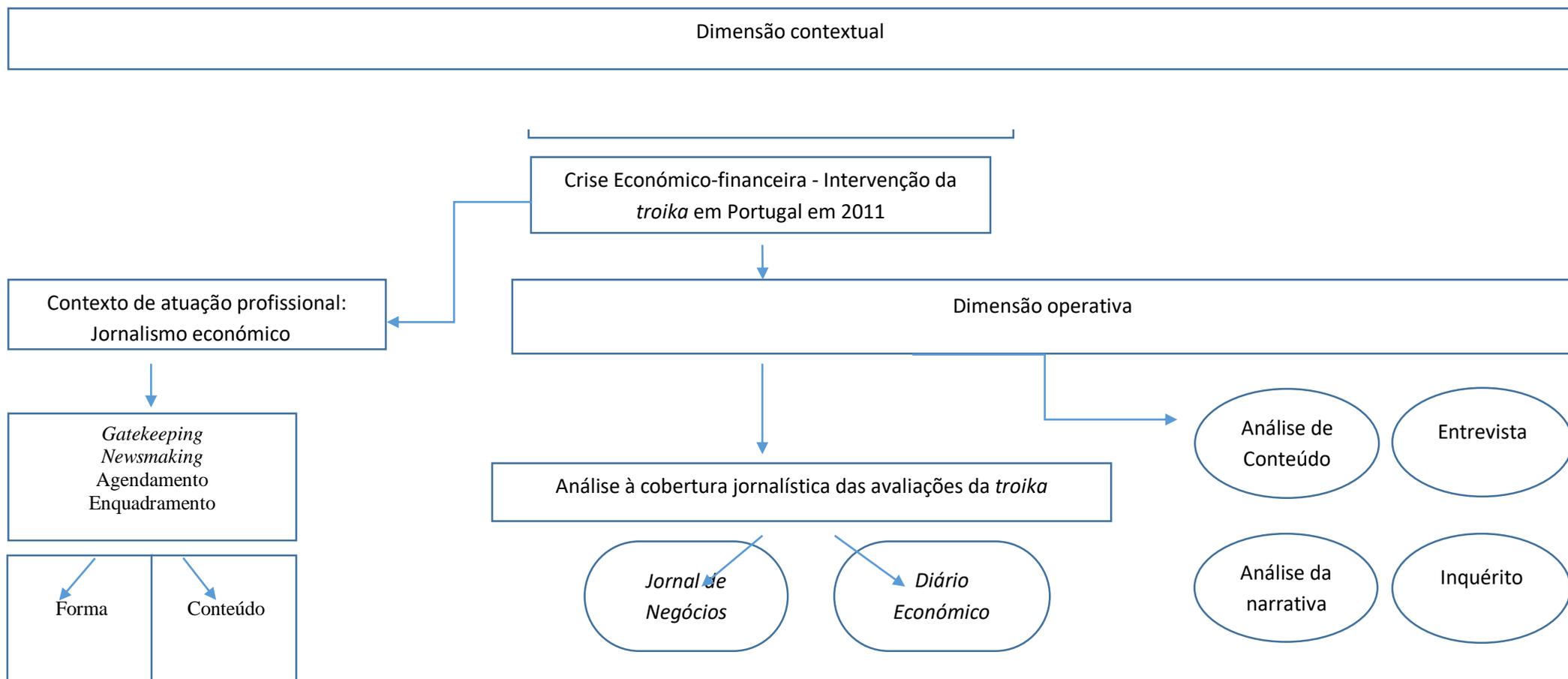
	- Captar as (novas) tendências do jornalismo económico.
--	---

Fonte: conceção própria

8.3.6. Modelo de Análise

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Figura 1: Modelo de análise



Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Cap. 9 – Análise da narrativa jornalística e enquadramentos das avaliações da *troika* no *Jornal de Negócios* e *Diário Económico*

Nesta parte procede-se à análise e explanação dos dados empíricos das peças jornalísticas sobre a intervenção da *troika* em Portugal (avaliações ao programa de ajustamento) abrangendo aspetos formais e de conteúdo de acordo com a estratégia metodológica que propusemos. Deste modo, a organização dos resultados irá ter em conta todos os dados relativos a cada uma das técnicas utilizadas: análise crítica da narrativa; análise de conteúdo, entrevistas e inquérito. Pretende-se encontrar resposta à pergunta: ***como é que a imprensa económica nacional tratou as avaliações da troika no contexto da crise económico-financeira portuguesa (2011-2014)?***

Iremos apresentar alguns gráficos com vista a facilitar a leitura dos resultados. Por razões de relevância algumas tabelas a que vamos fazer referência não serão aqui apresentadas, mas podem ser consultados nos apêndices devidamente assinalados. Esta opção formal visa facilitar uma apreensão imediata dos resultados que de outra forma seria mais difícil. Para a decomposição e exploração dos resultados da análise de conteúdo, foi pertinente avaliar primeiramente o seu âmbito mais quantitativo, como forma de dar uma noção mais englobalizante, para passarmos depois para um âmbito mais qualitativo e aprofundado na discussão dos resultados, isto é, os dados presentes nos gráficos e tabelas serão conjugados dentro da contextualização jornalística proveniente da leitura da imprensa e do enquadramento teórico utilizado no âmbito deste trabalho.

Após o enquadramento temático necessário à compreensão do problema de pesquisa, e da aplicação das várias técnicas de recolha de dados, avança-se na fase seguinte para a apresentação e discussão dos resultados e conclusões finais desta investigação. Assim, a pesquisa conducente à obtenção de respostas para a pergunta de investigação principal, e perguntas de investigação operacionais formuladas para a técnica de análise de conteúdo, permitiu o levantamento de diversos dados qualitativos e quantitativos. Assim, apresentamos em primeiro lugar os resultados da análise crítica da narrativa, e os enquadramentos que servem a lógica da narrativa, para de seguida apresentarmos os resultados da análise de conteúdo e do inquérito por questionário. As entrevistas servem

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

para a análise e discussão dos resultados, as quais tendo em conta o resultado das outras técnicas nos ajudam na interpretação dos resultados.

9.1. Apresentação dos resultados da análise crítica da narrativa

As doze avaliações da *troika* representam uma sucessão de acontecimentos (medidas) ao longo do programa de ajustamento (2011-2014) assentes em vários estados de transformação responsáveis pelo sentido das avaliações – atingir a consolidação orçamental. No discurso jornalístico sobre as avaliações da *troika*, observam-se esses processos de transformação e de articulação nos aspetos relacionados com as sucessivas revisões do programa de ajustamento. Assim, a narrativa das avaliações nos jornais económicos parte de uma análise/diagnóstico ao estado da Economia portuguesa feito pela *troika* aquando das visitas regulares. Inicialmente era identificado um ou vários problemas (o quê), que estava a interferir na boa execução do programa, isto é, as medidas definidas no ‘Memorando de Entendimento’ inicial propostas pela *troika* e que tinham de ser implementadas pelo Governo, parceiros sociais e demais entidades envolvidas, quando não produziam os efeitos pretendidos decorrer do programa, a narrativa jornalística procurou descrever as causas na origem da não concretização das medidas (o quê?); atribuíam responsabilidades (a quem?); identificava os atores/protagonistas envolvidos; apresentava os conflitos gerados; indicava a tomada de decisão para regularização da situação; apresentava as consequências da tomada de decisão e, por último os custos das decisões a nível dos vários indicadores macroeconómicos. A narrativa começa por explicar o que está a acontecer e acaba a estabelecer o que devia ser feito para que haja cumprimento das medidas. A seguir descreve-se a narrativa de cada uma das avaliações e os enquadramentos que servem a lógica da narrativa no *Jornal de Negócios* e *Diário Económico*.

9.1.1. 1ª Avaliação da *troika*: primeiras medidas para corrigir as contas públicas e a TSU

Entre os dias 01 a 12 de agosto de 2011 teve lugar a primeira avaliação sobre a aplicação do ‘Memorando de Entendimento’ da *troika* para avaliar o cumprimento das medidas até julho de 2011. Foram feitos vários estudos técnicos sujeitos a discussão pública, e enviados para os parceiros sociais acompanhados de uma proposta do Banco de Portugal (BdP). Esta primeira avaliação representou para o Governo da coligação de Passos Coelho

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

(PSD-CDS/PP) e para a *troika* o ponto de partida para a execução do programa. Portugal estava “obrigado” a atingir as metas do programa acordado a 17 de maio de 2011.

Após o agravamento da crise em grega em 2011, o Governo português com o aconselhamento da *troika*, manifesta vontade de fazer mais do que aquilo que foi acordado em maio de 2011. A análise do desempenho orçamental – as causas dos desvios nas contas, os riscos a enfrentar no futuro e as medidas corretivas a adotar – estiveram no centro da primeira análise da *troika* ao cumprimento do ‘Memorando de Entendimento’ (MoU) (Jorge, 2011b, p. 4). Depois de feita a análise/diagnóstico às contas do país (12 de agosto) “a *troika* confirmou a necessidade de novos cortes na despesa” (*Jornal de Negócios*, 12/08/2011). A análise feita ao País revelou que os dados da execução orçamental conhecidos em agosto de 2011 não eram animadores, nem para o Governo (PSD/CDS-PP), nem para o País. Uma das causas foi a desaceleração da atividade económica juntamente com o agravamento da crise europeia. A par disso, agravaram-se as despesas adicionais no Setor Empresarial do Estado (SEE) (Jorge, 2011b, p. 4). O compromisso assinado em maio de 2011 com a *troika* (FMI, BCE e Comissão Europeia)¹⁹, e o Governo liderado pelo PS teve como objetivos reduzir o défice orçamental dos 9,1% de 2010 para 3% em 2013 (5,9% em 2011 e 4,5% em 2012) e uma diminuição do défice externo para que o País não ficasse tão dependente do exterior (Romano, 2011b, p. 6).

O ministro das Finanças Vítor Gaspar, para corrigir estes problemas tomou uma decisão política, e anuncia em conferência de imprensa no MF, que as medidas adicionais do lado da receita para “tapar” o buraco orçamental das contas públicas (1.900 mil milhões de euros de desvio encontrado) o equivalente a 1,1% do PIB. Nesta fase, aumentar os impostos²⁰, começando pela sobretaxa extraordinária de IRS e pela antecipação do aumento do IVA sobre a eletricidade e o gás natural resulta da necessidade de compensar um desvio detetado na Execução Orçamental de 2011 (Gaspar, 2011a). A *troika*, apesar

¹⁹ Os partidos que subscreveram o acordo com a *troika* a 17 de maio de 2011, que está na base da assinatura do Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MEFP) do FMI, e do “Memorando de Entendimento sobre políticas económicas específicas com condições” ou ‘Memorando de entendimento sobre as condicionalidades de política económica’ (*Memorandum of Understanding – MoU*) da Comissão Europeia e do BCE para uma ajuda de 78 mil milhões de euros a três anos, tiveram o apoio do eleitorado (cerca de 80%). Os deputados na Assembleia da República representaram 85% partidos que subscreveram o programa de ajustamento português.

²⁰ Do lado das receitas adicionais, a sobretaxa sobre o subsídio de Natal cobre 840 milhões, e a transferência de fundos de pensões da banca para a Caixa Geral de Aposentações, representava 600 milhões de euros. A antecipação da subida do IVA para a eletricidade mais 100 milhões. O valor que ficava em falta, seria compensado pelas receitas de concessões, por exemplo as barragens que podiam atingir os 500 milhões. As deduções, a supressão das deduções à coleta para os dois escalões de IRS mais elevados, foi uma das medidas do programa de ajustamento, e foi quantificada como tendo um impacto de 150 milhões de euros na receita fiscal.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

de querer mais cortes na despesa acabou por enaltecer estas medidas. O chefe representante do FMI, Poul Thomsen, admite que “num país em recessão, haver uma redução de 5,5% do PIB de défice é um facto de assinalar” (Romano & Jorge, 2011a, p. 24).

Para que o desvio do défice em 2011 fosse corrigido a *troika* toma a decisão de aceitar as receitas de fundos de pensões como medida extraordinária, mas reitera que a atualização dos fundos de pensões da banca para “tapar” buracos orçamentais só seria aceite no ano de 2011 e não podiam voltar a repetir-se. Em 2012, as receitas provenientes da reclassificação de fundos de pensões para o setor público não seriam contabilizadas” de acordo com a primeira revisão do ‘Memorando de Entendimento’. O Governo português em 2012, teria de cortar na despesa nos seguintes subsectores: 1) na saúde: cortar nas horas extras dos médicos e enfermeiros, e redução do preço dos genéricos para que o Estado comparticipasse menos despesa; 2) redução dos pagamentos em atraso no SEE (os dirigentes só devem assumir despesas que tivessem cabimento orçamental); 3) reduções dos custos operacionais no Setor Empresarial do Estado (SEE), autarquias e regiões. A *troika* queria ainda, que a Revisão da Lei de Enquadramento Orçamental servisse para alargar o controlo direto do Estado sobre estes subsectores.

Carlos Moedas, secretário de Estado adjunto do primeiro-ministro e responsável pelo acompanhamento da ação da *troika*, através da Estrutura de Acompanhamento dos Memorandos (ESAME) foi o elo de ligação entre credores da *troika* e o primeiro-ministro Pedro Passos Coelho. Carlos Moedas, revela numa entrevista que “Este Governo cortará na despesa pública como nunca nenhum outro o fez na nossa história democrática”, ou seja, o Governo fará, “Uma redução de 15% dos custos operacionais das empresas públicas”, um corte de “15% nas estruturas dos ministérios e cargos dirigentes” e “o maior corte na despesa corrente “dos últimos 50 anos” (Teixeira, 2011e, p. 10).

O desempenho de Portugal na primeira avaliação acabou por ser muito elogiado. Nemat Shafik (2011) subdiretora-geral e Presidente em exercício do Conselho Europeu, pronunciou-se relativamente à atuação do Governo português até à primeira avaliação:

O novo Governo demonstrou o seu forte empenhamento na execução do programa, e foram registados bons progressos na implementação das políticas. Embora a conjuntura externa continue bastante delicada — com pressões de mercado a afetar diversos países da zona euro e sinais de abrandamento da procura nos mercados

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

exportadores —, as medidas recentes tomadas pelo Conselho Europeu para reforçar o quadro de resolução de crises da zona euro aumentaram as perspetivas de êxito (Shafik, 2011, p.1).

Mas nem tudo foi pacífico na primeira avaliação da *troika*. A medida que gerou mais conflito entre o Governo e a *troika* e refletida no *Diário Económico* foi a “desvalorização fiscal”, ou seja, a redução da TSU paga pelas empresas compensada em termos orçamentais por um aumento da receita de IVA. Poul Thomsen defendeu que para compensar a redução da TSU não era necessário aumentar a taxa máxima do IVA (23%). Sugeriu que a compensação fosse feita por via do aumento das taxas aplicadas aos bens e serviços, de 6% para 13%. O Governo, por outro lado, defendeu uma descida de apenas quatro pontos. Esta descida representava um esforço para os cidadãos, que teriam, assim, de a pagar com mais impostos sobre o consumo, e menos prestações sociais (Jorge & Romano, 2011, p. 4). Vítor Gaspar, defendeu a alternativa proposta pelo Banco de Portugal (BdP) de uma redução da TSU apenas para as empresas que criassem emprego (Teixeira, 2011e, p. 10).

António Borges, economista do Departamento Europeu do FMI, defendeu que a descida da TSU:

é absolutamente fundamental” (...) “Entre vários economistas e até na própria Comissão Europeia ouvem-se receios sobre o efeito orçamental da medida e a eventualidade dos empresários não passarem para a Economia a poupança na TSU” “Hoje a desvalorização cambial não é possível”, mas Portugal tem “outro instrumento igualmente poderoso que é a desvalorização fiscal (Borges, 2011, p. 8).

O acordo com o FMI e a UE no quadro da primeira avaliação exigiu que o défice de 2012 fosse de 4,5% do PIB. Para que isso fosse possível, Poul Thomsen, sugeriu que o Governo apresentasse medidas do lado da despesa (Garrido & Romano, 2011, p. 4). Segundo a economista Ter-Minassian que chefiou a missão do FMI a Portugal em 1983 “é necessário estabelecer rapidamente os controlos financeiros sobre as entidades públicas autónomas, como as Regiões Autónomas e empresas públicas” (Romano, 2011d, p. 8). Nas recomendações para o setor da saúde, a *troika* propôs duplicar os cortes nas horas extraordinárias. O Ministério da Saúde foi o ministério mais visado na primeira atualização do memorando de entendimento da *troika* em que os custos operacionais dos hospitais teriam que ser reduzidos em 15% entre 2010 e 2013. As medidas avançadas pelo Governo na primeira avaliação não foram bem acolhidas pelos parceiros sociais. A intersindical CGTP na voz do seu representante Arménio Carlos, apelou ao primeiro-

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

ministro para que se empenhasse em cortar na despesa, e não aumentasse apenas a receita, nomeadamente o IVA e outros aumentos de impostos (Fernandes, 2011, p. 12).

Esta avaliação ficou ainda marcada pela intenção do Governo de querer fazer mais do que aquilo que foi acordado em maio de 2011. Sobre esta posição que tanta polémica causou junto aa opinião pública, Carlos Moedas sublinhou que:

Ir além do memorando é crucial para garantir que os objetivos do programa são sustentados no tempo. Significa acelerar o programa-antecipando prazos, levar a cabo todas as reformas que estão inscritas no programa do Governo e, em certos casos, ser mais ambicioso do que o que está previsto no documento. Não temos tempo a perder porque queremos que o País alcance um novo ciclo de prosperidade tão depressa quanto possível” (Teixeira, 2011e, p. 10).

Vítor Gaspar foi questionado numa entrevista a 4 de setembro de 2011 da estação de televisão *SIC Notícias* porque queria ir além da *troika* e apresentou duas razões: “uma tem a ver com o fato das medidas previstas no Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) não terem necessariamente o efeito previsto. Em alguns casos têm um efeito menor (...), por outro lado é preciso assegurar que os objetivos quantitativos prioritários do programa (défice e da dívida) sejam cumpridos” (Gaspar, 2011b). O primeiro ministro Pedro Passos Coelho também justificou mais tarde porque houve a necessidade de ir para além da *troika* numa entrevista ao *Jornal de Negócios*:

O programa de assistência estava bem desenhado, mas estava mal calibrado em alguns domínios (...) quando disse que seríamos mais ambiciosos do que a *troika* estava a referir-me ao objetivo estrutural e não ao orçamental. O que se passou é que para atingir os objetivos negociados para o défice tivemos de encontrar medidas muito mais violentas do que as inicialmente previstas e isso deveu-se estritamente ao facto de estarmos a partir de uma base muito diferente daquela que estava inscrita no memorando (Garrido et al., 2013, pp. 4-10).

Na primeira conferência de imprensa de 12 de agosto de 2011 foram apresentados os resultados da primeira avaliação pelos responsáveis da *troika*, Poul Thomsen (FMI), Jürgen Kröger, (Comissão Europeia) e Rasmus Ruffer (BCE) no Instituto Jean Monnet em Lisboa logo após a conferência de imprensa de Vítor Gaspar no Ministério das Finanças. Os responsáveis enviaram as conclusões da primeira avaliação para Washington e Bruxelas para que fosse avaliada pelo Conselho de Administração do FMI e pela Comissão Europeia. Os resultados foram positivos. A segunda “tranche” de financiamento ao abrigo do acordo Programa de Financiamento Ampliado (EFF) com

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Portugal foi validada e deu lugar ao desembolso no montante de 3,98 mil milhões de euros. A aprovação das conclusões da primeira avaliação permitiu o pagamento de 11,5 mil milhões de euros (7,6 mil milhões da UE e 3,9 mil milhões do FMI). O pagamento foi feito em setembro de 2011 depois da aprovação do Diretório Executivo do FMI e do Ecofin e Eurogrupo²¹.

9.1.2. 2ª Avaliação da *troika*: o início da concretização do PAEF

Entre os dias 7 e 16 de novembro de 2011 a *troika* avaliou novamente Portugal. Foi feito o diagnóstico às contas públicas e apuraram-se os resultados dos últimos três meses do programa de ajustamento (PAEF) passados sete meses após a assinatura do primeiro ‘Memorando de Entendimento’ (MoU) entre o Governo demissionário de José Sócrates e a *troika*. De junho a novembro de 2011, assistiu-se a uma mudança de Executivo e a duas revisões do programa de ajustamento. Depois de feita a análise/diagnóstico sobre o desempenho do Governo relativamente ao período de setembro a novembro de 2011 constatou-se que, alguns objetivos foram concretizados nomeadamente: a) a lei da ajuda estatal à capitalização da banca (recapitalização da banca) com a necessidade de os bancos cumprirem as metas de reforço do rácio de solvabilidade mais exigente (*core tier one*) definidas no plano da *troika* (9% no final de 2011 e 10% em 2012). Os bancos enfrentavam objetivos ambiciosos de rácios de capital e da alavancagem. Essa alavancagem teria em conta, segundo Maria Luís Albuquerque, secretária de Estado do Tesouro e das Finanças: a) “as necessidades de financiamento do Setor Empresarial do Estado”; b) o acordo entre a banca e o Estado relativamente à transferência dos fundos de pensões de 5,6 mil milhões de euros dos quatro maiores bancos privados para a Segurança Social (BPI, BES, BCP e Totta); e c) as negociações de venda do BPN tinham corrido como previsto (Gago & Jorge, 2011, pp. 4-5).

Os objetivos do défice público para o terceiro trimestre do ano de 2011 e os que estavam fixados para o último trimestre foram cumpridos com a transferência dos fundos de pensões da banca. No entanto na análise ao cumprimento dos objetivos do PAEF

²¹ O Diretório Executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou a 20 de maio, o acordo trienal com Portugal no âmbito do Programa de Financiamento Ampliado (EFF) em apoio ao programa de ajustamento económico e crescimento das autoridades. O montante total do acordo ascendeu a DSE 23,742 mil milhões (cerca de 26 mil milhões de euros), dos quais DSE 5,6 mil milhões (cerca de 6,1 mil milhões de euros) foram disponibilizados. O montante total do financiamento do FMI a Portugal em 2011 foi de cerca de 12,6 mil milhões de euros, que se somaram aos cerca de 25,2 mil milhões de euros em compromissos assumidos pela UE.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

revelaram-se alguns pontos fracos, como foi o caso do aumento nos atrasos dos pagamentos na saúde e na Administração Regional e Local. Para equilibrar as contas públicas era necessário reestruturar o Estado e reduzir a dívida da saúde e das autarquias (Garrido & Jorge, 2011b, p. 7). Para o representante do BCE, Rasmus Ruffer “A Economia tem ainda de desalavancar [reduzir dívida] dos setores público e privado” (*Jornal de Negócios*, 17/11/2011, p. 7) e as “reformas estruturais vão ser decisivas para o sucesso do programa” (Garrido & Jorge, 2011b, p. 7).

Poul Thomsen sugeriu que “os salários do setor privado seguissem o exemplo do setor público e aplicar reduções sustentada.” (Pereira et al., 2011, p. 8). Numa entrevista ao canal público de televisão (*RTP*) no dia 16 de novembro de 2011, Poul Thomsen, defendeu que Portugal tinha “salários demasiado elevados” e que a correção só podia ser feita de duas formas: “ou se produz mais para poder ganhar esses salários, ou se ajusta os salários à riqueza produzida” (Romano, 2011e, p. 6). Nesta avaliação surgiram ainda alguns conflitos relacionados com o corte dos salários, com a quebra da receita fiscal e o risco de crédito malparado. Os patrões defendiam a redução do custo de trabalho, mas preferem fazê-lo de forma indireta: através do aumento do tempo de trabalho (Esteves, 2011, p. 5). Esta medida acabou por não gerar consenso. O professor do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) Miguel St. Aubyn, argumentou que o “corte salarial induziria algum aumento da competitividade externa, mas com custos graves” e para Manuel Caldeira Cabral da Universidade do Minho, o “setor exportador é limitado neste momento muito mais pelo crédito do que pelos custos laborais” (Romano, 2011e, p. 6).

Associado ao corte dos salários do setor privado surgiu a recomendação por parte da *troika* de revisão do Código do Trabalho que permitisse às empresas baixar os custos laborais embora a proposta inicial para a concretização desta medida fosse a redução da TSU. A *troika* na declaração conjunta no comunicado de imprensa nº 11/416, de 16 de novembro de 2011 sobre o ritmo da implementação do programa de assistência propôs que “a fim de melhorar a competitividade dos custos da mão-de-obra, os salários do setor privado deverão seguir o exemplo do setor público, e aplicar reduções sustentadas” (Pereira et al., 2011, p. 8). No seguimento destas propostas Helena Garrido, então diretora-adjunta do *Jornal de Negócios* fez um alerta: “Atenção *troika*, chegou a hora dos fortes” e chamou a atenção para que “as medidas para mudar Portugal não se ficassem pelos cortes de salários e despedimentos mais fáceis” (Garrido, 2011, p. 3). Para quem

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

achava que as políticas adotadas estavam no mau caminho Poul Thomsen numa entrevista à RTP (após a segunda conferência da *troika* realizada na Representação da Comissão Europeia em Portugal) admitiu que “o pior está para vir” (Romano, 2011).

Na segunda avaliação o Conselho Executivo do FMI aprovou o pagamento da terceira tranche do empréstimo concedido a Portugal (2,9 mil milhões de euros) mas com algumas pressões para o futuro, nomeadamente, nas reformas estruturais, no mercado de trabalho e na concorrência. Em dezembro de 2011 foram publicados os relatórios do FMI e da Comissão Europeia com as medidas que a *troika* exigia e que o Governo teria de adotar (*Jornal de Negócios*, edição, 21/12/2011). Algumas das medidas previstas foram a flexibilização dos despedimentos, a diminuição da duração do subsídio de desemprego, assim como a idade e a carreira contributiva (Pereira, 2011, pp. 4-5).

Na área da saúde, uma das recomendações da *troika* visava aumentar as receitas com taxas. O objetivo era que a subida das taxas e a revisão das isenções resultasse em “receitas adicionais de 150 milhões de euros em 2012 e mais 50 milhões em 2013” (Cariço, 2011, p. 5). Uma vez, segundo o *Jornal de Negócios*, parecia que o Governo quer ir mais além da *troika*, mas neste caso, foi a *troika* que foi mais além do Governo, uma vez que o ministro da saúde, Paulo Macedo, apenas perspetiva no OE/2012 uma receita adicional de 100 milhões de euros, que de acordo com as expectativas da *troika* implicava que houvesse mais aumentos (Duarte, 2011, p. 10). Para a *troika*, outra das recomendações essenciais era que o Estado não fizesse despesas caso não tivesse disponível receita própria. Vítor Gaspar ministro das Finanças reafirmava que o Estado não “vai poder gastar sem ter em caixa receitas suficientes para dar resposta aos compromissos assumidos” e que “nunca mais será possível assumir compromissos com base em previsões de receitas”, ou seja, o Estado teria de gastar de acordo com a disponibilidade imediata de fundos (Simões & Romano, 2011, p. 6). Esta proposta não foi bem acolhida não só por parte das autarquias como por parte do dirigente da Associação Nacional de Municípios, que a considerou “inaplicável”, como pelo setor da saúde (Simões & Romano, 2011, p. 6). Na Madeira, o Governo Regional assinou um acordo em que se comprometeu a atingir metas para o défice e para a dívida. A região autónoma da Madeira foi ainda sujeita a uma revisão profunda do setor empresarial (Romano, 2011f, pp. 6-7).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

A segunda avaliação mereceu uma nota positiva do FMI, BCE e Comissão Europeia ao reconhecer-se que Portugal empenhou-se no cumprimento do programa de ajustamento. Esta nota positiva traduziu-se no desembolso de oito mil milhões de euros. Para o FMI “foi conseguido um bom progresso na implementação das políticas”, mas revelou que era prematuro falar de um caso de sucesso, porque o programa ainda estava no início (Jorge, 2011b, p. 8). Pela frente, previa-se aplicar a austeridade com mais rigor depois das sucessivas derrapagens orçamentais de 2011, mitigar os efeitos da consolidação sobre o crescimento, e implementar as ‘reformas estruturais’ de forma a alcançar-se mais crescimento, reduzir o endividamento bancário (que afetava sobretudo as empresas) e pedia-se ao Governo “perseverança e determinação” quer na frente orçamental quer nas reformas estruturais (Jorge, 2011b, p. 8).

O PS começava nesta altura a mostrar sinais de descontentamento acusando o Executivo de querer ir mais longe que a *troika* e de ter negociado o ‘Memorando de Entendimento’ unilateralmente (Jorge, 2011b, p. 8). No final, o défice orçamental de 2011 conseguiu ficar à volta dos 4%. Sem o impacto nas contas públicas dos fundos de pensões o défice teria ficado nos 7,5%, e sem as medidas de austeridade adotadas pelo Executivo (sobretaxa de IRS, aumento do IVA na energia em setembro de 2011 e dos fundos de pensões) o défice orçamental teria sido de 8%. Recorde-se que a meta estabelecida no ‘Memorando de Entendimento’ para 2011 era de 5,9% (Jorge, 2011c, p. 9).

9.1.3. 3ª Avaliação da *troika*: o Plano de Financiamento da Economia

A terceira avaliação da *troika* decorreu no período entre 15 a 27 de fevereiro de 2010. O chefe da missão do FMI Poul Thomsen foi substituído por etíope Abebe Aemro Selassie, director-adjunto do Departamento Europeu do FMI. No dia 21 de fevereiro de 2012 numa altura em que se assiste a uma degradação acentuada da Economia portuguesa, os chefes de missão da *troika* reuniram-se com os deputados na Assembleia da República. Apesar da recessão visível desde o início de 2011, os técnicos não pretendiam suavizar as metas do programa de ajustamento de Portugal. Adolfo Mesquita Nunes do CDS-PP (partido que integrava a coligação PSD-CDS/PP) defendeu a posição da *troika* ao afirmar que “não há neste momento indicadores que determinem uma mudança [de rumo]” (Romano, 2012a, p. 16). Para além disso algumas reformas estruturais em curso como a alteração

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

da lei laboral, da concorrência e arrendamento, iriam contribuir para que o potencial de crescimento da Economia portuguesa fosse maior.

Um dos principais problemas identificados na terceira avaliação (fevereiro de 2012) foi o financiamento da Economia, ou seja, o problema de falta de crédito às empresas. De acordo com a *troika*, as condições de liquidez seriam aliviadas por via da desalavancagem, um maior acesso ao BCE, um rácio de alavancagem superior ao inicialmente exigido para o ano de 2012 a que juntavam a reativação do mercado monetário interbancário e a possibilidade da Caixa Geral de Depósitos (CGD) utilizar a linha de capitalização para os bancos de 12 mil milhões de euros. Neste processo de desalavancagem, o crédito teria de representar em cada banco 120% dos depósitos em 2014 (Garrido et al., 2012, p. 4). Os dados do Banco de Portugal (BdP) mostraram à *troika*, que a Economia estava a ficar sem crédito colocando em risco o financiamento de empresas saudáveis. Nesse contexto foi suavizado o controlo dos objetivos de 2012 para a desalavancagem da banca. Os bancos puderam ainda aceder a recursos do BCE à taxa de 1%, na operação de três anos. Isto significou a flexibilização das condições de acesso dos bancos portugueses ao empréstimo do BCE que se traduziu em crédito mais fácil para as empresas saudáveis, nomeadamente as do setor exportador. Para além disso, a flexibilização do ritmo de ajustamento da desalavancagem foi traduzido no rácio de depósitos sobre o crédito (Garrido & Jorge, 2012, pp. 30-31).

Segundo o Relatório do FMI, a banca nacional era responsável por “cerca de metade do financiamento do setor empresarial”, e a recapitalização “deve facilitar um processo de desalavancagem ordeiro, mas vai ser importante adequada do crédito a empresas viáveis” (Antunes, 2012, p. 33). Pedro Santos Guerreiro, então diretor do *Jornal de Negócios* acerca do crescimento da Economia enunciou alguns aspetos positivos, mas também referiu alguns aspetos menos positivos do programa de ajustamento:

Os bancos saíram melhor do que a encomenda e não vão precisar sequer de metade dos 12 mil milhões de euros, que "os mercados" diziam ao princípio serem insuficientes. O desendividamento estaria a ser mais acelerado do que a *troika* previa. Há entradas de capital externo” (Guerreiro, 2012, p. 3). O que considerou mais dramático nesta fase da avaliação foi “o risco de falta de crescimento da Economia (...). O crescimento não estava mais no Estado e nas obras públicas. Estava nas empresas. Nas exportações. “É isso, aliás, que todas as reformas estruturais visavam: reduzir a intervenção, e o custo do Estado, deixando a Economia às empresas” (Guerreiro, 2012, p. 3).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Esta avaliação coincidiu com a visita a Portugal de Paul Krugman, nobel da Economia para obter o doutoramento *honoris causa*. Para obter uma opinião acerca da situação económica portuguesa, e sobre as políticas de austeridade adotadas, a *RTP* (Rádio Televisão Portuguesa) e o *Jornal de Negócios* fizeram uma entrevista conjunta ao Nobel a 27 de fevereiro de 2012. Paul Krugman, pôs em causa as medidas de austeridade, e sublinhou que “estou bastante certo que mais medidas de austeridade serão contraproducentes” (Krugman, 2012). Além disso, para Krugman constitui ainda uma forma de “oportunismo, e não a realidade, dizer que o Estado-providência é a causa desta crise” (Guerreiro & Gonçalves, 2012, pp. 5-7).

Depois de terminada a missão da *troika* em Portugal que conduziria à terceira avaliação, alguns pontos fortes foram realçados por parte da *troika* e do Governo nas conferências de imprensa e comunicados de imprensa. Assim, na frente orçamental, o Governo conseguiu travar em dezembro de 2011 o aumento das dívidas em atraso há mais de 90 dias, e negociar um regime de exceção para a saúde na nova Lei de Controlo Orçamental. Nas reformas estruturais houve avanços que mereceram nota positiva, nomeadamente na Lei laboral, na Lei do arrendamento e na reforma da Justiça, em que se destacou a nova lei das insolvências. Contudo, muitas das reformas ainda continuavam por fazer. Na reforma do SEE os objetivos propostos continuavam em risco, com resultados operacionais nulos até dezembro de 2011. Na área da concorrência e dos setores regulados (energia) e em especial a EDP continuavam problemáticas. A *troika* considerou que havia rendas excessivas pagas a empresas e pediu alterações aos contratos com um alerta: “é preciso ir mais longe no combate às margens de lucro do setor energético” (Romano, 2012b, p. 62). Nas privatizações, a EDP e a REN conseguiram arrecadar 60% das verbas previstas no programa do ajustamento. Para além disso, a meta orçamental de 2011 foi ultrapassada (4% face aos 5,9% acordados com a *troika*) e o défice externo reduzido (Romano, 2012b, p. 62). Os pontos fracos apresentados como um fator de risco orçamental foram o Banco Português de Negócios (BPN) e os atrasos na alienação.” Os três veículos, que assumiram o crédito malparado do BPN em 2010, fracassaram na tentativa de recuperar montantes significativos de crédito até agora” segundo o Relatório da Comissão Europeia da terceira avaliação (Romano, 2012c, p. 7).

Na terceira avaliação as metas fixadas anteriormente foram cumpridas com a exceção da não acumulação de dívidas a fornecedores em que apesar de tudo houve melhorias face

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

ao mês de setembro de 2011. A *troika* pediu que o Governo apresentasse no final de março de 2012 um relatório com a estratégia para regularizar as dívidas em atraso há mais de 90 dias, dívidas que seriam pagas com o dinheiro dos fundos de pensões dos bancários para a Segurança Social no valor de 6 mil milhões (Jorge, 2012a, p. 63) Um contratempo identificado neste avaliação, pelo ministro das Finanças, Vítor Gaspar foi o desemprego que continuava a aumentar e previa-se que atingisse 14,5% em 2012, mais 1,1 pontos percentuais em relação ao valor que constava do OE (Romano, 2012b, p. 62). A Comissão Europeia admitia que a degradação do mercado laboral, era um dos maiores riscos para a Execução Orçamental da Segurança Social. Peter Weiss, responsável executivo de Bruxelas na missão da *troika* admitiu que “ficámos surpreendidos pela subida do desemprego” (Romano, 2012c, pp. 6-7). Comissão Europeia e FMI, admitiam ainda que o prazo máximo de atribuição do subsídio de desemprego era muito generoso (Miranda, 2012a, p. 8).

No plano do IVA de bens e serviços (eletricidade, gás natural e restauração), segundo o Relatório da Comissão Europeia (*Third Review – Winter, 2011/2012*) a Comissão entendia que havia margem para ir mais longe na recomposição das taxas de forma a aumentar a eficiência do imposto: “No seu conjunto as medidas iriam aumentar significativamente a eficiência do IVA”. Contudo, “ainda há margem para passos adicionais” (Miranda, 2012b, p. 9). Na questão do arrendamento urbano, a *troika* pretendia rever o período transitório de cinco anos na lei das rendas” (Lança, 2012, p. 9). Relativamente ao corte das rendas no setor elétrico, a Comissão Europeia acusava de pouco clara, a estratégia do Executivo de Pedro Passos Coelho, e que as medidas “não são suficientemente ambiciosas para estabilizar o sistema até 2013” (Prado, 2012a, p. 10). Nos transportes, o Governo tinha até maio de 2012 para apresentar um plano para a dívida. A Comissão clarificou: “Uma estratégia para resolver a dívida histórica das empresas de transportes, totalizando cerca de 17 mil milhões de euros será preparada para a próxima avaliação” (Noronha, 2012, p. 10). Em abril de 2012, após ter sido aprovada a terceira avaliação pelo Eurogrupo e Ecofin foram emitidos os comunicados de imprensa e os relatórios de avaliação do FMI e da Comissão Europeia (Jorge & Miranda, 2012, p. 6).

Embora o balanço da terceira avaliação tenha sido positivo (o que permitiu a libertação de 14,9 mil milhões de euros) foram considerados, como vimos anteriormente, alguns riscos na execução do programa de ajustamento que punham em causa o alcance dos

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

principais objetivos: colocar Portugal no mercado de capitais em 2013 com um setor externo e público equilibrado e competitivo. Temia-se ainda que a austeridade pudesse tornar-se excessiva e contraproducente, penalizando o crescimento e dificultando os objetivos orçamentais. Uma espiral recessiva constituía a maior ameaça para o Governo português e para a *troika*. Os próximos meses seriam decisivos para que Portugal convencesse os investidores de que merecia a sua confiança e que podiam emprestar dinheiro a juros sustentáveis (Jorge, 2012b, p. 32). A terceira avaliação colheu as felicitações do chefe da missão do FMI, Abebe Selassie: “Felicitemos o Governo pelas reformas e pela consolidação” (Jorge, 2012b, p. 32). O FMI foi mostrando apesar dos avanços positivos, alguma apreensão perante os riscos que a Economia enfrentava. A espiral recessiva era o maior risco que se apresentava Portugal.

9.1.4. 4ª Avaliação: subida do desemprego, recessão económica e a execução orçamental

A quarta revisão da *troika* ao programa de assistência financeira português (PAEF) teve início a 22 de maio de 2012 e terminou a 4 de junho de 2012. Os resultados da avaliação foram publicados em julho de 2012. A “*troika dá nota positiva apesar dos riscos orçamentais*” é o título do *Jornal de Negócios* (edição, 1/06/2012, p. 6). Na agenda estiveram várias preocupações: a recessão, a escalada do desemprego que atingiu os 14,9%, e a execução orçamental (Jorge, 2012c, p. 6). Na frente orçamental, a *troika* reconheceu alguns riscos como a derrapagem orçamental e a probabilidade de um segundo resgate, mas não exigiu consequências, isto é, não propôs novas medidas de consolidação orçamental, nem impôs qualquer ajustamento nas metas orçamentais. O esforço das reformas estruturais foi reconhecido, embora considerado insuficiente.

As eleições na Grécia, e a incerteza sobre a dimensão da derrapagem bancária em Espanha, levaram os líderes europeus a reunirem-se numa Cimeira no final de junho de 2012 para refletir sobre como introduzir um Pacto de Crescimento na estratégia europeia (Jorge, 2012c, p. 6). Nos dois pilares de ajustamento (financeiro e estrutural) Portugal passou nos testes, embora com notas diferenciadas. Na frente financeira, o balanço foi positivo, mas nas reformas estruturais e nas políticas de crescimento, embora o esforço do Governo tenha sido reconhecido, foi-lhe apresentado um “cartão amarelo” devido a alguns atrasos, e hesitações na execução de algumas políticas (Jorge, 2012c, p. 6). A desalavancagem foi uma das notas positivas, e a recapitalização um desafio.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

A redução de salários, a desvalorização fiscal, e a implementação mais profunda de reformas estruturais continuavam a ser as principais recomendações da *troika*. Apesar de alguns atrasos na tomada de decisão relativamente a algumas políticas, Portugal foi visto como estando no bom caminho para poder receber a nova ajuda em setembro de 2012. Esta foi a conclusão dos credores sobre a quarta avaliação. Nicholas Spiro, diretor da consultora londrina *Spiro Sovereign Strategy* revelou que “O Governo conseguiu endireitar o barco e conquistar credibilidade” (Caetano, 2012a, p. 8). Contudo, a quarta avaliação do programa de ajustamento revelou alguns riscos para as contas públicas: “Dívida revista em alta atinge os 118% do PIB em 2013” é o título do *Jornal de Negócios* (edição, 5/06/2012, p. 12). A *troika* admitiu a existência de desvios nas metas orçamentais. A atualização das previsões para as finanças públicas confirmou o que a *troika* já tinha dito anteriormente, de que não havia flexibilização das metas para o défice que vão continuar iguais aos valores fixados há um ano (Romano & Jorge, 2012, p. 12). O risco para as contas públicas também estava a crescer e o “Governo quer ainda emitir dívida com prazos mais longos” (Caetano, 2012b, p. 12).

No entanto, a turbulência que se vivia nos mercados nesta altura tornava provável que Portugal tivesse de acordar uma assistência adicional. A perceção do risco sobre Portugal, melhorou em fevereiro de 2012, mas a crise na Grécia e a pressão sobre Espanha e Itália (...) limitaram o alívio dos juros da dívida e comprometem o regresso aos mercados (Caetano, 2012a, p. 8). A correção das rendas excessivas da energia foi dos temas mais controversos da quarta avaliação da *troika* ao PAEF. Os economistas do FMI e da Comissão Europeia manifestaram-se insatisfeitos com os cortes realizados no CMEC, uma remuneração exclusiva da EDP e a principal fonte das rendas excessivas. A *troika* não estava satisfeita com o montante de poupança conseguido nos CMEC²² (Prado, 2012b, p. 10). Para Álvaro Santos Pereira, Ministro da Economia do Governo de Passos

²² Os CMEC – Custos para a Manutenção do Equilíbrio Contratual, foram instrumentos criados em 2007 no Governo de José Sócrates, com Manuel Pinho como ministro da Economia, para compensar a EDP pela cessação antecipada dos Contratos de Aquisição de Energia de algumas barragens e centrais termoelétricas que proporcionam à EDP uma receita anual protegida das variações dos preços de mercado. Os CMEC representam um custo para o Estado, e decorrem da passagem dos contratos de aquisição de energia da EDP para o mercado liberalizado – os contratos que deram origem à expressão “rendas excessivas”. Uma das parcelas dos CMEC é uma prestação anual de um pagamento de centenas de milhões de euros negociados com a EDP. A EDP vai recebendo juros pelo montante ainda não recebido. O acordo que o Governo conseguiu fazer foi reduzir a taxa de juro dessa parcela a receber pela EDP o que poupará ao sistema elétrico (e aos consumidores) cerca de 20 milhões de euros por ano. Cerca de 20 a 30% dos lucros da EDP decorriam dos CMEC, destes contratos compensação pela aquisição de energia. A *troika* detetou, quando chegou a Portugal, que havia lucros excessivos (Ferreira, 2017b). A discussão à volta destes contratos no Parlamento suscitada pelo Bloco de Esquerda (BE) e Partido Comunista (PCP) no Parlamento levaram à demissão do secretário de Estado, Henrique Gomes, no Governo de Pedro Passos Coelho (sob a tutela de Álvaro Santos Pereira como ministro da Economia) no período da intervenção da *troika* (2012). Em 2011, a *troika*, assinalava a necessidade de rever esses contratos (Rainho & Suspiro, 2017).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Coelho, no dia do anúncio das medidas da energia (17 de maio de 2012), o “Estado está pela primeira vez a reduzir os custos do sistema elétrico”. Alguns dias depois (23 de maio de 2012, dia do investidor da EDP), o CEO da EDP – António Mexia sublinhava que “não há nenhuma rendas excessivas no que diz respeito à remuneração dos CMEC” (Prado, 2012b, p. 10).

A quarta avaliação da *troika* foi globalmente positiva, mas a redução da TSU regressou à agenda política e a *troika* “quer medidas “urgentes” para flexibilizar salários, foi a manchete do *Jornal de Negócios* (edição 5/06/2012). Os jovens deverão ser o grupo prioritariamente abrangido por um desagravamento dos custos por via dos incentivos à contratação, mas em 2013 perspetivou-se haver uma extensão desta medida a outros setores igualmente vulneráveis ao desemprego. Segundo as estatísticas do Eurostat, entre a população com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos de idade, 36,5% não encontra ocupação, um valor acima da taxa média de desemprego a nível nacional, que em 2012 previa-se que atingisse 1,5%, e em 2015 os 16%, segundo estimativas previstas pelo Governo (Miranda et al., 2012, p. 5).

A capitalização da banca, a criação de um fundo para injetar capital nas PME, as reformas estruturais, e a insistência em medidas adicionais de flexibilização do mercado de trabalho, foram as linhas mestras da quarta avaliação do FMI, BCE e Comissão Europeia ao programa de ajustamento português. Estas medidas foram apresentadas como sendo a receita para levar o País de novo ao crescimento, e com este, fazer face ao aumento do desemprego, visto pela *troika* como uma "preocupação premente", não estavam previstos estímulos diretos à Economia (Pereira & Jorge, 2012, pp. 4-5)

Na quarta avaliação a banca já não tinha desculpas para não financiar a Economia. Para Vítor Gaspar, ministro das Finanças “os bancos estarão numa posição favorável para conceder crédito aos setores mais produtivos da Economia” (Gago & Guerreiro, 2012, p. 6). O acordo sobre o apoio estatal à capitalização dos bancos veio completar a rede de instrumentos indispensáveis para que os bancos tivessem condições para conceder crédito às empresas e às famílias. O Governo pretendia avaliar a execução deste compromisso genérico assumido pelos bancos BCP e BPI de forma constante” (Gago & Guerreiro, 2012, p. 6). Vítor Gaspar, Ministro das Finanças, sublinhou que “concluídas estas

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

operações de aumento de capital, os bancos serão dos mais capitalizados da Europa” (Gago, 2012, p. 8).

Na edição do *Jornal de Negócios* (5/06/2012, p. 7), os fundos de capitalização para PME foram “um primeiro passo” que “é curto”. O valor de 60 milhões que o BCP e o BPI iriam injetar no capital das PME durante a duração do apoio do Estado ainda não tinham modelo definido e podiam abranger outros bancos. Esse apoio estatal foi visto pelos empresários e pelo setor financeiro com um “primeiro passo”, mas “curto” para o estado depauperado das tesourarias de muitas empresas (Malta & Gago, 2012, p. 7). Vítor Gaspar, ministro das Finanças referiu ainda o “fracasso consistente” de políticas de estímulos à procura em Portugal e voltou a defender as reformas estruturais (Jorge, 2012d, p. 10). No quarto exame da *troika*, o ministro das Finanças, Vítor Gaspar Executivo manteve como estratégia “a execução de uma ampla agenda de transformação estrutural” (*Jornal de Negócios*, 5/06/2012, p. 14).

9.1.5. 5ª Avaliação: flexibilização das metas do défice de 2012 e a preparação do OE 2013

As equipas da *troika* reuniram-se em Portugal de 28 de agosto a 11 de Setembro de 2012 para a quinta avaliação. A quinta avaliação foi feita com base na proposta de OE para 2013, que gerou muitas divergências políticas. Foi considerado o OE com o maior agravamento da carga fiscal sobre os rendimentos (incluindo o corte sobre as pensões acima de 1.500 euros), bem como o corte nas prestações sociais (subsídios de desemprego e doença, RSI, etc.). (Silva, 2012, p. 8). O rumo escolhido pelo Executivo foi posto em causa. Foi um orçamento com medidas muito duras propostas pelo Governo, mas que a *troika* não viu outras alternativas de cortes na despesa que garantissem um défice público de 4,5% (Aguiar & Garrido, 2012, p. 8).

O primeiro-ministro Passos Coelho revelou que a proposta apresentada ao Parlamento “refletia as negociações com a *troika* no âmbito da quinta avaliação” e que “é um instrumento muito forte” para executar o “Memorando de Entendimento” (Aguiar & Garrido, 2012, p. 8). Para Vítor Gaspar, Ministro das Finanças a proposta era a “única possível” e que Portugal não tinha muita margem de manobra” (Aguiar & Garrido, 2012, p. 8). O objetivo do OE era garantir que Portugal atingisse a meta do défice de 4,5%, embora a *troika* admitisse que o défice devesse ficar ligeiramente acima dos 5%, por ter

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

garantido uma redução do défice externo (1,6%) para além do programado, podendo mesmo apresentar um excedente de 0,8% em 2013, o primeiro saldo positivo desde 1995 (Simões, 2012, pp. 8-9).

A Comissão Europeia tendo em conta o possível aumento da tensão social e a maior fragilidade da coligação PSD/CDS-PP esperava nesta altura que “o consenso fosse mantido ou restaurado em Portugal”, identificando “fissuras no tecido político e social”, e assegurando que reconhecia as dificuldades que as famílias portuguesas estavam a passar (Aguiar & Garrido, 2012, p. 8). A Comissão Lembrou que houve consenso político quando PS, PSD e CDS-PP assinaram o ‘Memorando de Entendimento’ representado pela assinatura do Acordo de Concertação Social por patrões e UGT. Sobre as metas para 2013, o FMI não achou “necessária uma revisão das previsões de crescimento do PIB”, mas admitiu no *World Economic Outlook*, que tinha subestimado o impacto negativo das medidas de austeridade na atividade económica (Aguiar & Garrido, 2012, p. 8).

A quinta avaliação refletiu na imprensa económica os problemas na frente orçamental e económica e na frente política e social. Tudo o que se tinha conseguido até à quarta avaliação – estabilidade financeira e descida de taxas de juro, foi ultrapassado pelos abalos políticos e por mais austeridade (Garrido, 2012, p. 3). A quinta avaliação representou ainda uma viragem na perceção do programa de ajustamento: recessão, desemprego e dívida eram problemas centrais que Portugal enfrentava. A insistência do Governo numa receita de aprofundamento da austeridade ameaçou ainda mais a Economia e o emprego para o ano de 2012, pondo à prova os limites do consenso político e social em Portugal (Aguiar & Jorge, 2012a, p. 4).

O discurso político tornou-se mais pessimista face às anteriores avaliações. Uma recessão mais forte, com mais portugueses sem trabalho constituíram riscos centrais, acompanhados por uma maior resistência social e política ao programa. Era preciso também ter em conta, as variáveis externas difíceis de controlar, como a desaceleração da Economia europeia, e o agudizar da crise da Zona Euro. Apesar de Portugal ter ainda muito que fazer para cumprir as metas acordadas, a *troika* elogiou o Governo, nomeadamente na sustentabilidade da dívida pública e o impacto que teria no regresso aos mercados. Apesar de tudo, para Abebe Selassie “o programa está a avançar muito

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

bem” com “todos os indicadores “a apontarem para “um reconhecimento pelos investidores de que Portugal já fez muito” (Aguiar & Jorge, 2012a, p. 4).

A questão das rendas excessivas no setor energético e as restrições nas portarias de extensão, foram dois temas estruturantes da agenda política. Os temas centrais dizem respeito ao regresso aos mercados em 2013, a meta do défice de 2012 (4,5%), a consolidação orçamental em 2013, e a alternativas ao corte dos subsídios (Pires, 2012, p. 11). Ainda no contexto da quinta avaliação, a CIP pediu à *troika* uma reforma profunda do Estado e da Administração Pública. Os padrões propuseram que o Governo procedesse à identificação de todas as empresas com participação direta ou indireta do Estado com vista a alargar o plano de privatizações acordado no âmbito do PAEF. A CTP defendeu perante a *troika* a redução do IVA no golfe e na restauração, na Concertação Social (Simões, 2012a, pp. 8-9). Perante os efeitos da recessão com a derrapagem na Execução Orçamental de 2012, a *troika* suavizou as metas do défice para Portugal (défice abaixo de 3% só em 2014) e concedeu mais um ano ao País para consolidar as contas públicas. O Governo tinha até 2014 (último ano da legislatura) para colocar o défice orçamental abaixo dos 3% do PIB. (Pires & Rego, 2012, p. 4). A avaliação positiva desta avaliação por parte do FMI, ditou o desembolso de uma “tranche” no valor de 4,3 mil milhões, que careceu da apresentação de um plano pormenorizado de financiamento para os próximos 12 meses. A UE (Eurogrupo/Ecofin) autorizou o desembolso da tranche da ajuda a Portugal, bem como a extensão, por mais um ano, do prazo para correção do défice. O FMI agendou o seu parecer para depois da apresentação detalhada do OE para 2013 (Jorge, 2012e, p. 4).

9.1.6. 6ª Avaliação: consolidação orçamental, o sistema financeiro e as reformas estruturais

A visita da *troika* para a sexta avaliação decorreu em Lisboa entres os dias 12 a 19 de novembro de 2012. O comunicado de imprensa da Comissão Europeia BCE e FMI voltou a dar nota positiva ao programa de ajustamento, embora mencionassem alguns riscos e esforços necessários para que o País continuasse no bom caminho: “O programa está no caminho certo, apesar de ventos contrários mais fortes” (Comunicado de Imprensa nº 12/448). Na sexta avaliação ao programa de ajustamento a *troika* detetou uma acumulação de dívidas vencidas ao longo de 2012. O stock de dívida vencida há mais de 180 dias – “arrears”, foram um tema sensível para a *troika*. Embora tivessem permitido uma

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

transferência de 1.500 milhões de euros no primeiro OR entregue em abril de 2012, avisaram que não permitiam uma nova acumulação de dívida vencida (Duarte, 2012, p. 3).

O Governo na apresentação dos resultados da sexta avaliação do programa de ajustamento, sinalizou ainda a intenção de repensar o modelo de organização e duração do tempo de trabalho na AP. Para os sindicatos, esta intenção só poderia significar o aumento do horário laboral das 35 para as 40 horas semanais, uma exigência da *troika* a que o Executivo tinha vindo a resistir (Fernandes & Oliveira, 2012, p. 4). A lei da mobilidade especial (quadro de excedentários do Estado) teria que ser novamente revista e alargada a todos os setores da AP, segundo o Ministro das Finanças Vítor Gaspar. Além disso, os incentivos à permanência dos trabalhadores naquela situação seriam reduzidos (Fernandes, 2012, p. 4). O Governo tinha pouco mais de dois meses para conseguir repensar de forma “profunda” as funções do Estado e identificar “pelo menos” quatro mil milhões de euros em cortes de despesa. E, sobretudo, para conseguir convencer a oposição e os parceiros sociais a participarem no processo (Pires & Garcia, 2012, p. 5).

As PME foram a principal preocupação do Governo. A *troika* reconheceu em comunicado de imprensa sobre a sexta avaliação [Comunicado Imprensa nº 12/448] que “o acesso ao crédito em condições razoáveis continua a ser difícil para certos setores da Economia, em especial para as empresas exportadoras e as PME” (Jorge et al., 2012, p. 6). Para minimizar este problema, o Governo tinha previsto promover instrumentos de emissão conjunta da dívida pelas PME. Vítor Gaspar, Ministro das Finanças, tinha ainda previsto a redução dos custos de recapitalização para os bancos para criar condições para assegurar o financiamento da Economia. Vítor Gaspar, na Conferência de Imprensa sobre os resultados da sexta avaliação revelou ainda que o Governo iria consultar a UE sobre a “redução da remuneração dos instrumentos usados no apoio à capitalização dos bancos” entre outras iniciativas para assegurar o Financiamento à Economia. Caso Bruxelas aceitasse que a taxa de juro fosse reduzida para 6,5% ao ano, os bancos teriam de pagar ao Estado menos 23% do que estava previsto. Para além desta proposta, o Governo avançaria ainda com uma proposta de alteração à lei sobre a ajuda pública à capitalização da banca que visava reforçar o poder do Estado nos bancos que beneficiavam de recursos públicos (Gago, 2012, p. 8).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

A *troika* revelou maior pessimismo relativamente à retoma da Economia. Os técnicos do FMI, BCE e Comissão Europeia estão mais negativos na previsão de saída de Portugal da recessão e estimaram uma revisão em baixa do crescimento económico. A estimativa para 2013 era de uma baixa do crescimento económico de 1,2% para 0,8%, embora o Governo tivesse apontado para uma retoma económica em 2013 (Aguiar & Jorge, 2012b, p. 9). Governo e *troika* mostraram-se convictos que para o programa de ajustamento ser bem-sucedido, era essencial a recuperação do investimento empresarial ao longo de 2013. Só assim será possível travar a escalada do desemprego e atingir-se as metas orçamentais planeadas. O Relatório do FMI (IMF Country Report No. 13/18) revelava as novas medidas de política económica para que esses objetivos fossem atingidos. Na parte financeira, o Relatório apontou medidas para melhorar o acesso das empresas a financiamento bancário. Na parte fiscal, o objetivo passava pela reforma do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), ou seja, atribuir taxas mais baixas às empresas (Jorge, 2013a, p. 29). Mesmo correndo alguns riscos a *troika* sublinhou que “o programa continua, em geral, no bom caminho” e atribuiu nota positiva à sexta avaliação. O sétimo exame regular tem lugar em fevereiro de 2013 (Aguiar & Jorge, 2012b, p. 9).

9.1.7. 7ª Avaliação: a extensão do prazo para amortização dos empréstimos, a flexibilização das metas do défice público, a Reforma do Estado, a crise política e redução da despesa pública

O sétimo exame regular decorreu em Lisboa entre 25 de fevereiro e 14 de março de 2013. Foi a avaliação mais difícil de todas e a mais longa tendo demorado três meses. O período de avaliação acabou por estender-se para além desse período tendo terminado em junho de 2013, tornando a sétima avaliação a mais difícil que o Governo de Pedro Passos Coelho e a coligação (PSD/CDS-PP) tiveram de enfrentar em 2013 (Aguiar & Jorge, 2012b, p. 9) o que fez com que fosse a avaliação com maior intensidade mediática, como veremos mais adiante. Foi um período não só de balanço do programa de ajustamento, mas também um período determinante para saber se a *troika* deixaria Portugal em junho de 2014. Para Vítor Gaspar, ministro das Finanças, esta avaliação marcou também a entrada na segunda metade do programa, em que foram lançadas as bases para o regresso aos mercados e para o crescimento sustentado (Jorge, 2013c, p. 5).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

O processo de redução da despesa pública foi um dos temas que gerou mais conflito entre o Governo e a *troika*. O país mergulhou numa espiral recessiva nos últimos seis meses de 2012. O corte na despesa no valor de 4 mil milhões de euros até 2015 (400 milhões em 2013, 2.600 milhões em 2014 e 1.000 milhões em 2015), o “Plano B” com medidas de contingência de corte na despesa no valor de 800 milhões de euros, a extensão do prazo de pagamento dos empréstimos (flexibilização das condições de pagamento do empréstimo), a flexibilização da meta do défice, a reforma do Estado e o regresso aos mercados foram alguns dos problemas identificados nesta avaliação.

Numa altura em que se mantinha a necessidade de manter os objetivos de redução do défice estrutural, Vítor Gaspar – ministro das Finanças – assumiu em fevereiro de 2013 que falhou nas previsões do défice para 2012, e pede à *troika* mais um ano para reduzir o défice para 3% do PIB (*Diário Económico*, 25/02/2013, p. 2). Em finais de fevereiro de 2013, o diagnóstico feito pela *troika* não era positivo. Começava-se a chegar à conclusão de que o país estava perante vários problemas: o programa de ajustamento estava a ter um impacto mais negativo na Economia do que era expectável e os indicadores para o final do ano apontavam para uma Economia em profunda recessão com crescimento do desemprego e forte desaceleração das exportações.

A recessão de 2,8% prevista no OE para 2012, ficou nos 3,2%, e o desemprego previsto de 13,4% ficou nos 15,7%. As exportações cresceram apenas 1,4% em vez dos 2,7%, mas no final de 2012 caíram 0,8%. As falências de empresas cresceram 21,3% no início do ano de 2013. A Comissão Europeia apontava ainda para um aumento do desemprego em 2013 para os 17,3%. Os valores dos indicadores tinham como causas, não só o fraco desempenho da Economia a nível nacional, mas também a falta de investimento no país, e a recessão que se vivia no resto da Europa (Aguiar, 2013a, p. 4). Os cortes na despesa estavam longe de ser consensuais: o Partido Socialista (PS) não concordava, o Centro Democrático Social (CDS) pedia menos dureza, e a Comissão Europeia defendia que iam ser necessários apenas três mil milhões em 2014 (Aguiar & Simões, 2013, p. 4).

FMI e a Comissão Europeia tinham acordado em setembro de 2012 que o corte adicional de quatro mil milhões na despesa pública fosse repartido pelos anos de 2014 e 2015. Esse foi o plano central acordado entre o Executivo e os Credores, tal como ficou inscrito nos documentos oficiais assinados por Vítor Gaspar, Ministro das Finanças, por Carlos Costa,

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Governador do Banco de Portugal (BdP) e enviados em outubro de 2012 a Christine Lagarde diretora-geral do FMI, a Mário Draghi, Presidente do BCE, e a Olli Rehn, Comissário Europeu para os assuntos monetários. O objetivo consistia em que o défice orçamental estrutural ficasse abaixo dos 0,5% do PIB até 2015. Para isso era necessária uma consolidação adicional de 2,25% do PIB em termos estruturais primários durante os anos de 2014 e 2015. As poupanças seriam geradas através de cortes de despesa de forma faseada (cerca de 4 mil milhões de euros entre 2014 e 2015). A redução de despesa no Estado teria assim de ser estendida até 2015.

Paulo Portas, ministro dos Negócios Estrangeiros surgiu como o protagonista a quem coube dar a cara pelos cortes, e a quem foram atribuídas responsabilidades para elaborar um guião sobre a reforma do Estado, onde seriam incluídas as “poupanças” que fossem encontradas e “tudo o que vai além delas”. Paulo Portas foi também responsável por pedir aos parceiros europeus que aceitassem a extensão dos prazos de pagamento dos empréstimos da *troika* a Portugal (Aguiar & Simões, 2013, p. 4). Isto significava que a consolidação orçamental em Portugal dependia mais de cortes na despesa do que de aumento de receita (Jorge, 2013b, p. 6). Em relação à flexibilização das metas do défice, Paulo Portas mostrou-se confiante de que Bruxelas daria mais um ano, ou seja, segundo o Ministro das Finanças aceitaria “o prolongamento por mais um ano do tempo para corrigir a situação do défice orçamental excessivo” (Aguiar & Simões, 2013, p. 4). A expectativa era de que o défice de 4,5% do PIB previsto para 2013, atingisse os 2,5% em 2014 e 2% em 2015. A deterioração da conjuntura económica desde 2012 foi grande e assumiu-se o risco de uma “espiral recessiva”. Cavaco Silva, Presidente da República afirmava numa comunicação ao país que “temos urgentemente de pôr cobro e esta espiral recessiva, em que a redução drástica da procura leva ao encerramento de empresas e ao agravamento do desemprego” (Silva, 2013).

Na sétima avaliação, a narrativa jornalística assentou o discurso na dificuldade do ajustamento “Um ajustamento mais difícil do que o previsto”, e impôs-se uma pergunta “conseguirá a *troika* salvar o seu programa de ajustamento? são os títulos que marcam a secção da ‘Primeira Linha’ no *Jornal de Negócios* (edição 11/03/2013, pp. 4-5). É ainda tempo de fazer-se comparações em que “olhar para os planos da iniciais que a *troika* tinha para a trajetória de ajustamento da Economia portuguesa em 2013 a um ano e meio de distância, fá-los parecer um programa de ficção” (Jorge & Miranda, 2013, p. 5). Esta

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

constatação vai de encontro à opinião de que “os números não deixam dúvidas de que o quadro de previsões que foi adotado na primeira versão dos compromissos era irrealista (Silva, 2013a, p. 3). Apesar de a sétima avaliação ter começado com um enquadramento interpretativo pessimista sobre o estado da Economia, de o Governo e a *troika* terem admitido que o programa de ajustamento não estava a decorrer de acordo com os resultados que se esperava, admitiu-se que as medidas impostas eram justificadas pelo preço a pagar no curto prazo pelo reequilíbrio da Economia e pela confiança dos mercados.

Governo e *troika* fizeram no final apesar de todas as vicissitudes, uma avaliação positiva do programa de austeridade relativamente às reformas estruturais que começavam a produzir resultados visíveis na dinamização da Economia e no mercado de trabalho. Pedro Passos Coelho, primeiro ministro, admitiu a importância das reformas estruturais ao afirmar que “não é possível de forma sustentada voltar a crescer e criar emprego sem ajustamento estrutural” (Aguiar, 2013b, p. 9). Contudo, a teimosia do Governo em prosseguir um conjunto de medidas impostas pela *troika* foi vista como uma “obstinação” do Governo, que lhe valeu o estatuto de “bom aluno” junto das autoridades europeias e de o ministro das Finanças, ser apelidado de ministro mais “troikista” de todos os membros do Governo. Apesar de todas as vicissitudes que envolveram a sétima avaliação, a obstinação teve um efeito positivo que foi realçado: “o voto de confiança dos mercados” que permitiu a Portugal emitir dívida a juros baixos (Jorge & Miranda, 2013, p. 5).

A sétima avaliação ficou ainda marcada por momentos de grande tensão social e política. Nem todas as medidas geraram consenso e provou-se que resolver problemas no curto espaço de tempo não é uma boa política. O então diretor-adjunto do *Jornal de Negócios*, João Cândido da Silva, sublinhou esse ponto quando disse que “a sétima avaliação e o cumprimento do plano de ajustamento poderá ficar para a história como o momento em que o Governo e a *troika* reconheceram que resolver todos os problemas das finanças públicas num prazo curto equivale a criar mais ameaças do que soluções” (Silva, 2013a, p. 3). Entre as medidas que geraram discordâncias entre os ministros estiveram o subsídio de desemprego; o corte nas Forças Armadas; o envio entre 30 a 50 mil professores para a mobilidade; e o corte dos salários e nas pensões, este último que valeu a Vítor Gaspar, a fama de ser o mais “troikista” de todos os membros do Governo (Aguiar & Miranda, 2013, pp.4-5).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Governo e *troika* foram os atores políticos que apresentaram as soluções e tomaram decisões de forma a recuperar a confiança dos investidores, traduzidas em taxas de juro baixas e na capacidade de endividamento autónomo. O primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho pediu “firmeza e resiliência” no caminho da consolidação das contas públicas (Jorge & Miranda, 2013, p. 5). A “distribuição das medidas no tempo é uma variável que poderá mitigar o impacto social e económico deste programa, mas decisões como o corte dos salários na Função Pública, a redução de pessoal no Estado e a amputação permanente das pensões de reforma parecem inelutáveis” (Jorge & Miranda, 2013, p. 5). As indemnizações por despedimento também foi um tema que causou muita divergência. Em negociação esteve de um lado a *troika* encabeçada pela Comissão Europeia do outro lado, a União Geral dos Trabalhadores (UGT), e no meio o Governo. João Proença, da UGT, não aceitou os doze dias de indemnização para os primeiros três anos de qualquer futuro contrato. António Saraiva, da Confederação Indústria Portuguesa (CIP) sublinhou que “vamos ter que encontrar uma forma de negociar em concertação social, para uma solução provavelmente superior a doze dias”, mas não aceitou um aumento dos doze dias num quadro sem que as empresas tivessem contrapartidas na política fiscal e no acesso ao financiamento (Pereira & Jorge, 2013, p. 6).

António José Seguro, secretário-geral do partido do PS entrou em confronto com Pedro Passos Coelho, e é muito mais o que separa Seguro de Passos Coelho do que o que une os dois líderes partidários. Seguro aconselhava Passos Coelho a mudar de caminho. Em março de 2013, o PS manifestou vontade de derrubar o Governo para renegociar acordo com a *troika*. António José Seguro, preparava uma moção de censura ao Governo, e enviava uma carta à *troika* a explicar a Moção de Censura. O objetivo do Partido Socialista (PS) era derrubar o Governo e substituí-lo por um que representasse o consenso da sociedade portuguesa. Jerónimo de Sousa do PCP saiu em defesa de Seguro nas críticas à estratégia do Governo. “aplicando a mesma receita, como vai ter resultados diferentes? Receberia um Nobel, mas não, quanto muito vai ter o prémio do melhor ilusionista” (Simões, 2013, pp. 8 – 9).

Portugal viveu uma crise política na sétima avaliação a que se juntou a demissão Miguel Relvas, Ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares a 4 de abril de 2013, e o chumbo do TC sobre o OE para 2013. O acórdão do TC representou um “colete de forças” para os cortes de quatro mil milhões de euros que o Governo queria poupar, sobretudo através

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

de pensões e de salários. Contudo, o aumento dos impostos foi viabilizado pelos Juízes do TC (Miranda et. al., 2013, p. 8). À sétima avaliação, o mundo mudou”. Em três meses, Portugal assistiu-se ao chumbo TC, à flexibilização das metas do défice e do empréstimo, a mais austeridade, a uma crise na coligação (PSD/CDS-PP), ao novo orçamento retificativo, ao regresso aos mercados e ao enraizamento da ideia de que o programa de ajustamento precisava de mais tempo embora Passos Coelho tivesse admitido no início da avaliação (26 de fevereiro de 2013) que “Portugal não quer mais tempo, nem mais dinheiro para cumprir o seu programa de ajustamento” (Aguiar, 2013c, p. 16).

No dia 13 de junho de 2013 foi divulgado o relatório dos resultados da revisão do memorando. O FMI admitiu que a recuperação económica não passava de uma ilusão. A falta de ferramentas para aumentar a competitividade fez com que o programa tivesse de ser feito através de mais contração da procura. São colocadas em causa as reformas estruturais e a competitividade externa e insistiu-se na necessidade de descer salários no setor privado. É necessário “mais ajustamento nos salários” para melhorar a competitividade e sublinharam que podia ser “necessário” um novo corte nas indemnizações por despedimento (Aguiar & Pereira, 2013, p. 26). Esta avaliação foi a que contemplou mais cortes. Foram precisos seis meses para a aprovação de um pacote de quatro mil milhões de euros de corte na despesa que culminou na demissão do Ministro das Finanças - Vítor Gaspar (1 de julho de 2013) e na demissão do Ministro dos Negócios Estrangeiros - Paulo Portas (2 de julho de 2013). Maria Luís Albuquerque entrou em “cena” e assumiu o cargo de Ministra das Finanças e Paulo Portas passou de ministro demissionário “irrevogável” a Vice-primeiro-ministro.

A aprovação final do Eurogrupo e do Ecofin a 20 e 21 de junho de 2013 encerrou a sétima avaliação. Apesar de Portugal ter passado na avaliação, o FMI começou a duvidar do sucesso do seu próprio programa e lançou dúvidas sobre a capacidade de serem atingidos os principais objetivos do programa. Como riscos apontados para o não cumprimento dos objetivos, encontrava-se a degradação do consenso político e social e o aprofundamento da recessão económica. Contudo, o risco considerado mais importante foi o das reformas estruturais (Aguiar & Pereira, 2013, p. 26).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

9.1.8. 8º e 9ª Avaliações: a meta do défice para 2014 e a adoção de um Programa Cautelar

No dia 24 de junho de 2013, equipa da *troika* chegou a Portugal numa missão intercalar para preparar o oitavo e nono exame regular. John Berrigan é nomeado líder da missão da Comissão Europeia para Portugal e Subir Lall substitui Abebe Selassie na missão do FMI. Até 15 de Setembro de 2013 o Governo preparou o que ficou previsto na sétima avaliação: as leis de reforma da Administração Pública (mobilidade, horário de trabalho e convergência da Caixa Geral de Aposentações com a Segurança Social); o aumento da idade da reforma; e novas projeções para correção do défice tarifário na energia (Jorge, 2013d, p. 4). A oitava e nona avaliações foram marcadas por taxas de juros da dívida em alta (acima dos 7% a dez anos), reformas polémicas, greve geral e uma coligação (PSD/CDS-PP) desunida (Jorge, 2013d, p. 4). O Governo estava com dificuldade em avançar com as reformas estruturais. Os calendários fixados na sétima avaliação revelavam-se apertados.

A questão da flexibilização da meta do défice orçamental para 2014 foi posta em causa pela *troika* que adotou uma posição mais inflexível pela desconfiança gerada em torno do empenho e capacidade do Governo em prosseguir o programa de ajustamento por causa da crise política de julho de 2013 que quase derrubou o Governo da coligação PSD/CDS-PP, pondo em causa a credibilidade do país, e correndo-se o risco de haver uma reação negativa por parte dos mercados financeiros que prejudicaria as condições de financiamento do Estado. Á crise política juntaram-se as decisões negativas do TC (que veio alterar a implementação das medidas que estavam programadas desde a sétima avaliação, ao ter obrigado a devolver salários e ao ter chumbado algumas das alterações mais emblemáticas da reforma laboral), e o aumento da dívida pública que no final de 2013 atingiu os 127,8% do PIB. Para Durão Barroso, Presidente da Comissão Europeia, “essa crise política teve um custo bastante sério em termos da credibilidade na aplicação do programa, conseguiu-se já em grande medida recuperar, mas é importante não abrandar os esforços de ganhar a credibilidade necessária para terminar o programa com sucesso” (Pires & Bastos, 2013, p. 12). Revelou que mais importante do que a flexibilização do défice “o que querem saber os investidores é se Portugal vai ou não cumprir os objetivos a que se comprometeu, este é o ponto essencial” (Pires & Bastos, 2013, p. 12).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Outros temas que as autoridades internacionais colocaram em causa para além da flexibilização das metas do défice foram os atrasos na implementação da Reforma do Estado. As autoridades queriam garantias de que os cortes de quatro mil milhões de euros avançassem o mais rápido possível, e que o Executivo apresentasse alternativas às medidas chumbadas pelo TC. Em relação ao mercado de trabalho, a *troika* atribuiu a sua rigidez ao elevado desemprego. O BCE considerou ser necessário flexibilizar ainda mais o mercado laboral (Aguiar, 2013d, p. 21). Numa reunião com a *troika*, os deputados do PCP, BE e PSD pediram autorização para um alívio simbólico do IRS para as famílias, que acompanhasse a descida de IRC para as empresas. Contudo, em junho de 2013, Pedro Passos Coelho afastou essa possibilidade ao afirmar que “se me perguntasse se o Orçamento do Estado para 2014, trará uma diminuição de impostos, o que lhe posso dizer nesta altura é que muito me surpreenderia que isso acontecesse” (Aguiar, 2013e, 2013, p. 21).

A oitava e nona avaliações coincidiu com os resultados das eleições autárquicas de 29 de setembro de 2013 em que o Governo de Passos Coelho e da coligação (PSD/CDS-PP) registaram um mau resultado eleitoral. Contudo, a maior parte dos militantes do partido, considerou que o primeiro-ministro deve prosseguir com as políticas de austeridade (Miranda & Lança, 2013, pp. 4-5). Consenso e harmonia entre o Governo e a *troika*, eram elementos importantes para os investidores mais do que as metas orçamentais. O Presidente do Conselho de Governadores do BCE, Mario Draghi, alertou no Parlamento Europeu que “o menor sinal de que os progressos na consolidação orçamental possam ser postos em causa leva os mercados a reagirem de forma brutal” (Caetano, 2013a, p. 16). A concretização dos cortes de despesas continuava a ser um dos temas mais difíceis na oitava e nona avaliação (Jorge, 2013g, pp.16-17).

Esta avaliação ficou marcada ainda pelo recuo dos cortes nos rendimentos dos pensionistas que foi considerada indispensável para o processo de consolidação orçamental (Miranda, 2013a, p. 6). Perspetivaram-se boas previsões para a Economia em 2013 e 2014. O país iria crescer a um ritmo mais acelerado do que estava previsto, e passaria de país sob resgate, a um país sob um Programa Cautelar, embora enfrentasse alguns riscos como já se fez referência. A Reforma do Estado, por exemplo, continuava comprometida. Sobre o Regresso aos Mercados, o Governo tinha um “plano B”, que passava por uma operação de troca da dívida pública detida pelos bancos portugueses por

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

títulos de maturidade mais longa. O Governo teria de fazer dois reembolsos em 2014, um em junho de 2014 (reembolso de obrigações de seis mil milhões de euros) e outro em outubro de 2014 (reembolso de 7,8 mil milhões de euros em obrigações do Tesouro) para os quais era preciso garantir antecipadamente o financiamento (Moutinho & Aguiar, 2013, p. 6). A *troika* deu nota positiva à oitava e nona avaliação libertando dinheiro para Portugal fazer face aos seus compromissos, e os mercados reagiram positivamente ao resultado favorável. Houve um alívio nos juros exigidos pelos investidores na dívida pública portuguesa, sobretudo nos prazos mais curtos. O OE para 2014, apresentava-se como o único obstáculo a ser ultrapassado nesta altura.

9.1.9. 10ª Avaliação: mercado do trabalho, chumbo do TC e reformas pendentes

A décima avaliação ao programa de ajustamento teve início no dia 4 de dezembro e terminou a 16 de dezembro de 2013. John Berringer, da Comissão Europeia, Rasmus Ruffer, do BCE e Subir Lall, do FMI chegaram no dia 4 de dezembro de 2013 para a décima avaliação ao programa de assistência financeira. O mercado de trabalho (os salários e as alterações ao código do Trabalho com vista à flexibilização do mercado de trabalho), a reforma do IRC e a execução orçamental, foram alguns dos temas que os chefes da missão da *troika* trataram com o Governo português. A decisão do TC sobre a convergência do sistema de pensões da CGA com a Segurança Social também estiveram em discussão (Galvão & Peixoto, 2013, p. 5). No dia 11 de dezembro de 2013 a *troika* reuniu-se com os parceiros sociais, e no dia 12 de dezembro, reuniu-se com os deputados na AR na Comissão de Acompanhamento do Programa de Ajustamento para o balanço da décima avaliação. Estava previsto para dia 19 de dezembro a decisão do TC sobre o corte de 10% nas pensões dos reformados da CGA para 2014.

Para o FMI o ajustamento de salários e preços esteve no centro da décima avaliação da *troika*, a que se juntou a Execução Orçamental de 2013, o regresso aos mercados, e os efeitos de eventuais chumbos do TC a cortes em salários e pensões. A *troika* não estava satisfeita com o ajustamento salarial em Portugal, sobretudo nos setores protegidos da concorrência internacional e mais sindicalizados, caso do setor dos bens e serviços “não transacionáveis” [construção e serviços], como a energia, telecomunicações, transportes, banca, educação e justiça. Neste tipo de setores, os trabalhadores beneficiavam das rendas excessivas conseguidas pelos acionistas, e deviam, por isso, contribuir em conjunto com

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

reduções salariais e de lucros, proporcionando um alívio dos custos impostos ao resto da Economia. Os cortes deviam atingir não só os lucros, mas também os salários (Jorge & Peixoto, 2013, p. 6).

Do lado da Comissão Europeia, o enfoque foi colocado sobretudo na questão da flexibilização dos salários, ao criticar a falta de eficácia das negociações coletivas no novo Código do Trabalho, que deviam fomentar os acordos ao nível das empresas, por oposição da negociação centralizada dos sindicatos. “A significativa quebra no número de novas convenções coletivas é problemática do ponto de vista da importância da negociação para absorver elevados níveis de desemprego” [*Occasional Papers 171*, Feb.2014] (Jorge & Peixoto, 2013, p. 6). Os técnicos pretendiam que houvesse uma resposta mais direta à evolução da produtividade. Para Carlos Moedas, secretário de Estado Adjunto do Primeiro-ministro, “nesta avaliação tivemos oportunidade de apresentar dados que mostram que esse ajustamento do lado privado foi feito. Não houve muito mais a acrescentar” (Pereira & Aguiar, 2013, p. 4). Carlos Moedas transmitiu à *troika* que “a nossa política não é baseada em baixos salários, mas no aumento da produtividade” (p. 4). Paulo Portas argumentou, que a existência de “pontos de vista não inteiramente convergentes entre a missão externa e o Governo português” não é “um facto anormal”. O Executivo está “profundamente convencido que o ajustamento [nos salários] foi feito” (Pereira & Aguiar, 2013, p. 4).

A décima avaliação foi das avaliações mais tranquilas de todo o processo de avaliações regulares ao programa de ajustamento. Portugal, ao contrário das anteriores avaliações, não estava obrigado a adotar mais medidas de austeridade. Marcou também o momento da recuperação da soberania, de satisfação por parte dos credores externos e de uma avaliação positiva das reformas estruturais em curso. Os salários do privado não precisavam de ser mais ajustados, o salário mínimo não ia descer, e não havia novidades nas rendas da energia. Sobre se o TC ia chumbar a convergência das regras entre a CGA e a Segurança Social, também não havia respostas (Miranda & Aguiar, 2013, pp. 4-5).

A *troika* garantiu que o Governo avançaria com medidas alternativas caso o Tribunal Constitucional (TC) as declarasse inconstitucionais (Comunicado de Imprensa nº 13/512). Ainda no contexto da décima avaliação, falou-se do “Programa cautelar [que] tem custos políticos, mas poupa nos juros da dívida”, foi o título do *Jornal de Negócios*,

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

(edição de 17/12/2013, p. 6). A Ministra das Finanças, Para Maria Luís Albuquerque, a decisão sobre programa cautelar teria de levar em conta os custos desse "sistema de seguro" (Caetano, 2013b, p. 6). O custo seria apenas político, segundo os analistas, já que o programa daria ao Estado juros mais baixos (Caetano, 2013b, p. 6). Albuquerque (2013) remetia para as primeiras reuniões do Eurogrupo em 2014, a decisão sobre se Portugal pedia ou não um programa cautelar (Caetano, 2013b, p. 6).

Numa nota publicada no blogue do FMI Subir Lall, o novo Chefe da missão do FMI, referiu que “não há dúvidas que Portugal registou progressos notáveis nos últimos três anos”, que as autoridades estiveram à altura da situação” (Jorge & Aguiar, 2014, p. 20). No relatório do FMI, os técnicos pelo contrário admitem que “Os riscos para atingir os objetivos do programa continuam elevados” (*IMF Country Report No. 14/56*). Era o caso do desemprego que continuava elevado, e que pesava sobre a recuperação e as contas públicas; o crescimento das exportações e a diminuição das importações essenciais para o reequilíbrio externo. Paulo Portas, Vice-primeiro-ministro sublinhou numa conferência organizada pela *The Economist* que “as exportações portuguesas, no início da crise internacional eram 28% do PIB, hoje superam 40%”, em resposta à *troika* sobre o desempenho das exportações conseguido graças ao aumento insustentável das exportações de combustíveis (Miranda et al., 2014, p. 22).

Sobre o IRS, o Vice-primeiro-ministro Paulo Portas diverge das instituições internacionais, quando o FMI revelou ser necessário prudência na descida de impostos, ao que Paulo Portas defendeu que “Dizer que a política de moderação fiscal tem de ter prudência orçamental é a mesma coisa que dizer que o dia é claro e que a noite é escura” (Miranda et al., 2014, p. 22). Sobre o IRC, a Comissão Europeia defendeu que a reforma do IRC terá um impacto positivo na Economia e no investimento, mas, no curto e médio prazo, ele não será suficiente para compensar a perda de receita orçamental que lhe está associada. A Comissão Europeia estimava que os cofres públicos iriam perder 0,15% do PIB todos os anos durante três anos, o equivalente a 247,5 milhões de euros por ano (Miranda, 2014, p. 6).

Sobre a decisão do TC dos cortes das pensões, o Relatório da décima avaliação sublinhou que estavam a ser desenvolvidas medidas de carácter estrutural na área das pensões, embora o Governo tenha admitido que não tinha intenções de falar com a *troika* sobre

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

pensões na décima primeira avaliação (Miranda et al., 2014, p. 22). Numa conferência organizada pela revista *The Economist* sobre a décima avaliação, o Vice-primeiro-ministro Paulo Portas, defendeu que era preciso acreditar mais “na realidade económica” do que em instituições que diziam que Portugal “não vai conseguir exportar mais” (Miranda et al., 2014, p. 22). O controlo da despesa também apareceu ameaçado pelos cortes do TC. O endividamento privado e público mantinha-se muito elevado. O processo de desalavancagem do setor empresarial era um fator crítico para a *troika* (Jorge & Aguiar, 2014, p. 20). No Relatório da décima avaliação (*IMF Country Report No. 14/56*), surgiram algumas advertências: Portugal precisava fazer reformas que garantissem um crescimento sustentável pós-*troika* (Jorge & Aguiar, 2014, pp. 20-21).

Na décima avaliação houve muitos progressos, mas também houve muitas preocupações a saber na décima avaliação: 1) reformas laborais são para continuar; 2) é preciso mais flexibilidade salarial; 3) desemprego ainda demasiado elevado; 4) redução do défice externo é precária; 5) cortes na despesa ameaçada pelo TC; 6) dívida pública em nível preocupante; 7) dívida privada parou de subir, mas não caiu; 8) combate às rendas da energia não chega; 9) reformas dos portos sem efeitos práticos (*Jornal de Negócios*, 20/02/2014, pp. 20-21).

No âmbito desta avaliação foi ainda apresentado um estudo de opinião feito pela Eurosondagem para o Instituto Europeu da Faculdade de Direito de Lisboa que revelou que a austeridade “mata” muito mais do que “cura”, mas grande parte admitiu que esta política era inevitável. O estudo revelou ainda que para 61,7% dos portugueses inquiridos a política de austeridade “mata” e que vai “afundar o país tanto económica como socialmente”. Só 28% acreditou que a política de austeridade levava à “cura”, ou seja, que iria ajudar a equilibrar as contas públicas e recuperar economicamente”. No entanto, para 9,9% esta questão levantou dúvidas. Em relação ao fim do programa de ajustamento, a maioria defendeu que a austeridade iria continuar por uns anos: 63,6% disse que esta política iria continuar e para 49,3% não havia opções credíveis (*Jornal de Negócios*, 20/02/2014, pp. 20-21).

Ao fim de dois anos e meio e nove revisões concluídas, o equivalente a 1.081 páginas, uma análise ao programa da *troika* encomendado pelo Parlamento Europeu ao grupo *think thank* europeu Bruegel, concluiu que o termo “orçamental” dominava seguido de

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

“emprego” e “desemprego”, bem como o termo “reforma”. As palavras mais ausentes foram as associadas a pobreza e redistribuição de rendimento, ou seja “pobreza”, “desigualdade” e “justiça” que contrariam a coesão económica e social como grande objetivo da UE e definidas nos artigos 2 e 3 do Tratado” (Jorge, 2014c, pp. 22.23). Num outro estudo pedido pelo Parlamento Europeu ao grupo de economistas do para avaliar os programas da *troika*, são analisadas as estratégias de saída dos programas de assistência financeira da Zona Euro. Zsolt Darvas, André Sapir e Guntram Wolff, no artigo “Longo caminho” analisam as estratégias de saída. “Enquanto todos os lados poderão estar atentos a avançar com uma saída limpa para reclamarem sucesso político, as fragilidades que persistem na Economia tornam desejável” um programa cautelar e a “vigilância reforçada que lhe está associada” (Jorge, 2014a, p. 23) a qual poderia ajudar Portugal enquanto continua com o processo de reformas estruturais de que necessita.

No artigo *The Troika and financial assistance in the euro área: successes and failures*, os economistas do Bruegel analisaram os programas de ajustamento através de três critérios: recuperação de acesso ao financiamento no mercado de capitais, cumprimento das condições estabelecidas nos programas, e resultados macroeconómicos. Sobre o caso de Portugal o estudo considerava que Portugal reunia as condições de acesso aos mercados, mas defendiam o recurso a um programa cautelar. Em relação ao cumprimento das medidas, a maior parte das medidas definidas para as áreas financeiras e as reformas estruturais foram cumpridas, mas o aumento da dívida pública tinha sido uma desilusão (Jorge, 2014c, p. 7). Isto significava que as medidas na frente orçamental tinham falhado devido ao crescimento económico baixo, mas que no início tinha havido um grande otimismo. As previsões macroeconómicas de 2011 ficaram muito aquém das expectativas, com um desempenho fraco na procura interna, desemprego e no crescimento, com impactos negativos na frente orçamental. O lado positivo apareceu associado à melhoria do défice externo e às exportações.

Para os economistas do Bruegel “a sustentabilidade social e da dívida será central” (Jorge, 2014a, p. 23), e essa sustentabilidade dependia do crescimento económico que, por sua vez, dependia do sucesso das reformas estruturais. O programa cautelar poderia ajudar o país a implementar as reformas e ganhar tempo para que tivessem efeito. Peter Praet, economista chefe do BCE, defendeu que Portugal, poderia sair do programa de ajustamento, com algo intermédio, entre um cautelar e uma saída limpa, e que o

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

importante era que Portugal conseguisse ganhar a confiança dos mercados sobre a capacidade de manter a consolidação orçamental e um programa de reformas (Jorge, 2014b, p. 23). Para o FMI e para a Comissão Europeia, não havia meio-termo. O país tinha que optar por uma das soluções: ou saía do programa de ajustamento com um novo programa e recebia um novo apoio financeiro em troca de condicionalidade explícita de medidas e visitas trimestrais da *troika*: ou saía “limpo”, isto é, sem qualquer apoio, ficando apenas condicionado à monitorização pós-programa *troika* e com procedimentos definidos (Jorge, 2014b, p. 23). As regras do pós-programa implicavam, por um lado, a Comissão Europeia ficar responsável pelas políticas financeiras e económicas, e o MEE, responsável pela análise ao risco de incumprimento. Do lado do FMI, deveriam existir duas visitas por ano, uma delas coincidia com o chamado artigo IV²³. O Fundo emitia um relatório em cada uma das avaliações. Mesmo que Portugal viesse a ter uma saída limpa, como se previa nesta fase, teria sempre de assumir metas, objetivos e políticas em termos plurianuais, do lado Europeu. Com o fim da décima avaliação, ficou-se a 87 dias do fim do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF). A 11^a visita trimestral da *troika* iniciou-se no dia 20 de fevereiro de 2014.

9.1.10. 11^a Avaliação: investimentos em infra-estruturas para Portugal

A décima primeira avaliação começou a 20 de fevereiro e terminou a 28 de fevereiro de 2014. Em comunicado de imprensa, divulgado a 28 de fevereiro de 2014, a *troika* sublinhou que “a conclusão da décima primeira avaliação poderia ter lugar em abril de 2014 [Comunicado de Imprensa n^o 14/80] (Jorge, 2014d, p. 16), dependendo da aprovação do Ecofin e do Eurogrupo bem como do Conselho de Administração do FMI”. As metas do défice foram novamente um dos temas em discussão. O Governo precisava de encontrar medidas de austeridade avaliadas em dois mil milhões de euros, depois de feita a avaliação no terreno por parte da *troika*. A aprovação final da avaliação ficaria condicionada à definição de medidas no Documento de Estratégia Orçamental (DEO) que garantissem a redução do défice orçamental de 2015, ou seja, que o défice de 4% do PIB em 2014 passasse para 2,5% em 2015. Sobre os indicadores económicos, previa-se que em 2014, a Economia crescesse 1,2% e não 0,8% como foi previsto no final de 2013. A boa notícia surgiu do lado do investimento, que se previa que crescesse 3,1%. A taxa de

²³ Artigo IV diz respeito à visita regular anual que o FMI faz a todos os seus membros.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

desemprego baixou ligeiramente, e passou de 16,8% para 15,7%, ainda assim, um dos valores mais altos da Europa.

A redução do endividamento empresarial também foi um dos problemas mais importantes discutidos na décima primeira avaliação (Jorge, 2014d, p. 16). Desde que a *troika* entrou no país em 2011, o endividamento das empresas nacionais ascidia a 177,5% do PIB. Em dezembro de 2013 ficou nos 184% do PIB. A *troika* apontou os resultados negativos em termos de alavancagem do setor privado, e de reestruturação de dívida empresarial. No comunicado de imprensa (Comunicado de Imprensa nº 14/80) explicitou que a “redução da elevada dívida das empresas requer um plano estratégico para facilitar a redução do endividamento, em especial para as pequenas e médias empresas viáveis” (Jorge, 2014e, p. 17).

Ao problema do endividamento das empresas, juntou-se o da redução de rendas no setor da energia, e o da flexibilização do mercado de trabalho. O comunicado conjunto da *troika* foi crítico nestas áreas. Existiam “importantes estrangulamentos que dificultam a capacidade de empresas portuguesas competirem com os seus concorrentes estrangeiros em condições equitativas, entre os quais as rendas excessivas no setor dos bens não transacionáveis, e a rigidez no mercado de trabalho” (Comunicado de Imprensa nº 14/80) (Jorge, 2014e, p. 17). O Executivo dispunha do mês de março de 2014 para trabalhar as medidas da energia, que se reflitam positivamente na competitividade da Economia. O plano de consolidação orçamental para 2015, era uma pré-condição para ser autorizada a penúltima “tranche” do empréstimo do FMI no valor de cerca de 900 milhões de euros. Do lado Europeu, também se aguardava pelos planos do Governo para autorizar o desembolso de 1,6 mil milhões de euros (Jorge, 2014e, p. 17).

A entrega do DEO definido em Conselho de Ministros a 15 de abril de 2014, incluiu as principais medidas de consolidação de 2014 e 2015, e pelas regras europeias teria que ser entregue até final de abril de 2014. Nesse documento estavam incluídas as medidas necessárias para baixar o défice para 2,5% do PIB em 2015. Esta redução não seria feita através de cortes nos salários e pensões, nem da subida de impostos. A redução do défice seria feita através de um pacote de medidas avaliado em 1.400 milhões de euros, do qual 87% ou 1.220 milhões eram poupanças na máquina do Estado (consumos intermédios e outras despesas de funcionamento). O DEO deveria ainda definir uma trajetória

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

orçamental até 2018. Na recomendação de aprovação da décima primeira avaliação pelas autoridades europeias (documento assinado por todos os países que deu por concluída a avaliação) propôs-se várias medidas de consolidação orçamental para 2015 (Jorge, 2014e, p. 17).

O Plano Orçamental para 2015 e anos seguintes deveria passar pela reforma da Segurança Social, pelas as alterações à tabela salarial do Estado e à tabela de suplementos. As próximas decisões do Governo, passavam por não descer a carga fiscal (a revisão do IRS não visava baixar a carga fiscal) e pela discussão de novas medidas laborais. As portarias de extensão seriam revistas e alargadas. As Confederações Patronais e Sindicais reivindicavam o alargamento dos critérios, e o vice-primeiro-ministro Paulo Portas, garantiu que sim, em prol da dinamização da contratação coletiva. Os cortes na Função Pública estavam previstos marcar a agenda política da décima segunda revisão do programa de ajustamento. Os salários dos funcionários públicos e as pensões não desciam, mas as poupanças seriam centralizadas na saída de efetivos devido à aposentação ou rescisões voluntárias, de acordo com a ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque (Jorge, 2014e, p. 17). Contudo, para Helena Garrido do *Jornal de Negócios*, apesar da recuperação económica do país, o FMI “revela-se bastante preocupado com a capacidade de Portugal garantir o seu crescimento económico sem cair num novo pedido de ajuda, não já, mas no médio prazo” (Garrido, 2014, p. 3). O FMI, que começou por ser muito crítico no início da décima avaliação em relação aos progressos do Governo no programa de ajustamento, sobretudo nas Reformas Estruturais, acabou mais tarde por admitir que os riscos seriam agora “mais equilibrados” (Aguiar, 2014, p. 4).

A décima primeira avaliação confirmou a revisão em alta das perspetivas de crescimento económico para o ano de 2015, de 0,8% para 1,2%, e em baixa do desemprego, de 16,8% para 15,7%. O Relatório da décima primeira avaliação descreveu ainda que “a atividade continua a ganhar ritmo, empurrada tanto pelas exportações como a procura interna” (*IMF Country Report No. 14/102*) (Aguiar, 2014, p. 4). Na frente Orçamental, o FMI mostrou-se confiante quanto a o Governo encontrar alternativas ao chumbo das medidas por parte do TC. Nas Reformas Estruturais o FMI preocupou-se mais e defendeu mais medidas. Foi, por exemplo, o caso das rendas da energia e a “rigidez” do Mercado Laboral. “Se não tiverem resposta, rendas excessivas no setor não transacionável e ineficiências no mercado de trabalho, poderá adiar ainda mais o reequilíbrio da Economia para o setor

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

transacionável, forçando o esforço do ajustamento a cair excessivamente no trabalho”. Defenderam ainda que “a redução de rendas excessivas, por exemplo, em indústrias de rede e setores não transacionáveis podiam provocar quedas significativas nos custos de produção e melhorar a competitividade” e que “à falta de esforços para reduzir as rendas e outros custos que não salários, melhorar a competitividade obrigaria a um maior ajustamento dos salários” (*IMF Country Report No. 14/102*) (Aguiar, 2014, p. 4).

O Governo no âmbito das decisões políticas (recomendações) admitiu suspender os efeitos das convenções coletivas, e avançar com uma proposta de redução das indemnizações por despedimento ilícito, decisões que foram assumidas e expressas anteriormente aquando da revisão do Memorando da décima avaliação. Esta medida foi ao encontro do diagnóstico que o FMI fez antes da aplicação do programa de ajustamento. Os salários não tinham descido o suficiente, o desemprego permanecia elevado e era difícil despedir em Portugal. Nesse sentido, as Reformas Laborais seriam para continuar para além do programa de ajustamento. Foi, por isso, que o Memorando confirmou que “as autoridades estão a trabalhar “num pacote adicional de medidas destinadas a melhorar a contratação coletiva” e “reduzir a proteção do emprego” (*IMF Country Report No. 14/102*) (Aguiar, 2014, p. 4).

Sobre o aumento do salário mínimo, Subir Lall responsável do FMI pelo programa de acompanhamento especificou que “não se pode verdadeiramente falar de salários sem falar de criar empregos” (Aguiar, 2014, pp. 4-5). O FMI advertiu para a necessidade de consensos, sobre como aumentar o potencial de crescimento da Economia, o que exigia fomentar e atrair mais investimento e garantir condições para que a dívida permaneça sustentável. Isto seria possível com um crescimento em torno de 1,8%. As prioridades passavam também pela reforma do sistema pensionista e da Administração Pública, que o FMI qualificou de “críticas” dado o “considerável ajustamento orçamental necessário para colocar a dívida pública numa sólida rota decrescente” (Gaspar, 2014, p. 7). Sobre o sistema pensionista, o FMI criticou ainda o subsistema público CGA, contrariando os argumentos do TC para chumbar a lei da convergência de regimes. Para o FMI Funcionários Públicos continuavam a “receber pensões de velhice desproporcionalmente elevadas quando comparadas com as do Regime Geral da Segurança Social”. Houve ainda uma grande ênfase nas reformas estruturais, e por isso, era necessário “um compromisso

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

político firme para avançar com a agenda estrutural é fundamental para aumentar o crescimento potencial” (Gaspar, 2014, p. 7).

Para além destas recomendações, segundo o Governo e o FMI, estavam ainda a ser preparadas a suspensão dos efeitos das convenções coletivas; o alargamento da publicação de portarias de extensão; e os cortes nas indemnizações dos despedimentos ilícitos. O Governo teria de apresentar na décima segunda avaliação, os resultados concretos sobre cortes no custo da energia e do trabalho, nos salários dos funcionários ou nas pensões. Para tal, seria fundamental apresentar à *troika* uma lista de novos cortes nos custos do setor elétrico de modo a reduzir as rendas excessivas. Em algumas medidas houve evoluções positivas. Foi o caso da redução da dívida tarifária, em que “o Governo português tomou medidas de mais de 3,4 mil milhões de euros para conseguir a eliminação da dívida tarifária até 2020” (*IMF Country Report No. 14/102*) (Gaspar, 2014, p. 7). Comprometeu-se ainda a uma revisão global da redução dos custos para os exportadores, conseguida pela revisão da lei do trabalho português, tendo assumido o objetivo de cortar 25% a 30% com o plano “5+1” (*IMF Country Report No. 14/102*) (Gaspar, 2014, p. 7).

O modelo de financiamento da Autoridade da Concorrência, ainda estava por resolver, e estaria em destaque na décima segunda avaliação. A revisão dos salários e suplementos da Função Pública voltaram à discussão, e era uma das reformas mais urgentes. A redução do défice orçamental de 4% do PIB para 2,5% em 2015 foi outra das prioridades do Governo que apresentou um pacote de austeridade para 2015 avaliado em 1,4 mil milhões de euros (0,8% do PIB), dos quais 1,2 mil milhões estavam concentrados em despesas ministeriais e nas empresas públicas. Os ministérios teriam ainda de cortar 730 milhões de euros, sobretudo através da fusão de organismos que representava metade do pacote de austeridade previsto para 2015 (*IMF Country Report No. 14/102*) (Gaspar, 2014, p. 7).

As administrações teriam de reduzir outros 320 milhões de euros em pareceres e despesas com tecnologias de informação. As empresas do Estado teriam de poupar mais 170 milhões de euros. Os salários dos Funcionários Públicos e as pensões não desciam face aos valores atuais. A poupança de 180 milhões seria conseguida através da saída de efetivos por aposentações ou rescisões voluntárias. O Governo teria ainda de definir uma solução para as pensões de reforma que substituísse a Contribuição Extraordinária de

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Solidariedade (CES) de 2015. A CES valia cerca de 850 milhões de euros. As opções políticas discutidas na décima avaliação sobre as alterações à Legislação laboral deveriam ser especificadas (alteração às regras da caducidade das convenções coletivas, uma eventual nova suspensão, e novas regras para a publicação de portarias de extensão e redução das indemnizações por despedimento ilícito) (*IMF Country Report No. 14/102*) (Gaspar, 2014, p. 7).

Da parte da Comissão Europeia foram propostas algumas reformas para 2015: aumento para a ADSE; redução dos preços dos remédios; saída de professores através de rescisões amigáveis; poupanças nos ministérios, sendo que os mais afetados em 2015, foram o Ministério da Administração Interna (MAI), o Ministério do Ambiente e o Ministério da Agricultura e Educação. Esperava-se uma poupança na ordem dos 730 milhões de euros (*Occasional Papers 191, April 2014*) (Gaspar, 2014, p. 7). A Comissão Europeia pediu um corte de 30% nas despesas com consultoria e estudos externos em 2015, e esperava que Portugal continuasse o processo das privatizações além do final do programa de ajustamento económico, e incluía as restantes participações do [Estado] na REN e CTT, EGF, TAP, CP Carga, e a concessão de transporte de Lisboa e Porto, conforme consta do Relatório da Comissão Europeia (*Occasional Papers 191, April 2014*) (Gaspar, 2014, p. 7). Neste Relatório são ainda abordadas reformas que carecem de resolução: salários e suplementos; requalificação e rescisões; mercado laboral (que ainda não reflete as reformas feitas); os hospitais que continuam sem verbas e a acumular dívidas; na educação tem de se reduzir escolas e docentes; os cortes nas pensões ainda não estavam consolidados; a redução de rendas na energia avançou, mas era insuficiente; e faltava reduzir o nível de endividamento das empresas. Estas medidas arrastam-se desde o memorando inicial e que o Governo tem adiado (Aguar, 2014, pp. 4-5). O número de Funcionários Públicos e os salários, o mercado de trabalho e as pensões de reforma foram três temas que a *troika* referiu sempre ao longo das avaliações, e que sempre considerou inacabados.

A reunião do Eurogrupo e do Ecofin realizou-se no dia 5 de maio de 2014 com vista à aprovação da conclusão do programa de ajustamento. O dia 17 de maio de 2014 marcou o fim do programa de ajustamento. O dia 30 de junho de 2014 foi a data limite para a conclusão do programa pelo FMI. O último desembolso da *troika* foi feito em junho de 2014.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

9.1.11. 12ª Avaliação: Programa Cautelar ou saída limpa?

A Economia começou a crescer e há um dividendo orçamental do crescimento económico. Quando existe, há que pensar na sua distribuição. Este é o tempo da sua distribuição: o da conciliação entre consolidação orçamental e a reparação dos sacrifícios, talvez excessivos.

Cavaco Silva

Presidente da República, 22 de abril de 2014

A décima segunda avaliação começou no dia 22 de abril de 2014 e previa-se que ficasse concluída em meados de maio de 2014. Não foram conhecidos os Relatórios de avaliação quer do FMI, quer da Comissão Europeia. Nesta última visita, discutiu-se a questão se Portugal saía do programa de ajustamento, através de uma saída cautelar ou de uma saída limpa. A decisão final foi oficialmente conhecida a 5 de maio de 2014 por Pedro Passos Coelho. Na agenda da décima segunda avaliação estiveram vários *dossiers* em discussão: 1) mercado de trabalho em que Portugal teria de continuar a reforma do mercado laboral, de modo a contribuir para a recuperação da competitividade do crescimento. Nesse sentido, o Governo esteve a trabalhar num “pacote adicional de medidas para melhorar a negociação coletiva, suavizar mais a legislação sobre proteção no emprego e fortalecer as políticas ativas”; 2) rendas do setor energético. As autoridades estão a desenvolver “medidas adicionais específicas para reduzir custos e baixar adicionalmente as rendas do setor da eletricidade, para limitar futuros aumentos nos preços”; 3) suplementos salariais. A racionalização dos suplementos remuneratórios pagos na Função Pública deveria estar a ser discutida internamente e fechada a tempo da última revisão. Um estudo feito pelo Governo, indicou que o Estado gastava por ano 700 milhões de euros em suplementos. A Tabela Remuneratória Única foi discutida nesta avaliação; 4) reforma das pensões. As medidas de curto prazo que fazem parte da reforma do sistema de pensões têm de ser finalizadas durante a décima segunda avaliação. Em discussão estiveram os cortes que substituíssem a Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES). Critérios demográficos e de Economia e princípios de progressividade seriam considerados na hora de definir a pensão; 5) dívida da Comboio de Portugal, EPE (CP). Durante os trabalhos da décima segunda avaliação, o Governo teria de apresentar à *troika*, uma estratégia para resolver a elevada dívida da CP. A dívida ascendia a 3,6 mil milhões de euros; 6) reestruturar a dívida das empresas. O Governo pediu ajuda ao FMI para reestruturar a dívida das empresas privadas. As PME foram um dos principais focos do plano, dado que

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

os atrasos nos pagamentos de empréstimos aumentaram, ou seja, duplicaram desde 2011 (Oliveira, 2014, p. 6)

A *troika* pressionou o Ministério da Saúde (MS) para avançar com uma taxa sobre as vendas das farmacêuticas. Os credores voltaram a insistir na medida, uma vez que consideraram haver rendas excessivas no setor das farmacêuticas, e que a despesa pública com medicamentos teria de continuar a descer para atingir 1% do PIB. Os representantes do BCE, FMI e Comissão Europeia estiveram no Parlamento a 22 de abril de 2014, para lembrar aos deputados que apesar do fim do programa de ajustamento, a política de austeridade seria para manter no futuro (Galvão, 2014, p. 4). A *troika* queria garantir que Portugal não ia aliviar a pressão fiscal. Sobre a questão dos cortes em pensões e salários, não foi revelada quais eram as medidas que o Governo ia adotar para 2015. Na primeira ida ao mercado de longo prazo, o Tesouro português foi com a garantia de pelo menos cumprir o objetivo mínimo de 500 milhões de euros em Obrigações do Tesouro (OT) a dez anos (Galvão, 2014, p. 4).

No dia 24 de abril de 2014 começou-se a discutir o *Pós-troika* em termos de agenda política e agenda mediática. No dia 30 de abril de 2014, o Governo anunciou que optou por uma saída limpa do memorando da *troika*. A dificuldade de negociar com os parceiros europeus em período de pré-campanha eleitoral, e o facto de o Tesouro português ter uma almofada financeira equivalente ao que seria a linha de crédito do cautelares, foram dois motivos fundamentais que explicaram a decisão (Costa et. al., 2014, p. 12). O primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, anunciou que “estamos em condições de nos financiarmos em mercado” (Costa et. al., 2014, p. 12). Segundo o Relatório do FMI da décima segunda avaliação (*IMF Country Report No. 14/102*) (Costa et. al., 2014, p. 12) a almofada de liquidez atingiu os 15 mil milhões de euros em fevereiro de 2014, excluindo os 6,4 mil milhões de euros que estavam reservados para a banca em caso de necessidade. A este valor somaram-se 750 milhões de euros angariados no leilão de Obrigações do Tesouro (OT) no dia 23 de abril de 2014, a dez anos com uma taxa de juro de 3,592%. Para o Diretor do departamento de obrigações de taxa fixa do *Commerz-bank*, Christoph Riegern, “[A operação] manda um sinal forte de que Portugal deve tentar uma saída [do programa] sem outra linha cautelares” (Costa et. al., 2014, p. 12).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

A almofada de liquidez de Portugal aproximou-se dos 10% do PIB, o máximo que segundo as regras do Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), um Cautelar pode proporcionar (no mínimo a linha garante 2% do PIB). Além disto, com o leilão das Obrigações, o Estado provou o acesso pleno aos mercados tendo dispensado a segurança de um sindicato bancário. O Tesouro pagou a taxa mais baixa desde final de 2005 para se financiar a dez anos. O FMI confirmou que “depois de expirar o Programa, Portugal entrará num processo conhecido como Monitorização Pós-Programa com o FMI”, um procedimento que não tem a ver com a avaliação interna feita pelo FMI ao Programa. São mecanismos externos de controlo enquanto 75% da dívida não estiver paga.

Para o primeiro-ministro Passos Coelho “o FMI vai manter com Portugal o seu relacionamento tradicional. Continuará a haver consultas para a supervisão económica” (*Diário Económico*, 24/04/2014, p. 16). A *troika*, encabeçada pelo FMI queria que o Governo se comprometesse com um “mini-memorando” de entendimento para o Pós-*troika*, “Memorandum of Economics and Financial Policies” para substituir o que estava em vigor, e que terminou a 17 de maio de 2014, mas tal não veio a acontecer (*Diário Económico*, 05/05/2014, p. 3). Na tabela 18 em Apêndice, é apresentada uma tabela síntese de todas as avaliações descritas.

Cap. 10 - Padrões jornalísticos na cobertura das avaliações da *troika*

10.1. Apresentação dos resultados da análise de conteúdo (AC) ao *Jornal de Negócios* e *Diário Económico*

De seguida apresentamos a análise da cobertura jornalística das avaliações da *troika* do *Jornal de Negócios* e do *Diário Económico*, no período compreendido entre setembro de 2011 a maio de 2014. A apresentação dos resultados tem por objetivo descrever a cobertura jornalística das avaliações, tanto na *forma* como no *conteúdo*. Os dados recolhidos foram tratados pelo programa estatístico SPSS de acordo com as variáveis construídas capazes de responder à pergunta de partida, e às perguntas de investigação operacionais, dar conta dos objetos e dos objetivos desta pesquisa. Na apresentação dos resultados da análise, alguns jornais aparecem em conjunto na apresentação gráfica por não se justificar a sua análise em separado.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

10.1.1. Dimensão forma

Número de peças

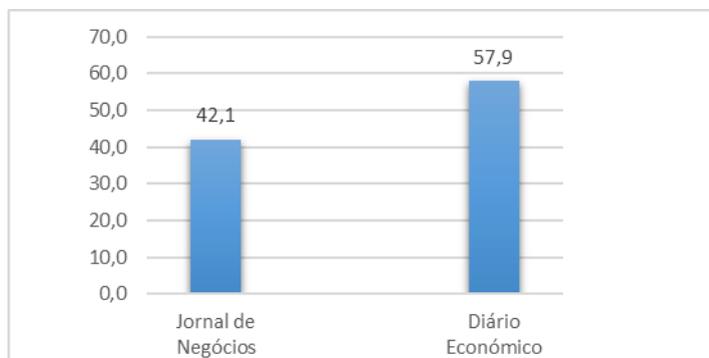


Gráfico 1: Número de peças no *Jornal de Negócios* e no *Diário Económico* (%) (n=705)
Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística

Comparando os dois jornais económicos em análise o fluxo da informação relativa à cobertura jornalística das avaliações da *troika*, observa-se que o padrão de cobertura foi muito semelhante. No período de 12 de agosto de 2011 a 28 de abril de 2014, das 705 peças selecionadas em ambos os jornais, 297 peças (42,1%) correspondem ao *Jornal de Negócios* e 408 peças (57,9%) ao *Diário Económico*, (Gráfico 1). O jornal que publicou mais peças foi o *Diário Económico*. Ao centrarmo-nos nos títulos das peças analisadas, verificou-se que apenas 26 peças (3,7%) fizeram referência à nota de avaliação da *troika* como sendo ‘positiva’; duas peças (0,3%) fizeram referência ‘negativa’. Em suma, e tendo em conta a totalidade das peças verifica-se que ambos os jornais não fizeram referência à nota de avaliação (se positiva ou negativa), isto é, num total de 677 peças (96%) foram codificadas na opção na/nd (não aplicável/não definido). Considerando o elevado número de peças jornalísticas ao longo do período (2011-2014) conclui-se que os jornais económicos deram grande relevância às avaliações da *troika*, mas fazer referência à nota de avaliação nos títulos não foi relevante, tendo sido dada prioridade às medidas que se iam “impondo” em cada avaliação/revisão regular do programa de ajustamento. Os jornais económicos que antes se dedicavam às áreas específicas dos mercados e das empresas, com a intervenção da *troika*, as questões económicas e financeiras nacionais e globais passaram a fazer parte do *core business* desses jornais. O volume de informação a tratar neste período foi muito grande, e imprimiu um ritmo de trabalho muito maior nas redações.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

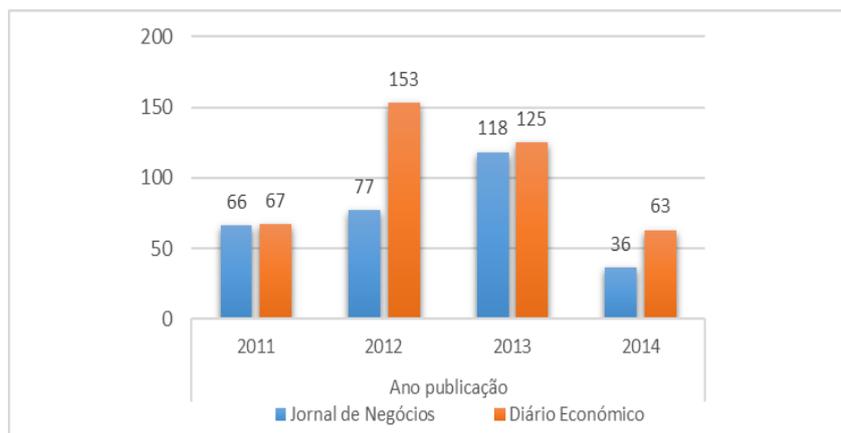


Gráfico 2: Número de peças no *Jornal de Negócios* e no *Diário Económico* (2011-2014)
Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística

Ao fazermos uma análise por ano relativamente a cada uma das publicações (Gráfico 2), verifica-se que o ano de 2013 foi o ano em que se produziram mais peças sobre as avaliações da *troika* (243 peças), seguido do ano de 2012 (230 peças) e de 2011 (133 peças) e no último ano do programa de ajustamento (2014) sobre a discussão à volta da “saída limpa” ou “saída cautelosa”, em 2014 com 99 peças. O ano de 2013 coincidiu com a ‘sétima avaliação’, a mais longa do processo de avaliações do programa de ajustamento, ocupando grande parte da informação jornalística ao longo de vários meses, refletindo-se no elevado número de peças em ambos os jornais. Ao fazer-se uma análise por publicação, verifica-se que o *Diário Económico* no ano de 2012 publicou mais peças (153 peças) em comparação com os anos de 2011, 2013 e 2014 (67, 125 e 63 peças respetivamente). O ano de 2012 corresponde à segunda, terça, quarta, quinta e sexta avaliações. O *Jornal de Negócios* teve maior número de peças em 2013 (118 peças), ano que corresponde à sétima avaliação da *troika*.

Número da avaliação com maior intensidade mediática

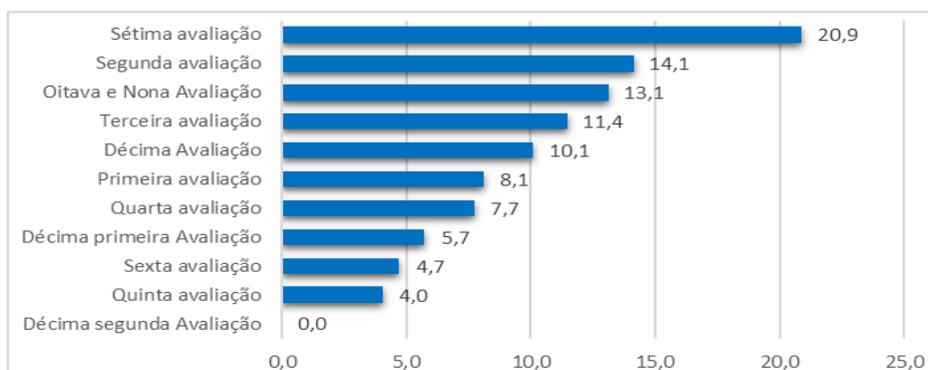


Gráfico 3: Número da avaliação com maior Intensidade mediática no *Jornal de Negócios* (2011-2014)
(% peças de n=297)

Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

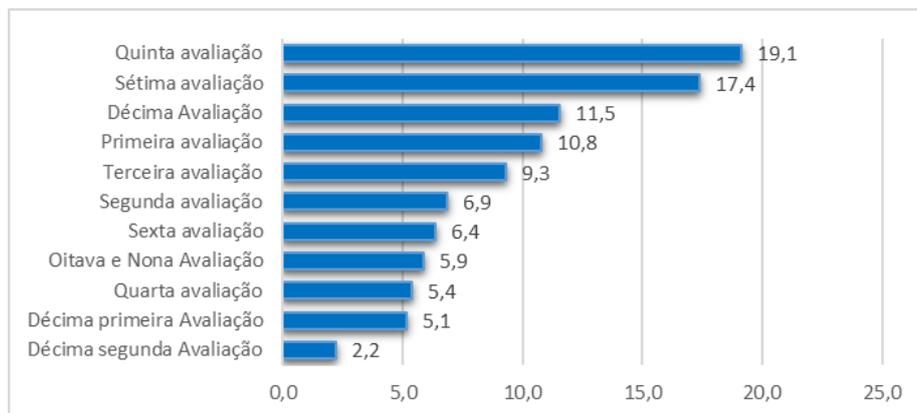


Gráfico 4: Número da avaliação com maior intensidade mediática no *Diário Económico* (2011-2014) (% peças de n=408)

Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística

Analisando os Gráfico 3 e 4, tendo em conta o número total de peças em ambos os jornais, verifica-se que no *Jornal de Negócios* (total de 297 peças), a ‘quinta avaliação’ foi a que teve menor número de peças (12 peças, 4%) ao contrário do *Diário Económico* (78 peças, 19,1%). De um total de 408 peças, a ‘quinta avaliação’ foi a que teve maior intensidade mediática (78 peças, 19,1%), logo seguida da ‘sétima avaliação’ (71 peças, 17,4%). A ‘sétima avaliação’ teve maior intensidade mediática no *Jornal de Negócios* (62 peças, 20,9%).

A intensidade mediática das avaliações refere-se “à persistência ou relevo dado pelos média a um assunto, aferido através da observação de opções editoriais, num determinado intervalo de tempo. O assunto, tem maior ou menor intensidade, consoante os média lhe atribuem editorialmente mais ou menos destaque, podendo isso ser cotejado através da conjugação de diversas variáveis presentes num dado conjunto de peças noticiosas” (Paixão, 2015, p. 617). Se considerarmos ambas as publicações em conjunto, verifica-se que a ‘sétima avaliação’ foi a avaliação que teve maior intensidade mediática no ano de 2013 (133 peças, 54,7,9%), seguida da ‘quinta avaliação’ no ano de 2012 (90 peças, 39,1%).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Secção do jornal

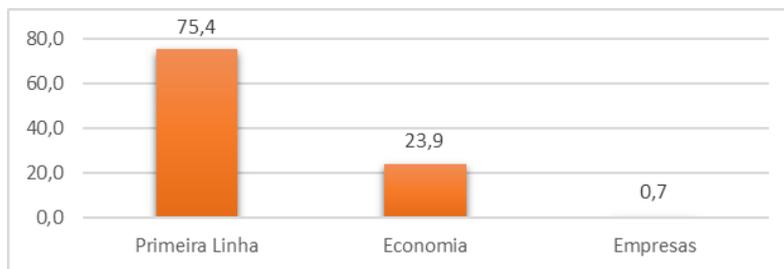


Gráfico 5: Secção das peças no *Jornal de Negócios* (2011-2014)
Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística

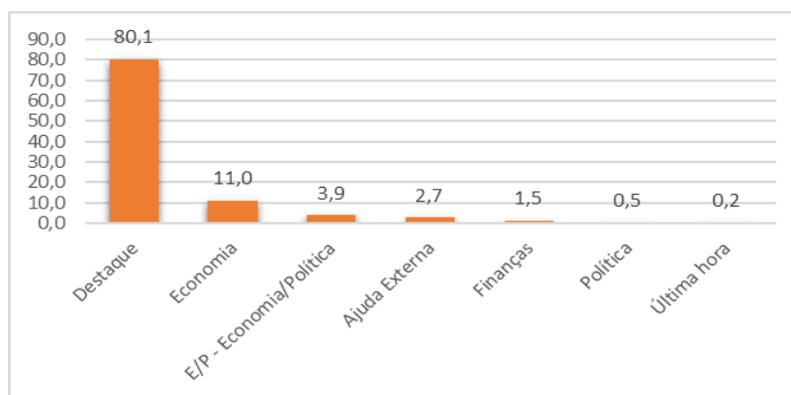


Gráfico 6: Secção das peças no *Diário Económico* (201-2014) (% peças de
Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística

Relativamente à “secção” onde foram inseridas as peças sobre as avaliações da *troika*, observa-se através da análise dos Gráficos 5 e 6, que a maior parte das peças surgiu no *Jornal de Negócios* na secção ‘Primeira Linha’, (224 peças, 75,4%). A ‘Primeira Linha’ representa no *Jornal de Negócios*, a secção de destaque das notícias da ordem do dia. Segue-se a secção ‘Economia’ (71 peças, 23,9%) e a secção ‘empresas’ com duas peças (0,7%). No *Diário Económico*, a maior parte das peças sobre as avaliações da *troika*, surgiu na secção ‘Destaque’ com 327 peças (80,1%). A secção ‘Destaque’ é uma secção que sempre existiu no *Diário Económico*, e em que são colocadas as notícias que o jornal valoriza como sendo prioritárias do dia, e que ficam sujeitas a um tratamento privilegiado e mais aprofundado. Foi, por isso, que “no período da intervenção da *troika*, a secção ‘Destaque’ nunca tinha menos de três páginas e chegou a ter dez ou onze” (Duarte, 2016). Esta secção já existia antes do período da *troika* no *Diário Económico*, assim como a secção ‘Primeira Linha’ no *Jornal de Negócios*. A ‘Economia’ foi a secção a seguir onde surgiu mais peças sobre as avaliações no *Jornal de Negócios* (71 peças, 23,9%) e no *Diário Económico* (45 peças, 11%).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

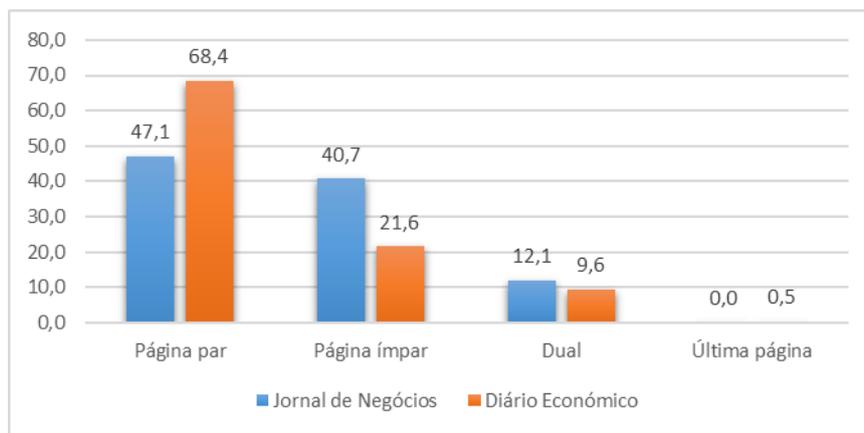


Gráfico 7: Páginas das peças no interior do *Jornal de Negócios* e *Diário Económico* (2011-2014) (% peças de n=705)

Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística

Tipo de página do Jornal

Quanto à variável “página” das peças no *Jornal de Negócios* verifica-se (Gráfico 7), a maioria das peças publicadas localiza-se na ‘página par’ (140 peças, 47,1%), seguida da ‘página ímpar’ (121 peças, 40,7%). A opção de divulgar peças que ocupem as duas páginas (ímpar e par) verificou-se em 36 peças (12,1%). Embora a diferença não seja muito significativa entre a ‘página par’ e a ‘página ímpar’, estes dados não permitem validar o critério de que nos jornais a ‘página ímpar’ é mais importante que a ‘página par’, quando se pretende destacar algumas notícias. O volume de informação produzida no período da intervenção da *troika*, superou a normalidade, e isso refletiu-se num elevado número de páginas com peças, o que torna a validação deste critério menos relevante na hora de analisar as páginas das peças. No *Diário Económico* verifica-se igualmente que, a maioria das peças publicadas localiza-se na ‘página par’ (279 peças, 68,4%), seguida da ‘página ímpar’ (88 peças, 21,6%). A opção de divulgar peças que ocupe as duas páginas em simultâneo, verificou-se em apenas 39 peças (9,6%). Na ‘última página’, foram divulgadas apenas duas peças (0, 5%). Aqui também os dados não permitem validar o critério de que a ‘página ímpar’ é mais importante que a ‘página par’. Para Francisco Ferreira da Silva, subdiretor de informação do *Diário Económico*, a predominância da ‘página par’, deveu-se ao facto dos anúncios de publicidade terem sido colocados na ‘página ímpar’.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Localização das peças

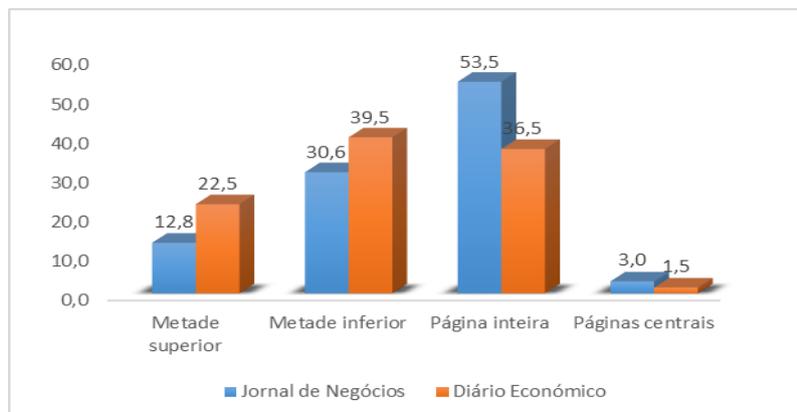


Gráfico 8: Localização das peças no interior do *Jornal de Negócios* e *Diário Económico* (2011-2014) (% peças de n=705)

Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística

Na variável “localização das peças” verifica-se através do Gráfico 8, que no *Jornal de Negócios*, a maior parte das peças ocupam uma ‘página inteira’ (159 peças, 53,5%), seguida da ‘metade inferior’ (91 peças, 30,6%), ‘metade superior’ (38 peças, 12,8%) e ‘páginas centrais’ (9 peças, 3%). No *Diário Económico*, a maior parte das peças surge na ‘metade inferior’ (161 peças, 39,5%), seguida da ‘página inteira’ (149 peças, 36,5%), ‘metade superior’ (92 peças, 22,5%) e ‘páginas centrais’ (seis peças, 1,5%). No *Diário Económico*, a opção foi para a ‘metade inferior’ (161 peças, 39,5%), logo seguida da ‘página inteira’. Verificou-se que o *Diário Económico* utilizou muitas vezes grandes formatos de fotografia no início de página (cabeçalho) antes de introduzir a peça principal. Dada a importância do tema, em que foi produzida grande quantidade de informação, nas avaliações da *troika*, a tendência foi para as peças ocuparem páginas inteiras dos jornais.

Rubrica das peças

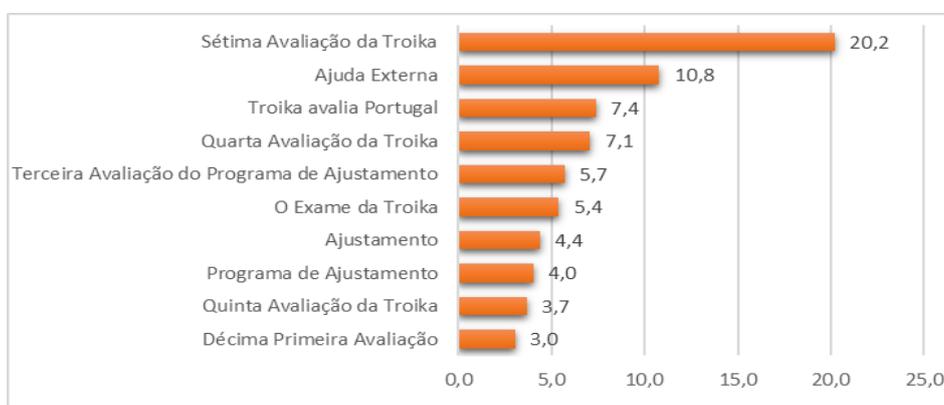


Gráfico 9: Rubrica das peças do *Jornal de Negócios* (2011-2014) (% peças de n=297)

Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

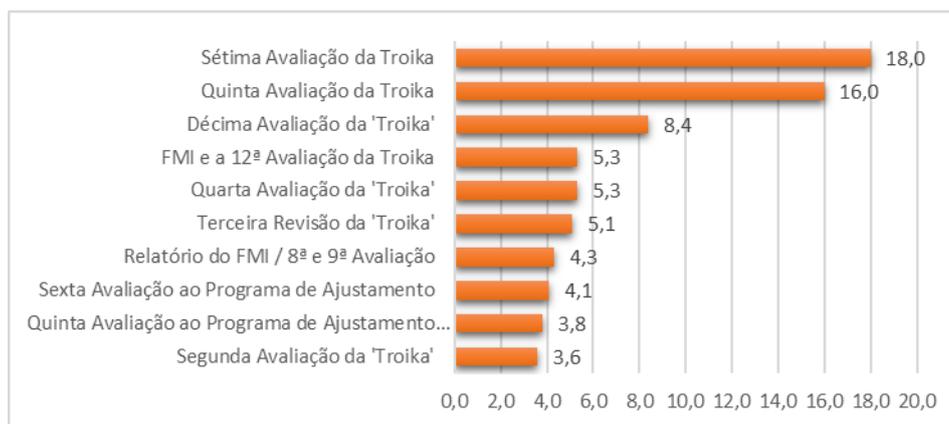


Gráfico 10: Rubrica das peças do *Diário Económico* (2011-2014) (% peças de n=408)
Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística

Os jornais utilizam diferentes rubricas para enquadrar as peças sobre as avaliações. No *Jornal de Negócios* (Gráfico 9) a “Rubrica” onde a maior parte das peças foi inserida tem a designação de ‘sétima avaliação da *troika*’ (60 peças, 20,2%), seguida da ‘ajuda externa’ (32 peças, 10,8%), ‘*troika* avalia Portugal’ (22 peças, 7,4%), ‘quarta avaliação da *troika*’ (21 peças, 7,1%). A “Rubrica” que colheu maior número de peças no *Diário Económico* (Gráfico 10) foi igualmente a rubrica ‘sétima avaliação da *troika*’ (71 peças, 17,4%), seguida da rubrica ‘quinta avaliação da *troika*’ (63 peças, 15,4%), ‘décima avaliação da *troika*’ (33 peças, 8,1%), ‘FMI e a 12ª avaliação’ (21 peças, 5,1%).

Género jornalístico da peça

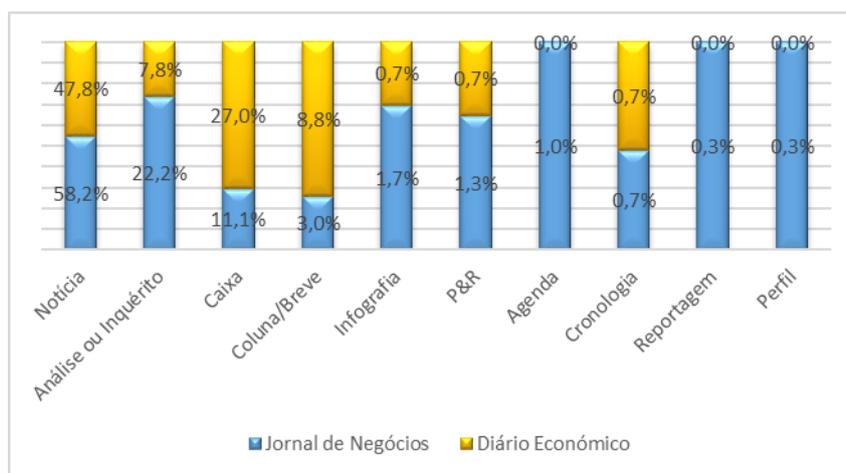


Gráfico 11: Género jornalístico dominante no *Jornal de Negócios* e no *Diário Económico* (2011-2014)
(% peças de n=705 e n=408)
Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística

No respeitante aos géneros jornalísticos utilizados, verificamos que no *Jornal de Negócios* e *Diário Económico* (Gráfico 11) o “género” jornalístico predominante foi a

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

‘notícia’ (173 peças, 58,2%) e no *Diário Económico* foi também a ‘notícia’ (195 peças, 47,8%). No *Jornal de Negócios* o ‘género’ jornalístico utilizado a seguir à ‘notícia’ foi a ‘análise ou inquérito’ (66 peças, 22,2%), e no *Diário Económico*, a ‘caixa’ (110 peças, 27%). A ‘análise ou inquérito’ teve apenas 32 peças (7,8%) no *Diário Económico*. O *Diário Económico* preferiu complementar, esclarecer, aprofundar ou sistematizar alguns elementos da ‘notícia’ no género ‘caixa e/ou ‘coluna/breve’ (36 peças, 8,8%), evitando notícias em blocos de informação densos, com uma ou mais colunas, como foi o caso do *Jornal de Negócios*. Embora o género jornalístico ‘P&R’ (Perguntas e Respostas) tenha sido apontado por Helena Garrido, então diretora do *Jornal de Negócios*, como o género jornalístico mais utilizados no período da intervenção da *troika*, nas peças referentes às avaliações, isso não se verificou (quatro peças, 1,3%).

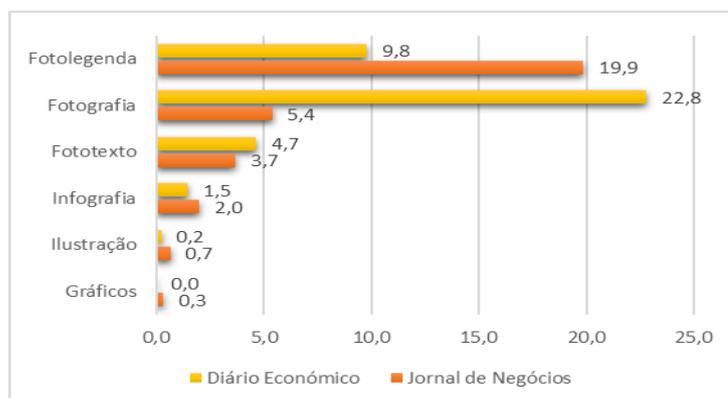


Gráfico 12: Imagem dominante no *Jornal de Negócios* e no *Diário Económico* (2011-2014) (% peças de n=705)

Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística

Imagem dominante (peças e jornal)

Quanto à variável “tipo imagem da peça no interior do jornal” e “tipo de imagem no interior do jornal”, procedemos a uma agregação destas duas variáveis (conjunto de múltiplas respostas), e atribuímos o nome “imagem dominante”. Através da análise do Gráfico 12, podemos observar que no *Jornal de Negócios* o ‘tipo de imagem’ que predomina é a ‘fotolegenda’ (59,19,9%) e no *Diário Económico*, é a ‘fotografia’ (93, 22,8%). No *Jornal de Negócios* a seguir à ‘fotolegenda’ a imagem que predomina é a ‘fotografia’ (16, 5,4%), seguido da ‘fototexto’ (11, 3,7%), infografia (seis, 2%), ‘ilustração’ (duas, 0,7%) e ‘gráficos’ (uma, 0,3%). No *Diário Económico* a ‘fotolegenda’ é a imagem que surge a seguir à ‘fotografia’ (93, 22,8%), seguido do ‘fototexto’ (19, 4,7%), infografia (seis, 1,5%), e ilustração (1, 0,2%).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

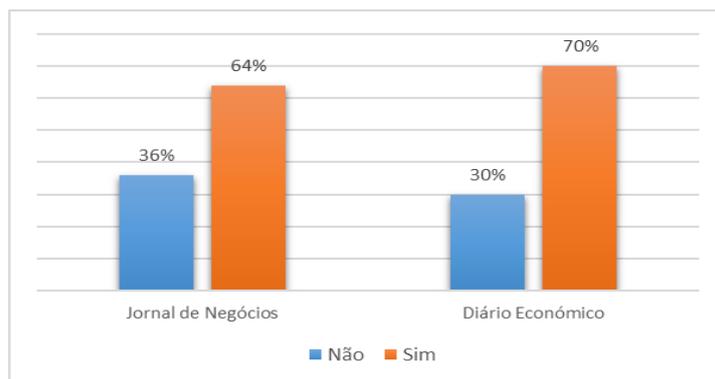


Gráfico 13: Assinatura das peças no *Jornal de Negócios* e no *Diário Económico* (2011-2014) (% peças de n=705)

Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística

Assinatura da peça

Relativamente à variável “assinatura da peça” (Gráfico 13) verificamos que o *Jornal de Negócios* tem 190 peças assinadas (64%) e 107 peças não assinadas (36%). O *Diário Económico* tem mais peças assinadas (286 peças, 70,1%), contra 122 peças não assinadas (29,9%).

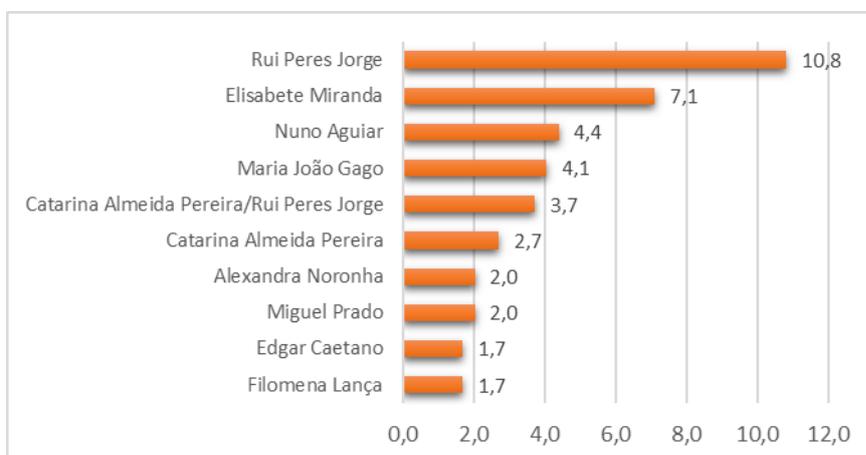


Gráfico 14: Nome dos jornalistas que assinaram mais peças no *Jornal de Negócios* (2011-2014) (% de n=297)

Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

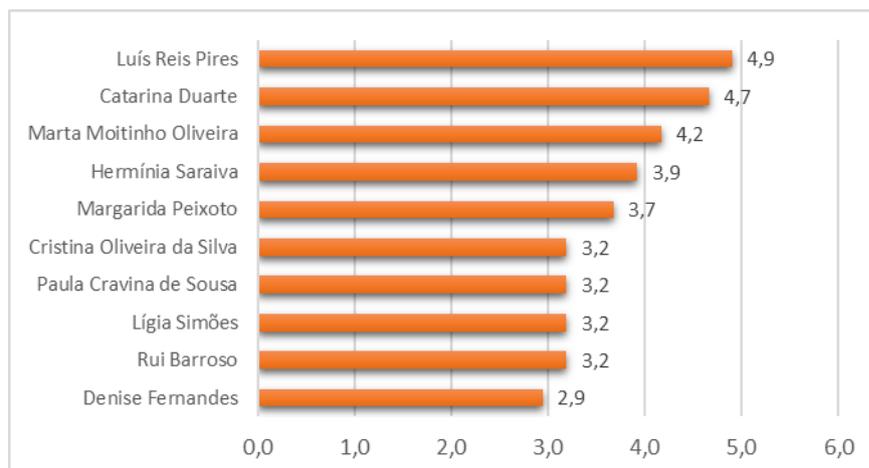


Gráfico 15: Nome dos jornalistas que assinaram mais peças no *Diário Económico* (2011-2014) (% de n=408)

Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística

Nome do jornalista que assina a peça

Da análise do Gráfico 14 e 15, que diz respeito à variável “nome dos jornalistas que assinam as peças” (top 10), verifica-se que no *Jornal de Negócios*, o jornalista Rui Peres Jorge assinou mais peças (32 peças, 10,8%), seguida de Elisabete Miranda (21 peças, 7,1%), Nuno Aguiar (13 peças, 4,4%), Maria João Gago (12 peças, 4,1%), Catarina Almeida Pereira/Rui Peres Jorge (11 peças, 3,7%), Catarina Almeida Pereira (oito peças, 2,7%), Alexandra Noronha (seis peças, 2%), Miguel Prado (seis peças, 2%), Edgar Caetano (seis peças, 1,7%), e Filomena Lança (cinco peças, 1,7%). Muitos outros jornalistas assinaram peças, mas estes foram os que mais se destacaram. Esta variável serviu para a escolha dos dois jornalistas que assinaram mais peças de cada um dos jornais para fazermos as entrevistas. No *Diário Económico*, os jornalistas que assinaram mais peças foram Luís Reis Pires (20 peças, 4,9%), seguido da Catarina Duarte (19 peças, 4,7%), Marta Moitinho Oliveira (17 peças, 4,2%), Hermínia Saraiva (16 peças, 3,9%), Margarida Peixoto (15 peças, 3,7%), Cristina Oliveira da Silva (13 peças, 3,2%), Paula Cravina de Sousa (13 peças, 3,2%), Lígia Simões (13 peças, 3,2%), Rui Barroso (13 peças, 3,2%), e Denise Fernandes (12 peças, 2,9%).

10.1.2. Dimensão conteúdo

Valoração dos títulos das avaliações da *troika*

A análise dos títulos relativamente às avaliações da *troika*, indicam a tendência do discurso no processo de produção de informação sobre as avaliações. Esta tendência

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

acaba por influenciar a opinião que as pessoas têm das avaliações das políticas e das medidas tomadas no contexto da crise económica e financeira. No *Jornal de Negócios* (Gráfico 65, apêndice G), observa-se que a maior parte das peças sobre as avaliações inscrevem-se no tom ‘neutro/equilibrado’ (153 peças, 51,5%), seguido do ‘negativo’ (124 peças, 41,8%) e ‘positivo’, 20 peças (6,7%). No *Diário Económico*, os títulos das peças apresentam igualmente uma tendência para o tom ‘neutro/equilibrado’ (228 peças, 56,9%), seguido do ‘negativo’ (146 peças, 33,9%) e ‘positivo’ (37 peças, 9,2%).

Atores e/ou instituições referenciados nos títulos

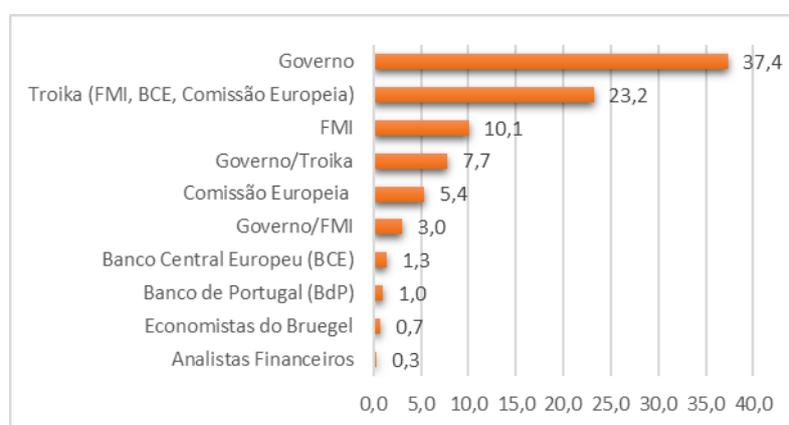


Gráfico 16: Nome dos atores/instituições referenciados nos títulos das peças no *Jornal de Negócios* (2011-2014) (% peças de n=297)

Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística

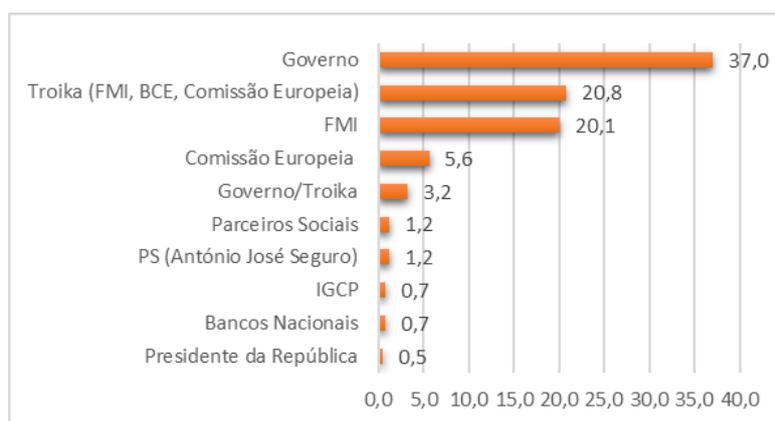


Gráfico 17: Nome dos atores/instituições referenciados nos títulos das peças no *Diário Económico* (2011-2014) (% peças de n=408)

Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística

Na variável “ator/instituição título peça” (variável que agregamos), observa-se que nos títulos das peças sobre as avaliações da *troika*, quer no *Jornal de Negócios*, quer no *Diário Económico* (Gráficos 16 e 17) o ‘Governo’ é a entidade mais destacada. Se fizermos uma análise por publicação e tendo em conta os dados mais significativos, verifica-se que no

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Jornal de Negócios de um total de 297 peças, 111 peças (37,4%) têm como referência no título o ‘Governo’, seguido da ‘*troika*’ (69 peças, 23,2%), ‘FMI’ (30 peças, 10,1%), ‘Governo/*troika*’ (23 peças, 7,7%) e ‘Comissão Europeia’ (16 peças, 5,4%). O *Diário Económico* apresenta nos títulos das peças, as mesmas entidades que o *Jornal de Negócios*: ‘Governo’ (151 peças, 37%), seguido da ‘*troika*’ (85 peças, 20,8%), ‘FMI’ (82 peças, 20,1%), ‘Governo/*troika*’ (23 peças, 5,6%), e ‘Comissão Europeia’ (13 peças, 3,2%). Ressalve-se que a designação que aparece como ‘Governo/*troika*’ ou ‘Governo/FMI’, é utilizada quando nos títulos das peças aparecem as duas instituições sinalizadas em conjunto. Se analisarmos ambos os jornais em conjunto (tabela 19 no apêndice H), relativamente ao nome dos atores/instituições mais referenciados nos títulos das peças, observa-se que o ‘Governo’, é a entidade mais desatacada (262 peças, 37,2%), seguida da ‘*troika*’ (154 peças, 21,8%) e do ‘FMI’ (112 peças, 15,9%).

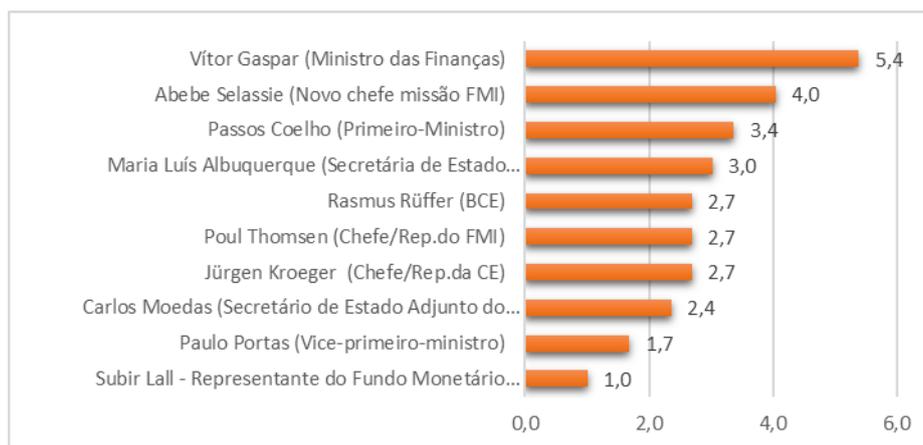


Gráfico 18: Visibilidade do ator na imagem do *Jornal de Negócios* (2011-2014) (% peças de n=297)
Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística



Gráfico 19: Visibilidade do ator na imagem do *Diário Económico* (2011-2014) (% peças de n=408)
Gráfico 21 Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Visibilidade ator imagem

Em relação à variável “ator imagem peça interior do jornal” e “ator imagem interior do jornal” (Gráfico 18 e 19), à semelhança da variável “tipo imagem peça interior do jornal” e “tipo de imagem interior do jornal”, procedemos a uma agregação das variáveis de forma a ter uma única variável “nome do ator imagem” (conjunto de múltiplas respostas), isto é, os atores com maior visibilidade nas imagens que aparecem nos jornais, quer sejam associados a uma peça em particular, quer apareçam em imagem (*top ten*). Assim, no *Jornal de Negócios*, o ator com mais visibilidade foi Vítor Gaspar, ministro das Finanças (16 imagens, 5,4%), seguido de Abebe Selassie – novo chefe de missão do FMI (12 imagens, 4%), primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho (10 imagens, 3,4%), Maria Luís Albuquerque, secretária de Estado do Tesouro e das Finanças (nove imagens, 3%), Rasmus Røffler – BCE (oito imagens, 2,7%), Poul Thomsen, chefe representante do FMI (8 imagens, 2,7%), Jürgen Kroeger, chefe representante da Comissão Europeia (8 imagens, 2,7%), Carlos Moedas, secretário de Estado Adjunto do primeiro-ministro (sete imagens, 2,4%); Paulo Portas- vice-primeiro-ministro (cinco imagens, 1,7%) e, por último, Subir Lall, representante do FMI (três imagens, 1%).

No *Diário Económico*, Vítor Gaspar, ministro das Finanças, destaca-se à semelhança do *Jornal de Negócios* (15 imagens, 3,7%), seguido de Abebe Selassie, novo Chefe missão FMI (12 ocorrências, 2,9%), Poul Thomsen, chefe representante do FMI (10 ocorrências, 2,5%), Rasmus Røffler, BCE (oito imagens, 2%), Jürgen Kroeger, chefe representante da Comissão Europeia (sete imagens, 1,7%), Paulo Portas, na qualidade de vice-primeiro-ministro (seis imagens, 1,5%), António José Seguro, secretário-geral PS (seis imagens, 1,5%); Pedro Mota Soares, ministro da solidariedade e da segurança social (cinco imagens, 1,2%); Carlos Moedas, secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro (três imagens, 1%); e Hélder Rosalino, secretário de Estado da Administração Pública (quatro imagens, 1%).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Temas dominantes nas peças das avaliações da *troika*

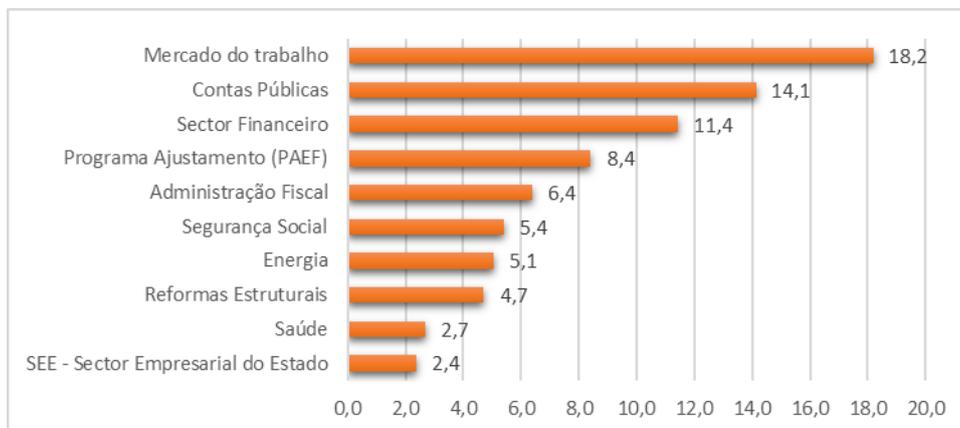


Gráfico 20: Temas dominantes no *Jornal de Negócios* (2011-2014) (% peças de n=297)
Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística

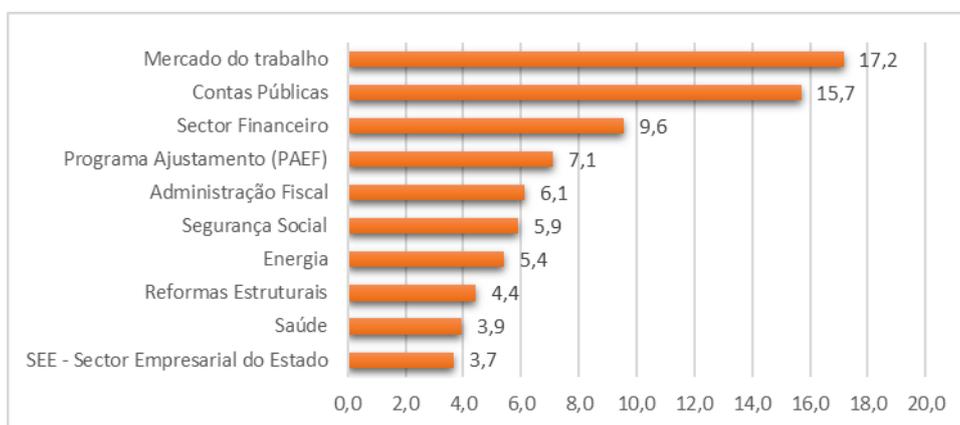


Gráfico 21: Temas dominantes no *Diário Económico* (2011-2014) (% peças de n=408)
Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística

A categoria relativa à variável “tema” foi construída tendo em conta, não só a especificidade dos temas abordados no *corpus* sobre as avaliações da *troika*, mas também, as condições gerais da política económica contidas no ‘Memorando de Entendimento’ (MoU) da *troika* assinado a 17 de maio de 2011, de forma que cada categoria fosse a mais representativa de todo o universo do objeto em análise. Na análise aos temas (*top ten*) mais salientes, em cada uma das publicações, observa-se que no *Jornal de Negócios* (Gráfico 20) o ‘mercado de trabalho’ foi o tema dominante das peças (54 peças, 18,2%), seguido das ‘contas públicas’ (42 peças, 14,1%), ‘setor financeiro’ (34 peças, 11,4%), ‘programa de ajustamento’ (25 peças, 8,4%), ‘Administração Fiscal’ (19 peças, 6,4%), ‘segurança social’ (16 peças, 5,4%), ‘energia’ (15 peças, 5,1%), ‘reformas estruturais’ (14 peças, 4,7%), ‘saúde’ (oito peças, 2,7%) e ‘setor empresarial do Estado’ (SEE) (sete peças, 2,4%). No *Diário Económico* (Gráfico 21), o tema mais abordado foi igualmente

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

o ‘mercado de trabalho’ (70 peças, 17,2%), seguido das ‘contas públicas’ (64 peças, 15,7%), ‘setor financeiro’ (39 peças, 9,6%), ‘programa de ajustamento’ (29 peças, 7,1%), ‘administração fiscal’ (25 peças, 6,1%), ‘segurança social’ (24 peças, 5,9%), ‘energia’ (22 peças, 5,4%), ‘reformas estruturais’ (18 peças, 4,4%), ‘saúde’ (16 peças, 3,9%) e ‘setor empresarial do Estado’ (SEE) (15 peças, 3,7%). Outros temas foram igualmente abordados, mas os seus valores são residuais, e, por razões de espaço, podem ser visualizados na tabela 20 no apêndice I.

Aspetos da Agenda de Decisão/Negociação das medidas implementadas

No *Jornal de Negócios*, das 297 peças, 58 peças foram codificadas na variável “vários temas”, e no *Diário Económico*, das 408 peças, 32 peças. Estas peças estão relacionadas com ‘aspetos da agenda de Decisão/Negociação’, por estarem relacionadas com a implementação de políticas públicas, ou seja, com a ação política do Governo e da *troika* na tomada de decisão de políticas públicas. São peças de teor explicativas ou de síntese, que abordam múltiplos temas (medidas) que não foram possíveis de codificar isoladamente na variável “temas”. Aparecem enquadradas no género jornalístico ‘análise ou inquérito’, onde o jornalista procura sistematizar, explicar, descrever ou fazer uma síntese das principais medidas, de modo a que o leitor entenda melhor a forma como as medidas estão a evoluir em cada avaliação e a forma como está a correr o programa de ajustamento. Normalmente são peças que não aparecem assinadas pelos jornalistas porque funcionam como uma extensão/complemento da peça principal.

Subtemas associados aos temas dominantes das peças das avaliações

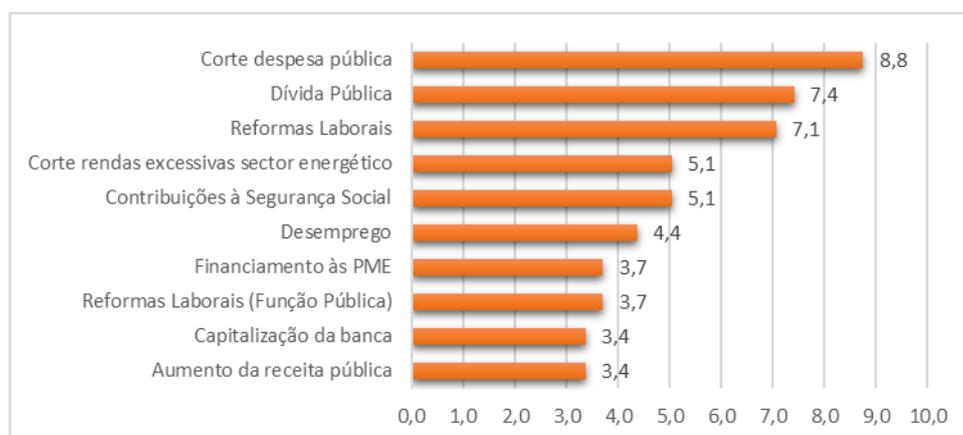


Gráfico 22: Subtemas relacionados com os temas dominantes no *Jornal de Negócios* (2011-2014) (% peças de n=297)

Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

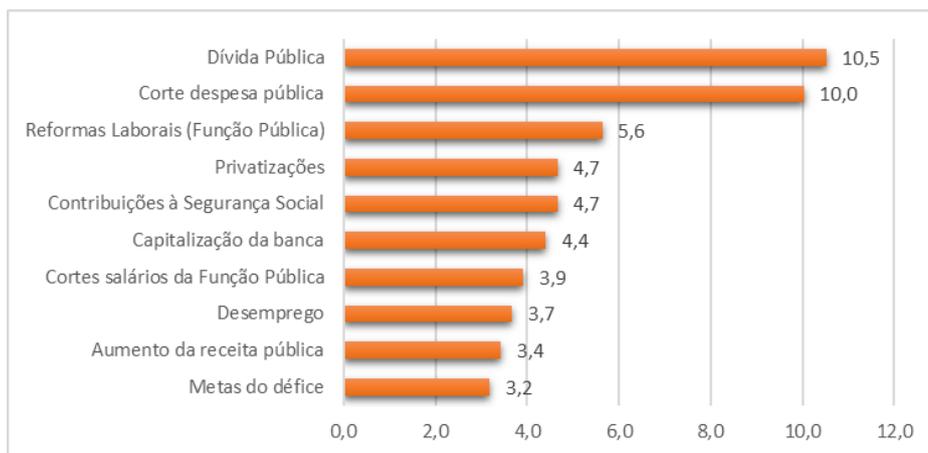


Gráfico 23: Subtemas relacionados com os temas dominantes no *Diário Económico* (2011-2014) (% peças de n=408)

Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística

A variável “subtemas” tal como a variável “temas”, foi sujeita a uma (re)categorização de forma a sistematizarmos a informação das peças jornalísticas. Dos 485 subtemas codificados inicialmente na base de dados SPSS, procedemos posteriormente a uma recodificação dos subtemas, agregando-os em 97 categorias. Dada a densidade informativa do *corpus* sobre as avaliações da *troika*, a recodificação dos subtemas foi feita à *posteriori*, caso contrário esta última, não teria sido possível sem a primeira codificação, dado que os subtemas foram de grande complexidade e número, não tendo sido uma tarefa fácil chegar à solução que apresentamos na tabela 21 (apêndice J). Assim, na variável “subtemas”, observa-se que, através da análise do Gráfico 22 (*top ten*), que o subtema dominante no *Jornal de Negócios* foi o ‘corte da despesa pública’ (26 peças, 8,8%), seguido da ‘dívida pública’ 22 peças (7,4%), ‘reformas laborais’ (21 peças, 7,1%), ‘corte nas rendas excessivas do setor elétrico’ (15 peças, 5,1%), ‘contribuições à segurança social’ (15 peças, 5,1%), ‘desemprego’ (13 peças, 4,4%), ‘financiamento às PME’ (11 peças, 3,7%), ‘reformas laborais’ (11 peças, 3,7%), ‘capitalização da banca’ (10 peças, 3,4%) e ‘aumento da receita pública’ (10 peças, 3,4%). No *Diário Económico* (Gráfico 23) a “subtema” com maior destaque foi a ‘dívida pública’ (43 peças, 10,5%), seguido do ‘corte da despesa pública’ (41 peças, 10%). As ‘reformas laborais (Função Pública)’ aparecem na terceira posição (23 peças, 5,6%), seguido das ‘privatizações’ (19 peças, 4,7%), ‘contribuições à segurança social’ (19 peças, 4,7%), ‘capitalização da banca’ (18 peças, 4,4%), ‘cortes salários da Função Pública’ (16 peças, 3,9%), ‘desemprego’ (15 peças, 3,7%), ‘aumento da receita pública’ (14 peças, 3,4%), e as ‘metas do défice’ (13 peças, 3,2%).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Tipo medida (cronologia das medidas apresentadas nos jornais por avaliação)

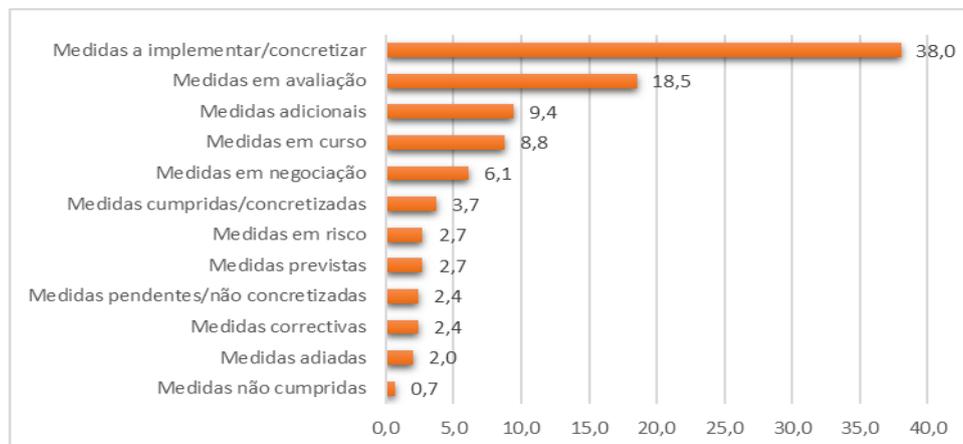


Gráfico 24: Tipo medida nas peças no interior do *Jornal de Negócios* (2011-2014) (% de n=297)
Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística

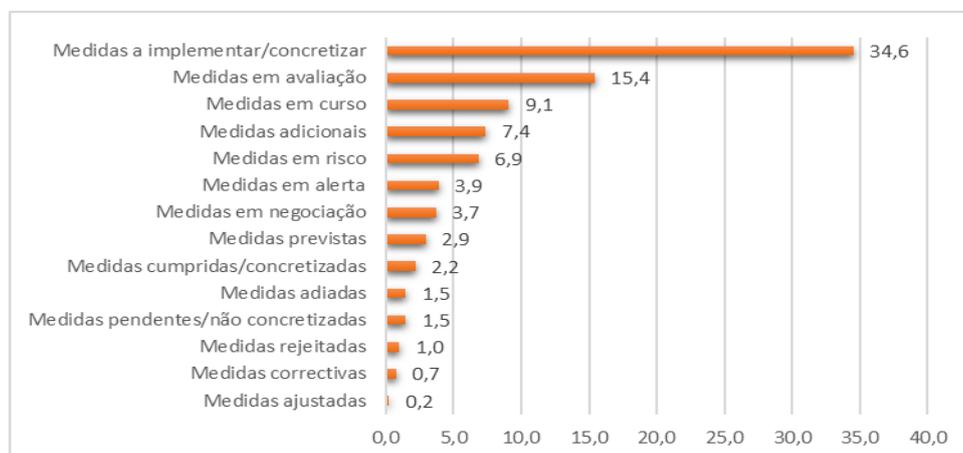


Gráfico 25: Tipo medida nas peças no interior do *Diário Económico* (2011-2014) (% de n=408)
Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística

Na variável “tipo de medida peça”, verifica-se através da análise do Gráfico 24, que o tipo de medida a que o *Jornal de Negócios* fez mais referência foi às ‘medidas a implementar /concretizar’ (113 peças, 38%), seguida das ‘medidas em avaliação’ (55 peças, 18,5%), ‘medidas adicionais’ (28 peças, 9,4%), ‘medidas em curso’ (26 peças, 8,8%), ‘medidas em negociação’ (18 peças, 6,1%). No *Diário Económico* foi igualmente as ‘medidas a implementar/concretizar’ a serem mais referenciadas (141 peças, 34,6%), seguida também das ‘medidas em avaliação’ (63 peças, 15,4%), ‘medidas em curso’ aparecem na terceira posição (37 peças, 9,1%) seguida das ‘medidas adicionais’ (30 peças, 7,4%) e das ‘medidas em risco’ (28 peças, 6,9%).

Na variável “caracterização das medidas”, entre os anos de 2011-2014, e no género jornalístico “análise ou inquérito” procedemos a uma análise cronológica da evolução das

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

medidas (ordem cronológica das medidas por avaliação, e apresentadas nos jornais). Esta variável é do tipo qualitativo porque as medidas não foram sujeitas a codificação, tendo sido criada uma variável *string* (aberta). Procedeu-se de seguida à descrição das medidas, estabelecendo uma ordem à medida que iam surgindo em ambas as publicações por avaliação. Dada a enorme quantidade de medidas que estavam em curso ao longo do PAEF, remetemos a sua visualização para os anexos (tabela 22 à tabela 32, apêndice L).

Visibilidade dos atores nas peças: nome, função, qualidade, tom e referência partidária

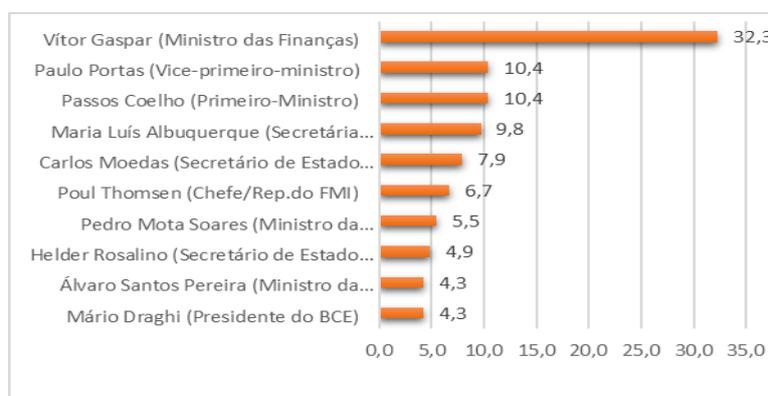


Gráfico 26: Visibilidade do ator nas peças do *Jornal de Negócios* (2011-2014)
Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística

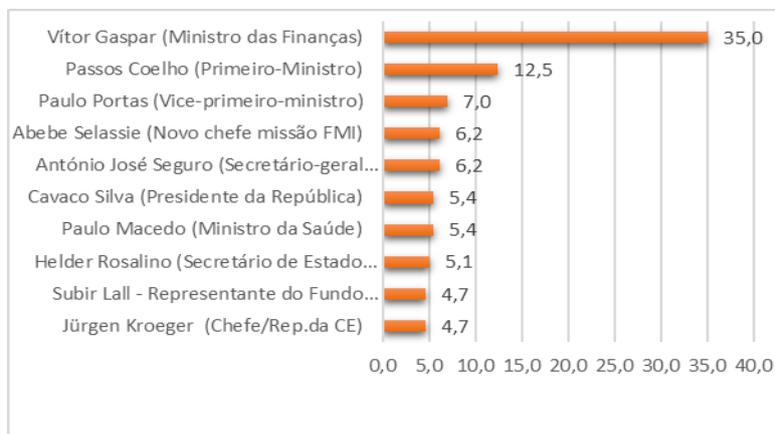


Gráfico 27: Visibilidade do ator nas peças do *Diário Económico* (2011-2014)
Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística

Relativamente à variável “nome do ator”, dos 247 atores apurados na base de dados SPSS, verifica-se pela análise do Gráfico 26 (*top ten*), que no *Jornal de Negócios* o ator mais destacado foi Vítor Gaspar, ministro das Finanças (53 peças, 32,3%). No *Diário Económico*, também foi Vítor Gaspar, o ator que mais se destacou (90 peças, 35%). No *Jornal de Negócios*, foi Paulo Portas na qualidade de vice-primeiro-ministro (17 peças,

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

10,4%) juntamente com Pedro Passos Coelho, primeiro-ministro (17 peças, 10,4%). De seguida surgiu Maria Luís Albuquerque, ainda na qualidade de secretária de Estado do Tesouro e das Finanças (16 peças, 9,8%), seguido de Carlos Moedas como secretário de Estado Adjunto do Primeiro-ministro (13 peças, 7,9%), Poul Thomsen, chefe/representante do FMI (11 peças, 6,7%), Pedro Mota Soares, ministro da Solidariedade e Segurança Social (nove peças, 5,5%), Hélder Rosalino, secretário de Estado da Administração Pública (oito peças, 4,9%), Álvaro Santos Pereira, ministro da Economia e Mário Draghi – Presidente do BCE (sete peças, 4,3%). No *Diário Económico* (Gráfico 27) foi também Vítor Gaspar, ministro das Finanças, o ator que se destaca (90 peças, 35%). Pedro Passos Coelho, primeiro-ministro, à semelhança do *Jornal de Negócios*, surgiu na segunda posição (32 peças, 12,5%) seguido de Paulo Portas (18 peças, 7%). Seguiu-se Abebe Selassie, como novo Chefe missão FMI (16 peças, 6,2%), António José Seguro, secretário-geral do PS (16 peças, 6,2%), Cavaco Silva, Presidente da República e Paulo Macedo, ministro da Saúde (14 peças, 5,4%), Hélder Rosalino, secretário de Estado da Administração Pública (13 peças, 5,1%), Subir Lall, representante do Fundo Monetário Internacional e Jürgen Kroeger, chefe representante da Comissão Europeia (12 peças, 4,7%). Outros atores foram referenciados ao longo do texto jornalístico, mas como apresentam valores pouco significativos, remetemos a visualização dos seus nomes para os anexos (tabela 33, apêndice M).



Gráfico 28: Função do Ator da peça no *Jornal de Negócios* (2011-2014) (% de n=297)
Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

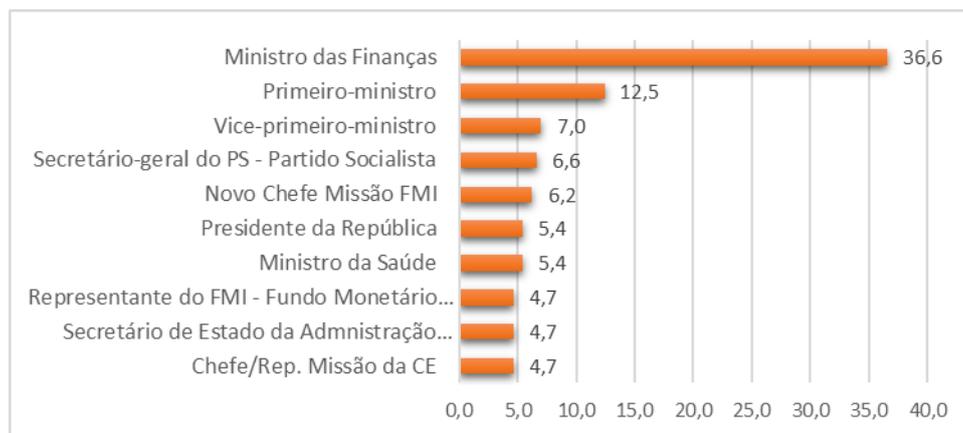


Gráfico 29: Função do Ator da peça no *Diário Económico* (2011-2014) (% de n=408)
Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística

Relativamente à variável “função do ator” mais representada, verificamos pela análise do Gráfico 28, que no *Jornal de Negócios*, o ‘ministro das finanças’ foi o mais referido (53 peças, 32,3%), seguido do ‘Vice-primeiro-ministro’ e do ‘primeiro-ministro’ (17 peças, 10,4%); e na terceira posição surgiu a ‘secretária de Estado do Tesouro e das Finanças’ (16 peças, 9,8%); seguido do ‘secretário de Estado adjunto do primeiro-ministro’ e ‘chefe/representante da missão do FMI’ (11 peças, 6,7%); ‘ministro da Solidariedade e da Segurança Social’; ‘ministro da Economia’; ‘secretário de Estado da Administração Pública’ (nove peças, 5,5%). Por último, e porque considerámos apenas as funções dos atores mais representados (Top 10), surgiu o ‘Presidente do Banco Central Europeu’ (BCE) (sete peças, 4,3%). No *Diário Económico* (Gráfico 29), e à semelhança do *Jornal de Negócios*, foi também o ‘ministro das Finanças’, a função mais significativa (94 peças, 36,6%) seguido do ‘primeiro-ministro’ (32 peças, 12,5%) e do vice-primeiro-ministro (18 peças, 7%). Na quarta posição temos o ‘secretário-geral do Partido Socialista’ (PS) (17 peças, 6,6%), seguido do ‘novo chefe da missão do FMI’ (16 peças, 6,2%), o ‘Presidente da República’ e o ‘ministro da saúde’ (14 peças, 5,4%). Nas posições seguintes, surgiu o ‘Representante do FMI - Fundo Monetário Internacional’, o ‘secretário de Estado da Administração Pública’ e o ‘chefe/Representante da Missão da Comissão Europeia’ (12 peças, 4,7%). A maior parte dos atores foram referidos pelos jornalistas de uma forma ‘neutra/equilibrada’: no *Jornal de Negócios* (164 peças) e no *Diário Económico* (251 peças).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

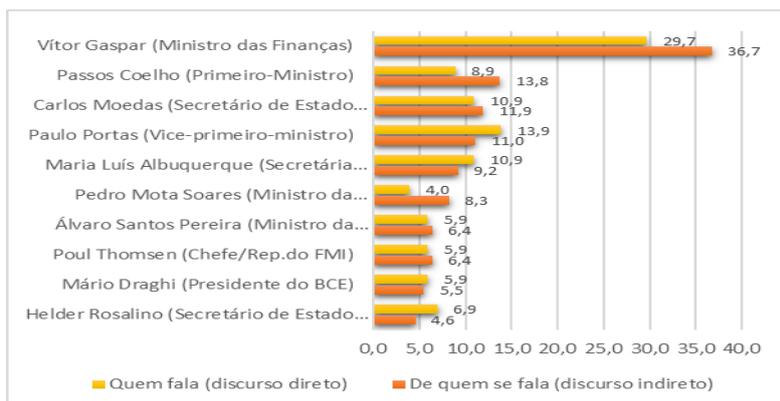


Gráfico 30: Qualidade do Ator da peça (de quem se fala/quem, fala) no *Jornal de Negócios* (% de n=297)
Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística

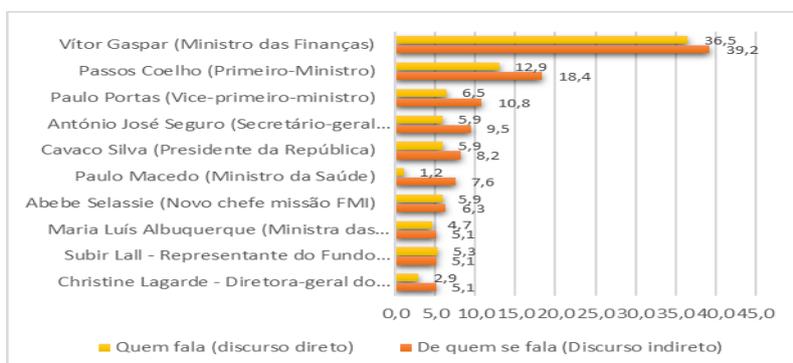


Gráfico 31: Qualidade do Ator da peça (de quem se fala/quem, fala) no *Diário Económico* (% de n=408)
Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística

De forma a aferirmos a "qualidade do ator" das peças, isto é, de que forma os jornais deram voz aos atores nas peças jornalísticas (quem fala/de quem se fala), verificámos que no *Jornal de Negócios* (Gráfico 30) os atores de quem mais se falou nas peças jornalísticas, e a quem se deu mais voz nas peças (seja na forma de discurso direto ou discurso indireto) foi a Vítor Gaspar. O ministro das finanças foi aquele de quem mais se falou (40 peças, 36,7%), e quem falou mais (30 peças, 29,7%) seguido de Passos Coelho (15 peças, 13,8%) contra 9 peças (8,9%); Carlos Moedas (13 peças, 11,9%) contra (11 peças, 10,9%). Paulo Portas, falou mais do que falaram dele (14 peças, 13,9%) contra (12 peças, 11%); Maria Luís Albuquerque falou mais (11 peças, 10,9%) do que falaram dela (10 peças, 9,2%); Pedro Mota Soares, de quem se falou (nove peças, 8,3%) mas pouco interveio em discurso direto (quatro peças, 4%); Álvaro Santos Pereira, apresenta um equilíbrio entre, de quem se falou (sete peças, 6,4%) e quem falou (seis peças, 5,9%); Poul Thomsen, de quem se falou (sete peças, 6,4%) contra quem falou (seis peças, 5,9%); Mário Draghi, de quem se falou (seis peças, 5,5%) e quem falou (seis peças, 5,9%). Por último Hélder Rosalino apresentou-se no discurso jornalístico mais em discurso direto

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

(sete peças, 6,9%) contra (cinco peças, 4,6%) no discurso indireto. No *Diário Económico* (Gráfico 31) foi igualmente, Vítor Gaspar o ator a quem deram mais voz nas peças (62 peças, 36,5%), e de quem se falou mais (62 peças, 39,2%); seguido de Pedro Passos Coelho, que falou mais (22 peças, 12,9%) e de quem se falou (29 peças, 18,4%). Na terceira posição apareceu Paulo Portas, de quem se falou mais (17 peças, 10,8%) e que falou (11 peças, 6,5%). António José Seguro do PS falou mais do que se fez ouvir (15 peças, 9,5%) contra 10 peças (5,9%). O Presidente da República, Cavaco Silva, também foi uma voz mais ativa do que passiva (13 peças, 8,2%) contra 10 peças (5,9%). Paulo Macedo, foi o ministro sobre quem se falou mais do que se fez ouvir (12 peças, 7,6%) contra duas peças (1,2%); seguido de Abebe Selassie (10 peças, 6,3%) e 10 peças (5,9%) tanto na voz ativa como passiva. Maria Luís Albuquerque como voz ativa (8 peças, 5,1%) e voz passiva (oito peças, 4,7%), Subir Lall, na voz ativa (oito peças, 5,1%) e voz passiva (9 peças, 5,3%). Por último, e considerando apenas os dados mais significativos (*top ten*) surgiu Christine Lagarde com oito peças (5,1%) na voz ativa, contra cinco peças na voz passiva (2,9%).

Fazendo uma análise, considerando ambas as publicações, Vítor Gaspar e Pedro Passos Coelho, foram os atores, ou a quem deram mais voz, ou de quem se falou no discurso jornalístico. Vítor Gaspar surgiu em 102 peças (38,2%) no discurso indireto, e em 92 peças no discurso direto (33,9%). Passos Coelho apareceu no discurso indireto (44 peças, 16,5%), e no discurso direto (31 peças, 11,4%). Verificou-se ainda, que no total de todos os atores, o *Jornal de Negócios*, deu menos voz aos atores (de quem se fala) (109 peças, 66,5%) do que voz (quem fala) (101 peças, 61,6%). No *Diário Económico*, os atores tiveram mais voz (170 peças, 66,1%) contra aqueles de quem se fala (158 peças, 61,5%). No total de ambas as publicações, os jornais deram mais voz aos atores (267 peças, 63,4%) do que falaram deles (271 peças, 64,4%), embora a diferença não seja muito significativa. No *Jornal de Negócios*, relativamente à referência partidária dos atores, a maioria das peças não fez referência ao partido político (160 peças, 97,6%), assim como no *Diário Económico* (249 peças, 96,9%).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

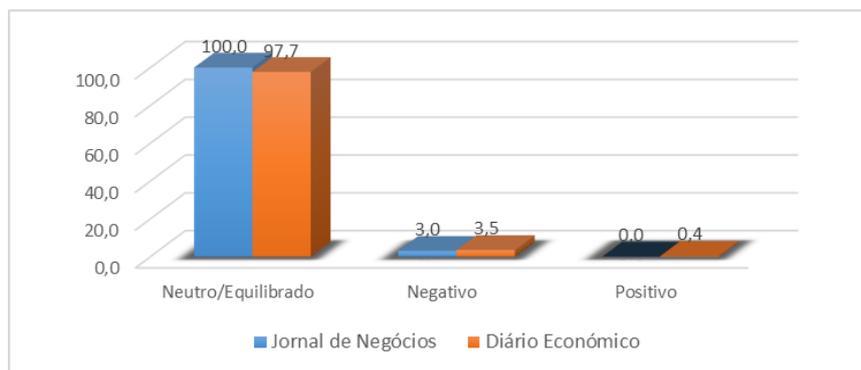


Gráfico 32: Tom ator peças no *Jornal de Negócios* e no *Diário Económico* (2011-2014)
Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística

Na variável “tom ator peças”, isto é sempre que o jornal faz referência a um determinado ator, verifica-se o ‘tom’ utilizado pelo jornalista (Gráfico 32), nas peças em que foi possível apurar o tom de referência aos atores. A maior parte foi referida num tom ‘neutro/equilibrado’ tanto no *Jornal de Negócios* (164 peças, 100%), como no *Diário Económico* (251 peças, 97,7%).

Caracterização das fontes

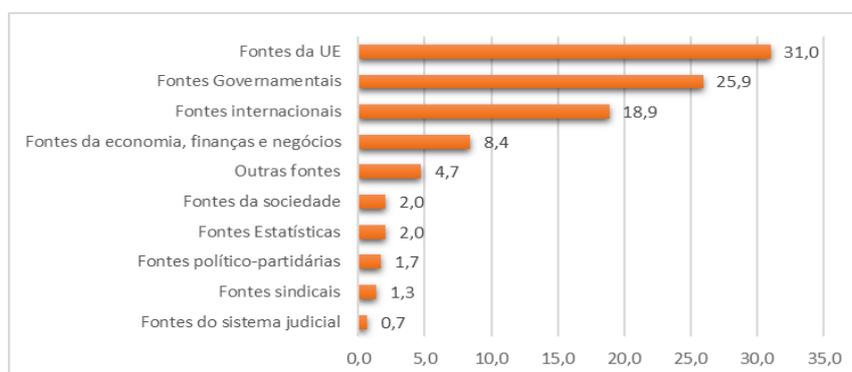


Gráfico 33: Caracterização das fontes das peças do *Jornal de Negócios* (2011-2014) (% de n=297)
Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística

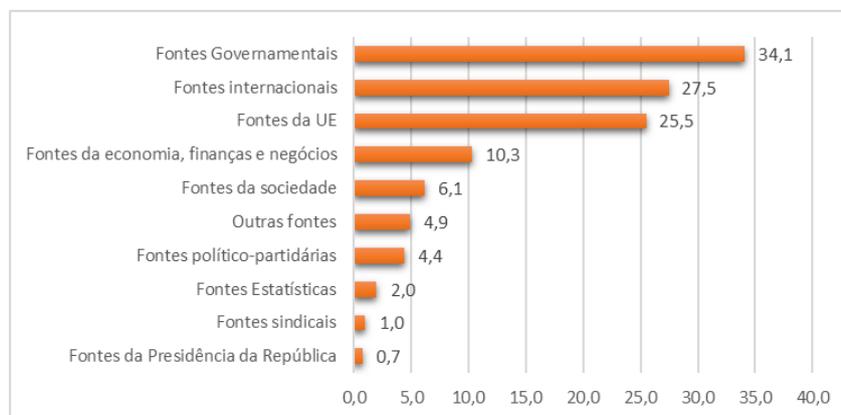


Gráfico 34: Caracterização das fontes das peças do *Diário Económico* (2011-2014) (% de n=408)
Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Relativamente à variável “caracterização da fonte” através da análise do Gráfico 33, verificou-se no *Jornal de Negócios*, que nas peças onde foi possível identificar as fontes, e as que apresentam valores mais significativos (*top ten*), temos as ‘fontes da União Europeia (UE)’ com 92 peças (31%), seguida das ‘fontes governamentais’ (77 peças, 25,9%), ‘fontes internacionais’ (56 peças, 18,9%), ‘fontes da Economia, finanças e negócios’ (25 peças, 8,4%), ‘outras fontes’ (14 peças, 4,7%), ‘fontes da sociedade’ (seis peças, 2%), ‘fontes estatísticas’ (seis peças, 2%), ‘fontes político-partidárias’ (cinco peças, 1,7%), ‘fontes sindicais’ (quatro peças, 1,3%), ‘fontes do sistema judicial’ (duas peças, 0,7%). Neste jornal não foi possível caracterizar a fonte em 99 peças (Na/Nd). No *Diário Económico* (Gráfico 36) as ‘fontes governamentais predominaram nas peças jornalísticas das avaliações (139 peças, 34,1%), seguida das ‘fontes internacionais’ (112 peças, 27,5%), ‘fontes da UE’ (104 peças, 25,5%), ‘fontes da Economia, finanças e negócios’ (42 peças, 10,3%), ‘fontes da sociedade’ (25 peças, 6,1%), ‘outras fontes’ (20 peças, 4,9%), ‘fontes político-partidárias’ (18 peças, 4,4%), ‘fontes estatísticas’ (oito peças, 2%), ‘fontes sindicais’ (quatro peças, 1%) e ‘fontes da Presidência da República’ (três peças, 0,7%). No *Diário Económico*, não foi possível caracterizar as fontes em 78 peças (Na/Nd). Para visualizar todas as fontes referenciadas, remetemos para a Tabela 34 (Apêndice N)

Fontes de informação

Quando procedemos à primeira codificação das fontes, apurámos no total 421 fontes de informação no *Jornal de Negócios* e no *Diário Económico*. Num segundo momento, houve necessidade de proceder-se a uma recodificação das fontes, tendo sido criada uma categoria que conseguisse agregar as várias fontes obedecendo a uma tipologia apurando-se no final 52 fontes. A recolha de informação por parte dos jornalistas no contexto das avaliações da *troika*, obrigou os jornalistas a contactar um número muito significativo de fontes, daí o elevado número de fontes que apareceram nos textos jornalísticos.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)



Gráfico 35: Fontes de informação das peças no *Jornal de Negócios* (2011-2014) (% de n=297)
Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística



Gráfico 36: Fontes de informação das peças no *Diário Económico* (2011-2014) (% de n=408)
Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística

Da análise do Gráfico 35 observa-se que, as principais fontes de informação presentes no *Jornal de Negócios*, são os ‘relatórios de avaliação do FMI’ (51 peças, 17,2%) seguido dos ‘Ministros/Secretários de Estado’ (39 peças, 13,1%), ‘relatórios de avaliação da Comissão Europeia’ (27 peças, 9,1%), ‘conferências de imprensa do Ministério das Finanças’ (24 peças, 8,1%), ‘revisão/memorando de entendimento’ (21 peças, 7,1%), ‘comunicados de imprensa da troika’ (14 peças, 4,7%), ‘documentos oficiais do Governo (Relatórios UTAO, diplomas, Leis, cartas de compromisso/intenções, comunicados etc.)’ (13 peças, 4,4%), ‘outros órgãos de informação (*RTP, Semanários Sol e Expresso*, etc.)’ (13 peças, 4,4%), ‘consultores e analistas financeiros’ (12 peças, 4%), ‘ministérios governamentais (Saúde, Economia, Finanças etc.)’ (12 peças, 4%). No *Diário Económico* (Gráfico 36) os ‘relatórios de avaliação do FMI’ foram a principal fonte de informação (98 peças, 24%), seguido das ‘conferências de imprensa do Ministério das Finanças’ (57 peças, 14%). Na terceira posição surgiram os ‘ministros/secretários de Estado’ (43 peças, 10,5%), seguido dos ‘relatórios de avaliação da Comissão Europeia’ (40 peças, 9,8%), ‘reuniões políticas/debates parlamentares/audiências, parlamentares’ (21 peças, 5,1%), ‘fontes oficiais do governo/*troika*’ (19 peças, 4,7%), ‘Economistas, Constitucionalistas,

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Professores universitários, e outros’ (19 peças, 4,7%), ‘documentos oficiais do Governo (Relatórios UTAO, diplomas, Leis, cartas de compromisso/intenções, comunicados etc.)’ (18 peças, 4,4%), e ‘conferência de imprensa da *troika*’, com o mesmo número de peças (12 peças, 2,9%), ‘outros órgãos de informação (*RTP*, *Semanários Sol* e *Expresso*, etc.)’ (18 peças, 4,4%), e ‘revisão do memorando de entendimento’ (18 peças, 4,4%). Para a visualização de todas as fontes de informação (Tabela 36, Apêndice P).

Organizações e instituições



Gráfico 37: Organizações/Instituições nas peças do *Jornal de Negócios* (2011-2014) (% de n=297)
Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística

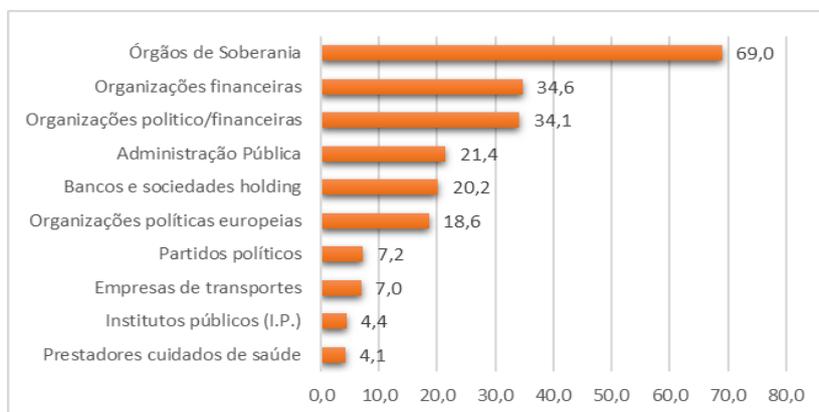


Gráfico 38: Organizações/Instituições nas peças do *Diário Económico* (2011-2014) (% de n=408)
Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística

Da análise do Gráfico 37 verifica-se que as organizações/instituições mais referenciadas no *Jornal de Negócios* (*top ten*) foram os ‘órgãos de soberania’ (186 peças, 69,9%). Nesta categoria, englobámos tudo o que é órgãos políticos (Presidência da República, Governo, Tribunais) incluindo o Tribunal Europeu, e outras entidades que, embora não sejam órgãos de soberania estão integradas dentro desses órgãos, de acordo com a codificação das variáveis. A segunda organização/instituição mais referenciada foram as ‘organizações políticas/financeiras’ (102 peças, 38,3%). Incluímos nesta categoria a

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

troika (FMI, BCE e Comissão Europeia), a Organização *Bretton Woods*; e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). A seguir, na organização/instituição mais referenciada, aparecem as ‘organizações financeiras’ (80 peças, 30,1%), e aqui o destaque vai para o FMI, seguido dos bancos e sociedades *holdings* (62 peças, 23,3%), ‘organizações políticas europeias’ (56 peças, 21,1%), ‘Administração Pública’ (36 peças, 13,5%), ‘sindicatos’ (12 peças, 4,5%), empresas na área da ‘energia’ (11 peças, 4,1%), ‘partidos políticos’ (nove peças, 3,4%); ‘institutos públicos, I.P.’ (seis peças, 2,3%). No *Diário Económico*, à semelhança do *Jornal de Negócios* (Gráfico 38) na organização/instituição que mais se destacou, encontramos os ‘órgãos de soberania’ (267 peças, 69%), seguido das ‘organizações financeiras’ (134 peças, 34,6%), ‘organizações político/financeiras’ (132 peças, 34,1%); ‘Administração Pública’ (83 peças, 21,4%), ‘bancos e sociedades *holding*’ (78 peças, 20,2%), ‘organizações políticas europeias’ (72 peças, 18,6%), ‘partidos políticos’ (28 peças, 7,2%), ‘empresas de transportes’ (27 peças, 7%), ‘institutos públicos I.P.’ (17 peças, 4,4%), e ‘prestadores cuidados de saúde’ (16 peças, 4,1%).

Organizações/instituições

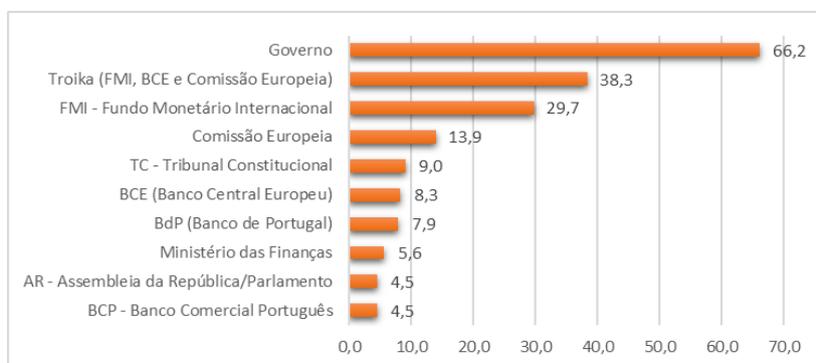


Gráfico 39: Especificações das organizações/instituições das peças no *Jornal de Negócios* (2011-2014) (% de n=297)

Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

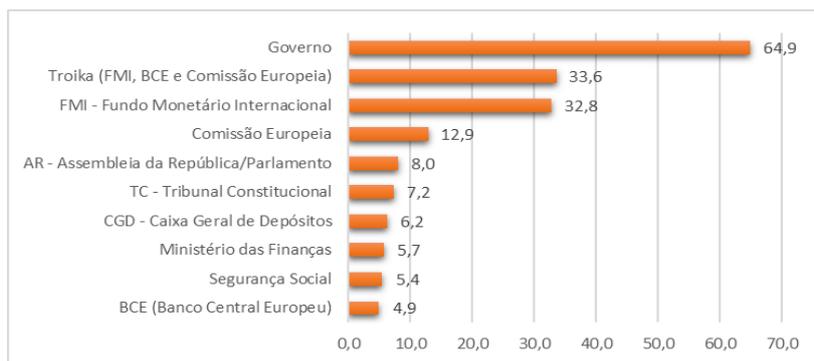


Gráfico 40: Especificações das organizações/instituições das peças no *Diário Económico* (2011-2014) (% de n=408)

Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística

No *corpus* de análise no período (2011-2014) foram apurados numa primeira codificação, 261 organizações/instituições. Numa segunda codificação, procedemos a uma sistematização da informação por categorias que englobassem todas as organizações e/ou instituições. De acordo com o Gráfico 39 observa-se que nos órgãos de soberania, o ‘Governo’ destacou-se no *Jornal de Negócios* com 176 peças (66,2%), seguido das ‘organizações politico/financeiras’ com destaque para a *troika* (FMI, BCE e Comissão Europeia) com 102 peças (38,3%), seguindo-se em terceiro lugar o ‘FMI – Fundo Monetário Internacional’ (79 peças, 29,7%). A ‘Comissão Europeia’ revelou-se também importante neste contexto, mas apresentou valores abaixo (isolada), por comparação com as três instituições referidas anteriormente (37 peça 13,9%). Seguiu-se o ‘Tribunal Constitucional’ (24 peças, 9%), ‘BCE (Banco Central Europeu)’ com 22 peças (8,3%), ‘BdP (Banco de Portugal)’ com 21 peças (7,9%), ‘Ministério das Finanças’ (15 peças, 5,6%), ‘Assembleia da República/Parlamento’ (12 peças, 4,5%) e ‘Banco Comercial Português (BCP)’ (12 peças, 4,5%).

Ao analisarmos o Gráfico 40 verifica-se que no *Diário Económico*, o ‘Governo’ enquanto órgão de soberania, à semelhança do *Jornal de Negócios*, foi a ‘organização/entidade’ que mais se destacou com 251 peças (64,9%), seguido das ‘organizações politico/financeiras’ (FMI, BCE e Comissão Europeia) com 130 peças (33,6%), ‘organizações financeiras’ com destaque para o ‘FMI – Fundo Monetário Internacional’ (127 peças, 32,8%). A ‘Comissão Europeia’ também foi relevante neste contexto, mas surgiu (isolada) num patamar inferior (50 peças, 12,9%), seguido do ‘Assembleia da República/Parlamento’ (31 peças, 8%), ‘Tribunal Constitucional’ (28 peças, 7,2%), ‘CGD (Caixa Geral de Depósitos)’ com 24 peças (6,2%), ‘Ministério das Finanças’ (22

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

peças, 5,7%), ‘Segurança Social’ (21 peças, 5,4%), e, por último, o ‘Banco Central Europeu’ com 19 peças (4,9%). Muitas outras organizações/entidades foram referidas no discurso jornalístico no contexto das avaliações, mas apresentam valores residuais, o que não se justifica aqui a sua apresentação gráfica.

Menção a outros órgãos de informação

Quanto à variável “menção outros órgãos de comunicação”, do conjunto de peças analisadas, tanto o *Jornal de Negócios* como o *Diário Económico* não fazem, por regra, referência a outros órgãos de comunicação enquanto fontes de informação (668 peças, 94,8%). Apenas em 37 peças (5,2%) aparece a referência a outros órgãos de comunicação. Das poucas peças que fizeram referência a órgãos de comunicação social no *Jornal de Negócios* e *Diário Económico*, o destaque vai para a *Agência Lusa* (8 peças, 1,1%), *Agência Reuters* (4 peças, 0,6%), e o *Semanário Expresso* (4 peças, 0,6%).

10.2. Apresentação resultados Análise Conteúdo 1º página *Jornal de Negócios* e *Diário Económico*

10.2.1. Dimensão forma

Destaque na primeira página

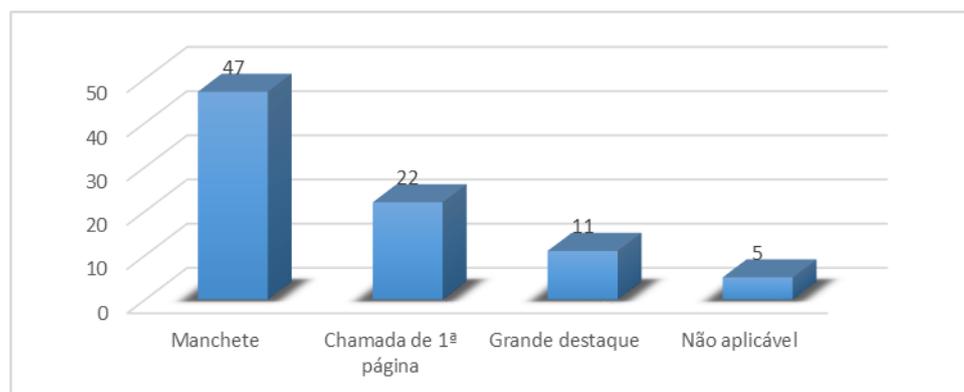


Gráfico 41: destaque na primeira página no *Jornal de Negócios* e no *Diário Económico* (2011-2014)
Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística

Na análise da primeira página, verifica-se (Gráfico 41) que em 85 edições de jornais consultados, no *Jornal de Negócios* e no *Diário Económico*, as notícias sobre as avaliações da *troika* ocuparam a primeira página na forma de ‘manchete’ (47 notícias), seguida da ‘chamada de 1ª página’ (22 notícias) e o ‘grande destaque’, ou seja, a ocupar a página inteira (11 peças). Apenas em cinco edições dos jornais, as avaliações da *troika*, não foram relevantes na primeira página.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

10.2.2. Dimensão conteúdo

Temas imagem 1ª Página no *Jornal de Negócios* e *Diário Económico*



Gráfico 42: Temas na primeira página no *Jornal de Negócios* (2011-2014) (% de n=297)
Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística



Gráfico 43: Temas na primeira página no *Diário Económico* (2011-2014) (% de n=408)
Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística

Conforme observa-se nos Gráficos 42 e 43, os temas referidos na primeira página e que ocupam as três primeiras posições foram os mesmos, quer para o *Jornal de Negócios* como para o *Diário Económico*. O ‘mercado do trabalho’ foi referido em 13 primeiras páginas no *Jornal de Negócios*, e em sete páginas no *Diário Económico*. O ‘PAEF’ foi tema de primeira página em nove edições do *Jornal de Negócios* e em sete edições do *Diário Económico*. Na terceira posição apareceram as ‘contas públicas’ presentes em dez edições no *Jornal de Negócios* e seis edições no *Diário Económico*. Em relação aos atores/instituições identificados na imagem da primeira página, verificamos que tanto no *Jornal de Negócios* como no *Diário Económico*, o Ministro das Finanças, Vítor Gaspar foi o ator que apareceu mais vezes, isto é, apareceu em dez imagens. Não há qualquer imagem associada em 42 primeiras páginas.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Cap. 11 – Caracterização do jornalismo económico português e dimensões de análise no contexto da intervenção da *troika* no *Jornal de negócios* e *Diário Económico*

11.1. Apresentação dos resultados do inquérito

O “inquérito nacional aos jornalistas da imprensa escrita da área económica” tem como um dos objetivos, fazer uma caracterização do jornalismo económico em Portugal, bem como avaliar a sua importância e influência na atualidade política nacional, e na sociedade em geral, e também aferir os desafios que se colocam ao jornalismo económico no futuro. Num âmbito mais específico, o inquérito por questionário procura obter informações sobre a abordagem que foi feita no âmbito do jornalismo económico no contexto da intervenção da *troika*. Os jornalistas selecionados pertencem a jornais e revistas (generalistas e especializadas) que existem tanto no formato impresso como no formato *online* (*Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *Caderno Expresso de Economia*, *Jornal de Negócios*, *Diário Económico*, *Dinheiro Vivo*, *Vida Económica*, *Semanário Sol* e *Semanário i*, *Oje*, *Correio da Manhã*, *Revista Visão* e *Sábado*). Dentro das publicações generalistas foram selecionados os jornalistas que trabalhavam na editoria de Economia. No total foram contactados 71 jornalistas via *online* (*e-mail*) de 1 a 15 de julho de 2016. Foram obtidas respostas em 35 questionários. A distribuição do inquérito por questionário *online* agilizou a investigação e eliminou as limitações financeiras. Os inquéritos administrados por esta via são cada vez mais comuns (Andrews, Nonnecke & Preece, 2003) e há evidências empíricas de que os resultados não diferem dos inquéritos administrados presencialmente “promovendo vantagens quanto à rapidez na distribuição e nos ciclos de resposta” (Andrews, Nonnecke & Preece, 2003, p. 2). Contudo, este tipo de questionário eletrónico também apresenta algumas desvantagens, como seja, a ausência do entrevistador e a não interatividade com o respondente (Boyer, Olson & Jackson, 2001, p. 5). Os contactos com os jornalistas do *Diário Económico* foram muito difíceis, dado que o jornal já estava em processo de encerramento. Tivemos de recorrer a contactos via *e-mail*, rede social *Facebook* e contactos informais de forma a aceder aos jornalistas. Alguns foram encontrados em outras publicações. A ficha técnica do inquérito por questionário é apresentada na Tabela 15.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Tabela 15: Ficha técnica referente ao inquérito por questionário

Ficha Técnica				
Tamanho da amostra	35 jornalistas <i>Diário de Notícias, Jornal de Notícias, Caderno Expresso de Economia, Jornal de Negócios, Diário Económico, Dinheiro Vivo, Vida Económica, Semanário Sol e Semanário i, Oje, Correio da Manhã, Revista Visão e Sábado</i>			
Tipo de amostra	Amostra não probabilística			
Caracterização da amostra	Jornalistas do sexo feminino (18) Jornalistas do sexo masculino (17)	A maioria está no escalão entre os 35 e os 44 anos (15) No escalão entre os 55 e os 64 anos (três) No escalão entre os 18 e os 24 anos (dois) Entre os 25 e os 34 anos (nove) Entre os 45 e os 54 anos (seis)	Licenciatura (27) Mestrado (5) Curso secundário (1) Curso técnico (1) Bacharelato (1).	Entre 1001€ e 1500€ (11), Superiores a 2500€ (sete), Entre 1501€ e 2000€ (dois), Entre 2001€ e 2501€ (dois) Entre 751€ e 1000€ (cinco), Entre 495€ e 750€ (dois).
Nível de confiança	95%			
Período de administração	De 1 a 15 de julho de 2016			

Fonte: Conceção própria

11.1.1. Caracterização sociodemográfica da amostra

Iniciando a análise dos dados constantes do Inquérito nacional aos jornalistas da imprensa escrita da área Económica, verifica-se que a amostra (Gráfico 44) é constituída por 18 jornalistas do sexo feminino e 17 jornalista do sexo masculino. Dois inquiridos não revelaram o género a que pertencem.



Gráfico 44: Caracterização da amostra por género, Portugal, 2016 (n=35)

Fonte: Inquérito aos jornalistas da área económica

Relativamente à idade (Gráfico 45) três inquiridos estão entre os 55 e os 64 anos, contra dois que se enquadram no escalão mais jovem, entre os 18 e os 24 anos. A maioria dos inquiridos está no escalão entre os 35 e os 44 anos (15); seguido do escalão dos 25 aos 34 anos (nove), e com seis inquiridos surge o escalão entre os 45 e os 54 anos.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

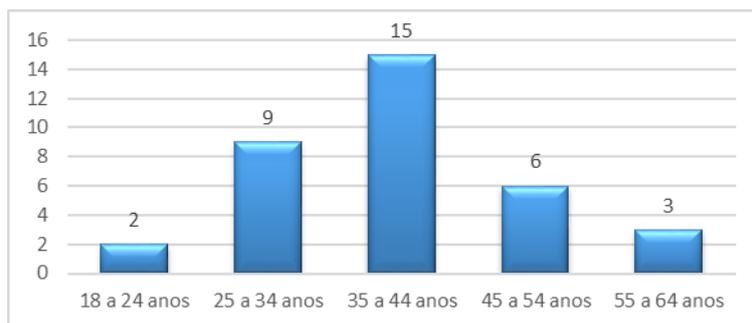


Gráfico 45: Caracterização da amostra por escalão etário, Portugal, 2016 (n=35)
Fonte: Inquérito aos jornalistas da área económica

De acordo com o Gráfico 46 podemos verificar que a maioria dos jornalistas económicos inquiridos, a maioria tem licenciatura (27), seguido de mestrado (5). Com o curso secundário (1); com o curso técnico (1) e com bacharelato (1).

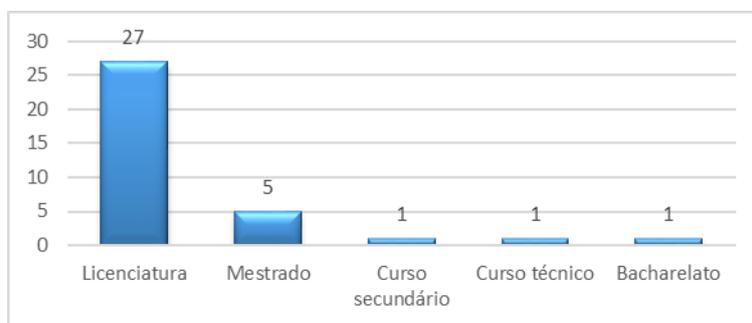


Gráfico 46: Caracterização da amostra por grau de escolaridade, Portugal, 2016 (n=35)
Fonte: Inquérito aos jornalistas da área económica

Observando a distribuição da amostra relativamente ao rendimento mensal líquido (Gráfico 47) verifica-se que a maioria dos jornalistas inquiridos (11) auferem um rendimento que oscila entre 1001€ e 1500€ contra sete jornalistas que auferem mais de 2500€; seguido de seis jornalistas que auferem um rendimento que oscila entre 1501€ e 2000€.; dois jornalistas com rendimentos entre 2001€ e 2501€. Entre 751€ e 1000€ de rendimento (cinco), e por último dois jornalistas auferem rendimentos no escalão mais baixo, entre 495€ e 750€.

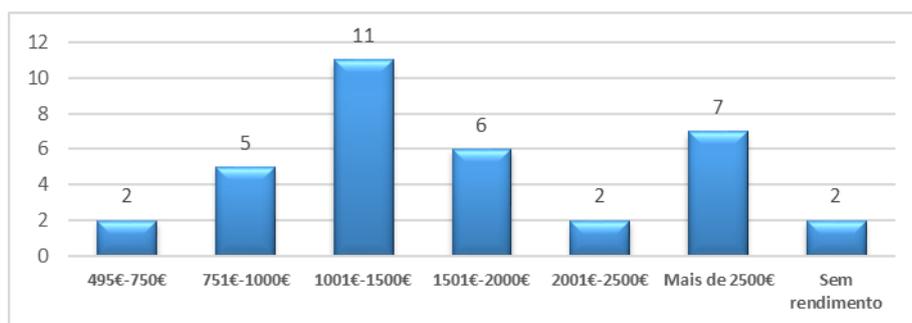


Gráfico 47: Caracterização da amostra por rendimento mensal líquido, Portugal, 2016 (n=35)
Fonte: Inquérito aos jornalistas da área económica

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

11.1.2. Caracterização do perfil profissional da amostra

Considerando o perfil profissional dos jornalistas, verifica-se (Gráfico 48) que a maioria dos inquiridos (16) tem formação na área da Comunicação Social ou Ciências da Comunicação, outros têm formação em Economia (5), Jornalismo (5), História (4), Gestão de Empresas, Sociologia e História e Comunicação Social (1) e por último com formação em Direito (2).

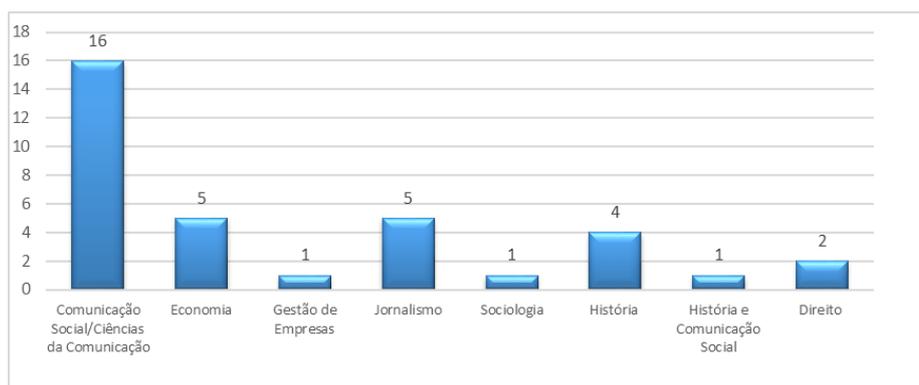


Gráfico 48: Caracterização da amostra por área de formação, Portugal, 2016 (n=35)
Fonte: Inquérito aos jornalistas da área económica

Observando o Gráfico 49, verifica-se que a maioria dos inquiridos exerce a profissão de jornalista na área económica há mais tempo, entre os 11 e os 15 anos, corresponde a onze jornalistas (11). Dez jornalistas exercem a profissão entre os 6 e os 10 anos, sete jornalistas há mais de 20 anos. Apenas cinco jornalistas exercem a profissão de jornalista na especialização de Economia entre os 16 e os 20 anos, e dois jornalistas inquiridos estão nesta profissão há menos tempo (entre 1 a 5 anos).

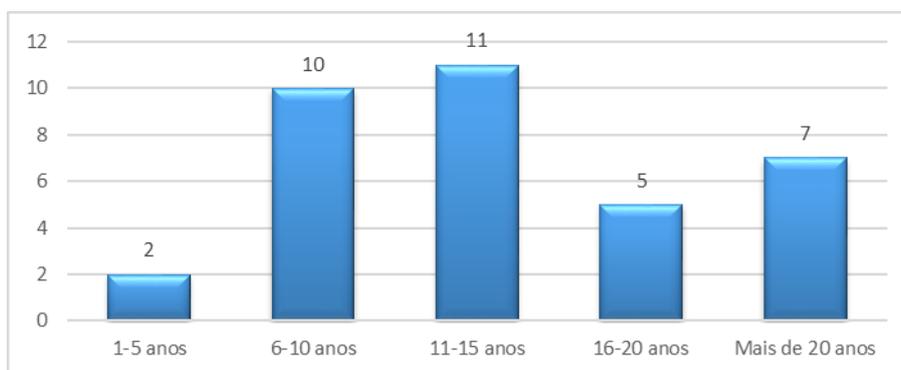


Gráfico 49: Caracterização da amostra por tempo de exercício da profissão, Portugal, 2016 (n=35)
Fonte: Inquérito aos jornalistas da área económica

Sobre qual o órgão de informação em que exerceram a profissão enquanto jornalista da área económica, durante o período da intervenção da *troika*, se observarmos o Gráfico

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

50, verifica-se que a maioria dos inquiridos trabalhou no *Diário Económico* (14), seguido do *Jornal de Negócios* (sete) e *Dinheiro Vivo* (seis). Os restantes estão distribuídos pela *Semanário Expresso* (dois), *Jornal Público* (2); *Caderno Economia Expresso* (dois), *Jornal i* (um), *Vida Económica* (um) e, por último, o *Jornal Oje* (um). Sobre se continuam ou não a trabalhar no mesmo órgão de informação que indicaram na questão anterior, 24 jornalistas responderam que sim, e 11 jornalistas responderam que não.

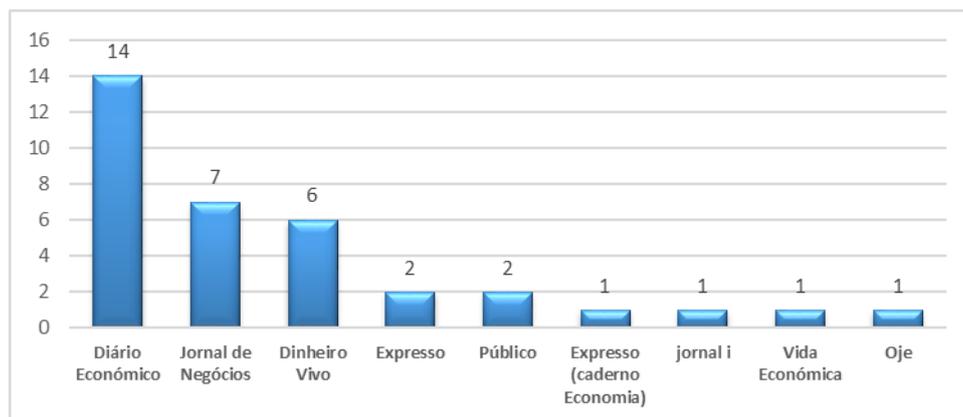


Gráfico 50: Órgão de informação em que exerceu a profissão durante o período da intervenção da troika, Portugal, 2016 (n=35)

Fonte: Inquérito aos jornalistas da área económica

Quando inquiridos sobre qual o vínculo ao órgão de comunicação em que trabalha ou trabalhou durante o período da intervenção da *troika*, da observação do Gráfico 51, resulta que a maioria dos inquiridos (32), nas redações é trabalhador por conta de outrem, seguido de um elemento simultaneamente trabalhador por conta de outrem e trabalhador independente e um jornalista encontra-se com contrato suspenso e outro é correspondente com avença.

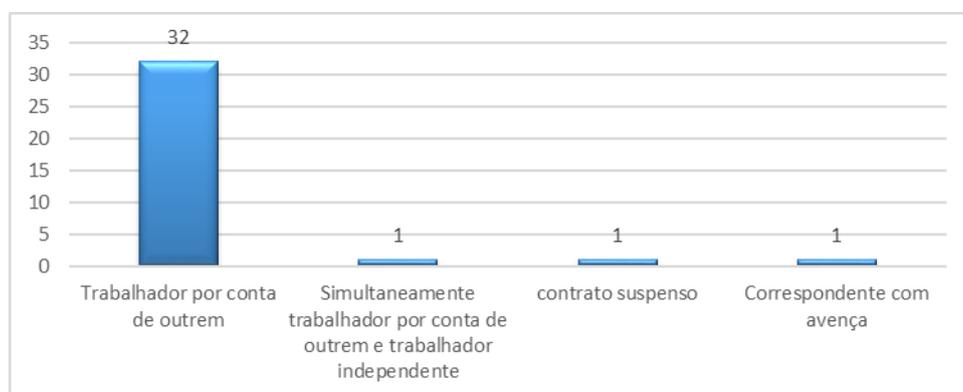


Gráfico 51: Vínculo ao órgão de informação em que exerce ou exerceu a profissão durante o período da intervenção da troika, Portugal, 2016 (n=35)

Fonte: Inquérito aos jornalistas da área económica

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Relativamente ao cargo ocupado dentro do órgão de comunicação no período de intervenção da *troika*, verifica-se pela análise do Gráfico 52, que a maioria dos jornalistas ocupa o cargo de jornalista (23), seguido da função de Editor (quatro); Redator principal (dois); Diretor-adjunto (dois); Repórter (um); Editor Executivo (um); Diretor (um) e nas funções de coordenador apenas um jornalista.

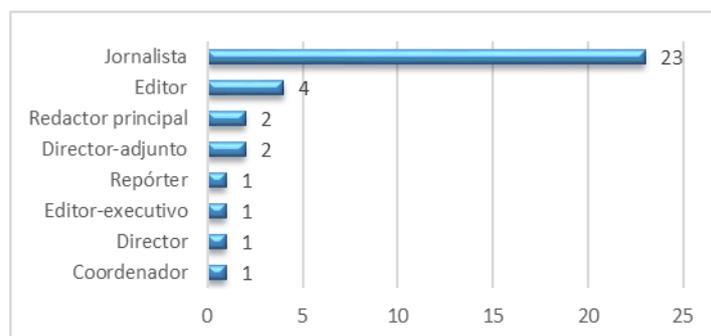


Gráfico 52: Cargo ocupado no órgão de informação em que exerce ou exerceu a profissão durante o período da intervenção da *troika*, Portugal, 2016 (n=35)
Fonte: Inquérito aos jornalistas da área económica

Sobre o cargo que ocupam atualmente na redação do órgão de comunicação em que trabalham, de acordo com o Gráfico 53, o cargo de jornalista continua a ser aquele em que a maioria dos inquiridos se integra (19), seguida da função de Editor (cinco); Coordenador (três); Redator principal (dois); Diretor-adjunto (dois); Diretor (dois); Repórter (um) e, por último, a função de Editor-executivo, exercido por apenas um jornalista.

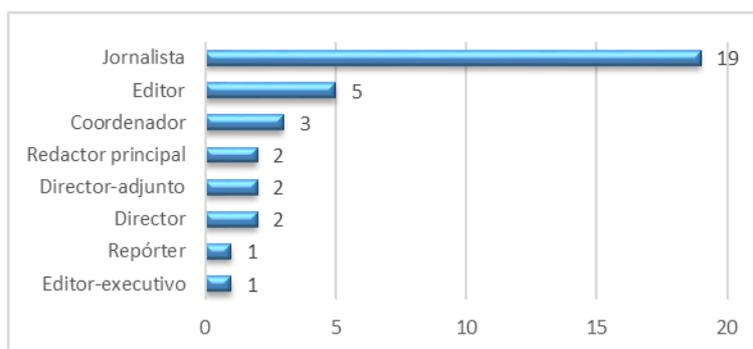


Gráfico 53: Cargo ocupado atualmente no órgão de informação em que exerce a profissão, Portugal, 2016 (n=35)
Fonte: Inquérito aos jornalistas da área económica

11.1.3. Jornalismo Económico em Portugal

Relativamente à questão se concorda com a necessidade de especialização para produzir informação económica (Gráfico 54), 26 dos inquiridos concordam que é necessária a

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

especialização para o exercício do jornalismo económico, e apenas nove jornalistas não concordam. Relativamente às áreas que consideram mais relevantes para produzir informação económica, verifica-se que a maioria dos inquiridos considera a área da Economia a mais importante para o exercício do jornalismo económico (14), seguida da especialização em jornalismo económico (12); mercados financeiros (10); finanças públicas (nove); gestão de empresas (seis); e, em último, lugar surge a ciência política (três).

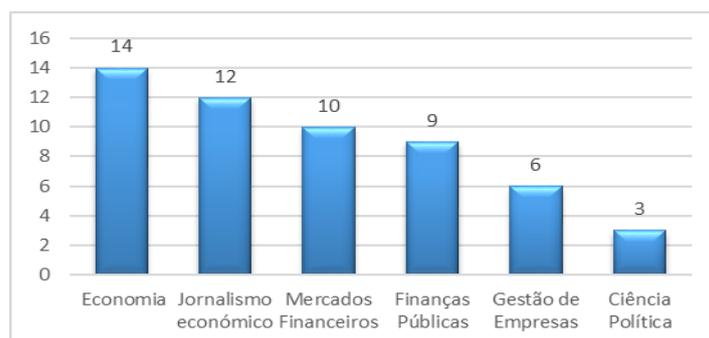


Gráfico 54: Áreas de especialização relevantes para o exercício do jornalismo económico, Portugal, 2016 (n=35)

Fonte: Inquérito aos jornalistas da área económica

Sobre a importância do jornalismo económico na sociedade atual (Gráfico 55), a maioria dos jornalistas inquiridos considera que é totalmente importante (15); muito importante (15) e importante (cinco). Nas opções de resposta nenhum jornalista considerou as opções pouco importante ou nada importante.

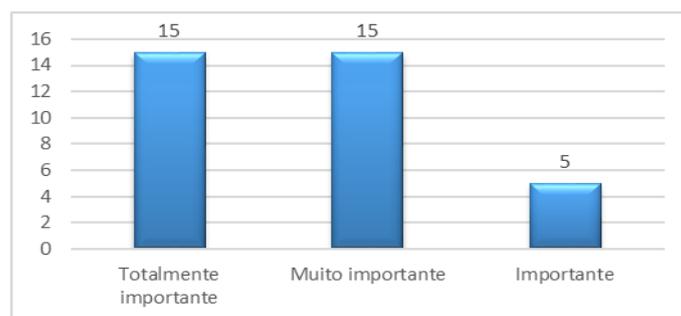


Gráfico 55: Importância do jornalismo económico na atualidade, Portugal, 2016 (n=35) (questão resposta múltipla)

Fonte: Inquérito aos jornalistas da área económica

Sobre a influência do jornalismo económico na agenda política (Gráfico 56), a maioria dos jornalistas inquiridos considera que é forte (30); nem fraca nem forte (três) e fraca (duas). Nas opções de resposta nenhum jornalista considerou as opções pouco importante ou nada importante.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

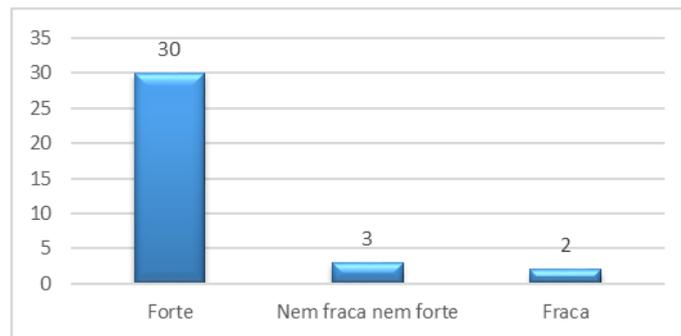


Gráfico 56: Influência do jornalismo económico na agenda política, Portugal, 2016 (n=35) (questão resposta múltipla)

Fonte: Inquérito aos jornalistas da área económica

Inquiridos sobre com que valores se identificam mais na prática do jornalismo económico, da análise do Gráfico 57, verifica-se que a ‘objetividade’ representa o valor-notícia com que se identificam mais (15), em igual circunstância com a ‘verdade’ (15); seguido da ‘responsabilidade’ (14); ‘independência’ (11); ‘liberdade’ (cinco); ‘imediatismo’ (três) e ‘autonomia’ (dois).

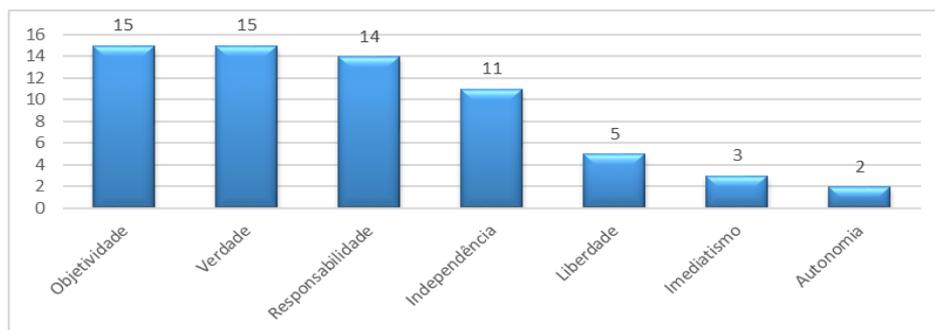


Gráfico 57: Influência do jornalismo económico na agenda política, Portugal, 2016 (n=35) (questão resposta múltipla)

Fonte: Inquérito aos jornalistas da área económica

Relativamente ao desafio que consideram ser maior para um jornalista que trabalha os temas da Economia atualmente (Gráfico 58), a maior parte respondeu evitar a interferência de interesses financeiros/económicos no exercício do jornalismo económico (15), seguido de conseguir atrair cada vez mais leitores para o jornalismo económico (nove); evitar a interferência de interesses políticos (de natureza partidária ou governamental) no exercício do jornalismo económico (seis); providenciar aos cidadãos informações necessárias à tomada de decisões no campo pessoal e profissional (cinco); manter a qualidade do jornalismo económico tendo em conta o público cada vez mais diversificado (cinco); adaptar-se ao *online* (cinco); ser cada vez mais exigente em relação aos poderes que escrutina, observa e noticia (dois); e ter conhecimentos e capacidade para tornar os temas económicos compreensíveis ao cidadão comum (um).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)



Gráfico 58: Influência do jornalismo económico na agenda política, Portugal, 2016 (n=35) (questão resposta múltipla)

Fonte: Inquérito aos jornalistas da área económica

Sobre como esperam que o jornalismo económico em Portugal venha a evoluir no futuro (Gráfico 59), 22 jornalistas reponderam que vai melhorar, dez responderam que vai piorar, e três que vai manter-se.

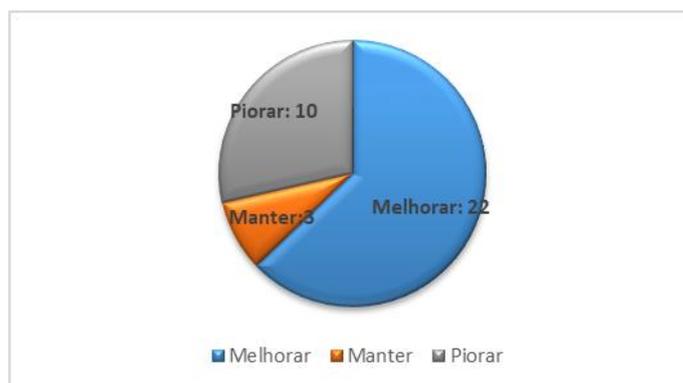


Gráfico 59: Evolução do jornalismo económico em Portugal, Portugal, 2016 (n=35)

Fonte: Inquérito aos jornalistas da área económica

11.1.4. Jornalismo económico em Portugal no contexto da intervenção da *troika*

Sobre a cobertura jornalística da intervenção da *troika* questionou-se os jornalistas se estavam ou não de acordo com algumas abordagens (ver apêndice G, Grupo III, n.15). Ao observar-se o Gráfico 60, verifica-se que relativamente à questão se a intervenção da *troika* tinha trazido uma nova forma de abordar o jornalismo económico em Portugal, a maioria dos jornalistas concordou que sim (17), alguns discordaram (oito) e outros nem concordaram nem discordaram (sete). Apenas três jornalistas concordaram completamente. Na questão: se o jornalismo económico tem evoluído em Portugal para um jornalismo do tipo *news to use*, a resposta mereceu a concordância de 13 jornalistas e a discordância de 12 jornalistas. A resposta não concordo nem discordo foi a opção de

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

oito jornalistas. Apenas dois discordaram completamente. Sobre se o jornalismo económico em Portugal orientou-se por valores ideológicos, treze jornalistas concordam que sim, 12 não concordam nem discordam, 9 discordam e um discorda completamente. Se o jornalismo económico legitimou o discurso dos mercados financeiros, houve uma concordância entre aqueles que nem concordam nem discordam e aqueles que concordam (11). Os que discordam representam sete jornalistas, os que concordam completamente (quatro), e os que discordam completamente (dois). Sobre se o jornalismo económico legitimou o discurso do partido político que governou o país no período da intervenção da *troika* em Portugal (2011-2014) 13 jornalistas não concordam nem discordam, oito jornalistas concordam, oito jornalistas discordam, quatro jornalistas discordam completamente e dois jornalistas concordam completamente. Sobre se foram introduzidos na cobertura jornalística novos formatos jornalísticos de modo a facilitar a interpretação dos temas por parte dos leitores, 17 jornalistas responderam que sim, nove discordaram. Houve uma concordância entre aqueles que nem concordam nem discordam (quatro) e aqueles que concordam completamente (quatro). Apenas um discorda completamente. Na questão se houve a preocupação em descodificar a linguagem de modo a torná-la mais acessível ao cidadão leitor, 20 jornalistas concordam que sim, cinco concordam completamente, cinco discordam, quatro não concordam nem discordam, e apenas um discorda completamente.

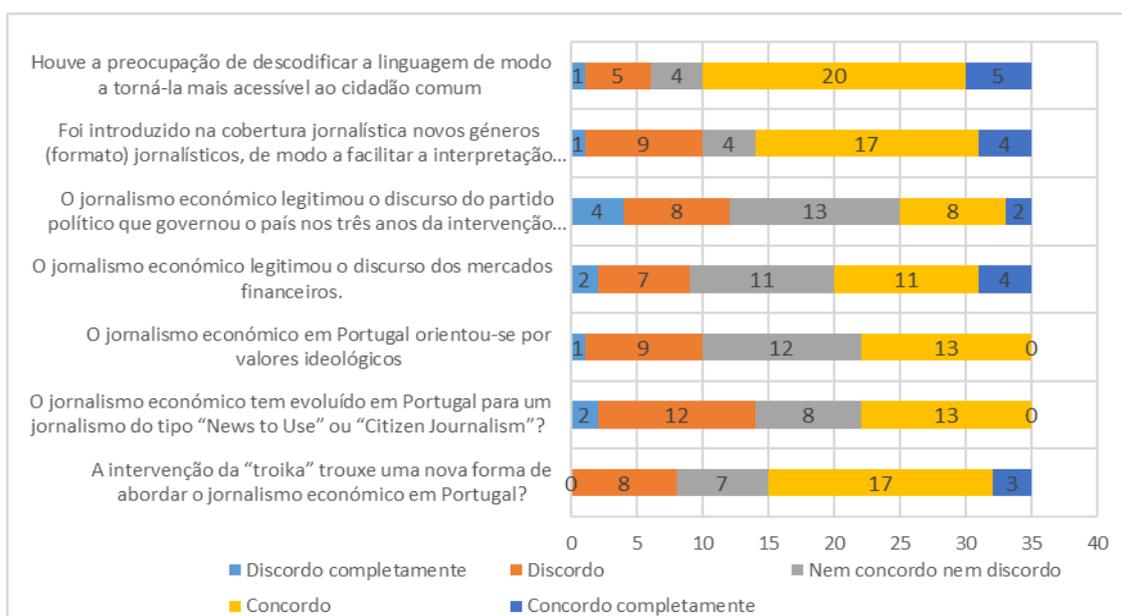


Gráfico 60: Evolução do jornalismo económico em Portugal, Portugal, 2016 (n=35) (resposta múltipla)
 Fonte: Inquérito aos jornalistas da área económica

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Relativamente aos principais critérios de noticiabilidade (valores-notícia) jornalísticos mais relevantes na cobertura da intervenção da *troika* em Portugal, observa-se através do Gráfico 61, que foi o valor-notícia negatividade (20), seguido do significado social (19); amplitude (14); carácter inesperado (12); referência a pessoas de elite (sete), frequência (sete) e clareza (sete). A continuidade foi a resposta de seis jornalistas; a referência a pessoas de elite (cinco); a personalização (quatro); e a ideologia (resposta aberta) foi considerada por um jornalista.

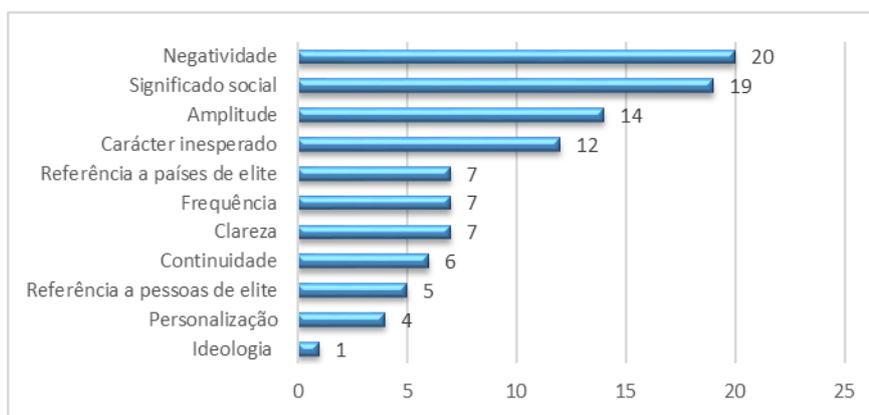


Gráfico 61: Valores-notícia mais relevantes durante a intervenção da *troika*, Portugal, 2016 (n=35) (respostas múltiplas)

Fonte: Inquérito aos jornalistas da área económica

11.1.5. Relacionamento com as fontes no contexto da intervenção da *troika*

Sobre como avaliam a importância da relação que foi estabelecida com as fontes da *troika* no período das avaliações ao programa de ajustamento (Gráfico 62), a maioria dos jornalistas respondeu que foi ‘importante’ (17), seguido da opção ‘muito importante’ (12), e ‘totalmente importante’ (quatro). Apenas um jornalista considerou que foi ‘pouco importante’ (um) e outro ‘nada importante’ (um).

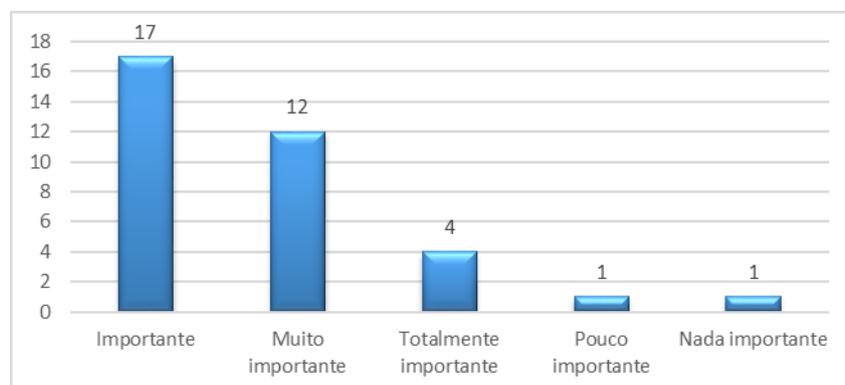


Gráfico 62: Importância da relação com as fontes no período das avaliações, Portugal, 2016 (n=35) (respostas múltiplas)

Fonte: Inquérito aos jornalistas da área económica

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Quanto à questão de saber quais foram as principais fontes de informação observa-se no Gráfico 63, que foram os relatórios do FMI e da Comissão Europeia que tiveram mais expressão no contexto das avaliações da *troika* (26), seguido das fontes governamentais (19); conferências de imprensa do Ministério das Finanças (18), seguido dos comunicados de imprensa da *troika* (oito); agências de *Rating* (seis); agências noticiosas (seis); partidos políticos (quatro); *troika* (um); dados estatísticos e testemunhos pessoais (um) e as agências de comunicação (um).

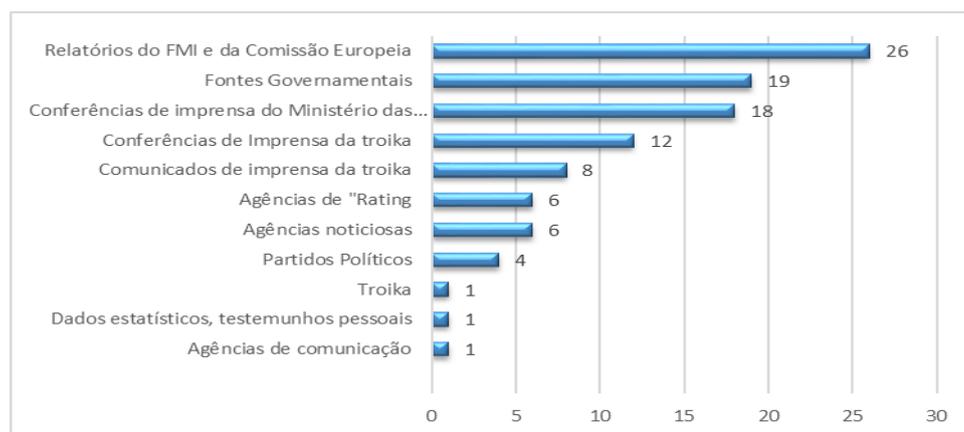


Gráfico 63: Quais foram as fontes de informação no período das avaliações da *troika*, Portugal, 2016 (n=35) (respostas múltiplas)

Fonte: Inquérito aos jornalistas da área económica

Sobre a forma como os jornalistas se relacionaram com as fontes no período das avaliações da *troika* (Gráfico 64) no que diz respeito à primeira opção de resposta “os jornalistas tiveram muitas restrições no acesso às fontes da *troika* aquando das visitas dos técnicos”, a maioria dos jornalistas ‘concordam’ que sim (13), nove ‘discordam’ e nove jornalistas ‘não concordam nem discordam’, três ‘discordam completamente’ e apenas um ‘concorda completamente’. Na segunda opção sobre se “o contacto com as fontes da *troika* era feito por telefone, acesso ao *website* do FMI e da Comissão Europeia e nunca por contacto direto exceto nas conferências de imprensa das avaliações”, a maioria dos jornalistas ‘discorda’ (12), seguido de uma maioria que ‘não concorda nem discorda’ (10) e outra parte que ‘concorda’ (10) Apenas três jornalistas ‘discorda’ desta afirmação. Sobre se “trabalhar num órgão informação ligado a um grupo económico interfere na forma como os jornalistas se relacionaram com as fontes” a maioria ‘discorda’ (13), os que ‘concordam’ (10). Os que ‘discordam completamente’ (nove) e os que ‘não concordam nem discordam’ são apenas três jornalistas. Na opção se “os jornalistas se limitaram a transcrever os resultados das avaliações conforme a informação descrita nos relatórios da

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Comissão Europeia e FMI e nos comunicados de imprensa”, a maioria discorda desta afirmação (13), seguido da opção de resposta “discordo completamente” (10). Alguns jornalistas ‘nem concordam bem discordam’ (oito), três ‘concordam’ e um ‘concorda completamente’ (um). Sobre se “as conferências de Imprensa da *troika*, do FMI e do Ministério das Finanças foram os momentos mais importantes para a divulgação da informação” sobre a intervenção da *troika*, as respostas são equilibradas: uma parte ‘não concorda’ (13) e outra parte ‘concorda’ (13). Apenas seis jornalistas ‘não concordam nem discordam’; um ‘discorda completamente’; e dois ‘concordam completamente’. Quanto à questão de saber se “o poder político exerceu pressão sobre os jornalistas quando os mercados não eram favoráveis ao desempenho de Portugal no decorrer do programa de ajustamento”, 12 jornalistas ‘discordam’, 11 jornalistas ‘não concordam nem discordam’, dez ‘concordam’. Apenas dois jornalistas ‘discordam completamente’. Relativamente à opção “os jornalistas sentiram-se constrangidos em identificar algumas fontes de informação”, a maioria das respostas inscreve-se na opção ‘nem concordo nem discordo’ (12), seguido da opção ‘concordo’ (10), na opção ‘discordo’ (nove), seguido da opção ‘discordo completamente’ (dois) e ‘concordo completamente’ (dois). Sobre se “os jornalistas sentiram necessidade de confrontar várias fontes de informação relativamente a alguns temas, a maioria ‘concorda’ que sim (19), nove jornalistas ‘não concordam nem discordam’ (nove), cinco ‘concordam completamente’ e apenas dois ‘discorda’. Na última abordagem proposta “a *troika* tentou algumas vezes instrumentalizar os jornalistas”, a maioria dos jornalistas ‘nem concorda nem discorda’ (17), seguido da opção ‘discordo’ (10). Quatro jornalistas ‘concordam’ que sim, três ‘discordam completamente’ e apenas um ‘concorda completamente’.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

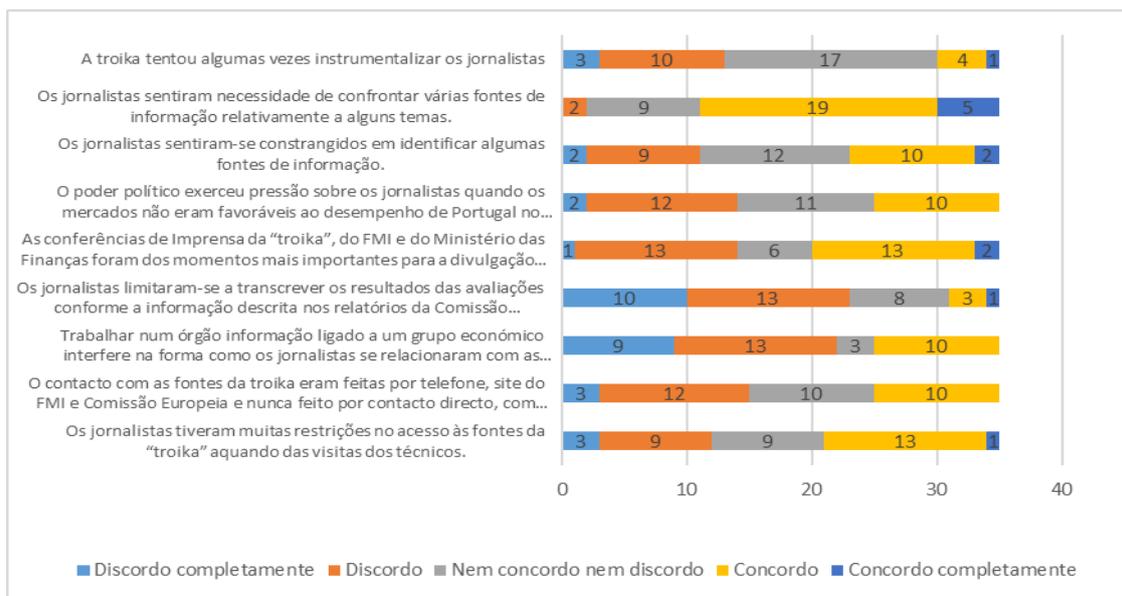


Gráfico 64: Abordagens de relacionamento com as fontes no período das avaliações da *troika*, Portugal, 2016 (n=35) (respostas múltiplas)
 Fonte: Inquérito aos jornalistas da área económica

PARTE IV – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Cap. 12 – As avaliações no contexto da intervenção da *troika* no *Jornal de Negócios* e *Diário Económico*

De entre as diferentes abordagens conceptuais do jornalismo (económico) e das teorias ligadas ao jornalismo (seleção, produção e construção das notícias) que ancoram teoricamente esta investigação, propomos agora discutir os resultados. Através da análise conjunta das técnicas é possível analisar e discutir os resultados, não só sobre a forma como os jornais trataram as avaliações da *troika*, mas considerando também as questões mais substantivas relacionadas com o jornalismo económico, o agendamento, a narrativa e os enquadramentos que ajudam a compreender melhor a *práxis* do jornalismo económico em contexto de crise económica e financeira.

Assim, ao complementarmos a análise de conteúdo com os resultados do inquérito e entrevistas, percebemos os mecanismos que explicam porque é que determinados temas e subtemas da agenda política da *troika* e do Governo português (*policy – agenda*) entraram na agenda mediática dos jornais (*media – agenda*) sobrepondo-se a outros temas, e a forma como as fontes foram preponderantes na configuração dessa agenda, e que podem interferir na definição dos temas da agenda pública (*public – agenda*). É o chamado processo da *agenda – building* e da *agenda – setting* em que os média, Governo

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

e cidadãos se influenciam reciprocamente. Os média apresentam-se nesta perspetiva como os canais de comunicação entre as instituições e os cidadãos e têm um enorme poder social sobre a opinião pública. O desafio aponta, atualmente, para a coexistência e interdependência destas três agendas.

Ao mesmo tempo vamos discutir algumas especificidades do jornalismo económico em contexto de crise económica e financeira: a complexidade dos temas abordados, a descodificação da linguagem e conceitos ligados à Economia e a especialização requerida aos jornalistas da área económica para o tratamento da informação. As práticas jornalísticas de uma redação económica em Portugal através da análise às rotinas dos produtores das notícias (editores, diretores, subdiretores, repórteres, redatores e jornalistas) ajudam a entender os processos produtivos da notícia económica, e os aspetos se distinguem de outras formas de fazer jornalismo.

12.1. O processo das avaliações do programa de ajustamento

A partir do momento em que o programa de ajustamento foi posto em prática Portugal fica sujeito a sucessivas revisões feitas de três em três meses pelos chefes da missão da *troika*. Este processo funcionou como uma atualização dos anteriores ‘Memorandos de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica’ (MECPE). As avaliações aferiam do progresso alcançado em relação aos critérios de política da Decisão do Conselho que estavam especificados no ‘Memorando de Políticas Económicas e Financeiras’ (MEFP) do FMI e no Memorando de Entendimento (MoU). A primeira avaliação trimestral teve lugar no terceiro trimestre de 2011, e avaliou o cumprimento das medidas a implementar até ao final de julho de 2011. As avaliações trimestrais seguintes feitas pelos chefes da missão da *troika*, avaliaram o cumprimento das medidas a ser implementadas até ao final do trimestre anterior na consecução dos objetivos previstos no PAEF.

Se os objetivos não fossem cumpridos, ou caso fosse expectável o seu não cumprimento eram adotadas eventuais medidas adicionais programadas para os meses seguintes de forma a que a consolidação orçamental fosse alcançada. Os objetivos cumpridos e não cumpridos por parte do Governo representam a continuidade ou a descontinuidade relativamente ao cumprimento das medidas constantes do programa. As autoridades portuguesas comprometem-se a consultar o FMI, BCE e Comissão Europeia sobre a

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

adoção de políticas que não fossem coerentes com o ‘Memorando de Entendimento’ inicial bem como prestar todas as informações que lhes fossem solicitadas de forma a serem acompanhados os progressos realizados. Após cada avaliação ser aprovada em reunião do Eurogrupo, eram divulgados os relatórios de avaliação, tanto do FMI como da Comissão Europeia.

As doze avaliações da *troika* representam no *Jornal de Negócios* e no *Diário Económico* esta sucessão de acontecimentos ao longo de todo o programa de ajustamento (2011-2014) que significaram uma sucessão de estados de transformação responsáveis pelo sentido das avaliações que era a consolidação orçamental. O Governo português antes do fecho de cada avaliação, enviava uma carta de intenções à Comissão Europeia e ao BCE a descrever os progressos alcançados em relação às contas públicas, sistema financeiro, e progresso a nível das reformas estruturais. Em cada uma das avaliações eram avaliados os progressos relativamente às medidas implementadas para cada um dos setores da sociedade. O programa acordado com a *troika* baseava-se em três elementos essenciais: 1) a consolidação orçamental; 2) a redução do endividamento; e 3) uma agenda de transformação estrutural que visava mudar a Economia e a sociedade portuguesa. As avaliações foram feitas ao nível da frente orçamental, frente financeira e reformas estruturais, bem como era apresentada as perspetivas nestes domínios.

Os exames regulares das avaliações da *troika* tiveram como principal objetivo observar a evolução das contas públicas e o cumprimento das metas definidas em cada revisão do programa de ajustamento. Todas as decisões políticas que ocorreram a nível do programa de ajustamento foram feitas nas reuniões dos ministros das Finanças da Zona Euro e nos Conselhos Europeus. As revisões permitiam à *troika* avaliar o cumprimento dos objetivos do programa, identificar os pontos fracos e os pontos fortes e identificar os riscos e as ameaças que o país enfrentava e que podiam colocar em causa o alcance desses objetivos.

Da primeira à terceira avaliação, Portugal foi confrontado com uma recessão económica que se vinha agravando desde o início de 2011, motivada pela desaceleração da Economia portuguesa e o agravamento da crise europeia. Assistiu-se na terceira avaliação, a uma degradação acentuada da Economia. Portugal conseguiu evoluir positivamente em relação a algumas medidas previstas, mas alguns indicadores sofreram com a recessão, nomeadamente o desemprego que foi sendo cada vez maior ao longo das avaliações.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Portugal conseguiu avançar em algumas reformas estruturais, nomeadamente na Lei Laboral, na Lei do arrendamento e na Reforma da Justiça, mas continuava com problemas a nível da consolidação orçamental, com o aumento da dívida a fornecedores como uma das variáveis mais difícil de controlar. O corte das rendas da energia também foi um tema transversal a todas as avaliações, com a *troika*, a insistir para as rendas excessivas do setor elétrico. O ajustamento português teria impacto nas contas públicas com vista a atingir-se as metas do défice orçamental e défice externo, e da dívida pública, com impacto no crescimento da Economia. Para isso, foi preciso estudar onde podiam ser feitos os ajustamentos de forma a alcançar-se esse objetivo. A saúde foi um dos setores mais afetados pelos cortes.

Na segunda avaliação, pôs-se em causa o financiamento da Economia e uma das prioridades passou pela desalavancagem bancária, o mesmo é dizer que passava pela redução do endividamento bancário. O aumento de impostos (IVA, IRC) foi outra das medidas do Governo para conseguir atingir a consolidação orçamental, quando noutros setores o ajustamento não produzia efeitos imediatos. Foi o caso das transferências dos fundos de pensões na segunda avaliação.

Na quarta avaliação os temas voltam a concentrar-se nas metas orçamentais, nos cortes do Estado, nas reduções de salários e pensões, descida do IVA e IRC. Os esforços do Governo estavam agora concentrados na flexibilização da meta do défice, numa altura em que a dívida pública foi revista em alta (118% do PIB em 2013). Mais uma vez surgem os desvios orçamentais, mas a *troika* não admitia a flexibilização das metas do défice. A flexibilização dos salários e a redução da TSU também foram temas constantes na narrativa jornalística ao longo das avaliações na imprensa económica. O primeiro-ministro Passos Coelho admitia que a proposta apresentada ao Parlamento refletia as negociações com a *troika* no âmbito da quinta avaliação, e que era um instrumento muito forte para executar o “Memorando de Entendimento”. A quinta avaliação revelou-se a que teve maior agravamento da carga fiscal. Foi um orçamento com medidas muito duras propostas pelo Governo e negociadas com a *troika*.

Os jornalistas do *Jornal de Negócios* e do *Diário Económico* guiaram-se em alguns momentos pelas indicações das agências de notação financeira sobre a perceção de risco sobre Portugal, e sobre o comportamento dos mercados financeiros. A conjuntura

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

económica de países como a Grécia e a pressão sobre Espanha e Itália afetavam Portugal, comprometendo o regresso ao mercado. No discurso jornalístico foram apresentadas as recomendações do FMI e da Comissão Europeia através da descrição das avaliações inscritas nos relatórios destas instituições, bem como as recomendações do Governo. A Comissão focava-se numa medida e o FMI dava enfoque a outras, e apresentavam-se perspectivas para o futuro. O FMI mostrou-se mais apreensivo relativamente ao avanço de algumas medidas e a Comissão apreensiva em relação a outras. Foram apresentadas ao longo do *Jornal de Negócios* e *Diário Económico*, as evoluções positivas em relação a algumas medidas e em relação a outras foram apresentados recuos ou poucos avanços. Os chumbos do TC invertem as perspectivas de cortes programados e inscritos nos OE, obrigando o Governo a ter que seguir outras estratégias para o controlo orçamental.

12.2. A avaliação da *troika* com maior intensidade mediática nos jornais: a sétima avaliação

Portugal na sétima avaliação da *troika* entrou na fase mais sensível do programa de ajustamento, agravada com a recessão que se vivia na Europa. As exportações cresceram apenas 1,4%, metade do previsto na sexta avaliação. O investimento caiu 8%, a tendência do desemprego era para continuar a subir, havia uma crise de emprego, falta de investimento e discutia-se o regresso ou não aos mercados. Nesta fase, negociava-se ainda com a *troika* a flexibilização da meta do défice e discutia-se sobre como se iam implementar mais cortes nos salários e nas pensões. Entre quem falhou e o estado atual da Economia, a sétima avaliação foi um tempo de balanços (entre Governo e *troika*) numa altura em que se começou a refletir sobre a eficácia das decisões conjuntas. Efetivamente, constatou-se que em ano e meio (do início do ano de 2012 ao primeiro semestre de 2013) a Economia não estava a recuperar. A ênfase jornalística recaiu sobre a questão económica, a falta de investimento, a contração do consumo privado, o fraco crescimento das exportações (setor transacionável) e a subida colossal do desemprego. Na questão orçamental, salientou-se como aspetos mais negativos – o défice, que caiu menos que o esperado e à custa de muitas receitas extraordinárias e cortes nas despesas, que foram postos em causa pela Constituição²⁴. A dívida pública atingia nesta altura os 125% do

²⁴ Recorde-se que o primeiro pedido de fiscalização sucessiva de um conjunto de normas do Orçamento do Estado (OE) para 2012, apresentado pelo Presidente da República, Cavaco Silva, deu entrada no Tribunal Constitucional (TC) no dia 2 de janeiro de 2012. Com a necessidade de definir novos cortes na despesa pública e de avançar com a reforma do Estado, o Governo tem de esperar primeiro pela decisão do TC.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

PIB, e colocava em causa a solvabilidade do Estado. Apesar destes indicadores negativos, o saldo da balança comercial revelou-se positivo. A recessão da Zona Euro favoreceu o Governo face aos resultados dos indicadores económicos apresentados.

Ao fazer a análise dos enquadramentos noticiosos da sétima avaliação nos jornais económicos verifica-se que o final de 2012 revelou-se desastroso para a Economia portuguesa com uma contração do PIB de 3,2%. Foi em fevereiro de 2013 que as fragilidades da Economia portuguesa e do programa de ajustamento começam a fazer-se sentir, numa altura em que o BCE revê em baixa as estimativas de evolução da Economia da Zona Euro. Entre outros enquadramentos, contam-se os cortes no valor de quatro mil milhões de euros na despesa pública que foram “promovidos” a um dos principais problemas ao ter gerado uma determinada interpretação (conflito e polémica com a oposição), e uma avaliação (intervenção do TC). O agravamento da recessão no final de 2012 e a falta de consenso interno, obrigaram o Governo a assumir que precisava de mais um ano para cortar na despesa pública.

A sétima avaliação estimulou compreensões e pensamentos que se refletem nos jornais no período de fevereiro a junho de 2013 através de um maior fluxo noticioso em relação às anteriores avaliações, e acaba por revelar-se como aquela que teve maior intensidade mediática. Apesar de ter sido marcada por vários eventos políticos significativos com consequências inevitáveis para vários setores da sociedade, nomeadamente, a perceção de que as políticas de austeridade não estavam a surtir os efeitos desejados, o chumbo do TC, a apresentação das medidas do Governo de corte do subsídio de férias para o setor público e cortes nas pensões, a criação de uma taxa sobre o subsídio de doença e desemprego, de tensões políticas dentro da coligação PSD/CDS-PP (que culminaram mais tarde na demissão de Vítor Gaspar a 1 de Julho de 2013 e na demissão de Paulo Portas a 2 de Julho de 2013, e na escolha de Maria Luís Albuquerque para o cargo de Ministra das Finanças e da passagem de Paulo Portas, de ministro demissionário “irrevogável”, a vice-primeiro-ministro, a conclusão da sétima avaliação foi positiva e aprovada em Conselho de Ministros Extraordinário a 12 de Maio de 2013. A aprovação final do Eurogrupo e do Ecofin, de 20 e 21 de junho de 2013 encerraram a sétima avaliação.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

12.3. A narrativa jornalística e os enquadramentos das avaliações da *troika* na imprensa económica

No contexto da intervenção da *troika* e das avaliações em particular verificou-se que os jornais económicos tendem a seguir os enquadramentos que derivam das fontes institucionais, isto é, o discurso jornalístico reproduziu o discurso do poder (*troika* e Governo), legitimando as fontes do poder. As crises económicas e financeiras geram no jornalismo narrativas complexas e de difícil interpretação que requerem tempo para o aprofundamento das questões, quer do lado de quem produz a informação, quer do lado das audiências.

Os jornais revelaram ao longo do período da crise a tendência para os mesmos enquadramentos noticiosos porque durante vários meses, as discussões políticas estiveram centradas nos mesmos temas e subtemas abordados de forma sistemática e repetitiva. Como principais fontes, observa-se que as fontes institucionais e governamentais foram as que predominaram no discurso jornalístico no período de observação do nosso *corpus* de análise. Neste processo comunicativo, talvez o jornalismo económico devesse ter procurado explorar outras perspetivas recorrendo a outro tipo de fontes, permitindo aos cidadãos ter uma outra visão das medidas propostas pela *troika*, ao invés de ter ficado centrado, quase em exclusivo, aos relatórios do FMI e da Comissão Europeia, conferências de imprensa de Vítor Gaspar, da *troika* e do FMI e nos comunicados de imprensa durante o período das avaliações da *troika*. Mas não foi isso que aconteceu, facto que foi justificado pela jornalista Elisabete Miranda do *Jornal de Negócios*, na entrevista feita pela autora, da necessidade que o jornalismo tem de tempos subsequentes a um determinado acontecimento (neste caso as avaliações da *troika*) para que seja apresentado contraditório: “o facto de o jornalista refletir o discurso político nas peças noticiosas, não quer dizer que comungue daquilo que está a ser dito, apenas que o jornalismo se faz em tempos subsequentes” (Miranda, 2016).

Segundo Vítor Malheiros, uma das causas para a falta de perspetivas apresentadas pode estar relacionada com o facto de o discurso dos poderes não ter “uma contrapartida por parte dos não-poderes, dos desvalidos, dos pobres, dos desempregados, dos doentes dos pensionistas, dos velhos, do “homem da rua”. E não tem essa contrapartida porque os não-poderes não existem de forma organizada, institucionalizada. Os não-poderes não

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

têm porta-vozes nem documentos pré-formatados, não emitem comunicados nem fazem discursos” (Camilo & Santos, 2015, p. 11).

Os jornalistas económicos limitaram-se assim, a reproduzir o discurso do poder e da *troika*, e relataram os acontecimentos tal como estes lhes iam sendo apresentandos, transcrevendo-os de forma objetiva e sem contra-argumentação. As avaliações da *troika* nos jornais económicos acabaram por ser uma representação sistemática e objetiva do relato dos acontecimentos conforme descritos nos relatórios de avaliação do FMI e da Comissão Europeia, e com base nas medidas que iam sendo propostas pela *troika* e executadas pelo Governo. Não houve apresentação do contraditório no contexto das avaliações, o que poderá induzir os leitores na aceitação das propostas políticas, pois ao dar voz apenas ao poder, as audiências correm alguns riscos já que “a voz que se faz ouvir é já manipulatória, performativa”. Esta forma de jornalismo contradiz a própria função do jornalismo que é “produzir democracia porque a democracia é o regime das escolhas” (Camilo & Santos, 2015, pp. 11-12).

12.4. A complexidade dos temas e a (des)codificação da linguagem “economês”

Durante o período da intervenção da *troika* em Portugal houve necessidade dos jornais económicos se massificarem (Garrido, 2015). A cobertura de temas macroeconómicos é do interesse público e diz respeito à democracia e ao desenvolvimento económico de um país. Antes do período da intervenção da *troika*, os jornais económicos dirigiam-se a um público muito específico e especializado, mas com a intervenção da *troika*, os jornalistas foram confrontados com a necessidade de chegar a um público mais alargado, menos segmentado, mais diversificado que obrigou a mudanças editoriais, não só na forma como os conteúdos foram apresentados (recorrendo a formatos jornalísticos explicativos), mas também a mudanças ao nível da linguagem utilizada, empreendendo um tipo mais acessível, substituindo os termos técnicos – o chamado “economês” – por termos mais simples mais tornar mais entendível para os cidadãos perceber as relações de causa e efeito das medidas ao longo do programa de ajustamento. Hoje a *práxis* do jornalismo económico, vê-se confrontada, por um lado, com a lógica mercantil/empresarial e, por outro, com a lógica comunicacional que procura desmitificar conceitos, medidas de política e fenómenos com impacto na vida das pessoas, ou seja, fazer com que as pessoas percebam por exemplo o impacto da inflação nas suas vidas (Vunge, 2017). Para Catarina

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Duarte, a especialização dos jornalistas de Economia tornou-se uma questão fundamental na abordagem dos assuntos da *troika*:

ajudou realmente nós termos pessoas que eram muito especializadas em determinadas áreas. Portanto, já tinham esse *know how* de olhar para as suas áreas com muita atenção e ter uma coisa muito importante que era *background*, porque para analisar o que estava a acontecer também era importante ter todo o passado de cada área especificamente e perceber como é que estava a evoluir. E acho que um dos segredos do sucesso por assim dizer, era ter essas pessoas que realmente percebessem dessas áreas que estavam a analisar (Duarte, 2016).

Uma das prioridades para os jornalistas da área económica no período da *troika* era escrever de uma forma simples, com uma linguagem acessível e direta. Para Catarina Duarte “a ideia era sempre simplificar, desconstruir, não partir do princípio que o meu leitor sabe tudo ou que tenho de escrever para ele de uma forma diferente” (Duarte, 2016). De acordo com Francisco Ferreira da Silva, o que era recomendado aos jornalistas era que fizessem a descodificação dos assuntos para as pessoas porque o “economês” é uma linguagem muito densa, muito técnica e gera desinteresse nos leitores. Assim a “ideia era sempre tentar descodificar ao máximo para um leigo poder perceber” (Ferreira da Silva, 2016). Para Helena Garrido, “houve no contexto da *troika* a preocupação de tornar a linguagem mais simples e mais útil. As pessoas hoje só compram um jornal se tiver informação útil” (Garrido, 2015).

Para Rui Peres Jorge no jornalismo económico, os jornalistas sentem que podem escrever de uma forma mais técnica. Contudo, no período da *troika* admitiu que houve uma preocupação pela simplificação. Apontou vários condicionalismos para que nem sempre essa preocupação tenha existido. O espaço para a escrita jornalística era limitado. E dá um exemplo: “se eu começar a explicar o que é a dívida do mercado secundário e a dívida do mercado primário, muitas vezes, vou deixar de lado outra informação que eu acho que é essencial – se calhar erradamente – porque o leitor se não perceber o que é a dívida primária e a dívida secundária, se calhar não percebe o resto da peça” (Jorge, 2016). Para Elisabete Miranda a mensagem deve ser transmitida de uma forma clara, não só por obrigação profissional, como por obrigação de mercado. Por isso, simplificar a linguagem e torná-la acessível a qualquer pessoa é uma questão fundamental para quem escreve Economia. Esta posição vai ao encontro da perspetiva defendida por Helena Garrido de que o jornalismo económico em Portugal caminha para um tipo de jornalismo utilitário –

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

news to use. Uma das expressões deste tipo de jornalismo é visível nas peças no *Jornal de Negócios* e aparece com o formato ‘saiba como’, ‘saiba porquê’ etc.

Simplificar a linguagem e escrever sobre temas que interessam a todas as pessoas, representa uma forma de conquistar e alargar o leque de público indo ao encontro das suas necessidades. Para José Manuel Rocha do *jornal Público* o jornalismo especializado em Economia tem de ser capaz de orientar as pessoas e dentro de uma crise financeira, deve ajudá-las a gerir os seus orçamentos e ensiná-las a viver economicamente em sociedade (Aranha, 2013). Foi uma das preocupações dos jornalistas da área económica no período da intervenção da *troika* e que já acontecia mesmo antes do período da intervenção (logo após o início da crise financeira internacional de 2008) quando os leitores do *Jornal de Negócios* começaram a manifestar preocupações com as suas poupanças, e que os obrigou a adotar algumas mudanças na forma de transmitir a informação em que a prioridade foi em primeiro lugar procurar responder às preocupações das pessoas.

12.5. A importância da especialização no jornalismo económico

A especialização dos jornalistas da área da Economia foi fundamental para entender a complexidade dos temas abordados no contexto da intervenção da *troika*. Para Catarina Duarte, do *Diário Económico*, o facto de existirem pessoas especializadas no jornal em determinadas áreas foi fundamental porque os jornalistas tinham “esse *know how* de olhar para as suas áreas com muita atenção e ter o *background* necessário sobre o assunto, porque para analisar o que estava a acontecer era importante saber o passado de cada área específica abordada no contexto da *troika*, e perceber como é que essa área estava a evoluir” (Duarte, 2016).

Para Marta Moitinho Oliveira houve uma vertente nova neste contexto, ou seja, os jornalistas que não dominavam uma área, ao abordar um assunto da área do Direito relacionado com o TC, sentiam-se obrigados a assimilar e a aprender um conjunto de informação sobre Direito Constitucional. Para os jornalistas isto significou ter uma perceção diferente do Direito que antes não tinham e que os fez estar mais atentos e a refletir de uma outra forma sobre os temas. Para Rui Peres Jorge a complexidade dos temas gerou nos jornalistas (mesmo com um grau de especialização muito avançado) algum impacto, mas que foi encarado com alguma naturalidade. Os jornalistas tiveram de

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

começar a dar atenção a pequenos detalhes que antes da intervenção da *troika* não ligavam, estudá-los e aprofundá-los. “Não quer dizer que não haja áreas mais específicas, mas que, ou porque mereceram muita atenção mediática, tivemos que começar a dar atenção a pequenos detalhes que não se ligavam antes” (Jorge, 2016).

Um exemplo da atenção que os jornalistas tiveram de dar aos temas da intervenção da *troika*, foi a alteração de enquadramento institucional, da passagem da supervisão bancária para o Banco Central Europeu (BCE). Isso mudou a forma como foi feita a supervisão, das técnicas, dos relatórios e da informação que se tinha que tratar. Constituem-se como desafios, e os jornalistas da área económica encararam isso com alguma naturalidade. “Alguns temas como a desvalorização fiscal que diz respeito a instrumentos de política económica e que foram debatidos em vários países antes de serem debatidos em Portugal, os jornalistas tiveram que ir estudá-los, mas encararam isso com alguma naturalidade” (Jorge, 2016).

O facto de os jornalistas já terem a experiência de lidar com algumas das instituições envolvidas com a *troika* foi um fator positivo. Para Elisabete Miranda, a especialização dos jornalistas da área económica, o facto de trabalharem nas áreas há muito tempo, e de conhecerem o pensamento das instituições, facilitou o tratamento da informação. Com base neste conhecimento e relacionamento institucional, não foi difícil explicar às pessoas o que é que as instituições pensavam, porque é que determinada medida surgiu e qual era o resultado que se pretendia alcançar. O jornalista que acompanhava a área das pensões “consegue perceber qual é o racional que está por detrás daquele pedido” (Miranda, 2016). Contudo, reconhece que este processo nem sempre foi produtivo porque na verdade, “o programa de ajustamento foi sofrendo sucessivos ajustamentos ao longo de todo o processo e nem sempre demos informação de forma clara, pertinente, objetiva” (Miranda, 2016).

Os jornalistas do *Diário Económico* vinham de áreas muito diferentes em termos de formação académica. Alguns tinham como formação base a Economia, outros vinham do Direito e Relações Internacionais e uma parte vinha dos cursos de Comunicação. Mas, os jornalistas que faziam especificamente a área da macroeconomia tinham que ter bases muito sólidas de Economia (Duarte, 2016). Para Catarina Moitinho Oliveira, a maioria dos jornalistas que trabalha na área da Economia vem do jornalismo. São poucos os que

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

vêm da área da Economia ou do Direito. A jornalista não defende a ideia de que, quem faça jornalismo económico tenha que ter formação específica em Economia porque “o conhecimento, o trabalhar a informação, independentemente da área de onde se vem é uma coisa que tem a ver com a cabeça das pessoas e não com a sua formação” (Oliveira, 2016). Para Rui Peres Jorge, a formação específica em Economia não determina que os jornalistas façam melhor jornalismo económico até porque:

o jornalismo faz-se muito de estudo pelo próprio jornalista, pelo esforço de tentativa de compreensão da realidade. Vejo muito bons jornalistas, que não têm licenciatura nenhuma, e escrevem sobre temas económicos de forma muito profunda, e, se calhar, às vezes até têm outras características boas: conseguem contar uma “estória”, de forma que seja mais fácil ser aprendida pelo leitor ou consumidor de informação. Jornalismo, não é só conhecimento técnico, é simplificação da realidade, é também contar a “estória” (Jorge, 2016).

Para Elisabete Miranda, fazer jornalismo económico “exige jornalistas dispostos a aprender” (Miranda, 2016). Ao contrário dos seus colegas da área, Miranda defende que para poder exercer-se jornalismo económico é fundamental ter-se formação em Economia (a sua área de formação) pois só assim se pode evitar que os jornalistas sejam manipulados: “um bom jornalista económico tem que conhecer as matérias sobre as quais escreve em grande profundidade porque só isso é que pode minimizar os erros de manipulação ou erros de interpretação indevida. A manipulação é um problema, é uma situação à qual estamos particularmente expostos” (Miranda, 2016). A jornalista refere-se assim, à importância de os jornalistas económicos dominarem os assuntos económicos de forma a não ficarem vulneráveis às fontes, e não serem facilmente manipuláveis. Daí considerar que o jornalismo económico, “está bastante bem apetrechado para não ser facilmente manipulado para conseguir colocar as questões devidas no tempo devido” (Miranda, 2016).

O conhecimento das matérias sobre as quais o jornalista especializado escreve pode tornar-se bastante útil no relacionamento com as fontes porque, apesar do jornalista dar uma importância acrescida às fontes oficiais, pode ajudar a fornecer pontos de vista diferentes daquilo que a fonte propõe-se apresentar, sendo um contributo essencial para a mudança social (Meyers, 1992, p. 87). A maioria dos jornalistas económicos inquiridos (e os que trabalham nas editoriais de Economia de outras publicações) defendem a necessidade de especialização para produzir informação económica. A formação em

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Economia é das áreas que consideram mais relevante para o exercício do jornalismo económico logo seguida da especialização em jornalismo económico, mercados financeiros e finanças.

12.6. O uso e gratificações no jornalismo económico: regresso ao jornalismo *news to use*

Helena Garrido, então diretora do *Jornal de Negócios* reconhece que houve alterações na forma de fazer jornalismo económico assim que teve início a crise de 2008 com a falência do Banco *Lehman Brothers*. Foi nessa altura que se começou a notar por parte dos leitores preocupações com as suas poupanças em que o *Jornal de Negócios* teve como prioridade responder às preocupações das pessoas. O jornal adotou um estilo de jornalismo que até a essa altura nunca tinha desempenhado – um tipo de jornalismo que é muito o “ADN” jornalístico dos EUA – e que foi visível no período da *troika* – o jornalismo denominado de *news to use* de tipo útil – mas que em Portugal ainda só tinha tido pequenas experiências (Garrido, 2015):

Um jornalismo útil que é muito o ADN dos EUA há muitos anos, e que de repente aqui começa a revelar-se e a afirmar-se, sobretudo nesta fase, em que nós tivemos de avançar com este tipo de papel, reagir quase diretamente às questões que as pessoas nos colocavam em relação à segurança dos seus depósitos. Esta foi se quiser, a primeira grande fase, o primeiro grande impacto em termos de conteúdo editorial da crise (Garrido, 2015).

O jornalismo económico português influenciado pelo *ADN* (matriz) original dos EUA, acaba por ser um jornalismo de tipo utilitário que procura esclarecer diretamente os cidadãos do que propriamente ser jornalismo de investigação. Para Elisabete Miranda, no jornalismo económico em Portugal os jornalistas vivem momentos gratificantes quando uma peça jornalística consegue, por exemplo, provocar a inflexão de uma política, com consequências na vida das pessoas. Elisabete Miranda do *Jornal de Negócios*, inscreve-se mais no tipo de jornalismo utilitário: “no jornalismo mais utilitário escrevo sobre segurança social e fiscalidade, temas que se prestam muito ao esclarecimento direto das pessoas e em que aspetos as escolhas políticas vão influir nas suas vidas, e de que modo é que se devem preparar e como se devem ajustar” (Miranda, 2015). Essa forma de fazer jornalismo contribui para uma maior proximidade e contato com os leitores, e o jornal tem vindo a diversificar o tipo de leitores. O jornal servia um determinado tipo de leitores (classe A e B - classe média alta) e com a intervenção da *troika*, os jornalistas da área

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

económica perceberam este alcance quando começaram a ser contactados por leitores que “não estávamos à espera que nos contactassem” (Miranda, 2015). De repente percebeu-se que “há muitas pessoas, se calhar, com menos níveis de literacia, às quais a informação chega e que acabam também por nos ler, acabam por não ficar totalmente esclarecidos e telefonam-nos e acabam por tirar dúvidas complementares. Esses são momentos muito gratificantes” (Miranda, 2015).

Para Helena Garrido, o primeiro impacto da crise económico-financeira em termos de conteúdo editorial foi quando se procurou responder às preocupações das pessoas. Os jornalistas tiveram de reagir quase diretamente às questões que as pessoas colocavam em relação à segurança dos seus depósitos. O segundo impacto está relacionado com a fase em que os países vão caindo (Grécia, Irlanda) e depois há a fase da resistência do Governo Português ao pedido de ajuda. O acompanhamento deste processo foi diário e coube ao *Jornal Negócios* fazer o pedido de ajuda externa indiretamente, através de uma entrevista dada por escrito pelo ministro das Finanças, Teixeira dos Santos que acabou por precipitar o pedido de ajuda sem o conhecimento prévio do primeiro-ministro José Sócrates (Garrido, 2015). Na terceira fase, já com a *troika* em Portugal, o jornalismo económico regressa ao jornalismo *news to use* na área da macroeconomia. Foi esta a grande afirmação do jornalismo económico na fase da *troika* – o jornalismo de tipo útil que não existia em Portugal, mas que era muito usado nos EUA há vários muitos anos, sobretudo, o económico e financeiro, onde existem muitas revistas e quase todos os jornais de referência têm secções do tipo, ‘como poupar’, ‘onde investir o seu dinheiro’, ‘como encontrar emprego’, ‘como preparar um currículo’, etc. (Garrido, 2015).

Em Portugal, tinha havido pequenas experiências, quer no *Jornal de Negócios* quer no *Diário Económico*, mas sem grande expressão. Existiu uma revista que foi lançada pelo jornal *Público* e que fechou – a “Carteira”. Havia alguns nichos, mas não estava massificado e não tinha ainda contagiado os jornais ditos de referência de Economia (Garrido, 2015). A grande afirmação e massificação (massificação no sentido de ser mais abrangente) do jornalismo de tipo útil – *news to use* – só começa a verificar-se quando as pessoas são confrontadas com a possibilidade de falência de um banco, algo que nunca tinha sido pensado, mesmo no 25 de abril quando os bancos foram nacionalizados (Garrido, 2015). Em 2007-2008, as pessoas foram confrontadas com a possibilidade de um banco falir (como se viu nos outros países) com filas de pessoas a querer levantar o

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

seu dinheiro (caso da Grécia) e a querer perceber como tudo funcionava para salvaguardar as suas poupanças. No *Jornal de Negócios* em toda a ‘era’ da *troika*, a abordagem que os jornalistas fizeram dos temas (além dos conflitos com o Governo que é normal e que é uma das áreas mais exploradas pelos jornais generalistas), foi uma abordagem de informação útil: o que é que vai mudar? Tudo o que fossem propostas da *troika* que afetassem a vida das pessoas, a abordagem ia sempre no sentido da abordagem útil. Isto foi uma grande novidade no jornalismo económico no período da *troika* (Garrido, 2015). Também os jornalistas de outras publicações que trabalham na editoria de Economia quando inquiridos sobre se o jornalismo económico tem evoluído para um jornalismo de tipo *news to use*, a maioria acha que sim, mas uma parte acha que não.

Helena Garrido, sempre trabalhou a área da macroeconomia no jornalismo económico. A informação macroeconómica era uma informação clássica – *à la Financial Times* – de análise de grandes agregados. No período da *troika* a abordagem das editorias de Economia passou a ser uma abordagem de informação útil, ao mesmo tempo que se fazia a análise dos grandes números, dos impostos, e os efeitos dos impostos com simulações, folhas de cálculo no *website* do jornal, para que as pessoas pudessem escrever o seu rendimento e ver o efeito que aquilo dava” (Garrido, 2015). Isto massifica-se no tempo da crise. “Se se comparar, por exemplo, o que é hoje um jornal de Economia com o que era há dez anos, vê-se que hoje, o *news to use* está muito mais presente. No *Jornal de Negócios*, antes da crise económico-financeira, “basicamente o que nós fazíamos era: as receitas fiscais vão aumentar, não sei quantos por cento, e o que nós fizemos no período da *troika* foi além de dizer que as receitas fiscais iam aumentar, explicávamos às pessoas como é que aquilo ia acontecer e que efeitos é que ia ter no seu bolso etc. Tivemos muitos trabalhos desse género, por exemplo, quando o Vítor Gaspar anunciou em outubro de 2012, o “enorme aumento de impostos” para 2013” (Garrido, 2015). É neste sentido que para Marta Moitinho Oliveira, o jornalismo económico pautou-se por um tipo de jornalismo mais explicativo:

Havia muito trabalho explicativo que passou a ser feito, porque começaram também a surgir muitas medidas, que era preciso fazer muito aquele tipo de trabalho de informação para as pessoas, porque a vida das pessoas estava a mudar muito, havia muitas medidas que incidiam sobre o bolso das pessoas, e que era preciso explicar ao detalhe, o que é que estava a acontecer. As medidas, por vezes, como na maior parte das medidas, quase todas praticamente, tratavam-se de cortes e direitos que as pessoas tinham até aí, havia interesse muito grande pela informação sobre, como é que isto vai afetar o meu bolso, e, portanto, o jornal de Economia tinha muito

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

esse papel de explicar mensalmente o que é que aquilo pode refletir, como é que se pode refletir no seu salário, como é que se pode refletir nos seus dias de férias, enfim, como é que se pode refletir na vida em geral de cada uma das pessoas (Oliveira, 2016).

Para Tiago Freire, subdiretor do *Diário Económico*, o jornalismo económico ganhou sem dúvida, um grande peso com a crise económica e financeira. Existe um antes e um depois da falência do *Lehman Brothers* em 2008 para o jornalismo económico no sentido em que:

Há um maior interesse por parte dos leitores, os leitores não só procuraram mais informação especializada, com os jornais especializados, como os próprios jornais generalistas, as televisões, as rádios, toda a gente passou a tratar de temas que não eram pura e simplesmente tratados. Tenho sérias dúvidas que há cinco anos atrás ouvíssemos numa rádio generalista falar de rácio da dívida pública sobre o PIB, e coisas desse tipo, coisas consideradas demasiado esotéricas, demasiado herméticas, as pessoas não queriam saber (Freire, 2015).

Marta Moitinho Oliveira, reforçou a importância das peças jornalísticas de teor mais explicativo durante o período da intervenção da *troika*, expressas no formato jornalístico ‘análise ou inquérito’. Havia muito trabalho explicativo que passou a ser feito com a intervenção da *troika* porque começaram a surgir muitas medidas ao longo da execução do programa de ajustamento e era preciso dar informação às pessoas, porque muitas das medidas incidiam sobre o bolso das pessoas, e era preciso explicar ao detalhe o que estava a acontecer. Muitas medidas incidiam sobre cortes e direitos que as pessoas tinham adquirido e havia muito interesse pela informação que esclarecesse sobre a forma como essas medidas iam afetar bolso das pessoas. O *Diário Económico* teve muito essa vertente de procurar explicar mensalmente em que aspetos, as medidas se iam refletir nos salários, pensões, subsídios de férias, ou seja, como é que as medidas se iam refletir na vida da sociedade em geral, e na vida de cada uma das pessoas em particular (Oliveira, 2016)

Para Helena Garrido, e Tiago Freire, as mudanças editoriais foram visíveis ao nível do género jornalístico “Perguntas & Respostas” (P&R) em que foi recorrente o uso de glossários, simuladores, explicadores (Garrido, 2015; Freire, 2015). Este género embora tivesse sido muito utilizado ao longo do período da *troika* verificou-se na análise de conteúdo aos jornais (no contexto das avaliações da *troika*), que não foi o género mais utilizado nas peças noticiosas, em que os conteúdos noticiosos eram muito baseados nos relatórios de avaliação do FMI e da Comissão Europeia, informação mais objetiva, factual e descritiva. Para Catarina Duarte, existiram muitos pontos de leitura na forma de

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

“perguntas frequentes” ou “explicadores” quando os assuntos eram mais técnicos. Este formato tinha como objetivo sistematizar a informação porque “está provado que quando uma pessoa abre o jornal, e a mancha de texto é enorme, a sua atenção dispersa” (Duarte, 2016). Para Marta Moitinho Oliveira, o género ‘P&R’ (Perguntas & Respostas) passou a ser utilizado de forma muito frequente no período da *troika* porque “as medidas eram muitas, em muitas áreas, e depois elas iam mudando, iam surgindo outras novas, e depois não era suposto haver mais medidas, mas afinal tinha que haver mais medidas, e, portanto, justificava muito esse formato, passou a ser muito usado” (Miranda, 2016).

Para Rui Peres Jorge, as peças com a designação ‘P&R’, ‘saiba quais são’, ‘ideias-chave’, ‘o que muda’ etc., são peças complementares que podem também aparecer também no género ‘caixa’. A mesma importância deste tipo de formato foi partilhada por Francisco Ferreira da Silva, subdiretor do *Diário Económico*, “porque ajuda o leitor a perceber do que é que estamos a falar e torna a leitura mais fácil em vez de seguir tudo num encadeado da mesma notícia” (Silva, 2016). A notícia deste formato jornalístico está, normalmente, relacionada com a notícia principal, não sendo necessário fazer referência à fonte que já aparece mencionada no texto da notícia principal.

Para Elisabete do Miranda, esse tipo de peça faz parte do esforço que o jornalismo económico português tem vindo a fazer nos últimos anos, de ir ao encontro das necessidades das pessoas, de conquistar e alargar o leque do público/leitor. Helena Garrido, reforçou a dimensão que o género jornalístico ‘P&R’ ganhou no período da intervenção da *troika*. “O ‘P&R’, o ‘saiba tudo’, ou as ‘dez principais mudanças’, é uma forma de organizar a informação de forma sistematizada que passou a afirmar-se bastante nesta fase da *troika*” (Garrido, 2015).

Assim, o género jornalístico que predominou no contexto das avaliações da *troika*, tanto no *Jornal de Negócios* como no *Diário Económico*, foi o género ‘notícia’. No entanto, houve necessidade de recorrer em alguns momentos às peças mais explicativas para aprofundar alguns tópicos sobre a notícia principal relativamente às medidas a implementar ou medidas adicionais. No caso do *Jornal de Negócios*, o género jornalístico mais predominante logo a seguir à ‘notícia’ foi a ‘análise ou inquérito’ e no *Diário Económico* foi a ‘caixa’. A ‘análise ou inquérito’ foi pouco utilizado no *Diário Económico* porque o jornal optou por complementar, esclarecer, aprofundar ou

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

sistematizar alguns elementos da notícia principal, no formato de várias ‘caixas’, ou em ‘colunas/breves’, género utilizado com mais frequência.

12.7. Práticas e rotinas no jornalismo económico: do *gatekeeping* ao *newsmaking*

As rotinas produtivas dos jornalistas obrigam a que na fase da construção da notícia se possa oferecer mais do que uma versão da história, apresentar dados extra, citar diretamente as suas fontes, estruturar o texto pela ordem de importância descendente, e separar os fatos das opiniões (Tuchman, 1972). Muitas destas rotinas não conseguiram ser cumpridas no contexto das avaliações da *troika*, e o resultado das notícias que eram expectáveis acabou por não acontecer, assistindo-se a uma uniformização de conteúdos em ambas as publicações. Esta uniformização acaba por ter consequências na opinião pública. Noelle-Neumann (1973) já tinha salientado que a poderosa influência dos média se deve ao facto de tenderem a coincidir nos pontos de vista e nas argumentações – a “consonância”, isto é, a informação veiculada pelos diferentes órgãos de comunicação acaba por ser muito idêntica, devido à forma semelhante com que as notícias são construídas e fabricadas e que deriva em grande parte dos critérios de noticiabilidade por que se regem os jornalistas, e a dependência em relação a certas das fontes, e de o fazerem continuamente – “acumulação”) (Sousa, 1999). Ao evocar a consonância, Noelle-Neumann refere-se à uniformidade dos conteúdos sobre determinado evento ou acontecimento com consequências na formação da opinião pública pela escassez ou limitação das informações divulgadas. As decisões tomadas pelos *gatekeepers* dos jornais económicos estudados resultaram em imagens uniformes da realidade social, quer na forma, quer no conteúdo. Essa uniformização tem muito a ver com a fase que antecede o *agenda-setting*. Os canais e fontes de informação (fontes governamentais e da *troika*) a partir dos quais as notícias sobre as avaliações se desenvolveram foram as mesmas para os jornalistas de ambas as publicações. O contacto com as fontes, antecedeu o processo do *agenda-setting* e foram determinantes para que as notícias tivessem sido o que foram, e para que determinados temas e subtemas tenham entrado na agenda mediática – é o chamado processo de *agenda-building*. Esse predomínio pode ser explicado pelo facto de o Governo português ter estado obrigado a cumprir um ‘Memorando de Entendimento’ da *troika* e esse documento condicionava quase todas as decisões políticas. A oposição no Parlamento teve muito pouco espaço de manobra para influenciar as decisões políticas (Duarte, 2016).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

O fenómeno da crise começou a ganhar visibilidade mediática em 2008, e a provocar mudanças nas práticas e rotinas dos jornalistas da área da Economia, das empresas e das finanças, obrigando-os a adotar uma linguagem mais universal ajustada à complexidade dos temas abordados (Guerreiro e Marques, 2008). Helena Garrido, reconheceu que houve alterações na forma de fazer jornalismo económico assim que começou a crise de 2008, em que o *Jornal de Negócios* começou a fazer vários trabalhos de esclarecimento da opinião pública sobre os acontecimentos à volta da crise porque começou a notar-se por parte dos leitores uma grande preocupação com a segurança das suas poupanças (Garrido, 2015). No final de 2009 e início de 2010, surgem os primeiros sinais da crise das dívidas soberanas. No *Jornal de Negócios*, o impacto que a crise começou a ter em termos de conteúdo editorial numa primeira fase foi procurar responder às preocupações das pessoas relativamente à segurança dos bancos cabendo ao jornal o papel de mediador entre as preocupações das pessoas e o próprio sistema financeiro. Este papel de mediador representou para o jornalismo económico uma mudança nas rotinas e nos conteúdos editoriais.

Contudo, os jornalistas do *Jornal de Negócios* e do *Diário Económico*, já tinham rotinas pré-estabelecidas nos jornais que não foram alteradas na sua essência com a intervenção da *troika*. As fontes de informação da *troika* (FMI, BCE e Comissão Europeia), representam uma das alterações na rotina pré-estabelecida nos jornais por ter sido a primeira vez que os jornalistas estabelecem contacto com os interlocutores dessas instituições. No período da *troika* produziram-se documentos oficiais (relatórios de avaliação do FMI e Comissão Europeia), documentos novos para os jornalistas. Também o volume de informação foi grande e imprimiu aos jornalistas económicos um ritmo e uma intensidade de trabalho muito maior face àquilo que era a normalidade de trabalho nas redações. A quantidade de informação foi relevante, não só nos períodos que antecediam as visitas da *troika* para avaliação do programa de ajustamento, mas também nos dias das visitas propriamente ditos e nos dias após as visitas (Duarte, 2016).

A novidade foi um dos critérios de noticiabilidade mais importante ao longo de todo o programa de ajustamento, porque tudo o que estava relacionado com a *troika* era novidade. Ao longo das sucessivas revisões ao ‘Memorando de Entendimento’, havia sempre alterações a introduzir nas rotinas produtivas que se traduziram para o jornalismo económico em novidade. A novidade é um dos requisitos fundamentais para que um

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

acontecimento se transforme em notícia (Traquina, 2007) e as avaliações da *troika* cumpriam esse requisito.

Para Francisco Ferreira da Silva, a intervenção da *troika* em Portugal alterou as práticas e as rotinas jornalísticas na redação porque “toda a economia portuguesa mexeu com esta crise” (...) e tudo isso se refletia nas pessoas, e refletia-se também na forma como os jornais tratavam a informação, porque as pessoas passaram a ter cada vez mais interesse pela Economia” (Silva, 2016). Com a crise económica e financeira, assistiu-se no jornalismo económico a alterações na forma de fazer jornalismo em que era dada uma importância acrescida às preocupações, anseios e inquietações das pessoas sobre o que se estava a passar à sua volta. Para ir ao encontro do público leitor, os jornais optaram por um estilo que procurava responder às suas necessidades. Para Catarina Duarte “a mecânica do dia-a-dia de fazer um jornal não foi alterada. Havia uma mecânica instalada, uma forma de fazer o jornal diariamente que se manteve” (Duarte, 2016). As alterações foram mais visíveis ao nível do *core business* do jornal, isto é, no período do ajustamento a questão económica e financeira passou a ser o assunto mais importante do jornal económico, em que o volume de informação para tratar durante os quatro anos do programa de ajustamento, imprimiu um ritmo maior ao jornal que não existia antes (Duarte, 2016).

Para Marta Moitinho Oliveira, a grande alteração das rotinas e das práticas jornalísticas verificadas ao longo do período da intervenção da *troika*, relaciona-se com a intensidade da informação, diretamente ligada ao ritmo de trabalho e dos próprios conteúdos noticiosos que não se mantinham estáveis ao longo do dia, e em que “muitas vezes as coisas iam mudando com bastante intensidade ao longo do próprio dia” (Oliveira, 2016). Essa intensidade informativa que variava bastante ao longo do dia, fez com que se deixasse de ter algumas rotinas que existiam antes no jornal, porque os jornalistas estavam à mercê do desenrolar dos acontecimentos, e era uma situação muito diferente daquilo que era a normalidade da redação. No *Diário Económico*, o processo de seleção das notícias sobre a intervenção da *troika* começava com a realização de uma reunião diária da parte da manhã, onde estavam presentes todas as áreas de decisão do jornal (direção, editores ou coordenadores de cada secção, e os editores executivos) para se perceber qual ia ser a dinâmica mediática daquele dia. Os editores levavam para a reunião as propostas sobre o trabalho que iam fazer, e começava-se a fazer o esboço do jornal. No final da

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

reunião, os editores e coordenadores reuniam-se e analisavam as propostas do que os jornalistas se propunham fazer naquele dia. A seguir ao almoço havia uma segunda reunião onde as ideias já tinham que estar mais consolidadas. Durante a tarde, executavam-se as ideias, e no final do dia (por volta das 19 horas) havia uma terceira e última reunião. Nesta fase já tinham sido tomadas decisões e o trabalho já estava bastante adiantado. Começava-se então a preparar a primeira página e a ver todos os conteúdos do jornal. Esta foi a rotina diária do *Diário Económico*, funcionava bem e não foi alterada (Duarte, 2016). Outro ponto que se destacou e marcou a diferença nas práticas e rotinas jornalísticas, foi o facto de os jornalistas recorrerem muito à televisão. Havia muita informação que era transmitida pela televisão porque ela estava presente nas reuniões do Eurogrupo em Bruxelas. Como o *Diário Económico* não tinha correspondentes em Bruxelas, o acompanhamento dos acontecimentos era feito pela televisão. As conferências de imprensa, ou uma declaração do Governo ao país, constituíam-se como momentos-chave da cobertura pela televisão, e que o *Diário Económico* utilizava como fonte de informação. Outra alteração visível nas rotinas foi o uso das redes sociais (*Facebook* e *twitter*) pela quantidade de informação que circulava nestes meios, constituindo-se como um grande difusor da informação. Marta Moitinho Oliveira, recorda que teve de organizar o seu *twitter* de forma a seguir os principais correspondentes dos jornais em Bruxelas, e acompanhar o que eles publicavam sobre os acontecimentos da *troika* (Oliveira, 2016).

Para Rui Peres Jorge do *Jornal de Negócios*, a *troika* alterou as práticas e as rotinas jornalísticas nas redações em todos os momentos da intervenção da *troika*, porque a equipa acabou por se juntar para cobrir um acontecimento com grande intensidade mediática. Embora considere que não tenha mudado nada na sua essência (no sentido de que não mudou a rotina de como se faz jornalismo) admite que mudou a necessidade de cobrir um evento específico que teve a “particularidade de ser longo e de influenciar muito a política nacional e as escolhas de política económica nacional” (Jorge, 2016). Outras alterações que aponta estão relacionadas com o fluxo noticioso das avaliações da *troika*, quer na sua antecipação, quer depois na tentativa de cobertura dos principais temas da visita, quer ainda, num terceiro momento, aquando da publicação dos relatórios de avaliação do FMI e da *troika*, que decorreram no terreno num determinado mês, e que depois foram publicados (entre um mês a um mês e meio depois), sensivelmente. Nesses

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

três momentos, a redação do *Jornal de Negócios* focava muito a sua atenção nos principais temas em forma de balanço do que tinha decorrido desde a última avaliação, e as recomendações feitas até à antecipação dos novos temas que muitas vezes surgiam nas avaliações (Jorge, 2016). Estes momentos refletiram nos dois jornais económicos, aquilo que foi a narrativa jornalística e os enquadramentos noticiosos das avaliações. Elisabete Miranda, partilhou da mesma opinião acerca das rotinas jornalísticas: “as práticas e as rotinas jornalísticas foram alteradas, porque viveu-se um período de grande intensidade de trabalho”. Não foi necessariamente um período produtivo, mas foi um período em que houve muita medida, muita contra-medida, muita medida anulada” (Miranda, 2016). O facto das instituições envolvidas (FMI, BCE e Comissão Europeia) nem sempre terem posições alinhadas entre si, gerou três anos de grande intensidade de trabalho alterando as rotinas (Miranda, 2016).

Para Elisabete Miranda, no período de intervenção da *troika*, o *online* generalizou-se nas redações, contribuindo também para alterar as rotinas produtivas. Os jornalistas tiveram que se desdobrar por múltiplas plataformas, e os artigos dos jornais representaram apenas uma pequena amostra daquilo que foi o grande volume de trabalho das redações (Miranda, 2016). Mas o *online* teve alguns inconvenientes na fase da seleção das notícias, dado que “veio trazer uma pressão acrescida, do tempo que nós temos de reagir às notícias, nos tempos que temos para escrever, e isso conduz a uma deterioração dos conteúdos, a uma menor capacidade analítica, portanto acabamos por dar menos valor acrescentado às notícias” (Miranda, 2015). A jornalista justificou desta forma, porque é que as notícias por vezes não têm o aprofundamento, e não são tão esclarecedoras como deveriam ser ao sublinhar que “enquanto na banca há dois jornais económicos que disputam a atenção do leitor (*Jornal de Negócios* e *Diário Económico*) no *online* existem dezenas de plataformas, e isso obriga à velocidade: “nós não só temos que escrever, como temos que ser os mais rápidos” (Miranda, 2015).

Os jornalistas vivem hoje numa encruzilhada no seu dia-a-dia. O tempo da *troika* foi um período de tempo muito intenso que alterou as rotinas devido à intensidade da informação, e porque os jornalistas tiveram que competir com outros meios, onde a informação circulava a um ritmo muito mais acelerado. Isso exigiu por parte dos jornalistas da área económica, um esforço de adaptação muito grande, levando muitas vezes a qualidade da

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

informação no meio impresso a refletir esse desdobramento do trabalho dos jornalistas por vários meios.

A intervenção da *troika* foi um acontecimento vasto e complexo que exigiu também aos jornalistas da área económica, uma adaptação a um novo contexto político, social e económico. Embora não tenha alterado de modo profundo aquilo que já eram as rotinas jornalísticas habituais na redação dos jornais, obrigou a uma logística de produção jornalística que teve de ir ao encontro das expectativas de um público massificado, diversificado e menos segmentado (Garrido, 2015). No *Diário Económico*, ainda dentro das práticas e rotinas ligadas ao processo de produção da notícia no contexto da *troika*, os jornalistas eram obrigados a respeitar uma hierarquia. Havia uma direção, várias chefias intermédias, editores e coordenadores de cada secção, editores executivos e jornalistas. Os editores e coordenadores tinham responsabilidades com a sua secção. Cada jornalista acompanhava uma área muito específica que tinha a ver com os seus conhecimentos, e tinha fontes nessas áreas com quem mantinham relações privilegiadas. Na maior parte das vezes, era através dessas fontes a única forma de acompanhamento das medidas do programa de ajustamento e dos sucessivos ajustamentos a que foi sujeito.

A rotina do jornal sobre o processo de seleção das notícias sobre a intervenção da *troika* tinha início no *Diário Económico*, com a realização de uma reunião diária da parte da manhã onde estavam presentes todas as áreas de decisão do jornal (direção, editores ou coordenadores de cada secção, e os editores executivos) para se perceber qual a dinâmica mediática daquele dia. Os editores levavam para a reunião as propostas sobre o trabalho que iam fazer, e começava-se a fazer o esboço do jornal. No final da reunião, os editores e coordenadores reuniam as propostas daquilo que os jornalistas se propunham fazer naquele dia. A seguir ao almoço havia uma segunda reunião onde as ideias já tinham que estar um pouco mais consolidadas. Durante a tarde, executavam-se as ideias, e no final do dia (por volta das 19 horas) havia uma terceira e última reunião. Nesta fase já tinham sido tomadas decisões e o trabalho estava bastante adiantado. Começava-se a preparar a primeira página e ver toda a matéria do jornal (Duarte, 2016).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

12.8. A importância da Economia e do jornalismo económico na vida dos cidadãos com a intervenção da *troika*

A intervenção da *troika* em Portugal despertou o interesse dos portugueses pela Economia. Para Helena Garrido, a intervenção da *troika* em Portugal gerou “um economista dentro de cada português (...) que foi um dos aspetos bastante positivos. As pessoas começaram a interessar-se mais por assuntos económicos, e hoje em dia conseguem entender alguns termos económicos (Garrido, 2015). Foi através da implementação de muitas medidas na Economia nacional por parte da *troika*, que fez com que as pessoas ficassem mais despertas para a Economia. Para Elisabete Miranda os temas e assuntos económicos, têm vindo a ganhar cada vez mais preponderância na vida das pessoas, e a intervenção da *troika* foi um contributo positivo desse ponto de vista: “toda a gente já sabe o que é o défice, o que é a balança comercial, e o que é que é a inflação. As pessoas começam a ter algumas noções básicas de Economia. A intervenção da *troika*, como trouxe muitas medidas com impacto direto na vida das pessoas, isso fê-las também despertar um bocadinho mais para a Economia” (Miranda, 2016).

Para Catarina Duarte, o período da intervenção da *troika* fez com que as pessoas procurassem mais informação económica, porque tudo o que estava relacionado com a *troika* estava a acontecer na vida delas. O jornalismo económico ganhou com isso um maior fôlego. As pessoas começaram a dar muita importância nesse período aos jornais económicos (Duarte, 2016). Marta Moitinho Oliveira, partilha do mesmo ponto de vista, de que a intervenção da *troika* em Portugal gerou uma procura acrescida por informação económica (Oliveira, 2016). Rui Peres Jorge também assume que os temas económicos têm vindo a ganhar importância, e que as pessoas hoje, se interessam cada vez mais por temas económicos. Isso é notório porque, segundo o jornalista, “de repente ouvimos pessoas falar com algum conhecimento sobre agências de *rating* que é uma coisa que há seis anos atrás era bastante “esotérico” e agora discutimos, se somos lixo, se não somos lixo” (Jorge, 2016). Atualmente, as preocupações quotidianas das pessoas passam também muito pelas questões económicas, e estão presentes em questões como, “se os bancos estão seguros, não estão seguros, é mais rentável ou mais arriscado pôr dinheiro em fundos de investimento, pôr dinheiro em ações, quais são os cuidados que temos que ter com isso” (Jorge, 2016).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Para Camilo Lourenço, colunista do *Jornal de Negócios*, o jornalismo económico na sociedade atual adquiriu uma grande importância. A intervenção da *troika* constituiu-se como o grande causador para que isso acontecesse, afirmando que: “o que se passou desde 2011 com o programa de ajustamento da economia portuguesa, deu ao jornalismo económico um peso que não existia até essa altura” (Lourenço, 2017). Ao referir-se ao jornalismo económico atual, considera que “se nos anos 90, por exemplo, a importância do jornalismo económico media-se sobretudo pelas empresas e pela ligação à UE, hoje em dia, mede-se muito pela macroeconomia e pela parte pessoal da perda dos rendimentos, dos prejuízos dos bancos, etc.” (Lourenço, 2017). Hoje não existe um português que não tenha ouvido falar de *rating*, ou que não saiba o que significa a palavra ‘mercados’, ou o que é a instituição FMI ou BCE. Contudo, lamenta que o jornalismo económico português não seja mais profissionalizado, e tenha perdido muita massa cinzenta nas redações nos últimos quinze anos (Lourenço, 2017). Também, a maioria dos jornalistas inquiridos, que trabalham em jornais económicos e outros que integram publicações com editoriais de Economia, consideram que o jornalismo económico é totalmente importante na sociedade atual.

12.9. Jornalismo económico versus jornalismo generalista

Nas redações dos jornais generalistas há uma divisão dos profissionais em duas categorias: os grandes repórteres, repórteres principais ou especialistas que cobrem uma área específica e articulada, e jornalistas generalistas que redigem qualquer tipo de informação e atividade (Gans, 1979, p. 131). Nas redações dos jornais económicos portugueses essa divisão não se colocou. Os jornalistas são à partida especialistas, e a sua formação abranje as áreas de Economia, Gestão e Direito, porque têm de dominar a área das Políticas Públicas e das Finanças.

Catarina Duarte diferencia o jornalismo económico de outras formas de fazer jornalismo, porque no jornalismo económico “tudo é Economia” e “é verdade que tudo pode ter um olhar económico” (Duarte, 2016). A ideia do jornalismo económico é conseguir ver o racional económico por detrás dos acontecimentos, o racional financeiro, quanto é que custa, quais são as empresas envolvidas, que negócio é que aquilo pode trazer. Considera ser necessário “olhar para os acontecimentos, ver quais são os que estão a dominar a atualidade, e perceber quais são os que não se encaixam no *Diário Económico*. A partir

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

daqui é preciso olhar para os acontecimentos de um ponto de vista económico e acrescentar uma mais-valia que os jornais generalistas não atribuem” (Duarte, 2016). Para Marta Moitinho Oliveira com formação académica em Economia, e que sempre fez jornalismo económico, as diferenças residem essencialmente nas pessoas, ou seja, existem jornalistas que são capazes de pensar de uma forma mais pluridisciplinar e outros que não, e sublinha que “há uma certa tendência em geral para que os jornalistas de Economia não percebam nada de política, e os de política não percebam nada de Economia” (Oliveira, 2016).

Para Rui Peres Jorge, o jornalismo económico tem algumas particulares que o distingue de outras formas de fazer jornalismo, e que estão ligadas a aspetos mais técnicos. O jornalismo económico, exige um nível de conhecimento técnico sob pena de “se cair muito facilmente em ‘chavões’, ou ideias feitas que, quanto mais complexos são os temas, mais fácil é a determinadas correntes tentarem vender a sua versão da realidade” (Jorge, 2016). Outra diferença diretamente relacionada com a intervenção da *troika*, é que uma notícia dada de forma incorreta em política pode ter consequências negativas sobre a realidade, mas é um pouco diferente, quando uma notícia não é bem dada em Economia, porque pode fazer uma pessoa perder dinheiro. Uma especificidade que não está relacionada com o programa de ajustamento português, mas que se sentiu também no programa, teve a ver com a eventualidade de Portugal passar ou chumbar numa avaliação, e isso significar taxas de juros mais altas ou mais baixas, investidores a ganharem ou perderem dinheiro, o Estado português pagar mais pelos juros, pela dívida emitida, pelos juros emitidos etc. Por isso, o jornalismo económico tem outro tipo de consequências para a vida das pessoas e da sociedade em geral que não tem o jornalismo generalista (Jorge, 2016). Para Elisabete Miranda do *Jornal de Negócios*, o jornalismo económico distingue-se de outros tipos de jornalismo pela tecnicidade com que algumas notícias são abordadas (Miranda, 2016).

12.10. O discurso do jornalismo económico como reflexo do pensamento neoliberal

Nicolau Santos ao referir-se ao espaço do comentário, dos editoriais e das opiniões não tem dúvida que o *Jornal de Negócios* e o *Diário Económico* durante o período da intervenção da *troika* refletiu a agenda do pensamento neoliberal da *troika* (Santos, 2017). O então diretor-adjunto do Semanário *Expresso* defende que houve um grande

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

alinhamento por parte dos jornalistas da área económica ao pensamento neoliberal na aprovação do pedido de ajuda internacional, e mesmo algum elogio, e com alguns sobressaltos quando as coisas começaram a correr mal em 2012 para Vítor Gaspar, nomeadamente com as derrapagens orçamentais, com o elevado desemprego, o fraco investimento etc. (Santos, 2017). Na mesma perspetiva, Pacheco Pereira, defende que os editoriais e as opiniões no período da intervenção da *troika* (excluindo o espaço noticioso) e as secções de Economia na imprensa económica, ganharam uma importância acrescida nos últimos anos com a crise económica e financeira, mas que alinham no pensamento único como reflexo do pensamento dominante (Pereira, 2016).

A maior parte do jornalismo económico no período da *troika* alinhou acriticamente com as medidas da *troika*, tendo assumido completamente do seu ponto de vista o discurso oficial da *troika* (Santos, 2017). Os jornalistas concordaram com o programa de austeridade, e houve uma aceitação geral das orientações da *troika*, expressa nos editoriais, e nas análises feitas ao desenvolvimento das medidas propostas e implementadas, etc. Quando a *troika* apresentou o programa de ajustamento, os jornais económicos fizeram vários elogios, de que era o melhor programa de ajustamento que alguma vez tinha sido feito para a Economia portuguesa, mas na sua perspetiva, o resultado não foi bom para o país (Santos, 2017).

João Ramos de Almeida (2016) vê Nicolau Santos como um dos jornalistas que se manteve sempre muito crítico relativamente à intervenção da *troika* mesmo quando surgiram os primeiros sinais de retoma, e a maioria dos jornalistas começou a ficar mais otimista: “Nicolau Santos, apresenta um ponto de vista menos otimista e afirma que o programa “deixa uma classe média pauperizada, meio milhão de desempregados de longa duração, 300 mil jovens emigrados, um Estado Social enfraquecido, um modelo assente em baixos salários (...). É a isto o que o pensamento dominante chama de sucesso” (Almeida, 2016, p. 7).

Sobre a defesa do Estado Liberal, Camilo Lourenço lamenta esta afirmação: “dizer que um Estado gasta 45% da sua riqueza em despesa pública e chamar neoliberal é burrice, não tem outra expressão” (Lourenço, 2017). Considera que “a austeridade não é um discurso, mas sim uma realidade que foi importada pelo facto de não termos o que comer, não termos dinheiro para pagar. E das duas uma: ou vamos buscar mais dinheiro, que não

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

se consegue de um dia para o outro, ou então corta-se. É simples. É a lei da vida, em tudo e mais alguma coisa” (Lourenço, 2017).

Nicolau Santos, na produção das notícias (ao contrário da posição defendida relativamente aos editoriais, comentários e opiniões) considera que houve objetividade e que é importante distinguir-se aquilo que é opinião daquilo que é informação: “Na informação eu não tenho nenhuma dúvida que essa informação foi a informação que estava disponível, e que era produzida pela *troika* e pelo Governo. Depois uma pessoa pode fazer um julgamento sobre isso, pode fazer contraditórios, fazer opinião e eu sobre isso não tenho nenhuma dúvida que houve enviesamento” (Santos, 2017).

Camilo Lourenço reforça este ponto de vista da objetividade afirmando que, “quem escreve artigos de opinião não deve escrever reportagens ou peças noticiosas” (Lourenço, 2017). Apontou para o distanciamento que os jornalistas devem ter entre quem faz parte da direção do jornal e aqueles que ao mesmo tempo escrevem notícias. Considera um erro do jornalismo económico em Portugal, a existência de diretores de jornais que assinam peças: “uma coisa é uma pessoa comentar questões técnicas, dizer, esta medida significa isto, e é para chegar ali, outra coisa, é uma pessoa, dizer: eu acho que isto está bem, e isto está mal. Helena Garrido, Raul Vaz, Pedro Santos Guerreiro eram diretores do jornal, não podiam ser as duas coisas ao mesmo tempo: escrever peças e dar opinião” (Lourenço, 2017).

Para Elisabete Miranda, em Portugal, os órgãos de comunicação são isentos e as análises são tão objetivas quanto possível, sendo que obviamente tudo tem uma subjetividade (Miranda, 2016). A jornalista sublinhou a importância de se distinguir os editoriais das notícias propriamente ditas:

Uma coisa é a linha editorial e aquilo que é assumido como opinião pelo jornal, outra coisa são as peças feitas pelos jornalistas, e essas têm que obedecer a um conjunto de regras deontológicas. Nem sempre conseguimos. Isto é feito, obviamente de vários equilíbrios, e pode sempre questionar-se porque é que o ângulo é assim, e porque é que uma peça chama a atenção para o copo meio cheio e não chama a atenção para o copo meio vazio. Isso tudo são perguntas pelas quais nós nos debatemos todos os dias e discutimos entre nós. Porque é que eu digo que o PIB cresceu “x” e não digo porque é que o PIB só cresceu x? Depende de onde nos posicionamos (Miranda, 2016).

O esforço que se deve fazer quando se escreve notícias económicas, é o de ser o mais objetivo possível e saber colocar de parte aquilo que é as convicções pessoais dos

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

jornalistas, muito embora “não fazemos análises completamente asséticas, isso não existe” (Miranda, 2016). Elisabete Miranda revela que o jornalismo económico surge, e trabalha num contexto de mercado livre, de grande desregulamentação, cuja linha editorial defende o mercado e os seus pilares básicos. “Portanto, esse é o contexto em que nós trabalhamos e é um contexto assumido” (Miranda, 2016). Os jornais económicos funcionam dentro de um certo alinhamento, de uma ideologia mais liberal, e as análises seguem tendencialmente essa orientação ideológica, mas nas redações existe pluralidade suficiente que se reflete de diferentes pontos de vista (Miranda, 2016). Em Portugal não há jornais explicitamente a favor ou contra o Governo, como existe, por exemplo, no Brasil. Esse posicionamento é mais visível nas colunas de opinião, mas nos textos noticiosos a neutralidade predomina (Miranda, 2015). Em França e no Brasil existem órgãos de comunicação alinhados com o Governo, mas em Portugal essa situação não existe. Existe uma perceção por parte das pessoas de que é assim, mas que não corresponde à verdade (Santos, 2017).

Estes pontos de vista não refletem a posição da maioria dos jornalistas da área económica inquiridos que assumiram uma posição neutra sobre a atuação do jornalismo económico no período da intervenção da *troika*, quanto a pautar-se por valores ideológicos e como legitimador do discurso dos mercados financeiros ou do partido político que governava o país.

12.11. O relacionamento com as fontes e a legitimação do discurso político

O jornalismo não deve restringir-se apenas à descrição do real, mas deve também dar voz às pessoas. Na cadeia de produção da informação, o rigor deve fazer parte de todos os momentos de produção do trabalho jornalístico. A informação deve traduzir fielmente o que dizem as fontes, sempre com o sentido de que não há fontes desinteressadas. Daí a necessidade de diversificação das fontes, de modo a obter-se um grau de confiança elevado na informação que é descrita. Grande parte das notícias é proveniente das fontes institucionais e assumem a forma de “pseudo-acontecimentos” ou acontecimentos planeados. Este é um dos grandes constrangimentos do jornalismo atual, porque a maior parte dos produtores de informação funcionam como fontes de informação que são “capazes de se organizar para fornecer regularmente aos jornalistas informações credíveis e tratadas, particularmente sob a forma de comunicados de imprensa. As fontes sabem

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

organizar eventos direcionados para os jornalistas (conferências de imprensa, almoços, jantares, viagens de imprensa, etc.) (Sousa, 2001, pp. 73-74) e têm canais de comunicação profissionais (direções de comunicação ou agências de comunicação). Essas rotinas de trabalho e outros constrangimentos pessoais e profissionais levam a que determinadas fontes sejam privilegiadas enquanto outras são esquecidas ou marginalizadas (Económico, 2014, p. 28).

A dependência das fontes institucionais tem conduzido a várias críticas ao jornalismo em geral e ao jornalismo económico em particular. Perante as críticas, Elisabete Miranda reage e coloca algumas questões: quem são os nossos interlocutores? E na economia, quem são os produtores de informação? A jornalista esclarece que na Economia como produtores de informação, existe o BdP, o FMI, Comissão Europeia, o Governo, bancos e as agências de *rating* a produzir informação: “se estas análises apontam num determinado sentido, ainda que nós exerçamos o nosso ceticismo, como dever profissional onde é que vamos encontrar interlocutores que nos permitam solidificar essas suspeitas? Seria, eventualmente, digo eu, na academia” (Miranda, 2016). Mas, do seu ponto de vista, a academia está relativamente “divorciada” daquilo que é a sociedade. A jornalista sublinha ser difícil encontrar académicos, por exemplo, que façam trabalho de investigação sobre o impacto das políticas públicas em Portugal (Miranda, 2016).

Para Elisabete Miranda até pode existir pouca pluralidade no jornalismo económico, mas existe diversidade: “na redação do *Jornal de Negócios*, há uma grande diversidade de pensamento, e isso é transposto para o trabalho que é feito” (Miranda, 2017). No debate económico há pouca pluralidade, mas também há pouca pluralidade em geral. Em Portugal, existe uma academia amorfa na Economia. O país passou por uma crise, em que o pensamento alternativo não conseguiu afirmar-se, e apesar de alguns economistas de esquerda terem conseguido fazer algum caminho, não conseguiram afirmar-se. Nesse sentido, “não peçam ao jornalismo aquilo que o resto da sociedade não faz” (Miranda, 2016). Para Sérgio Aníbal do *Jornal Público*, “os meios de comunicação social portuguesa apresentam-se na generalidade como neutros. Excluindo as opiniões, na produção das peças noticiosas “é a neutralidade que está na cabeça dos jornalistas” (Aníbal, 2015).

Sobre a legitimação do discurso político no discurso jornalístico, para Elisabete Miranda é essa a perceção que existe no jornalismo em geral, e no jornalismo económico em

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

particular, e não deixa de ser verdade, mas é preciso ter presente que o contrário também existe, isto porque no jornalismo existem vários tempos de intervenção, e os jornalistas não podem reagir no imediato sobre se o que disseram as fontes tem fundamento ou não (Miranda, 2016).

O acontecimento intervenção da *troika* em Portugal e das avaliações, tornou-se um acontecimento importante para os média em geral, porque de acordo com os critérios substantivos de importância da notícia, o acontecimento envolveu um conjunto de atores políticos, cujo grau e nível hierárquico era de nível superior (membros da UE e FMI), e os temas e subtemas debatidos estavam diretamente relacionados com o futuro económico do país.

Na análise de conteúdo aos jornais verificou-se que os atores/instituições referenciados quer nos títulos, quer nos conteúdos das peças jornalísticas coincidem com as fontes referenciadas em ambos os jornais (fontes da UE, fontes governamentais e fontes internacionais) e dentro destas fontes destacam-se os Relatórios de avaliação do FMI e da Comissão Europeia, os ministros e secretários de Estado e as conferências de imprensa do Governo. Os atores/instituições predominantes nos títulos das peças em ambos os jornais foram o Governo, a *troika* e o FMI, e foram os representantes dessas instituições aqueles que tiveram mais visibilidade nas imagens que predominaram nas peças jornalísticas, a quem se deu mais voz e de quem se falou mais (discurso direto/discurso indireto). Assim destaca-se no Governo, Vítor Gaspar (Ministro das Finanças), Pedro Passos Coelho (Primeiro-ministro), Maria Luís Albuquerque (Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças), e Paulo Portas (na qualidade de vice-primeiro-ministro). No FMI, destaca-se Poul Thomsen (chefe representante do FMI) e Abebe Selassie, (novo chefe da missão do FMI), do BCE (Rasmus Røffler) e Jürgen Kroeger (chefe representante da Comissão Europeia).

As organizações/instituições referidas no discurso jornalístico, em ambos os jornais, coincidem com as fontes (órgãos de soberania, organizações político/financeiras e organizações financeiras) de onde se destaca o Governo, a *troika*, e o FMI. Questionados os jornalistas sobre o facto de no contexto das avaliações da *troika*, ter sido as fontes da *troika* e do Governo português as fontes que predominam nas peças jornalísticas (texto e imagem), Elisabete Miranda justifica essas opções, ao sublinhar que no dia em que era

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

divulgado um relatório (quer do FMI, quer da Comissão Europeia), os jornalistas concentravam-se a reproduzir esse relatório. No dia em que o Presidente da missão do FMI fazia um discurso, a prioridade do jornalista era a reprodução desse discurso no imediato, o dar voz a esse ator político, sendo que o tempo do contraditório viria depois. O mesmo sucedia para as conferências de imprensa do Governo (Miranda, 2016).

As fontes são os atores que representam essas instituições, porque foram elas que tomaram as decisões políticas. Foi a *troika* e o Governo, as entidades que no período do programa de ajustamento tomaram as decisões relativamente às políticas de austeridade a implementar no que diz respeito aos objetivos que o Estado português teria que atingir – a consolidação orçamental, ou seja, o equilíbrio das contas públicas. Esta opção, vai de encontro à perspetiva de Kingdon (1984) sobre o que influencia a escolha de um determinado assunto na agenda que é o processo, e que diz respeito às características das instituições que produzem as Políticas Públicas. O resultado dessas políticas públicas deriva de um *mix* de *garbage* (fluxos entre problemas e soluções), combinando também elementos do ciclo da política pública, em especial a fase de definição de agenda (*agenda setting*). Mas, o que transmitiram as instituições da *troika* para os jornalistas não significa que os jornalistas da área económica tenham comungado daquilo que foi dito por essas entidades, mas sim que a sua primeira função e prioridade foi passar a mensagem e enquadrá-la dentro de um determinado contexto (Miranda, 2016). Essa contextualização não foi muito difícil porque os jornalistas de economia já tinham uma certa “bagagem” sobre Políticas Públicas.

No contexto dos critérios relativos ao produto informativo, nomeadamente a sua disponibilidade, uma das dificuldades dos jornalistas económicos no período da *troika*, esteve relacionada com o processo do *agenda-building* – o contacto com as fontes na obtenção de esclarecimentos. Por um lado, a cobertura das avaliações da *troika* foi acessível porque as fontes disponibilizavam todos os documentos *online* nos *websites* das instituições (FMI e Comissão Europeia) relativamente às avaliações do programa de ajustamento, mas, por outro lado, os jornalistas não tiveram a oportunidade de discutir ou confrontar as informações diretamente com as fontes. O acesso direto às fontes da *troika* era dificultado aquando das visitas a Portugal (com exceção das conferências de imprensa) e era apenas através das fontes ministeriais que os jornalistas esclareciam muitas das suas dúvidas (exceto os que tinham contactos privilegiados) dado que a *troika*

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

era o interlocutor privilegiado do Governo. Como os jornais tinham jornalistas especialistas em determinadas áreas o contato com as fontes ministeriais, era feito em função dessa especialização e do *background* de cada jornalista, porque “para analisar o que estava a acontecer era também importante ter todo o passado de cada área especificamente e perceber como é que estava a evoluir” (Duarte, 2016). Esta tarefa não foi fácil também porque a chegada da *troika* coincidiu com a mudança de Governo do PS para a coligação do PSD/CDS-PP. Para Catarina Duarte, um Governo de coligação (PSD-CDS/PP), é sempre mais difícil para os jornalistas de trabalhar do que um Governo que tenha maioria absoluta, porque num partido de coligação falam-se a várias vozes, e porque as fontes da *troika* quase sempre só procuravam os jornalistas quando pretendiam influenciar a agenda mediática num determinado tema (Duarte, 2016).

Relativamente ao esclarecimento de muitas medidas das fontes para a opinião pública, Elisabete Miranda aponta outra dificuldade que deriva do facto dos centros de investigação económica que existiam nos ministérios governamentais em Portugal terem sido sucessivamente desmantelados: “não existem fundações que financiem investigação independente, como existe, por exemplo, nos EUA” (Miranda 2016). Por isso não há interlocutores ou, pelo menos, eles são muito poucos. “Eu até posso suspeitar que sei, mas, enquanto não souber que a informação que tenho é correta, seria uma irresponsabilidade maior, publicar uma dúvida, lançar uma suspeita, do que silenciá-la por falta de elementos objetivos” (Miranda, 2016). E, prossegue, “sim a função do jornalismo é essa mesmo, iluminar sobre a qualidade dos instrumentos, sobre o verdadeiro alcance das políticas públicas até onde isso é possível” (Miranda, 2016).

Em Portugal, a jornalista admite que há limitações na atuação do jornalismo económico e como tal, não se pode esperar demasiado daquilo que são, neste momento, os poderes do jornalismo (Miranda, 2016). Sérgio Aníbal, também reconhece que há dificuldade em encontrar interlocutores válidos e em número suficiente para responder às críticas que são feitas ao jornalismo económico, para além daqueles que existem nas instituições em funcionamento. No caso português, a ideia de que os meios de comunicação social podem e devem contribuir para a criação de um senso comum de política económica e alterar esse senso comum, não se deve esperar, infelizmente, que tal aconteça (Aníbal, 2015).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

O setor de comunicação social em Portugal funciona de um modo que acompanha o senso comum: “nós não modificamos, nós vamos atrás” (Aníbal, 2015). Um dos principais motivos apontados para que isso aconteça, está relacionado com a falta de meios e de qualificações no jornalismo: “nós não temos pessoas qualificadas em número suficiente para ter uma tarefa desse tipo. Isso exige muita qualificação, nós estamos cada vez menos qualificados, estamos cada vez menos especializados, os jornalistas estão cada vez com mais áreas e especializam-se cada vez menos em determinadas questões” (Aníbal, 2015). A par disso, espera-se demasiado de um setor onde existe índices de leitura muito baixos e em que as receitas que os órgãos de comunicação obtêm são muito baixas comparadas com outros países. No jornalismo económico, ao nível do pluralismo tem sido feito um grande esforço, mas têm de aparecer outros *think tanks*²⁵ com outras visões porque “senão estamos aqui à espera do Relatório trimestral do FMI, falamos com um economista que diz mal, mas partimos sempre dali do BdP. Temos que ter mais ação do outro lado. Esta agenda para o jornalismo, se calhar, podia ser uma agenda para a academia” (Aníbal, 2015).

João Ramos de Almeida discorda da falta de diversidade de fontes no contexto da intervenção da *troika*. Dá o exemplo do movimento que surgiu no ano de 2012 – “Que se lixe a *troika*” com perspetivas diferentes de interpretação dos acontecimentos, e que mereceu ampla cobertura jornalística (Almeida, 2015). O movimento convocou uma manifestação a seguir ao anúncio de Pedro Passos Coelho, em setembro de 2012, acerca do agravamento dos descontos sociais dos trabalhadores, ou seja, os trabalhadores iriam perder 7% dos salários, e passavam esses valores para as empresas. Foi a maior manifestação a nível nacional, e marca um dos pontos de descontentamento em relação ao ‘Memorando de Entendimento’ e em relação ao Governo da maioria (Coligação PSD-CDS/PP) que começou a perder popularidade nas sondagens. Muitos jornalistas sentiram também a perda de menos 7% nos salários, tendo sido igualmente afetados, e, por isso mereceu uma ampla cobertura por parte dos média. “Quando os jornalistas se sentem afetados por alguma política, conseguem aceder a fontes alternativas, para de uma forma

²⁵ Os “think tanks” são organizações que desenvolvem a sua atividade no campo dos grupos de interesse, produzindo e difundindo conhecimento sobre assuntos estratégicos, que procuram influenciar transformações sociais, políticas, económicas ou científicas, em particular em áreas de elevada complexidade técnica e estratégica.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

indireta mostrarem o seu descontentamento” (Almeida, 2015), contrariando a ideia de que não houve diversidade de fontes.

Malheiros (2015) sobre a abordagem crítica às fontes no contexto da intervenção da *troika*, justifica que o problema é quando as fontes primárias são sempre as mesmas: o Governo, a *troika*, os sindicatos, as confederações patronais, os bancos etc. Embora possa contrapor-se a informação que está escrita através de análise, comentários e críticas “no que diz respeito à notícia em si, há uma única fonte primária. E mais, qualquer desvio da fonte primária pode ser lido como um desvirtuamento da informação, uma manipulação indevida, talvez mal-intencionada, um atrevimento” É, por isso, que na informação descrita, “em nome do rigor e do não-enviesamento da informação, o jornalista irá provavelmente repetir *ipsis verbis* o que diz o comunicado, a intervenção parlamentar, a proposta de lei, o entrevistado” (Malheiros, 2015, p. 106).

12.12. O processo do *agenda-setting*: os temas que marcaram a agenda mediática

O processo do *agenda-setting*, relacionado com a formação de uma agenda pública, isto é, a forma como os média dão atenção a determinados temas e assuntos, influencia a importância percebida pelo público desses assuntos. Kingdon (1984) fez a separação das fases das políticas: elaboração da *agenda*; especificação de *alternativas*; escolha de uma *alternativa* (pelo presidente, legislativo ou autoridade competente); implementação da decisão. O autor questionou porque é que alguns problemas e assuntos são colocados na agenda e outros não e porque é que certas *alternativas* são escolhidas e outras não. A agenda é assim definida como o espaço de constituição de uma lista de problemas ou assuntos que chamam a atenção do Governo e dos cidadãos. Numa fase inicial, Dearing e Rogers, viram a *agenda-setting* como o “processo pelo qual os *mass media* comunicam a importância relativa de vários assuntos e eventos para o público” (Dearing & Rogers, 1988, p. 555). Mais tarde, consideram este processo bastante mais complexo que deriva de outros fatores. Surge, assim, os conceitos de “agenda mediática”, “agenda pública” e “agenda política”, como parte integrante do conceito de *agenda-building*, abordado inicialmente por Lang e Lang, como um “processo coletivo no qual os média, o governo e os cidadãos influenciam-se reciprocamente” (1988, p. 466). Nesta linha de pensamento, Nelson Traquina defende esta interinfluência entre agendas, e falou da ação dos diferentes agentes sociais, tanto no “campo político” como no “campo jornalístico”, espaços de

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

negociação, relações e tentativas de domínio e influências entre os diferentes agentes, quando procuram estabelecer as diferentes agendas (Sousa, 2006, p. 10)

Para os jornalistas da área económica, existem temas que fazem parte do *core business* de um jornal económico. No período da intervenção da *troika*, os temas relacionados com o rendimento das pessoas quer da Função Pública (cortes dos salários) quer dos pensionistas (corte de pensões) foram relevantes (Oliveira, 2016). Marta Moitinho Oliveira revela que os critérios que determinavam a agenda mediática no período da *troika* e das avaliações foi o interesse público, e dá alguns exemplos:

matérias como impostos, Função Pública, regras laborais do setor privado, são matérias que dizem respeito a praticamente a toda a população, ocupavam muitas páginas de jornal normalmente. E, por isso, muitas vezes até podia não haver uma novidade muito substantiva e muito grande num destes tópicos, imaginemos, mas como ele diz respeito a uma grande massa de pessoas, ele acaba por ser muito valorizado por causa disso (Oliveira, 2016).

Isto significa, que no jornalismo económico em contexto de crise económico-financeira, os critérios têm a ver com os temas-chave para o jornal. A agenda mediática acaba por ser virada para as pessoas e envolve tudo o que é a parte económica: impostos, Função Pública, regras do setor privado, etc. Por outro lado, se houvesse um relatório da *troika* que fizesse uma avaliação sobre a forma como o Governo estava ou não a colaborar na execução das medidas, e se as reuniões tivessem sido tensas, a componente política assumia outra relevância (Duarte, 2016). Quando era divulgado um relatório de avaliação (quer do FMI, quer da Comissão Europeia) os jornalistas olhavam para as suas áreas de trabalho e identificavam o que era mais importante, qual a novidade, o que era preciso ser feito e o que é que a *troika* exigia. A direção e os editores do jornal em função dos que os jornalistas selecionavam tomavam as decisões. A mesma posição foi partilhada por Elisabete Miranda. O critério do interesse público está relacionado com as pessoas porque as medidas dizem respeito a toda a gente: pensões, impostos, salários etc., e o critério da novidade relacionado com aquilo que não se sabe, que causa impacto ou curiosidade. Para Rui Peres Jorge, os critérios que determinavam a agenda mediática das avaliações da *troika*, eram as próprias avaliações que muitas vezes eram preparadas em função de temas (Jorge, 2016).

O programa de ajustamento económico e financeiro (PAEF) teve como principal objetivo equilibrar as contas públicas e aumentar a competitividade de Portugal, bem como reduzir

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

o défice público. O programa estava dividido em três pilares: reformas estruturais, setor financeiro e consolidação das contas públicas (Jorge, 2016). O programa foi sofrendo vários ajustamentos ao longo do tempo (2011-2014) de acordo com a conjuntura económica e com o cumprimento ou não das medidas acordadas no ‘Memorando de Entendimento’ inicial, e revistas em cada uma das avaliações (revisões do ‘Memorando de Entendimento’). Pedro Passos Coelho, então primeiro-ministro, assumiu no Relatório da Estrutura de Acompanhamento dos Memorando (ESAME), que houve um grande trabalho para reformar a economia portuguesa e as instituições, mas que os média não deram o destaque merecido a esta dimensão preferindo dar prioridade às metas de consolidação orçamental, ou seja, a austeridade ajudou no debate público a dar menos visibilidade à dimensão de transformação estrutural do Estado e na Economia (Coelho, 2014).

Segundo o 1º relatório, preliminar do Observatório sobre Crises e Alternativas, no decorrer do programa de ajustamento deu-se muita importância ao principal alvo de desvalorização – o trabalho e os salários – considerado um dos pontos essenciais do programa. Quando o Memorando de Entendimento foi assinado, estava em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2011, a redução de 3,5% a 10% dos salários acima de 1500 euros. De acordo com a análise feita à imprensa económica, um dos temas mais debatidos ao longo das avaliações da *troika* foi o ‘mercado de trabalho’ com a apresentação de muitas medidas ligadas às reformas laborais que implicavam redução de salários e rendimentos, na Função Pública e nos pensionistas. A decisão de escolha e seleção do tema ‘mercado de trabalho’ por parte dos editores e da direção dos jornais económicos, deve-se em parte a um dos critérios jornalísticos mais defendidos pelos jornalistas económicos como vimos, de que a prioridade dos temas deve estar relacionada com o interesse público e teve por base o impacto que as medidas iriam ter na vida das pessoas. Embora outros temas pudessem ter sido estruturantes para a sociedade portuguesa, tudo o que estivesse relacionado diretamente com o ‘mercado de trabalho’ quer do setor público quer do setor privado (funcionários, salários, rendimentos, subsídios, reformas laborais etc.) afetava a vida das pessoas a vários níveis. Para Marta Moitinho Oliveira, o critério é sempre o da informação que interessa ao maior número de pessoas. Dentro dessa temática, por vezes, até podia não existir grandes novidades, mas como dizia respeito a muitas pessoas

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

acabava sempre por ser o tema mais valorizado e ocupar sempre um grande número de páginas (Oliveira, 2016).

Os assuntos relacionados com o ‘mercado de trabalho’ surgiram no *Diário Económico* na secção ‘Destaque’, secção onde eram colocados os temas principais da ordem do dia. Os jornais económicos posicionam-se também para o mercado e para as empresas, e, por isso, os jornalistas viram-se confrontados, por vezes, com alguma dualidade nos critérios de seleção: por um lado, o ‘mercado de trabalho’, os impostos, e a Função Pública, e, por outro, as empresas e os empresários. O tema acabou por abranger as medidas que diziam respeito tanto às pessoas como às empresas. No *Jornal de Negócios*, o ‘mercado de trabalho’ também foi o tema que teve maior impacto no *Jornal de Negócios*, porque “abrangeu o maior número de pessoas, e, por isso, os jornais tendem a privilegiar esses temas” (Miranda, 2016).

No diagnóstico inicial do ‘Memorando de Entendimento’, os problemas de crescimento e de competitividade da economia portuguesa foram atribuídos a causas de natureza estrutural que incluía a rigidez do ‘mercado de trabalho’, em particular a existência de prestações sociais generosas em caso de desemprego, e a política salarial que permitiam aumentos salariais superiores aos aumentos da produtividade (Costa & Caldas, 2013, p. 85). A reforma do ‘mercado de trabalho’, orientada para a desregulação e a redução da proteção laboral constituiu o instrumento privilegiado da desvalorização interna pretendida (Costa & Caldas, 2013, p. 91). A intervenção do FMI em Portugal, ao contrário das anteriores intervenções foi feita num contexto inteiramente novo – o contexto de uma União Monetária. Um dos principais instrumentos do FMI – a desvalorização cambial não estava disponível em 2011. No artigo de Olivier Blanchard *Adjustment within the euro. The difficult case of Portugal*, publicado em 2007 (Blanchard, 2007) foi apresentada uma outra solução: “o mesmo resultado pode ser obtido (...) através de um decréscimo dos salários nominais e do preço dos não transacionáveis, enquanto o preço dos transacionáveis permanece o mesmo” (Blanchard, 2007, p. 15). Esta proposta apresentava-se como uma inevitabilidade face ao crescimento muito baixo da produtividade, e ao agravamento do desequilíbrio externo. O desemprego elevado faria parte dessa estratégia de desvalorização interna. O ‘Memorando de Entendimento’ propunha a combinação da “desvalorização interna” com a “consolidação orçamental” na promoção do reequilíbrio das contas públicas e das contas externas. Na lógica do

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

‘Memorando’, austeridade orçamental e desvalorização interna combinavam-se de forma “virtuosa” (Costa & Caldas, 2013, p. 94). O receio associado a esta proposta estava relacionado com o forte impacto recessivo. Para ultrapassar esta preocupação Alberto Alesina e Silvia Ardagna foram os economistas que popularizaram esta perspetiva. Em 2009, num artigo intitulado *Large Changes in Fiscal Policy: Taxes Versus Spending*, escreviam: “desocultamos muitos episódios em que cortes na despesa adotados para reduzir o défice estiveram associados a expansões e não a recessões” (Alesina e Ardagna, 2009, p. 2), descrevendo de seguida os mecanismos que “teoricamente” tornavam expansionista a consolidação orçamental (Costa & Caldas, 2013, p. 95).

Foi na quinta avaliação, em agosto de 2012, que o FMI reconhece explicitamente o impacto negativo das políticas de austeridade sobre a economia, mas que ao mesmo tempo foi reforçada a estratégia de desvalorização interna, e isso refletiu-se na imprensa económica: “FMI vê "sinais abundantes de fadiga" no ajustamento” (*Jornal de Negócios*, 26/10/2012). Mais tarde, o FMI duvida do sucesso do seu próprio programa (*Jornal de Negócios*, 14/06/2013) e mostra-se mais pessimista que a Comissão Europeia no sucesso do programa de ajustamento (*Diário Económico*, 9/04/2012). Em 2012, verifica-se uma forte contração da procura interna e uma queda acentuada do emprego que provoca uma redução das receitas fiscais e das contribuições para a segurança social. O objetivo estabelecido para o défice público em 2012 foi revisto de 4,5% para 5% do PIB. Na quinta e sexta revisão, antecipa-se o défice público de 4,5% e de 2,5% do PIB em 2013 e 2014 e são apresentadas as novas medidas de consolidação orçamental que representam mais de 3% do PIB adotadas no Orçamento do Estado para 2013. As medidas do lado da despesa pública a implementar na quinta avaliação contemplam os cortes com o pessoal em 630 milhões de Euros, agravado para 700 milhões de Euros na sexta avaliação, e contempla ainda a redução do número de funcionários públicos, a redução da compensação por horas extraordinárias, a convergência do regime de proteção na doença entre o setor público e o setor privado e a redução da remuneração do pessoal em situação de licença extraordinária.

Na sexta avaliação a *troika* revela-se cada vez mais pessimista sobre a retoma da economia (*Jornal de Negócios*, 20/11/2012). Ainda assim, ao ser reconhecido o efeito recessivo das medidas de austeridade, a estratégia de desvalorização interna e de

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

consolidação orçamental foi reforçada, tendo sido definida uma redução progressiva da despesa com pensões no valor de 400 milhões de Euros (Costa & Caldas, 2013, p. 98).

Na sétima avaliação um novo conjunto de medidas representam um corte permanente da despesa pública no valor de 4,7 mil milhões de Euros (2,9% do PIB 2013) nas “pensões; mudanças no emprego público e regras salariais, orçamentos dos vários ministérios” (*Jornal de Negócios*, 11/03/2013). Na perspetiva da *troika* a dimensão elevada do emprego público em Portugal e os níveis salariais mais elevados no setor público e nas pensões, justificam que o corte permanente de despesa pública tivesse de incidir fundamentalmente nestes domínios” (Costa & Caldas, 2013, p. 99). O desemprego acabou por atingir na sétima avaliação, os 18,5% (*Diário Económico*, 18/03/2013). A *troika* via como positivo os avanços nas Reformas Laborais. Contudo, a rigidez no mercado de trabalho ainda era notória. O FMI sugeriu que se diminuísse a compensação por cessação de contrato de trabalho de forma a reduzir os custos laborais em 3% (*Jornal de Negócios*, 22/12/2011) e a *troika* impunha 12 dias de indemnização nos novos contratos sem termo (*Jornal de Negócios*, 15/03/2013).

No relatório da oitava e nona avaliação continuava a ler-se que “uma vez que o aumento da produtividade leva tempo, a melhoria da competitividade externa requer a redução dos custos de produção nomeadamente dos salários. Os salários e as pensões foram sofrendo sucessivas oscilações ao longo de todo o programa de ajustamento. Entre 2010 e 2013, as políticas de austeridade tiveram consequências devastadoras no mercado de trabalho. Houve um debate muito “quente “que teve a ver com a flexibilidade do mercado de trabalho e o ajustamento dos salários. Para o jornalista Rui Peres Jorge do *Jornal de Negócios* “havia uma tentativa de construção da narrativa de que o mercado de trabalho era muito rígido, e, portanto, os salários não se ajustam em baixa, não são cortados” (Jorge, 2016). Sobre as recomendações sobre os custos do trabalho da primeira à oitava e nona avaliação (ver tabela 37 apêndice Q).

Com todas as medidas implementadas ao longo do programa de ajustamento, a Comissão Europeia nunca referiu pobreza e desigualdade em mil páginas de relatórios: "o assunto não recebeu praticamente qualquer atenção nos documentos da Comissão", lia-se na avaliação do *think tank* Bruegel ao programa (*Jornal de Negócios*, 21/02/2014). Face ao insucesso da consolidação orçamental e da inflexão da trajetória da dívida, o FMI

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

continua a insistir na continuação da redução dos salários (*Jornal de Negócios*, 21/02/2014). Á medida que o programa de ajustamento avançava, Portugal mergulhava numa recessão profunda que se refletia na queda do PIB. O investimento diminuía de forma acentuada, destruindo cada vez mais o emprego, aumentando o desemprego e agravando as desigualdades do rendimento levando os mais jovens a emigrar. As consequências sociais do ajustamento no emprego, no desemprego, na desproteção social, no aumento das desigualdades e na emigração foram devastadoras (Costa & Caldas, 2013, p. 106). Entre o 2º trimestre de 2012, e o 1º trimestre de 2013, o desemprego aumenta 60%, e o número de desempregados 107%, e alteraram-se as condições de atribuição das prestações sociais de desemprego (Costa & Caldas, 2013, p. 102).

O jornalista Nicolau Santos apontou várias falhas ao programa de ajustamento. A *troika* no início do programa previa um ano de recessão e Portugal teve três. Previa que a recessão fosse de 4% e teve uma recessão acima dos 7% acumulada. Previa que o desemprego não ultrapassasse os 13%, e o desemprego no final de 2013 chegou aos 17%. Previa que a dívida pública descresse ao fim de um ou dois anos, e a dívida pública aumentou. A receita da *troika* fez com que Portugal parasse de crescer quando a chave para os problemas de Portugal estava no crescimento económico (Santos, 2017).

Chegados à décima avaliação, concluiu-se que as reformas estruturais e as medidas tomadas para a área financeira tinham avançado, mas que na frente orçamental as medidas tinham falhado devido ao crescimento económico baixo. A dívida pública foi sempre aumentando, e a sustentabilidade da dívida tornou-se uma prioridade que dependia do crescimento económico e das reformas estruturais. O programa de ajustamento na imprensa económica revelou-se entre avanços e recuos em relação a muitas medidas (Miranda, 2016). Pelo meio, iam sendo propostas reformas estruturais (SEE, concorrência, energia) e propostas novas leis (mercado de trabalho, controlo orçamental, insolvências etc.), bem como propostas medidas relativamente ao processo das privatizações, ao setor financeiro, no setor da saúde, no combate ao desemprego e diminuição das dívidas. Com as modestas melhorias dos indicadores competitividade-custo conseguidas, continuava a existir o risco de a viragem da conta corrente não ser sustentável” (Costa & Caldas, 2013, p. 100).

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

No relatório do FMI (2014) “Políticas orçamentais e desigualdades no rendimento” sustentou-se a ideia que quem perdeu mais com as políticas de austeridade foram os mais ricos. Pelo contrário, um outro estudo de 2016 da FFMS “Desigualdades do Rendimento e Pobreza em Portugal: As consequências Sociais do Programa de Ajustamento” (2016) sustentaram que quem perdeu rendimento com as políticas de austeridade foram os mais pobres (Rodrigues, et. al., 2016, p. xiii). O Presidente da República, Cavaco Silva já tinha chamado a atenção para determinado tipo de medidas que acabaram por não ir para a frente devido aos chumbos do TC. Mas por norma, quem decidia as medidas era a *troika*, e que as executava era o Governo. As opiniões não contavam (Silva, 2016).

Segundo Tiago Freire, em termos noticiosos, a *troika* acabou por perder alguma importância porque a certa altura, o Governo começou a assumir as medidas como suas, ou seja, o Governo “assumiu a paternidade das medidas, mesmo que as medidas não fossem à partida medidas pensadas pelo Governo. Foi uma estratégia para fora. Só vamos ser bem vistos pela comunidade internacional de investidores se mostrarmos que não estamos a fazer isto contrariados” (Freire, 2015). Para Nicolau Santos era difícil os jornalistas económicos influenciarem as decisões do Governo porque Pedro Passos Coelho (primeiro-ministro) estava muito convencido de que o programa era para cumprir. Os jornalistas da área económica admitem não ter conseguido influenciar a agenda política no período da intervenção da *troika* face aos números que iam sendo apresentados relativo a vários indicadores. Contudo, num período dito de “normalidade informativa” a maioria dos jornalistas económicos partilha da opinião de que a influência na agenda política é muito forte.

As “contas públicas” foi o segundo tema que marcou a agenda mediática das avaliações da *troika*, na imprensa económica. Uma intervenção do FMI só se preocupa com uma coisa “repor os equilíbrios financeiros (...). estavam muito focados no défice” (Santos, 2017). As sucessivas medidas de austeridade implementadas ao longo de todo o programa de ajustamento português tinham como objetivo reduzir os défices. No entanto com a recessão da Economia mais grave do que o previsto, e o desemprego a subir de forma galopante, as receitas fiscais diminuíram e as metas do défice tiveram que ser revistas sucessivamente em cada uma das avaliações. No final de 2013, o défice foi de 4,9% do PIB, distante dos 3% inicialmente previstos. O equilíbrio das contas públicas obrigava a

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

adoção de medidas de consolidação orçamental e a sua execução seria avaliada através de metas trimestrais do défice.

Ao fazer-se o balanço das políticas de austeridade em Portugal chegou-se à conclusão que houve ineficácia na contenção dos défices e da dívida pública que contrastou com efeitos mais rápidos do que o esperado na reversão do défice externo. A recessão inesperada teve efeitos ao nível das receitas e das despesas públicas que não evoluíram como era esperado. O défice externo contraiu-se e resultou mais da redução das importações (quebras súbitas do investimento e do consumo), do que do crescimento das exportações induzido pela compressão dos custos salariais (Costa & Caldas, 2013, p. 106). Um estudo do FMI indicava que austeridade podia fazer subir a dívida pública. O artigo analisava especificamente o caso europeu, e deixava vários avisos sobre os riscos das políticas atuais (*Jornal de Negócios*, 14/03/2013). Apesar disso, Portugal consegue regressar aos mercados, devido à posição de Mario Draghi (Presidente do BCE) na defesa do euro que levou a que as taxas de juro baixassem (Santos, 2017).

O terceiro tema mais abordado no contexto das avaliações da *troika*, foi a regulação e supervisão do setor financeiro. O objetivo das medidas previstas para esta área segundo o MoU, eram preservar a estabilidade do setor financeiro, manter a liquidez e apoiar uma desalavancagem equilibrada e ordenada do setor bancário; reforçar a regulação e supervisão bancária; concluir o processo relacionado com o BPN e racionalizar a estrutura do banco público CGD; reforçar o enquadramento legal da reestruturação, saneamento e liquidação das instituições de crédito e do Fundo de Garantia de Depósitos e do Fundo de Garantia de Crédito Agrícola Mútuo; reforçar o enquadramento legal de insolvência de empresas e de particulares. Nesta área cumpriram-se algumas medidas, de acordo com o Relatório da Estrutura de Acompanhamento dos Memorando (ESAME), refletido na imprensa económica. A recapitalização dos bancos foi uma prioridade. Foi criado um fundo de 12 mil milhões de euros para fazer face às necessidades de capitalização. A recapitalização fez com que o rácio *Core Tier One*, passasse de 8% em 2010 para mais de 12% em 2013. A par deste esforço de capitalização foi reduzido o rácio de crédito/depósitos com o objetivo de reduzir os riscos financeiros de crédito das instituições financeiras.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Desde o início da assinatura do ‘Memorando de Entendimento’ (MoU) que o tema da energia foi alvo de atenção por parte da *troika*, e os jornais económicos fizeram eco disso. As medidas de corte dos custos de produção de eletricidade, abrangiam as CMEC, e as tarifas de cogeração tinham que ser implementadas até final de 2011. Entretanto, o Governo a 30 de dezembro de 2011, formalizava a venda de 21,35% da EDP à *China Three Gorges*, que rendeu ao Estado, 2,7 mil milhões de euros. Entretanto, o avanço dos cortes nas rendas da energia gera dificuldades no sucesso da venda da EDP. A 9 de janeiro de 2013, o então secretário de Estado da Energia Henrique Gomes, deu uma entrevista ao *Jornal de Negócios*, revelando que “ao excessivo poder de mercado e de influência da EDP, o Estado tem de impor o interesse público” (Prado, 2014, p. 7). A 13 de março de 2012, sem conseguir influenciar o Governo, Henrique Gomes acabou por demitir-se, sucedendo-lhe Artur Andrade da ERSE. A 17 de maio de 2012, o Governo anunciou em Conselho de Ministros, o primeiro pacote de medidas para cortar as rendas da energia, com Álvaro Santos Pereira, ministro da Economia, a apresentar um conjunto de ações para gerar poupanças no valor de 1,8 mil milhões de euros até 2020, atingindo sobretudo as centrais de cogeração. A 24 de março de 2013, Abebe Selassie, chefe da missão do FMI em Portugal, revelou ser muito “desapontante” o facto de os preços da eletricidade não terem descido como era desejável pela *troika* (Prado, 2014, p. 7). Um novo pacote de medidas foi apresentado a 4 de outubro de 2013, com poupanças no valor de 1.400 milhões de euros, após o Governo ter concluído que a queda do consumo da eletricidade era uma ameaça ao plano que foi traçado em maio de 2012, e que perduraria até 2020 para pagar a dívida tarifária. No balanço da 11ª avaliação, Paulo Portas, vice-primeiro-ministro agenda para a 12ª avaliação a discussão de medidas adicionais na energia, com o objetivo de suavizar os aumentos dos preços previstos até 2020 para eliminar a dívida tarifária da eletricidade (Prado, 2014, p. 7).

Embora não tenha sido o tema principal, a ‘energia’ surgiu na imprensa económica como um dos mais referidos (*top ten*). A *troika* sempre manifestou preocupação com as “rendas excessivas” no setor não transacionável por achar que ameaçavam a competitividade das empresas. As rendas excessivas foram uma “pedra no sapato” da *troika* (*Diário Económico*, 4/06/2012). Durante os três anos em que vigorou o programa de ajustamento assistiu-se à privatização da EDP e à demissão de Henrique Gomes, secretário de Estado da Energia. O Governo apresentou dois pacotes de medidas (maio de 2012 e outubro de

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

2013) para reduzir as rendas da energia. O ex-secretário de Estado da energia, revelava que “não foram eliminadas de maneira nenhuma as rendas da energia” (...) as renováveis praticamente estão intocáveis” ao referir-se a rubricas como os CMEC (Custo para a Manutenção do Equilíbrio Contratual) e os CAE (Contratos de aquisição de Energia). Posição diferente foi assumida por Jorge Moreira da Silva, Ministro do Ambiente, para quem as rendas da energia foram “uma matéria resolvida” (Prado, 2014, p. 6). Estes e outros temas e subtemas fizeram parte da agenda política da *troika* (*policy agenda-setting*), e teve reflexo na agenda mediática (*media agenda*). O Estado como parte integrante de uma nação, tem um modo de operar que se traduz na ação política, isto é, no ato de “fazer” políticas públicas. Neste processo de “fazer” políticas públicas (*policy making*), tomam-se decisões inerentes à formação e ao desenvolvimento de políticas (formulação e implementação) que fazem parte do ciclo de vida de uma política, e em que naturalmente se estabelecem relações entre atores governamentais e atores não-governamentais. Em cada uma das fases do desenvolvimento das políticas públicas (construção da agenda, formulação de políticas, implementação de políticas e avaliação de políticas) estiveram presentes um conjunto de variáveis que interferiram no processo, nomeadamente o meio social e político, os atores, as entidades que implementam as medidas e as políticas em si mesmo (metas e objetivos a cumprir).

Lasswell (1962) foi pioneiro na identificação e no estudo das várias fases do processo de desenvolvimento das Políticas Públicas: *Intelligence*; *recommending*; *prescribing*; *involving*; *applying*; *appraising*; e *terminating*, e que estão presentes no discurso jornalístico e os ‘enquadramentos’ das peças jornalísticas sobre as avaliações da *troika*, na imprensa económica. Outra perspetiva que também serve os ‘enquadramentos’ das avaliações da *troika* está presente na formulação de políticas (e.g. Hoppe, Van de Graaf & Van Dijk, 1985) que classificam as fases da política em: construção da agenda; elaboração do projeto; adoção do projeto; implementação; avaliação; e reajuste. O processo de formação de políticas oscila entre intenções e ações. A elaboração do projeto (ou formulação) e implementação, são dois momentos importantes na formação das políticas. Nas fases da formulação e implementação, ocorrem trocas e indeterminações, conflitos e poder, e é necessária uma perfeita interação entre formuladores, implementadores e público-alvo das políticas para que uma determinada medida ou medidas sejam bem-sucedidas. A implementação, segundo os autores, passa pelas

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

seguintes subfases: definição do problema quanto aos seus aspetos normativos e causais; decomposição do problema; demonstração de que é possível tratar partes dos problemas, e identificação de soluções alternativas; estimativas brutas; e definição das estratégias de implementação (Hoppe, Van de Graaf & Van Dijk, 1985).

De acordo com a nossa análise, as políticas de austeridade refletidas na imprensa económica fazem parte da agenda política da *troika* (*policy agenda-setting*), e os enquadramentos contemplam estas subfases. Embora, para os jornalistas, o jornalismo económico tenha uma forte influência na agenda política, os jornalistas admitiram que não conseguiram em muitos momentos do programa de ajustamento conseguir exercer essa influência, porque as vozes da conta-corrente tinham pouco espaço na agenda mediática (Duarte, 2016). Essas vozes são as dos grupos não-governamentais, dos quais fazem parte os grupos de pressão ou interesse; académicos, investigadores e consultores; os média, participantes das campanhas eleitorais; partidos políticos e opinião pública. Os grupos de pressão, são os que pretendem bloquear mais do que promover os assuntos; os académicos estão encarregues mais de apresentar alternativas e não tanto de participar na construção da agenda; os média exercem influência de forma mais localizada; e os partidos e a opinião pública teriam uma grande influência na formação da agenda (Kingdon, 1984).

Os jornalistas da área económica não conseguiram assim, influenciar a agenda política no período da intervenção da *troika* face aos números que iam sendo apresentados relativo a vários indicadores e que resultaram das medidas de austeridade impostas. Num período dito de “normalidade informativa”, a maioria dos jornalistas é da opinião que a influência na agenda política é muito forte. O livro de Rui Peres Jorge do *Jornal de Negócios* – “Os dez erros da *troika*” – lançado em 2014 resultou do trabalho de vários jornalistas económicos sobre a avaliação das políticas de austeridade. Rui Peres Jorge aponta no livro para a existência de uma desigualdade técnica entre as instituições e o resto da sociedade, e para uma grande fragilidade portuguesa a nível da produção académica em economia aplicada à Economia portuguesa e sublinha: “temos alguns dos mais brilhantes alunos das faculdades pagos pelo BCE, Comissão Europeia e FMI a produzir investigação que vai um pouco ao encontro da perspetiva que essas instituições têm, e não existe a nível nacional muita produção que consiga sustentar uma contraproposta e uma visão alternativa àquela” (Jorge, 2016). No entanto advogou que houve um esforço por parte

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

dos jornalistas económicos em descrever o impacto das medidas a nível da pobreza, apesar de achar que é sempre complicado para um jornalista decidir entre aquilo que é informação que tem à partida um “selo de qualidade”, mesmo que a informação possa ser enviesada, e outro tipo de informação.

Conclusões

A nossa investigação propôs-se caracterizar como foi feita a cobertura jornalística das avaliações da *troika* na imprensa económica (*Jornal de Negócios* e *Diário Económico*) ao longo do período 2011-2014. Depois do chumbo do PEC IV (Programa de Estabilidade e Crescimento 2011-2013), documento elaborado pelo Ministério da Economia e das Finanças, no parlamento português pelo Partido Social Democrata (PSD) a 23 de março de 2011, Portugal na impossibilidade de recorrer ao mercado financeiro internacional para fazer face à necessidade de liquidez do setor público e do sistema financeiro, vê-se obrigado na vigência do Governo de gestão de José Sócrates, a recorrer a um pedido de ajuda externa no dia 6 de Abril de 2011. O país acabou por assinar um acordo com a *troika* (FMI, BCE e Comissão Europeia), a 17 de maio de 2011, consubstanciado num documento chamado ‘Memorando de entendimento sobre as condicionalidades de política económica (MECPE) da Comissão Europeia e do BCE, que ficou conhecido por ‘Memorando de Entendimento’ (MoU).

A partir desta altura, os técnicos do FMI, do Banco Central Europeu e da Comissão Europeia reuniram-se de três em três meses em Portugal com ministros, líderes partidários e parceiros sociais, com vista a avaliar o cumprimento do Programa de Ajustamento (PAEF). Através de dois instrumentos instituídos na sequência da crise da dívida soberana, o Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE) e o Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira (MEEF) financiado pelo orçamento da UE, entrou em Portugal o montante de 26 mil milhões, gerido pela Comissão Europeia. O MEE e o MEEF recorreram aos mercados de capitais para angariar o dinheiro. Os restantes 26 mil milhões de euros foram financiados pelo Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEFF) geridos pelo Eurogrupo, fundos obtidos através da emissão de obrigações. O FMI contribuiu com 26 mil milhões de euros, cujo financiamento obteve junto dos seus membros. Desses 78 mil milhões, 12 mil milhões foram para a recapitalização da banca. O Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira (MEEF) foi criado no decurso de

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

2010, conforme Regulamento do Conselho Europeu (UE) nº 407/2010 do Conselho, de 11 de maio de 2010, com o objetivo de preservar a estabilidade financeira europeia e permitir à União Europeia uma resposta” coordenada, rápida e eficaz, a graves dificuldades registadas num dado Estado membro da área do euro”.

O apoio do Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF) foi feito na base de um programa que tinha vários pilares: 1) consolidação orçamental (Finanças Públicas) que incidia na redução do défice público e dívida, ou seja, na redução dos desequilíbrios orçamentais; 2) as reformas estruturais, como a administração do Estado ou da Justiça; 3) sistema financeiro e rácios de capital (desalavancagem do setor financeiro). Estes empréstimos tinham como objetivos estritos; 1) o regresso das finanças públicas a um nível sustentado; 2) a redução do défice público; 3) a redução do endividamento do sistema financeiro; e 4) reformas estruturais que aumentassem a competitividade da Economia portuguesa. As revisões permitiram à *troika* avaliar o cumprimento dos objetivos do programa, identificar os pontos fortes e os pontos fracos e identificar os riscos e as ameaças que o país enfrentava e que podiam colocar em causa o alcance desses objetivos.

A cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal (2011-2014) e das avaliações ao Programa de Ajustamento Português (PAEF) provocou no jornalismo especializado na área da Economia uma mudança de paradigma. O cidadão comum começou a interessar-se mais por temas de Economia, porque tudo o que aconteceu no período da *troika* afetou a sua vida de forma direta. O jornalismo económico ganhou um novo impulso neste período sobretudo devido à vertente prática que adotou, de um jornalismo de tipo útil – *news to use* –, que quase não existia em Portugal, mas que já era muito usado nos EUA. As peças noticiosas das avaliações ocuparam páginas inteiras nos jornais e foram complementadas com peças de cariz explicativo/complementar e/ou de sistematização – formato ‘análise ou inquérito’ e Perguntas & Respostas (P&R). Antes do período da intervenção da *troika*, os jornais económicos dirigiam-se a um público muito específico e especializado, mas com a intervenção os jornalistas viram-se confrontados com a necessidade de chegar a um público mais alargado, menos segmentado, mais diversificado que obrigou a mudanças editoriais, não só na ‘forma’ como nos ‘conteúdos’ que foram apresentados (recorrendo a formatos jornalísticos explicativos), mas também a mudanças ao nível da linguagem utilizada, empreendendo

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

um tipo mais acessível, substituindo os termos técnicos – o chamado “economês” – por termos mais simples que tornassem mais fácil perceber as relações de causa e efeito das medidas ao longo do programa de ajustamento. A linguagem afastou-se cada vez mais de um estilo hermético e técnico, passando a aproximar-se mais ao do jornalismo generalista, permeável a uma linguagem de fácil entendimento por parte do cidadão comum. Isto, porque, no jornalismo económico no contexto das avaliações da *troika*, houve uma maior preocupação em ajudar as pessoas a compreender a Economia, a tomar melhores decisões no campo pessoal e profissional, e daí uma maior preocupação pela descodificação dos assuntos e simplificação da linguagem.

Os jornalistas económicos assumiram também uma dinâmica na redação diferente daquilo que eram as rotinas habituais. O volume de informação (elevado número de peças) e um maior fluxo noticioso, as novas fontes de informação da *troika* (a *troika* exigiu uma adaptação a novas fontes com as quais os jornalistas económicos não tinham relações de proximidade), a produção de documentos novos e complexos, e a generalização do *online* imprimiram aos jornais económicos um ritmo e uma intensidade de trabalho muito maior. Face ao volume de informação a tratar e à complexidade dos temas, os jornalistas da área económica adotaram diferentes estratégias no tratamento e apresentação das notícias de modo a refletir de uma forma simples, mas ao mesmo tempo esclarecedora, o que se estava a passar na Economia, e procurar responder aos anseios e inquietações dos cidadãos, empresas e instituições. O jornalismo económico, em contexto de crise económica, exige jornalistas especializados em Economia com *background* nas áreas da macroeconomia fundamental para entender a complexidade dos temas abordados e conseguir transmitir informação para o público de forma entendível. Os temas económicos são complexos e exigem conhecimento técnico e rigor aos jornalistas nas áreas em que escrevem, porque uma notícia pouco rigorosa veiculada no jornalismo económico pode ter consequências negativas para as pessoas e para a sociedade em geral. As fotografias e as fotolegendas predominaram no texto noticioso mais do que os gráficos, ilustrações ou infografias, embora se tratassem de temas económicos e financeiros. Os jornais mantiveram as secções específicas ‘Primeira Linha’ e ‘Destaque’ que já existiam em ambos para os temas de maior importância. No discurso jornalístico, no contexto das avaliações, predominou o tom equilibrado e neutro. A informação das peças noticiosas sobre as avaliações da *troika* foi objetiva, isenta, factual e descritiva. Os

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

jornalistas escreveram as peças de forma objetiva, factual, sem posicionamentos críticos, porque as notícias foram baseadas, essencialmente, nos relatórios de avaliação do Fundo Monetário Internacional, da Comissão Europeia, das conferências de imprensa e comunicados de imprensa.

Na análise da lógica da narrativa jornalística das avaliações da *troika*, observámos que o enquadramento jornalístico (*frame*) começa por explicar o que está a acontecer (diagnóstico) e acaba a estabelecer o que deve ser feito (prescrição/recomendação), para que haja cumprimento das medidas propostas pela *troika*. Percebemos, ao longo do texto jornalístico, que, no início de cada avaliação/revisão regular do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF), era feita uma análise/diagnóstico por parte da *troika*, do Governo, Banco de Portugal (BdP), partidos políticos e parceiros sociais dos problemas da economia portuguesa e uma apresentação das implicações ao nível de custos dos vários indicadores macroeconómicos, tendo em conta os três pilares fundamentais do programa. Nessa análise/diagnóstico, eram identificados um ou vários problemas (o quê?), que eventualmente estariam a interferir na boa execução do programa, isto é, as medidas definidas inicialmente no ‘Memorando de Entendimento’ (MoU) por qualquer motivo não estariam a produzir os efeitos que se pretendiam alcançar no decorrer da vigência do programa. Quando isso acontecia, os jornalistas identificavam as causas que estavam na origem da não concretização das medidas e apuravam as responsabilidades, os atores/protagonistas envolvidos, os conflitos gerados face às medidas propostas, a tomada de decisão sobre cada avaliação do “programa de ajustamento” e a antecipação de novos temas.

Foi por isso que encontrámos, no processo comunicativo jornalístico das avaliações da *troika* na imprensa económica, uma lógica narrativa própria, que procurou ser coerente com os objetivos impostos pela *troika*, mas que ao mesmo tempo procurou produzir alguns efeitos nas audiências. Por isso, cruzaram-se na narrativa jornalística vários atores ao longo das avaliações, que viveram momentos de grande confronto e tensão por refletirem interesses divergentes em relação às medidas da *troika*, como foi o caso do Governo e da oposição (transversal em todas as avaliações); Governo e *troika* (negociações das medidas); parceiros sociais (aceitação e/ou rejeição das medidas); Tribunal Constitucional (chumbos das medidas apresentadas pelo Governo e propostas

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

pela *troika*) que acabaram por gerar conflitos também entre vários setores da população, sobretudo, Funcionários Públicos e pensionistas.

Na análise da cobertura jornalística das avaliações da *troika* na imprensa económica especializada, não se verificou uma diferença significativa no tratamento da informação em ambos os jornais analisados. Esta imprensa acompanhou a evolução do programa ao longo do tempo, descrevendo os acontecimentos à medida que o programa se ia desenvolvendo assente nas fontes governamentais/institucionais, nomeadamente nos ‘órgãos de soberania (Governo) e nas ‘as organizações político-financeiras’ (FMI, BCE e Comissão Europeia). Os nomes dos atores e instituições políticos coincidem com as fontes oficiais em ambos os jornais e a visibilidade dos atores políticos com as entidades que tomaram as decisões relativamente às políticas de austeridade (Governo e *troika*). Houve uma reprodução no discurso jornalístico dos documentos oficiais da *troika* (Relatórios do FMI e Comissão Europeia). O texto noticioso acompanhou a cronologia das medidas que iam sendo propostas pela *troika* ao longo do programa de ajustamento.

O *gatekeeping* do jornalismo económico não procurou acesso a fontes alternativas, contribuindo, assim, ainda numa fase anterior ao *agenda-setting*, para uma visão homogénea da realidade social, promovendo consensos na opinião pública relativamente às medidas de austeridade no contexto nacional, isto é, as decisões tomadas pelos *gatekeepers* dos jornais económicos resultaram em imagens uniformes da realidade social, quer na ‘forma’, quer no ‘conteúdo’. Assim, os canais e as fontes de informação, a partir dos quais as notícias sobre as avaliações da *troika* se desenvolveram, foram os mesmos para os jornalistas de ambas as publicações. Esta forma mimética dos temas, pode gerar consensos na opinião pública, porque os jornalistas, ao não questionarem e criticarem, não incomodam os poderes.

É assim que, no contexto da intervenção da *troika* e das avaliações em particular, verificou-se que os jornais económicos tendem a seguir os enquadramentos que derivam das fontes políticas institucionais, isto é, o discurso jornalístico reproduziu o discurso do poder (*troika* e Governo), legitimando as fontes do poder. As crises económicas e financeiras geram no jornalismo narrativas complexas e de difícil interpretação que requerem tempo para o aprofundamento das questões, quer do lado de quem produz a informação, quer do lado das audiências.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

O recurso sistemático às fontes do Governo e da *troika* por parte da imprensa económica no período da intervenção da *troika* levanta a questão da *accountability*. Enquanto o Governo teria de prestar contas perante o Parlamento e a seu tempo seria avaliado pelos eleitores, a *troika* governou o país como uma entidade imaculada, em que as avaliações eram aceites pelo Governo e reproduzidas pelos jornalistas sem grandes questionamentos. À medida que as políticas de austeridade se iam impondo, os jornalistas da área económica em ambos os jornais refletiram pouco sobre o sentido dessas políticas no discurso noticioso, não procurando fontes alternativas, tendo sido muitas vezes criticados por tomarem partido dessas políticas, nomeadamente, nos editoriais e comentários.

A análise de conteúdo às notícias, no contexto das avaliações da *troika*, permitiu-nos ainda observar quais foram os temas mais abordados em ambos os jornais. Assim sendo, à luz da teoria do *agenda-setting*, verificou-se que houve uma ênfase nos temas que interferem diretamente na vida das pessoas, por serem os temas mais discutidos ao nível da opinião pública – o ‘mercado de trabalho’, com destaque para os cortes na Função Pública, subsídio de desemprego e as reformas laborais, tanto na primeira página como no texto noticioso. De seguida, aparece o tema das ‘contas públicas’ e do ‘setor financeiro’. Os mesmos temas foram destacados na primeira página na forma de manchete. Os subtemas incidiram sobretudo no corte da despesa pública e na redução da dívida pública, convergindo nos principais objetivos da *troika* – a redução do défice orçamental. Isto significa que, no jornalismo económico em contexto de crise económico-financeira, a agenda mediática acabou por ser virada para as pessoas, e envolveu tudo o que era a parte económica: impostos, Função Pública, regras do setor privado, cortes nas despesas, salários, etc.

A intervenção da *troika* constituiu-se como um grande contributo para o jornalismo económico durante o período de 2011-2014. Assistiu-se a um interesse acrescido dos temas económicos e da Economia por parte dos cidadãos. Os jornais económicos foram os grandes intermediários na explicação das Políticas Públicas constantes do Programa de Ajustamento Português (PAEF), o que fez que com que o jornalismo económico ascendesse a um patamar superior e ganhasse um peso que, até à intervenção da *troika*, não tinha.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Como propostas futuras de investigação, sugerimos alargar o estudo a outros meios, por exemplo, suplementos económicos de média generalistas e digitais, para confirmar ou infirmar algumas das conclusões; complementar a narrativa jornalística dos textos noticiosos com uma análise aos editoriais e aos artigos de opinião dos jornais económicos; alargar o *corpus* de análise a outros momentos chave da intervenção da *troika* como por exemplo, a discussão do Orçamento de Estado (OE), os debates do Estado da Nação na Assembleia da República, execução das medidas da *troika* em vários setores da sociedade ao longo do período da vigência do Programa de Ajustamento. Seria pertinente, ainda, obter mais informação sobre aspectos positivos ou negativos (enquadramento de valência) que são realçados no que diz respeito a cada um dos temas mais frequentes, (i.e., mercado de trabalho, contas públicas, sector financeiro) resultante da análise de conteúdo, complementando com uma análise do discurso, por forma a aceder a um nível mais semântico.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Referências bibliográficas

- Aguiar, N. (2014, 22 de abril). Antes do adeus, FMI poupa nas críticas ao Governo. *Jornal de Negócios*, pp. 4-5.
- Aguiar, N., & Miranda, E. (2013, 12 de março). Cortes geram oposição de ministros. *Jornal de Negócios*, pp. 4-5.
- Aguiar, N., & Pereira, C.A. (2013, 14 de junho). FMI começa a duvidar do sucesso do seu próprio programa. *Jornal de Negócios*, p. 26.
- Aguiar, N., & Simões, B. (2013, 25 de fevereiro). 4 mil milhões de euros. O número da discórdia, *Jornal de Negócios*, p. 4.
- Aguiar, N., (2013d, 19 de setembro). PSD pede autorização para descer IRS. *Jornal de Negócios*, p. 21.
- Aguiar, N., (2013c, 19 de setembro). Troika recusa mexer no défice escaldada com a crise política. *Jornal de Negócios*, p. 21.
- Aguiar, N., (2013b, 12 de junho). E à sétima avaliação, o mundo mudou. *Jornal de Negócios*, p. 16.
- Aguiar, N., (2013a, 11 de março). Reformas estruturais estão feitas, falta recolher frutos. *Jornal de Negócios*, p. 9.
- Aguiar, N., & Jorge, R.P. (2012b, 20 de novembro). Troika cada vez mais pessimista sobre a retoma da economia. *Jornal de Negócios*, p. 9.
- Aguiar, N., & Jorge, R. P. (2012a, 26 de outubro). FMI vê “sinais abundantes de fadiga” no ajustamento. *Jornal de Negócios*, p. 4.
- Aguiar, N., & Garrido, M. H. (2012, 19 de outubro). Troika não vê alternativas credíveis para cortar na despesa. *Jornal de Negócios*, p. 8.
- Albuquerque, C. T. (2014). A Austeridade de Maastricht. In E. P. Ferreira (Org.), *A Austeridade cura? A Austeridade Mata?* (pp. 263-288). Lisboa: Edição AAFDL.
- Alesina, A., & Ardagna S. (1998). Tales of Fiscal Adjustment. *Economic Policy* 13(27), 489-585.
- Almeida, J. R. (2016, março). A Fabricação do consentimento: discurso jornalístico sobre a crise em Portugal. *Le Monde Diplomatique*, 12-13.
- Almeida, J. R. de (2015). Seminário Crises: O jornalismo e a economia do séc. XXI. 29 de setembro de 2015 – Auditório. J.J. Laginha, ISCTE-IUL
- Amador, I. B. (2013). *Protesto político nas democracias da Europa do Sul (Portugal, Espanha e Grécia): uma análise comparada e longitudinal (2002-2012)*. Dissertação

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

de Mestrado, Lisboa, ISCTE-IUL. Acedido em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/7631>

Andrews, D., Nonnecke, B. & Preece, J. (2003) Electronic survey methodology: A case study in reaching hard to involve Internet Users. *International Journal of Human-Computer Interaction*. 16(2), 185-210.

Anduiza E., Cristancho C. & Sabucedo J. M. (2013) Mobilization through online social networks: the political protest of the indignados in Spain, *Information, Communication & Society*, 17 (6), 750-764, DOI: 10.1080/1369118X.2013.808360

Aníbal, S. (2015). Seminário Crises: O jornalismo e a economia do Séc. XXI. 29 de setembro de 2015 - Auditório. J.J. Laginha | ISCTE-IUL

Antunes, S. (2012, 9 de abril). BdP obriga Banca a assumir perdas com créditos de cobrança difícil. *Jornal de Negócios*, p. 33.

Aranha, E. (2013, 11 de março). Jornalismo especializado: Economia ocupou a primeira conferência. Acedido em <https://jpn.up.pt/2013/03/11/jornalismo-especializado-economia-ocupou-a-primeira-conferencia/>

Arrese, Á., & Vara, A. (2004). *La formación del periodista económico*, Espanha.

Azevedo, M. E. (2014). O Euro e a Crise das Dívidas Soberanas: Portugal no “Centro do Turbilhão”. In E. P. Ferreira (Org.), *A Austeridade cura? A Austeridade Mata?* (pp. 1137-1154). Lisboa: Edição AAFDL

Baptista, C., & Correia, F. (2018). Grupos Económicos e pluralismo: os *media* sob ameaça. *Le Monde Diplomatique* – ed. Portuguesa.

Barata, O. S. (2002). *Introdução às ciências sociais*. 10ª Edição. Lisboa: Bertrand Editora.

Bardin, L. (2008). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Barthes, R. (1971). Introdução à análise estrutural da narrativa. In Barthes, Roland et al. *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis: Vozes.

Basile, S. (2002). *Elementos de Jornalismo Económico*. Rio de Janeiro, Campus, 2002.

Bauer, M., & Gaskell, G. (Eds.) (2008). *Qualitative researching with text, image, and sound*. London: SAGE publications. ISBN 9780761964810

Bauman, Z., & Bordoni, C. (2014). *Estado de crisis*. Editora Paidós. Barcelona.

Beckett, K. (1995). Media depictions of drug abuse: the impact of official sources. In P. Wasburn (ed) *Research in Political Psychology*, 7, (pp. 161-182), Greenwich: JAI Press,

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

- Benjamin, W. (1993). O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Obras escolhidas I. Magia e técnica, arte e política (p. 197-221). São Paulo: Brasiliense, 5a ed.
- Berelson, B. (1952). *Content analysis in communication research*. New York: The Free Press.
- Bird, S. E., & Dardenne, R. W. (1993). Mito, registro e ‘estórias’: explorando as qualidades narrativas das notícias. In Néelson Traquina (org.) *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. (pp. 263-277). Lisboa: Veja.
- Blanchard, O. (2007) Adjustment within the euro. The difficult case of Portugal, Portuguese *Economic Journal*, 6(1), 1–21.
- Blumler, J.G., y Coleman, S. (2010). Political communication in Kavanagh free fall: the British Case—and Others? *International Journal of Press/Politics*, 15(2), 139-154. doi: 10.1177/1940161210362263
- Blyth, M. (2013). *Austeridade – A História de Uma Ideia Perigosa*. Quetzal Editores, Lisboa.
- Boin, A., T Hart, P. & McConnell, A. (eds) (2008) Crisis exploitation: political and policy impacts of framing contests. *Journal of European Public Policy*, 16(1), 81-106, DOI: 10.1080/13501760802453221
- Boin, A., T Hart, P., Stern E. & Sundelius, B.(eds) (2005) *The Politics of Crisis Management: Public Leadership under Pressure*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Borges, A. (2011, 15 de setembro). Descer TSU “é absolutamente fundamental”. *Diário Económico*, p. 8.
- Boyer, K., Olson, J. & Jackson, E. (2001). Electronic Surveys: Advantages and Disadvantages Over Traditional Print Surveys. In *Research Issues*. Michigan: Michigan State University.
- Bremond, C. (1973). *Logique du récit*. Paris: Seuil.
- Brinkman, S., & Kvale, S. (2015). *Interviews: Learning the craft of qualitative research interviewing*. 3ª Edição. SAGE Publications
- Bryman, A. (2012). *Social research methods*. 4ª Edição. Oxford: Oxford University Press.
- Burkett, W. (1986). *Jornalismo científico: como escrever sobre ciência, medicina e alta tecnologia para os meios de comunicação*. Tradução Antônio Trânsito. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

- Caetano, E. (2013b, 17 de dezembro). Programa cautelar tem custos políticos, mas poupa nos juros da dívida. *Jornal de negócios*, p. 6.
- Caetano, E. (2013a, 3 de outubro). Mercados desvalorizam objetivo do défice. *Jornal de Negócios*, p. 16.
- Caetano, E. (2012a, 1 de junho). Portugal no bom caminho...para receber nova ajuda em setembro. *Jornal de Negócios*, p. 8.
- Caetano, E. (2011f, 5 de abril). Estado tem 40% de probabilidade de entrar em incumprimento. *Jornal de Negócios*, p. 5.
- Caetano, E. (2011e, 30 de março). Corte de rating da S&P é estocada final na resistência à ajuda. *Jornal de Negócios*, p. 6.
- Caetano, E. (2011d, 25 de março). Mercados e Europa empurram Portugal para pedir ajuda. *Jornal de Negócios*, p. 4.
- Caetano, E. (2012c, 5 de junho). Governo quer emitir dívida com prazos mais longos. *Jornal de Negócios*, p. 12.
- Caetano, E. (2011b, 14 de março). Europa abre caminho à descida dos juros da dívida nacional. *Jornal de Negócios*, p. 7.
- Caetano, E. (2011a, 12 de janeiro). Nenhum país pediu ajuda com juros nos 7%. *Jornal de Negócios*, p. 6.
- Caldas, J. C., & Almeida, J. R. de (2016). Cadernos do Observatório. Narrativas da crise no jornalismo económico. Edições CES – Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado da Universidade de Coimbra. Acedido em http://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/documentos/cadernos/CadernoObserv_VII_mar2016.pdf
- Caldas, S. (2005). *Jornalismo econômico*. São Paulo, Editora Contexto.
- Calvo Gutiérrez, E. (2011). La supervivencia del gran periodismo financiero. The survival of the great financial journalism. *Journal of Communication*, 2, 55-70. Acedido em <http://revistas.usal.es/index.php/2172-9077/article/viewFile/11906/12270>
- Camilo, E. J. M., & Santos, A. L. M. (Org.), *Manipulação e Persuasão – Posições e contraposições* (pp. 17-41). Edições Labcom. IFP
- Canavilhas, J. (2001) Webjornalismo: considerações gerais sobre o jornalismo na web. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-webjornal.pdf>
- Cappella, J., & Jamieson K. (1997) *Spiral of Cynicism*, New York: Oxford University Press.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

- Carey, J. W. (1986). The dark continent of American journalism. In Robert Karl Manoff, & Michael Schudson. Reading the news (pp.146-196). New York: Pantheon Books.
- Carreira, M. (2015). Três crises em 40 anos de Democracia. Programa Olhos nos Olhos. Acedido em <http://tviplayer.iol.pt/programa/olhos-nos-olhos/53c6b3963004dc006243d285/episodio/t2e6>
- Cariço, M. (2011, 21 de dezembro). Troika quer mais receita com taxas na saúde. *Jornal de Negócios*, p. 5.
- Castells M. (2009). *Comunicación y poder*, Madrid: Alianza Editorial.
- Castells, M. (2012). *Networks of outrage and hope - social movements in the Internet Age*. Cambridge. Polity Press.
- Chatman, S. (1990). Historia y discurso: la estructura narrativa en la novela e en el cine, Madri: Taurus Humanidades.
- Chizzotti, A. (2006). *Pesquisa em ciências humanas e sociais* (8a ed.). São Paulo: Cortez
- Chomsky, N. (2003). *Discurso da Dissidência*, Dinossauro, Lisboa.
- Cobb, R. W., & Elder, C. D. (1971) “The politics of agenda-building: An alternative perspective for modern democratic theory”. *The Journal of Politics* 33, 892–915.
- Cochrane, J. (2009). Fiscal Stimulus, Fiscal Inflation, or Fiscal Fallacies? Versão 2.5, 27 de Fevereiro de 2009, Acedido em http://faculty.ses.wsu.edu/rayb/420/fiscal_stimulus.pdf
- Coelho, C. M. (2016). A fotografia na imprensa – o olhar dos fotojornalistas em Portugal. *Revista Jornalismo & Jornalistas*, 63, 14-25.
- Coelho, P. P. (2014). A Gestão do Programa de Ajustamento – 1000 dias, 450 medidas cumpridas. Relatório da Estrutura de Acompanhamento dos Memorando (ESAME). Acedido em <https://www.portugal.gov.pt/media/1413075/20140508%20seapm%20gestao%20p aef.pdf>
- Cohen, B. (1963). *The Press and Foreign Policy*, Princeton, Princeton University Press
- Cohen, L., Manion, L., & Morrison, K. (2007). *Research Methods in Education*. 6^{oa} Edição. New York: Routledge.
- Cornfield, M., Carson, J., Kalis, A., & Simon, E. (2005). Buzz, Blogs and Beyond: The Inter- net and the National Discourse in the Fall of 2004. Acedido em <http://195.130.87.21:8080/dspace/bitstream/123456789/557/1/Buzz%2C%20Blogs%2C%20And%20Beyond.pdf>

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

- Correia, F. (2003). O jornalismo em Portugal. Acedido em http://resistir.info/portugal/fcorreia_jornalismo.html#asterisco
- Correia, J. C. (2011). *O Admirável Mundo das Notícias* – Teorias e Métodos. Livros Labcom.
- Costa, A. & Caldas, J. C. (2013) A União Europeia e Portugal entre os resgates bancários e a austeridade: um mapa das políticas e das medidas (pp. 72-107). In Relatório Observatório das Alternativas. Disponível em http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/Relatorio_Anatomia_Crise_final__.pdf
- Costa, A. Peixoto, M., Barroso, R. Oliveira, M.M. (2014, 30 de abril). Executivo opta por saída limpa do memorando da troika. *Diário Económico*, p. 12.
- Costa, C. (9 de dezembro de 2016). Hillary Clinton aponta parte da derrota às falsas notícias nas redes sociais. Antena 1. Acedido em https://www.rtp.pt/noticias/mundo/hillary-clinton-aponta-parte-da-derrota-as-falsas-noticias-nas-redes-sociais_a968206
- Couldry N., Livingstone S., Markham T. (2010). *Media consumption and public engagement – beyond the presumption of attention*, Basinstoke: Palgrave Macmillan.
- Couldry, N. (2010). *Why voices matters: Culture and politics after neoliberalism*. London: Sage.
- Cruz, C. (2014). *A Decisão Editorial em televisão – o caso do Telejornal da RTP*, tese de doutoramento Ciências da Comunicação, especialização em Sociologia da Comunicação, Universidade Aberta, Lisboa.
- Cruz, V. (2015, 27 de maio) Felisbela Lopes. "Os jornalistas parecem estar resignados às versões dos instalados no poder". In Semanário *Expresso*. Acedido em <http://expresso.sapo.pt/sociedade/2015-05-27-Felisbela-Lopes.-Os-jornalistas-parecem-estar-resignados-as-versoes-dos-instalados-no-poder->
- Cunha, C., & Lobo, M. (2016). Campanhas políticas nas redes sociais: uma análise comparativa das eleições presidenciais em França (2012) e em Portugal (2011). In A. Freire, M. Lisi, & J.M.L Viegas, (orgs.), *Representação e Participação Política na Europa em Crise* (pp. 235-250), Edição Parlamento.
- Dahlgren P. (2005). The Internet, public spheres, and political communication: dispersion and deliberation. *Political Communication*, 22, 147-162.
- Dearing, James W., Rogers, Everett M. (1996). Agenda-Setting. *Communication concepts* 6.
- Duarte, I. M., & Pinto, A. G. (2013). Troika, austeridade, crise: modalização linguística em artigos de opinião e cartoons na imprensa escrita portuguesa redis. *Revista de estudos do discurso*, 2, 33-52

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

- Duarte, C. (2012, 20 de novembro). Troika chumba reforço de 432 milhões para pagar dívidas da saúde. *Diário Económico*, p. 3.
- Económico (2014) Estatuto Editorial-Código de Conduta – Livro de Estilo-Prontuário, Edição S.T. & S.F. –Sociedade de Publicações, Lisboa.
- Effing, E., Hillegersberg J. & Huibers (2011) T.W.C. (2011). Social Media and Political Participation: Are Facebook, Twitter and YouTube Democratizing Our Political Systems?. In *Electronic Participation*. Third IFIP WG 8.5 International Conference, ePart 2011, 29 Aug- 1 Sep 2011, Delft. (pp. 25-35).
- Entman, R. (1994). Framing toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, 10, 155-173.
- Entman, R. M., & Usher, N. (2018). Framing in a fractured democracy: impacts of digital technology on ideology, power and cascading network activation. *Journal of Communication*, 68 (2), 298-308. Acedido em <https://doi.org/10.1093/joc/jqx019>.
- ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social (2015). Estudo “Públicos e Consumos dos Media”. Acedido em <http://ionline.pt/392551?source=social>
- Espírito Santo, P. (2010). *Introdução à Metodologia em Ciências Sociais – Génese, Fundamentos e Problemas*, Lisboa, Edições Sílabo.
- Esteve Ramírez, F. (1996). *Fundamentos de la Información Periodística Especializada*. Madrid: Editorial Síntesis
- Esteve Ramírez, F. (2010). Fundamentos de la especialización periodística. In: C. M. Idoia (org.), *La especialización en el periodismo: formarse para informar* (pp. 7 – 22). Comunicación Social Ediciones y Publicaciones. Sevilla/Zamora.
- Esteves, M., & Larguesa, A. (2011). Cavaco dá plenos poderes a Sócrates para pedir ajuda. *Jornal de Negócios*, p. 4.
- Esteves, M. (2011, 18 de novembro). Factores que desaconselham corte nos salários. *Jornal de Negócios*, p. 5.
- Ferin Cunha, I. (2013). Cobertura Jornalística da Crise Política e Financeira e o “Issue” Corrupção Política. *Brazilian Journalism Research* 9 (1), 18-37.
- Ferin cunha, I. (2016). Investigação cooperativa e comparativa: o projeto Corrupção Política nos media. In I. Ferin Cunha & E. Serrano (coords), *Media, Corrupção política e Justiça*. (pp. 79-101). Editora Mariposa Azul.
- Fernandes, A. C. (2014). A crise e as escolhas políticas em saúde. In E. P. Ferreira (Org.), *Troika ano II – uma avaliação de 66 cidadãos*. (pp.17-24). Lisboa: Edições 70, Almedina.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

- Fernandes, D., & Oliveira, M. M. (2012, 20 de novembro). Governo prepara-se para aumentar horário de trabalho no Estado. *Diário Económico*, p. 4.
- Fernandes, D. (2012, 20 de novembro). Mobilidade especial será alargada “a todos sectores” da Função Pública. *Diário Económico*, p. 4.
- Fernandes, D. (2011, 16 de agosto). CGTP responde a Passos Coelho com protesto nacional. *Diário Económico*, p. 12.
- Fernández del Moral, J., & Ramírez, E. (1999). Introducción. In *Áreas de Especialización Periodística* (pp. 7 – 18). Madrid: Editorial Fragua.
- Fernández Del Moral, J., & Esteve Ramírez, F. Y. (1999). *Áreas de Especialización Periodística*. Madrid: Fragua.
- Fernández del moral, J., & Ramirez, E. (1996). El Periodismo Especializado: un modelo sistémico para la difusión del conocimiento. In J. Fernández del moral (Coord.) *Periodismo Especializado* (pp. 17 – 32). Barcelona: Ariel
- Ferreira, G. B. (23 de março, 2017). Quem define a agenda na era da Internet. Acedido em <http://pt.ejo.ch/jornalismo/define-agenda-na-era-da-internet>
- Ferreira, J. G. (2008, 28 de novembro). Crise traz novos leitores para o jornalismo económico. Acedido em <http://www.meiosepublicidade.pt/2008/11/crise-traz-novos-leitores-para-o-jornalismo-economico/>
- Ferreira, J. G. (2017a, 26 de maio). António Costa completou sete anos de austeridade, com sucesso e crescimento. Canal de televisão *SIC Notícias*. Acedido em <http://sicnoticias.sapo.pt/opiniao/2017-05-26-Antonio-Costa-completou-sete-anos-de-austeridade-com-sucesso-e-crescimento>
- Ferreira, J. G. (2017b, 02 de junho). Começa-se a descobrir a ponta do iceberg, alguém andou a mexer em números. Opinião no Jornal da Noite do Canal televisivo *SIC Notícias*. Acedido em <http://sicnoticias.sapo.pt/opiniao/2017-06-02-Comeca-se-a-descobrir-a-ponta-do-iceberg-alguem-andou-a-mexer-em-numeros>
- Figueiredo, I. (2014). Pôr fim às Políticas de Austeridade para desenvolver Portugal. In E. P. Ferreira (Org.), *A Austeridade cura? A Austeridade Mata?* (pp. 545-559). Lisboa: Edição AAFDL
- Francisco, F. (2014). A Austeridade mata? A Austeridade cura. In E. P. Ferreira, (Org.), *A Austeridade cura? A Austeridade Mata?* (pp. 521-537). Lisboa: Edição AAFDL.
- Gago, M. J. (2012, 20 de novembro). Banca pode poupar 380 milhões com corte no custo do apoio público. *Jornal de Negócios*, p. 8.
- Gago, M. J. (2012, 5 de junho). BCP e BPI pagam mais de 350 milhões ao ano por apoio do Estado. *Jornal de Negócios*, p. 8.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

- Gago, M. J., & Guerreiro, P. S. (2012, 5 de junho). Banca já não tem desculpas para não financiar a economia. *Jornal de Negócios*, p. 6.
- Gago, M. J., & Jorge, R.P. (2011, 17 de novembro). Governo cede à banca nas críticas à lei da capitalização. *Jornal de Negócios*, p. 4.
- Galvão, M., & Peixoto, M. (2013, 4 de dezembro). Programa da *troika* pode coincidir com decisão do TC. *Diário Económico*, p. 5.
- Galvão, M. (2014, 23 de abril). Troika reforça que austeridade é para manter. *Diário Económico*, pp.4-5.
- Gamson, W., & Lasch K. (1983). The political culture of social welfare policy. In S. Spiro & E. Yuchtman-Yaar, (eds.), *Evaluating the Welfare State* (pp. 397-415). New York: Academic Press.
- Gamson, W., & Meyer D. (1996). Framing political opportunity. In D. McAdam et al. (eds.), *Comparative Perspectives on Social Movements* (pp. 291-311). New York: Cambridge University Press.
- Gamson, W., & Modigliani A. (1989). Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach, *American Journal of Sociology*, 95, 1-37.
- Gans, H. J. (1979). *Deciding what's news*. New York, NY: Pantheon Books.
- Garbarino, A. (1982) La 'normalizzazione' dei giornalisti. Ipotesi sugli esiti della socializzazione professionale negli apparati dell'informazione. *Sociologia dell'Organizzazione*, 1, 7-53.
- Garrido, H. (2014, 22 de abril). Como evitar o FMI segundo o FMI. Editorial *Jornal de Negócios*, p. 3.
- Garrido, H., Esteves, M., Baltazar, M. (2013, 10 de dezembro). Entrevista de Pedro Passos Coelho. “Tivemos metas muito mais exigentes que a Irlanda”. *Jornal de Negócios*, pp.4-10
- Garrido, H. (2013, 15 de março). Troika dá mais um ano para cortar défice e despesa pública. *Jornal de Negócios*, pp. 4-5.
- Garrido, H., & Jorge, R. P. (2012, 28 de fevereiro). Fantasma do fracasso paira sobre terceira avaliação positiva. *Jornal de Negócios*, pp 30-31.
- Garrido, H., Gago, M. J., Guerreiro, P. S. (2012, 23 de fevereiro). Troika viabiliza aumento do crédito à economia. *Jornal de Negócios*, p. 4.
- Garrido, H. (2012, 26 de outubro). À espera do sexto exame da troika. *Jornal de Negócios*, p. 3.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

- Garrido, H., & Jorge, R. P. (2011, 17 de novembro). Dívida da saúde tem de diminuir. *Jornal de Negócios*, p. 7.
- Garrido, H., & Guerreiro, P. S. (2011, 5 de abril). Empréstimo externo da UE exige acordo prévio entre PS, PSD e CDS. *Jornal de Negócios*, p. 6.
- Garrido, H., & Romano, H. (2011, 14 de setembro). Troika exige mais austeridade no próximo ano. *Jornal de Negócios*, p. 4.
- Garrido, H., & Gaspar, E. (2011, 17 de fevereiro). Portugal sob pressão para pedir ajuda já. *Jornal de Negócios*, p. 24.
- Garrido, H., & Silva, J. C. da (2011, 3 de janeiro). 2011 a visão dos líderes. *Jornal de Negócios*, pp. 4-9.
- Garrido, H. (2011b, 17 de novembro). Atenção troika, chegou a hora dos fortes. *Jornal de Negócios*, p. 3.
- Garrido, H. (2011a, 10 de janeiro). O erro de repetir Dublin em Lisboa. Editorial do *Jornal de Negócios*, p. 5.
- Garrido, H. (2004/2005). Jornalismo Económico em tempos de concentração – faces visíveis das pressões sobre a informação (pp. 233-247), *Caleidoscópio, Territórios do Jornalismo Org.* Mário Mesquita, Edições Universitárias Lusófona, 2004/05.
- Gaspar, E. (2014, 22 de abril). FMI pede compromisso nacional para evitar risco de novo resgate. *Jornal de Negócios*, p. 7.
- Gaspar, E., & Caetano, E. (2011, 11 de janeiro). BCE tenta travar intervenção em Portugal. *Jornal de Negócios*, p. 6.
- Gaspar, E. (2011c, 24 de março). Sócrates desdramatiza em Bruxelas consequências do “vazio” em Lisboa. *Jornal de Negócios*, p. 10.
- Gaspar, E. (2011b, 15 de março). Europa espera que mercados “compreendam o esforço de Portugal. *Jornal de Negócios*, p. 7.
- Gaspar, E. (2011a, 3 de março). Sócrates sai de Berlim elogiado, mas sem “rede”. *Jornal de Negócios*, p. 4.
- Gaspar, V. (2011b, 4 de setembro). A entrevista do Ministro das Finanças no *Jornal da Noite (SIC)* Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=WPzmtmIhV2E>
- Gaspar, V. (2011a, 2 de setembro). Vivemos guerra contra a tirania da dívida. Disponível em <http://www.tvi24.iol.pt/economia/negocios/vivemos-guerra-contra-a-tirania-da-divida>
- Genette, G. (1987). *Discurso da narrativa*. Lisboa: Vega Universidade.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

- Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS.
- Gitlin, T. (1980). *The whole world is watching*. Berkeley: University of California Press.
- Gitlin, T. (2003). *The whole world is watching: mass media in the making & unmaking of the new left*. Berkeley: University of California Press.
- Goffman, E. (1974). *Frame analysis: An essay on the organization of experience*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Gradim, A. (2016). *O Enquadramento das notícias*. Coleção Media e Jornalismo: Livros Horizonte.
- Greene, J. (2008). Is mixed methods social inquiry a distinctive methodology?. *Journal of mixed methods research*, 2(1), 7-22.
- Greene, J. C.; Caracelli, V. J.; Graham, W. F. (1989) Toward a Conceptual Framework for Mixed-method Evaluation Designs. *Educational Evaluation and Policy Analysis*, 11(3), 255-274.
- Greimas, A. J. (1973 [1966]). *Semântica estrutural: pesquisa de método*. Tradução de Haqaira Osakabe e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix.
- Guerreiro, P. S., & Gonçalves, V. (2012, 28 de fevereiro). Entrevista de Paul Krugman na RTP 1. “Os mercados estão a subvalorizar Portugal. *Jornal de Negócios*, pp. 4-13.
- Guerreiro, P. S. (2012, 24 de fevereiro). As verdades que nunca nos dirão. Editorial do *Jornal de Negócios*, p. 3.
- Guerreiro, P.S., & Garrido, H. (2011, 5 de abril). Bancos portugueses deixam de dar crédito ao Estado. *Jornal de Negócios*, pp. 4-5.
- Guerreiro, P. S. (2008, 28 de novembro) “Crise traz novos leitores para o jornalismo económico”. Disponível em <http://www.meiosepublicidade.pt/2008/11/crise-traz-novos-leitores-para-o-jornalismo-economico/>.
- Guerreiro, P. S. (2011, 30 de março). Dias das mentiras. Editorial *Jornal de Negócios*, p. 3.
- Guerrinha, P. M. (2016a, 4 de março) A solução dos media, está no “algoritmo”? *Novos media*. Disponível em <http://novosmedia.blogs.sapo.pt/a-solucao-esta-no-algoritmo-7752>
- Guerrinha, P. M. (2016c, 18 de março). Económico abre a porta ao princípio do fim dos jornais em papel. *Novos media*. Acedido em <http://novosmedia.blogs.sapo.pt/tag/diario+econ%C3%B3mico>

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

- Guerrinha, P.M. (2016b, 10 de março). Salvar o *Diário Económico* é também defender a pluralidade e democracia. *Novos media*. Disponível em <http://novosmedia.blogs.sapo.pt/tag/diario+econ%C3%B3mico>
- Hall, S. (1973): The social production of news: Mugging in the media. In S. Cohen & J. Young, (Eds.): *The Manufacture of News*. London: Sag
- Hallin, D. (1994) *We Keep America on Top of the World*, New York: Routledge.
- Hayes, K. (2014). *Business Journalism: How to Report on Business and Economics* [eBook]. Apress. Acedido em https://the-eye.eu/public/concen.org/Nonfiction.Ebooks.JOURNALISM.Pack.Mar.2015-PHC/9781430263494.Apress.Business%20Journalism_%20How%20to%20Report%20on%20Business%20and%20Economics.Keith%20Hayes.Dec%2C2013.pdf
- Hesse-Biber, S., & Johnson, R. B. (2013). Coming at things differently: Future directions of possible engagement with mixed methods research. *Journal of Mixed Methods Research*, 7(2), 103–109
- Holton, R. J. (1995) *Economia e Sociedade*. Instituto Piaget. ISBN: 9789728245306
- Jorge, R.P. (2017, 31 de maio). 2011: FMI voltou a mandar aqui. *Jornal de Negócios*. Acedido em <http://www.jornaldenegocios.pt/economia/financas-publicas/detalhe/2011-o-fmi-voltou-a-mandar-aqui>
- Jorge, R.P., & Aguiar, N. (2014, 20 de fevereiro). FMI refreia otimismo sobre o future. *Jornal de Negócios*, p. 20.
- Jorge, R. P. (2014f). A Anatomia de um Erro. In E. P. Ferreira (Org.), *A Austeridade cura? A Austeridade Mata?* (pp. 1319-1335). Lisboa: Edição AAFD
- Jorge, R.P. (2014e, 3 de março). Redução de dívida das empresas exige uma estratégia nacional. *Jornal de Negócios*, p. 17.
- Jorge, R.P. (2014d, 3 de março). Aprovação no exame da troika, à espera de medidas para 2015. *Jornal de Negócios*, p. 16.
- Jorge, R.P. (2014c, 21 de fevereiro). Pobreza e desigualdade nunca referidas em mil páginas de relatórios. *Jornal de Negócios*, pp. 22-23.
- Jorge, R.P. (2014b, 20 de fevereiro). Regras da troika só têm duas vias de saída para Portugal. *Jornal de Negócios*, pp. 22-23.
- Jorge, R.P. (2014a, 20 de fevereiro). Estudo pedido pelo Parlamento Europeu defende cautelar. *Jornal de Negócios*, p. 23.
- Jorge, R.P., & Miranda, E. (2013, 11 de março). Conseguirá a troika salvar o seu programa de ajustamento? *Jornal de Negócios*, p. 5.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

- Jorge, R.P., & Peixoto, M. (2013, 3 de dezembro). Temas quentes da décima avaliação. *Jornal de Negócios.*, pp. 6-7.
- Jorge, R.P. (2013e, 3 de dezembro). Salários nos sectores protegidos da concorrência estão na mira da troika. *Jornal de Negócios*, p. 16-17.
- Jorge, R.P. (2013d, 24 de junho). Troika em Lisboa com temperaturas a subir. *Jornal de Negócios*, p. 4.
- Jorge, R.P. (2013c, 25 de fevereiro). Uma avaliação que se decide mais em Frankfurt e Bruxelas do que em Lisboa. *Jornal de Negócios*, p. 5.
- Jorge, R.P. (2013b, 19 de fevereiro). Troika já aceitou em setembro cortes no Estado faseados até 2015. *Jornal de Negócios*, p. 6.
- Jorge, R.P. (2013a, 21 de janeiro). FMI coloca tónica de recuperação no investimento. *Jornal de Negócios*, p. 29.
- Jorge, R.P. (2012d, 03 de outubro). FMI espera por orçamento para aprovar novas medidas. *Jornal de Negócios*, p. 4.
- Jorge, R.P. (2012c, 1 de junho). Troika dá nota positiva apesar dos riscos orçamentais. *Jornal de Negócios*, p. 6.
- Jorge, R.P. (2012b, 9 de abril). Portugal tem oito meses para impressionar mercados e a troika. *Jornal de Negócios*, p. 32.
- Jorge, R.P. (2012a, 29 de fevereiro). Governo ainda tem muito trabalho a fazer até poder pagar a fornecedores. *Jornal de Negócios*, p. 63.
- Jorge, R.P., & Miranda, E. (2012, 4 de abril). Só saída massiva de funcionários evita perda permanente de subsídios. *Jornal de Negócios*, p. 6.
- Jorge, R.P., Miranda, E., Aguiar, N., Simões, B., Garrido, H. (2012, 20 de novembro). PME concentram preocupações do Governo. *Jornal de Negócios*, p. 6.
- Jorge, R.P. (2011d, 21 de dezembro). Fundos de pensões forçam retificativo em 2012. *Jornal de Negócios*, p. 9
- Jorge, R.P. (2011c, 12 de agosto). Troika confirma necessidade de novos cortes na despesa. *Jornal de Negócios*, p. 4.
- Jorge, R.P. (2011b, 21 de dezembro). Portugal recebe nota positiva sabendo que o pior está para vir. *Jornal de Negócios*, p. 8.
- Jorge, R.P. (2011a, 15 de março). Poucos acreditam que o acordo seja uma solução definitiva para a crise. *Jornal de Negócios*, p. 9.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

- Jorge, R.P., Gago, M. J., Miranda, E. (2011, 22 de fevereiro). Comissão Europeia e BCE em Lisboa para “check up” à banca e às contas públicas. *Jornal de Negócios*, p. 26
- Kes-Erkul & Erdem-Erkul (2009). Web 2.0 in the process of e-participation: The case of organizing for America and Obama Administration, *National Center for Digital Government Working Paper series*, 9 (1), 1-19.
- King, N., & Horrocks, C. (2010). *Interviews in qualitative research*. Sage Publications.
- Kingdon, J. (1984). *Agendas, Alternatives, and Public Policies*. Boston: Little, Brown. 1984
- Kitromilides Y. (2011). Deficit Reduction, the Age of Austerity, and the Paradox of insolvency. *Journal of Post Keynesian Economics*, 33 (3), 517-35.
- Kosicki, G. (1993). Problems and opportunities in agenda setting research, *Journal of Communication*, 43(2), 100-128.
- Krippendorff, K. (1980). *Content analysis – An introduction to its methodology*. Sage Publications.
- Krippner, Greta R. (2011). *Capitalizing on Crisis: The Political Origins of the Rise of Finance*, Harvard University Press. Cambridge, MA
- Kucinski, B. (2007). *Jornalismo econômico*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de São Paulo.
- Lança, F. (2012, 4 de abril). Troika quer rever período transitório de cinco anos na lei das rendas. *Jornal de Negócios*, p. 9.
- Lança, F. (2011, 24 de março). Coligação alargada ou marcação de eleições: Cavaco tem última palavra. *Jornal de Negócios*, p. 14.
- Lança, F., Pereira, C.A., Garrido, H. (2011, 11 de março). Sócrates leva a Bruxelas anúncio de reformas. *Jornal de Negócios*, pp. 4-5.
- Lang, K., & Lang (1986) G. E. Los mass-media y las elecciones, in MORAGAS, M. de (Ed.). *Sociología de la Comunicación de masas III. Propaganda Política y Opinión Pública*. Barcelona: Gustavo Gili: [Edição original de 1955]
- Larguesa, A. (2011e, 23 de março). PSD chumba medidas do Governo sem abrir jogo sobre o seu plano de austeridade. *Jornal de Negócios*, p. 6
- Larguesa, A. (2011d, 10 de março). Cavaco pede à sociedade civil que se faça ouvir. *Jornal de Negócios*, p. 4
- Larguesa, A. (2011c, 2 de março). “Fundo devia comprar dívida pública e mantê-la por cinco anos”. *Jornal de Negócios*, p. 3.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

- Larguesa, A. (2011b, 2 de fevereiro). Partidos disputam tesoura da austeridade. *Jornal de Negócios*, p. 4.
- Larguesa, A. (2011a, 24 de janeiro). Vem aí um Cavaco com mão-de-ferro. *Jornal de Negócios*, p. 5.
- Larguesa, A., Caetano, E., Romano, P. (2011, 14 de fevereiro). Eleições talvez, agora é que não. *Jornal de Negócios*, p. 4.
- Lawrence, R. (2000). Game-framing the issues: tracking the strategy frame in public policy news, *Political Communication*, 17, 93-114.
- Lawrence, R., Molyneux, L., Coddington, M. & Holton, A. (2014) Tweeting Conventions: Political journalists' use of Twitter to cover the 2012 presidential campaign. *Journalism Studies*, 15(6), 789-806. doi: 10.1080/1461670X.2013.836378
- Lebaron, F. (2001). La construction de l'opinion économique par les médias. Acedido em <http://www.acrimed.org/La-construction-de-l-opinion-economique-par-les-medias>
- Leech, N., & Onwuegbuzie, A. (2009). A typology of mixed methods research designs. *Quality and Quantity*, 43(2), 265-275
- Lits, M. (2008). *Du Récit au récit médiatique*. Bruxelles: De Boeck.
- Lobo, M., & Contreiras, P. (2015). Agenda Mediática e Agenda Pública do caso BPN: uma análise dos canais de televisão em *prime-time* e da rede social Facebook, paper apresentado no Intercom - XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Rio de Janeiro, RJ – 4 a 7/9/2015. Acedido em <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-3880-1.pdf>
- Lobo, M., & Contreiras, P. (2017). Presidenciais 2016: a personalização das campanhas, o debate das ideias e o (não) papel dos partidos políticos no discurso jornalístico. In A. Moreira, E. Araújo & H. Sousa (Eds.), *Comunicação e Política: tempos, contextos e desafios* (pp. 91-119). Braga: CECS.
- Lopes, F. (2008). *A TV do Real – a Televisão e o Espaço Público*. Coimbra: Minerva Coimbra
- Lopes, R. R. (2011, 8 de abril). Teixeira dos Santos quer UE a negociar com oposição. RTP Notícias. Acedido em https://www.rtp.pt/noticias/economia/teixeira-dos-santos-quer-ue-a-negociar-com-oposicao_n431718
- Lopes, T. (2017, 07 de março). Grupo detentor do Correio da Manhã prepara despedimentos. Acedido em <http://www.jornaleconomico.sapo.pt/noticias/grupo-detentor-do-correio-da-manha-prepara-despedimentos-130309>.
- Luís, F. (2014). *Crónica de um Resgate Anunciado*. Lisboa: Editora Clube de Autor.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

- Maher, M. (2001). Framing: an emerging paradigm or a phase of agenda setting? In S. Reese, O. Gandy, Jr. & A. Grant, (eds.), *Framing Public Life* (pp.83-94). Mahwah: Lawrence Erlbaum.
- Malheiros, J. V. (2015). Os media como ponta-de-lança do complexo político-financeiro de manipulação e persuasão. In E. J. M. Camilo & A. L. M. Santos (Orgs.), *Manipulação e Persuasão* (pp. 105-110). Posições e contraposições. Edições Labcom. IFP
- Malta, J.C., & Gago, M. J. (2012, 5 de junho). Fundos de capitalização para PME são “um primeiro passo” que “é curto”. *Jornal de Negócios*, p. 7.
- Marchetti, D. (2002). Les sous-champs spécialisés du journalisme. *Reseaux Les Journalistes Spécialisés*, 111, 22-55. Acedido em <http://surlejournalisme.com/wp-content/uploads/2007/05/marchetti-reseaux-2002.pdf>
- Marques, A.C. (2017, 12 de janeiro). Marcelo Rebelo de Sousa: a precariedade enfraquece o jornalismo. Acedido em <http://observador.pt/2017/01/12/marcelo-rebelo-de-sousa-a-precariedade-enfraquece-o-jornalismo/>
- Martins, A. (2014). A austeridade e o euro: curar, matar e moer. In E. P. Ferreira (Org.), *A Austeridade cura? A Austeridade Mata?* (pp. 199-218). Lisboa: Edição AAFDL.
- Martins, C. (2007). *30 anos de jornalismo económico em Portugal – 1974-2004*, Livros Horizonte.
- Mata, T. (2015). Crises: O Jornalismo e a Economia do século XXI, Auditório. J.J. Laginha, ISCTE-IUL. Acedido em <https://www.youtube.com/watch?v=sJB5ZNZT2Dg>
- Matos, L. S. (2014). É impossível desinventar J.M. Keynes: A austeridade mata o que diz salvar. In E. P. Ferreira (Org.), *A Austeridade cura? A Austeridade Mata?* (pp. 1029-1052). Lisboa: Edição AAFDL.
- McCombs, M., & Ghanem S. (2001). The convergence of agenda setting and framing. In S. Reese, O. Gandy, Jr. & A. Grant, (eds.), *Framing Public Life* (pp.67-81). Mahwah: Lawrence Erlbaum.
- McCombs, M. A. (2009). Teoria da Agenda. A mídia e a opinião pública. Petrópolis, RJ: Vozes.
- McCombs, M. E., & Shaw, D. L. (1972). The agenda-setting function of mass media, *Public Opinion Quarterly*, 36, 176-187.
- McCombs, M., Shaw, D. L. & Weaver, D. (Eds.). (1997). Communication and democracy: Exploring the intellectual frontiers in agenda-setting theory. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

- Mercille J. (2014). The Political Economy and Media Coverage of the European Economic Crisis: the case of Ireland. Acedido em <http://www.irishtimes.com/culture/books/the-political-economy-and-media-coverage-of-the-european-economic-crisis-the-case-of-ireland-1.2102985>
- Meyers, M. (1992). Reporters and beats: the making of oppositional news. *Critical Studies in Mass Communication*, 9, 75-90.
- Miranda, E. (2015). Seminário Crises: O jornalismo e a economia do Séc. XXI. 29 de setembro de 2015. Auditório. J.J. Laginha | ISCTE-IUL.
- Miranda, E. (2014, 21 de fevereiro). Efeitos positivos na economia não pagam custo orçamental da reforma do IRC. *Jornal de Negócios*, p. 6.
- Miranda, E., Pereira, C.A., Aguiar, N. (2014, 20 de fevereiro). Portas aquece guerra fria com o FMI. *Jornal de Negócios*, p. 22.
- Miranda, E., & Aguiar, N. (2013, 17 de dezembro). “Uma missão tranquila” que pode ser abalada pelo Constitucional. *Jornal de Negócios*, pp. 4-5.
- Miranda, E., & Lança F. (2013, 1 de outubro). PSD apoia Passos no caminho da austeridade. *Jornal de Negócios*, pp. 4-5.
- Miranda, E. (2013a, 4 de outubro). IRS não desce, IRC e IVA mantêm-se incertos. *Jornal de Negócios*, p. 6.
- Miranda, E., Pereira, C.A., Jorge, R. P. (2012, 5 de junho). Cortes na taxa social única voltam à agenda política. *Jornal de Negócios*, p. 5
- Miranda, E. (2012b, 4 de abril). Bruxelas pressiona subida de IVA em mais produtos essenciais. *Jornal de Negócios*, p. 9.
- Miranda, E. (2012a, 4 de abril). Extensão e duração dos contratos coletivos têm de ser travadas. *Jornal de Negócios*, p. 8
- Miranda, E., & Larguesa, A. (2011, 24 de março). Sócrates derrubado ao fim de seis anos. *Jornal de Negócios*, p. 6.
- Miranda, E. (2011d, 4 de maio). Guia para compreender a crise. *Jornal de Negócios*, pp. 8-9.
- Miranda, E. (2011c, 16 de março). Sentença de divórcio nas mãos de Cavaco. *Jornal de Negócios*, p. 4.
- Miranda, E. (2011b, 15 de março). Sócrates acusa PSD de querer FMI e crise política. *Jornal de Negócios*, p. 4
- Miranda, E. (2011a, 16 de fevereiro). PSD segura Governo e avança com três condições para manter a estabilidade. *Jornal de Negócios*, p. 30.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

- Monastiriotes, V., Hardiman, N., Regan, A., Goretti, C., Landi, L., Conde-Ruiz, J. Ignacio, Marín, C., Cabral, R. (2013). Austerity measures in crisis countries – Results and impact on mid-term development. *Intereconomics Review of European Economic Policy*, 48(1), 4-32.
- Monteiro, S. (2014). A austeridade mata, os media moem. In E. P. Ferreira, (coord.), *A Austeridade cura? A Austeridade Mata?* (pp. 119-147). Lisboa: Edição AAFDL.
- Moreira, C. D. (2007). *Teorias e Práticas de Investigação*. Lisboa: ISCSP.
- Motta, L.G. (2013). *Análise Crítica da Narrativa*. Brasília: Editora UNB.
- Moutinho, P., & Aguiar, N. (2013, 14 de novembro). Governo conta com os bancos se falhar regresso aos mercados. *Jornal de Negócios*, p. 6.
- Muñoz Torres, J. R. (1997). Aproximación al concepto de Información Periodística Especializada. In *Estudios sobre Información Periodística Especializada*, Fundación San Pablo C.E.U. Valencia.
- Mylonas, Y.S. (2012). Media and the Economic Crisis of the UE: The ‘Culturalization’ of a Systemic Crisis and Bild-Zeitung’s Framing of Greece, vol. (10). Acedido em <http://www.triplec.at/index.php/tripleC/article/view/380>
- Noronha, A. (2012, 4 de abril). Executivo tem até maio para apresentar plano para a dívida. *Jornal de Negócios*, p. 10.
- Noyola Valdez, J.V. (2013). Periodismo económico y financeiro. Um reflexión acerca de la situación actual del periodismo económico en México. Acedido em <https://www.slideshare.net/JimmyValentino/periodismo-economico-y-financiero>
- Nunes, A. A. (2014). Apontamento sobre a origem e a natureza das políticas de austeridade. In E. P. Ferreira, (coord.), *A Austeridade cura? A Austeridade Mata?* (pp. 119-147). Lisboa: Edição AAFDL
- Oliveira, J. M. P. de (2016). Os Media e o Poder Político - Comportamentos dos *Media* nas últimas eleições legislativas e presidenciais. Conferência Associação de Estudos Comunicação e Jornalismo, realizada a 3 de março de 2016.
- Oliveira, M. M. (2014, 23 de abril). A agenda da 12ª avaliação. *Diário Económico*, p. 6
- Paixão, B. (2017). O que nos dizem os média sobre os escândalos políticos – notas sobre a duração e tempo. In A. Moreira, E. Araújo & H. Sousa (Eds.), *Comunicação e Política: tempos, contextos e desafios* (pp. 45-64). Braga: CECS
- Patterson, T. (1980) *The Mass Media Election*, New York: Praeger.
- Patterson, T. (1993) *Out of Order*, New York: Vintage Books.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

- Pedro, C. (2015, 06 de abril). Teixeira dos Santos sobre o pedido de ajuda: “Senti que não podia manter-me em silêncio” (act.). *Jornal de Negócios*. Acedido em http://www.jornaldenegocios.pt/economia/politica/detalhe/teixeira_dos_santos_sobre_o_pedido_de_ajuda_senti_que_ nao_podia_manter_me_em_silencio
- Peixinho, A. T. & Araújo, B. (2017). *Narrativa e Media: géneros, figuras e contextos*. Imprensa da Universidade de Coimbra. DOI: <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1324-6>.
- Peixoto, M., & Pires, L. R. (2011, 6 de maio). Atraso na ajuda tornou plano mais doloroso. *Diário Económico*, p. 8.
- Pereira, C.A., & Aguiar, N. (2013, 17 de dezembro). Troika não desiste de flexibilizar salários. *Jornal de Negócios*, p. 4.
- Pereira, C.A., & Jorge, R. P. (2013, 13 de março). Indemnizações por despedimento discutidas até à última hora. *Jornal de Negócios*, p. 6.
- Pereira, C.A., & Jorge, R. P. (2012, 5 de junho). Troika focada no crescimento. *Jornal de Negócios*, pp.4-5.
- Pereira, C.A. (2011, 21 de dezembro). Troika exige mais mobilidade geográfica na Função Pública. *Jornal de Negócios*, pp. 4-5.
- Pereira, C.A., Miranda, E., Jorge, R.P. (2011, 17 de novembro). Troika pressiona revisão do código laboral para legalizar cortes salariais no privado. *Jornal de Negócios*, p. 8.
- Pereira, J. P. (2014, 28 de maio) Intervenção na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, no âmbito do colóquio “A Corrupção Política e os Média – Uma Perspetiva Comparada”.
- Pereira, P. M. (2008, 28 de novembro). Crise traz novos leitores para o jornalismo económico. Acedido em <http://www.meiosepublicidade.pt/2008/11/crise-traz-novos-leitores-para-o-jornalismo-economico/>
- Pires, L.R. & Bastos, I.D. (2013, 16 de setembro). ‘Troika’ rejeita os argumentos do Governo para suavizar o défice. *Diário Económico*, p. 5.
- Pires, L. R. & Bastos, I. D. (2013, 16 de setembro). ‘Troika’ rejeita os argumentos do Governo para suavizar o défice. *Diário Económico*, p. 12
- Pires, L. R. & Rego, L. (2012, 12 de setembro). Portugal ganha mais um ano e mais austeridade. *Diário Económico*, p. 4
- Pires, L. R. (2012, 29 de agosto). Alternativa aos subsídios e regresso aos mercados são questões em aberto. *Diário Económico*, p. 10.
- Pires, L. R. (2011, 12 de abril). FMI quer acabar com indexação dos aumentos salariais à inflação. *Diário Económico*, p. 8.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

- Polat RK (2005) The Internet and Political Participation: exploring the explanatory links', *European Journal of Communication* 20(4), 435-459.
- Pole A. (2010). *Blogging the Political – politics and participation in a networked society*, New York: Routledge.
- Porto, M. P. (2002) Enquadramentos da Mídia e Política. Acedido em <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/26-encontro-anual-da-anpocs/gt-23/gt09-13/4400-mporto-enquadramentos/file>
- Prado, M. (2014, 14 de abril). Três anos de rendas costuradas a dois tempos. *Jornal de Negócios*.
- Prado, M. (2012b, 4 de junho). Troika ficou insatisfeita com o acordo feito com a EDP. *Jornal de Negócios*, p. 10.
- Prado, M. (2012a, 4 de abril). Governo acusado de falta de ambição no corte das rendas do setor elétrico. *Jornal de Negócios*, p. 10.
- Prior, H. (2017). Jornalismo, narrativas e escândalos. In A. T. Peixinho & B. Araújo (2017) (orgs) *Narrativa e Media: géneros, figuras e contextos* (pp. 157-181). Imprensa da Universidade de Coimbra. DOI: <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1324-6>
- Propp, V. ([1928] 2010). *Morfologia do Conto Maravilhoso*. Tradução de Jasna Paravich Sarhan. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária
- Quintão, Aylê-Salassié F. (1987). *O jornalismo econômico no Brasil depois de 1964*. Rio de Janeiro:Agir.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva - Publicações, Lda.
- Recuero, R. (2009). Redes Sociais na Internet. Acedido em http://www.ichca.ufal.br/graduacao/biblioteconomia/v1/wpcontent/uploads/redesso_ciaisnainternetrecuero.pdf
- Reese, S. D. (2001). Prologue—framing public life: a bridging model for media research. In S. D. Reese, O. H. Gandy Jr., & A. E. Grant (Eds.), *Framing public life: Perspectives on media and our understanding of the social world* (pp. 7-31). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Rego, L. (2011, 11 de abril). FMI e UE dão terapia de choque a Portugal. *Diário Económico*, pp.6-7.
- Rego, L., Peixoto, M., Barroso, R. (2011, 8 de abril). PEC IV será a base da contrapartida da ajuda. *Diário Económico*, p. 6.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

- Reinhart, C., & Rogoff, k. (2010). Growth in a Time of Debt, *American Economic Review: Papers and Proceedings* 100/May.
- Reis, J. (2014) “Moralismo, Ortodoxia e Economia: A Tortuosa Noção de Austeridade. In E. P. Ferreira, (coord.). *A Austeridade cura? A Austeridade Mata?*, (pp. 973-989). Lisboa: Edição AAFDL.
- Resende, F. (2006). Jornalismo e enunciação: perspetivas para um narrador jornalista. In André Lemos; Christa Berger; Marialva Barbosa (org.). *Narrativas midiáticas contemporâneas*. Porto Alegre: Sulina
- Resende, F. (2017). Imprensa e conflito: Narrativas de uma Geografia Violentada. In A. T. Peixinho, A. T. & B. Araújo (2017). *Narrativa e Media: géneros, figuras e contextos* (pp. 105-136). Imprensa da Universidade de Coimbra. DOI:<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1324-6>
- Ricoeur, P. (1980). *La fonction narrative*. Paris: ISEO-ICP.
- Robinson, M., & Sheehan, M. (1983). Over the wire and on TV: CBS an UPI in campaign '80. New York, Rusell Sage Foundation.
- Rodrigues, C.F., Figueiras, R. & Junqueira, V. (2016). Desigualdades do Rendimento e Pobreza em Portugal – As consequências sociais do programa de ajustamento. FFMS. Disponível em <https://ecoonline.s3.amazonaws.com/uploads/2016/10/desigualdade-do-rendimento-e-pobreza-em-portugal.pdf>
- Rodrigues, J. N. (2016, 28 de julho) Organismo do FMI reconhece erros no resgate português. *Semanário Expresso*, caderno de Economia. Acedido em <http://expresso.sapo.pt/economia/2016-07-28-Organismo-do-FMI-reconhece-erros-no-resgate-portugues>
- Rodrigues, M. (1997). *Imprensa, Congresso e democracia*. Dissertação de mestrado, Brasília, Universidade de Brasília, UnB.
- Romano, P. (2012, 29 de fevereiro). Troika “passa” Portugal, mas critica rendas na energia. *Jornal de Negócios*, p. 62.
- Romano, P. & Jorge, R.P. (2012, 5 de junho). Dívida revista em alta atinge os 118% do PIB no próximo ano. *Jornal de Negócios*, p. 12.
- Romano, P. (2011, 16 de novembro). Poul Thomsen: “O pior ainda está para vir”. *Jornal de Negócios*. Acedido em https://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/poul_thomsen_quoto_pior_ainda_estaacute_para_virquot
- Romano, P. (2012b, 4 de abril). Desemprego surpreende Comissão e pressiona consolidação de 2012. *Jornal de Negócios*, pp. 6-7.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

- Romano, P. (2012a, 22 de fevereiro). Recessão ainda não justifica dar mais tempo a Portugal, diz *troika*. *Jornal de Negócios*, 16
- Romano, P. (2011e, 21 de dezembro). Governo controla contas da Madeira e analisa “legalidade” de PPP. *Jornal de Negócios*, pp. 6-7.
- Romano, P. (2011d, 18 de novembro). É possível pôr a economia a crescer cortando salários? *Jornal de Negócios*, p. 6.
- Romano, P. (2011c, 14 de setembro). Ter-Minassian pede mais controlo sobre Regiões Autónomas e empresas públicas. *Jornal de Negócios*, p. 8
- Romano, P. (2011b, 16 de março). Europa pressiona Portugal para chegar a acordo político antes da Cimeira. *Jornal de Negócios*, p. 6
- Romano, P., & Jorge, R.P. (2011a, 16 de agosto) Governo tapa “desvio” das contas só com aumento da receita. *Jornal de Negócios*, p. 24.
- Romão, A. (2014). A Crise “mata”, a Austeridade “enterra”. In E. P. Ferreira (coord.), *A Austeridade cura? A Austeridade Mata?* (pp. 247-261). Lisboa: Edição AAFDL.
- Rosário, D. do (2013, 10 de dezembro) Lagarde admite "erro" na política de austeridade. *Semanário Expresso*, caderno de Economia. Acedido em <http://expresso.sapo.pt/economia/lagarde-admite-erro-na-politica-de-austeridade=f845454>
- Rüdiger, W., & Karyotis, G. (2013). Beyond the Usual Suspects? New Participants in Anti-Austerity Protests in Greece Mobilization. *An International Quarterly*, 18(3), 313-330.
- Ryan, M. L. (2009). Narrative in various media. In: Hung, Peter et al. (Eds.) – *Handbook of Narratology*. (pp. 263-281) Berlin/New York: Walter de Gruyter,
- Santos, F. T. dos (2011, 8 de abril). As horas da crise. *Jornal de Negócios*, p. 5
- Santos, L. M. dos (2014). Para lá da Austeridade. In Ferreira, E. P. (Org.), *A Austeridade cura? A Austeridade Mata?* (pp. 1011-1052). Lisboa: Edição AAFDL.
- Scheufele, D. (1999). Framing as a theory of media effects. *Journal of Communication*, 49 (1), 103-122.
- Semetko, H., & Mandelli A. (1997). Setting the agenda for cross-national research: bringing values into the concept”. In M. McCombs, D. Shaw e D. Weaver, (eds.) (pp. 195-207). *Communication and Democracy*, Mahwah: Lawrence Erlbaum.
- Semetko, H., & Mandelli A. (1997). Setting the agenda for cross-national research: bringing values into the concept”. In M. McCombs, D. Shaw e D. Weaver, (eds.), (pp. 195-207). *Communication and Democracy*, Mahwah: Lawrence Erlbaum.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

- Serrano, E. & Calado, V. (2015). Serão os blogs uma alternativa aos media na discussão pública de temas como a corrupção política? In *Corrupção Política, Media e Democracia Revista Media & Jornalismo*, 14 (26), 92-96
- Serrano, E. (2005). Para um estudo do Jornalismo em Portugal (1976-2001). Padrões jornalísticos na cobertura de eleições presidenciais. Acedido em <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/623/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20doutoramento.pdf>
- Shafik N. (2011) Comunicado de Imprensa nº 11/330 (P) do Fundo Monetário Internacional (FMI), 12 de setembro de 2011. Acedido em <https://www.imf.org/external/lang/portuguese/np/sec/pr/2011/pr11330p.pdf>
- Shaw, D., & McCombs, M. (1977). *The emergence of American political issues*. St. Paul, MN: West
- Sigal, Leon V. (1973). *Reporters and Officials*, Lexington, Mass: D.C. Heath
- Silva, A. C. (2011). Discurso de Tomada de Posse do Presidente da República. *Diário de Notícias*. Acedido em <http://www.dn.pt/portugal/interior/leia-aqui-o-discurso-de-cavaco-silva-na-integra-1801921.html>
- Silva, A. C. (2013). Mensagem de Ano Novo do Presidente da República, 1 de janeiro de 2013. Acedido em <http://www.presidencia.pt/?idc=22&idi=70860>.
- Silva, A. S. da (2015). A Metáfora como estratégia conceptual de persuasão e manipulação: o caso das políticas de austeridade. In Eduardo J. M. Camilo & Ana Leonor Morais Santos (Org.), *Manipulação e Persuasão – Posições e contraposições* (pp. 17-41). Edições Labcom. IFP
- Silva, C. O. da (2012, 12 de setembro). Subsídio de desemprego volta a sofrer alterações. *Diário Económico*, p. 8
- Silva, J. C. da (2013a, 12 de março). Construir com critério. Editorial *Jornal de Negócios*, p. 3.
- Silva, M. M., & Barroso, R. (2011, 1 de abril) Brasil e China garantem reembolso da dívida em abril. *Diário Económico*, p. 14.
- Silvares, M., & Barroso, R. (2011, 30 de março). Nova descida do ‘rating’ empurra Portugal para o FMI. *Diário Económico*, p. 4
- Silverman, D. (2011). *Interpreting qualitative data: A guide to the principles of qualitative research*. 4ª Edição. SAGE Publications.
- Simões, B. (2013, 14 de março). Seguro entende que mais tempo prova falhanço do Governo. *Jornal de Negócios*, pp. 8-9.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

- Simões, L. (2012, 29 de agosto). ‘Troika’ admite suavizar défice acima dos 5% para este ano. *Diário Económico*, pp. 8-9.
- Simões, B., & Romano, P. (2011, 21 de dezembro). Estado “nunca mais” vai fazer despesa sem ter receitas próprias. *Jornal de Negócios*, p. 6.
- Simões, B. (2011, 10 de março). Cavaco Silva dá empurrão à manifestação da “geração à rasca”. *Jornal de Negócios*, p. 9.
- Singer, J. (2015). Leaning conservative: Innovation and Presidential campaign coverage by U.S. newspaper websites in the digital age. *ISOJ*, 5 (1), 1 – 20. Retrieved from <http://openaccess.city.ac.uk/6775/>
- Sócrates, J. (2011b, 11 de abril). Governo vai liderar negociações do pedido de ajuda com Bruxelas. *Diário Económico*, p. 4.
- Sousa, J. P. (2001). *Elementos de jornalismo impresso*, acessado em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>
- Sousa, J. P. (2006), *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*, 2ª edição, Porto. Acessado em www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pesquisa-comunicacao consultado em Fevereiro.2010
- Streeck, W. (2011). The Crises of Democratic Capitalism, *New Left Review*, 71 sept-oct, 5 –29. Acessado em <https://newleftreview.org/II/71/wolfgang-streeck-the-crises-of-democratic-capitalism>
- Streeck, W. (2012). [Book Review] Krippner, Greta R.: Capitalizing on Crisis: The Political Origins of the Rise of Finance (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2011). *Socio-Economic Review*, 10(2), 408-414. doi:10.1093/ser/mwr037.
- Suspiro, A. (2018, 30 de janeiro). César das Neves versus Louçã. O colapso afinal não chegou, mas vai chegar. *Jornal Observador*. Acessado em <http://observador.pt/2018/01/30/cesar-das-neves-versus-louca-o-colapso-afinal-nao-chegou-mas-vai-chegar/>
- Tashakkori, A., & Teddlie, C. (1998). Mixed methodology: combining qualitative and quantitative approaches. *Sage Publications*.
- Tavares, F. de M. B. (2012). A especialização jornalística como teoria e objeto: contornos e limites. *Revista de Comunicação Midiática*, 7 (1), 96-116.
- T Hart, P., Tindall, K. (eds.) (2009) Public leadership and the social construction of economic catastrophe. In P. T Hart., K. Tindall (eds.). *Framing the Global Economic Downturn: Crisis Rhetoric and the Politics of Recessions*, Canberra, ANU E Press.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

- ‘T Hart, P., & Karen T. (2009) Understanding crisis exploitation: leadership, rhetoric and framing contests in response to the economic meltdown. In P. T Hart & K. Tindall (eds.). *Framing the global economic downturn: Crisis rethoric and the politics of recession*. (pp. 174-202). Canberra, ANU E Press.
- Todorov, T. (1970). *As estruturas narrativas*. São Paulo: Editora Perspetiva
- Traquina, N. (1999) (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Comunicação & Linguagens, 2ª Edição, Vega, Lisboa.
- Traquina, N. (2000) *O Poder do Jornalismo – Análise e Textos da Teoria do Agendamento*, Coimbra: Minerva Coimbra.
- Traquina, N. (2007), *Jornalismo*, Quimera Editores, 2ª Edição, Lisboa.
- Tuchman G. (1973). Making News by Doing Work: Routinizing the Unexpected, *American Journal of Sociology*, 79(1), 110-13.
- Tuchman, G. (1978), *Making News: A Study in the Construction of Reality*, New York, Free Press. In Molotch, Harvey L. e Marilyn Lester (1974). As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In N. Traquina (org.) *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*(1993) (falta as páginas), Lisboa, Veja.
- Tzogopoulos, G. (2013). *The Greek crisis in the media: Stereotyping in the international press*. London & New York, NY: Routledge.
- Vala, J. (1987) “A análise de Conteúdo”. In A. S. Silva, e J. M. Pinto. (orgs.). *Metodologia das Ciências Sociais* (pp. 101-128), 14ª Edição, Edições Afrontamento, Porto.
- Vunge, A. (2017, 08 de dezembro). A economia no jornalismo ou o jornalismo económico de Angola (I parte). Acedido em <http://www.expansao.co.ao/artigo/87963/a-economia-no-jornalismo-ou-o-jornalismo-economico-de-angola-i-parte-?seccao=5>
- Watts, G. (2010). It might be economics, but it’s still journalism. Acedido em http://policydialogue.org/files/publications/Writing_Tips_II.pdf
- White, H. (1981). The Value of Narrativity in the Representation of Reality”. In W. J. Mitchell, T. On Narrative. Chicago: University of Chicago Press.
- Williams Jr., Wenmouth, Shapiro M. & Craig C. (1991). The impact of campaign agendas on perceptions of issues. In D. Protess & M. McCombs, (eds.), (251-259). *Agenda Setting: Readings on Media, Public Opinion, and Policymaking*, Hillsdale: Lawrence Erlbaum.
- Williams Jr., Wenmouth, Shapiro M. & Craig C. (1991). The impact of campaign agendas on perceptions of issues. In D. Protess & M. McCombs, (eds.), (251-259). *Agenda*

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Setting: Readings on Media, Public Opinion, and Policymaking, Hillsdale: Lawrence Erlbaum.

Wolf, A. (2012). Two for the price of one? The contribution to development of the new female elites. In A. Amsden, A. DiCaprio, & J. A. Robinson (Eds.), *The role of elites in economic development* (pp. 120-139). Oxford, England: Oxford University Press

Wolf, M. (2006), *Teorias da Comunicação*, Editorial Presença, 9ª Edição, Lisboa

Wolfsfeld, G. (2011). *Making sense of media & politics: Five principles in political Communication*. New York: Routledge.

Zamith, F. (2011) A contextualização no ciberjornalismo. Tese de Doutoramento. Universidade do Porto. Acedido em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/57280/2/zamith000148443.pdf>

Revistas Internacionais

The Economist (2017, 1 de abril). Portugal cuts its fiscal deficit while raising pensions and wages. Acedido em <http://www.economist.com/news/21719753-socialists-say-their-keynesian-policies-are-working-others-fret-about-portugals>.

BBC Brasil (2017, 5 de abril). Portugal está superando a crise econômica, sem recorrer a fórmulas de austeridade, diz Economist. Disponível em <http://www.economist.com/news/21719753-socialists-say-their-keynesian-policies-are-working-others-fret-about-portugals>

Documentos consultados

Conferências de Imprensa, Comunicados de Imprensa e Relatórios das Avaliações do FMI e da Comissão Europeia

1º Avaliação – Relatório Comissão Europeia – Occasional Papers 83, Sept.2011

1ª Avaliação – Conferência Imprensa troika, 12.08.2011

1ª Avaliação – Revisão do Memorando de Entendimento (MoU)

1ª Avaliação – Relatório FMI 11/279, 01.09.2011

2ª Avaliação – Conferência Call FMI Washington

2ª Avaliação – Relatório Comissão Europeia – Occasional Papers 89, Dec.2011

2ª Avaliação – Relatório FMI 11/363, 07.12.2011

2ª Avaliação – Avaliação - Revisão do Memorando troika

2ª Avaliação – Conferência Imprensa troika

2ª Avaliação – Conferência Imprensa, 16.11.2011 Ministério Finanças (Vitor Gaspar)

2ª Avaliação – Comunicado Imprensa troika 11/416, 16.11.2011

2ª Avaliação – Comunicado de Imprensa FMI nº 11/474, 19.12.2011

2ª Avaliação – Relatório FMI 11/363, 07.12.2011

3ª Avaliação – Relatório Comissão Europeia – Third Review – Winter, 2011/2012

3ª Avaliação – Relatório FMI 12/77, 21.03.2012

3ª Avaliação – Comunicado Imprensa FMI 12/120

3ª Avaliação – Conferência Imprensa Vitor Gaspar, 28.02.2012

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

- 3ª Avaliação – Relatório FMI 12/77, 21.03.2012
- 3ª Avaliação – Conferência Imprensa, 28.02.2012 Ministério Finanças (Vítor Gaspar)
- 3ª Avaliação – Revisão do Memorando de Entendimento (MoU)
- 3ª Avaliação – Programa de Ajustamento (PAEF)
- 3ª Avaliação – Comunicado Imprensa troika 12/59, 28.02.2012
- 3ª Avaliação – Conferência de Imprensa Bruxelas (Peter Weiss)
- 4ª Avaliação – Relatório Comissão Europeia - Occasional Papers 111, July 2012
- 4ª Avaliação – Conferência de Imprensa da troika
- 4ª Avaliação – Revisão do Memorando troika
- 4ª Avaliação – Comunicado Imprensa troika 12/203, 04.06.2013
- 4ª Avaliação – Comunicado Imprensa FMI 12/260, 16.07.2013
- 4ª Avaliação – Relatório FMI 12/179, 28.06.2012
- 4ª Avaliação – Relatório Comissão Europeia - Occasional Papers 111, July 2012
- 4ª Avaliação – Conferência Imprensa 04.06.2012 Ministério Finanças (Vítor Gaspar)
- 5ª Avaliação – Relatório Comissão Europeia - Occasional Papers 117, Oct.2012
- 5ª Avaliação – Relatório FMI 12/292,15.10.2012
- 5ª Avaliação – Revisão do Memorando de Entendimento (MoU)
- 5ª Avaliação – Reunião da troika com partidos políticos (4.09.2012)
- 5ª Avaliação – Reunião do Ecofin
- 5ª Avaliação – Reunião da troika com o PS (Partido Socialista)
- 5ª Avaliação – Conferência Imprensa 11.09.2012 Ministério Finanças (Vítor Gaspar)
- 5ª Avaliação – Comunicado de Imprensa troika 12/310, 11.09.2012
- 5ª Avaliação – Audiência Parlamentar (Vítor Gaspar)
- 6ª Avaliação – Comunicado Imprensa troika 12/448, 19.11.2012
- 6ª Avaliação – Conferência Imprensa, 19.11.2012 Ministério das Finanças (Vítor Gaspar)
- 6ª Avaliação – Carta de intenções do Governo
- 6ª Avaliação – Relatório FMI 13/18, 26.12.2012
- 6ª Avaliação – Conferência Call FMI Washington, Abebe Selassie (18.01.2013)
- 6ª Avaliação – Relatório Comissão Europeia - Occasional Papers 124, Dec.2012
- 7ª Avaliação – Conferência Imprensa troika, 15.03.2013
- 7ª Avaliação – Relatório FMI 13/160, 12.06.2013
- 7ª Avaliação – Comunicado Imprensa troika 13/78, 15.03.201
- 7ª Avaliação – Relatório Comissão Europeia – Occasional Papers 153, Jun. 2013
- 8º e 9º Avaliação – Relatório Comissão Europeia - Occasional Papers 164, Nov. 2013
- 8ª e 9ª Avaliação – Comunicado Imprensa Troika 13/384(P), 03.10.2013
- 8ª e 9ª Avaliação – Relatório FMI 13/324, 13.11.2013
- 8ª e 9ª Avaliação – Conferência Imprensa, 03.10.2011 (Paulo Portas, Mª Luís Albuquerque, Carlos Moedas)
- 8ª e 9ª Avaliação – Conferência Call FMI - Washington
- 8ª e 9ª Avaliação – Declaração FMI que acompanha Relatório
- 10ª Avaliação – Comunicado Imprensa troika 13/512, 16.12.2013
- 10ª Avaliação – Conferência Imprensa 16.12.2013 Ministério das Finanças (Paulo Portas e Maria Luís Albuquerque)
- 10ª Avaliação – Relatório FMI 14/56, 27.01.2014
- 10º Relatório – Relatório Comissão Europeia - Occasional Papers 171, Feb.2014
- 11ª Avaliação - Conferência Imprensa Governo Presidência do Conselho Ministros, 28.02.2014 (Paulo Portas, Mª Luís Albuquerque, Carlos Moedas, Miguel Morais Leitão)
- 11ª Avaliação – Comunicado de Imprensa troika 14/80, 28.02.2014
- 11ª Avaliação – Relatório FMI 11ª Avaliação 14/102, 01.04.2014

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

11^a Avaliação – Conferência de Imprensa troika, 21.04.2014

11^a Avaliação – Revisão do Memorando de Entendimento (MoU)

11^a Avaliação – Relatório Comissão Europeia - Occasional Papers 191, April 2014

11^a Avaliação – Conferência Call FMI Washington, Subir Lall, 21.04.2014

Entrevistas

Duarte, C. (2016) Entrevista presencial realizada por Mafalda Lobo, na qualidade de jornalista do Diário Económico no período da intervenção da troika, na Universidade Nova, Edifício de Investigação & Desenvolvimento, no dia 3 de novembro de 2016

Freire, T. (2015) Entrevista presencial realizada por Mafalda Lobo, na qualidade de subdiretor do Diário Económico no período da intervenção da troika, por telefone no dia 28 de julho de 2015.

Garrido, H. (2015). Entrevista presencial realizada por Mafalda Lobo, na qualidade de jornalista do Jornal de Negócios no período da intervenção da troika, no Jornal de Negócios, no dia 17 de julho de 2015.

Jorge, R. P. (2016) Entrevista presencial realizada por Mafalda Lobo, na qualidade de jornalista do Jornal de Negócios no período da intervenção da troika, no Jornal de Negócios, no dia 7 de novembro de 2016.

Lourenço, C. (2017) Entrevista presencial realizada por Mafalda Lobo, na qualidade de jornalista do Jornal de Negócios no período da intervenção da troika, no Jornal de Negócios, no dia 28 de março de 2017.

Miranda, E. (2016) Entrevista presencial realizada por Mafalda Lobo, na qualidade de jornalista do Jornal de Negócios no período da intervenção da troika, no Jornal de Negócios, no dia 17 de novembro de 2016

Oliveira, M. M. (2016) Entrevista presencial realizada por Mafalda Lobo, na qualidade de jornalista do Diário Económico no período da intervenção da troika, por telefone no dia 26 de novembro de 2016.

Santos, N. (2017) Entrevista presencial realizada por Mafalda Lobo a Nicolau Santos, na qualidade de jornalista económico do semanário Expresso, nas instalações do Expresso, no dia 26 de abril de 2017

Silva, F. F. da (2016). Entrevista presencial realizada por Mafalda Lobo, na qualidade de subdiretor do Diário Económico no período da intervenção da troika, por telefone no dia 25 de outubro de 2016.

Apêndices

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Apêndice A

Tabela 16: *Corpus* da análise de conteúdo do *Jornal de Negócios* e do *Diário Económico*

Corpus da análise de conteúdo							
Jornal	Ano/mês/dia	Núm. peças	Total peças/mês	Jornal	Ano/mês/dia	Núm. peças	Total peças/mês
<i>Jornal de Negócios</i>	2011/08/12	6		<i>Diário Económico</i>	2011/08/11	1	
<i>Jornal de Negócios</i>	2011/08/16	9	15	<i>Diário Económico</i>	2011/08/12	1	
<i>Jornal de Negócios</i>	2011/09/14	9	9	<i>Diário Económico</i>	2011/08/16	14	16
<i>Jornal de Negócios</i>	2011/11/16	1		<i>Diário Económico</i>	2011/09/14	12	
<i>Jornal de Negócios</i>	2011/11/17	13		<i>Diário Económico</i>	2011/09/15	6	
<i>Jornal de Negócios</i>	2011/11/18	9		<i>Diário Económico</i>	2011/09/16	10	28
<i>Jornal de Negócios</i>	2011/12/20	2		<i>Diário Económico</i>	2011/11/07	5	
<i>Jornal de Negócios</i>	2011/12/21	11		<i>Diário Económico</i>	2011/11/16	3	
<i>Jornal de Negócios</i>	2011/12/22	5		<i>Diário Económico</i>	2011/11/17	14	
<i>Jornal de Negócios</i>	2011/12/23	1	42	<i>Diário Económico</i>	2011/12/15	1	28
<i>Jornal de Negócios</i>	2012/02/23	4		<i>Diário Económico</i>	2012/02/16	5	
<i>Jornal de Negócios</i>	2012/02/28	4		<i>Diário Económico</i>	2012/02/29	5	5
<i>Jornal de Negócios</i>	2012/02/29	4	12	<i>Diário Económico</i>	2012/03/01	7	
<i>Jornal de Negócios</i>	2012/04/04	13		<i>Diário Económico</i>	2012/03/27	2	9
<i>Jornal de Negócios</i>	2012/04/05	1		<i>Diário Económico</i>	2012/04/04	19	
<i>Jornal de Negócios</i>	2012/04/09	8	22	<i>Diário Económico</i>	2012/04/09	5	24
<i>Jornal de Negócios</i>	2012/06/01	4		<i>Diário Económico</i>	2012/05/22	4	4
<i>Jornal de Negócios</i>	2012/06/04	2		<i>Diário Económico</i>	2012/06/04	1	1
<i>Jornal de Negócios</i>	2012/06/05	17	23	<i>Diário Económico</i>	2012/07/18	17	17
<i>Jornal de Negócios</i>	2012/10/26	11	11	<i>Diário Económico</i>	2012/08/29	6	6
<i>Jornal de Negócios</i>	2012/11/20	9	9	<i>Diário Económico</i>	2012/09/05	9	
<i>Jornal de Negócios</i>	2013/01/21	6	6	<i>Diário Económico</i>	2012/09/06	8	
<i>Jornal de Negócios</i>	2013/02/25	8	8	<i>Diário Económico</i>	2012/09/12	26	
<i>Jornal de Negócios</i>	2013/03/11	6		<i>Diário Económico</i>	2012/09/13	13	56
<i>Jornal de Negócios</i>	2013/03/12	12		<i>Diário Económico</i>	2012/10/26	16	16
<i>Jornal de Negócios</i>	2013/03/13	6		<i>Diário Económico</i>	2012/11/20	10	10
<i>Jornal de Negócios</i>	2013/03/14	7		<i>Diário Económico</i>	2013/01/21	16	16
<i>Jornal de Negócios</i>	2013/03/15	5		<i>Diário Económico</i>	2013/02/25	43	
<i>Jornal de Negócios</i>	2013/03/18	12	48	<i>Diário Económico</i>	2013/02/26	6	49
<i>Jornal de Negócios</i>	2013/06/12	2		<i>Diário Económico</i>	2013/03/15	6	
<i>Jornal de Negócios</i>	2013/06/14	4		<i>Diário Económico</i>	2013/03/18	16	
<i>Jornal de Negócios</i>	2013/06/24	3	9	<i>Diário Económico</i>	2013/09/16	2	22
<i>Jornal de Negócios</i>	2013/09/19	1	1	<i>Diário Económico</i>	2013/09/17	5	7
<i>Jornal de Negócios</i>	2013/10/03	4		<i>Diário Económico</i>	2013/11/14	17	17
<i>Jornal de Negócios</i>	2013/10/04	9		<i>Diário Económico</i>	2013/12/04	7	
<i>Jornal de Negócios</i>	2013/10/07	9	22	<i>Diário Económico</i>	2013/12/17	7	14
<i>Jornal de Negócios</i>	2013/11/14	13	13	<i>Diário Económico</i>	2014/02/20	19	
<i>Jornal de Negócios</i>	2013/12/03	3		<i>Diário Económico</i>	2014/02/21	14	33
<i>Jornal de Negócios</i>	2013/12/17	6		<i>Diário Económico</i>	2014/04/22	21	
<i>Jornal de Negócios</i>	2013/12/18	2	11	<i>Diário Económico</i>	2014/04/23	9	30
<i>Jornal de Negócios</i>	2014/02/12	4					
<i>Jornal de Negócios</i>	2014/02/20	7					
<i>Jornal de Negócios</i>	2014/02/21	8	19				
<i>Jornal de Negócios</i>	2014/03/03	5	5				
<i>Jornal de Negócios</i>	2014/04/22	9					
<i>Jornal de Negócios</i>	2014/04/28	3	12				
Total 297				Total 408			

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Apêndice B

Tabela 17: Identificação das variáveis da Base de dados SPSS, definição, critérios e indicadores

Identificação da variável	Definição da variável	Critérios de codificação	Indicadores
Var_1 "Identificação da peça". ID da peça"	Esta variável reflete a posição sequencial da peça noticiosa na base de dados.	É atribuído um número a cada uma das peças, sequencialmente de acordo com a ordem de entrada na base de dados.	X
Var_2 NOM_PUBL" Nome da Publicação"	Esta variável identifica o nome da publicação: <i>Jornal de Negócios</i> ou <i>Diário Económico</i> .	O nome da publicação acompanha o número de identificação da peça.	1 – <i>Jornal de Negócios</i> 2 – <i>Diário Económico</i>
Var_3 COD" Codificação da peça"	Esta variável atribui uma numeração à peça jornalística dentro de cada avaliação de forma sequencial, conforme a publicação e a data de publicação.	A cada dia do jornal é atribuído um número, e só muda o número sequencial atribuído a cada uma das peças. Quando muda o dia do jornal, muda o número sequencial e é retomado o número da peça desse novo dia. Cada jornal fica assim identificado, bem como cada uma das peças que inclui cada edição do jornal.	X
Var_4 DATA_DA_PEÇA" Data da peça"	Esta variável identifica o ano/mês/dia em que foi publicada a peça da avaliação da <i>troika</i> .	O ano, o mês e o dia correspondem a cada uma das peças e ao período de cada avaliação.	X
Var_5 ANO" Ano da peça"	Esta variável identifica o ano das peças em que foram publicadas.	O codificador apenas atribui a cada uma das peças o ano da publicação. Os anos em análise vão de 2011-2014.	1 – 2011 2 – 2012 3 – 2013 4 – 2014
Var_6 NUMERO_AVALIAÇÃO" Número da avaliação da <i>troika</i> "	Esta variável identifica o número da avaliação da <i>troika</i> .	Ao codificador é requerido que selecione a categoria que corresponde ao número de cada uma das avaliações. Foram doze as avaliações da <i>troika</i> ao programa de ajustamento português (PAEF).	1- Primeira avaliação 2- Segunda avaliação 3- Terceira avaliação 4- Quarta avaliação 5- Quinta avaliação 6- Sexta avaliação 7- Sétima avaliação 8- Oitava e nona avaliação 9- Décima avaliação 10- Décima primeira avaliação 11- Décima segunda avaliação
Var_7 NOTA_AVALIAÇÃO" Nota da avaliação"	Esta variável identifica a nota da avaliação da <i>troika</i> nos antetítulos, títulos e subtítulos.	Ao codificador é requerido que selecione a categoria que identifica a nota da avaliação. É utilizada a nota 'positiva', 'negativa' e na/nd (não aplicável/não definido, quando não é revelado nas peças a nota da avaliação)	1 – Positiva 2 – Negativa 3 – Na/Nd (Não aplicável/Não definido)
Var_8 SECÇÃO_JORNAL" " Secção do jornal"	Esta variável identifica a secção dentro do jornal onde foram inseridas as peças das avaliações da <i>troika</i> .	Ao codificador é requerido que selecione a secção onde foram inseridas as peças nos jornais.	1- Primeira Linha 2- Economia 3- Mercados 4- Empresas 5- Finanças 6- Ajuda externa 7- Destaque 8- Política 9- Última hora 10- E/P (Economia/Política)
Var_9 PÁGINA" Página do jornal"	Esta variável indica-nos em que página se encontra localizada a peça no interior do jornal permitindo aferir se se encontra na página ímpar, página	Ao codificador é requerido que selecione a categoria corresponde à página onde os artigos se encontram. Pode haver mais do	1 – Página ímpar 2 – Página par 3 – Dual 4 – Última página

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

	par, dual (ocupa a página par e a página ímpar) e última página.	que um artigo que ocupem a mesma página.	
Var_10 LOCALIZAÇÃO_P EÇA” Localização da peça”	Esta variável indica-nos a posição que a peça ocupa no interior do jornal. A localização pode ser na ‘metade superior’; ‘metade inferior’; ‘página inteira’ ou ‘páginas centrais’.	Ao codificador é requerido que selecione a categoria corresponde ao local do jornal onde os artigos se encontram. Pode haver mais do que um artigo que ocupe a mesma posição do jornal.	1 – Metade superior 2 – Metade inferior 3 – Página inteira 4 – Páginas centrais
Var_11 RUBRICA” Rubrica”	Esta variável indica-nos o nome da rubrica em que a peça se insere no jornal. O nome das rubricas varia conforme o jornal. Foram apuradas 74 rubricas no total dos dois jornais.	Ao codificador é requerido que selecione a categoria correspondente à rubrica onde os jornais inseriram as peças sobre as avaliações. Essas rubricas assumem o nome que o jornal efetivamente lhes atribuiu. O elevado número de rubricas deve-se a ter introduzido na base de dados cada uma das rubricas conforme apresentadas em cada um dos jornais. Essas rubricas foram diferentes em ambos os jornais.	Dado o elevado número de rubricas não é possível descrevê-las aqui todas. Ver base de dados SPSS
Var_12 GÉN_JOR_DOM” Género jornalístico dominante”	Esta variável identifica o género jornalístico utilizado pelo jornalista na organização do texto jornalístico.	Ao codificador é requerido que selecione a categoria correspondente à variável “género”. A cada número de codificação corresponde um género jornalístico que pode variar em cada um dos jornais para o mesmo tipo de enquadramento. As categorias são mutuamente exclusivas. Para a definição de alguns géneros jornalísticos, recorreu-se ao livro de estilo do <i>Diário Económico</i> (2014).	1- Notícia 2- Notícia Principal com destaque 3- Notícia Secundária 4- Reportagem 5- Entrevista e debates 6- Opinião 7- Comentário 8- Calendário 9- Análise ou Inquérito 10- Editorial 11- P&R 12- Perfil 13- Cronologia 14- Coluna/Breve 15- Notícia secundária com destaque 16- Caixa 17- Agenda 18- Infografia 19- Na/Nd (Não aplicável/Não definido)
Var_13 TIPO_IMAGEM_P EÇA” Tipo imagem peça”	Esta variável tem como objetivo identificar o tipo de imagem associada às notícias no interior dos jornais. Nem sempre as notícias têm associada uma imagem	Ao codificador é requerido que selecione a categoria correspondente à variável “tipo de imagem peça”. A cada categoria corresponde um número de codificação. A cada número de codificação corresponde uma tipologia de imagem associada às peças jornalísticas. Este tipo de codificação aplica-se a todos géneros jornalísticos.	1- Fotografia 2- Ilustração 3- Sem foto/ilustração 4- Gráficos 5- Fotolegenda 6- Fototexto 7- Infografia 8- Com foto/ilustração 9- Na/Nd (Não aplicável/Não definido)
Var_14 TIPO_IMAGEM JORNAL” Tipo imagem jornal”	Esta variável tem como objetivo identificar o tipo de imagem que aparece no interior do jornal e que não está associada a uma peça em particular, mas que abrange um conjunto de peças.	Ao codificador é requerido que selecione a categoria correspondente à variável “tipo de imagem interior jornal”. A cada categoria corresponde um número de codificação. A cada número de codificação corresponde uma tipologia de imagem que abrange várias peças jornalísticas. Este tipo de codificação aplica-se o género de notícias. Os indicadores são os mesmos da variável anterior e aplica-se a ambos os jornais.	1- Fotografia 2- Ilustração 3- Sem foto/ilustração 4- Gráficos 5- Fotolegenda 6- Fototexto 7- Infografia 8- Com foto/ilustração 9- Na/Nd (Não aplicável/Não definido)

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Var_15 ASSINATURA_PEÇA" Assinatura da peça"	Esta variável tem como objetivo aferir se as peças são ou não assinadas	Ao codificador é requerido que selecione as opções 'sim' ou 'não'.	0 – Não 1 – Sim
Var_16 NOME_JORNALISTA" Nome do jornalista"	Esta variável identifica o jornalista autor da peça	Ao codificador é requerido que atribua o nome do jornalista ou jornalistas que assinaram as peças. Os nomes dos jornalistas de ambos os jornais foram introduzidos à medida que as peças iam sendo codificadas. As peças jornalísticas podem ter sido assinadas por um jornalista ou mais jornalistas. Foram identificados 159 jornalistas (categorias) que foram divididos entre quem escreveu as peças individualmente, e entre quem escreveu em conjunto.	Dado o elevado número de jornalistas não é possível transcrevê-los aqui todos. Ver base de dados SPSS
Var_17 ANETÍTULO_PEÇA" Antetítulo da peça"; Var_18 TÍTULO_PEÇA" título da peça"; e Var_19 SUBTÍTULO_PEÇA "Subtítulo da peça".	Esta variável descreve o antetítulo, título e subtítulos das peças, quer digam respeito tanto às notícias como a qualquer outro género jornalístico.	A variável é aberta, permitindo ao codificador transcrever os títulos das unidades de análise (peças jornalísticas)	Ver base de dados SPSS no CD
Var_20 VALORAÇÃO TÍTULOS" Valoração título peça".	Esta variável identifica o tom jornalístico relativamente a cada uma das peças relativamente às avaliações da <i>troika</i> .	Ao codificador é requerido que identifique o tom jornalístico relativamente às peças sobre as avaliações da <i>troika</i> . Quando no título são apresentados indicadores ou medidas favoráveis à Economia, a valoração assume um tom positivo, quando os indicadores ou medidas da <i>troika</i> são desfavoráveis à Economia assume um tom negativo. Quando o título é meramente informativo, assume um tom neutro/equilibrado.	1 – Positivo 2 – Negativo 3 – Neutro/Equilibrado
Var_21 ATOR_INSTITUIÇÃO_TÍTULO_PEÇA" Ator/instituição título peça".	Esta variável descreve o antetítulo, títulos e subtítulos das peças, quer digam respeito às notícias principais e outros géneros jornalísticos.	A variável é aberta, permitindo ao codificador transcrever os títulos das unidades de análise (peças jornalísticas).	X
Var_22 até à Var_25 NOME_ACTOR_IMAGEM_PEÇA" Nome do ator imagem peça" (variável do tipo conjuntos de múltiplas respostas)	Esta variável identifica o nome dos atores que aparecem nas imagens associadas às peças dos jornais. Foram apurados 247 atores nas peças analisadas. Para a apresentação dos resultados desta variável procedeu-se a uma agregação de todos os atores codificados nas variáveis foto/ilustração/foto-legenda/infografia/gráficos. Os nomes de todos os atores identificados nas peças aparecem em numa tabela em anexo.	Ao codificador é requerido que identifique o nome dos atores (principal e secundário) que aparecem associados à imagem da peça no interior do jornal. As imagens podem ser em formato de fotografia, ilustração, foto-legenda, infografia ou gráfico. Quando não aparece qualquer ator associado a uma imagem da peça jornalística, a variável é codificada em 'Na/Nd (Não aplicável/Não definido)'.	Nome dos atores (ver base de dados SPSS) no CD
Var_26 até Var_29 NOME_ACTOR_IMAGEM_JORNAL" Nome do ator imagem jornal" (variável do tipo conjuntos de múltiplas respostas).	Esta variável identifica o nome dos atores que aparecem associados às imagens dos jornais, e não a uma peça em particular. Utilizou-se os mesmos indicadores (nome dos atores) da variável anterior. Na apresentação dos resultados procedeu-se a uma agregação dos atores que aparecem codificados nos indicadores: foto/ilustração/foto-legenda/infografia/gráficos.	Ao codificador é requerido que identifique o nome dos atores que aparecem associado à imagem da peça. As imagens podem ser em formato de fotografia, ilustração, foto-legenda, infografia ou gráfico. Quando não existe uma imagem que abranja uma ou várias peças no jornal, a variável é codificada em Na/Nd (Não aplicável/Não definido).	

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

<p>Var_30 até Var_34 TEMA_DOMINANTE TEMA_DOMINANTE “Tema dominante” (variável conjuntos de múltiplas respostas).</p>	<p>Esta variável identifica os temas das peças. Num primeiro momento procedeu-se na base de dados à identificação dos temas principais e secundários. Num segundo momento, para a apresentação dos resultados, agregaram-se todos os temas (principal e secundário), que nos deu o tema dominante (conjunto de múltiplas respostas). Foram codificados 72 temas. Quando não existe um único tema associado à peça jornalística, significa que a peça tem ‘vários temas’. A variável neste caso, assume a designação ‘vários temas’, e surge codificada no género jornalístico ‘Análise ou Inquérito’. A categoria/indicador associada à variável ‘vários temas’ surge com a designação ‘Aspetos da Agenda de Decisão/Negociação’. Na variável ‘tema’ aparece codificada em ‘Não aplicável/Não definido’.</p>	<p>Ao codificador é requerido que identifique o tema nas peças analisadas. Na construção das categorias/indicadores da variável ‘temas’, baseamo-nos nos principais objetivos definidos no ‘Memorando de Entendimento’ (MoU), Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica (MECPE), e no Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF), para os vários setores da Economia.</p>	<p>Ver temas na base de dados em SPSS no CD</p>
<p>Var_35 VARIOS_TEMAS “Vários temas”</p>	<p>Esta variável identifica os vários temas presentes nas peças que dizem respeito a peças explicativas e de análise que incluímos no género jornalístico “Análise ou Inquérito”. Este tipo de peças jornalísticas englobam um conjunto alargado de temas e/ou medidas. São peças em que (normalmente) a fonte é o próprio jornal, dado que são peças de teor explicativo que visam complementar, clarificar, explicar ou sistematizar algum tipo de informação anteriormente abordada na peça principal, ou que visa apresentar informação referente ao futuro do programa de ajustamento.</p>	<p>Ao codificador é requerido que identifique as peças que se apresentam no género jornalístico ‘Análise ou Inquérito’ que incluem vários temas que fazem parte dos ‘Aspetos da Agenda de Decisão/Negociação’ da <i>troika</i> e do Governo.</p>	<p>1 - Aspetos da Agenda de Decisão/Negociação</p>
<p>Var36, var38, var40, var42, var44 – SUBTEMA_PEÇA; Subtemas recodificados – var37, var39, var41, var43, var45</p>	<p>Esta variável identifica os subtemas das peças relacionados com os temas. Num primeiro momento da codificação foram apurados 485 subtemas, mas houve necessidade de proceder a uma sistematização desses subtemas, e, por isso, num segundo momento procedeu-se à sua recodificação de modo a que se pudesse proceder ao tratamento estatístico das categorias/indicadores. Assim, na recodificação, agregaram-se os subtemas inicialmente identificados (485) por um novo conjunto de subtemas (97).</p>	<p>Ao codificador é requerido que identifique o subtema que aparece nas peças dos jornais. Quando não é possível identificar mais subtemas, a categoria aparece codificada em Na/Nd (Não aplicável/Não definido).</p>	
<p>Var46_TIPO_MEDI DA_PEÇA</p>	<p>Esta variável identifica o tipo de medida ou medidas que estão a ser executadas em cada uma das avaliações</p>	<p>Ao codificador é requerido que identifique o tipo de medida associada a cada peça. Quando não é possível identificar o tipo de medida, a categoria aparece codificada em Na/Nd (Não aplicável/Não definido).</p>	<p>1 – Medidas cumpridas/concretizadas 2- Medidas adicionais 3 – Medidas previstas 4 – Medidas a implementar/concretizar 5 – Medidas corretivas 6 – Medidas pendentes/não concretizadas 7 – Medidas propostas 8 – Medidas em falta 9 – Medidas em avaliação 10 – Medidas adiadas 11 – Medidas rejeitadas 12 – Medidas em curso 13 – Medidas ajustadas</p>

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

			14 – Medidas não cumpridas 15 – Medidas em alerta 16 – Medidas em risco 17 – Medidas em negociação 18 – Na/Nd
Var47, var48, var49, var50, var51, var52, var53, var54_C ARACT_MEDIDA	Esta variável é qualitativa e caracteriza as medidas que aparecem referenciadas nos jornais por ordem cronológica, ou seja, à medida que o programa de ajustamento ia evoluindo, era identificada a forma como as medidas estavam a ser executadas, isto é, em cada trimestre as avaliações mediam os progressos realizados no cumprimento dos critérios estabelecidos na Decisão de Execução do Conselho, no Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF). Na avaliação do cumprimento das metas era decidido se havia ou não necessidade de serem tomadas medidas adicionais ou outras, e se as medidas definidas anteriormente estavam ou não a ser cumpridas.	Ao codificador é requerido que apresente a evolução das medidas ao longo do programa de ajustamento. As medidas como se apresentam no jornal são os indicadores	
Var55_TIPO_MEDI DA_PEDAÇA	Esta variável identifica o tipo de medida ou medidas que estão a ser executadas em cada uma das avaliações	Ao codificador é requerido que identifique o tipo de medida associada a cada peça. Quando não é possível identificar o tipo de medida, a categoria aparece codificada em Na/Nd (Não aplicável/Não definido).	1 – Medidas cumpridas/concretizadas 2- Medidas adicionais 3 – Medidas previstas 4 – Medidas a
Var56, var57, var58, var59, var60, var61_C ARACT_MEDIDA	Esta variável é qualitativa e caracteriza as medidas que aparecem referenciadas nos jornais por ordem cronológica, ou seja, à medida que o programa de ajustamento ia evoluindo, era identificada a forma como as medidas estavam a ser executadas, isto é, em cada trimestre as avaliações mediam os progressos realizados no cumprimento dos critérios estabelecidos na Decisão de Execução do Conselho, no Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF). Na avaliação do cumprimento das metas era decidido se havia ou não necessidade de serem tomadas medidas adicionais ou outras, e se as medidas definidas anteriormente estavam ou não a ser cumpridas.	Ao codificador é requerido que apresente a evolução das medidas ao longo do programa de ajustamento. As medidas como se apresentam no jornal são os indicadores.	Nota: Igual à var_46
Var62 – Var91_Nome ator peça; Função; Tom; Qualidade; Referência partidária	Esta variável identifica o nome dos atores das peças dos jornais, o cargo ocupado, o tom com que é referenciado pelo jornalista, se fala ou de quem se fala (discurso direto/discurso indireto), e se tem referência partidária.	Ao codificador é requerido que identifique os atores, a função que assume, o tom, a qualidade e a referência partidária.	Ver base de dados SPSS no CD
Var92 – Var97_C ARACT_FONTES_PRINCIPAL	Esta variável caracteriza a fonte	Ao codificador é requerido que caracterize a fonte	Ver base de dados SPSS no CD
Var95 – Var105_F ONTE_PRINCIPAL	Esta variável identifica o tipo de fonte	Ao codificador é requerido que identifique a fonte	Ver base de dados SPSS no CD
Var97 – Var125_F ONTE_PRINCIPAL	Esta variável caracteriza e identifica a organização e especifica outros órgãos de comunicação	Ao codificador é requerido que caracterize e identifique a organização e especifica outros órgãos de comunicação	Ver base de dados SPSS no CD

Fonte: Conceção própria a partir da base de dados SPSS

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Apêndice C

Guião de Entrevista para a Diretora do *Jornal de Negócios* – Dra. Helena Garrido a 17 de julho 2015, e ao subdiretor do *Diário Económico* – Dr. Tiago Freire a 28 de julho de 2015

(antes da construção da base dos jornais em SPSS)

Jornalismo económico no contexto da intervenção da *troika* (avaliações ao programa de ajustamento)

1. A Intervenção da *troika* em Portugal produziu algum tipo de alteração no que diz respeito à forma de fazer cobertura de assuntos económicos, ou seja, pensa que houve um antes e um depois da falência da *Lehman Brothers* em 2008 para o jornalismo económico?
2. A intervenção da *troika* alterou as rotinas e as práticas jornalísticas dos jornais económicos?
3. Quais eram as principais secções/editoriais onde era incluída toda a informação que dizia respeito à intervenção da *troika*?
4. Quais eram os principais géneros jornalísticos utilizados no tratamento da informação sobre a intervenção da *troika*?
5. Houve alguma preocupação em descodificar a linguagem, em explicar as causas e consequências da intervenção da *troika* na forma como foram apresentados os conteúdos? (isto, claro considerando-se que houve um aumento, uma maior captação de leitores e diversificação de públicos).
6. Os jornalistas que cobrem os temas económicos têm formação específica em Economia, ou têm formação em jornalismo com especialização em Economia?
7. Como é que os jornalistas se organizaram nas redações para acompanhamento dos temas da *troika*?
8. Considera que os jornais económicos ganharam novos leitores/aumentaram as vendas face à crise económica e financeira e consequente intervenção da *troika* em Portugal?
9. Qual foi a principal fonte de informação da *troika*?
10. Houve dificuldades no acesso às fontes de informação?
11. Os jornalistas que fizeram a cobertura da intervenção da *troika* sentiram em algum momento algum tipo de pressão por parte das fontes?

Apêndice D

Guião de entrevista aos jornalistas do *Jornal de Negócios* e *Diário Económico* – Intervenção da *troika* em Portugal (avaliações ao programa de ajustamento)

I – Importância do jornalismo económico na sociedade atual

12. Acha que fazer jornalismo económico distingue-se de outras formas de fazer jornalismo? Se sim, em que aspetos?
13. Pensa que os temas e assuntos relacionados com a Economia têm vindo a ganhar cada vez mais importância na vida quotidiana dos cidadãos, e os jornais económicos reflectem essa importância?
14. A maior parte dos jornalistas que trabalham no *Jornal de Negócios/Diário Económico* são jornalistas com especialização em áreas específicas da Economia, finanças e mercado ou têm formação específica em jornalismo ou comunicação social?

II – Jornalismo económico no contexto da intervenção da *troika* (avaliações ao programa de ajustamento)

15. A intervenção da *troika* em Portugal alterou as práticas e rotinas jornalísticas na redação do *Jornal de Negócios/Diário económico*?
16. Como é que os jornalistas lidaram com a complexidade dos temas abordados sobre a crise económica e financeira e a consequente intervenção da *troika*?
17. Considera que o *Jornal de Negócios/Diário Económico* aumentou o número de leitores/vendas face à situação de crise económico-financeira e consequente intervenção da *troika*?
18. Na produção das peças jornalísticas sobre a intervenção da *troika* (avaliações da *troika*), os jornalistas tiveram alguma preocupação em descodificar a linguagem utilizada pelas instituições europeias

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

aquando da implementação e avaliação do Programa de Ajustamento, e até mesmo a desconstrução de alguns conceitos relacionados com a Economia e finanças, ou partiram do pressuposto que o público-alvo é um público específico, que tem conhecimentos prévios de Economia, e, por isso, entende os assuntos abordados?

19. Considerando o aspeto particular das avaliações da *troika* e da divulgação dos respetivos relatórios tanto da Comissão Europeia como do Fundo Monetário Internacional, que critérios determinavam os temas que marcavam a agenda mediática, assim que era divulgado um relatório?
20. Na análise que fizemos ao conteúdo *Jornal de Negócios/Diário Económico* verificámos que as principais fontes de informação no período da intervenção da *troika*, foram as Fontes Governamentais, o FMI e as Fontes da União Europeia. Porque é que o jornal recorreu pouco a outro tipo de fontes?
21. Na desconstrução dos conteúdos relacionados com as avaliações da *troika*, verificámos que o *Jornal de Negócios/Diário Económico* atribuiu voz ativa, e de forma significativa, ao Governo, à *troika*, ao FMI e à Comissão Europeia? ao fazer este tipo de cobertura, ao dar voz ativa a este tipo de atores, o discurso jornalístico atuou como legitimador dos discursos e práticas de outros campos sociais, sobretudo do poder político e dos mercados financeiros, relegando para atores passivos, os cidadãos, os trabalhadores, os pensionistas, por exemplo?
22. O Jornalismo económico tem sido criticado dentro do período da intervenção da *troika*, como sendo um jornalismo que trabalha dentro de um certo enquadramento neoliberal, que reflete aquilo que é a ideologia neoliberal, legitimador do discurso político, de pensamento único, que não soube antever que as medidas da *troika* iam no sentido contrário àquilo que eram os interesses dos cidadãos ao refletir o discurso da *troika*. Concorda?
23. Como foi feito o acesso às fontes de informação, sobretudo, as fontes de informação da *troika*? Como é que os jornalistas lidaram com essas fontes? Sentiram em algum momento algum tipo de constrangimento?
24. Tudo o que foi dito e escrito pelas fontes Governamentais e pela *troika* foi aceite pelos jornalistas como verdadeiro, ou sentiram necessidade de se confrontar a informação com outras fontes?
25. Os jornalistas que fizeram a cobertura da intervenção da *troika* sentiram em algum momento alguma pressão de grupos de interesse político-partidário ou governamentais ou algum tipo de constrangimento pelo fato do jornal pertencer a um grupo económico? Se sim, isso, em algum momento, poderá ter condicionado a forma como foram tratados os temas e assuntos?
26. Todas as avaliações da *troika*, foram incluídas na secção 'Destaque'. Este tipo de secção já existia ou foi criada apenas para divulgação das peças relacionadas com a avaliação?
27. Algumas peças aparecem com a designação 'Perguntas e Respostas' 'ideias-chave' 'saiba quais são...' 'medidas positivas', 'medidas negativas', o que muda? Novos prazos? Propostas do FMI etc. muitas vezes no género 'caixa', ou no género 'análise/inquérito'. Este tipo de peça que visa o esclarecimento de dúvidas, de carácter mais explicativo já existia antes da Intervenção da *troika* em Portugal?
28. Porque é que algumas peças jornalísticas aparecem assinadas por vários jornalistas. Isso significa que relativamente a alguns temas abordados, alguns jornalistas não têm autonomia no tratamento dos temas?
29. Acha que se pode falar numa (nova) tendência de fazer jornalismo económico em Portugal, que foi espoletada com a crise económica e financeira?
30. Acha que os jornalistas conseguiram, em algum momento, influenciar a agenda política?
31. Verifico que a quinta e a sétima avaliação foram as que mais se destacaram no *Jornal de Negócios/Diário Económico*. Porquê?
32. Gostaria de acrescentar alguma observação ou comentário ao tema desta entrevista?

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Apêndice E

Transcrição das entrevistas com os jornalistas do *Jornal de Negócios* e *Diário Económico*

**Catarina Duarte – Jornalista do *Diário Económico*
(3/11/2016; 56:49)**

Mafalda Lobo – A intervenção da *troika* alterou as práticas e as rotinas jornalísticas na redação do jornal *Diário Económico*?

Catarina Duarte: A mecânica do dia-a-dia de fazer um jornal não foi alterada. Portanto, havia uma mecânica instalada uma forma de fazer o jornal diariamente que se manteve. A hierarquia do jornal estava estabelecida entre a direção, depois havia uma espécie de chefias intermédias, editores e coordenadores de cada secção e depois os jornalistas. Tínhamos também aquilo a que nós chamávamos os editores executivos que no fundo olhavam para o jornal como um todo. Portanto, tinham a responsabilidade do jornal como um todo, enquanto que os editores e coordenadores de cada secção tinham responsabilidades apenas com a sua secção, e depois os jornalistas correspondentes de cada secção. Havia depois os grandes repórteres, no fundo os jornalistas mais seniores, que não tinham uma área adjudicada, e, portanto, faziam um bocadinho de tudo. O *Diário Económico* sempre se baseou, que era ter uma mais-valia, que era ter jornalistas que acompanhavam áreas muito específicas, e isso tem a vantagem de conseguir que essas pessoas tenham mais fontes naquela área e que dominem muito bem as matérias sobre as quais estão a escrever e com isso tenham algum valor acrescentado. Portanto, sempre foi muito baseado nisso, foi-se perdendo, porque houve pessoas que foram saindo e não foram substituídas, mas a lógica sempre assentou nisso. Portanto a mecânica de fazer o jornal todos os dias era: de manhã havia uma reunião onde estavam presentes alguns membros da direção do jornal, os editores ou coordenadores de cada secção e os editores executivos. A ideia era nessa reunião fazia-se uma avaliação de todos os jornais que saíram nesse dia para a banca por comparação com o *Diário Económico*, era olhar, perceber em que matérias o *Diário Económico* esteve bem, aquelas onde falhou, o que é se pode melhorar, quais eram os temas do dia que outros jornais podiam colocar ou não na agenda, fazia parte nesse dia, antes dessa reunião, ter ouvido a rádio e perceber no fundo qual é que era a dinâmica mediática daquele dia. A partir daí os editores já tinham elaborado propostas sobre o trabalho que iam fazer naquele dia, isso era discutido nessa reunião e começava-se a formar um esboço daquilo que ia ser o jornal do dia a seguir. Depois durante a manhã e no final dessa reunião, os editores e coordenadores reuniam com as suas equipas, pediam-lhes para investigar este assunto ou para estar mais atentos àquilo, recebiam propostas do que os jornalistas se propunham fazer naquele dia, depois a seguir ao almoço havia uma segunda reunião onde todas estas ideias já tinham que estar um pouco mais consolidadas. Durante a tarde era o período em que se executava, que os jornalistas estavam mais ativos a trabalhar, e depois ao final do dia por volta das 19 horas, havia uma terceira e última reunião, onde era suposto o trabalho já estar bastante adiantado, e onde se começava a preparar a primeira página, e ver toda a matéria que o jornal tinha, o que é que o jornal queria apostar, que no fundo é a montra daquilo que é o jornal todos os dias. Essa mecânica não se alterou durante o período da *troika*, já estava instalada, funcionava bem, o *Diário Económico* durante o período da *troika* manteve sempre as mesmas pessoas que já tinham esta rotina antes e ela funcionava bem, esta dinâmica, e isso não se alterou. Alterou-se no sentido de que é o *core*, ou seja tudo o que se passou no período do ajustamento, a questão económica e financeira é o *core* de um jornal económico ou de um jornal de Economia, portanto, o volume de informação para tratar, o volume de notícias que havia, tudo o que se passou durante esses quatro anos imprimiu aqui um ritmo muito maior ao jornal.

Mafalda Lobo - Como é que lidaram com essa complexidade e com esse volume de informação que a intervenção da *troika* exigiu?

Catarina Duarte - Ajudou realmente nós termos pessoas que eram muito especializadas em determinadas áreas. Portanto, já tinham esse *know how* de olhar para as suas áreas com muita atenção e ter uma coisa muito importante que era *background*, porque para analisar o que estava a acontecer também era importante ter todo o passado de cada área especificamente e perceber como é que estava

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

a evoluir. E acho que um dos segredos do sucesso por assim dizer, era ter essas pessoas que realmente percebessem dessas áreas que estavam a analisar.

Mafalda Lobo – Havia, portanto, já pessoas especializadas nessas áreas?

Catarina Duarte – Uma coisa que acontece, nomeadamente com mudanças de Governo, é começar um bocadinho do zero. Tendo em conta, por exemplo, um círculo eleitoral de quatro anos, normal, nem sempre é assim, é normal, há um jornalista que constrói uma carteira de fontes, aqui relacionadas com o Governo, ou com a oposição, que depois quando esse Governo muda, é um bocadinho começar do zero, mudam os atores e, portanto, os jornalistas têm de começar todo um caminho do zero. A chegada da *troika* coincidiu com uma mudança de Governo, do Governo socialista para a coligação PSD/CDS-PP, de um Governo socialista que já estava há muitos anos no poder, o Governo do Sócrates. Portanto, isso também coincidiu ali numa altura em que os jornalistas tiveram que começar um bocadinho de novo, a conhecer as suas fontes, a fazer novas fontes e a perceber essa mecânica, e é normal o período inicial tenha demorado se calhar um bocadinho a arrancar. Portanto, aquelas a que nós chamamos as grandes cachas não tenham acontecido imediatamente.

De formação base, eu acho que se dividiam muito entre jornalistas cuja formação era Economia, portanto vinham de cursos de Economia, alguns tinham tirado Direito e Relações Internacionais e uma parte de jornalistas que também vinham dos cursos de comunicação. Uma minoria era de Direito e Relações Internacionais. Metade de cursos de Economia e comunicação. Alguns jornalistas que vinham de Economia tentavam fazer alguns cursos de jornalismo no Cenjor - *Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas*, tinha alguns cursos e faziam algumas especializações em escrita e em jornalismo, e os que vinham de cursos de comunicação tentavam fazer alguma pós-graduação, alguma especialização em Economia, mas depois no dia-a-dia ia-se aprendendo. Mas quem fazia macroEconomia era normal que tinha de ter umas bases de Economia sólidas para tratar da macroEconomia. Políticas Públicas, por exemplo, já não se sentia tanto esse *handicap*, não vir de uma área de Economia para fazer Políticas Públicas. Mas, depois eu acho que os *jornalistas* mesmo iam tentando eles próprios ganhar essas competências nas áreas em que sentiam que eram mais necessárias. Houve uma fase em que o jornal também apoiou umas ações de formação, depois com a crise isso também se perdeu, mas o próprio jornal tentava apoiar e criou algumas formações para os jornalistas para poder vocacioná-los para as áreas em que eles tinham mais necessidade.

Mafalda Lobo – Isso notou-se também aqui na produção do número de peças....

Catarina Duarte – Ao mesmo tempo, a realidade era muito rica, estavam a acontecer muitas coisas, havia imensa produção de documentos, e entraram atores novos que nós não estávamos a contar, ou seja o fato de ter entrado a *troika*, (FMI, o BCE e a Comissão Europeia), trouxe também um conjunto novo de fontes, tanto fontes oficiais como fontes oficiosas a produzir uma quantidade enorme de informação que não tínhamos antes. Basta olhar para todas as visitas que a *troika* fazia regularmente em Portugal, eram momentos-chave, e havia muita produção de notícias nos dias antes, nos dias em que eles cá estavam e nos dias a seguir onde se produzia documentos, isso cria também muitos momentos-chave em que os jornalistas tinham de olhar para aquela informação, para aquele momento e para o que é que se estava a passar.

Mafalda Lobo – E como é que foi feito o acesso a essas fontes de informação? Era fácil, era difícil...e como é que os jornalistas lidaram com essas fontes? Sentiram em algum momento algum constrangimento ou algum tipo de pressão político-partidária ou governamental? Foi um relacionamento fácil?

Catarina Duarte – Com as fontes internacionais é mais difícil até por uma questão de distância física, porque a própria *troika* mudou várias vezes os seus atores, não foram sempre os mesmos, os chefes de missão. Não houve muitos encontros com os chefes de missão [nas visitas para avaliação] havia possibilidade de fazer algumas entrevistas, e foram sendo feitas, sempre ao ritmo deles, portanto funciona sempre que a *troika* tinha vontade de fazer passar uma mensagem, aceitava os pedidos de entrevista. Nós tivemos, senão durante todo o período, pelo menos quando a *troika* chegou nós tínhamos um correspondente em Bruxelas que era o Luís Rego. Entretanto ele saiu por outros motivos e não foi substituído, mas trabalhava com mais proximidade porque estava lá, estar em Bruxelas é muito mais fácil ter essa proximidade com as fontes, ele foi uma grande mais-valia nesse período, trouxe muita notícia, muita informação de Bruxelas. O relacionamento é quase como um namoro, eu

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

costumo dizer. A pessoa percebe que tem interesse em conhecer aquela pessoa, ou uma pessoa relacionada com aquela instituição, e, portanto, tem de se dar a conhecer, tem de mostrar a essa fonte que é confiável, que a informação que essa fonte nos pode dar, seja oficial, ou não oficial se está bem salvaguardada, se está salvaguardada muitas vezes quando é *off the record*, a confidencialidade da fonte, e portanto, às vezes demora tempo, demora tempo a conquistar as pessoas, as pessoas perceberem que trabalho é que este jornalista faz. E, se falarmos em fontes internacionais, é mais difícil, porque há a distância, e porque há a barreira também da língua, e isso demora algum tempo.

Mafalda Lobo – Havia alguns jornalistas que tinham um relacionamento privilegiado com algumas fontes, tinham acesso mais facilitado...conseguiram participar, por exemplo, em algumas reuniões com a *troika*?

Catarina Duarte - Em relação à *troika* o relacionamento foi sempre muito fechado. Eles faziam os relatórios trimestrais de avaliação do programa, era preciso olhar bastante bem para os relatórios e essa mecânica que o *Diário Económico* já tinha ajudado muito, por exemplo, a capacidade de resposta rápida: quando vinha um relatório era publicado normalmente *online*, seja no site da Comissão, do FMI, e depois o trabalho dos editores, era distribuir, pedir aos jornalistas que nas suas áreas olhassem para no capítulo que falava da Segurança Social e tentar perceber dali o que é que era a novidade, o que é que era a notícia, o que tinha mudado face à avaliação anterior, e, portanto por os jornalistas a olhar todos para as suas áreas.

Mafalda Lobo – Como é que o *Diário Económico* escolhia os temas para dar destaque depois de ler um relatório de avaliação?

Catarina Duarte - Há temas que são à partida temas-chave para o *Diário Económico*, por exemplo, impostos, era um tema-chave, medidas que diziam respeito ao rendimento das pessoas, e a Função Pública e os pensionistas foram alvos, por assim dizer, durante o período de ajustamento. Houve muitas medidas que incidiu sobre isso, e isso diz respeito à vida das pessoas, ao seu rendimento, aquilo que vão receber ao final do mês. Havia sempre temas que era core do *Diário Económico* em qualquer ocasião. Aquilo funcionava assim, chegava um relatório, vamos supor um relatório de uma das avaliações trimestrais, cada jornalista tinha um espaço de tempo consoante a hora que o relatório era divulgado para olhar para as áreas que ele sabia que tinha de olhar, e depois o editor ou o coordenador reunia com esses grupos de jornalistas e pedia que eles lhe dessem, no fundo os *leads*, no fundo do que é que eles viram: para o mercado de trabalho, o que é que identificas como mais importante neste relatório, qual é a novidade, o que é que a *troika* diz sobre isso que é preciso fazer, o que é que foi mal feito, o que é que eles exigem. E depois ia-se fazendo essa triagem e depois entre editores e a direção, cada um levava as suas áreas e identificava isto e isto e perante isso tomava-se decisões, ok, então vamos valorizar mais este tema, vamos abrir a secção com esse tema, e isso, normalmente era o reflexo na primeira página. Havia sempre essa dualidade (porque isso também faz vender jornais), o que é que afeta a vida das pessoas, o que afeta a vida das empresas, porque o *Diário Económico* também se posiciona muito para as empresas e empresários, e, portanto, houve muitas medidas que afetaram a vida das empresas, e tentámos sempre trabalhar nessas duas frentes, sendo que impostos, mercado de trabalho, Função Pública são sempre áreas-chave porque o potencial de leitores é muito grande.

Mafalda Lobo – Acha que fazer jornalismo económico distingue-se de outras formas de fazer jornalismo? Em que aspetos se distingue mais?

Catarina Duarte - Sim, há algumas frases chave, há uns chavões que tudo é Economia. E é verdade, tudo pode ter um olhar económico. A ideia ali, era olhar para todos os assuntos, mesmo aqueles que há partida pareciam menos relacionados com a Economia ou menos económicos, e tentar ver como é que eu posso ter um olhar de Economia sobre aqueles assuntos. Isso não se notou muito no período da *troika*. Porque houve uma concentração de tudo o que era Economia, tudo o que era finanças, e, portanto, aí não foi preciso inventar muito, não era preciso ser-se muito criativo. Pode-se notar menos noutras fases em que a atualidade estava mais concentrada noutro tipo de assuntos não tão económicos. Mas, a ideia do jornalismo económico é sempre ver o racional económico por trás das coisas, o racional financeiro, quanto é custa, quais são as empresas envolvidas, que negócio é que aquilo pode trazer. Portanto, era sempre olhar para todas as matérias, e às vezes isso até servia de uma espécie de cábula para nós mesmos que era, há um assunto que está a dominar o dia, e que o assunto não parece encaixar muito bem naquilo que é o *Diário Económico*, como é que nós vamos olhar para isto do

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

ponto de vista económico, e dar-lhe aqui uma mais-valia, que sabíamos que os jornais generalistas não iam dar, e isso aconteceu, por exemplo, estou a tentar lembrar-me de algumas notícias nessa altura, por exemplo, casos de justiça, à partida não havia nada ali, mas tínhamos de olhar para as empresas envolvidas, dinheiros envolvidos, acho que se distingue um bocadinho por aí, e é isso que é suposto distinguir o jornalismo económico que é levar as pessoas a dizer, eu quero comprar um jornal económico e não comprar um jornal generalista.

Mafalda Lobo –Pensa que os temas relacionados com a Economia têm vindo a ganhar importância na vida dos cidadãos?

Catarina Duarte – Eu acho que isso foi a grande diferença do jornalismo no período da *troika*. Foi realmente perceber que as pessoas procuravam informação porque estava tudo a acontecer na vida delas, relacionados com isso, e que o jornalismo económico aí ganhou um folego maior. Acho que isso foi uma das grandes diferenças durante o período de ajustamento, foi mesmo esse, foi que os jornais de Economia, as pessoas viraram-se muito mais para esses jornais.

Mafalda Lobo – Isso quer dizer que aumentou o número de leitores face à situação de crise económica e financeira e com a intervenção da *troika*?

Catarina Duarte – Acho que se pode dizer que o número de leitores aumentou, não quer dizer necessariamente que tenha havido mais pessoas a comprar os jornais. Mas, com a informação que corre *online*, ou seja, nos próprios sites dos jornais, seja nas redes sociais em que nós também estávamos presentes, no *twitter*, e isso tudo, eu acho que as pessoas procuravam, se há notícias de Economia e há jornais de Economia, a ideia que as pessoas têm é que os jornais de Economia as vão ajudar melhor, e acho que havia uma procura maior que não necessariamente, não se refletia se calhar num maior número de vendas, até porque as próprias pessoas estavam a sentir ajustamentos na sua vida e quebra de rendimentos e os jornais são caros. Foi interessante olhar que o potencial de notícias e o tratamento de notícias, o *Diário Económico* foi imenso durante estes quatro anos, mas os próprios jornais enquanto empresas de comunicação sofreram também eles o efeito da crise, isso refletiu-se muito a nível da quebra da publicidade, o mercado publicitário caiu imenso, as tais vendas que nós chamamos as vendas em bloco, que são aquilo que nós vendíamos para empresas, que representavam um valor interessante, e que nós percebemos que as empresas também elas próprias estavam cada vez elas próprias a vender menos jornais, reduziram muito o número de jornais que compravam diariamente. As pessoas acabavam por absorver a informação no *online*, e depois porque também há aqui um efeito muito grande nos outros meios de comunicação, que é, se o *Diário Económico* dá uma notícia, e se essa notícia é relevante e marca a notícia do dia, ela é reproduzida durante todo o dia, e até às vezes durante toda a semana, nos outros meios, portanto está nas rádios, depois está nas televisões, depois há derivações da notícia nos dias a seguir e que outros meios de comunicação fazem. Todos os jornais quando têm uma boa manchete têm que estar na primeira página. As primeiras páginas hoje em dia, têm uma importância enorme nos jornais e são feitas com muito cuidado, precisamente por causa disso, porque à meia-noite há aplicações de telemóvel e nós temos logo as primeiras páginas, os jornais da meia noite das televisões já estão a mostrar as primeiras páginas, de manhã há canais de televisão que canalizam as primeiras páginas dos jornais, e, portanto, qualquer jornal quando tem uma boa notícia é capaz de influenciar a agenda daquele dia, às vezes naquela semana, e temos milhares de exemplos desses, de uma notícia num jornal e de repente aquilo tem uma propagação. Portanto, eu acho, que as pessoas sentiram que tinham muita informação económica durante este período e acesso a ela, isso não se traduziu em mais negócio para o jornal. Em 2012, o *Diário Económico* teve processos de rescisões amigáveis, na altura ainda saíram, não me lembro bem, mas pelo menos umas 30 pessoas, em 2012, houve um processo de ajustamento muito grande, perdemos bastantes jornalistas nessa altura. Em 2009, o jornal mudou de acionista, e na altura até 2009, existia o *Semanário Económico* e o *Diário Económico* do mesmo grupo, e em 2009, quando o *Diário Económico* foi comprado pela *Ongoing*, houve uma fusão do *Semanário Económico* com o *Diário Económico*, e o *Semanário Económico* deixou de existir, e nessa altura houve uma fusão, nalguns casos houve duplicação de jornalistas para as mesmas funções. E, portanto, o jornal estava sobredimensionado nessa fase, numa fase pré-crise, já se sentia a crise nos EUA, mas ainda não nos tinha batido à porta, e, portanto, o jornal estava sobredimensionado e depois com o decorrer da crise, houve a necessidade de em 2012 fazer esse ajustamento a nível de recursos humanos que eu não acho que tenha afetado a qualidade do jornal.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Mafalda Lobo – Na produção das peças jornalísticas sobre a intervenção da *troika* os jornalistas tiveram essa preocupação em descodificar a linguagem utilizada pelas instituições europeia aquando da implementação e avaliação do programa de ajustamento e até mesmo da desconstrução de alguns conceitos de Economia e finanças...

Catarina Duarte – Nós sabíamos que o *target* do *Diário Económico* eram um *target* de classe média e média alta, de pessoas com bastante literacia financeira e a ideia era, isso estava mais patente na escolha dos temas. Vou-lhe dar um exemplo muito simples que se passou durante o período de ajustamento: na área da Segurança Social, o Governo PSD/CDS-PP, fez bastantes alterações e cortou no Complemento Solidário para o Idoso (CSI), que é um complemento para pensões de baixo recurso. Foi muito relevante enquanto notícia, não é relevante para os leitores do *Diário Económico* porque os leitores do *Diário Económico* não são beneficiários do CSI (complemento solidário para o idoso). Na escolha dos temas interessava muito o *target*, na forma de escrever os textos e tratar os textos. A ideia que se tentava sempre inculcar nos jornalistas, às vezes não era muito fácil, era escrevê-los da forma mais simples possível e mais acessível possível. A ideia era que uma pessoa mais qualificada possível saiba interpretar um texto, toda a gente tem de saber interpretar aquele texto. Escrever de forma acessível para todos os leitores, dando uma linguagem simples, direta é essencial em todos os jornais, mesmo num *target* muito qualificado e de classe alta. Portanto, a ideia era sempre simplificar, desconstruir, não partir do princípio que o meu leitor sabe tudo, ou que tenho de escrever para ele de uma forma diferente. Na escolha dos temas sim, fazia sentido, posicionarmo-nos na escolha dos temas, e ir ao encontro daquilo que nós sabíamos que era o nosso público-alvo.

Mafalda Lobo – Na análise que fizemos ao conteúdo dos jornais verificamos que as principais fontes de informação no período da intervenção da *troika* foram as governamentais, o FMI, e as fontes da UE. Porque é que o jornal recorreu pouco a outro tipo de fontes, ou seja....

Catarina Duarte - As fontes de informação governamentais são sempre privilegiadas no sentido que as decisões partem deles. Neste caso, a margem de manobra para decisões era muito pouca, porque estando dentro de um memorando, era preciso cumprir esse memorando e esse memorando condicionava à partida muitas das decisões. A própria oposição no parlamento teve muito pouco espaço de manobra para influenciar as decisões políticas. Dentro daquilo que era o desenho do memorando, e dos vários (re)desenhos que vieram, entretanto, haver nesses quatro anos, não havia margem de manobra, pelo menos achava-se que não havia muita margem de manobra para fazer diferente, e, portanto...

Mafalda Lobo - Os jornalistas não conseguiram influenciar a agenda política?

Catarina Duarte – Viu-se agora com a questão das sanções que não veio a acontecer. Não tenho uma resposta para isso. Havia falta de vontade. Era contra a corrente. Havia alguns economistas que deram alertas, foram fazendo alertas, havia algumas vozes dissidentes, mas tinham pouco espaço na agenda mediática.

Mafalda Lobo – Há muita gente que diz que o jornalismo económico trabalha dentro de um certo enquadramento liberal, de pensamento único, legitimador do discurso político, não há contraditório, ausência de pluralismo...

Catarina Duarte - Na minha opinião, é intencional. Olhando agora para todos os jornais e não só para o *Diário Económico*, se nós olharmos para as direções de jornais hoje em dia, e que já o eram há quatro ou cinco anos atrás, não mudaram muito, mudaram alguns de sítio, mas é sempre o mesmo grupo de pessoas, o que eu acho que se passa é que essas gerações de diretores de jornais vêm de uma escola liberal, e, portanto, têm todos mais ou menos um raciocínio idêntico, e é claro que a direção do jornal influencia aquilo que é a linha editorial do jornal. Pode não haver grande pressão sobre o que são os artigos dos jornalistas, mas isso é muito bem patente nos editoriais e depois nas escolhas do que são as primeiras páginas que cabe à direção. O jornalista faz o seu trabalho, mas depois é uma direção que tem de decidir o destaque que dá, a ponderação que dá a cada um dos temas que tem o jornal naquele dia. A forma como foi construída a peça é quase um modelo, acho que se nota mais quando se fala no que é que é a linha editorial daquele jornal, isso às vezes, pode ser um jornal mais de esquerda, ou um jornal mais de direita...

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Mafalda Lobo – Pode haver uma tendência para avaliar os jornais económicos em função dos editoriais, dos comentários ou das opiniões?

Catarina Duarte - Sim, isso é muito importante nos jornais económicos sim, mas não nas peças informativas. Mas, os jornalistas acabam por ser influenciados por aquilo que são as decisões editoriais, o pensamento dos diretores. Acho que se reflete na arrumação física do jornal e naquilo que a direção decide dar mais destaque e pôr na primeira página do jornal. E quando há pouco falava que as primeiras páginas são uma peça muito importante, tem a ver com isso. Pode haver uma ótima peça jornalística, mas se ela não tem qualquer reflexo na primeira página, se o espaço que é dado para ele escrever aquela notícia é no fim de uma secção, com muito menos espaço físico, com menos caracteres para escrever o texto, isso de alguma forma é estar a tomar uma decisão, e uma ponderação do que é que a direção quer mostrar naquele dia, quer valorizar.

Mafalda Lobo – os jornalistas que escreveram as peças sobre a *troika*, sentiram sempre autonomia para as fazer?

Catarina Duarte – Sim. O que acontecia às vezes era no dia a seguir. O jornalista ter a percepção de que tinha um ótimo trabalho, que tinha uma ótima história, que se tinha esforçado para a ter, que a sua história era boa, era diferente, referenciadora que outro jornal não a tinha, e que depois a direção do jornal não tinha dado o espaço ou valorizado da forma que ele achava que aquela notícia merecia no todo do jornal daquele dia ou vice-versa. Do ponto de vista dos editores e dos diretores isso também faz parte do processo de decisão todos os dias. Normalmente o que acontecia é que nós tínhamos sempre mais notícias do que o espaço que o jornal permitia para as escrever, e, portanto, tínhamos de tomar decisões todos os dias. Só tínhamos dez páginas, mas tínhamos informação que cabia em quinze, é preciso tomar uma decisão, deixar algumas de fora, reduzir o espaço...

O processo de fazer um jornal é um processo dinâmico e as coisas iam acontecendo. Nós até podíamos estabelecer um plano para o jornal para o dia a seguir, e depois à hora do almoço acontece qualquer coisa a seguir, às três da tarde acontece outra, e estamos sempre a mudar e a tomar decisões, deixar algumas coisas de fora, isso faz parte da mecânica de todos os jornais. Quando a atualidade é muito rica e acontecem muitas coisas ao mesmo tempo, isso tudo, deve lembrar-se quando foi a crise política, da demissão irrevogável, houve ali, dias em que houve uma sucessão de acontecimentos quase hora a hora, que obrigava que o jornal tivesse a capacidade de estar sempre a responder, estar sempre a atualizar, estar sempre a tomar decisões. São dias mais cheios, mais dinâmicos.

Mafalda Lobo - Sentiram necessidade de confrontar a informação da *troika* com outras fontes?

Catarina Duarte - Sentimos necessidade, porque fez parte também, é óbvio que os jornalistas também são influenciados pela forma como as fontes, neste caso as fontes governamentais se relacionam com os jornalistas. Não foi, da minha experiência como jornalista, muito fácil trabalhar, durante o período da *troika* com as fontes governamentais, por questões óbvias, um Governo de coligação, é sempre muito mais difícil trabalhar do que um Governo que tem uma maioria absoluta, porque fala a várias vozes. Portanto, internamente, também há divergências, e dessas divergências naquilo que depois é a relação das fontes com os jornalistas também se sente. Portanto, é mais difícil e havia muito mais necessidade de checkar a informação, contra-checkar a informação, muitas fontes com interesses diferentes, no fundo as próprias instituições entre o FMI e a Comissão Europeia, entre o FMI e o BCE, aquilo que era a *troika* e o Governo de Portugal, portanto tinha de haver um cuidado maior porque as fontes de informação representavam interesses muito distintos, e, portanto, tinha de haver a preocupação de checkar e contra-checkar muitas vezes a informação.

Mafalda Lobo – Porque é que o jornalista não faz referência ao número dos relatórios? Os jornalistas consultavam os relatórios?

Catarina Duarte - O jornalista ia mesmo ao documento, mas isso é uma forma de aligeirar também os textos. Não é estar a encher os textos com muitos números, do ponto de vista da leitura torna a leitura mais fácil, mas não é hábito, creio que em nenhum jornal dar informação tão específica sobre os documentos. No online, isso acontece um bocadinho mais, porque agora, o que se faz muitas vezes no online é por um link para os documentos. A pessoa está a ler a notícia, depois pode clicar e vai parar diretamente ao documento, no papel é diferente.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Mafalda Lobo – Todas as avaliações da *troika*, foram incluídas na secção destaque?

Catarina Duarte – A secção sempre existiu. A lógica do destaque era uma secção que não tinha jornalistas, ou seja, tinha um editor, sempre teve, mas não era uma secção específica com jornalistas para o destaque. O destaque é a secção, que o jornal valorizava como sendo a notícia do dia, em que tinha de ter um tratamento mais aprofundado, por isso é que a secção de destaque nunca tinha menos de três páginas, e chegou a ter em alguns momentos dez ou onze. No fundo era o ponto forte daquele dia, a notícia em que nós considerávamos que o jornal tinha que mais apostar. Às vezes juntava pessoas de várias secções, porque tentava olhar para os assuntos de vários prisms, e, portanto, a editora do destaque requisitava os jornalistas que ela necessitava de cada uma das secções do jornal para montar aquela secção. No período da *troika*, obviamente o programa de ajustamento quase sempre era destaque, porque era sempre o assunto mais forte do dia, portanto fez o destaque provavelmente em 90% das vezes. Tudo o que era *troika* era sempre secção do destaque. Mas ela já existia e depois do ajustamento continuou a existir.

Mafalda Lobo – Perguntas e respostas, peças de carácter explicativo, já existiam antes da *troika*?

Catarina Duarte – Sempre existiram como uma marca distintiva do *Diário Económico*, no sentido de dar um valor acrescentado ao leitor. Chamamos a isso, pontos de leitura. A pessoa lê um texto mas depois associado a esse formato de caixa, há alguns pontos de leitura que podem ser perguntas mais frequentes ou um explicador quando são assuntos muito técnicos também era uma forma...para o próprio texto que sustentava essa página não ser denso, era uma forma de sistematizar, de criar pontos de leitura distintos, e também uma forma mais fácil porque está provado que quando uma pessoa abre o jornal e a mancha de texto é enorme, a sua atenção dispersa, mesmo a informação organizada só graficamente em espaços diferentes ajuda o leitor a focar mais ou a tomar decisões, só me interessa ler as perguntas frequentes, ou só me interessa olhar aqui para a opinião desta pessoa...é um complemento da peça. Já existia. Fomos sempre tentando inovar, não tem a ver com o período de ajustamento, tem a ver com às vezes ter ideia novas. Eu lembro-me já depois do período de ajustamento, e às vezes são coisas que surgem no dia-a-dia no *brainstorming*. A intervenção da *troika* coincidiu no *Diário Económico* com o lançamento do ETV. Houve um desafio grande nessa altura para todos os jornalistas, apesar de haver jornalistas específicos para fazer televisão, pivô, de tentar fazer conteúdos multiplataformas. Como é que nós podemos pegar numa notícia e fazê-la para uma edição em papel, para uma edição *online* e para uma televisão. Coincidiu com o período da *troika*, foi bom porque a atualidade era muito rica, portanto havia muitos conteúdos, mas foi uma coisa um bocadinho mais interna como é que nós conseguimos. Isso, acho foi uma inovação, um jornalista conseguiu pensar num conteúdo em multiplataforma.

Mafalda Lobo – As peças assinadas por vários jornalistas, significava que havia temas que tinham de ser trabalhados em conjunto?

Catarina Duarte – Acontece muitas vezes, dois ou três jornalistas trabalharem em conjunto, dois ou três jornalistas trabalharem em conjunto para o mesmo texto. Acontece muitas vezes, o texto ter informações de fontes que provêm de vários jornalistas, acontece muito quando se tenta *checkar* a informação. Por exemplo, um jornalista tem uma informação e precisa de *checkar* isso com outra fonte, mas o seu colega é que tem um contato privilegiado com essa fonte, portanto pede-lhe ajuda, e depois quando vai escrever o texto, ele tem de estar assinado por todas as pessoas. Não tem nada a ver com o não ter autonomia. Ou trabalhavam em conjunto porque às vezes precisavam de ajuda, não tinham tempo e ajudavam os dois a fazer. No fundo eram vários contributos jornalísticos para o mesmo texto. Normalmente a decisão de quem assinava o texto “à cabeça, digamos assim, é que dá o título da notícia e o lead, era a pessoa que aparecia primeiro, e depois os outros de seguida.

Mafalda Lobo – Acha que se pode falar numa nova tendência do jornalismo em Portugal que foi espoletada pela crise económica e financeira e a consequente intervenção da *troika*?

Catarina Duarte - Nova tendência do jornalismo não.

Mafalda Lobo – Acha que os jornalistas conseguiram em algum momento influenciar a agenda política?

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Catarina Duarte – Sim, continuam a conseguir influenciar.

Mafalda Lobo – Qual foi a avaliação mais difícil de tratar em termos informativos. Recorda-se?

Catarina Duarte – Houve um momento muito extraordinário no *Diário Económico*, que foi a assinatura do primeiro ‘Memorando de Entendimento’, aquele que foi o primeiro documento da *troika*, o documento oficial. O *Diário Económico*, foi o único jornal que nesse dia conseguiu ter acesso a esse primeiro *draft* do documento. E esse momento foi muito valorizado, foi um orgulho, e os jornalistas ficam sempre muito contentes quando se tem uma coisa que mais ninguém tem, faz parte da dinâmica dos jornais e dos jornalistas. Nós só conseguimos ter acesso a esse documento por volta das sete da noite, e o *Diário Económico* tentava fechar a edição mais ou menos por volta das nove da noite, portanto houve muito pouco tempo útil para tratar o documento, um documento que nós sabíamos que era muito importante. Não tínhamos noção nessa altura que só nós é que o tínhamos, mas sabíamos que até àquele momento ninguém tinha, porque os *online*, não tinham nenhuma informação sobre isso. Foi conseguido através de uma fonte, uma fonte não oficial, por um jornalista. Era um documento em Inglês que penso só tinha sete páginas. O jornalista só conseguiu a versão em papel, havia uma cópia, portanto a dinâmica foi tentar fazer fotocópias rapidamente desse documento, entrega-los a alguns jornalistas da área-chave para que pudessem olhar para ele rapidamente e extrair realmente o que é que era mais importante e entre as sete e e as nove da noite deitar quase para o lixo, um jornal que estava feito e fazer um novo com aquilo. E fizemos, foi um bom trabalho, foi a edição do jornal no dia a seguir, esgotou nas bancas, o que era muito raro. Percebemos que mais ninguém teve acesso àquele documento naquele dia. As pessoas estavam muito ansiosas por saber o que é que nos vai acontecer. Vem aí a *troika*. Circulava imensa informação, vão cortar-nos o subsídio, vão aumentar os impostos, era a primeira vez que as pessoas, ok, o que é que nos vai acontecer? Portanto, toda a gente queria muito ver isso, e acho que esse foi um momento marcante, muito alto. O *Diário Económico* conseguiu muito marcar a atualidade nesses quatro anos. Havia muitas notícias exclusivas, que outros jornais não tiveram, como houve outras alturas em que outros tiveram e nós não tivemos. Sentia-se muito esse *feedback* pelas fontes. Havia menos pessoas a comprar jornal porque havia menos poder de compra em Portugal e as empresas também estavam com problemas financeiros, mas nós sentíamos que do lado das fontes havia um grande reconhecimento de que o trabalho que estava a ser feito era um trabalho sério e um trabalho diferenciador face à concorrência, e isso sentiu-se bastante.

Mafalda Lobo – Não sei se quer acrescentar alguma coisa mais ao tema desta entrevista?

Catarina Duarte – Há uma coisa gira que eu quero dizer, depois não sei como é que vai utilizar essa informação. Primeiro foram quatro anos e houve altos e baixos. Houve dias péssimos, houve dias que nós achámos que perdemos em toda a linha para a concorrência, isso é um fator muito desmotivador dos jornalistas. Depois houve dias que tivemos um ótimo jornal muito diferenciador e isso animava muito os ânimos. O dia-a-dia é um bocado stressante e, portanto, as pessoas não estão sempre no seu melhor. A dinâmica da redação é um processo um bocadinho exigente. Sentido ao mesmo tempo que os olhos estavam postos na Economia, os jornalistas tiveram sempre uma capacidade extra de fazer o seu trabalho porque também se sentiam mais motivados. As pessoas estavam muito empenhadas. Os dias piores eram os dias em se passava pouca coisa, as pessoas ficam um bocado acomodadas. Os dias de maior pico de trabalho também eram os dias mais exigentes e mais stressantes, mas também eram os dias em que as pessoas conseguiam dar uma resposta melhor. Há uma frase engraçada que resume um bocadinho isto e que foi dito quando foi a falência do *Lehman Brothers* em 2008, um dos diretores na altura do *Diário Económico* disse: isto é o fim do mundo e nós estamos a assistir na primeira fila, e é isso um bocadinho a sensação que os jornalistas têm nestas alturas. Acabam por estar por dentro e ter alguma informação privilegiada que a maior parte das pessoas não tem e são eles o canal de transmissão de informação às pessoas, e essa sensação é uma sensação muito boa, de que está tudo a acontecer e nós temos o privilégio de estar por dentro desse acontecimento na primeira linha e poder sermos nós a transmitir. Eu lembro-me que havia alturas, em que eu estava tão empenhada a fazer as coisas, e de repente podia estar a escrever sobre impostos e sobre aumento de impostos, queria era escrever aquilo, era chegar à informação e às vezes chegava a casa e pensava estou tão entusiasmada com isto, mas eu vou pagar muito mais impostos, devia estar chateada, porque a pessoa às vezes perde um bocadinho a noção que aquilo também me vai acontecer a mim (...) são estes momentos de trabalho que são gratificantes, e acho que os jornalistas sentiram muito isso. Acho que foi um momento áureo do jornalismo económico, foi um período muito marcante das redações dos jornais económicos. Logo a seguir entrou-se numa fase muito política, deixamos de ter a

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

atualidade e a agenda mediática tão concentrada naquilo que era a parte económica e passámos para a parte política, porque depois da saída do programa de ajustamento entrou todo o período político e de pré-campanha eleitoral e de depois de campanha eleitoral, dos próprios partidos e do ajustamento dentro dos partidos, da sucessão, da passagem de António José Seguro para António Costa e a redação teve de adaptar-se novamente, porque os jornalistas de política que eram uma minoria, dentro dos de Economia, tentar reforçar um bocadinho, e mudar um bocadinho o *cheap*, sempre tentando avaliar de um ponto de vista económico tudo isso, teve de haver ali, um reajustamento na redação, e portanto é normal haver mudanças que se fazem, jornalistas a quem se pede, que agora sigam mais aquela área, do que aquela, porque a atualidade mudou. Depois com as eleições do ano passado, também aquele processo que eu estava a dizer de começar um bocadinho do zero, as fontes mudam, o Governo muda, ainda por cima esta solução governativa é especial, nunca tínhamos visto, portanto há outra vez muitos interlocutores com os parceiros do Governo, com o PCP, com o Bloco de Esquerda, e isso tudo, e às vezes é perceber algumas fragilidades, por exemplo, uma das fragilidades muito grande de todas as redações, não só da redação do *Diário Económico*, sendo mais jornal económico era que os jornalistas não têm muita capacidade, não têm muitas fontes porque o partido não o permite, mas muita capacidade de compreender o que é o partido comunista. Todas as redações sentiram a partir de uma altura em que o partido comunista passou a ter todo este protagonismo, havia poucos jornalistas a seguir aquele partido, e, portanto, eu acho que as redações tiveram de ajustar, tiveram de canalizar alguns jornalistas, a partir de agora o teu foco é seguir muito mais de perto, criar fontes no partido comunista porque ele vai ser uma peça importante daqui para a frente.

**Entrevista a Rui Peres Jorge - Jornalista do *Jornal de Negócios*
(7/11/2016: 52:47)**

Mafalda Lobo - A intervenção da *troika* em Portugal alterou as práticas e rotinas jornalísticas na redação do *Jornal de Negócios*?

Rui Peres Jorge – Sim, acho que alterou. Porque há um fluxo noticioso nas avaliações da *troika* (e não só) mas nas avaliações da *troika*, quer na sua antecipação, quer depois na tentativa de cobertura dos principais temas da visita, quer ainda num terceiro momento, que é quando são publicados os relatórios de avaliação, portanto os relatórios referentes às avaliações que decorrem no terreno num determinado mês, e depois são publicados, um mês, um mês e meio depois, dois meses depois... Portanto, nestes três momentos, posso dizer vá lá, em dois momentos, porque há um que é contínuo, desde um pouco antes das equipas da *troika* chegarem até um pouco depois, e no momento da publicação dos relatórios, as redações, e a redação do *Negócios*, nesses momentos focava muito a atenção nos principais temas, muitas vezes uma ideia de balanço do que tinha decorrido desde a última avaliação, e as recomendações que tinham ficado, até à antecipação dos novos temas que muitas vezes surgiam nas avaliações. E, portanto, isso muda um bocadinho as rotinas. A equipa acaba por se juntar para cobrir uma coisa sobre a qual há uma grande intensidade mediática. E algumas delas foram mesmo de uma grande intensidade, tiveram mesmo uma grande intensidade, como a sétima avaliação, e outros grandes momentos de viragem do programa. Não muda nada de fundamental, no sentido, não muda a rotina de como se faz o jornalismo, mas muda a necessidade de uma equipa cobrir um evento específico como acontecia com outros, este teve a particularidade de ser longo, e de influenciar muito a política nacional e as escolhas de política económica nacionais, que são áreas dos jornais económicos e que nós cobrimos.

Mafalda Lobo - Como é que os jornalistas lidaram com a complexidade dos temas abordados sobre a crise económica e financeira e a consequente intervenção da *troika*?

Rui Peres Jorge - Eu acho que isso, que num jornal como o *jornal de Negócios*, que tem jornalistas especializados nas várias áreas e muitos deles de um nível de especialização já muito avançado digamos, não é indiferente, ou seja, causou impacto, já lá vamos, mas não acho que seja uma coisa que altere muito aquilo a que os jornais, e os jornalistas estão preparados, treinados e predispostos a fazer que é aprender com as novas alterações. Um exemplo, que não tem a ver com a *troika*, mas que também é muito importante para nós, foi uma alteração de enquadramento institucional foi agora a passagem da supervisão bancária, por exemplo para o Banco Central Europeu (BCE). Isso muda muito da forma como é feita a supervisão, das técnicas, dos relatórios, a informação que se tem que tratar. São desafios, nós encaramos isso com alguma naturalidade. Não quer dizer que não haja áreas mais

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

específicas, que, ou porque mereceram muita atenção mediática, tivemos que começar a dar atenção a pequenos detalhes que não se ligavam antes, portanto, se calhar às vezes é ir um pouco mais profundo...alguns temas, por exemplo, estou a lembrar-me de um que esteve muito na voga que era a desvalorização fiscal, que são instrumentos de política económica, que foram debatidos em vários países, antes de serem debatidos em Portugal, é preciso ir estudar isso....mas é com alguma naturalidade.

Mafalda Lobo - Acha que fazer jornalismo económico distingue-se de outras formas de fazer jornalismo? Se sim, em que aspetos?

Rui Peres Jorge - As bases centrais do jornalismo, acho que não mudam, as técnicas básicas de fazer jornalismo, as técnicas de investigação, na tentativa de ser equilibrado, a tentativa de se dar o retrato mais fiel da realidade, a verificação da informação, a ideia da verificação da informação, a informação confiável, simplificada, que possa ser interessante, eu acho que isso é um desafio para todos os jornalistas. O jornalismo económico tem algumas particularidades, que é ser nalguns aspetos mais técnico, e exigir um nível de conhecimento técnico relativamente profundo sob pena de se cair muito facilmente em ‘chavões’, ou ideias feitas, que eu acho que quanto mais complexos são os temas, mais fácil é a determinadas correntes tentarem vender a sua versão da realidade. Eu tenho essa particularidade, eu acho que para se fazer bem as várias áreas, acho que convém, é importante conhecer ali se calhar aspetos já muito técnicos, de Economia, organização político económica/institucional. Se calhar tem essa diferença. Tem outra diferença que não está associado às questões da...e também está ligada às questões da *troika*, o jornalismo económico liga muito diretamente com a vida das pessoas, seja na lógica das finanças pessoais seja na lógica dos investidores. Os meus colegas de política que me perdoem, mas uma notícia mal dada em política pode ter, terá com certeza consequências negativas sobre a realidade, as pessoas ficarão a perceber uma coisa mal, mas é um pouco diferente quando uma notícia que seja mal dada em Economia, pode fazer uma pessoa perder dinheiro. É uma especificidade que não está relacionada com o programa [de ajustamento] mas que se sente também no programa, porque Portugal passar ou chumbar numa avaliação pode significar taxas de juros mais altas ou mais baixas, pode significar investidores a ganharem ou perderem dinheiro, pode significar ao Estado português pagar mais pelos juros, pagar mais pela dívida que emite, pelos juros que emite, portanto, tem essa evidência.

Mafalda Lobo - Pensa que os temas e os assuntos relacionados com a Economia têm vindo a ganhar cada vez mais importância na vida quotidiana dos cidadãos, e os jornais económicos refletiram essa importância?

Rui Peres Jorge – Sim, acho que os temas económicos têm ganho mais importância. De repente ouvimos pessoas falar com algum conhecimento sobre agências de *rating*, que é uma coisa que há seis anos atrás, era um tema bastante esotérico até, e agora discutimos se somos lixo se não somos lixo. E, portanto, sim, sem dúvida que ganharam. Alguns temas já estavam na vida das pessoas e esses mantêm-se, aqueles que têm a ver com as finanças pessoais, com o pensamento sobre se os bancos estão seguros, não estão seguros, é mais rentável ou mais arriscado pôr dinheiro em fundos de investimento, pôr dinheiro em ações, quais são os cuidados que temos que ter com isso, esses temas existiam e mantêm-se. Para a população mais geral de facto a forma como a Economia condiciona a política, as escolhas políticas, se calhar ganhou-se isso com esta crise, ficámos limitados nas nossas escolhas políticas por fatores económicos e financeiros. Acho que sim, que gerou mais interesse.

Mafalda Lobo - A maior parte dos jornalistas que trabalharam no *Jornal de Negócios* eram jornalistas com especialização em áreas específicas da Economia, finanças e mercado ou têm formação específica em jornalismo ou comunicação social?

Rui Peres Jorge - A formação académica dos jornalistas do *Jornal Negócios*, não sei em detalhe, e há de tudo. Há jornalistas especializados em Economia e há jornalistas com outras formações académicas, há jornalistas que são de comunicação social. Acho que há, mas da minha perceção, mas não conheço em detalhe, há uma prevalência maior de licenciados ou de pessoas que estudaram Economia. Isso não quer dizer necessariamente que esses jornalistas façam necessariamente o melhor trabalho do que outros, porque acho que o jornalismo se faz muito de estudo pelo próprio jornalista, pelo esforço de tentativa de compreensão da realidade. Vejo muito bons jornalistas que não têm licenciatura nenhuma e escrevem sobre temas económicos de forma muito profunda, e se calhar às

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

vezes até têm outras características boas, conseguem contar uma “estória” de forma mais fácil, de forma que seja mais fácil ser aprendida pelo leitor ou consumidor de informação. Jornalismo é conhecimento técnico, é simplificação da realidade, é também contar a “estória”, levar a “estória”.

Mafalda Lobo – o *Jornal de Negócios* aumentou o número de leitores face à intervenção da *troika*?

Rui Peres Jorge – Sim, acho que os temas económicos ajudaram a ganhar... Uma coisa que é muito evidente é quando os temas são muito fortes, quando há *bias* muito fortes, temas muito fortes, nós sentimos claramente, sentimos no *website*, sentimos nas vendas.

Mafalda Lobo – Na produção das peças jornalísticas sobre a Intervenção da *troika*, os jornalistas tiveram em algum momento a preocupação em descodificar a linguagem utilizada pelas instituições europeias aquando da implementação e avaliação do programa de ajustamento, e até mesmo a desconstrução de alguns conceitos relacionados com a Economia e finanças, ou partiram do pressuposto que o público-alvo é um público específico, que tem conhecimentos prévios de Economia, e entende os assuntos abordados?

Rui Peres Jorge - Nos jornais económicos escreve-se de forma muito mais..., e os jornalistas também sentem que podem escrever de forma um pouco mais técnica. Não há qualquer dúvida, e um esforço...os leitores poderão achar que não fazemos o suficiente, e provavelmente terão razão. Há duas coisas aí interessantes: para quem não percebe nada de Economia, mesmo nada, acho que os jornais especializados se calhar às vezes não ajudam muito, porque de facto, se calhar assume-se que o leitor sabe distinguir por exemplo, o que é uma dívida do mercado primário e uma dívida do mercado secundário.

No período da *troika* houve este esforço. Há uma graduação de conceitos, que o jornalista se calhar erradamente acha que precisa ou não de explicar. Eu acho que os jornalistas acham que nos jornais especializados que o leitor sabe isso (dívida no mercado primário, dívida no mercado secundário). Mas, depois há níveis a seguir, por exemplo quando falamos de *swaps*, das taxas de juro no mercado secundário, acho que muitas vezes tentamos explicar o que é um *swap*, que é um contrato derivado, e nisso entramos numa coisa, acha que é mais difícil e aí tenta-se explicar.

Em princípio deve haver esse tipo de preocupação. Eu acho que de facto para quem não percebe de Economia nalguns temas se calhar não é tão simplificado, quanto deveria ser. Há algumas razões para isso, há uma razão de tempo, há uma razão de espaço, porque quando estamos a escrever para 3500 caracteres, se eu começar a explicar o que é que é a dívida do mercado secundário, e a dívida do mercado primário, muitas vezes, vou deixar outra informação que eu acho que é essencial, se calhar erradamente, porque se o leitor se não perceber o que é a dívida primária e a dívida secundária se calhar não percebe o resto da peça. Mas acho que há esse esforço... acho que há uma maior preocupação nos jornais especializados do que há nos jornais generalistas de fazer essa simplificação, ainda assim, acho que ainda há um esforço para fazer ...

Mafalda Lobo - Considerando o aspeto particular das avaliações da *troika* e da divulgação dos respetivos relatórios tanto da Comissão Europeia como do Fundo Monetário Internacional, que critérios determinavam o tema de cada avaliação assim que era divulgado um relatório?

Rui Peres Jorge – O que determinava isso era a própria avaliação, a forma como decorriam. É sempre pela forma como a avaliação decorre. As avaliações eram muitas vezes preparadas em torno de temas. Havia comunicação e trabalhos anteriores entre a *troika* e o Governo, e as conversas que os jornalistas vão mantendo, vão percebendo os temas que estão a ser trabalhados pelas equipas técnicas, e que depois vão dar corpo à visita. Depois o que se poderia somar a isso seria haver algum tipo de novidade no terreno enquanto as coisas estão a acontecer, se tivermos acesso a isso. Outra coisa que pode justificar o ângulo, no fundo, isto é, o que é que é uma notícia, é tudo o que é novidade e que seja relevante para as pessoas perceberem o que aconteceu, ou o que é que está a acontecer. Num relatório que é publicado posteriormente pode haver um tema que se percebe que a linguagem é mais dura, a análise é mais profunda, ou que a divergência foi maior, e, portanto, isso são notícias sempre. Isso por um lado, por outro lado, havia áreas...O programa estava dividido em três pilares, nós sabíamos que havia trabalho nos três pilares, tentava-se fazer uma atualização desses três pilares: reformas estruturais, setor financeiro, consolidação das contas públicas e, portanto, nestas três vertentes iam-se

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

percebendo qual era o ponto de avaliação, o que era mais relevante, e depois havia aqueles casos, houve aquela manifestação na sétima avaliação....

Mafalda Lobo - Na análise que fizemos ao conteúdo do jornal, verificámos que as principais fontes de informação no período da intervenção da *troika*, foram as Fontes Governamentais, o FMI e as Fontes da UE. Porque é que o jornal recorreu pouco a outro tipo de fontes? (foi condicionado o acesso de outro tipo de vozes e isso reflete-se na perceção com que os cidadãos ficam da crise).

Rui Peres Jorge – Lá está, são sempre desafios do jornalismo e dos jornalistas. A necessidade de muito cuidado com enviesamentos é muito grande. O que é que se passa aqui? Esses são os atores das “estórias” sobre as quais estávamos a escrever. Acho inevitável, até natural que eles ocupem um espaço central: Comissão Europeia, FMI, quer o Governo.

Mafalda Lobo - Na desconstrução dos conteúdos relacionados com as avaliações da *troika*, verificámos que o jornal atribuiu voz ativa, e de forma significativa, ao Governo, à *troika*, ao FMI e à Comissão Europeia? ao fazer este tipo de cobertura, ao dar voz ativa a este tipo de atores, o discurso jornalístico atuou como legitimador dos discursos e práticas de outros campos sociais, sobretudo do poder (campo) político e dos mercados financeiros, relegando para atores passivos, os cidadãos, os trabalhadores, os pensionistas, por exemplo?

Rui Peres Jorge – Pode ter atuado. Se calhar, vamos por partes. Quando estamos a acompanhar o programa de ajustamento, há atores que são centrais no desenho e na sua concretização. Há se calhar um enviesamento, natural, nem sei bem se se pode chamar enviesamento, porque se calhar é assim que tem que ser mesmo, que é, eles é que estão a desenhar as políticas, nós queremos é saber quais são as novidades que vêm das políticas que estão a desenhar, e isso acontece.

Depois a seguir é, isso é legitimar o discurso, ou aquela versão da realidade? Acha que em parte pode ser visto assim, legitimação no sentido que se está a dar-lhe mais espaço, mas ao mesmo, por exemplo, o *Jornal de Negócios* tentou nos grandes temas que marcam o programa ter perspetivas diferentes daquelas que eram as perspetivas quer do Governo quer da *troika*. Nesse momento aí passou-se uma coisa em particular, já com este Governo e com a *troika* que, se calhar, também pode ter contribuído para uma certa ideia de que uma corrente de pensamento, ou uma perspetiva sobre a realidade estava a ter mais peso, porque não havia grande divergência entre o Governo (ou pelo menos conhecida) e a *troika*. O Governo agora diz que tinha. Eles ocupavam um grande espaço, e muitas vezes de coincidência. Por ex. mercado de trabalho, reforma do mercado de trabalho, liberalização do mercado de trabalho. Eu acho que tentámos dar, por exemplo, no mercado de trabalho, perspetivas diferentes, ou pelo menos o questionamento sobre o que estava a acontecer relativamente às decisões da *troika* e do Governo. Por exemplo, as crises todas sobre o Tribunal Constitucional, acho que se ler o *Jornal de Negócios*, há muitas peças sobre perspetivas diferentes daquelas que eram dadas pelo Governo e a *troika*. No mercado de trabalho, também acho que do ponto de vista, a ideia, por exemplo, de que flexibilização do mercado de trabalho, era uma grande solução para o mercado de trabalho português, era o que resolveria a Economia portuguesa, no *Jornal de Negócios* temos peças (se for ver) que apresentam várias perspetivas, as greves também são acompanhadas, as manifestações, as manifestações até foram bastante acompanhadas. Eu acho que a oposição teve o seu papel, e teve o seu espaço, tem é uma desvantagem: não é muito fácil à oposição, se calhar ter muitas vezes propostas tão definidas e tão noticiáveis, quanto o que são os diplomas que estão a ser feitos pelo Governo, e por isso, há sempre, esse enviesamento há sempre um certo enviesamento, há se calhar um bocadinho mais de espaço para quem está a produzir, por exemplo, as leis, os documentos, as coisas que podem mudar a realidade. É claro, a oposição dá outras ideias, mesmo nós quando estamos a avaliar. No campo das ideias são muito importantes, e eu acho que o *Jornal de Negócios* tentou fazer promover esse debate de reflexão. No campo da notícia, o que vai fazer a diferença na vida das pessoas, depois é o diploma legislativo que entra no parlamento com uma maioria que vai mudar, portanto, só isso gera logo mais notícias sobre um dos lados. Por isso, há duas distinções, uma no campo do que é noticiado e que vai acontecer, quer contar às pessoas o que vai acontecer, depois há outro campo que é as perspetivas diferentes sobre as escolhas que são feitas, aí eu acho que se podia fazer mais, mas penso que o *Jornal de Negócios* nos grandes temas procurámos dar uma perspetiva equilibrada e crítica.

Por exemplo, quando se está a fazer as avaliações, é quase de notícias exclusivas sobre esses dois atores: a *troika* e o Governo. São eles que estão a produzir informação nesse momento. Mas depois,

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

por exemplo, um debate, nós demos bastante destaque que é de clivagens, que é o da reestruturação da dívida, uma coisa sobre a qual o anterior Governo era completamente contra e a determinado momento na sociedade portuguesa gerou-se aqui um movimento, houve um manifesto, havia assim, grandes figuras, à direita, à esquerda, mais velhos mais novos, o manifesto de 74 e isso teve bastante visibilidade no jornal, pelo menos acho que tentámos trabalhar os temas. Nas avaliações o principal fator, antes de haver os documentos oficiais, na preparação da visita e durante a visita e pós as visitas, os jornais estão focados a tentar perceber o que eles estão a falar. Depois há momentos posteriores em que se aquilo efetivamente se transformar numa política, ou numa ideia ou organização social, institucional, política, seja lá o que for, ele se materializar, então nesse debate são chamadas mais vozes.

Mafalda Lobo - Como foi feito o acesso às fontes de informação, sobretudo, as fontes de informação da *troika*?

Rui Peres Jorge – As instituições entre elas são bastante diferentes do ponto de vista de prestação da informação: o BCE é bastante opaco, a Comissão Europeia mais ou menos, é bastante pior que o FMI. O FMI é uma instituição que evidencia muitos anos a fazer este tipo de intervenção, porque são intervenções muito sensíveis que mexe com a soberania dos países, mexe com as políticas, mexe com a vida das pessoas, eu acho que o FMI, muitas vezes diabolizado, na minha perspetiva enquanto jornalista acho que tem uma atitude mais profissional perante o que está a acontecer. Produz mais relatórios, produz muito mais autocrítica, produz mais conferências, de imprensa, portanto, facilita em certa medida, tem uma atitude um pouco mais profissional e mais transparente. O BCE também, porque era uma posição desconfortável, para o banco central fazer parte da *troika*, é bastante fechado. A Comissão Europeia estava num ponto intermédio. Os contactos são feitos a vários níveis: são feitos nos relatórios, é uma forma de comunicação, são feitos com perguntas normais às fontes oficiais. Não havia acesso dos jornalistas às reuniões da *troika*, o que há é, há fontes das instituições que cada jornalista tem e conhece bem e que o ajudam, que estiveram nas reuniões, há um conjunto relativamente grande de pessoas que tem o acesso à informação, nas reuniões em vários ministérios, há desde os níveis políticos aos níveis técnicos e que jornalistas privilegiados têm acesso. Depois há as fontes oficiais, e depois há os relatórios, portanto há vários níveis de acesso à informação, de fonte confidencial do jornalista, portanto há esse acesso como qualquer área que se cobre, pessoas em quem se confia e se pede uma ajuda, para ajudar a esclarecer o que estava a acontecer. Depois há as fontes oficiais, e-mail, telefone para assessoriais de imprensa para tirar dúvidas, para questionar coisas, e depois há os relatórios feitos pelas instituições. O FMI faz um, Comissão Europeia faz outro, e esses relatórios eram importantes fontes de informação mais técnica, também política, mas a política resolve-se. Uma história que tem a ver com o relatório do FMI que traz informação relativa ao mercado de trabalho português, em que escreve sobre qual é a percentagem de salários que estão congelados, um debate muito quente que houve no período da *troika*, que tem a ver com a flexibilidade do mercado de trabalho, e se os salários se ajustam ou não ajustam, portanto havia uma tentativa de construção da narrativa que o mercado de trabalho é muito rígido, e, portanto, os salários não ajustam em baixa, portanto não são cortados. Havia um relatório do FMI, que na informação que dava, e na informação gráfica que dava, era cortado uma das abas da informação, o que fazia uma descrição enviesada da realidade portuguesa, portanto dava a ideia que não havia ajustamentos, quando eles estavam a acontecer. Na altura demos bastante atenção a isso, porque naquele caso era uma falsidade, davam a percepção falsa da realidade, e isso num relatório era bastante grave, e nós chamamos a atenção disso. Isto para dizer que há casos a ideia de haver informação errada, tenta-se confrontar para saber se faz sentido. O tema das rendas da energia. Havia muitas declarações sobre as rendas da energia, se são altas se são baixas, a energia é mais barata, mais cara em Portugal que em outros países, os jornalistas de vários jornais, do *Jornal de Negócios* e outros, tentaram perceber se essa informação, e foram captando, afinando as medidas, houve evoluções até na forma como se mede, isso também é engraçado porque quando um ponto se torna muito um foco de observação, nós começamos a conhecer logo em grande detalhe, depois começamos a entrar nos preços da energia, com impostos, sem impostos, o tipo de energia, quem é que consome, se calhar é mais caro, mas é só para uns do que para outros, portanto começamos a fazer análise mais finas. Eu acho que esse trabalho foi feito, acho que se tentou trabalhar. Se se contrariam as narrativas, de forma mais veemente? Não sei, se calhar podíamos fazer isso mais vezes, os jornais devem ser elementos de questionamento e de esclarecimento na tentativa de ajudar a esclarecer a realidade, se calhar não devem ser eles, enquanto instituição a oposição à realidade, deve tentar descrever o que é a realidade, eu acho que houve esse esforço de descrever várias posições.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Mafalda Lobo: Houve um estudo da fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS) que concluiu que durante o período da *troika*, a pobreza aumentou. Acha que os jornalistas não deviam ter tido a responsabilidade de influenciar a agenda política, no sentido de alertar para as medidas que não estavam, por exemplo, a ser conduzidas da melhor maneira?

Rui Peres Jorge - Eu acho que os jornalistas devem fazer sempre melhor. Com esse exemplo em concreto, os dados sobre a evolução da pobreza e da desigualdade, são dados que no momento não se consegue avaliar. Grande parte do meu livro “os dez erros da *troika*” é um livro que resulta do trabalho, não só por mim, mas de vários jornalistas aqui dentro... talvez com a sobrecarga da informação, que é produzida, não é só nos relatórios da *troika*... Há uma desigualdade técnica entre as instituições e o resto da sociedade, por exemplo, uma grande fragilidade portuguesa, não há grande produção académica em Economia aplicada à Economia portuguesa. Não existe muito. Temos alguns dos mais brilhantes alunos das faculdades pagos pelo BCE, Comissão Europeia, e FMI a produzir investigação que vai um pouco ao encontro da perspetiva que essas instituições têm, e não existe muito a nível nacional, não existia muita produção que conseguisse sustentar uma contraproposta, e uma visão alternativa àquela. Há sensação, há perceção, há uma tentativa de descrição, mas não existe essa força. Para um jornalista isso é muito complicado, porque entre trabalhar informação que tem um certo selo de qualidade, mesmo que nós achemos que possa ser enviesada, mas que tem ali um certo selo feito pelas instituições, e depois há o outro lado que, se calhar, está numa luta desigual, e se calhar isso influencia a forma como os jornalistas acompanham, mas acho que apesar de tudo, ainda assim acho que houve uma tentativa de descrever, por exemplo nessa questão da pobreza, que se escreveu várias vezes, portanto os impactos deste tipo de medidas na pobreza, a pobreza é sempre muito afetada pelas taxas de desemprego, portanto o debate se as medidas são recessivas, portanto geram demasiado desemprego, isso é uma medida de grande aumento de pobreza, acho que se tentou ter isso, acho que tentámos ter isso nas peças. Nas primeiras peças não sei se isso aparece tanto, se calhar, não aparece tanto quanto devia.

Mafalda Lobo - Os jornalistas que fizeram a cobertura da intervenção da *troika* sentiram em algum momento alguma pressão de grupos de interesse político-partidário ou governamentais, algum tipo de constrangimento pelo facto do jornal pertencer a um grupo económico?

Rui Peres Jorge - Não acho que não... vamos lá ver o jornalismo é feito de pressões, porque muitas vezes damos as visões, é inevitável, o mundo é muito diferente, as pessoas têm visões muito diferentes sobre o mundo, os jornalistas têm que ir dando a forma como veem a realidade... Não acho que as redações sejam assim tão pouco ecléticas na forma como veem a realidade. Depois, se elas produzem com essa diversidade, admito que não, há um enquadramento se calhar institucional que à partida faz com que se calhar as visões mais *mainstream*, se calhar têm um bocado de prevalência no jornalismo. Mas também se entendermos os jornais como uma descrição da realidade, uma tentativa de descrição da realidade, a realidade é mais *mainstream*. Agora se os jornais podiam questionar mais, acho que sim. Se dentro das redações há questionamentos depende do que considerarmos questionamentos, se calhar somos condicionados um pouco pela forma como a sociedade está organizada. Se o condicionamento é uma “estória” tem que ser escrita mais de uma maneira do que outra, isso acho que não há. Até porque, acho que os jornalistas têm uma coisa muito forte sempre a seu favor que é: uma estória bem verificada, se o jornalista achar que há uma perspetiva da realidade que deve ser dada, se a trabalhar bem e a sustentar bem, ela é quase sempre publicada, porque é muito difícil alguém, quem quer que seja, não publicar uma “estória”, que é verificada, que é uma “estória” bem montada, bem-feita, cumpre as regras. Agora nas primeiras páginas, se calhar há perspetivas que são mais puxadas para um lado ou para outro. As estruturas de edição, os editores, diretores têm na construção da primeira, um grande poder, claro que reflete em princípio as “estórias” que estão no jornal, podem condicionar mais um pouco a perceção da realidade, mas esse é um poder que hoje em dia está muito reduzido pelo *online* mas o espaço que têm que não têm, isso é algo que as altas chefias definem, e fazem um pouco o jornal à sua medida e sinalizam às equipas, os temas e as prioridades. Mas hoje em dia com o *online*, esse poder hoje em dia, é um pouco menor, tem menos influência.

Mafalda Lobo - Todas as avaliações da *troika*, foram incluídas na secção “Primeira Linha”. Este tipo de secção já existia ou foi criada apenas para divulgação das peças relacionadas com a avaliação?

Rui Peres Jorge - A primeira linha já existia.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Mafalda Lobo - Algumas peças aparecem com a designação ‘Perguntas e Respostas’ ‘ideias-chave’ ‘saiba quais são...’ ‘medidas positivas’, ‘medidas negativas’, o que muda? Novos prazos? Propostas do FMI etc. muitas vezes no género “caixa”, ou no género “análise/inquérito. Este tipo de peça que visa o esclarecimento de dúvidas, de carácter mais explicativo, já existia antes da intervenção da *troika* em Portugal?

Rui Peres Jorge - Já existia antes da *troika* e os jornais de Economia precisam muito disso. São peças complementares, podem ser caixas, podem ser P&R, portanto, são coisas complementares onde tentamos tornar mais acessível, ou a informação complementar mesmo e que possa ser útil ao dia-a-dia das pessoas, nalguns casos. Se essas peças que não estão assinadas, normalmente são feitas pelo jornalista que assinou a peça principal.

Mafalda Lobo - Porque é que algumas peças jornalísticas aparecem assinadas por vários jornalistas. Isso significa que relativamente a alguns temas abordados, alguns jornalistas não têm autonomia no tratamento dos temas?

Rui Peres Jorge - Não, é porque são feitas em conjunto.

Mafalda Lobo - Acha que se pode falar numa (nova) tendência de fazer jornalismo económico em Portugal, que foi despoletada com a crise económica e financeira?

Rui Peres Jorge – Não acho que haja uma nova abordagem que tenha verificado no jornalismo económico com a entrada da *troika*. Acho que estava relativamente consolidado, ainda é bastante recente em Portugal, não acho que seja assim uma novidade.

Mafalda Lobo - Acha que os jornalistas conseguiram, em algum momento, influenciar a agenda política?

Rui Peres Jorge - Acho que sim que os jornalistas conseguiram influenciar a agenda política, na forma como as “estórias” são feitas, o impacto que têm na opinião pública.

Mafalda Lobo - Verifico que a sétima avaliação foi a que mais se destacou no *Jornal de Negócios*. Porquê?

Rui Peres Jorge - A sétima avaliação teve a haver com o Tribunal Constitucional, em 2013, que vai culminar na saída de Vítor Gaspar em julho e a entrada de Maria Luís Albuquerque, portanto a crise política eminente, a dimensão do Tribunal Constitucional. Não era fácil do ponto de vista técnico, do ponto de vista político, escrever as várias posições.

Mafalda Lobo - Partilha daquela ideia de que o jornalismo económico trabalha dentro de um certo enquadramento liberal, ou seja, as análises são tendenciosas, tendem a naturalizar o discurso político, partilham do pensamento neoliberal, pecam pela ausência de pluralismo, da falta de contraditório?

Rui Peres Jorge - Os jornais de Economia, não só os jornais de Economia, mas os jornais de Economia, são tendencialmente jornais que se identificam a favor do mercado, e, portanto, tem esse enviesamento. Eu penso que, no entanto, a crítica do Pacheco Pereira, acho que é uma afirmação bastante leviana, revela que tem um conhecimento bastante fraco do jornalismo que se faz em Portugal na área económica. Aquilo não traduz efetivamente a realidade.

Eu acho que se pode julgar também o jornal pelo editorial, mas acho que se tem de julgar tudo. Não se pode dizer é que por causa de dois ou três jornalistas... agora que não há se calhar suficiente contraditório em Portugal e nos jornais eu concebo, mas também não há no debate da sociedade, se calhar não há o suficiente. Acho que é um exercício difícil para os jornais. O jornal deve fazer investigação, deve fomentar vias alternativas, mas na forma como nós entendemos o jornalismo hoje em dia, o jornalista tem que ter ali um certo cuidado para não ser também ele o ator de uma visão do mundo. Acho que há um enquadramento institucional que não é assim tão diverso. Isto não é um jornal anticapitalista, podia ser não é, se me disser que o jornal tenta fazer um acompanhamento sério das

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

propostas que o PCP faz para o mercado de trabalho, ou das críticas que a esquerda faz, que o PCP faz ao mercado de trabalho acho que tenta fazer, acho que tenta encontrar esse equilíbrio.

**Francisco Ferreira da Silva - subdiretor do *Diário Económico*
(25/10/ 2016; 43:47)**

Mafalda Lobo - A chegada da *troika* alterou as práticas e rotinas jornalísticas na redação do *Diário económico*?

Francisco Ferreira Silva - Alterou as práticas porque toda a Economia portuguesa mexeu com esta crise. E as empresas começaram a ter problemas, a banca também tinha, na altura ainda não tinha os problemas que depois vieram a declarar-se, mas também tinha que responder às crises das empresas com mais crédito, muitas vezes com algumas situações de falências, de créditos malparados etc. que começaram lentamente a aparecer. Poderia dizer que as coisas, se virmos isto ao longo do tempo, 2011 foi o início de uma situação para os portugueses, foi uma situação que começou a degradar-se em termos económicos e financeiros, e aumentou muito em 2012 e teve o seu pico em 2013, aliás se nós olhamos para o desemprego, a variável do desemprego, que salvo erro, atinge o máximo, 17,7% em Março de 2013 e a partir daí volta a descer, e tudo isso se refletia nas pessoas e refletia-se também na forma como os jornais tratavam a informação, porque as pessoas passaram a ter cada vez mais interesse pela Economia.

Mafalda Lobo – Pensa que os temas e assuntos relacionados com a Economia têm vindo a ganhar cada vez mais importância na vida quotidiana dos cidadãos, e os jornais económicos refletem essa importância?

Francisco Ferreira Silva – As pessoas começaram a interessar-se mais por Economia. As pessoas hoje já sabem o que é um PIB. Alterou as práticas porque toda a Economia portuguesa mexeu com esta crise. E as empresas começaram a ter problemas, a banca também tinha, na altura ainda não tinha os problemas que depois vieram a declarar-se, mas também tinha que responder às crises das empresas com mais crédito, muitas vezes com algumas situações de falências, de créditos malparados etc. que começaram lentamente a aparecer. Poderia dizer que as coisas, se virmos isto ao longo do tempo, 2011 foi o início de uma situação para os portugueses, foi uma situação que começou a degradar-se em termos económicos e financeiros, e aumentou muito em 2012 e teve o seu pico em 2013, aliás se nós olhamos para o desemprego, a variável do desemprego, que salvo erro, atinge o máximo, 17,7% em Março de 2013 e a partir daí volta a descer, e tudo isso se refletia nas pessoas e refletia-se também na forma como os jornais tratavam a informação, porque as pessoas passaram a ter cada vez mais interesse pela Economia.

Mafalda Lobo – Como é que os jornalistas lidaram com a complexidade dos temas abordados sobre a crise económica e financeira e a consequente intervenção da *troika*?

Francisco Ferreira Silva - Exigiam conhecimentos, mas que os jornalistas que acabaram por seguir toda esta área noticiosa já estava integrada porque eram pessoas que já acompanhavam a área da macroEconomia, acompanhavam os Orçamentos do Estado, acompanhavam todo o desenvolvimento da Economia ao longo do tempo em que estavam a trabalhar e conheciam de um modo geral as matérias que eram ali tratadas. Agora havia especificidades. Toda esta crise trouxe uma série de novas áreas que antes não eram acompanhadas tão de perto e que passaram a ser, as pessoas tiveram que perceber como é que funcionavam os mercados... eles já sabiam, mas houve ali uma atenção maior a toda essa área, à forma como se formavam as *yields* das Obrigações do Tesouro, ou seja os títulos da dívida pública, mas que a partir de determinada altura nós no início deixámos de poder ir aos mercados e daí o pedido de ajuda externa, mas a partir de 2012, 2013 começamos novamente a ir aos mercados, primeiro com emissões sindicadas, depois mesmo com emissões já abertas, e portanto, isso também era importante. Por outro lado, era importante acompanhar todo o desenvolvimento da Economia portuguesa que passou por momentos muito dramáticos durante este período.

Mafalda Lobo - Acha que fazer jornalismo económico distingue-se de outras formas de fazer jornalismo? Se sim, em que aspetos?

Francisco Ferreira Silva - Sim, em vários muitos aspetos. Eu não quero dizer que somos mais rigorosos que os outros, mas há uma tendência para o jornalismo económico ser rigoroso, e isso tem

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

alguma importância, porque a Economia acaba por tocar todas as áreas, mesmo o desporto. Quando nós imaginamos que o desporto não será tocado pela Economia é. Nós vimos várias vezes notícias que têm a ver com clubes, ou com jogadores ou com o que seja, mas que são do foro económico e financeiro. Portanto, acho que o jornalismo económico introduz um certo rigor na informação. Acho que é o traço distintivo que tem, que depois toca todos os pontos como o resto do jornalismo. O tema da intervenção da *troika*, é um tema tão rico e tão vasto que não é fácil tratá-lo numa pequena conversa. Mas penso que nós temos que perceber no que diz respeito à crise, o que é que levou a que a crise existisse, e o que é que levou a que fossem adotadas uma série de medidas que foram adotadas durante a crise, porque hoje é mais fácil dizer que a FFMS concluiu que a pobreza aumentou que as medidas foram erradas em muitos casos, mas o certo é que a determinada altura era preciso tomar decisões e elas tinham que ser rápidas e tinham que conseguir essencialmente receitas para o Estado, e isso fez com que muitas famílias mais carenciadas acabassem por ser prejudicadas.

Mafalda Lobo - Pensa que os temas e assuntos relacionados com a Economia têm vindo a ganhar cada vez mais importância na vida quotidiana dos cidadãos, e os jornais económicos refletem essa importância?

Francisco Ferreira Silva - Exatamente. No caso do *Diário Económico*, era um jornal económico tal como o *Jornal de Negócios*, eram já publicações especializadas na área da Economia que já refletiam essas preocupações que existiam nesta área, simplesmente a partir da ajuda externa, toda a população, ou a maior parte da população, passou também a ter preocupações também porque isso lhes dizia respeito, como dizem os brasileiros “mexia com o bolso das pessoas”.

Mafalda Lobo - A maior parte dos jornalistas que trabalhavam no *Diário Económico* eram jornalistas com especialização em áreas específicas da Economia, finanças e mercado ou têm formação específica em jornalismo ou comunicação social?

Francisco Ferreira Silva - Tínhamos jornalistas de todas as áreas, mas tínhamos a trabalhar pessoas que eram de comunicação social, simplesmente fizeram a sua especialização na prática. Nós tínhamos pessoas de Economia (...) a escola foi a prática. Mais do que a redação era o contacto com as pessoas, com os atores da realidade económica.

Mafalda Lobo - Considera que o *Diário Económico* aumentou o número de leitores face à situação de crise económico-financeira e consequente intervenção da *troika*?

Francisco Ferreira Silva - O *Diário Económico* houve uma altura em que tivemos vendas muito boas, os jornais económicos tinham como público essencial as empresas e os estudantes de Economia e também muita gente que não era da área empresarial, mas que se interessava por assuntos económico. Estes eram os nossos dois grandes campos essenciais. E na área das empresas com o corte quer a nível de publicidade, quer a nível de outro tipo de despesas, as vendas começaram a baixar.

Mafalda Lobo - Na produção das peças jornalísticas sobre a Intervenção da *troika*, os jornalistas tiveram alguma preocupação em descodificar a linguagem utilizada pelas instituições europeias aquando da implementação e avaliação do programa de ajustamento, e até mesmo a desconstrução de alguns conceitos relacionados com a Economia e finanças, ou partiram do pressuposto que o público-alvo é um público específico, que tem conhecimentos prévios de Economia, e, por isso, entende os assuntos abordados?

Francisco Ferreira Silva - A ideia sempre foi e era isso que era recomendado e que se discutia na redação era descodificar os assuntos para as pessoas ao máximo, porque o economês é muito denso, é muito técnico, portanto, uma pessoa que é confrontada com esses termos, não entende muito deles e acaba por se desinteressar. Portanto a ideia era sempre tentar descodificar ao máximo, embora muitas vezes fosse muito difícil realmente descodificar completamente, mas era tentar descodificar ao máximo para um leigo poder perceber. Era uma preocupação que já existia, antes da intervenção da *troika*, os jornais hoje em dia têm essa preocupação de um modo geral, que é tentar ser úteis ao leitor, porque é para ele que trabalhamos.

Mafalda Lobo - Considerando o aspeto particular das avaliações da *troika* e da divulgação dos respetivos relatórios tanto da Comissão Europeia como do Fundo Monetário Internacional, que critérios determinavam a escolha de determinados temas em detrimento de outros assim que

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

era divulgado um relatório? Por exemplo, no caso das avaliações eu verifiquei que o tema do mercado de trabalho foi o mais abordado.

Francisco Ferreira Silva - Eram os temas que interessavam às pessoas, e era de facto um dos grandes problemas português, e o desemprego atingiu os 17,7% em março de 2013, foi um valor astronómico. É uma loucura, se nós vímos então em termos históricos é um pico. Era chegar ao maior número possível de pessoas, porque essas eram as preocupações do país.

Mafalda Lobo - **Na análise que fizemos ao conteúdo do jornal, verificámos que as principais fontes de informação no período da intervenção da *troika*, foram as Fontes Governamentais, o FMI e as Fontes da UE. Porque é que o jornal recorreu pouco a outro tipo de fontes? (foi condicionado o acesso de outro tipo de vozes e isso reflete-se na perceção com que os cidadãos ficam da crise).**

Francisco Ferreira Silva - A ideia era ouvir o máximo de intervenientes possíveis. Estes eram os principais naquela altura. Se nós vímos, se nos recordarmos como as coisas se passaram o Governo tinha que pôr em práticas as medidas que eram exigidas pela *troika*, o FMI, a Comissão Europeia e o BCE. E, portanto, daí que os principais atores fossem a *troika*, e depois quem as executava que era o Governo. Os outros não tinham intervenção direta. É natural que os jornalistas e as notícias que se preocupassem com estas intervenientes, até porque os outros podiam opinar muitas coisas, mas não tinham intervenção direta.

Mafalda Lobo - **Houve um estudo da fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS) que concluiu que durante o período da *troika*, a pobreza aumentou. Acha que os jornalistas não deviam ter tido a responsabilidade de influenciar a agenda política, no sentido de alertar para as medidas que não estavam, por exemplo, a ser conduzidas da melhor maneira?**

Francisco Ferreira Silva - Aquilo que foi dito de que foi um erro, é dito à *posteriori*. Na altura a Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS) não chegou a essa conclusão durante o programa de ajustamento. Aquilo que se sabia era que a Economia portuguesa estava numa situação caótica, tinha chegado a um ponto de rutura, daí o pedido de ajuda externa. Há registos de pessoas que na altura se dizia que estava a ser um erro, que não era por ali, na altura até chamadas de atenção do próprio Presidente da República (PR). Se nós nos lembrarmos, a determinada altura o Presidente da República chamou a atenção para determinado tipo de medidas que eram exigidas pela *troika* que o Governo quis implementar designadamente no que diz respeito às pensões, e que eram consideradas erradas, e que acabaram por não ir para a frente pelos Chumbos do Tribunal Constitucional (TC). Isso eram só opiniões, porque quem decidia de facto, era a *troika* e depois o Governo português. **As fases de avaliação, serviam exatamente de alturas, em que havia negociação entre a *troika* e o Governo português, relativamente às medidas que eram necessárias,** e o Governo adotou medidas que com certeza não gostaria, porque nós sabemos que os políticos gostam de agradar aos eleitores, mas terá tido de adotar medidas impopulares porque foi pressionado pela *troika*, e a *troika* pressionou porque emprestou dinheiro a Portugal, e como credores, exigiam determinado tipo de medidas. Eles [a *troika*] exerciam uma pressão muito grande. Daí que fossem eles os mais importantes, e depois o Governo como o executante dessas medidas. Tudo o resto, havia artigos de opinião, em que as pessoas chamavam a atenção para muitas das medidas que estavam a ser exageradas, recordo-me disso ter acontecido e recordo-me do Presidente da República ter falado nesta situação, isso eram só opiniões, porque quem decidia era a *troika*.

Mafalda Lobo - **Como foi feito o acesso às fontes de informação, sobretudo, as fontes de informação da *troika*?**

Francisco Ferreira Silva - O jornal lidava com as fontes oficiais como todos os outros, com a Comissão Europeia, que tinha um porta-voz que falava, depois o próprio comissário para os assuntos económicos Olli Rehn, depois tinha o FMI... Durante as visitas procurava-se ter contacto direto com o FMI embora houvesse o porta-voz da União Europeia, que normalmente funcionava como porta-voz da *troika*, mas havia também contactos para *Washington*, e em Bruxelas na altura o jornal tinha um correspondente, havia também muita tentativa de esmiuçar grande parte dos assuntos, de medidas, porque isso era importante para informar os nossos leitores.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Os jornalistas não tinham acesso às reuniões à porta fechada, no entanto haviam alguns jornalistas que conseguiam ter esse acesso mais fácil a determinadas pessoas do que outros, mas isso acontece, mas depende das pessoas, mas eram na maior parte contactos informais, podiam dar a notícia como sendo uma fonte credível, mas na maior parte não podiam citar a fonte.

Mafalda Lobo - Quando referem as fontes documentais (nomeadamente os documentos oficiais), nem sempre aparece referido o número dos relatórios ou dos comunicados de imprensa? Porquê? isto significa que as fontes foram as agências de informação ou outras, ou consultaram mesmo os documentos, mas não viram necessidade de fazer referência? (é que se um leitor quisesse ter acesso aos relatórios das avaliações para confirmar algum dado, teria a vida mais facilitada se fizessem referência ao relatório).

Francisco Ferreira Silva - Não é habitual pôr os números dos relatórios. Na altura quando as avaliações eram feitas, os relatórios diziam respeito àquelas avaliações e na altura não fazia sentido, e não faz sentido. É muito burocrata para um jornal. Hoje fazendo uma análise *posteriori* admitimos que isso pudesse ser importante, mas na altura não era.

Mafalda Lobo - Os jornalistas que fizeram a cobertura da intervenção da *troika* sentiram em algum momento alguma pressão de grupos de interesse político-partidário ou governamental, algum tipo de constrangimento pelo facto do jornal pertencer a um grupo económico? Se sim, isso, em algum momento, poderá ter condicionado a forma como foram tratados os temas e assuntos?

Francisco Ferreira Silva - Há sempre pressões, mas não houve nenhuma pressão especial em relação a nada. Quando falamos de pressões, elas podem ser de vários tipos. Neste caso nem fazia sentido haver pressões. Os jornalistas foram suficientemente isentos, para que não houvesse pressões. Elas existem sempre porque há alguém que vê as coisas de uma maneira outros vêm de outra, e dizem que está a privilegiar uns ou outros. Isso não levou a que os jornalistas não tratassem noticiosamente menos bem este tipo de assuntos.

Mafalda Lobo - Todas as avaliações da *troika*, foram incluídas na secção “Destaque”. Este tipo de secção já existia ou foi criada apenas para divulgação das peças relacionadas com a avaliação?

Francisco Ferreira Silva - Quando tínhamos os resultados das avaliações, fazia-se destaque porque era sem dúvida o assunto mais importante. O jornal teve sempre esse tipo de organização.

Mafalda Lobo - Algumas peças aparecem com a designação ‘Perguntas e Respostas’ ‘ideias-chave’ ‘saiba quais são...’ ‘medidas positivas’, ‘medidas negativas’, o que muda? Novos prazos? Propostas do FMI etc. muitas vezes no género “caixa”, ou no género “análise/inquérito. Este tipo de peça que visa o esclarecimento de dúvidas, de carácter mais explicativo, já existia antes da Intervenção da *troika* em Portugal?

Francisco Ferreira Silva - Sim, era uma coisa que nós fazíamos no *Diário Económico*, mas que os outros jornais também fazem, o *Jornal de Negócios* também faz porque isso é importante como ajuda de leitura para os leitores porque o fato de nós isolarmos numa ‘caixa’ um determinado tema, ajuda o leitor a perceber do que é que estamos a falar e torna a leitura mais fácil e vez de seguir tudo num encadeado da mesma notícia. Não era necessário especificar a fonte, porque por exemplo, um relatório que falasse das pensões, podia haver necessidade de explicitar numa ‘caixa’ o que era uma pensão, e essa notícia estava relacionada com a peça principal, daí não ser necessário especificar a fonte, que já estava mencionado no texto da notícia.

Mafalda Lobo - Ao descreverem os acontecimentos nas peças, nem sempre colocaram o nome do ator principal ou atores secundários mencionando apenas o cargo exercido, outras vezes apenas o nome. Isso significa que partem do princípio que o público-leitor, deverá saber identificar à partida os cargos e os nomes de quem se fala?

Francisco Ferreira Silva - A construção das notícias tem uma fórmula. Podemos mencionar no início por exemplo, Vítor Gaspar, ministro das Finanças e a partir daí podemos tratar indiferentemente, ou

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Vítor Gaspar ou ministro das Finanças (nome e função), e depois no decorrer da peça pode não ser necessário, para não tornar o texto muito maçudo.

Mafalda Lobo - Acha que se pode falar numa (nova) tendência de fazer jornalismo económico em Portugal, que foi despoletada com a crise económica e financeira?

Francisco Ferreira Silva - O jornalismo económico distingue-se de outras formas de fazer jornalismo. Há uma tendência para o jornalismo económico ser rigoroso, porque a Economia acaba por tocar todas as áreas, até o desporto. Acho que o jornalismo económico introduz um certo rigor na informação. É um tema tão rico e tão vasto que não é fácil trata-lo numa pequena conversa. Mas penso que temos de perceber, no que diz respeito à crise, o que levou que a crise existisse, e porque se tomou determinadas medidas, mas o certo é que a determinada altura era preciso tomar decisões e elas tinham que ser rápidas conseguir receitas para o Estado, e isso levou que. Era natural que a dívida pública aumentasse porque pedimos 78 mil milhões de euros. Ajustar a Economia. Basta pensar no nosso orçamento familiar, se pedirmos empréstimos e chegamos a uma rutura, ou seja, as nossas receitas não são suficientes para pagar as dívidas, a solução era ir ter com os bancos e pedimos apoio para resolver a situação. Eles emprestam-nos mais alguns dinheiros. Temos de cortar à bruta nas despesas para pagarmos as dívidas. É natural que no início as nossas dívidas aumentem.

**Elisabete Miranda – Jornalista do *Jornal de Negócios*
(17 de novembro 2016:45:27)**

Mafalda Lobo: A intervenção da *troika* em Portugal alterou as práticas e rotinas jornalísticas na redação do *Jornal de Negócios*?

Elisabete Miranda: Práticas e rotinas foram alteradas porque foi um período de grande intensidade de trabalho. Não necessariamente produtiva, foi um período em que houve muita medida, muita contra-medida, muita medida anulada, e nós jornalismo económico praticamente tínhamos a correr tudo quanto era relatório, comentário de três instituições diferentes, que nem sempre coincidiam entre si, e isso tornou-se muito evidente mais numa fase final do programa de ajustamento, mais do Governo, mais da oposição. Portanto, foi um período que quase não respirámos se quiser. Nem sempre tinham posições alinhadas entre si, tinham prioridades diferentes porque também são credores que tinham prioridades diferentes. O FMI quer assegurar a sua posição enquanto financiador, o BCE e a Comissão Europeia uma posição um pouco diferente. Isto para dizer que foram três anos de grande intensidade de trabalho, e nesse sentido sim, alterou muito as rotinas, porque não parámos e isso também coincidiu em termos profissionais com uma generalização do *online*, e tivemos que nos desdobrar por múltiplas plataformas. Os artigos dos jornais são uma pequena amostra daquilo que foi o volume de trabalho, que tivemos que correr.

Mafalda Lobo - Como é que os jornalistas lidaram com a complexidade dos temas abordados sobre a crise económica e financeira e a consequente intervenção da *troika*?

Elisabete Miranda - Não foi muito difícil lidar com a informação em termos interpretativos. Aqui no jornal como temos um acompanhamento relativamente especializado, temos pessoas por áreas, que trabalham as suas áreas há muito tempo, e que já conhecem o pensamento das instituições, das diversas forças partidárias, conseguíamos integrar aquilo que os diversos protagonistas queriam naquilo que é o seu modelo de pensamento. Quando o FMI, por exemplo vinha pedir que se cortasse 10% nas pensões dos funcionários Públicos, o jornalista que acompanha a área das pensões há algum tempo consegue perceber qual é o racional que está por detrás daquele pedido, ou quando vêm sugerir que se aumente o IVA, conseguimos enquadrar isso teoricamente. Portanto não foi difícil explicar as pessoas, o que é que eles pensam, porque é que esta medida surge, porque é que pensam desta forma, e qual é o resultado que pretendem obter. Agora nem sempre isso foi muito produtivo, porque na verdade, o programa de ajustamento foi uma coisa, e foi sofrendo sucessivos ajustamentos ao longo de todo o processo, e, portanto, nem sempre demos informação clara, pertinente, objetiva...

Mafalda Lobo – Quando diz que o jornalista já conhece o pensamento da instituição, quer dizer que o jornalista vai refletir aquilo que é o discurso político da instituição?

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Elisabete Miranda – Necessariamente. Reflete o pensamento da instituição, e reflete também o contrário. O jornalismo faz-se... nós temos vários tempos de intervenção. Obviamente no dia em que sai um relatório, aquilo em que eu me vou centrar é em reproduzir esse relatório. No dia em que o presidente da missão do FMI faz um discurso, a minha prioridade em primeiro lugar, é reproduzir esse discurso, o tempo do contraditório virá depois. Não quer dizer que o jornalista comungue daquilo que está a ser dito, quer dizer que a sua função primeira é passar a mensagem e enquadrar a mensagem com contexto, e é essa contextualização como lhe digo que para nós não foi muito difícil, porque já tínhamos uma bagagem sobre políticas públicas, depois há tempos subsequentes que vamos verificar se determinada medida surtiu o efeito que era desejado, se não surtiu se houve um recuo, porque é que houve um recuo, se há contradições no discurso, se não houve, mas isso geralmente faz-se em tempos subsequentes, até porque há uma desvantagem que é nós só conseguimos comprovar factos muito à posteriori. Se você me diz que cortando pensões, isso vai permitir, reduzir por exemplo, o défice em x%, só daqui a um ano ou dois eu conseguirei dizer...

Mafalda Lobo - O Jornalismo económico tem sido criticado dentro do período da intervenção da *troika*, como sendo um jornalismo que trabalha dentro de um certo enquadramento neoliberal, de pensamento único, que reflete aquilo que é a ideologia neoliberal, que não soube antever que as medidas da *troika* iam no sentido contrário àquilo que eram os interesses dos cidadãos ao refletir o discurso da *troika*. Concorda?

Elisabete Miranda - isso é uma pergunta muito complexa que convoca várias reflexões. Essa sobre o jornalismo económico, acho que há uma razão parcial, mas na maioria do que se diz, acho que não tem sustentação. O jornalismo económico tem que ser contextualizado. O jornalismo económico começa a ganhar força e a expandir-se com a emergência do capitalismo popular, essencialmente, com a entrada das empresas em bolsa, com as pessoas a querer investir, saber como rentabilizar um pouco as suas etc. **E, portanto, o jornalismo económico, surge num contexto de mercado e trabalha num contexto de mercados livres, surge num contexto de grande desregulamentação, e são todos os jornais económicos, mesmo os outros são os jornais cuja linha editorial é uma linha editorial que defende o mercado e os seus pilares básicos. Portanto, esse é o contexto em que nós trabalhamos e é um contexto assumido.** Agora, também é verdade que o jornalismo económico falhou em não antecipar a crise financeira violentíssima que nós tivemos em 2008. Falhou como falharam todos os outros protagonistas, bancos centrais, professores, academia, professores de Economia, havia aliás grandes discussões teóricas muito interessantes sobre se países num contexto de união monetária, se os desequilíbrios externos eram relevantes ou não num contexto de união monetária, portanto, eram ideias que não estavam sequer fixadas na academia, como diz, o jornalismo económico falhou de facto, como falharam vários outros protagonistas, banqueiros centrais, políticos, economistas, académicos, etc. **Também se viveu durante os anos 80 e 90, um período de grande expansão em que o liberalismo foi de facto a grande doutrina, com resultados visíveis na criação de bem-estar que depois se revelou que tinha outros desequilíbrios.** Também concebo que o jornalismo económico não cumpriu devidamente o seu papel, tal como outros agentes não cumpriram. **Depois, a qualidade do jornalismo económico eu francamente gostava de saber quais são as outras especialidades de jornalismo que existem a nível de especialização tão grande quanto este.** Não estou a criticar os meus colegas, estou a dizer que pela minha experiência, já passei pelo *Diário Económico*, e no *Jornal de Negócios* trabalhei com muitas pessoas, e posso assegurar que muitas das pessoas com quem trabalho são profundas conhecedoras das matérias sobre as quais se escreve a um nível de tecnicidade que garante que dos erros que dali saem são mínimos, portanto, **acho que são profissionais altamente qualificados.** Ao longo de todo o programa de ajustamento íamos fazendo balanços daquilo que eram as medidas que foram executadas e em que medida elas cumpriam ou não os objetivos para as quais foram criadas, isso foi sendo feito sempre. Agora quando a *troika* chega há um questionamento nas avaliações intercalares, um questionamento eventualmente nas conferências de imprensa. Mas aí as peças eram essencialmente sobre a avaliação da *troika* ao programa de ajustamento, não é a avaliação dos críticos ao programa de ajustamento. A avaliação dos críticos é quando os críticos falam, quando um jornal tenta aprofundar determinado tema. Quando a *troika*, chega é o “palco” da *troika*.

Mafalda Lobo - A maior parte dos jornalistas que trabalham no *Jornal de Negócios/Diário Económico* são jornalistas com especialização em áreas específicas da Economia, finanças e mercado ou têm formação específica em jornalismo ou comunicação social?

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Elisabete Miranda – Fazer jornalismo económico exige jornalistas dispostos a aprender. Acho que os jornalistas generalistas não se encaixam bem no jornalismo económico, não precisam de ser da área da Economia, há jornalistas de comunicação social que acabam por estudar as matérias sobre as quais escrevem e tornam-se ótimos jornalistas. Mas eu acho, e sei que há colegas meus, que pensam de uma maneira diferente (a Helena Garrido pensa de uma maneira diferente), eu acho que um bom jornalista económico tem que conhecer as matérias sobre as quais escreve em grande profundidade, porque só isso é que minimiza erros de manipulação por exemplo, ou erros de interpretação indevida, e manipulação que é um problema e uma situação à qual estamos particularmente expostos. Portanto, isto para lhe dizer que o jornalismo económico, está bastante bem apetrechado para não ser facilmente manipulado, para conseguir colocar as questões devida no tempo devido. Para mim jornalismo económico é das áreas do jornalismo que tem jornalistas mais bem preparados, não tenho dúvida disso.

Mafalda Lobo – **Mas também há muitas críticas aos jornalistas da área económica no contexto da crise, precisamente porque não souberam prever a crise e acautelar os interesses dos cidadãos?**

Elisabete Miranda - Somos criticados por não acautelar os interesses do cidadão. Mas o que é o interesse dos cidadãos? Que eu saiba, o interesse dos cidadãos ficou muito bem expresso numas eleições. Os cidadãos subscreveram, votaram numa coligação que subscrevia parte daquilo que era o programa de ajustamento. Os jornalistas defendem os cidadãos como? Não somos justiceiros, agora obviamente que ao longo do programa de ajustamento fomos fazendo vários artigos refletindo sobre se os objetivos para os quais uma determinada política tinha sido criada estavam ou não a cumprir os seus efeitos. Foram feitas várias, variadíssimas nas diversas dimensões. Nas minhas áreas, várias. Por exemplo, quando foi o aumento de impostos, era um enorme aumento de impostos, quantificámos, quantificámos a forma como isso se distribuía pelas famílias, quem é que ia pagar mais, quem é que ia pagar menos, aumento do IVA, escreveu-se sobre a regressividade do imposto, sobre algumas incoerências internas do próprio imposto. Por exemplo, aumentar a energia e o gás, que são bens básicos em detrimento de manter taxas reduzidas para outros bens, tudo isso foi feito, mas há vários tempos de reação. Se naquele momento é o representante da Comissão Europeia que diz aquilo, é sobre aquilo que temos de escrever. O jornalismo económico é uma profissão com debilidades como qualquer outra e o jornalismo está a passar por uma fase crítica que já se prolonga há vários anos, e acho que há muitas críticas justas que se podem fazer, sem dúvida, eu não sou nada corporativa e quem me conhece sabe que não sou, mas acho que críticas que são justas e há outras que são injustas. Não se pode esperar que os jornalistas defendam aquilo que é o seu interesse a sua perspetiva particular, nós não temos jornalismo de tendência em Portugal. Em Portugal os órgãos de comunicação são isentos, e as análises são tão objetivas quanto possível sendo que obviamente tudo tem uma subjetividade. É a tal subjetividade objetivada de que os juristas também falam, é o que nós temos de seguir.

Uma coisa é a linha editorial, e aquilo que é assumido como opinião pelo jornal outra coisa são as peças feitas pelos jornalistas e essas têm que obedecer **a um conjunto de regras deontológicas**, nem sempre conseguimos, isto é feito obviamente de vários equilíbrios e pode sempre questionar-se porque é que o ângulo é assim, e porque é que uma peça chama a atenção para o copo meio cheio e não chama a atenção para o copo meio vazio. Isso tudo são perguntas pelas quais nós nos debatemos todos os dias e discutimos entre nós. Porque é que eu digo que o PIB cresceu “X” e não digo porque é que o PIB só cresceu, depende de onde nos posicionamos. Mas o nosso esforço nas peças jornalísticas é sermos os mais objetivos possíveis, pondo de parte aquilo que são as nossas convicções, na medida do possível sempre, porque não fazemos análises completamente asséticas, isso não existe.

Mafalda Lobo – **Acha que fazer jornalismo económico distingue-se de outras formas de fazer jornalismo? Se sim, em que aspetos?**

Elisabete Miranda – Distingue-se mais pela tecnicidade de algumas das matérias.

Mafalda Lobo – **Pensa que os temas e assuntos relacionados com a Economia têm vindo a ganhar cada vez mais importância na vida quotidiana dos cidadãos, e os jornais económicos refletem essa importância?**

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Elisabete Miranda – Sem dúvida, sem dúvida, agora há um economista dentro de cada português desde que a *troika* entrou em Portugal, que foi um dos aspetos positivos, as pessoas começam a pensar mais no todo, a interessar-se um pouco mais por assuntos económicos. Toda a gente já sabe o que é o défice, o que é a balança comercial, e o que é que é a inflação, já começam a ter algumas noções básicas de Economia. Depois também a *troika* trouxe, como trouxe muitas medidas com impacto direto na vida das pessoas, isso as fez também despertar um bocadinho mais para a Economia.

Mafalda Lobo - Na produção das peças jornalísticas sobre a intervenção da *troika* (avaliações da *troika*), os jornalistas tiveram alguma preocupação em descodificar a linguagem utilizada pelas instituições europeias aquando da implementação e avaliação do programa de ajustamento, e até mesmo a desconstrução de alguns conceitos relacionados com a Economia e finanças, ou partiram do pressuposto que o público-alvo é um público específico, que tem conhecimentos prévios de Economia, e, por isso, entende os assuntos abordados?

Elisabete Miranda – Por uma questão de mercado, temos obrigação de passar a mensagem tão clara quanto possível. Fazemo-lo por obrigação profissional, mas também por uma obrigação de mercado, porque os jornais lutam por um conjunto de leitores que é cada vez mais escasso. Então precisamos de alargar ao máximo o leque. Isso significa simplificar muito a linguagem e torna-la acessível a qualquer pessoa. Esse esforço foi feito, mas que nunca é totalmente cumprido. Porque as pessoas vão ter sempre dúvidas, nós tentamos, mas também não podemos tornar-nos num jornal de notas de rodapé, em que explicamos cada conceito que usamos. Há sempre um equilíbrio entre espaço, clareza, mas não é fácil, e obviamente estamos longe de conseguir isso, mas é uma preocupação que nós temos. O jornalismo económico está a caminhar muito no sentido do jornalismo utilitário, do tipo *news to use*. Note, que muitas peças que já nem têm título, têm um ‘saiba como’, ‘saiba porquê’ tudo o que impacto na sua vida, e isso faz com que haja essa tentativa de desconstruir. Tem um interesse comercial por detrás, que é obviamente vender jornais, e chegar aquilo que são as necessidades das pessoas.

Mafalda Lobo - Considerando o aspeto particular das avaliações da *troika* e da divulgação dos respetivos relatórios tanto da Comissão Europeia como do Fundo Monetário Internacional, que critérios determinavam os temas que marcavam a agenda mediática, assim que era divulgado um relatório?

Elisabete Miranda – Em regra são as medidas que dizem respeito a mais gente, ou o critério da novidade, normalmente o que é que os jornais privilegiam? A novidade aquilo que não se sabe porque isso causa impacto, causa curiosidade, ou então aquilo que abarque o maior número de público possível: pensões, impostos, salários, isso diz respeito a todos nós, por isso, primordialmente os jornais tendem a privilegiar esses temas.

Mafalda Lobo - Na análise que fizemos ao conteúdo *Jornal de Negócios/Diário Económico* verificámos que as principais fontes de informação no período da intervenção da *troika*, foram as Fontes Governamentais, o FMI e as Fontes da União Europeia. Porque é que o jornal recorreu pouco a outro tipo de fontes?

Elisabete Miranda – Deve ter haver com o seu período de observação. Porque nós fazemos jornalismo a vários tempos. E quando a *troika* chega, ou quando emite um relatório, nós estamos centrados naquilo que é a avaliação da *troika*, ou naquilo que ela vai prescrever, e é isso em primeiro lugar que damos, que noticiamos; numa segunda fase vamos ver o que dizem os outros protagonistas, acham bem ou acham mal, e depois num terceiro momento vamos lá ver afinal se estas medidas que avançaram surtiram o efeito que quem as propôs disse ou se surtiram os efeitos do que os críticos disseram. Nos diversos momentos fomos fazendo isso. Claro que podemos questionar se foi feito de forma suficiente, se escreveram artigos suficientes, isso tudo aceito que há uma grande margem para discussão. Acho que genericamente esse trabalho foi concretizado. Nós não temos capacidade para fazer tudo, ler um relatório, e esperar que as pessoas leiam um relatório, os académicos, os críticos, os partidos, e estejam preparados para comentar um relatório, não é possível sequer fazer num dia, nem dois dias, nem três dias, portanto, são coisas a vários tempos. Acho que globalmente esse trabalho se fez, acho que se pode questionar se se fez suficientemente, mas eu diria que sim. Até porque houve muitos movimentos populares durante esse período, muita contestação.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

De tudo isso se foi dando conta, sobre o que é que a *troika* queria. O Tribunal Constitucional com as suas posições críticas, tudo isso foram fatores de questionamento do próprio programa de ajustamento e nós ventilámos isso tudo.

Mafalda Lobo – Como foi feito o acesso às fontes de informação, sobretudo, as fontes de informação da *troika*? Como é que os jornalistas lidaram com essas fontes? Sentiram em algum momento algum tipo de constrangimento?

Elisabete Miranda – Não mais do que no resto do período, não notei nenhuma diferença face àquilo que é o nosso trabalho habitual. Se calhar até havia mais fontes de informação, porque havia até mais interlocutores: o FMI, Comissão Europeia e o BCE.

Mafalda Lobo - Todas as avaliações da *troika*, foram incluídas na secção ‘Primeira Linha’. Este tipo de secção já existia ou foi criada apenas para divulgação das peças relacionadas com a avaliação?

A secção Primeira Linha sempre existiu.

Elisabete Miranda – Não, sempre existiu, é assunto do dia, digamos assim, o assunto que o jornal resolve destacar porque há mais informação que permite também compactar ali e de forma mais integrada.

Mafalda Lobo - Algumas peças aparecem com a designação ‘Perguntas e Respostas’ ‘ideias-chave’ ‘saiba quais são...’ ‘medidas positivas’, ‘medidas negativas’, o que muda? Novos prazos? Propostas do FMI etc. muitas vezes no género ‘caixa’, ou no género ‘análise/inquérito’. Este tipo de peça que visa o esclarecimento de dúvidas, de carácter mais explicativo já existia antes da Intervenção da *troika* em Portugal?

Elisabete Miranda – Já existia, faz parte desse esforço que eu estava a dizer de *news to use*, do esforço que o jornalismo económico tem vindo a fazer nos últimos anos de conquistar/alargar o leque de público e de nós irmos ao encontro das suas necessidades, simplificando a linguagem e escrever sobre temas que interessam a toda a gente. Portanto, já tínhamos muito isso...

Mafalda Lobo - Porque é que algumas peças jornalísticas aparecem assinadas por vários jornalistas. Isso significa que relativamente a alguns temas abordados, alguns jornalistas não têm autonomia no tratamento dos temas?

Elisabete Miranda – Depende de que peça estamos a falar, mas geralmente, se for por exemplo, um relatório, estamos a resumir um grande relatório ou uma conferência de imprensa, cada jornalista deu o seu *input* na sua área, porque um escreve sobre pensões, outro escreve sobre impostos, outro escreve sobre finanças públicas, cada um analisa e interpreta a sua informação, depois faz parte mais global, pode ser isso, às vezes quando antecipamos notícias, antecipamos várias notícias da *troika*, essa ideia de que só seguimos, nós por exemplo, fomos nós no *Jornal de Negócios*, que antecipamos com três dias a intenção do Governo, de avançar com a sobretaxa do IRS. O Governo tinha acabado de tomar posse, lançou um novo imposto, e nós demos essa notícia, não seguimos a agenda, não fomos atrás dela, também fomos nós que demos a notícia da famosa TSU sobre os pensionistas, que causou um desgaste enorme entre o CDS e o PSD que depois acabou por cair. Antecipamos a agenda, não reagimos só, passámos a mensagem que também é a nossa função. Somos também um canal de comunicação entre os protagonistas e os leitores. Mas nesse tipo de peça por vezes há várias pessoas a assinar porque várias contribuíram, fizeram telefonemas, depende muito da metodologia. Depende muito do tipo de textos que estamos a falar.

Mafalda Lobo - Acha que se pode falar numa (nova) tendência de fazer jornalismo económico em Portugal, que foi espoletada com a crise económica e financeira?

Elisabete Miranda – Não acho que não. Acho que como qualquer cidadão, qualquer agente, o mercado, se calhar tornámo-nos mais cautelosos perante as certezas com que muitas das informações são colocadas, precisamente por causa da crise, porque antes da crise, havia muitas certezas num determinado modelo, um sucesso de um determinado modelo económico. E a crise foi tão violenta ao mostrar as suas fragilidades, que se calhar estamos todos muito mais atentos a isso. Mas de resto, na

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

forma de fazer jornalismo, acho que não. Acho que há outras coisas que interferem mais com o jornalismo, por exemplo, as plataformas tecnológicas, a quantidade de órgãos de comunicação que há agora no mercado a competir entre si. Acho que isso altera mais radicalmente a forma como se faz jornalismo, do que a crise. O *online* veio alterar o modelo muito significativamente.

Mafalda Lobo – Em que aspetos o *online* veio alterar aquilo que são as edições impressas, com informação ao minuto?

Elisabete Miranda – Agora o jornalista tem que se desdobrar entre vários meios. Não acho que a plataforma seja relevante se sai em papel ou se sai em *online*, acho relevante o conteúdo, o que é que sai, a forma como se consegue trabalhar, organizar, e passar a informação. Nos últimos anos o que tem acontecido, é que o *online* com a pressão sobre o imediatismo, tem retirado tempo de reflexão, de processamento e de aprofundamento das matérias, em prejuízo, atualmente, da edição impressa (as notícias não têm que estar numa edição impressa, podem estar numa edição *online*) lentamente diria que há uma maior “superficialização” das matérias. As nossas notícias *online* representam para aí 20% da edição impressa. É uma estatística que estou a dizer de cor, mas se acompanhar por exemplo a edição do *Jornal de Negócios*, e ver a quantidade de notícias que nós pomos *online* num dia e depois ver o dia seguinte é uma minoria, e muitos jornalistas têm que se desdobrar entre fazer as coisas imediatas no *online* e depois tentar aprofundar para o papel. O *online* com as necessidades de correr com o que está a acontecer em cada momento retira capacidade de reflexão sobre aquilo que se está a escrever no imediato, e tempo para digerir toda a informação.

Os jornalistas que escrevem as peças na edição *online* são os mesmos jornalistas que escrevem na edição impressa, está cada vez mais integrado. Os jornalistas têm que se desdobrar por várias plataformas. No jornalismo económico, infelizmente que me lembre, nunca houve muito jornalismo de investigação, no sentido de investigar os temas sim, mas jornalismo de investigação, do jornalista enquanto inspetor polícia que andar a desenterrar aquilo que mais ninguém quer que seja desenterrado, nem sequer há muitos jornalistas no jornalismo generalista. No jornalismo generalista, não sei consigo para aí identificar uns cinco ao todo. Agora passar a informação de uma forma integrada, bastante bem trabalhada, com os ângulos certos, que as pessoas consigam perceber exatamente...de separar aquilo que é a espuma do substrato, que os jornalistas económicos estão numa posição privilegiada para fazer, pela sua capacidade técnica, com um elevado nível de especialização, isso vem sendo lentamente ameaçado pela vertigem do *online*. Isso exige muito tempo, capacidade de resposta imediata.

Mafalda Lobo - Considera que o *Jornal de Negócios* aumentou o número de leitores/vendas face à situação de crise económico-financeira e consequente intervenção da *troika*?

Elisabete Miranda – O número de leitores aumentou pelo menos nos primeiros meses pela incerteza, pela reação, pelo choque, as pessoas sentiam-se muito perdidas, tentarem saber o que vai acontecer, houve um conjunto de medidas muito duras, a apetência pela informação económica aumentou bastante, no conjunto do papel e no *online*, notou-se bastante, e nós notámos muito, por exemplo, em *e-mails*, mantivemos alguma interação com os leitores, por isso colocamos os *e-mails* nas peças sempre. As pessoas quando têm dúvidas escrevem e telefonam, e no período da *troika*, sobretudo na área das pensões, colocaram muitas questões.

**Entrevista a Helena Garrido - Diretora do *Jornal de Negócios*
(17/07/2015; tempo 51:00)**

A Intervenção da *troika* em Portugal introduziu algum tipo de alteração no que diz respeito à forma de se fazer cobertura de assuntos económicos, ou seja, pensa que houve um antes e um depois da entrada da *troika* em Portugal na forma como se faz jornalismo económico em Portugal?

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Helena Garrido - A crise começa em 2007 nos Estados Unidos, e quando começa, começa um bocadinho antes do Verão, junho, julho começam a existir os primeiros sintomas, isto só para lhe dar um enquadramento macroeconómico. Começa a dar-se os primeiros sintomas da crise *subprime*, que foram os tais empréstimos que foram feitos aos “ninjas”, às pessoas que não tinham nada, não tinham rendimentos, nem património, nem ativos. Este tipo de mercados desenvolveu-se nos Estados Unidos entre finais dos anos noventa, início dos anos 2000, muito produzido com modelos probabilísticos produzidos por físicos e matemáticos, e na altura, antes da crise se desencadear, houve uma área entre os economistas que considerou que o problema da habitação social estava resolvido através deste tipo de produtos. Os primeiros sintomas são dessa altura. Nessa altura, os trabalhos que se fazem indiciam, a maior parte dos economistas desvaloriza esta crise, e depois a crise agudiza-se em 2008 e tem o seu marco na falência do *Lehman Brothers*. É aqui em 2008, que assistimos a filas nos bancos no outono de 2008, e depois o ponto de referência, o grande ponto de referência é quando o Governo norte-americano deixa o banco de investimento da *Lehman Brothers* ir à falência. O que é isto mudou para nós?

Em 2008-2009, se não me falha a memória, gera-se nos cidadãos em geral, algum pânico, pânico típico, pânico financeiro. As pessoas começam a ter medo dos bancos. Aqui no *Jornal de Negócios*, fizemos muitos trabalhos. Em 2011 pedimos ajuda, e depois, finais de 2009, início de 2010, primeiros sintomas da crise das dívidas soberanas, que ainda vivemos hoje na Europa, o que se passa é que nesta altura com o pânico que foi gerado com a falência do *Lehman Brothers*, e com o facto das pessoas terem sido confrontadas que é possível os bancos falirem, este *Lehman Brothers*, é o culminar de filas em bancos, nomeadamente no Reino Unido. Eu lembro-me que em finais de 2007 havia fotografias de filas em bancos, e gera-se aqui alguma preocupação das pessoas em geral sobre a segurança dos bancos. Na Europa é raro ou era raro. Não assistíamos a falências dos bancos desde os anos 80 nos Estados Unidos, que era a grande crise dos *Saving & Loans – S&L*, (*syndicated loans*) e na Europa a maior parte das pessoas não tinha memória de falências de bancos.

As filas dos bancos no Reino Unido, designadamente, e depois a falência do *Lehman Brothers*, acaba por contagiar também Portugal, e nós começamos a notar por parte dos nossos leitores, preocupações com a segurança das suas poupanças. Nesse quadro fizemos vários trabalhos. Qual é o impacto que a crise começa a ter em termos de conteúdo editorial, depois vamos à *troika*? responder às preocupações das pessoas, nós reagimos muito à atualidade, e à conjuntura. A 1ª fase foi muito reagir à preocupação das pessoas relativamente à segurança dos bancos, fazendo nós quase uma interface entre as preocupações das pessoas e o próprio sistema financeiro, até desafiando as pessoas a fazerem perguntas, que nós, obviamente, nós éramos nós que respondíamos, mas através das nossas fontes respondíamos, houve depois uma fase de muitos rumores, inclusivamente houve um rumor famoso, não me lembro da data mas depois disso é fácil de identificar de que o BCP não iria abrir na semana seguinte, eu lembro que estava de férias, era um fim-de-semana, estava no Porto, quando recebi também um telefonema a perguntar-me se era verdade, e nós, se quiser, nessa altura desempenhámos muito um papel de informação útil e de jornalismo de cidadania, basicamente, quase e tentar acalmar as pessoas porque não havia racionalidade para aquele pânico. Se quiser este é um ponto do início da crise, um aspeto que nós nunca tínhamos desempenhado até aí pelo menos num jornalismo mais recente, um jornalismo útil que é muito o ADN dos EUA há muitos anos, e que de repente aqui começa a revelar-se e a afirmar-se, sobretudo nesta fase, em que nós tivemos de avançar com este tipo de papel, reagir quase diretamente às questões que as pessoas nos colocavam em relação à segurança dos seus depósitos. Esta foi se quiser, a primeira grande fase, o primeiro grande impacto em termos de conteúdo editorial da crise. O segundo impacto, podemos considerar que é a fase em que os países vão caindo (Grécia, Irlanda) e depois há a fase da resistência do Governo Português ao pedido de ajuda. Aí o acompanhamento foi diário e acabou por ser, aliás, o *Jornal Negócios* que fez o pedido de ajuda indiretamente, como sabe, através de uma entrevista dada por escrito que o ministro das Finanças me deu a mim, e que ele acaba por precipitar o pedido de ajuda sem o Sócrates saber. Nessa fase, foi muito, lá vem *troika*, não vem *troika*. Na terceira fase, já com a *troika*, cá, nós regressámos ao jornalismo *News to Use*, muito, mas na área da macro. A grande afirmação, se quiser, que se pode encontrar nesta fase da *troika*, foi muito do jornalismo útil que quase não existia em Portugal. Aliás, é uma tese possível, de verificação, se o jornalismo útil *News to Use*, que é muito usado nos EUA há muitos anos, sobretudo o económico e financeiro, têm muitas revistas, quase todos os jornais de referência têm secções de: como poupar, onde investir o seu dinheiro, como encontrar emprego, como preparar um currículo, esse tipo de coisas assim, era um jornalismo que aqui se fazia que havia pequenas experiências, quer no *Diário Económico*, como houve depois uma revista lançada pelo *Público*, que depois acabou que é a “Carteira” havia alguns nichos, mas não estava massificado, não tinha contagiado os ditos jornais de referência de Economia.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Mafalda Lobo – E esse jornalismo era direcionado tanto ao jornalista comum como também a fontes empresariais...

Helena Garrido – Isto aqui, claro ...no caso da *troika*, especificamente, imagine: legislação laboral, vai haver alterações do código do trabalho, no sentido clássico, na pré-era da afirmação deste tipo, o que nós fazíamos basicamente em termos de conteúdos jornalísticos era...

Mafalda Lobo – Mas esse jornalismo foi depois de terem sido conhecidas as medidas da *troika*?

Helena Garrido – Não, se quiser ir mais atrás, é assim, o jornalismo económico só se justifica se existir a Economia de mercado. Aliás, jornais económicos acabaram em Portugal e ressurgem em 1986-1987, com dois jornais, um ainda é vivo, o outro morreu, agora foi reeditado, mas não tem nada a ver, que era o antigo *Jornal de Comércio* e o *Semanário Económico*, e surge em 1986/7, por uma razão muito simples, com a adesão à CEE, a Economia obrigatoriamente tinha de ser liberalizada, os preços administrados, as portarias dos ministros iam acabar, e portanto as pessoas tinham de ter mais informação para tomar as suas decisões de consumo e investimento etc.. Se quiser, informação económica sobre a situação económica e financeira de investimento, começa a ser importante a partir dessa altura. Mas, em Portugal a afirmação e a massificação do jornalismo útil do *News to Use*, só se começa a verificar, algures aqui (massificar no sentido de ser mais abrangente), quando as pessoas são confrontadas com a possibilidade de falência de um banco, que foi uma coisa que nunca lhes passou pela cabeça, mesmo no 25 de Abril foram nacionalizados, portanto, em termos massificados, as pessoas em 2007-2008, são confrontadas com a possibilidade de um banco falir, como viram nos outros países, viram filas, e começam a tentar perceber melhor como as coisas funcionam para salvaguardarem as suas poupanças. Nós em toda a era da *troika*, a abordagem que fizemos da *troika*, além dos conflitos com o Governo, que é normal e que é uma área mais explorada, pelos jornais generalistas, nós acompanhamos quase toda a era da *troika* a fazer abordagens de informação útil: o que é que vai mudar aqui, não sei quantas perguntas sobre a nova legislação laboral. Tudo o que fossem propostas da *troika* que afetassem a vida das pessoas, a nossa abordagem ia sempre no sentido da abordagem útil. Isto é uma novidade. **Eu que fiz sempre macroEconomia, por exemplo, a informação macroeconómica era uma informação clássica, à la *Financial Times*, que é uma abordagem de análise macroeconómica, de grandes agregados.** A abordagem das editoriais de Economia, passou a ser uma abordagem também de Informação útil, ao mesmo tempo que se fazia a análise dos grandes números, e os impostos e os efeitos dos impostos, com simulações, com folhas de cálculo no *website*, para que as pessoas pudessem por o seu rendimento e ver que efeito é que aquilo tinha no seu rendimento. Isto massifica-se, sobretudo, nesta altura, pelo menos é esta a ideia que eu tenho. Se comparar, por exemplo, o que é hoje um jornal de Economia, com o que era há dez anos, vê que *News to Use* está muito mais presente.

Mafalda Lobo - Os jornais especializados foram ao encontro daquilo que são as preocupações das pessoas?

Helena Garrido – Foram mais do que no passado. Se comparar o que é hoje um jornal de Economia, com o que era há dez anos, vê que *news to use* está muito mais presente.

Mafalda Lobo – Como é que os jornalistas acompanharam essa complexidade, estavam ou não preparados?

Helena Garrido – Os jornais de Economia nesta área da *troika*... Os jornais de Economia classicamente dividem-se em três grandes editoriais ou em três grandes secções: uma secção de Economia, secção de empresas, e a secção de mercados. O trabalho destas secções varia com a conjuntura económica. Nas alturas de crescimento económico, são sobretudo as áreas de empresas e mercados que têm mais trabalho, a Economia corre bem, cresce etc. e então aqui é investimentos, novos projetos, a bolsa a subir... Quando a crise aperta o que acontece, o fluxo informativo, é sobretudo nesta área, e aqui é mais falência e quebra de bolsa que ninguém quer ouvir. Aqui é, nós temos duas alternativas, sobretudo, no *Jornal de Negócios*, que é um jornal cujos leitores são investidores, boa parte investidores de bolsa, o *Jornal de Negócios*, tem uma característica, que é, acompanhava a conjuntura da bolsa: quando se estava a ganhar muito dinheiro na bolsa, as pessoas gostam de ver que estão a ganhar dinheiro, quando se está a perder, as pessoas não gostam de ver.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Com esta informação útil conseguimos ir buscar leitores ao mesmo tempo que as coisas estão a correr mal, as pessoas sabiam. Que tipo de conteúdos é que poderá interessar às pessoas para além de que as coisas estão a correr mal? Ok, eu sei fui despedida, cortaram-me no salário, ou não sei quê. O fluxo informativo, quando em alturas de crise, e sobretudo, nesta altura da *troika*, foi cair muito nas subsecções de Economia.

Mafalda Lobo – Na primeira Linha?

Helena Garrido –É uma forma de organizar o jornal, é uma organização editorial interna. Temos o Jornal organizado, em três grandes secções: Economia, empresas e mercados. Depois temos a edição do jornal, que tem um tema principal que é o que abre o jornal, que pode ser Economia, pode ser mercados, um tema que esteja a marcar a atualidade, ou que seja um exclusivo nosso, e depois entra-se nas secções. E este tema de atualidade, por exemplo, hoje que é a Grécia, tema que está a marcar a atualidade tem sido quase sempre a Grécia, este tema teoricamente é um tema que se não aparecesse na abertura do jornal, aparecia em Economia, mas que é transversal, porque se reparar depois tem aqui mercados, que é feito com os contributos de todas as secções, ou então é um tema que nós consideramos que é um tema exclusivo, ou uma entrevista exclusiva, um tema de atualidade. As secções em si, são a organização interna do Jornal que depois também se reflete aqui, e que a maior parte das pessoas acaba por não perceber muito bem, e que no nosso caso abre com a secção de empresas, depois Economia e depois mercados. Estas pessoas que acompanham a área da Economia são em geral pessoas com formação técnica, na área, economistas. Obviamente que é difícil, porque é tudo diferente, na Economia, estão sempre as coisas a mudar, é hiperespecializado e estamos sempre a aprender, não é...

Na era da *troika*, vai ter sobretudo a secção Economia, pouco existiu de mercados, porque nós não conseguíamos pedir empréstimos internacionais, mercados era só juros. Basicamente, quem era mais chamado a contribuir, até por causa dos memorandos de entendimento, e das avaliações e das revisões, era a Economia e empresas, porque as medidas da *troika* eram basicamente medidas na área que eles chamam das reformas estruturais e que estavam relacionadas com alterações do código do trabalho, por exemplo, alteração dos subsídios de desemprego, da forma de pagamento dos subsídios de desemprego, etc., alterações na Função Pública e impostos, e isto é tudo Economia. **No jornal do antigamente, basicamente o que nós faríamos é as receitas fiscais vão aumentar não sei quantos por cento, nesta era o que nós fizemos foi, além de dizer que as receitas fiscais vão aumentar, explicávamos às pessoas, por exemplo, quando o Vítor Gaspar anunciou o enorme aumento de impostos, explicámos às pessoas como é que aquilo ia acontecer, que efeitos é que se ia ter no seu bolso etc. Temos muitos trabalhos desse género.**

Mafalda Lobo - Houve essa preocupação de descodificar a linguagem, em explicar as causas e consequências da intervenção da *troika* na forma como foram apresentados os conteúdos?

Helena Garrido – Houve também essa **preocupação de descodificar a linguagem** de tornar a linguagem mais simples e mais útil. Houve um aumento de leitores relativamente. Dependia dos temas. O que nós notámos, hoje em dia, é que as pessoas já não compram o jornal porque sim, como se comprava antigamente, porque é uma rotina comprar um jornal, mas compram o jornal se o jornal tiver informação útil, que elas considerem que tem valor. O que nós notamos é que em toda esta era da *troika*, tudo o que tivesse a ver com mudanças, por exemplo, na Função Pública, as vendas subiram, o código de trabalho, nos impostos, nas rendas, as rendas é uma loucura, fizemos muitos trabalhos sobre a alteração da lei das rendas, com perguntas e respostas (P & R), há um género jornalístico “super” usado nesta era o ‘P&R’, o ‘saiba tudo’, é uma forma de organizar a informação, ou as ‘dez principais mudanças’, muita informação organizada assim de forma sistematizada que passou a afirmar-se bastante nesta fase da *troika*. Nota-se, as vendas foi basicamente aí: na altura dos “pânicos financeiros”, e quando há alterações que afetam diretamente o bolso das pessoas: rendas, alterações nos salários da Função Pública, alterações nos impostos, na segurança social, nas pensões. Todos os trabalhos em torno disso desencadeavam um aumento de vendas. Mais recentemente, a crise do Banco Espírito Santo, que desencadeou “pânico financeiro”, pânico entre aspás, pânico à jornalista, e também desencadeou uma subida de vendas aqui por medo, ou seja, temos basicamente neste momento duas razões que levam a subidas significativas de vendas ou visitas ao *website*: que é a informação útil ou medo.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Mafalda Lobo – Como é que foi o acesso às fontes, e quais eram essas fontes. Houve algum tipo de pressão, para publicar esta ou aquela notícia?

Helena Garrido – Depende do que é que se entende por pressão. A pressão faz parte da natureza de ser jornalista. Nós estamos sempre a ser sujeitos a pressão. Não sou nada apologista do telefonaram-me e não deviam ter-me telefonado. Estão a fazer-me pressão. Isso faz parte da natureza. Assim como outras profissões têm de lidar com outras coisas, nós temos de saber lidar com a pressão que fazem sobre nós. Obviamente que o objetivo das pessoas é que as visões delas (dos protagonistas) ...os protagonistas com que nós contactamos e as realidades que nós descrevemos, obviamente que o objetivo deles, e que visões que eles têm da realidade sejam aquelas que prevalecem quando elas são contadas pelos jornalistas. A pressão faz parte da natureza da profissão e temos de saber lidar com ela, e usar métodos para a ultrapassar e a metodologia jornalística de usar mais do que uma fonte, fontes independentes e mais do que uma fonte.

Mafalda Lobo – Era o jornalista que ia procurar, baseavam-se na Lusa, na Reuters...?

Helena Garrido – Não, nós aqui as nossas fontes eram o FMI, que é muito organizado em termos de comunicação, de relação com os jornalistas, tem um departamento de comunicação muito bem organizado para este tipo de coisas e fazem desde encontros informais, até entrevistas, portanto, temos jornalistas a falar diretamente com o FMI, assim como temos jornalistas a falar diretamente com a Comissão Europeia, e os documentos oficiais que estão no *website* da Comissão Europeia. Eram as nossas fontes de informação para a notícia pura, por exemplo, acabou de ser divulgada a quinta avaliação.

De todas as fontes, o FMI era a instituição que comunicava melhor com os jornalistas, nós conhecemos sempre pessoalmente os interlocutores do FMI em Portugal, pessoalmente e com conversas em *off*, e isso tudo. O Banco Central Europeu (BCE) era o que comunicava menos, nunca teve um encontro em *off* sozinho com os jornalistas, o representante do BCE, e no meio estava a Comissão Europeia, que também nunca comunicou, o representante. Aqui houve dois representantes, o Poul Thomsen, dinamarquês, que depois foi tomar conta da Grécia, e o Subir Lall, que é o que se mantém agora. No caso da Comissão Europeia, houve um alemão que agora não me lembro o nome, que depois se reformou e depois veio um irlandês. O *Insight* que lhe posso dar é que o FMI era o que estabelecia do ponto de vista da relação com os jornalistas, era o que mantinha uma relação mais profissional, tínhamos com quem falar, podíamos fazer perguntas, tínhamos interlocutores, no caso da Comissão Europeia, não era tão profissional e o BCE zero não comentava nada. Outro interlocutor importante, foi o Ministério das Finanças, o BdP, o gabinete do primeiro-ministro, onde estava o Carlos Moedas que foi para a Comissão Europeia, que era o homem que dirigia basicamente e acompanhava o programa da *troika*.

A maior parte dos assuntos são assuntos abstratos. Nós fazíamos muitas vezes a abordagem que fazemos no Orçamento de Estado (OE). Além disso, outra coisa que é muito importante. Muitas das medidas com que Portugal se comprometia a adotar, depois eram adotadas no Orçamento do Estado (OE). É outro momento importante que é o 15 de outubro, sobretudo, 16, 17 de outubro de 2011. São datas importantes, aliás o grande aumento de impostos aparece algures em outubro. Há aí várias datas muito importantes na era da *troika*, o corte de subsidio de férias que foi anunciado por Passos Coelho, acho que foi em setembro se não me engano...

**Tiago Freire - subdiretor do jornal *Diário Económico*
(28 e julho de 2015 – tempo 29:37)**

Mafalda Lobo - A Intervenção da *troika* em Portugal produziu algum tipo de alteração no que diz respeito à forma de fazer cobertura de assuntos económicos, ou seja, pensa que houve um antes e um depois da falência da *Lehman Brothers* em 2008 para o jornalismo económico?

Tiago Freire - Sim, em Portugal, o jornalismo económico ganhou peso com a crise. Há um antes e depois da *troika*, no sentido em que há um maior interesse por parte dos leitores, os leitores não só procuraram mais informação especializada, com os jornais especializados, como os próprios jornais generalistas, as televisões, as rádios, toda a gente passou a tratar de temas que não eram pura e simplesmente tratados. Tenho sérias dúvidas que há cinco anos atrás ouvíssemos numa rádio generalista falar de rácio da dívida pública sobre o PIB e coisas desse tipo, coisas consideradas

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

demasiado esotéricas, demasiado herméticas, as pessoas não queriam saber, e se calhar eram mais felizes porque não sabiam. A grande mudança que se deu em termos de setor, foi um peso muito maior dos temas económicos nas agendas mediáticas, uma maior procura de informação económica, e isso sentiu-se junto dos jornais especializados, não se refletiu necessariamente em termos de vendas porque os jornais estão todos genericamente a perder vendas, e obviamente não tem a ver com isto, já estava em curso, mas esse aumento da procura notou-se muito nos *websites*, na procura *online* da informação, ganhou-se também espaço para um tipo de coisas, que não se fazia muito, que é a informação muito prática, P & R, simuladores, esse tipo de coisas. Porque as pessoas ligavam para o jornal, com perguntas práticas, muitas vezes por *mail*, outras vezes por telefone, a perguntarem coisas muito específicas, muitas vezes questões pessoais, e quando havia perguntas mais generalizada, e se houvesse interesse nisso, fazia-se uma coisa mais descodificada, à base de glossários, simuladores, explicadores, um certo tipo de conteúdos que se desenvolveu nesta fase.

Mafalda Lobo - Como é que os jornalistas se organizaram nas redações para acompanhamento dos temas da *troika*?

Há várias formas de lidar com o assunto. O acompanhamento mais direto foi feito por jornalistas que fazem macroEconomia, porque basicamente o problema central da intervenção da *troika* eram as contas públicas, depois obviamente há sempre muitas questões setoriais, que eram acompanhados, não por esses jornalistas, mas por pessoas que acompanhavam essas áreas. Por exemplo, a *troika*, no plano das privatizações, as pessoas que fazem empresas, que já acompanhavam por exemplo a TAP, já acompanhavam a CP, continuaram a acompanhar essas empresas mais da ótica da privatização, o que é exigido, saneamento enfim, esse tipo de coisas. Portanto, eu diria que o acompanhamento foi muito centrado na parte macroeconómica, e depois com a contribuição de todo o resto da redação, por exemplo, a parte dos mercados foi muito importante e continua a ser hoje em dia, para as nossas emissões de dívida: taxas de dívida pública, mercado secundário, ou seja, toda a gente mais tarde ou mais cedo acabou por tratar de coisas da *troika*. Era uma coisa tão abrangente e implicava tantos setores...

Mafalda Lobo - Os jornalistas que cobrem os temas económicos têm formação específica em Economia, ou têm formação em jornalismo com especialização em Economia?

Tiago Freire – As pessoas são de graus de formação muito diferentes. Temos muita gente que não tem nada a ver com Economia, e temos muita gente que não tem nada a ver com jornalismo. Temos algumas pessoas de Economia, temos algumas pessoas de gestão, alguns de jornalismo, mas depois temos várias pessoas de Direito que é o meu caso, depois temos pessoas não licenciadas, temos história da Arte, pessoas muito diferentes.

Mafalda Lobo - A intervenção da *troika* alterou as rotinas e as práticas jornalísticas dos jornais económicos?

Tiago Freire - Não alterou propriamente as rotinas da redação. Houve momentos de maior pico de trabalho, esses momentos acabam sempre por acontecer, porque jornalistas e jornais procuram sempre as notícias, procuram sempre os casos e procuram sempre os grandes *dossiers*. Por isso, se não fosse a *troika*, acredito que seria outra coisa qualquer. Houve uma adaptação temática, mas foi uma coisa mais intuitiva até do que pensava... a gente vai fazendo, não houve grande transformação nesse aspeto. Nós tivemos um acréscimo de vendas inicial (2011-2012). Nas alturas em que já havia a sede de repostas, mas a crise no bolso das pessoas ainda não se tinha instalado de forma tão intensa. A partir de 2012, a crise agravou-se.

Há preocupações que as pessoas têm hoje em dia e que não tinham antes, e há coisas que as pessoas passaram a ler que não lhes passaria pela cabeça antes. Quando as pessoas aprendem determinados conceitos, e quando os jornais conseguem demonstrar às pessoas, porque é que aquele assunto é importante para a vida das pessoas, quando essa lição é aprendida pelo leitor, o leitor tem tendência para voltar para saber mais sobre esses temas. Não é um interesse que se vai perder todo, acredito se a situação melhorar, até porque as pessoas estão fartas de crise, as pessoas querem coisas *light*, coisas que não chateiem, já têm chatices que cheguem, as pessoas estão fartas disso. Apesar de tudo a necessidade de saber é grande, continua, depois há coisas que aprenderam a ler.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Mafalda Lobo - Houve alguma preocupação em decodificar a linguagem, em explicar as causas e consequências da intervenção da *troika* na forma como foram apresentados os conteúdos?

Tiago Freire - Começamos a decodificar a linguagem no contexto da *troika*. A *troika* despertou consciências, e as pessoas procuraram ferramentas de melhor lidar com isso.

Mafalda Lobo - Qual foi a principal fonte de informação da *troika*?

Tiago Freire – As fontes de informação eram as institucionais, instituições que fazem parte da *troika*, e as portuguesas, o Ministério das Finanças, eram as oficiais. Hoje em dia é fácil falar com essas instituições, embora muitas vezes não queiram responder, mas é fácil falar com eles.

Momento altos, era quando havia as revisões, basicamente chegava cá a missão da *troika*. As avaliações foram momento muito importantes. Chegava cá a equipa da *troika*, eram fotografadas no aeroporto como se fossem estrelas, e ricos em informação. Basicamente o que é que se passava nessas alturas: O objetivo dessa equipa era ver o que é que tinha sido feito, desde a última vez que tinham cá estado, como estava a correr o programa e estabelecer ajustes ao próprio ‘memorando de entendimento’. O memorando começou num ciclo, e foi sendo ajustado a cada revisão do programa de assistência. E esses eram períodos bons para se obter mais informação, porquê, porque essa equipa da *troika* reuniu-se com muita gente cá, parceiros sociais, os patrões, sindicatos, algum partido político, ouviam muita gente, eles ouviam mais do que falavam, e nós através das pessoas com quem eles tinham falado sabíamos muita coisa. Depois havia contactos oficiais, não sei se em todas as visitas, mas acho que sim, no final havia uma conferência de imprensa, não apenas do Ministério das Finanças, mas também da *troika*, onde havia explicação do que fizemos, o que é que não fizemos, o que está a correr bem, o que está a correr mal, mas iam saindo relatórios oficiais que também traziam muita informação. Esses relatórios eram muito importantes. Os calendários das instituições eram muito diferentes.

Conforme os contactos que eles iam fazendo, durante as visitas, nós íamos percebendo o que é que eles iam fazer. Esses momentos foram mais ricos no primeiro ano, segundo ano, depois já se sabia muita coisa. O próprio Governo incorporou muito o espírito do programa. O próprio Governo apesar das indicações da *troika*, assumia a defesa das medidas como medidas suas, e não necessariamente como medidas impostas de fora. A *troika* aí em termos noticiosos, perdeu alguma importância porque o próprio Governo começou a assumir as medidas como suas.

Mafalda Lobo - Os jornalistas que fizeram a cobertura da intervenção da *troika*, sentiram em algum momento algum tipo de pressão por parte das fontes?

Tiago Freire – Não houve pressão por parte da *troika*, nada fora do habitual, este Governo distinguiu-se bastante do Governo anterior, por alguma tranquilidade face aquilo que se foi dizendo, que se foi escrevendo dele. Ou seja, não foi um Governo particularmente pressionante, e particularmente preocupado sobre o que se estava a escrever sobre ele. Podia haver alguma notícia que fosse necessário desmentir, mas sempre de uma forma relativamente normal. Não senti que durante este período da *troika* tivesse havido mais pressão, digamos mais oficial, do que durante outros tempos. É um bocado o espírito deste Governo, e ainda bem.

Mafalda Lobo - Quais eram as principais secções/editoriais onde era incluída toda a informação que dizia respeito à intervenção da *troika*?

Tiago Freire – A secção do jornal onde eram colocadas as notícias da *troika*. Temos destaques noticiosos, vai-se buscar o tema “quente”, seja em que secção for, e os temas da *troika* foram muito trabalhadas na secção ‘Destaque’. Eu acredito que a *troika*, o programa de ajustamento ou qualquer coisa relacionada com isso, terão sido responsáveis por 40% do destaque nesse período. O que aconteceu na Economia deste país nos últimos anos, com o nosso pedido de assistência, o programa de ajustamento, tudo foi afetado por isso tudo. Por exemplo, uma coisa, os bancos estão ou não a dar crédito à Economia? Uma coisa que não tem nada a ver com a *troika*, mas isso foi impactado pelo facto de estarmos sobre o programa de ajustamento, pelo facto de Portugal ter pedido ajuda. Uma das coisas que este Governo fez, em que o Governo teve uma atitude, que foi assumiu a paternidade das medidas, mesmo que as medidas não fossem à partida medidas pensadas pelo Governo, foi uma estratégia para fora. Só vamos ser bem vistos pela comunidade internacional de investidores se

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

mostrarmos que não estamos a fazer isto contrariados. Veja-se o caso da Grécia, temos que mostrar que estamos empenhados a fazer.

**Entrevista a Camilo Lourenço (28 de março de 2017) realizada em Lisboa
(Tempo 48:40)**

Mafalda Lobo – Qual a importância do jornalismo económico nos dias de hoje?

Camilo Lourenço - O jornalismo económico na sociedade atual tem uma importância grande. Não sei se tem mais do que tinha há 20 anos, porque o que se nota é havia gente mais experiente e com mais memória histórica há 20 anos do que há agora nas redações, mas o que se passou desde 2011 com o programa de ajustamento, e o processo de ajustamento da Economia portuguesa, deu ao jornalismo económico um peso que não existia até essa altura. Se nos anos 90, por exemplo, a importância do jornalismo económico media-se sobretudo pelas empresas e pela ligação à UE, hoje em dia mede-se muito pela macroEconomia, e pela parte pessoal, da perda dos rendimentos, os prejuízos dos bancos, e você aí tem por força das circunstâncias uma perceção mais aguda por parte das pessoas em relação a alguns problemas da Economia, e tem também mais gente a explicar. Por exemplo, eu acho que não há um português que não tenha ouvido falar de *rating*, não há um português que não sabe o que é a palavra mercados (pode não perceber como é que funciona, mas sabe que há a palavra mercados), não há um português, que não saiba o que é o FMI, ou o que é o BCE, e não há um português que hoje em dia não saiba que parte da banca portuguesa, já não é supervisionada a partir de Lisboa, é supervisionada a partir de fora, portanto como essa realidade mudou, eu diria que a importância do jornalismo económico é grande, embora devesse ser mais profissionalizada, perdemos muita massa cinzenta nas redações nos últimos quinze anos.

Mafalda Lobo – Isso quer dizer que agora nas redações, os jornalistas especializados em Economia são muito novos, ainda não têm experiência?

Camilo Lourenço - Não é só em Economia. É um problema geral do jornalismo em Portugal, mas não é só em Portugal, é também um fenómeno mais vasto. Isso acontece nas outras áreas no jornalismo em geral, mas acontece muito no jornalismo em Economia, e você assiste a situações em que vê, miúdos sem experiência nenhuma e pior do que isso, com má supervisão a fazerem peças importantes sobre Economia, por isso é que vê tantos erros, e às vezes erros muito graves.

Mafalda Lobo – Não era suposto numa área especializada como é a Economia ter jornalistas também eles especializados?

Camilo Lourenço - Não quer dizer que não haja, há menos do que devia haver, e você perguntará, porque é que não há? Porque não se pode pagar às pessoas, porque é que não se pode pagar às pessoas? porque as redações, as contas das editoras, das empresas que editam publicações estão em mau estado, ou perdem dinheiro, ou ganham muito pouco dinheiro, e, portanto, vão cortando sucessivamente, o problema é que chega a um ponto em que você não pode cortar mais, porque a qualidade é tão má. Isto é um círculo vicioso: você corta tem menos qualidade, tem menos qualidade vai ter menos pessoas a comprar, menos pessoas a comprar você corta, e você não sai desta pescadinha de rabo na boca. Eu acho que estamos a chegar ao nível zero mesmo deste processo de corte e costura que nós estamos a assistir. Não é possível mais continuar a fazer isso.

Mafalda Lobo – A qualidade do jornalismo económico, ou a qualidade da informação económica perde com isso?

Camilo Lourenço - Naturalmente, a informação em geral, mas a económica também. Você pode perguntar assim, por que é que isto está a acontecer? Nós temos no jornalismo má gestão. Se você for ver, você não conhece nenhum grande gestor brilhante à frente de uma empresa de comunicação social portuguesa. Você vê isso nas telecomunicações, vê isso até na banca, vê isso em empresas industriais, vê isso noutras empresas de serviços, mas não vê no jornalismo. Você tem grupos empresariais, empresas. Quem é que é o empresário? Pinto Balsemão era um jornalista, foi um grande empresário durante muitos anos, mas devia ter-se ido embora mais cedo, não percebeu, porque a idade também acaba por nos prejudicar o discernimento... um pesadelo. Você tem o grupo da Global Notícias, veja

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

a que está reduzido o *Diário de Notícias*, até o *Público* que é pago por um grupo onde supostamente há um dos melhores gestores de Portugal - Belmiro de Azevedo. O *Público* perde dinheiro, literalmente perde dinheiro, e o que é que está a fazer? Este processo também de corte e costura, corta aqui, depois perde qualidade, perde qualidade continua a vender pior, depois volta a cortar. O *Público* e o *Diário de Notícias* são hoje em dia publicações que vendem pouco mais do que 10 mil exemplares, isso é uma vergonha comparado com o que acontecia aqui há uns anos. Olhe para o jornal *Diário de Notícias* vendia mais de 120 mil era o melhor jornal de Portugal, agora vende 70 mil ou abaixo disso ou não sei quê...isso é uma vergonha, isso só mostra que, por mais que as condições no mercado tenham mudado, só mostra que você não tem gestão, porque estas pessoas que dirigem estes grupos deveriam ter percebido que a Economia estava a mudar, tal como mudou na banca, tal como mudou na venda de carros, tal como muda nos serviços, tal como muda no *online*, tal como muda a tecnologia, no jornalismo também muda, e o jornalismo não soube adaptar-se a essa nova fase. Eu costumo dizer, com uma certa piada, ainda há dias disse na Universidade Lusófona num debate: os jornalistas têm a mania que dão lições a toda a gente. Se você abrir um jornal de Economia: veja como fazer isto, veja como fazer aquilo, como fulano tal deu a volta a não sei das quantas, eles só não conseguem falar da própria história deles, ou seja, como nós damos a volta, eles não deram a volta. Os jornalistas não sabem explicar como nós damos a volta.

Depois você vê essa coisa deprimente, que é um Sindicato de jornalistas que não serve para nada. Depois esse Congresso de jornalistas, onde você vê gente que vai para ali, chorar sobre o leite derramado, já estão mortos, e ainda não perceberam, e depois vão para lá, com tretas e idiotices, percebe? a pôr a culpa em cima dos outros: as redações são precárias, pois são! ah pagam mal, pois pagam! ah despedem, pois despedem! Mas afinal quem é que foi uma das forças de bloqueio dos negócios dos jornalistas, também foram os jornalistas, os conselhos de redação. A área de jornalismo é aquela onde você tem Conselhos de Redação que não deixam as direções e os empresários tomar decisões que podem ser decisões difíceis, mas decisões importantes para a gestão das empresas que é uma reminiscência dos anos 70, que é a mania do socialismo. Passou a achar-se que os jornalistas não sabiam gerir. Repare como a maior parte desses grupos é gerida por jornalistas e veja o estado em que está. Os jornalistas servem para fazer informação, não servem para gerir. O grupo do *Jornal de Negócios*, é uma exceção, porque é um grupo dirigido por um empresário – o Paulo Fernandes, que sabe o que está a fazer. Eu não digo isto por ser colaborador da casa, digo isto porque é a realidade, é o único grupo que continua a apresentar lucros, e mesmo assim com as dificuldades que a gente sabe. Quando você tem boa gestão, as coisas funcionam, o problema é que os jornais não perceberam, nem a imprensa percebeu que este mundo da informação estava a migrar para uma plataforma completamente diferente, para uma plataforma digital, embora alguns falem muito da parte digital, não conseguem perceber qual é o desafio, o modelo de negócio da parte digital. As empresas de tecnologia perceberam. A Microsoft sabe que vendia pacotes de *software*, hoje em dia é uma empresa de serviços, que aposta sobretudo na *cloud*, mudou em dez anos. Os jornalistas não perceberam isso.

Mafalda Lobo – Mas no *online*, os jornalistas parecem ainda estão na fase de adaptação?

Camilo Lourenço - Já não deviam estar na fase de adaptação, alguns nem na fase da adaptação estão, falam nisso, mas depois repetem no *online* os mesmos disparates que fazem no papel. O *Jornal de Negócios* nesse contexto é uma das exceções. Você poderá perguntar, devia estar mais à frente? Deveria estar, eu quando falo com o meu diretor ou quando falo com pessoas no jornal sobre estas matérias, também faço críticas, aí de nós que não fazemos críticas ao trabalho que nós estamos a fazer.

Mafalda Lobo – O *Jornal de Negócios* encontra mais benefícios pelo facto de estar no *online* do que propriamente na edição impressa?

Camilo Lourenço - O *Jornal de Negócios*, por ter percebido desde cedo que era preciso fazer migração, mas também comete erros... Nós somos o jornal onde existe melhor relação entre assinaturas digitais e as outras. Nós somos um jornal onde o peso das receitas de publicidade *online*, tem mais peso face a outras receitas do conjunto da imprensa portuguesa, o que quer dizer que estamos à frente. Agora podíamos estar mais à frente, podíamos. Há sempre essa ideia...

Mafalda Lobo – Quer dizer que com essa migração para o digital o jornal impresso pode deixar de existir?

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Camilo Lourenço - O que é que é o *Eco*? O *Eco* está a correr bem, é um bom exemplo, de quem está a fazer uma aposta correta, e pelos vistos as coisas estão a correr bem do ponto de vista da audiência, e da qualidade da publicação. Quer dizer que você tem um processo de transição que começa a ser importante em algumas áreas. Por exemplo, nas áreas da tecnologia, nas áreas da Economia, onde faz sentido você fazer uma aposta mais digitalizada que noutras áreas. Mas, não basta dizer, eu estou no digital, e depois o digital ser igual ao *print*. Eu vou dar-lhe um exemplo, eu tenho hoje em dia um canal meu no *Facebook*. Eu tenho uma empresa de Marketing digital que me desafiou a fazer aquilo, porque eu tinha cento e mil... seguidores no *Facebook*, um canal de Economia – “A cor do dinheiro” de Camilo Lourenço, tem lá um comentário matinal às oito da manhã, tem duas entrevistas semanais, chamada “encontro improvável” a gestores e decisores, tem um programa de automóveis, vai ter um programa de centro de gestão inteligente, tenho um debate semanal, isto já está a crescer. Eu recordo-me quando estava há dias a falar com uma pessoa do setor automóvel, que perguntou já viste a revista que fala do modelo em causa? Ele disse não, nem vou ver. Então porquê? Porque eu vi um vídeo teu com aquela funcionalidade daquele carro, não preciso de ver nenhuma revista agora. Já vi no momento. Tu foste à apresentação viste e escreveste e fizeste o vídeo. Eu já vi, porque é que eu vou comprar agora uma revista para ver aquilo? Nós temos um desafio que a gente tem que ter a noção que existe, é um desafio que está a “comer”, que é aquilo que é o nosso modelo de gestão de negócios. Porque é que a imprensa está em crise? Porque dos 500 e tal milhões de euros que havia anualmente em receitas de publicidade na imprensa, 120 milhões neste momento vão para o *Facebook*, para o *Google*, e uma parte para a parte digital dos jornais. O *Facebook* e o *Google* foram buscar uma parte importante da publicidade. Isto quer dizer uma coisa, a informação faz sempre falta em sociedade. A questão é: a forma como você dá, onde a dá e como é que você a rentabiliza. E você pode perguntar: e qual é a solução? Não sei, mas temos que ir discutindo e ir tentando isto. Não é vamos fazer e depois ficar quieto.

Mafalda Lobo – Então um bom gestor à frente de um jornal hoje em dia é fundamental?

Camilo Lourenço - Claro! A Sonae é um grupo de sucesso, não é? Você acha que o *Público* é um jornal de sucesso? É um jornal que perdeu sempre dinheiro. Se é um bom jornal como é que se pode aguentar a perder tanto dinheiro? Só se tiver um patrono por trás. O Eng.º Belmiro de Azevedo costuma dizer que o maior contributo dele para a sociedade portuguesa de filantropia é o *Público*. Porque repare uma coisa, quando ele morrer, o *Público* viveria? Imagine que a SONAE entrava em crise, o *Público* sobreviveria? Não.

A questão é esta. Se você é um bom jornal, tem de ganhar dinheiro (...) um bom jornal tem de ganhar dinheiro. A dívida do grupo Impresa é mais de 200 milhões de euros, isto não é possível sobreviver assim, isto quer dizer que alguém andou a gerir mal, isto não é normal. Você não tem esse problema lá fora. Estão a passar por desafios, estão, estão a passar por dificuldades como nós, estão, mas não estão tão fragilizados como estamos nós. Abra um jornal e veja lá quantas reportagens é que você vê. Eu costumo dizer que a reportagem é o coração do jornalismo. Abra um jornal e veja quantas reportagens é que há.

Mafalda Lobo – Michael Rezendes disse no 4º Congresso dos jornalistas portugueses que aposta no futuro do jornalismo deveria ser o jornalismo de investigação?

Camilo Lourenço - Como você pode fazer jornalismo de investigação, se depois não tem as contas em ordem. Você num canal de televisão, não vê uma reportagem, depois vê aquelas coisas do BES, a maior parte delas já se sabia, outras, mal contadas. Tem factos novos? Tem, mas a história não está bem contada. A questão é essa. E para haver reportagens e jornalismo de investigação implica que você saiba gerir um jornal.

Mafalda Lobo – O *Diário Económico* fechou, o que é que correu mal, na sua perspetiva?

Camilo Lourenço - O *Eco* é feito por pessoas que trabalhavam no *Diário Económico*. O *Diário Económico* era muito bom. Quem dirigia o *Diário Económico*, está a fazer o *Eco*, e estão a fazer bem. Você quando tem uma recessão no setor, não se pode fazer nada. Você tem 30% de valores a mais na banca. Mudou a vida das sociedades, alterou-se modelos de negócios, e nós não percebemos isso. E agora estamos a ser confrontados com isso na prática.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Mafalda Lobo – Considera o jornalismo económico português muito diferente do jornalismo económico que se pratica no resto da Europa, nos EUA, por exemplo?

Camilo Lourenço - Com recursos, com exigência, com o rigor, que é proporcionado por uma boa gestão, e meios financeiros sim, mas não quer dizer que não se faça bom jornalismo económico em Portugal. Faz-se. Cometem-se muitos erros pela inexperiência que já falámos, sim, mas não quer dizer que não se faça bom jornalismo em Portugal. Eu leio todos os dias de manhã o *Eco* e o *Jornal de Negócios*, leio a secção de Economia dos jornais, mas a verdade é que eu começo o dia a ler o *Financial Times*. Uma assinatura custa 500 euros por ano... Portanto, é isto que você tem de pensar. Eu por alguma razão, leio estes jornais todos os dias. Estes jornais são jornais de referência, com outros recursos, outra gestão, funcionam bem.

Mafalda Lobo – Como é que avalia o consumo da informação económica pelos portugueses?

Camilo Lourenço - O consumo de jornalismo económico é baixo. Como você hoje em dia tem muita informação disponível *online* de graça, e nas televisões, é de borla. Eu bem vejo, que quando vou às televisões, os *emails* que recebo. Quando foi a preocupação com a *troika*, com os bancos etc., eu uma vez vou a entrar no El Corte Inglés, e uma senhora com setenta e poucos anos diz-me: ah, eu preciso de falar consigo. E eu digo, o que é que a senhora precisa? Eu tenho 600 mil euros aplicados, 400 mil em ações do BES, o que é que eu faço? Quando uma pessoa chega a um ponto destes, a preocupação é geral, as pessoas não confiam nada. E para uma pessoa daquelas me fazer aquela pergunta sem me conhecer pessoalmente, é porque eu devo estar a fazer alguma coisa bem. As pessoas precisam muito de obter esclarecimento, e a figura da pessoa que está a esclarecer é muito importante.

Mafalda Lobo – Acha que é mais importante um jornalista económico escrever sobre qualquer coisa, ou considera mais importante um jornalismo de opinião e de comentário?

Camilo Lourenço - As duas coisas. O jornalismo de opinião ganhou muito peso na era da *troika*. Havia um grande défice da qualidade de opinião em Portugal e melhorou muito nos últimos anos. E acho que devia haver mais, devia haver apostas mais sérias. Há pessoas na redação com opinião que eu acho que é uma estupidez. Quem escreve artigos de opinião não deve escrever reportagens ou peças noticiosas. Tem que haver um distanciamento entre as duas coisas. Esse é outro erro do jornalismo em Portugal. É haver diretores a assinarem peças. Uma coisa é uma pessoa comentar questões técnicas, dizer assim: esta medida significa isto, e é para chegar ali. Outra coisa é uma pessoa, dizer: eu acho que isto está bem e isto está mal. Helena Garrido, Raul Vaz, Pedro Santos Guerreiro, eram diretores, não podem ser as duas coisas, escrever peças e escrever opinião. A austeridade não é uma opção. Você não tem opções. Quando você tem austeridade, você não tem opções. Você não tem dinheiro para comer. Portanto, aí não há opção a fazer. Eu tenho um livro chamado “Basta”. Fala em três coisas: uma bancarrota em 1978, outra em 1983, e a última em 2011. A imprensa em Portugal tem um complexo de esquerda...

Mafalda Lobo – Houve muitas críticas ao jornalismo no período da *troika*, acusada de reproduzir o discurso político de pensamento neoliberal. Concorda?

Camilo Lourenço - Um Estado que gasta 45% do PIB, chamar neoliberal, isso é de burro. Gente da academia e fazer análises e dizer isso é muito grave.

Mafalda Lobo – Que eventuais influências a inclusão de jornais económicos em grupos económicos podem trazer para a prática jornalística?

Camilo Lourenço - A gestão, por exemplo. Você tem de garantir a independência, o dono. Você não pode é ser dogmático, não podem interferir naquilo, não podem dar opinião... aquilo é uma empresa como outra. Nós temos que estar atentos áquilo que são novas formas, não só às críticas, mas também às novas formas de gestão. Foi isso que o jornalismo ainda não percebeu. Aquela história que lhe dei, o exemplo do Conselho de Redação. Faz algum sentido o Conselho de Redação? Isso é uma maluquice que o José Carlos Vasconcelos, meteu na lei, quando se fez a lei sobre a gestão do jornalismo nos anos 70, não tem sentido nenhum. Está ultrapassada.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Mafalda Lobo – Qual foi o contributo do jornalismo económico no contexto da crise económico-financeira?

Camilo Lourenço - Foi muito importante, porque ajudaram a esclarecer o problema da crise, como é que ela apareceu, o que é que nós passámos com ela. Isso aí foi muito importante. Eu notei uma alteração muito grande de consciência por parte do cidadão comum em relação às questões económicas nos últimos anos. E isso foi muito o efeito do jornalismo económico.

Mafalda Lobo – Durante o período da crise, os média em particular o jornalismo económico foi acusado de refletir a agenda do pensamento neoliberal, da legitimação do discurso da austeridade do Governo e da *troika*, não dando voz a discursos alternativos? Concorda com esta crítica?

Camilo Lourenço - Não. Primeiro: não é verdade, que os jornais não deram voz a discursos alternativos. Segundo: dizer que um Estado gasta 45% da sua riqueza em despesa pública e chamar neoliberal é burrice, não tem outra expressão. Terceiro: a austeridade não é um discurso, a austeridade é uma realidade que foi importada pelo fato de não termos o que comer, não termos dinheiro para pagar, e, portanto, a nossa despesa diminui. E das duas uma. Ou vamos buscar mais dinheiro que não se consegue de um dia para o outro ou então corta-se. É simples. É a lei da vida, em tudo e mais alguma coisa. Nós estamos sobreendividados. Diz-se que a austeridade falhou porque a dívida pública aumentou. Isso é outra falácia.

A dívida pública aumentou por causa da austeridade? Não, a dívida pública aumentou porque nós pedimos emprestado à *troika* 78 mil milhões de euros em 2011. Ela ainda não tinha aumentado. E ela aumentou porquê? Como você não tinha como se financiar, ela aumentou. Aumentou por causa disso, não tem nada a ver com a austeridade. **Eu acho que a *troika* cometeu um grande erro em Portugal.** Nunca devia ter vindo naquela altura, devia ter esperado dois meses. Como nós íamos ficar sem dinheiro para pagar pensões, no dia em que o ministro das finanças dissesse ao país: meus senhores, não há salários para os Funcionários Públicos este mês, nem há pensões porque eu não tenho dinheiro, as pessoas iam perceber o que quer dizer austeridade à séria. Tenho muita pena que isso não tenha acontecido.

Em segundo lugar relativamente à questão que levantou de o défice agora estar mais baixo que no período da *troika* com as políticas de reversão do primeiro-ministro António Costa. Não é verdade. Primeiro, o défice não foi mais baixo agora com o Costa, e a prova disso é que a dívida continua a subir. Se você for ver, a dívida subiu 15 mil milhões num ano. O que quer dizer isso? As coisas não estão a aparecer no défice, mas aparecem na dívida. Portanto, não atirem areia para os olhos das pessoas, o défice não foi 2,1%.

Terceiro: é possível que Bruxelas venha dizer que o défice é de 2,1%, mas sabe porquê? Bruxelas mudou de interpretação. Bruxelas não quer chatice nesta altura. Tem eleições na Holanda, tem eleições em França e tem eleições na Alemanha no próximo ano. Portanto não quer chatices. Já viu o que era um resgate agora? Você só pode gastar aquilo que você cria. Se a sua Economia não cria não pode pagar. Isto não se resolve num ano, resolve-se em dez anos. Hoje vivemos uma austeridade indireta. Não se pode cortar na despesa, carrega-se nos impostos. A questão do investimento público é muito importante. Tem de haver confiança no país. A questão do IRC é muito importante. É preciso criar confiança. E criar essa confiança leva anos.

Mafalda Lobo – Como é que o jornalismo económico pode influenciar a agenda política?

Camilo Lourenço - Não gosto nada da expressão de agenda política. O jornalismo tem é que influenciar a opinião pública. Tem que dizer assim: você não pode ter aumentos de salários se não for produtivo. Você não pode aumentar o défice, porque se você tem de gastar aquilo que você tem, aumentar o défice tem que pedir emprestado, e pedir emprestado tem que pagar um dia. Falta em Portugal mais literacia económica e financeira, e falta esta preocupação de explicar às pessoas quais são os problemas.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Entrevista com Nicolau Santos, Diretor-adjunto do Semanário Expresso, no dia 26 de abril de 2017, nas instalações da Impresa (tempo 1:55:01)

Mafalda Lobo – Como é que surgiu o jornalismo económico em Portugal?

Nicolau Santos – A adesão de Portugal à União Europeia (UE) é realmente um marco fundamental no aparecimento do jornalismo económico em Portugal. Antes de 1986, de 1 de janeiro de 1986 tinha havido um jornal, que era o *Jornal do comércio* que era muito ligado as atividades comerciais, nomeadamente aos transportes das mercadorias, quando é que chegavam os barcos, quando é que partiam os barcos com contentores etc., e era muito ligado aos agentes económicos que estavam ligados precisamente aos transportes e receção de mercadorias ou à exportação de mercadorias, essencialmente comerciantes e havia pouco mais do que isso no jornal. Esse projeto, depois de 1974 desapareceu, embora tenha ficado o título, e quando se chega a 1986, não só havia muito poucas pessoas que soubessem de Economia, que estivessem a fazer jornalismo nos jornais, enfim havia algumas pessoas que escreviam, por exemplo, no Expresso, o Fernando Ulrich, que hoje em dia é o Presidente do BPI, que escrevia lá uma página, ou colunas de opinião sobre a bolsa, enfim, havia assim umas notícias esparsas, havia umas pessoas que escreviam sobre isso, mas órgãos de comunicação dedicados especificamente à Economia não existiam, e a nossa adesão à UE, levantou dois desafios: em primeiro lugar, era necessário que houvesse um grupo de jornalistas em Portugal que percebessem o que era a União Europeia, na altura Comunidade Económica Europeia (CEE), e comesçassem a escrever sobre aquilo. Eu integrei um grupo de jornalistas, que foi fazer um curso, parte do curso foi em Portugal, parte do curso foi nas instituições comunitárias, precisamente para perceber como é que era e como ia passar a ser a partir daí. Só para ter uma ideia, ninguém tinha correspondentes em Bruxelas, e, portanto, começou-se a equacionar a hipótese de como passar a ter lá alguém, e essa hipótese foi tão engraçada, porque os jornais tinham pouco dinheiro, e, portanto, até houve a ideia de criar uma *pool*, e enviar para lá uma pessoa que reportasse para todos os órgãos de comunicação social. Isso acabou por não ir à frente, mas depois a própria agência, na altura, havia duas, a NP, e ANOP, que depois acabaram por se fundir em 1987, e então enviaram para lá um jornalista que passou a reportar, enfim grande parte da informação, que vinha para os jornais, para a comunicação social em Portugal, era precisamente da agência Lusa.

E, em 1987, começa-se a sentir uma premência tão grande porque o fluxo informativo que vinha de Bruxelas era tão grande, e a atividade económica em Portugal começava a animar também, a bolsa inclusive em Portugal, na altura, em 1987, estava a começar a entrar numa fase de ascensão, e as empresas a irem para a bolsa a serem cotadas, etc. que começa a haver um espaço cada vez maior de informação económica. E, portanto, nessa altura, em que já alguns jornais começam a dar uma atenção maior, jornais generalistas, nessa altura, surge a ideia de um grupo de jornalistas, liderado pelo Jaime Antunes, entre os quais eu me incluía, Jaime Antunes era na altura o diretor da Agência ANOP de Portugal, de fundar um jornal de Economia. E, assim, em janeiro de 1987, nós fundámos o *Semanário Económico*. Nesse mesmo mês aparece, a recuperação do título do tal jornal que eu lhe disse que tinha desaparecido e que foi recuperado pelo António Rebelo de Sousa, irmão do atual Presidente [Marcelo Rebelo de Sousa] que é o *Jornal do Comércio* e relançou o *Jornal de Comércio*. Portanto, nessa altura aparecem dois jornais de Economia, os dois semanários, nenhum deles era diário, por exemplo no *Jornal de Comércio* estavam pessoas como a Helena Garrido, como a Margarida Marante, enfim havia várias pessoas que colaboraram no jornal, no arranque do jornal e connosco claro, para além do Jaime Antunes, Salette Fernandes, Silvério do Canto, enfim várias pessoas que também eram jornalistas e que fundaram isso.

Este movimento vai levar a que também os jornais diários comecem a criar suplementos especializados, ou pelo menos secções especializadas para tratar os temas económicos, e, portanto, a Economia, o jornalismo de Economia começa aí a ganhar um peso crescente que se vai desenvolvendo ao longo dos anos, chega a uma certa altura que você passa a ter notícias da Economia, passa a ter notícias da bolsa na televisão, nas rádios, enfim toda a gente dava notícias de Economia, toda a gente tinha secções de Economia. Nessa altura foi um momento de ouro para o jornalismo de Economia, porque as pessoas que estavam no jornalismo de Economia eram muito requisitadas, e, portanto, mudavam com regularidade de emprego aumentando sempre os salários, sempre que mudavam como é evidente, e, portanto, foi uma situação de ouro que o jornalismo de Economia viveu, porque não havia muitas pessoas que soubessem de Economia em primeiro lugar, nem muitas pessoas que quisessem fazer Economia, ou seja, não havia também escolas de jornalismo na altura, só começam no final, suponho eu, dos anos 80, ou anos 90 mesmo, é que começa a haver cursos de jornalismo, mas depois os jornalistas que vinham daí não queriam fazer Economia, queriam ir para outras coisas,

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

ou repórteres de guerra, cultura, etc., agora Economia era um problema. Portanto, aqueles que nós queríamos contratar para a área da Economia tínhamos de ir buscar à faculdade dos cursos de Economia e não propriamente de jornalistas de Economia. Por isso, a maior parte dos jornalistas de Economia, não tinha formação jornalística, tinham formação económica e faziam a sua formação jornalística nos jornais. É difícil encontrar pessoas com formação específica ... nós temos aqui um curso com a Universidade Nova, vamos lá dar aulas, eu dou a cadeira de jornalismo de Economia e ainda a semana passada, duas semanas fui lá dar uma aula e perguntei: quem quer ir para jornalismo de Economia? De uma turma de trinta, houve para aí um que disse que gostava de Economia. A maior parte das pessoas quer ser jornalista, mas não da área de Economia.

Ao longo destes anos a informação económica tornou-se cada vez mais complexa e mais segmentada, ou seja, por exemplo, sobre agricultura, você tem, eu diria no ativo dois jornalistas em Portugal que sabem de agricultura, que é o Manuel Carvalho que está no *Público* e é aqui o Vítor Andrade que está no *Expresso*. Mais ninguém sabe de agricultura a sério, ou seja, não é, ok, o tipo vai fazer uma entrevista ao ministro, faz meia dúzia de perguntas, não é isso, não quer dizer que seja especialista em agricultura, é uma coisa diferente. Agricultura a sério há dois jornalistas que sabem e acabou, e depois apareceram o mercado de capitais etc., e, portanto, são jornalistas que trabalham aí, e não é qualquer um também que faz mercado de capitais, também é preciso perceber como é que as coisas funcionam, as empresas, os produtos financeiros que vão aparecendo e que são muitíssimo complexos também na área financeira. A UE, só por si exige que alguém esteja empenhado ali para acompanhar diariamente, porque também se não acompanhar aquilo diariamente não sabe o que se está a passar. O jornalismo económico tornou-se muitíssimo complexo, muitíssimo estratificado, e enfim há pessoas que fazem turismo, há pessoas que fazem a área das empresas industriais, há quem faça UE, finanças públicas, etc., e portanto, realmente hoje em Economia, as coisas são complexas de acompanhar, isto exige alguma especialização, isto não é, não digo que é uma coisa impossível, mas exige atenção, exige dedicação, exige acompanhamento das situações, exige a necessidade (como em todas as áreas) de criar uma rede de contactos e de pessoas com quem se tem que falar para que nos expliquem algumas coisas, nós como generalistas somos essencialmente técnicos de generalidades, não somos especialistas à ínfima milésima do que se está a passar, temos de telefonar às vezes para economistas, portanto essa rede de contactos é fundamental. Portanto eu diria que o jornalismo económico foi crescendo, afirmou-se a partir de 1986/87, foi crescendo, e depois tem indiscutivelmente uma época de altíssima elevação durante o período da *troika*, porque a Economia passou a dominar claramente a via política, social e económica e mesmo cultural, etc. não se falava de outra coisa, senão da *troika*, as imposições da *troika*, as regras da *troika*, se cumprimos ou não cumprimos, etc., e por aí fora, por isso, nessa altura, os jornalistas económicos passaram a ter um peso enorme, e de tal maneira, isto pode parecer um pouco caricatural, mas o meu colega, José Gomes Ferreira, chegou a ter um blogue, ou abriram-lhe um blogue, queriam que ele fosse Presidente da República ou primeiro-ministro, aparecia na televisão sistematicamente a falar etc., e com opiniões muito vincadas, e portanto os jornalista de Economia ganharam um peso, na sociedade, popularidade, e isso levou a que o jornalismo económico tivesse de novo uma grande ascensão. É curioso porque até aí praticamente não havia comentário de jornalistas de Economia nas televisões. O que havia era programas de Economia nas televisões, mas comentários esses estavam cerrados a jornalistas na área da política como o Miguel Sousa Tavares, ou a políticos que hoje fazem comentários como hoje acontece. Quando a SIC arrancou em 1992 eu e o António Peres Metelo, tínhamos um programa todas as semanas chamava-se tostões e milhões, mas antes disso inclusive na RTP eu fiz um programa com a Marina Ramos que era “o dinheiro não dorme”, foram sempre aparecendo programas mais ou menos marcantes na televisão, mas eram programas em que se levavam pessoas, não eram os jornalistas. Negócios da semana, expresso da meia noite, nas rádios, sucesso.pt de Luís Lopes, de empresas portuguesas que tivessem tido sucesso. Foram aparecendo programas. No período da *troika* passou-se dos programas aos comentários.

No período da *troika*, a maior parte do jornalismo económico alinhou e acriticamente com as medidas da *troika* “engoliu” do meu ponto de vista o discurso oficial completamente. Eu acho que os jornalistas de Economia concordaram com o programa de austeridade, eu acho que houve uma aceitação geral das orientações da *troika*, basta ver, lembro-me houve na altura editoriais, análises etc. quando a *troika* apresentou o programa que como sabe foi feito em três semanas, e ao fim de três semanas houve elogios de toda a espécie, dizendo como era possível em três semanas, três pessoas que não viviam em Portugal, tivessem chegado e feito o melhor programa de ajustamento que alguma vez tinha sido feito para a Economia portuguesa. Bom, como se viu aquilo que não correu exatamente bem e foi uma “saloiice total”. Muitas das coisas que estavam no Memorando já tinham sido pensadas por economistas portugueses e que era preciso fazer, na justiça por exemplo, que era preciso reduzir o

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

número de processos em tribunal, aquilo era uma coisa óbvia, era naquela altura e é hoje, não era nada genial. A única diferença é que eles tinham marcado uma data. Do meu ponto de vista e eu fui crítico da *troika*...Portugal tem uma longa história em matéria de finanças públicas em só as por na ordem quando há uma intervenção externa, marcadas metas e para receber dinheiro ou apoios tem de se cumprir mesmo as metas, isso aí...isso é inegável, mas isso tem a ver com políticos, não tem a ver com jornalistas, tem a ver com quem dirige a política. Nesse aspeto mais uma vez se verificou que a Economia portuguesa é razoavelmente rápida a reagir, neste caso foi mais lenta, porque não tínhamos moeda, nas duas intervenções anteriores 1977-79 e 1983-85, tínhamos moeda foi muito mais fácil, porque desvalorizou-se a moeda, e os resultados foram muito mais imediatos, aqui não havia moeda e pagou-se com o desemprego e falências e, portanto, isso é um processo mais doloroso, mais difícil e mais lento, mas não só mostrou isso, como mostrou a capacidade de adaptação muito rápida da Economia portuguesa, e uma adaptação que apesar de tudo se fez sem grandes solavancos, sem grandes extremismos, sem grandes manifestações, sem grandes ruturas, apesar de tudo conseguiu-se fazer isso. A Economia foi rápida a reagir, embora mais lentamente nas crises anteriores, e adaptou-se, conseguiu-se adaptar-se apesar de tudo, encontrando algumas válvulas de escape, do meu ponto de vista são muito negativas, mas que aconteceram, emigraram mais de meio milhão de pessoas, isso é incontornável e isso tem consequências no futuro do país, mas emigraram, houve muitas empresas faliram, muito desemprego que cresceu, parte desse emprego é estrutural...

Mafalda Lobo – Isso era uma inevitabilidade?

Nicolau Santos – Por exemplo, já não era uma inevitabilidade aquilo que aconteceu, e do meu ponto de vista, com um total desconhecimento do genial plano que foi apresentado, e qual isso que do meu ponto de vista podia ter sido feito? Só pessoas que desconhecem completamente a Economia portuguesa e o funcionamento das empresas portuguesas, e aí Vítor Gaspar, e não só os meninos da *troika*, ignoraram, as empresas portuguesas (99%, a generalidade) são empresas subcapitalizadas, e que viviam do crédito bancário mensal, e, portanto, de um momento para o outro chega cá uma *troika* que diz que os bancos portugueses têm de reduzir os créditos às empresas que estava em 160% para 120% e achar que ficava tudo na mesma era verdadeiramente impensável, como é evidente, muitas dessas empresas, estavam subcapitalizadas....

Mafalda Lobo – E os 12 mil milhões de euros que foram para os bancos?

Nicolau Santos – Não, esses foram para repor os rácios de solvabilidade, de liquidez e não sei quê...aliás a parir desse momento, repuseram os rácios e retraíram-se no crédito, porque grande parte desse crédito, eles corriam o risco de não vir a receber porque grande parte das empresas estavam prestes a entrar em falência...por isso, as empresas que viviam com base no crédito mensal, para pagar salários, para fazer compras e tal...portanto o desemprego disparou, as falências dispararam, esse foi um erro absoluto do programa que não é reconhecido até hoje, mas foi o que aconteceu, o que prova que havia um total desconhecimento de como funcionava a Economia portuguesa e prova também por parte de grande parte dos meus colegas de Economia...nós perguntámos aqui a Poul Thomsen se tinha havido um “credit crunch” à Economia, e ele disse que não tinha nenhuns indícios sobre isso, e você falava com empresários, e todos eles estavam desesperados porque não tinham dinheiro para comprar mercadorias, para pagar salários e houve empresas que fecharam as portas.

Mafalda Lobo - Então acha que o corte do crédito às empresas foi um problema mais grave do que propriamente o corte dos salários na Função Pública e os cortes aos pensionistas?

Nicolau Santos – O essencial foi do ponto de vista económico, se você olhar para o programa inicial do ajustamento, **eles previram ter um ano de recessão, tivemos três anos de recessão, previam** que no máximo a recessão fosse de 4%, nós tivemos uma recessão acima dos 7% (acumulada), praticamente o dobro, previam que o desemprego não ultrapassasse os 13%, o desemprego no final de 2013, chegou aos 17%, previam que a dívida pública estivesse a descer logo ao fim de um ou dois anos, bom a dívida pública aumentou. Do meu ponto de vista a chave para todos os nossos problemas está no crescimento. Nós se tivermos crescimento de 3% por exemplo, grande parte dos nossos problemas desaparece, **mas a receita que a *troika* nos deu foi para deixar de crescer**. A receita que eles nos puseram em cima foi para liquidar a Economia. Eles criaram as condições todas para não haver investimento, para não haver atividade económica...

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Mafalda Lobo – E qual o aspeto que considerou mais positivo entre todas as medidas da *troika*?

Nicolau Santos – O objetivo que a *troika* tinha acabou por se concretizar. Acho que não beneficiou nada a Economia, provocou uma dor social muito grande...

Mafalda Lobo – Parece que agora está a ser tudo revertido?

Nicolau Santos – Há coisas que não se consegue reverter. Um milhão de tipos que se foi embora, não volta, ponto final parágrafo. Isso é um problema para o país, porque quem saiu não foram os velhos que estava no fim da vida, foram os mais novos, na idade ativa que ainda têm muito para dar, quer do ponto da cabeça, quer do ponto de vista da maternidade, e por aí fora, e a Segurança Social. Portanto, esse é um problema irreversível, que não se resolve, acabou, assim como acabou a banca portuguesa. Se você notar a banca portuguesa passou toda para bancos estrangeiros, antes ainda havia uns núcleos nacionais, e se você notar também as grandes empresas portuguesas, ou desapareceram ou foram todas vendidas a estrangeiros, e isso não volta para trás. Você entregou a gestão dos aeroportos nacionais todos a uma empresa francesa (Avanci) durante 50 anos, 50 anos é a vida de uma pessoa praticamente, entregou a REN a uns chineses, entregou EDP a uns chineses, entregou a Cimpor, que era a nossa melhor empresa não financeira internacionalizada entregou aos brasileiros da Camargo Corrêa, que deram cabo dela. Hoje já não existe. A CGD tinha lá uma participação, o António Borges, já falecido obrigou a CGD a vender a participação que tinha lá...e, portanto, as grandes empresas portuguesas desapareceram. A PT desapareceu, era a nossa multinacional onde estavam os melhores tipos do ponto de vista técnico, estava na PT. Desapareceu, e, portanto, isto são coisas irreversíveis que aconteceram durante estes quatro anos. A Espanha tinha um problema exatamente igual ao nosso e conseguiu um resgate só para o setor bancário e sem nenhuma das imposições que nós tivemos de aceitar. Nós podíamos também ter tido um resgate essencialmente para o setor bancário e sem nenhuma dessas imposições. Aceitámos uma coisa, pressionados, questões políticas e tal, um tipo de resgate que resultou nisto que resultou. Nós vamos ter muita dificuldade em dar a volta a esta situação, sem dúvida. E, se você fala do crescimento, pois claro o crescimento é uma coisa complicada. É bom lembrar que quando as empresas de telecomunicações tinham capitais portugueses lá metidos, o Governo na altura chegava ao pé deles e dizia, nós precisamos de um plano de investimento na rede 4G, e, portanto, os senhores façam favor cheguem-se à frente, e foi possível arranjar investimento de mil milhões de euros na rede 4G em Portugal. Hoje em dia não é possível fazer isso. As empresas estrangeiras não fazem investimentos aqui, fazem onde pensam que estrategicamente é importante fazer. Um mercado de 10 milhões que daqui a 50 anos vai reduzir para 7 milhões, vou investir para quê?

Mafalda Lobo – E qual considera ter sido um aspeto positivo da intervenção da *troika*? Controlou-se as contas públicas?

Nicolau Santos – É verdade que foi imposto um conjunto de regras para controlar as contas públicas, que era essencial para tentar travar a derrapagem relativamente às contas públicas. Está a ser difícil porque estamos a crescer pouco, temos de crescer mais, sobretudo no que foi essencial, e acho que isso não foi mérito nosso, embora também tenhamos trabalhado para isso, e não teria acontecido se o tal senhor que lhe vou falar, foi a possibilidade de nós termos acabado o programa de ajustamento sem necessidade de continuar com outro programa, de conseguir regressar aos mercados, a pedir emprestado a taxas aceitáveis, uma coisa que não conseguimos durante o período da *troika*. O que é que aconteceu? Aconteceu que do meu ponto de vista quando a crise do euro e das dívidas soberanas estava no seu auge, apareceu o senhor Mario Draghi, Presidente do BCE, e disse: eu vou utilizar todas as armas à minha disposição para defender o euro, e a partir daí, as taxas de juro começaram a baixar, e depois em 2015 lançou o programa de compra de títulos de dívida pública a taxa de juro muito baixas, e portanto, nós conseguimos voltar ao mercado pelos nossos pés, isso é fundamental para um país, todos os países pedem dinheiro todos os anos. A Alemanha também pede dinheiro, os EUA pedem imenso dinheiro todos os anos para se refinanciar e por aí fora, mas pedem a taxa de juro aceitáveis que podem pagar com os crescimentos que vão registando. Ora nós, houve uma altura que as nossas taxas de juro, ultrapassaram os 10%, 15%, por isso, era impossível pedir dinheiro, e, portanto, esse é o grande mérito do programa e depois disto tudo, foi mais tarde do que se esperava, demorou 3 ou 4 anos (2011-2015).

No primeiro programa de ajustamento em Portugal (1977-79), o Governo era PS-CDS. O PSD não estava sequer no Governo. O segundo programa de ajustamento (1983-85), quem vai tirar as castanhas do lume é um Governo do PS com o apoio curiosamente do PSD, mas o que vinha detrás era um

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Governo do PSD com o CDS liderado, que era primeiro-ministro, Francisco Balsemão que deixou uma dívida pública e um défice e um descalabro nas contas com exterior enorme, e, portanto, quem assinou o acordo é um Governo do PS com o PSD que, entretanto, mudou de líder e passou a ter o Mota Pinto. Mas, o descalabro vinha do Governo do PSD, não vinha de outro Governo. E, depois quando se vai para eleições em 1985, o que é acontece no PSD? Desaparece o líder, morre, entretanto, o Mota Pinto, ascende à Presidência, o Professor Cavaco Silva que rasga o acordo que havia com o PS e vai a eleições sozinho, e, portanto, ganha as eleições, um primeiro Governo minoritário entre 1985-87, e depois ganha duas vezes com maioria absoluta e porquê? Porque beneficia do trabalho que foi feito em 1983-85 pelo FMI, em que também foi um programa de ajustamento violentíssimo em que houve bolsas de fome, por exemplo, em Setúbal, e bandeiras negras de fome e não sei quê, e esse Governo é que acarretou com as culpas e o Professor Cavaco é que beneficiou delas. Agora é verdade, esta aqui, quem apanhou com as favas foi o PSD. Também é verdade que quem provocou eleições foi o PSD porque se estava a meio da legislatura que devia durar até 2013 ... (O PS ganhou as eleições em 2009 com Manuela Ferreira Leite) as eleições deviam ser em 2013, e em 2011 há a questão do PEC IV, o PSD vota contra e pronto, vai tudo para eleições e o PSD ganha as eleições. PSD fica obviamente com a batata quente nas mãos provocada pelo Governo de Sócrates fora de causa, mas essa história de que é sempre o PSD, não é verdade porque historicamente não é verdade.

Mafalda Lobo – Há quem diga que o Memorando da *troika* assinado em maio de 2011 foi uma versão mais aprofundada do PEC IV?

Nicolau Santos – O programa era bastante mais duro que o PEC IV e era uma coisa para três anos, era uma coisa bastante mais avançada, digamos assim, embora tivesse coisas que já estavam no PEC IV, isso é evidente: os cortes salariais, o aumento dos impostos, já estava lá bastantes coisas lá...

Mafalda Lobo – Mas, isso é uma incógnita que fica no ar, não é? Porque se o PEC IV tivesse sido aprovado, provavelmente Portugal não teria que pedir ajuda?

Nicolau Santos – Isso aí divide-se completamente a teoria, o meu colega e amigo Ricardo Costa diz que não, se não era ali, era passado algum tempo, e eu admito que tivesse sido. Agora, o que eu sei e historicamente já estava provado, na altura Sócrates teria conseguido o apoio do Durão Barroso que é Presidente da Comissão Europeia e da senhora Merkel para que aquelas medidas do PEC IV passassem em Bruxelas e que fosse garantido apoio financeiro a Portugal com base no PEC IV. Ele tinha conseguido isso. Isso aí é indiscutível, mais, o que é indiscutível também hoje em dia, é que ele avisou Passos Coelho disso. Passos Coelho estava ao corrente disso, embora ele na altura tivesse dito que não, mas hoje basta ler o livro de David Dinis, insuspeito de ser simpatizante do PS ou qualquer coisa assim do género, é indiscutível que ele também sabia. Por isso, o PSD na altura e o Miguel Relvas quis provocar uma crise e acharam que era altura de ir para eleições e tomar conta do poder e acabou, fizeram isso, está dentro do jogo político e pronto. Agora, não se podem queixar, levaram com a batata quente porque provocaram. Já toda a gente sabia que com o falhanço do PEC IV, Portugal ia pedir ajuda internacional.

Mafalda Lobo – Mas mesmo eles tendo provocado essa crise política (a recusa do PEC IV), o PS podia ter-se recusado a assinar o Memorando, porque afinal foi assinado pelos dois partidos?

Nicolau Santos – A fragilidade e o atordoamento no Partido Socialista (PS) eram tão grandes que aceitaram tudo e mais alguma coisa na altura, foi o que foi...

Mafalda Lobo – O jornalismo impresso está a atravessar uma crise dramática e assistiu-se ainda no período da *troika* ao fecho do *Diário Económico*?

Nicolau Santos – Acabaram com o *Semanário Económico* há três ou quatro anos. O *Diário Económico* acabou não foi só por causa da crise. Os acionistas foram verdadeiramente inenarráveis. Eu, dói-me muito porque fui uns dos cofundadores do *Semanário Económico* e do *Diário Económico*, mas o João Vasconcelos e a *OnGoing* compraram o *Diário Económico* para ter influência. Não foi um projeto editorial. Eles queriam os órgãos de comunicação social, para exercer influência para os seus negócios, para ter benefícios nos seus negócios. A partir de certa altura, você tem nas bancas todos os dias dois jornais de Economia, e num vê que está a fazer favores a este ou aquele, e noutro vê que se rege por critérios editoriais como é o caso do *Jornal de Negócios*, e a partir de certa altura, o outro

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

começa a perder leitores, a perder anunciantes, as pessoas começam a distanciar-se, e é a vida, e o mercado faz escolhas. Ele pagou pela compra do jornal 27 milhões de euros. É uma loucura porque aquele jornal nunca valeu 27 milhões de euros, vale uns milhões, mas 27 milhões de euros não vale seguramente. Mas porquê? Ele queria o jornal especificamente para ter influência em órgãos de decisão, e quando foi para o Brasil criou uma coisa chamada *Brasil Económico* que é a réplica do *Diário Económico*. Também deixou um buraco no BES de 600/700 milhões que nós todos é que andamos a pagar.

Mafalda Lobo – Acha que os jornais tiveram essa preocupação de desmontar conceitos de Economia, (des)complexificar a linguagem, o tal economês, ou isso não é possível?

Nicolau Santos – Isso é possível, seguramente desmontar conceitos de Economia. É possível e necessário perceber várias coisas. Em primeiro lugar há uma diferença muito grande se você está num órgão generalista, ou se está num órgão especializado de Economia. A linguagem logo aí é diferente. Mas dentro dos órgãos generalistas também a linguagem é diferente, ou seja, aquilo que você passa em termos de informação económica numa televisão aberta generalista, tem de ser uma linguagem muito descodificada e eventualmente tem de ser errada do ponto de vista científico para as pessoas perceberem. Dou-lhe um exemplo. Os bancos centrais não descem e sobem taxas de juro. Os bancos centrais sobem e descem as taxas de redesconto que é uma coisa que influencia as taxas de juro, mas não são as taxas de juro. Quem pratica as taxas de juro é a banca comercial. A taxa de redesconto é aquele dinheiro que os bancos vão pedir aos bancos centrais para lhe emprestem a si. Portanto, é com base nessa taxa de redesconto, que a taxa de juro sobe ou desce. E eu, quando cheguei à SIC em 1992, pus-me para lá a fazer notícias e um dia o chefe disse-me: ouve, tu aqui a falar de Economia tens de falar de maneira que o Guarda Republicano que está em Trás-os-Montes perceba. E o Guarda Republicano que está em Trás-os-Montes não faz a mínima ideia do que é uma taxa de redesconto, mas sabe o que é uma taxa de juro. Portanto, tu quando disseres que o BdP subiu a taxa de redesconto, passas a dizer que o BdP subiu a taxa de juro porque ele aí percebe, a redesconto não. Isto é para lhe dizer, dentro dos meios generalistas, você tem uma linguagem para a televisão, eventualmente para a rádio, e pode ter outra linguagem para os jornais generalistas. Mas mesmo, dentro dos jornais generalistas, você tem de ter uma enorme preocupação que é descodificar os termos económicos. Ainda por cima, os termos económicos, como você se deve ter apercebido, são quase todos anglófilos, que, para quem anda nestas áreas faz todo o sentido, para quem está fora, sabe lá o que se está a dizer. Portanto tem de haver uma enorme preocupação. Há sempre? Não não há! Devia haver, não há... , portanto, não há embora devesse haver, sempre a preocupação de descodificar esses conceitos, nem sempre isso aparece. As pessoas da área da Economia já estão tão embrenhadas nessa linguagem, que nem se dão ao trabalho, acha que toda a gente percebe, ponto final parágrafo.

E depois, nos jornais de Economia isso agrava-se. Porque nos jornais de Economia, parte-se do princípio que quem compra jornais de Economia é alguém que sabe minimamente de Economia, haverá quem seguramente esteja interessado em termos económicos, mas no essencial, estão a escrever para tipos que trabalham nos mercados, ou para tipos das empresas. Houve alguma preocupação no período da *troika* de explicar as coisas, mas a informação económica é tão avassaladora e veio tão carregada de termos económicos, e com regularidade aparece mais e mais termos económicos, novos produtos económicos, novos instrumentos, que muitas vezes quem está a escrever não percebe aquilo e por isso, despacha aquilo logo em inglês... não é fácil...

Nós aqui passamos a lutar ao longo dos anos com uma outra coisa que é dramática: a pressão da saída da informação, ou seja, eu quando cheguei ao *Expresso*, o *Expresso* tinha uma vantagem sobre a concorrência inacreditável que era, o *Expresso* só saía ao Sábado como continua a sair hoje, mas por exemplo, tinha uma notícia à segunda ou terça-feira e dava-se ao luxo de ter a notícia até Sábado e ninguém lhe roubava a notícia. Hoje em dia, isso acabou completamente. Nós hoje em dia temos o *Expresso* ao Sábado, *Semanário Expresso* online que está todo o dia a funcionar, e temos o *Expresso Diário* às seis da tarde todos os dias. E, a cada momento, enquanto nós estamos aqui a falar, há pessoas ali dentro que estão a decidir se uma informação que chegou agora, se entra agora no site, se guardamos para as seis da tarde para o *Expresso* diário, se eventualmente conseguimos guardá-la para Sábado, porque acabou, porque nas outras redações há pessoas também muito competentes a fazer o seu trabalho, e sobretudo, há informação a fluir por todo o lado, e ninguém nos garante que uma coisa que nos é dada agora fica guardada. E na área económica acontece isso, que é logo colocar a notícia que é dada senão outros publicam. E o Teixeira dos Santos, ministro das Finanças dá uma entrevista por escrito a Helena Garrido de que Portugal ia pedir ajuda internacional, antes de ter dito a José Sócrates, por escrito. Os contatos são muito importantes. Tirando isso, hoje em dia, a pressão enorme

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

para você não perder a corrida, e ser você a dar a notícias, e isso origina que haja muito menos reflexão, possa haver muitos mais disparates e possa haver muitos mais erros.

Mafalda Lobo – Há quem diga que o jornalismo também tem perdido qualidade porque as redações estão cheias de estagiários, desde pessoas que vêm da área do jornalismo e que não são especializadas, os jornais não podem pagar aos jornalistas séniores que têm mais experiência, e isso pode contribuir para que o jornalismo económico evolua para um jornalismo de menos qualidade?

Nicolau Santos – Acho que esse é um problema que atinge todas as áreas do jornalismo, não é um problema específico do jornalismo económico. Acho que apesar de tudo, no jornalismo económico, isso é menos evidente, porque apesar de tudo aí as pessoas continuam a ser razoavelmente especializadas, e como digo, muita gente nova que vem, não quer ir para a Economia, porque não percebe nada e quer fazer é outras coisas. E, portanto, apesar de tudo, você no jornalismo económico continua a ter um grau de especialização e de qualidade, que eventualmente é superior a outras áreas. Agora, é um facto isso que diz, a tendência geral neste momento devido à crise que o setor atravessa, é para você contratar mão-de-obra barata, pouco experiente, pouco qualificada e muito dedicada, cheia de vontade de trabalhar, mas que não tem memória, não tem contactos, etc. e, portanto, vai precisar de os fazer, e para dispensar os jornalistas séniores que ganham mais, e que estão a pesar nos orçamentos das empresas...

Mafalda Lobo – Acha que o *online* vai fazer como que o jornalismo económico impresso tenda a desaparecer, porque vive essencialmente da publicidade?

Nicolau Santos – As duas tendências brutais que estão a atingir o jornalismo em todo o mundo em geral, e não é só o económico, em todo o mundo e também não só em Portugal, é uma quebra de vendas das edições impressas claramente, os únicos que não estão a perder, ainda, são os jornais indianos e os jornais japoneses, no resto, no mundo ocidental não há nenhum que não esteja a cair. E estão a perder publicidade, e estão a perder publicidade muito rapidamente, ou seja, a publicidade está a procurar as áreas virtuais, onde paga muito menos, e onde se supõe que é vista por muito mais pessoas. Portanto, estas duas tendências são dramáticas para os órgãos impressos. Também para as televisões generalistas, também estão a perder muita publicidade. Para os órgãos impressos, mais, porque tradicionalmente 30% das receitas vinham das vendas e 70% da publicidade. Você hoje tem uma quebra assustadora de publicidade nos meios tradicionais impressos. Isto tem sido compensado com a tentativa das receitas no *online*, só que a publicidade no *online* é muitíssimo mais barata que nos órgãos impressos, primeiro ponto. Segundo ponto, apesar de tudo tem havido alguma tendência para a estagnação da publicidade nesses meios virtuais. E em terceiro lugar, essa área não dá tanto emprego e tão bem pago como dá a parte impressa. E, portanto, isto levanta um dramático problema a todos os órgãos de informação que têm produtos impressos. Esta tendência tem vindo a materializar-se. O jornalismo não vai acabar, mas o *online* não paga a redação do *Expresso*. Os rendimentos *online* jornal impresso são 12% dos rendimentos totais gerados por esta empresa. Mais de 80% ainda vem do papel, ora se você vai reduzindo, reduzindo o papel...

Mafalda Lobo – Uma das possibilidades seria apostar no jornalismo de investigação?

Nicolau Santos – Isso era uma enorme despesa...isso implica ter um jornalista ter 3 ou 4 meses fora da redação, sem saber se vai dar em alguma coisa. Levanta um problema de gestão muito grande...e depois quem está disposto a pagar por esse tipo de jornalismo pelo preço que ele custou!

A nossa indústria cometeu um erro fatal. Quando apareceu a parte virtual, os média de todo o mundo puseram-se de acordo que a publicidade pagaria todos os conteúdos. Nós desvalorizamos o valor da informação. Os distribuidores da informação são os que ganham mais com o facto de o jornal estar lá, é o caso da *Google* quem ganha mais, e não pagam nada.

O jornalismo que se pratica aqui e no resto da Europa e nos EUA não é muito diferente. A grande diferença é que você nos jornais norte-americanos, que estão a sofrer muitíssimo com esta crise, e nos jornais ingleses, você tem uma vantagem em relação a nós. É que eles podem ter muitos assinantes na área virtual porque escrevem em inglês. Nós não temos mercado para isso. Nós, o nosso mercado resume-se a Angola e ao Brasil. No Brasil há muitíssimo pouco interesse pela imprensa portuguesa. Hoje em dia quem procura o *Expresso*, na área virtual fora de Portugal são os nossos emigrantes, e mesmo assim, encontram alternativas, o *Público*, o *Diário de Notícias*, mas só quem procura. Nós não

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

temos um mercado para o qual possamos crescer imenso. Eles podem compensar parte das perdas em papel através do *online* porque têm a língua inglesa e, portanto, não estão circunscritos sequer ao seu povo. Podem escrever para milhões de cidadãos de diversas nacionalidades. Essa é diferença essencial. Agora que a qualidade do nosso jornalismo é muito pior que a deles, não, não é... Hoje o nosso jornalismo, a todos os níveis, mas sobretudo o jornalismo de Economia não me parece que perca para outro tipo de jornalismo económico.

Mafalda Lobo – Como é que os jornais económicos podem manter o interesse pela Economia, agora que entramos no período pós-*troika*?

Nicolau Santos – Sermos claros a fala, falar de forma atrativa para as pessoas, descodificando os assuntos, dando-lhe indicações, por exemplo, como é que podem lidar com os impostos... A Economia não é tão complicada como aquilo que se quer fazer passar. Eu gosto de tentar passar aquilo que eu acho que percebo, e tentar chegar às pessoas, também tentando explicar isso dessa maneira. Eu não gosto de usar os termos anglo-saxónicos. Eu lembro-me sempre do Silva Lopes. Silva Lopes era um economista que percebia muitíssimo de Economia, era o tipo mais simples que eu conhecia a explicar as coisas. Eu acho que as pessoas que sabem muito conseguem explicar as coisas de uma forma muito clara.

Mafalda Lobo – O facto de os jornais económicos estarem integrados em grupos económicos, que influência é que isso pode trazer para a prática jornalística?

Nicolau Santos – Eu acho que em Portugal só existe um verdadeiro padrão da comunicação social, é o Francisco Pinto Balsemão, porque é o único que só investe naquilo, depois investe em outros negócios, mas isso não afeta os outros, é o contrário, não sendo de comunicação social compram órgãos de comunicação social. Quando se compram órgãos de comunicação social com as rentabilidades péssimas, más, muito difíceis que isto dá, só se está à procura de uma coisa, obter influência. Aqui há uns anos começaram a entrar em Portugal os angolanos na comunicação social. Mas o que é que queriam os angolanos da comunicação social em Portugal, não era com certeza realizar mais dinheiro, o que é que eles queriam? O que é que eles querem? influência, não querem rentabilidade. Queriam influência, mais nada, e é evidente que quando você começa a ter acionistas que não são do setor, mas vão comprar órgãos de comunicação social, a linha editorial começa a ficar um pouco afetada. É preocupante? É. É caso único, não é. Você vai ao Brasil e no Brasil você tem órgãos de comunicação social perfeitamente alinhados. Você vai a França e tem órgãos de comunicação social perfeitamente alinhados. Aqui não há tanto essa tradição, os leitores é que fazem essa leitura, uns acham que somo todos para o PSD, outros acham que somos todos PS. Isso faz parte do dia-a-dia. Agora em Portugal não há efetivamente a tradição de dizer, nós apoiamos fulano tal para Presidente da República, e achamos que é ele melhor, e que se deve votar nele. Não é nossa tradição. Agora grupos económicos que não são do setor a tomarem conta da comunicação social, neste momento em Portugal, não querem rentabilidade, querem influência. Não é bom para os jornais, para os jornalistas, para os diretores, têm que arranjar uns diretores que sejam uns bananas e que aceitem tudo o que eles fazem, como é evidente.

Mafalda Lobo – Qual é que acha que foi a mais-valia do ponto de vista informativo que o jornalismo económico trouxe para os cidadãos no contexto da intervenção da *troika*?

Nicolau Santos – Eu acho que eles foram os principais intermediários da tentativa da explicação das políticas e do programa de ajustamento. Foram os que mais esmiuçaram. Não quer dizer que toda a imprensa generalista, desde a televisão, à rádio aos jornais generalistas que não se tenham preocupado com a intervenção que foi um período muito marcante da vida portuguesa. Agora que os jornais económicos foi os que seguramente os que mais trabalho desenvolveram, mais tiveram dedicados a esse tipo de matéria, e foi à conta disso, como dissemos há pouco, que o jornalismo económico passou a um patamar superior durante esses anos.

Mafalda Lobo – Na sua opinião, os jornais económicos refletiram a agenda do pensamento neoliberal da *troika*?

Nicolau Santos – Não tenho nenhuma dúvida sobre isso. No Congresso dos jornalistas disse isso. Estou a cingir-me a dois órgãos de comunicação social, ao *Diário Económico* e ao *Jornal de Negócios*,

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

e estou a cingir-me aos principais comentadores económicos, o José Gomes Ferreira, Camilo Lourenço, e você vendo as intervenções...o essencial dos jornais vê que houve um grande alinhamento, a aprovação do pedido de ajuda internacional nos moldes em que foi feito, houve a aprovação do programa de ajustamento, e mesmo algum elogio, como é que em três semanas se fez uma coisa tão boa, e houve um grande acompanhamento do programa de ajustamento ao longo do período, com sobressaltos, quando as coisas começaram a correr mal para Vítor Gaspar, começa a haver derrapagens no desemprego, no investimento...

Na produção de notícias, sim, houve objetividade. Uma coisa é opinião outra é informação. Na informação eu não tenho nenhuma dúvida que essa informação foi informação que estava disponível, que era produzida pela *troika*, pelo Governo. É para dar e acabou. Depois a pessoa pode fazer um julgamento sobre isso, pode fazer contraditórios, fazer opinião, e eu sobre isso, não tenho nenhuma dúvida que não houve enviesamento. O que eu acho que houve e julgo, e é o que me parece que o jornalismo económico foi parcial nessa altura, digamos assim, foi que não houve nenhuma margem de manobra para ouvir contestação a esse tipo de linha, para dar oportunidade. Por exemplo, a escola de Coimbra, com o José Neves à frente, desde o início contestou o programa de ajustamento. Você lerá ao longo do tempo o espaço que é dado à escola de Economia de Coimbra (...) Por exemplo, você teve a tese que foi batida até à exaustão pelo então primeiro-ministro Pedro Passos Coelho que nós vivíamos acima das nossas possibilidades, uma coisa que foi interiorizada por toda a sociedade sem contraditório, ou seja, todos nós abanamos a cabeça e dissemos “realmente”. O que é certo é que as pessoas interiorizaram, as pessoas interiorizaram isso, e defenderam sempre isso, nós realmente estávamos a viver acima das nossas possibilidades e, portanto, temos de apertar o cinto, acabou, ponto final parágrafo. O que eu gostava de fazer-lhe sentir é o seguinte: as palavras não são inócuas. E, o jornalismo ao reproduzi-las não é inócuo. Por exemplo, esta solução governativa que existe, qual foi a palavra que se lhe colou? (Gerigonça). Como é que você olha para essa palavra, no sentido positivo, ou pejorativo? Eu recuso determinantemente a utilizar a palavra gerigonça. Em primeiro lugar é pejorativo, para minorar esta solução governativa, para a deitar abaixo etc...

Essa palavra tem um peso específico, e tem um objetivo específico, assim como a frase vivemos acima das nossas possibilidades foi criada para nós todos termos de aceitar uma tremenda dose de austeridade.

Durante o tempo da *troika* o jornalismo de Economia foi muito acrítico em relação às orientações da *troika*, e à sua repercussão em Portugal através do Governo, é isso que eu digo, e foi isso que aconteceu. Mesmo a minha amiga Helena Garrido, eu acho que teve uma deriva claramente no sentido de aproximação (...). Eu fico espantado que economistas reputados não vejam uma coisa tão elementar como esta: O Sócrates pode ser um malandro e é seguramente uma pessoa não recomendável que a gente não convida para ir jantar lá casa para falar e não sei quê...fora de causa. Fez muitas malfetorias, deverá ter feito, veremos o que dá os processos, se deu, se não deu, para já, já está condenado por todos nós e acabou. Agora se você notar uma coisa, olhando para um gráfico fica a perceber que nós inevitavelmente acabaríamos aqui. Você ponha num gráfico a evolução do PIB português e a evolução do investimento em Portugal desde 2000. O euro foi criado em 1999 e entrou em vigor em 2001. Você se olhar antes desse período, a Economia portuguesa sobe, desce e não quê...desde 2000, a tendência inevitável da Economia portuguesa é sempre assim, sempre assim. O potencial da Economia portuguesa é sempre assim, o investimento em Portugal é sempre assim, portanto, nós íamos acabar assim, se não fosse com o Sócrates, era com o Manel, com o Joaquim...e esse é o problema essencial. **É que nós somos a quadragésima Economia a nível mundial e estamos a viver com a moeda mais forte a nível mundial. Há aqui uma *décalage*, há aqui um problema, há aqui uma questão difícil de resolver. Como é que se resolve? Saímos do euro? Bom, mas agora não é muito boa ideia sair do euro.** Isto paga-se, isto tem consequências, e uma das consequências foi você ter vendido as empresas todas, ficar praticamente sem indústria, sem comércio... olha vamos ver no que é que isso dá. Agora você veja...ouve Governos do PS, do PSD, do não se quê, e a linha é sempre a mesma, o investimento é sempre o mesmo. Quando é que a gente atraiu grande investimento estruturante da Economia portuguesa? A AutoEuropa, foi nos anos 80. Desde 2000 você diga-me um grande investimento que tenha vindo para Portugal? Não veio.

Mafalda Lobo – Acha que o jornalismo económico pode influenciar a agenda política?

Nicolau Santos – Ah pode claro! Eu acho que a agenda política influencia mais o jornalismo económico, agora notícias na área económica podem influenciar o jornalismo político, isso é evidente.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Mafalda Lobo – Por exemplo, no jornalismo económico, se os jornalistas tivessem tido uma postura mais crítica sobre as políticas, poderiam ter influenciado as próprias decisões que o Governo estaria a tomar?

Nicolau Santos – Duvido, porque o Governo de então (de Pedro Passos Coelho) estava muito convencido de que aquele programa era para cumprir, e outra frase que ficou: “queria ir além da *troika*”, e, por isso, duvido que se deixasse influenciar pelos jornalistas da área económica, mesmo que alertassem para fazer o contrário. Se você vir, o pedido de ajuda internacional é antecedido porquê? É antecedido pelos cinco maiores banqueiros portugueses na altura que se reúnem com o Ministro das Finanças, que a seguir combinam com a *TVI*, ir falar à Judite de Sousa, cada um deles numa noite diferente a dizer que Portugal precisava de pedir uma ajuda internacional. Houve interesses jornalísticos obviamente, eram banqueiros a falar, mas o jornalismo influenciou a agenda pública. Não tenho nenhuma dúvida sobre isso. É claro que não era o jornalismo que estava a fazer notícia, mas eram os jornalistas que estava a dar voz a estes senhores, no sentido de criar uma aceitação geral junto da opinião pública do pedido de ajuda internacional, aquilo contou muito, foi muito importante esse tipo de coisas. A agenda política hoje em dia está muito dominada pelo o que se passa no espaço mediático. Há coisas que são surpreendentes.

O jornalismo económico no período da *troika*, colou-se muito ao discurso oficial do Governo, colou-se muito ao discurso da *troika*, ficou enfeitado pelo que diziam os senhores da *troika*, seguiu claramente essa linha de intervenção. Alinharam com isso tudo. O programa partiu de uma realidade que não era a realidade da Economia portuguesa. Uma intervenção do FMI só se preocupa com uma coisa que é repor os equilíbrios financeiros. O resto são danos colaterais. Estavam muito focados no défice, agora quais as consequências disso eles queriam lá saber disso. Para eles é a solução, nós não chegámos ao mercado, não foi?

Marta Moitinho Oliveira – Jornalista do *Diário Económico*
(26/11/16; 38:49, via telefone)

Mafalda Lobo – A intervenção da *troika* em Portugal alterou as práticas e rotinas jornalísticas na redação do *Jornal de Negócios/Diário económico*?

Marta Moitinho Oliveira - Enquanto jornalista o que eu notava, uma das principais diferenças que eu notava, era que a densidade de informação ao longo do dia era muito grande, ao longo do dia, ao longo de uma semana, nós podíamos começar uma semana com um foco noticioso qualquer, e acabar a semana a pensar o contrário daquilo que achávamos que aconteceria no início da semana. Havia muita agenda, muitos serviços, muita informação ao longo do dia, e muitas vezes as coisas iam mudando com bastante intensidade ao longo do próprio dia. Foi assim, a diferença que eu notei mais no trabalho foi isso, foi a densidade de informação que fez com que eu deixasse de ter algumas rotinas que tinha antes, e já não as podia acompanhar, porque estávamos muito ao “sabor” daquilo que ia acontecendo no dia-a-dia, mais no início, um bocadinho menos no fim, mas muito diferente do que era a prática habitual até aí. As lógicas e os processos mantiveram-se, mas por exemplo, recorriamos muito à televisão, para por exemplo ... havia muita coisa que era transmitida pela televisão, as televisões estavam presentes, imagine, em reuniões do Eurogrupo, nós nessa altura já não tínhamos o jornalista do *Diário Económico* em Bruxelas, e, portanto, sabíamos muita coisa a partir de cá, fazíamos o acompanhamento via televisão. Sabíamos muita coisa a partir da televisão, porque muita coisa era transmitida como, ou uma declaração ao país, ou uma conferência de imprensa, havia conferências de imprensa por qualquer reunião que praticamente acontecesse no início, mais no início até. Portanto as fontes de informação eram um bocadinho diferentes. Depois também havia muita informação que circulava, por exemplo, nas redes sociais, que assumiram um papel bastante importante nessa altura, não só porque elas próprias estavam a crescer como forma de difusão de informação... Toda a gente começou a usar mais as redes sociais. Por exemplo, eu lembro-me que na altura, uma das coisas que eu fiz, foi organizar o meu *twitter*, de forma a ter todos os correspondentes dos principais jornais em Bruxelas no meu *twitter*, de forma a eu poder ver o que eles estavam a escrever. E, muitas vezes eles escreviam no *twitter*, informações muito curtas que eles tinham acabado de publicar em notícia no seu órgão de informação. Não faziam por exemplo, o *link* do site deles, faziam era uma frase muito curta a dizer, por exemplo, o Presidente do Eurogrupo, acabou de dizer não sei quê, não sei quê... uma coisa muito breve assim.

Mafalda Lobo – Mas relacionado com a crise de Portugal, da Grécia ou outra?

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Catarina Moitinho Oliveira – Estava tudo muito interligado na altura, e, portanto, tudo era relevante, o plano internacional passou a assumir muito mais importância...

Mafalda Lobo – Nesse *twitter*, havia também muito coisa sobre a crise portuguesa, é isso?

Marta Moitinho Oliveira – Também havia, porque por exemplo, porque bastava que Portugal fosse um tema da agenda do Eurogrupo, para que os próprios órgãos de comunicação social visto que Portugal era um país em resgate, também passaram a acompanhar Portugal, com o mesmo interesse que acompanharam anteriormente a Grécia, que foi primeiro, e a Irlanda, e, portanto, os próprios órgãos de informação passaram a ter também um interesse maior em Portugal e, portanto, nós também tivemos que estar a ver que tipo de informação é que eles tinham, porque os agentes também se interessavam por passar informação relevante para os órgãos internacionais.

Depois, a nível nacional não notei assim uma diferença tão grande deste ponto de vista, porque era aquilo que eu estava a dizer, havia muito mais conferências de imprensa, as redes sociais não eram tão relevantes, não notei tanta diferença desse ponto de vista nas redes sociais. Havia eram muitas conferências de imprensa, muitos manifestos, muitas tomadas de posição, imaginemos, confederações patronais tomavam posição muito rapidamente porque estavam sempre a aparecer medidas novas que obrigavam a que todos os agentes económicos e políticos estivessem sempre a tomar posição sobre coisas novas que estavam a aparecer. Basicamente acho que era isto. Depois havia muito trabalho explicativo que passou a ser feito, porque começaram a surgir também muitas medidas, que era preciso fazer muito aquele tipo de trabalho de informação para as pessoas, porque a vida das pessoas estava a mudar muito, havia muitas medidas que incidiam sobre o bolso das pessoas e que era preciso explicar ao detalhe o que é que estava a acontecer, e as medidas por vezes como na maior parte das medidas, quase todas praticamente, tratavam-se de cortes e direitos que as pessoas tinham até aí, havia interesse muito grande pela informação sobre, como é que isto vai afetar o meu bolso, e portanto o jornal de Economia tinha muito esse papel de explicar mensalmente o que é que aquilo pode refletir, como é que se pode refletir no seu salário, como é que se pode refletir nos seus dias de férias, enfim, como é que se pode refletir na vida em geral de cada uma das pessoas.

Mafalda Lobo – Quer dizer que isso gerou um novo formato em termos jornalísticos para fazer essa tal explicação...

Marta Moitinho Oliveira – Eu acho que o formato já existia. Ele passou foi a ser utilizado de uma forma muito abundante, ou seja, tudo se justificava que se fizesse uma coisa muito explicativa, de Perguntas e Respostas (P&R) sobre, e então como é que isto mexe no seu bolso? praticamente tudo justificava isto, porque as medidas eram muitas, em muitas áreas, e depois elas iam mudando, iam surgindo outras novas, e depois não era suposto haver mais medidas, mas afinal tinha que haver mais medidas, e, portanto, justificava muito esse formato, passou a ser muito usado.

Mafalda Lobo - Como é que os jornalistas lidaram com a complexidade dos temas abordados sobre a crise económica e financeira e a consequente intervenção da *troika*?

Marta Moitinho Oliveira - Passou também a haver uma nova vertente que marcou muito, aqueles anos, porque o Tribunal Constitucional foi uma peça essencial durante o período da *troika*, isso fez com que nós todos, por exemplo, a minha formação é na área económica, não tenho formação na área do Direito, houve um conjunto de informação que eu tive que meter na minha cabeça e aprender, e todos nós, sobre Direito Constitucional. Olhar para um diploma e perceber isto pode chumbar ou não chumbar no Tribunal Constitucional. Começar a ter uma perceção diferente mais de Direito que nós não estávamos habituados a ter que fazer, e que tem a ver com o tipo de acontecimentos que estavam a decorrer relacionados com o fato das medidas puderem levantar dúvidas de constitucionalidade, e obrigou-nos a estar muito atentos ao Tribunal Constitucional, uma instituição que até lá passava muito despercebida e que agora voltou a passar um bocado despercebida também.

Mafalda Lobo - Isso gerou mais interação entre os jornalistas de áreas diferentes?

Marta Moitinho Oliveira - Os trabalhos em grupo na redação eram muito constantes no *Diário Económico*. Isto também tem muito a ver com as dinâmicas de trabalho, que as equipas estão habituadas. Nós lá, tínhamos muito uma dinâmica de trabalho de grupo, e obrigou a trocar

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

conhecimentos sim. Pessoas que têm uma cabeça mais de Direito, e pessoas que tinham uma cabeça mais de Matemática e tinham que trocar informações e pensar as duas juntas para compor uma peça.

Mafalda Lobo - Acha que fazer jornalismo económico distingue-se de outras formas de fazer jornalismo? Se sim, em que aspetos?

Marta Moitinho Oliveira - Um bocado difícil responder a isso, porque eu sempre fiz jornalismo económico. Eu trabalhei sempre numa secção de Economia, mas ainda assim, eu acho que as diferenças não são assim tão substanciais. As diferenças estão entre as pessoas. Há jornalistas que pensam de uma forma que aglutina várias áreas, são mais pluridisciplinares digamos assim, e há outros jornalistas que não são tão pluridisciplinares. E acho que isso, tem a ver não só com a cabeça das próprias pessoas, com a forma como elas estão habituadas a pensar, com as áreas que elas acompanham. Umhas áreas são mais propensas a ter uma cabeça mais abrangente com um bocadinho de conhecimento de cada coisa, digamos assim, outras áreas são menos propensas a isso, e acho que tem mais a ver com isso do que propriamente com a área. Claro que há uma certa tendência em geral para que os jornalistas de Economia não percebam nada de política, e os de política não percebam nada de Economia, por exemplo, para ser muito simplista.

Mafalda Lobo – Pensa que os temas e assuntos relacionados com a Economia têm vindo a ganhar cada vez mais importância na vida quotidiana dos cidadãos, e os jornais económicos refletem essa importância?

Marta Moitinho Oliveira - Eu acho que sim, nessa altura, principalmente foi muito evidente. As pessoas procuravam muita informação económica. E acho que os jornalistas de Economia, são jornalistas que se vão conseguindo manter no mercado, mesmo em alturas de crise. E isso, acho que tem a ver com isso, porque não é muito fácil pôr um jornalista de política ou sociedade a fazer Economia, porque à partida, salvo exceções como é lógico, mas à partida ele não tem uma cabeça tão preparada para aquilo, porque não só não está habituado, não gosta, há diversas razões que contribuem para isso, mas que é basicamente isso.

Mafalda Lobo – A maior parte dos jornalistas que trabalham no *Jornal de Negócios/Diário Económico* são jornalistas com especialização em áreas específicas da Economia, finanças e mercado ou têm formação específica em jornalismo ou comunicação social?

Marta Moitinho Oliveira - Na secção onde eu trabalhava havia algumas pessoas de Economia, algumas de Direito, mas a maior parte eram de jornalismo. Eu acho que a maior parte das pessoas ainda são de jornalismo. São poucas aquelas ou que vêm de Economia ou de Direito. É comum, por exemplo, ver uma pessoa, imagine, que faça mercados financeiros, que é uma área bastante económica e fechada, e que vem por exemplo de letras, mas que se interessa por aquele assunto e consegue dominar perfeitamente a matéria. **Não acho que quem faça jornalismo económico tenha que ter formação especificamente em Economia.** Até porque, por exemplo, eu tenho formação em Economia, e houve imensas coisas que eu fiquei muito surpreendida quando comecei a trabalhar, porque ninguém na faculdade nunca me tinha dito aquilo, ou sejam e, no entanto, tinha formação de Economia. Pode é **haver** uma predisposição maior ou menor, conforme a área de onde se vem para certas matérias, mas acho que o conhecimento, trabalhar a informação, independentemente da área de onde se vem, é uma coisa que tem a ver com a cabeça das pessoas e não com a sua formação.

Mafalda Lobo – Havia peças com pendor mais explicativo, não acha que isso requer uma formação mais específica por parte do jornalista que trabalha temas económicos?

Marta Moitinho Oliveira - Eu acho que isso depende da forma como ele procura a informação. Ele pode não ter tido essa formação como formação superior dele, por exemplo, na escola, mas ser uma pessoa, que agarra no telefone, liga a um especialista, imagine, em Direito Constitucional, e telefona-lhe e diz assim, olhe eu estou aqui a preparar um trabalho sobre as novas regras para não sei quê, não sei quê! preciso da sua ajuda para perceber até que ponto isto pode ter problemas constitucionais ou não. Consegue ter as respostas, e se for uma pessoa que consegue organizar a informação na sua cabeça, e pôr isso no papel depois de uma forma organizada que o leitor entenda, ele não tem uma formação de base de Direito, mas conseguiu transmitir ao leitor corretamente a informação que lhe foi transmitida por uma fonte de informação que é o contato com uma pessoa especialista num assunto.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Esta é uma parte essencial também. E esta parte foi essencial durante todo o processo da *troika*. Porque os especialistas, por exemplo, em Direito Constitucional, com certeza nunca tinham sido tão consultados como até à altura. Para eles também foi bom, porque também foram abordadas matérias que nunca tinham sido abordadas do ponto de vista académico.

Mafalda Lobo – Considera que o *Diário Económico* aumentou o número de leitores/vendas face à situação de crise económico-financeira e consequente intervenção da *troika*?

Marta Moitinho Oliveira - Não tenho presente agora. Soube na altura, agora não me lembro.

Mafalda Lobo - Considerando o aspeto particular das avaliações da *troika* e da divulgação dos respetivos relatórios tanto da Comissão Europeia como do Fundo Monetário Internacional, que critérios determinavam os temas que marcavam a agenda mediática, assim que era divulgado um relatório?

Marta Moitinho Oliveira - Os critérios são mais ou menos os critérios que nós usamos sempre. A informação mais importante, normalmente é a informação que interessa a um maior número de pessoas. Por exemplo, matérias como impostos, Função Pública, regras laborais do setor privado, são matérias que dizem respeito a praticamente a toda a população, ocupavam muitas páginas de jornal normalmente. E, por isso, muitas vezes até podia não haver uma novidade muito substantiva e muito grande num destes tópicos, imaginemos, mas como ele diz respeito a uma grande massa de pessoas, ele acaba por ser muito valorizado por causa disso. Às vezes, havia por exemplo, uma grande novidade, numa coisa muito pequenina, num tema muito pequenino, ou seja, um tema pequenino, é um tema que diz respeito a poucas pessoas, que tinha alguma relevância nessa altura porque aparecia ali pela primeira vez essa informação, mas, e era, portanto, uma notícia muito importante, mas diz respeito a um número de pessoas muito mais pequeno. Normalmente a informação era selecionada, ou pelo universo de pessoas a que se dirige, que é o critério sempre habitual, ou então tinha também outra componente muito importante que era a análise política que estava prevista nos relatórios da *troika*. Por exemplo, se aparecesse um relatório da *troika* que de alguma forma fizesse uma avaliação, que o Governo, não estava, imagine a colaborar, as reuniões tinham sido tensas, ou seja, a componente mais política assumia também bastante mais relevância.

Mafalda Lobo – Isso quer dizer que o jornalismo económico em contexto de crise económico-financeira, a agenda mediática tem um pendor mais virado para o interesse das pessoas

Marta Moitinho Oliveira - ...sim, impostos, Função Pública, regras do setor privado, esse tipo de questões assim, ocupavam muitas páginas dos jornais.

Mafalda Lobo – O Jornalismo económico tem sido criticado dentro do período da intervenção da *troika*, como sendo um jornalismo que trabalha dentro de um certo enquadramento neoliberal, que reflete aquilo que é a ideologia neoliberal, legitimador do discurso político, de pensamento único, que não soube antever que as medidas da *troika* iam no sentido contrário àquilo que eram os interesses dos cidadãos ao refletir o discurso da *troika*. Concorda?

Marta Moitinho Oliveira - Críticas há sempre, não acho que essas valham mais que outras noutra contexto diferente. Acho que isso não corresponde à verdade, porque os jornais económicos mesmo antes da crise, há trabalhos que eu me lembro desde que eu comecei a trabalhar que me lembro de ver trabalhos que desde sempre apontavam, por exemplo, para os riscos que existia na Economia portuguesa e as debilidades da Economia portuguesa e a crise aconteceu na mesma, e os trabalhos estavam lá, ou seja, os jornais nunca deixaram de publicar trabalhos a apontar problemas, porque essa crítica, por exemplo, acabaria por ser uma crítica implícita ao poder que na altura estivesse. Não acho que essa crítica valha assim tanto. É claro que é completamente diferente a atenção que um jornalista tem que dar a quem decide, porque é quem tem interferência na vida das pessoas, quem tem o poder de interferir na vida das pessoas e aos agentes que não decidem. Os agentes que não decidem têm obviamente uma voz muito importante, até porque se eles fizerem bem o trabalho deles, eles ajudam os outros a decidir melhor. Mas, quem decide é quem tem interferência na vida das pessoas. Portanto, se eu tiver uma folha de jornal para escrever, eu vou escrever aquilo que diz os que decidem. Não me limito a isto, mas por absurdo o que é que seria, era isto.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Mafalda Lobo – Então acha que são os políticos porque são eles tomam que tomam as decisões, e são eles as fontes oficiais?

Marta Moitinho Oliveira - Quando nós escrevemos uma notícia e começamos o texto para dar informação noticiosa, a seguir a parte do texto que aparece é, como é que o Governo ou o decisor, nessa matéria qual é a forma de pensar desse agente que levou a justificar aquela decisão. Isso é a parte a seguir, que é para as pessoas perceberem qual é o contexto daquela decisão. A seguir, obviamente, normalmente vem a parte crítica, ou seja, quem não concorda com aquela forma de decisão, porque é que não concorda? E que alternativa é que apresenta? É mais ou menos esta a lógica. Claro que a dimensão da informação desencadeada pelas decisões de um Governo, era de tal forma avassaladora que obviamente muitas das coisas que apareciam, tinham a ver com as decisões ou os resultados das decisões do Governo, por exemplo. Penso que isso terá acontecido igualmente na Grécia, e igualmente na Irlanda, não terá sido diferente do que foi cá. E não foi diferente, num jornal económico e num jornal generalista, não teve nenhuma diferença. Não estou a ver como seria de outra forma, porque senão deixaríamos de explicar as medidas, por exemplo, imaginemos, tínhamos que fazer escolhas, deixaríamos por exemplo, de explicar as medidas às pessoas, para dar muito mais espaço às críticas. Havia muita informação ali que era tratada do ponto de vista da pedagogia. E essa parte era uma componente muito importante como já sabe.

Mafalda Lobo - Como foi feito o acesso às fontes de informação, sobretudo, as fontes de informação da *troika*? Como é que os jornalistas lidaram com essas fontes? Sentiram em algum momento algum tipo de constrangimento?

Marta Moitinho Oliveira - Não lhe consigo dar grande ajuda, porque eu não fazia a parte internacional. Fazem-se muitos contactos com essas instituições que estão muito organizadas.

Mafalda Lobo - Todas as avaliações da *troika*, foram incluídas na secção ‘Destaque’. Este tipo de secção já existia ou foi criada apenas para divulgação das peças relacionadas com a avaliação?

Marta Moitinho Oliveira – Não. Já existia. Há muitos anos que o *Diário Económico* tinha essa secção do ‘Destaque’, que era o tema principal do dia.

Mafalda Lobo - Acha que os jornalistas conseguiram, em algum momento, influenciar a agenda política?

Marta Moitinho Oliveira – Não lhe sei dizer casos, mas acho que genericamente que sim. A percepção que eu tinha era de que havia por parte da *troika*, os responsáveis que acompanhavam Portugal um interesse de manter boas relações com os jornalistas portugueses, e falando também com eles de forma também a terem uma percepção de como é que nós estávamos a ver o evoluir das questões. Não sei se isto alguma vez teve alguma influência final de alterar alguma coisa por causa disso. Não tenho essa ideia, mas pelo menos eles interessavam-se por saber como é que nós estávamos a ver as coisas.

Mafalda Lobo - Verifico que a quinta e a sétima avaliação foram as que mais se destacaram no *Diário Económico*. Porquê?

Marta Moitinho Oliveira – Acho que a sétima avaliação foi aquela que ditou a demissão de Vítor Gaspar. Não me consigo lembrar dos motivos.

Mafalda Lobo - Acha que se pode falar numa (nova) tendência de fazer jornalismo económico em Portugal, que foi espoletada com a crise económica e financeira?

Marta Moitinho Oliveira – O jornalismo económico não sei tanto, agora o resto sim, porque todos os outros jornalistas ficaram mais despertos para a Economia, e foram obrigados todos praticamente a perceber um bocado de Economia. Assim como os de Economia, foram obrigados a perceber um bocadinho de Direito, estavam habituados a estar sempre fechados na parte da Economia, acho que toda a gente passou a ter mais interesse por questões de Economia, porque se não percebessem o que se estava a passar não conseguiam acompanhar a realidade. Acho que até acabou por influenciar mais os outros do que os jornalistas de Economia. Quanto aos jornalistas de Economia, acho que aos poucos

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

estão a regressar a um ritmo mais normal de trabalho, digamos assim, mais próximo daquilo que era antes.

Mafalda Lobo – Acha que o jornalismo económico vai a partir de aqui ganhar uma nova dimensão em termos de importância?

Marta Moitinho Oliveira – Eu acho que o jornalismo económico nunca mais vai ficar igual ao que era antes da intervenção da *troika*, porque a *troika*, veio trazer uma série de novidades... tínhamos que estar muito despertos e muito alertas em relação a muitos assuntos. Agora acho que estamos a caminhar para uma situação muito mais comum, muito mais normal. Agora não tem havido tanto enfoque nas notícias de Economia porque as coisas também têm estado um pouco mais calmas e não existe tanta pressão.

Mafalda Lobo – Acha que os jornalistas da área económica estão agora mais sensíveis quanto a uma possível crise no futuro?

Marta Moitinho Oliveira – Agora se calhar existe mais atenção em relação a coisas que antes não dávamos tanta atenção. Mas, às vezes se calhar acontece atenção a mais. Basta por exemplo, aparecer na *Bloomberg*, aparece uma informação com o ministro alemão das finanças, aconteceu há um tempo atrás, a admitir a possibilidade de um segundo resgate a Portugal e nós entramos em pânico, porque lembramo-nos como é que foi da outra vez. Temos ali uns pequenos minutos em que ficamos, o que é que é isto, o que é que fazemos agora com isto?

Mafalda Lobo – Que valores considera mais importantes na prática do jornalismo económico?

Marta Moitinho Oliveira – O trabalho tem que ser objetivo, mas não tem que ser neutro, ou seja, há aquela ideia de que o trabalho de um jornalista tem que ser tão neutro quanto possível, e tão objetivo quanto possível. Não é bem que não tem que ser neutro. Se calhar não estou a escolher a palavra certa. O jornalista tem a função de escolher informação que mais interessa ao leitor, que é do interesse público. E, muitas vezes, isso, por exemplo, é o que diferencia, imaginemos, uma agência de um jornal. Uma agência como a *Bloomberg*, como a *Lusa*, põe em linha se vão dar mais destaque a uma coisa ou a outra a informação tem. Um jornal tem de escolher a que é vai dar destaque. Claro que a peça a que vai dar mais destaque tem de ter o mesmo grau de objetividade da peça que deu menos destaque. Mas ela tem que fazer uma escolha, que é a escolha que interessa aos leitores, do ponto de vista desse jornal. Eu acho que aqui é a conjugação destas duas coisas. A questão da autonomia, tem a ver com as características pessoais de cada jornalista.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Apêndice F



Universidade do Minho – Centro de Estudos Comunicação e Sociedade (CECS)
Inquérito nacional aos jornalistas da imprensa escrita da área Económica
junho de 2016

Questionário n.º: _ _ _

Universidade do Minho

I. PERFIL PROFISSIONAL

1. Qual a sua área de formação?

- 1) Ciência Política
- 2) Comunicação Social/Ciências da Comunicação
- 3) Economia
- 4) Finanças
- 5) Gestão de Empresas
- 6) Jornalismo
- 7) Sociologia
- 8) Outra
 - o Qual? _____

2. Há quanto tempo exerce a profissão de jornalista da área económica?

- 1) 1-5 anos
- 2) 6-10 anos
- 3) 11-15 anos
- 4) 16-20 anos
- 5) Mais de 20 anos

3. Qual o órgão de comunicação em que trabalhou durante o período da intervenção da *troika* enquanto jornalista da área económica (2011-2014)?

- 1) Correio da Manhã
- 2) Diário de Notícias
- 3) Diário Económico
- 4) Dinheiro Vivo
- 5) Expresso
- 6) Expresso (caderno Economia)
- 7) i
- 8) Jornal de Notícias
- 9) Jornal de Negócios
- 10) Público
- 11) Sábado
- 12) Sol
- 13) Vida Económica
- 14) Visão
- 13) Outro
 - o Qual? _____

4. Continua a trabalhar no mesmo periódico?

- 1) Sim
- 2) Não

5. Qual o vínculo ao órgão de comunicação em que trabalha ou trabalhou durante o período da intervenção da *troika* (2011-2014)?

- 1) Freelancer
- 2) trabalhador por conta de outrem
- 3) trabalhador independente

- 4) simultaneamente trabalhador por conta de outrem e trabalhador independente
- 5) trabalhador-estudante
- 6) Estagiário
- Outro.
 - o Qual? _____

6. Qual o cargo ocupado dentro do órgão de comunicação no período de intervenção da *troika*?

- 1) Chefe de redação
- 2) Coordenador
- 3) Diretor
- 4) Diretor-executivo
- 5) Diretor-adjunto
- 6) Editor
- 7) Editor-Executivo
- 8) Estagiário
- 9) Jornalista
- 10) Redator
- 11) Redator principal
- 12) Repórter
- 13) Subdiretor
- Outro.
 - o Qual? _____

7. Qual o cargo atual que ocupa dentro do órgão de comunicação?

- 1) Chefe de redação
- 2) Coordenador
- 3) Diretor
- 4) Diretor-executivo
- 5) Diretor-adjunto
- 6) Editor
- 7) Editor-Executivo
- 8) Estagiário
- 9) Jornalista
- 10) Redator
- 11) Redator principal
- 12) Repórter
- 13) Subdiretor
- 14) Freelancer
- Outro.
 - o Qual? _____

II. JORNALISMO ECONÓMICO EM PORTUGAL

8. Concorde com a necessidade de especialização para produzir informação económica?

- 1) Sim
- 2) Não. Passe para a pergunta 9.

Página 1 de 3

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

9. Qual(is) a(s) área(s) de especialização mais relevantes para se produzir informação económica? Máximo de respostas: 2.

- 1) Ciência Política
- 2) Economia
- 3) Finanças Públicas
- 4) Gestão de Empresas
- 5) Jornalismo económico
- 6) Mercados Financeiros
- 7) Relações Internacionais
- 8) Sociologia
- 8) Outra

o Qual (is)? _____

10. Como avalia a importância do jornalismo económico na sociedade atual?

- 1) totalmente importante
- 2) muito importante
- 3) importante
- 4) pouco importante
- 5) nada importante
- 6) Não sabe
- 7) Não responde

11. Como avalia a influência do jornalismo económico na agenda política?

- Muito fraca
Fraca
Nem fraca nem forte
Forte
Muito forte
Não sabe
Não responde

12. Dos valores seguintes, com qual se identifica mais na prática do jornalismo económico? Máximo de respostas: 2.

- 1) Autonomia
- 2) Imediatismo
- 3) Independência
- 4) Liberdade
- 5) Objetividade
- 6) Verdade
- 7) Responsabilidade
- 8) Outro.

o Qual? _____

13. Qual considera ser o maior desafio do jornalista que trabalha os temas da economia atualmente? Máximo de respostas: 2.

- 1) adaptar-se ao *online*
- 2) conseguir atrair cada vez mais leitores para o jornalismo económico
- 3) evitar a interferência de interesses políticos (de natureza partidária ou governamental) no exercício do jornalismo económico
- 4) evitar a interferência de interesses financeiros/económicos no exercício do jornalismo económico
- 5) manter a qualidade do jornalismo económico tendo em conta o público cada vez mais diversificado
- 6) providenciar aos cidadãos informações necessárias à tomada de decisões no campo pessoal e profissional
- 7) ser cada vez mais exigente em relação aos poderes que escrutina, observa e noticia.

8) ter conhecimentos e capacidade para tornar os temas económicos compreensíveis ao cidadão comum

8) Outro.
o Qual? _____

14. Como espera que o jornalismo económico em Portugal venha a evoluir no futuro?

- 1) melhorar
- 2) manter
- 3) piorar
- 4) Outra

o Qual? _____

III. JORNALISMO ECONÓMICO EM PORTUGAL NO CONTEXTO DA INTERVENÇÃO DA "TROIKA"

15. As próximas afirmações descrevem diferentes abordagens relativamente à cobertura da Intervenção da "troika" em Portugal. Refira o seu grau de concordância.

- 1 – Discordo completamente
- 2 – Discordo
- 3 – Nem concordo nem discordo
- 4 – Concordo
- 5 – Concordo completamente

	1	2	3	4	5
15.1. A intervenção da "troika" trouxe uma nova forma de abordar o jornalismo económico em Portugal					
15.2. O jornalismo económico tem evoluído em Portugal para um jornalismo do tipo "News to Use" ou "Citizen Journalism"?					
15.3. O jornalismo económico em Portugal orientou-se por valores ideológicos					
15.4. O jornalismo económico legitimou o discurso dos mercados financeiros.					
15.5. O jornalismo económico legitimou o discurso do partido político que governou o país nos três anos da intervenção da "Troika"					
15.6. Foi introduzido na cobertura jornalística novos géneros (formato) jornalísticos, de modo a facilitar a interpretação dos temas por parte dos leitores?					
15.7. Houve a preocupação de descodificar a linguagem de modo a torná-la mais acessível ao cidadão comum					

16. Quais considera terem sido os principais critérios de noticiabilidade (valores-notícia) jornalísticos mais relevantes na cobertura da "Troika" em Portugal? Máximo de respostas: 3.

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

- 1) Amplitude
- 2) Carácter inesperado
- 3) Clareza
- 4) Composição/equilíbrio
- 5) Consonância
- 6) Continuidade
- 7) Frequência
- 8) Negatividade
- 9) Personalização
- 10) Referência a países de elite
- 11) Referência a pessoas de elite
- 12) Significado social
- 13) Outro.
 - o Qual? _____

IV. RELAÇÃO DOS JORNALISTAS COM AS FONTES DE INFORMAÇÃO DA 'TROIKA'

17. Como avalia a importância da relação que foi estabelecida com as fontes da "Troika" no período das avaliações ao Programa de Ajustamento?

- 1) totalmente importante
- 2) muito importante
- 3) importante
- 4) pouco importante
- 5) nada importante

18. Quais foram as principais fontes de informação durante o período das avaliações da "Troika"?
Máximo de respostas: 2.

- 1) Agências noticiosas
- 2) Agências de comunicação
- 3) Agências de Rating
- 4) Comunicados de imprensa
- 5) Conferências de imprensa do Ministério das Finanças
- 6) Conferências de Imprensa da "Troika"
- 7) Fontes da "Troika"
- 8) Fontes Governamentais
- 9) Partidos Políticos
- 10) outros órgãos de informação
- 11) Outra
 - o Qual (ais)? _____

19. As próximas afirmações descrevem abordagens relativamente à forma como os jornalistas se relacionaram com as fontes de informação no processo de produção da notícia no período das avaliações ao Programa de Ajustamento Português. Refira o seu grau de concordância.

- 1 – Discordo completamente
- 2 – Discordo
- 3 – Nem concordo nem discordo
- 4 – Concordo
- 5 – Concordo completamente

	1	2	3	4	5
19.1. Os jornalistas tiveram muitas restrições no acesso às fontes da <i>troika</i> aquando das visitas dos técnicos.					
19.2. O contacto com as fontes da <i>troika</i> era feito sempre por telefone, acesso ao <i>website</i> do FMI e Comissão Europeia, e nunca feito por contacto direto, com exceção das conferências de imprensa das avaliações.					

19.3. Trabalhar num órgão de informação ligado a um grupo económico interfere na forma como os jornalistas se relacionaram com as fontes.					
19.4. Os jornalistas limitaram-se a transcrever os resultados das avaliações conforme a informação descrita nos relatórios da Comissão Europeia e FMI e nos comunicados de imprensa					
19.5. As conferências de Imprensa da <i>troika</i> , do FMI e do Ministério das Finanças foram dos momentos mais importantes para a divulgação da informação					
19.6. O poder político exerceu pressão sobre os jornalistas quando os mercados não eram favoráveis ao desempenho de Portugal no decorrer do programa de ajustamento.					
19.7. Os jornalistas sentiram-se constrangidos em identificar algumas fontes de informação.					
19.8. Os jornalistas sentiram necessidade de confrontar várias fontes de informação relativamente a alguns temas.					
19.9. A <i>troika</i> tentou algumas vezes instrumentalizar os jornalistas					

V. CARATERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA

20. Sexo

- 1) Masculino
- 2) Feminino

21. Idade

- 1) 18 a 24 anos
- 2) 25 a 34 anos
- 3) 35 a 44 anos
- 4) 45 a 54 anos
- 5) 55 a 64 anos
- 6) 65 e mais anos

22. Habilitações literárias

- 1) Ensino Primário
- 2) Ensino Básico
- 3) Ensino Secundário
- 4) Curso Técnico
- 5) Bacharelato
- 6) Licenciatura
- 7) Mestrado
- 8) Doutoramento

23. Rendimento mensal

- 1) Menos de 495€
- 2) 495€-750€
- 3) 751€-1000€
- 4) 1001€-1500€
- 5) 1501€-2000€
- 6) 2001€-2500€
- 7) Mais de 2500€
- 8) Sem rendimento

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Tabela 18: Tabela síntese da narrativa das avaliações da *troika*

Avaliações	Análise/Diagnóstico	Definição particular do problema – Identificação do problema (o quê?)	Interpretação causal – Causas e atribuição de responsabilidades (a quem?)	Atores/protagonistas	Recomendação de tratamento – Tomada de decisão sobre a avaliação do “programa de ajustamento”	Conflito	Previsões/Prognóstico – Propostas, desafios e soluções
1ªavaliação	- Despesas do Estado agravaram-se	- Buraco orçamental das contas públicas (1.900 mil milhões de euros). - Desvio detetado na execução orçamental de 2011 - Banco Português de Negócios e a Região Autónoma da Madeira acrescentam mais 600 milhões de euros ao “buraco” orçamental	- Desaceleração da Economia portuguesa; - Agravamento da crise europeia	- Vítor Gaspar, - Poul Thomsen - Jürgen Kröger, - Rasmus Røffler	- Governo propõe aumento de impostos - <i>Troika</i> quer que Governo faça cortes na despesa em vários subsectores com destaque para a saúde e SEE - a sobretaxa sobre o subsídio de Natal cobre 840 milhões, e a transferência de fundos de pensões da banca para a Caixa Geral de Aposentações, representava 600 milhões de euros. A antecipação da subida do IVA para a eletricidade mais 100 milhões. - <i>Troika</i> aceita as receitas de fundos de pensões como medida extraordinária. - <i>Troika</i> propõe Revisão da Lei de Enquadramento orçamental - Resultados da avaliação positivos	- Governo e <i>troika</i> sobre a desvalorização fiscal – redução da TSU paga pelas empresas - Parceiros sociais sobre o aumento de impostos	- <i>Troika</i> quer mais cortes na despesa
2ªavaliação	- Objetivos do défice público para o 3º e 4º trimestres do ano 2011 foram cumpridos	- Aumento dos atrasos de pagamento na saúde e Administração Regional e local - Salários elevados	- Recessão económica	- Rasmus Røffler - Poul Thomsen	<i>Troika</i> propõe, - Reduzir dívida da saúde e autarquias e setor privado, - Reformas estruturais - Desalavancagem da Economia - Revisão do Código do Trabalho - Flexibilização dos despedimentos - Diminuição do tempo de atribuição do subsídio de desemprego. - aumento das receitas com taxas na saúde	-Redução dos custos do trabalho - Quebra da receita fiscal, - Crédito malparado - Estado não pode gastar se não tiver fundos imediatos - Governo acusado pelo PS de querer ir para além da <i>troika</i> .	- <i>Troika</i> sugere que salários do setor privado sigam os do setor público - <i>Troika</i> revela que o pior está para vir, - FMI pressiona nas reformas estruturais, no mercado de trabalho e na concorrência
3ªavaliação	- Dívidas a fornecedores - Resstruturação dos SEE	- Financiamento à Economia (falta de crédito às empresas) - Desemprego	- Degradação acentuada da Economia	- Abebe Selassie - Governo - <i>Troika</i> - Passos Coelho	- Desalavancagem dos bancos - Reformas estruturais - Reestruturação dos SEE - Mercado laboral - Justiça - Arrendamento urbano - Medidas para o défice tarifário da energia	x	- Reformas estruturais - Consolidação orçamental - Regresso aos mercados

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

					<ul style="list-style-type: none"> - <i>Troika</i> só aceita o uso das receitas resultantes das transferências dos fundos de pensões da banca Pontos fracos: <ul style="list-style-type: none"> - BPN - Privatizações - Energia (rendas excessivas) - Dívidas a fornecedores Risco: <ul style="list-style-type: none"> - Espiral recessiva 		
4ªavaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Derrapagem orçamental 	<ul style="list-style-type: none"> - Recessão da Economia - Crise na Grécia e pressão sobre Espanha e Itália - Escalada de desemprego - derrapagem orçamental 	<ul style="list-style-type: none"> - Resistência social e política ao programa 	<ul style="list-style-type: none"> - Álvaro Santos Pereira - Governo - Troika - Vítor Gaspar 	<ul style="list-style-type: none"> - Riscos orçamentais - Esforço nas reformas estruturais - Algum esforço do Governo nas políticas de crescimento - Desalavancagem foi positiva - Desvalorização fiscal - Redução de salários - <i>Troika</i> não facilita flexibilização das metas do défice - Risco nas contas públicas - Redução da TSU - Troika focada no crescimento 	<ul style="list-style-type: none"> - Rendas da energia 	<ul style="list-style-type: none"> - Recapitalização dos bancos
5ªavaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Meta do défice cada vez mais difícil - Desemprego - Dívida elevada - Derrapagem na Execução Orçamental de 2012 	<ul style="list-style-type: none"> - Recessão mais forte 	<ul style="list-style-type: none"> - Desaceleração da Economia europeia - Agudizar da crise da Zona Euro 	<ul style="list-style-type: none"> - FMI - Governo - Abebe Selassie - Vítor Gaspar - Troika 	<ul style="list-style-type: none"> - Medidas que constava no OE - Agravamento da carga fiscal - Corte nas pensões acima de 1500 euros - Corte nas prestações sociais - FMI admite que subestimou o impacto negativo das medidas de austeridade - Viragem na perceção do programa de ajustamento - Mais austeridade - Discurso político mais pessimista - Rendas excessivas no setor energético - Reforma da AP - <i>Troika</i> suaviza as metas do défice 	<ul style="list-style-type: none"> - Tensão social - Coligação PSD/CDS-PP fica fragilizada - Falta de consenso político e social 	<ul style="list-style-type: none"> - Regresso aos mercados
6ªavaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Acumulação de dívidas - Financiamento da Economia - Empresas públicas - Contas públicas 	<ul style="list-style-type: none"> - PME preocupam o Governo - Retoma da Economia mais pessimista por parte da troika 	<ul style="list-style-type: none"> - Falhou a tentativa de baixar a TSU 	<ul style="list-style-type: none"> - Vítor Gaspar - <i>Troika</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - Recapitalização dos bancos - Financiamento à Economia - Reforma do IRC - Competitividade fiscal 	x	<ul style="list-style-type: none"> - Recuperação do investimento - Acesso das empresas a financiamento bancário
7ªavaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Contração do PIB DE 3,2% - Aumento da dívida pública - Desemprego 	<ul style="list-style-type: none"> - Programa de ajustamento começa a ter impacto negativo na Economia 	<ul style="list-style-type: none"> - Degradação acentuada da Economia portuguesa (recessão de 3,8%) - Fraco desempenho da Economia nacional 	<ul style="list-style-type: none"> - Paulo Portas - Vítor Gaspar - Passos Coelho - Jeroen Dijsselbloem - Miguel Relvas 	<ul style="list-style-type: none"> - Plano "B" - <i>Troika</i> aceita a flexibilização da meta do défice: de 4,5% para 5,5% do PIB em 2014, e de 2,5% para 4% do PIB em 2015, 	<ul style="list-style-type: none"> - Governo e a <i>troika</i> no processo de redução da despesa - Corte de 4 mil milhões de euros até 	<ul style="list-style-type: none"> - Regresso aos mercados

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

	<ul style="list-style-type: none"> - Recessão 	<ul style="list-style-type: none"> - Falha na previsão da meta do défice para 2012 –derrapagem orçamental - Aumento do desemprego para 16,9% - Desaceleração das exportações - Falta de investimento - Chumbo do TC 	<ul style="list-style-type: none"> - Abrandamento da Economia europeia (recessão da Zona Euro) - Governo e <i>troika</i> apontados como responsáveis pelo não cumprimento da meta do défice 	<ul style="list-style-type: none"> - Governo/<i>troika</i> - Sindicatos e os parceiros sociais - Tribunal Constitucional (TC) - Oposição entre ministros do Governo 	<ul style="list-style-type: none"> - Necessários mais cortes nas despesas - Mais aumentos de impostos - Apresentado Guião Reforma do Estado pelo Governo (Paulo Portas) - Reforma do processo orçamental - Eurogrupo aprova sétima avaliação - FMI e Comissão Europeia aceitam corte de 4 mil milhões repartidos pelos anos 2014 e 2015 - Dívida pública ainda é um risco - As rendas da energia ainda são um ponto fraco - Reformas estruturais estão a avançar - Alterações das regras do IRC e juros mais baixos 	<p>2015, para alavancar a Economia. O alvo principal seria os cortes das pensões e salários. PS contra, CDS pede menos dureza, e Bruxelas diz que apenas são necessários 3 mil milhões em 2014.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Crise política na coligação PSD-CDS/PP - Chumbo do TC em relação ao corte de salários e pensões, mas viabilizado o aumento de impostos - António José Seguro (PS) preparar uma Moção de censura ao Governo de Passos Coelho - O PCP e BE contra o Governo da coligação PSD-CDS/PP - Governo, sindicatos e parceiros sociais relativamente às indemnizações por despedimento. 	
8ª e 9ª avaliações	<ul style="list-style-type: none"> - Taxas de juro da dívida em alta 	<ul style="list-style-type: none"> - Flexibilização das metas do défice em causa - Atrasos na implementação da Reforma do Estado 	x	<ul style="list-style-type: none"> - Mario Draghi - Passos Coelho - Durão Barroso - Subir Lall 	<ul style="list-style-type: none"> - Novas projeções para correção do défice tarifário da energia - Leis da reforma da AP - Aumento da idade da reforma - Dificuldade do Governo em avançar com reformas estruturais - Flexibilizar mais o mercado laboral - Continuar os cortes na despesa - Reforma do Estado comprometida 	<ul style="list-style-type: none"> - Greve geral - Coligação desunida 	<ul style="list-style-type: none"> - Programa cautelar - Regresso aos mercados
10ª avaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Desemprego continua muito elevado - Redução do défice externo é precária - Dívida pública continua elevada - Dívida privada ainda é elevada - Rendas da energia ainda elevadas - Cortes nas pensões (<ul style="list-style-type: none"> - Flexibilização dos salários - Execução Orçamental de 2013 - Redução da dívida pública 	<ul style="list-style-type: none"> - Chumbos do TC - Reformas estruturais não deram o resultado pretendido 	<ul style="list-style-type: none"> - Governo - <i>Troika</i> - Maria Lúís Albuquerque - Paulo Portas - Carlos Moedas - Subir Lall 	<ul style="list-style-type: none"> - Mercado de trabalho - Reforma do IRC - Execução orçamental - Convergência do sistema de pensões da CGA com a Segurança Social - Ajustamento salarial negativo no setor dos bens não transacionáveis - Flexibilização salarial - Avaliação positiva das reformas estruturais 	<ul style="list-style-type: none"> - Governo e <i>troika</i> na questão da flexibilização dos salários 	<ul style="list-style-type: none"> - Portugal recupera a soberania - Programa cautelar

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

					<ul style="list-style-type: none"> - Reformas laborais são para continuar - Cortes na despesa ameaçadas pelo TC - Melhoria do défice externo - Melhoria das exportações 		
11ª avaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Governo tem de encontrar medidas no valor de 2 mil milhões de euros - Taxa de desemprego desceu ligeiramente 	<ul style="list-style-type: none"> - Metas do défice - Redução do endividamento das empresas - Redução de rendas no setor da energia - Flexibilização do mercado de trabalho 	- Chumbos do TC	<ul style="list-style-type: none"> - Paulo Portas - Carlos Moedas - Governo - Maria Luís Albuquerque - Subir Lall 	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovação dependente da redução do défice orçamental para 2015, que passasse dos 4% do PIB em 2014 para 2,5% em 2015 - Propostas medidas de consolidação orçamental para 2015 - Baixar o défice para 2,5% do PIB em 2015. - Reforma da Segurança Social - Novas medidas laborais - Exportações estão a subir - Aumento da procura interna - Reformas laborais são para continuar - Dívida tem de decrescer - Evolução positiva na redução da dívida tarifária 		<ul style="list-style-type: none"> - Boas perspetivas para o investimento e para o crescimento económico - Desemprego vai baixar - Programa cautelar ou saída limpa?
12ª avaliação	- Salários e pensões	- Reestruturar as dívidas das empresas	x	- Subir Lall	<ul style="list-style-type: none"> - Redução dos Salários é para continuar - Reforma do Mercado Laboral - Redução das rendas do setor energético - Reforma das pensões 	x	<ul style="list-style-type: none"> - Economia começou a crescer - Discussão do Pós-<i>troika</i> - Monitorização Pós-Programa com o FMI até 75% da dívida estar paga

Fonte: Conceção própria a partir do *Jornal de Negócios e Diário Económico* (2011-20)

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Apêndice G

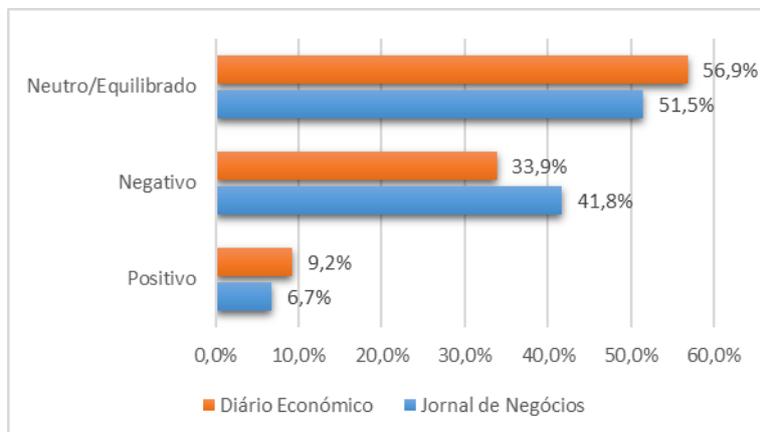


Gráfico 65: Valoração dos títulos das peças no *Jornal de Negócios* e no *Diário Económico* (2011-2014) (% de n=705)

Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística

Apêndice H

Tabela 19: Ator/Instituição referenciado nos títulos do *Jornal de Negócios* e *Diário Económico* (2011-2014) (% peças de n=705)

	Nome da publicação					
	<i>Jornal de Negócios</i>		<i>Diário Económico</i>		Total	
	N	%	N	%	N	%
Governo	111	37,4	151	37,0	262	37,2
Troika (BCE, CE e FMI)	69	23,2	85	20,8	154	21,8
Governo/Troika	23	7,7	13	3,2	36	5,1
Banco de Portugal (BdP)	3	1,0	1	,2	4	,6
Banco Central Europeu (BCE)	4	1,3	2	,5	6	,9
Caixa Geral de Depósitos (CDG)	1	,3	0	,0	1	,1
PSD, PS e CDS	1	,3	0	,0	1	,1
Jornal de Negócios	1	,3	1	,2	2	,3
Comissão Europeia (CE)	16	5,4	23	5,6	39	5,5
FMI	30	10,1	82	20,1	112	15,9
Tribunal Constitucional (TC)	1	,3	1	,2	2	,3
Governo/parceiros sociais	1	,3	0	,0	1	,1
Analistas Dívida Pública	1	,3	0	,0	1	,1
Líder do partido da oposição António José Seguro	1	,3	0	,0	1	,1
Eurostat	1	,3	0	,0	1	,1
Ministros das Finanças da Zona Euro	1	,3	0	,0	1	,1
Conselho Europeu	1	,3	1	,2	2	,3
Analistas e gestores internacionais de fundos	1	,3	0	,0	1	,1
Governo/FMI	9	3,0	1	,2	10	1,4
FMI	0	,0	0	,0	0	,0
Sociedade Civil	1	,3	0	,0	1	,1
Economistas do Bruegel	2	,7	0	,0	2	,3
Bancos Nacionais	1	,3	3	,7	4	,6
CGTP	0	,0	1	,2	1	,1
PS (António José Seguro)	0	,0	5	1,2	5	,7
Banif (SGPS)	0	,0	1	,2	1	,1
Empresários	0	,0	1	,2	1	,1
BEI - Banco Europeu do Investimento	0	,0	1	,2	1	,1
Sector transportes	0	,0	1	,2	1	,1
PS (Vieira da Silva)	0	,0	1	,2	1	,1
Parceiros Sociais	0	,0	5	1,2	5	,7
Hospitais	0	,0	1	,2	1	,1
Autarquias	0	,0	2	,5	2	,3
Empresas Cotadas PSI 20	0	,0	1	,2	1	,1

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

UTAO - Unidade Técnica de Apoio Orçamental	0	,0	1	,2	1	,1
Eurogrupo	0	,0	1	,2	1	,1
Presidente da República	0	,0	2	,5	2	,3
Comentadores Políticos	0	,0	1	,2	1	,1
PS - Partido Socialista	0	,0	1	,2	1	,1
IGCP	0	,0	3	,7	3	,4
CE - Comissão Europeia	0	,0	0	,0	0	,0
Analistas Financeiros	1	,3	0	,0	1	,1

Fonte: Conceção própria a partir da base de dados SPSS

Apêndice I

Tabela 20: Tema dominante no *Jornal de Negócios* e *Diário Económico* (2011-2014) (% peças de n=705)

	Nome da publicação					
	<i>Jornal de Negócios</i>		<i>Diário Económico</i>		Total	
	N	%	N	%	N	%
Política Orçamental 2011	2	,7	0	,0	2	,3
Segurança Social	16	5,4	22	5,4	38	5,4
Sector Financeiro	32	10,8	39	9,6	71	10,1
Ajuda Externa	3	1,0	4	1,0	7	1,0
Medidas em avaliação	0	,0	0	,0	0	,0
SEE - Sector Empresarial do Estado	7	2,4	18	4,4	25	3,5
Política Orçamental 2012	4	1,3	3	,7	7	1,0
Autarquias	0	,0	2	,5	2	,3
Crise Política	0	,0	2	,5	2	,3
Energia	14	4,7	15	3,7	29	4,1
Política Orçamental 2012	0	,0	0	,0	0	,0
Regiões autónomas, regiões, municípios e autarquias	2	,7	9	2,2	11	1,6
Saúde	8	2,7	29	7,1	37	5,2
Fundações Públicas	0	,0	1	,2	1	,1
Programa Ajustamento (PAEF)	26	8,8	23	5,6	49	7,0
Financiamento Economia	4	1,3	6	1,5	10	1,4
Política	1	,3	1	,2	2	,3
Mercado do trabalho	54	18,2	70	17,2	124	17,6
Justiça	1	,3	1	,2	2	,3
Reformas Estruturais	14	4,7	6	1,5	20	2,8
Privatizações e Concessões	2	,7	16	3,9	18	2,6
2ª Avaliação do PAEF - Plano de Ajustamento Económico e Financeiro	0	,0	0	,0	0	,0
Mercado de Produto e Concorrência	2	,7	1	,2	3	,4
Mercado Valores Imobiliários	0	,0	0	,0	0	,0
Contas Públicas	42	14,1	64	15,7	106	15,0
PPP - Parcerias Público-Privadas	1	,3	3	,7	4	,6
2ª Revisão Memorando Entendimento	0	,0	0	,0	0	,0
2ª Avaliação do PAEF - Plano de Ajustamento Económico e Financeiro	0	,0	0	,0	0	,0
Mercado do arrendamento	3	1,0	4	1,0	7	1,0
Reforma do Estado	0	,0	8	2,0	8	1,1
Bens patrimoniais	0	,0	2	,5	2	,3
3ª Avaliação do PAEF - Plano de Ajustamento Económico e Financeiro	0	,0	0	,0	0	,0
Conferências de Imprensa da Troika	0	,0	0	,0	0	,0
Função Pública	0	,0	0	,0	0	,0
Administração Fiscal	18	6,1	25	6,1	43	6,1
Sector dos Transportes e infraestruturas	2	,7	3	,7	5	,7
Déficé Orçamental	0	,0	0	,0	0	,0
Mercados Financeiros	2	,7	0	,0	2	,3
4ª Avaliação do PAEF - Plano de Ajustamento Económico e Financeiro	0	,0	0	,0	0	,0
Importações/Exportações	0	,0	0	,0	0	,0
Turismo	0	,0	1	,2	1	,1
Consumo Privado	0	,0	0	,0	0	,0
Política Orçamental 2013	0	,0	1	,2	1	,1
5ª Avaliação do PAEF - Plano de Ajustamento Económico e Financeiro	0	,0	0	,0	0	,0
Sector Empresarial	5	1,7	9	2,2	14	2,0
6ª Avaliação do PAEF - Plano de Ajustamento Económico e Financeiro	0	,0	0	,0	0	,0
Estado	0	,0	0	,0	0	,0
Política económica	5	1,7	7	1,7	12	1,7
7ª Avaliação do PAEF - Plano de Ajustamento Económico e Financeiro	0	,0	0	,0	0	,0
Educação	0	,0	3	,7	3	,4
Defesa/Forças de Segurança	2	,7	6	1,5	8	1,1

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Dívida Pública	0	,0	0	,0	0	,0
7ª Avaliação Programa Ajustamento	0	,0	0	,0	0	,0
CGA - Caixa Geral de Aposentações	1	,3	0	,0	1	,1
Mercado Laboral (Função Pública)	0	,0	0	,0	0	,0
8ª Avaliação do Programa de Ajustamento	0	,0	0	,0	0	,0
Política Orçamental 2014	3	1,0	0	,0	3	,4
8ª e 9ª Avaliação do PAEF - Plano de Ajustamento do Programa Económico e Financeiro	0	,0	0	,0	0	,0
Acesso aos Mercados Financeiros	3	1,0	9	2,2	12	1,7
Sector dos Bens e Serviços transacionáveis	1	,3	0	,0	1	,1
10ª Avaliação do PAEF - Plano de Ajustamento do Programa Económico e Financeiro	0	,0	0	,0	0	,0
Programa Cautelar	5	1,7	2	,5	7	1,0
11ª Avaliação do PAEF - Plano de Ajustamento Económico e Financeiro	0	,0	0	,0	0	,0
Memorando de Entendimento da Troika	0	,0	0	,0	0	,0
Protesto/contestação social	0	,0	1	,2	1	,1
Supervisão FMI	0	,0	0	,0	0	,0
Resgate	0	,0	1	,2	1	,1
Comunicação	0	,0	1	,2	1	,1
Execução Orçamental	0	,0	0	,0	0	,0
Inflação	0	,0	1	,2	1	,1
12ª Avaliação do PAEF - Plano de Ajustamento Económico e Financeiro	0	,0	1	,2	1	,1

Fonte: Base de dados SPSS

Apêndice J

Tabela 21: Subtema dominante no *Jornal de Negócios* e no *Diário Económico* (2011-2014) (% peças de n=705)

	Nome da publicação					
	<i>Jornal de Negócios</i>		<i>Diário Económico</i>		Total	
	N	%	N	%	N	%
Corte despesa pública	26	8,8	41	10,0	67	9,5
Aumento da receita pública	10	3,4	14	3,4	24	3,4
Contribuições à Segurança Social	15	5,1	19	4,7	34	4,8
Reforma de pensões	5	1,7	6	1,5	11	1,6
Cortes salários da Função Pública	9	3,0	16	3,9	25	3,5
Cortes salários do Sector Privado	8	2,7	3	,7	11	1,6
Mobilidade na Função Pública	3	1,0	6	1,5	9	1,3
Reformas Laborais (Função Pública)	11	3,7	23	5,6	34	4,8
Dívida Pública	22	7,4	43	10,5	65	9,2
Défice Público	8	2,7	9	2,2	17	2,4
Rácio de solvabilidade dos bancos	5	1,7	3	,7	8	1,1
Capitalização da banca	10	3,4	18	4,4	28	4,0
Impostos indiretos (IVA)	5	1,7	11	2,7	16	2,3
Impostos diretos (IRC)	9	3,0	9	2,2	18	2,6
Financiamento das empresas (Públicas)	0	,0	3	,7	3	,4
Monitorização das contas públicas	3	1,0	5	1,2	8	1,1
Défice orçamental	5	1,7	8	2,0	13	1,8
Ajustamento do Programa (PAEF)	3	1,0	5	1,2	8	1,1
Reforma do Sector Empresarial do Estado (SEE)	1	,3	0	,0	1	,1
Transferência do fundo de pensões do Estado para a Banca	4	1,3	6	1,5	10	1,4
Reformas estruturais	0	,0	0	,0	0	,0
Lei das Finanças regionais e locais	1	,3	2	,5	3	,4
Avaliação das medidas	6	2,0	1	,2	7	1,0
Implementação de medidas	2	,7	0	,0	2	,3
Inflação	0	,0	1	,2	1	,1
Fundos do FMI e UE	3	1,0	9	2,2	12	1,7
Financiamento nos mercados financeiros	4	1,3	7	1,7	11	1,6
Financiamento às PME	11	3,7	8	2,0	19	2,7
Investimento (Público e Privado)	1	,3	2	,5	3	,4
Diminuição do consumo privado	0	,0	1	,2	1	,1
Estabilidade financeira	1	,3	0	,0	1	,1
Regulação e Supervisão bancária	0	,0	0	,0	0	,0
Políticas sociais	3	1,0	0	,0	3	,4
Convergência do regime de Seg. Social e CGA	2	,7	0	,0	2	,3
Sustentabilidade da ADSE e SNS	1	,3	3	,7	4	,6
Impostos diretos e indiretos (IRC, IRS e IVA)	1	,3	0	,0	1	,1

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Crescimento económico	6	2,0	2	,5	8	1,1
Consolidação orçamental	1	,3	4	1,0	5	,7
Manifestações sociais	0	,0	1	,2	1	,1
Extensão das maturidades do empréstimo	4	1,3	4	1,0	8	1,1
Défice externo	2	,7	3	,7	5	,7
OE 2012	1	,3	5	1,2	6	,9
Lei para o jogo online	0	,0	1	,2	1	,1
Ajustamento estrutural primário	1	,3	0	,0	1	,1
Saída cautelar do Programa	1	,3	4	1,0	5	,7
Sector dos bens transacionáveis e não transacionáveis	1	,3	0	,0	1	,1
Reforma da Justiça	1	,3	0	,0	1	,1
Reforma do arrendamento urbano	3	1,0	6	1,5	9	1,3
Dívida do BPN	1	,3	2	,5	3	,4
Privatizações	1	,3	19	4,7	20	2,8
Produto Interno Bruto (PIB)	2	,7	4	1,0	6	,9
Criação de Fundo de Resolução	0	,0	1	,2	1	,1
Liquidez bancária	0	,0	5	1,2	5	,7
Resgate da Região Autónoma da Madeira	0	,0	2	,5	2	,3
Financiamento da Economia	0	,0	6	1,5	6	,9
Mecanismo EFSM e EFSF	1	,3	1	,2	2	,3
Concessões à EDP	0	,0	1	,2	1	,1
Liberalização do mercado do Gás Natural	0	,0	1	,2	1	,1
Novo quadro legal PPPs	0	,0	1	,2	1	,1
Alterações à lei do enquadramento orçamental	0	,0	0	,0	0	,0
Portarias de extensão	0	,0	0	,0	0	,0
Metas do défice	9	3,0	13	3,2	22	3,1
Reforma do Sector Eléctrico	0	,0	1	,2	1	,1
Queda do consumo interno	0	,0	2	,5	2	,3
Funções do Estado	0	,0	1	,2	1	,1
Queda da procura externa	0	,0	1	,2	1	,1
Crise política	0	,0	3	,7	3	,4
Chumbo do Tribunal Constitucional (TC)	0	,0	1	,2	1	,1
Reforma da rede hospitalar	0	,0	1	,2	1	,1
Salários da Função Pública e Sector Privado	0	,0	0	,0	0	,0
Desemprego	13	4,4	15	3,7	28	4,0
Política de crédito	7	2,4	12	2,9	19	2,7
Impostos directos (IRS)	2	,7	12	2,9	14	2,0
Liberalização dos mercados de electricidade	0	,0	1	,2	1	,1
Reforço Fundos de Garantia de depósitos	0	,0	1	,2	1	,1
Financiamento das empresas (Privadas)	2	,7	0	,0	2	,3
Corte rendas excessivas sector energético	15	5,1	10	2,5	25	3,5
Lei dos compromissos	0	,0	4	1,0	4	,6
Corte de pensões	6	2,0	10	2,5	16	2,3
Políticas de emprego	3	1,0	2	,5	5	,7
Medidas fiscais	6	2,0	6	1,5	12	1,7
Impostos directos (IMI)	0	,0	2	,5	2	,3
Resultados operacionais SEE	0	,0	1	,2	1	,1
Reformas Laborais (Sector Privado)	4	1,3	4	1,0	8	1,1
Participações do Estado no capital social empresas	1	,3	1	,2	2	,3
Aumento da procura externa	0	,0	2	,5	2	,3
Pagamentos salários da Função Pública	0	,0	1	,2	1	,1
Queda da procura interna	0	,0	1	,2	1	,1
Diminuição das receitas públicas	2	,7	1	,2	3	,4
Reformas Laborais	21	7,1	8	2,0	29	4,1
Cortes salários (público e privado)	1	,3	2	,5	3	,4
Medidas Pós-Troika	1	,3	3	,7	4	,6
Reformas da Educação	0	,0	1	,2	1	,1
Financiamento às empresas (Públicas e Privadas)	1	,3	0	,0	1	,1
Investimento Privado	1	,3	0	,0	1	,1
Investimento Público	0	,0	0	,0	0	,0
Reforma da saúde	1	,3	0	,0	1	,1

Fonte: Base de dados SPSS

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Apêndice L

Tabela 22: Medidas da primeira avaliação no *Jornal de Negócios* e *Diário Económico* (12 agosto a 16 de setembro de 2011)

<i>Jornal de Negócios</i>	Primeira avaliação	<i>Diário Económico</i>	Primeira avaliação
2011/08/12	Medidas cumpridas/concretizadas	2011/08/16	Medidas a implementar/concretizar
	Redução das indemnizações por despedimento		Não é preciso subir mais impostos este ano
	Estrutura de tarifas no Setor Empresarial do Estado (SEE)		Faltam cortes na despesa pública
	Eliminação das "Golden Shares"		Medidas estruturais são para implementar
	Transcrever diretivas na energia e telecomunicações		O arranque foi bom mas falta o mais difícil
	Venda do BPN		Controlo Orçamental
	Calendário para o fim das tarifas reguladas da Eletricidade		Saúde
	Medidas pendentes/não concretizadas		Banca
	Redução das indemnizações por despedimento		Trabalho
	Implementação da nova lei da arbitragem		Privatizações
2011/08/16	Relatório sobre o Setor Empresarial do Estado (SEE)	2011/09/15	Setor Empresarial do Estado
	Atacar pendências acima de um milhão de euros		Energia
	Medidas cumpridas/concretizadas		Telecom(s)
	Relatório sobre Sector Empresarial do Estado		PPP duplicam custos em 2016
	Contratualização de serviços públicos		Correio universal não vai ter IVA. Mantém-se Isenção do IVA nos Serviços Postais
	Dívida Histórica das empresas do Estado		Fundo (para financiar despedimentos) a criar o mais brevemente possível
	Medidas em curso		85 empresas do SEE e 33 PPP sob mira da <i>troika</i>
	Recuo na aplicação do regime experimental de processo civil		Endividamento do SEE está nos 8,2%
	Redução dos Institutos		
	Cortes na ADSE acelerados		
2011/09/14	Regiões e Municípios serão mais controladas	2011/09/16	
	Mantém-se Isenção do IVA nos Serviços Postais		
	Prazo mais apertado na extinção de tarifas da luz		
	Novas datas de privatizações		
	Pagamentos à ANACOM - Autoridade Nacional de Comunicações têm de baixar		

Fonte: Conceção própria a partir da base de dados do SPSS

Tabela 23: Medidas da segunda avaliação no *Jornal de Negócios* e *Diário Económico* (07 novembro a 21 de novembro de 2011)

<i>Jornal de Negócios</i>	Segunda avaliação	<i>Diário Económico</i>	Segunda avaliação
2011/11/17	Medidas a implementar/concretizar	2011/11/07	Medidas em avaliação
	Reforma do Processo Orçamental		Finanças Públicas
	Flexibilização do mercado laboral		Estabilidade Financeira
	Liberalização de sectores protegidos e reforma da concorrência		Competitividade
	Lei do arrendamento urbano		
2011/11/18	Reforma da Justiça	2011/11/17	Medidas em curso
	Simulações feitas pelo Jornal de Negócios a partir das rem. declaradas pelas empresas privadas à Segurança Social		Sector Empresarial do Estado (SEE)
	Argumentos favoráveis a um corte salarial no sector privado		Venda da EDP e REN em 2011
2011/12/20	Medidas a implementar/concretizar	2011/12/21	Reformas estruturais
	Liberalizar as rendas antigas		Justiça é setor chave nas reformas
	Mercado Laboral		Atrasos nos pagamentos
	Lei da Concorrência		Corte de 20% em todas as pensões da CGA
	Tribunais céleres e sem pendências		Medidas previstas
2011/12/21	Medidas adicionais	2011/12/21	Privatizações de 2012 avançam
	Controlo despesa		Regresso ao mercado em 2013
	Operacionalização do Conselho de Finanças Públicas		
	Publicação dos contratos das PPP		
	Empresas públicas proibidas de se endividarem junto da banca		

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Inclusão no Boletim da DGO - Direção Geral do Orçamento das atividades da AP	
Revisões das leis de Finanças Locais e Regionais e de Finanças Locais	
Medidas a implementar/concretizar	
Benefícios fiscais - Relatório sobre a despesa fiscal	
Relatório sobre riscos orçamentais	
Apresentação datas para as privatizações	
Negociar concessão da PT	
Calendário para o fim das tarifas reguladas da Eletricidade	
Dívida das EP - Estradas de Portugal exige medidas adicionais	
Empresas Públicas	
Parpública	
CGD - Caixa Geral de Depósitos	

Fonte: Conceção própria a partir da base de dados do SPSS

Tabela 24: Medidas da terceira avaliação no *Jornal de Negócios* e *Diário Económico* (29 de fevereiro a 09 de abril de 2012)

<i>Jornal de Negócios</i>	Terceira avaliação	<i>Diário Económico</i>	Terceira avaliação
2012/02/23	Medidas cumpridas/concretizadas Objetivos da desalavancagem suavizados Mais acesso a recursos do BCE CGD pode usar linha de capital para a banca Reativação do mercado monetário nacional	2012/02/29	Medidas em avaliação Privatizações rendem menos Défice tarifário preocupa missão Taxa de desemprego de 14,5% em 2012
2012/02/28	Medidas em avaliação Controlo da dívida pública Lei Laboral Lei do arrendamento urbano Reforma da Justiça Estado arrecadou verbas com a privatização da EDP e REN Estabilidade Financeira Reformas Estruturais Finanças Públicas Metas, Prazos e Montantes adiados Medidas pendentes/não concretizadas Reforma do SEE - Sector Empresarial do Estado Energia - Área da Concorrência e dos sectores regulados Venda do BPN	2012/04/04	Medidas a implementar/concretizar Redução dos custos orçamentais com a ADSE e outros subsistemas públicos de saúde em 30% este ano e mais 20% em 2013 Apresentar o calendário para rever as leis das Finanças Locais e Regionais. Foi adiada para o segundo trimestre de 2012 Identificar ineficiências e redundâncias entre as Ad. Centrais e Locais Rever os pagamentos aos produtores de eletricidade. Adotar medidas para garantir sistema elétrico sustentável Lançar o concurso para escolher prestador do serviço universal nas telecomunicações Escolher consultor para avaliar funcionamento das autoridades nacionais de regulação Preparar plano de privatização da Parpública até Abril de 2012 Eliminar direitos especiais na Galp, com venda de 1% da CGD Medidas em curso Duas "holdings" bancárias não atingiram os 9% de 'core tier one' em 2011 Finalizar a moldura legal para recurso à ajuda estatal Publicar os novos rácios de malparado
2012/02/29	Medidas a implementar/concretizar Cogeração com menos sobrecustos Garantia de potência eliminada e renascida CMEC - Custos de Manutenção do Equilíbrio Contratual negociados bilateralmente Renováveis com dívidas		
2012/04/04	Medidas previstas Harmonizar os prazos dos avisos prévios Mais incentivos à reabilitação Período transitório deve ser acelerado Assegurar despejos rápidos Medidas em curso Parpública Serviço Universal de Telecomunicações Galp Energia Estudo sobre reguladores adiado		
2012/04/09	Medidas previstas Equilíbrio Operacional da Refer em 2013 Tribunais a mais vão fechar até Junho de 2013		

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

	Corte no valor e na duração do subsídio de desemprego		Medidas a implementar/concretizar
	Corte no valor do subsídio de desemprego no valor de 6%		Metas do défice para 2012 (5%), 2013 (4,5%), 2014 (2,5%)
	Corte de 10% no valor do subsídio de desemprego deriva em 6%		Redução do número de funcionários públicos
	Desempregados perdem proteção social		Corte nas pensões
			Alargamento do programa de privatizações
			Agravamento da tributação sobre o rendimento de capital, património e bens de luxo
			Agravamento da TSU para trabalhadores independentes
			Novas regras de atribuição subsídio de desemprego
			Pagamento das obrigações
			Alteração do IRS a partir de 2013
			Esforço de consolidação orçamental
			Medidas a implementar/concretizar
			Acesso a contas bancárias - Fisco
			Redução de escalões de IRS
	Reavaliação dos imóveis		
	Task force de juízes reavaliada		

Fonte: Conceção própria a partir da base de dados do SPSS

Tabela 27 Medidas da sexta avaliação no *Jornal de Negócios* e *Diário Económico* (20 de novembro 2012 a 25 de fevereiro de 2013)

<i>Jornal de Negócios</i>	Sexta avaliação	<i>Diário Económico</i>	Quinta avaliação
2012/11/20	Medidas em avaliação Contas Públicas precisam de controlo apertado Financiamento da Economia Empresas Públicas têm de fazer mais Medidas a implementar/concretizar Negociar a taxa do apoio público da banca Titularizar a carteira de crédito hipotecário Criação de um banco de fomento Instrumentos de emissão de dívida para PME Medidas a implementar/concretizar Reforma das Funções do Estado Reforma do Processo Orçamental Alterações das Regras de IRC e juros mais baixos	Sem referência	Sem referência
2013/01/21	Medidas em risco Crise política e social Economia pode cair mais do que o previsto Crise na Europa pode prejudicar Portugal Possíveis surpresas nas empresas públicas Constitucional pode chumbar medidas Medidas a implementar/concretizar IRS Imposto para as prestações sociais IRS Tributação separada para os casais IRS Menos deduções na saúde, educação e propriedade IRS Acabar com a derrama IRC Fim da taxa reduzida nas Regiões IRC Regime simplificado para PME		
2013/02/25	Medidas em negociação Adiamento das metas do défice orçamental Negociações em torno dos objetivos de médio prazo Alargamento da maturidade e regresso aos mercados Abrandamento europeu Flexibilização do défice Crise do emprego Falta de investimento Regresso aos mercados		

Fonte: Conceção própria a partir da base de dados do SPSS

Tabela 28: Medidas da sétima avaliação no *Jornal de Negócios* e *Diário Económico* (13 de março a 14 de junho de 2013)

<i>Jornal de Negócios</i>	Sétima avaliação	<i>Diário Económico</i>	Sétima avaliação
2013/03/13	Medidas em curso Regime de dividendos competitivos	2013/02/25	Medidas a implementar/concretizar Horário de trabalho mais flexíveis

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

	Incentivos ao investimento		Sem um dos subsídios (funcionários públicos)
	Redução de taxa e racionalização		Subsídio de doença reduzido
	Reinvestimento de lucros		Corte temporário de 10% nas pensões não resolve questões de equidade.
	Alargamento do reporte de prejuízos		Subsídios de férias e de Natal só seriam pagos em anos de crescimento.
	Medidas em avaliação		Aumentar a idade de reforma para 66 anos
	Corte de 4 mil milhões de euros é austeridade adicional ou substituiu a que já existe?		Harmonizar fórmulas de cálculo entre regime público e privado
	O "Plano B" para 2012 faz parte do pacote dos 4 mil milhões que está em negociação?		Pensões mínimas só aos 65 anos
	Quanto tempo é que o Governo dispõe para aplicar os cortes? Até 2014 ou 2015?		Eliminar regimes especiais da CGA
	O Governo aceitou os cortes e agora resiste. Porquê?		Corte de 20% em todas as pensões da CGA
	Do que desconfia a Troika quando não ajusta cortes aos impactos da recessão?		Aplicar o fator de sustentabilidade a pensões entre 2000 e 2007
	As negociações em curso tornarão o ajustamento menos doloroso?		Fundir as estruturas da Segurança Social e CGA, em que o Governo já está a trabalhar
	Há margem para descer os impostos nos próximos anos?		Criar um teto para o total de subsídios recebido por família
2013/03/14	Medidas em avaliação		Cortar o subsídio de desemprego ao fim de dez meses para a média do subsídio social podia poupar 300 a 600 milhões de euros, que podiam ser usados para garantir o subsídio a mais jovens
	Portugal passa no exame		Cortar prestações familiares a partir do 3º escalão pode originar poupanças de 89 milhões
	Quanta austeridade?		Cortar o abono para jovens entre 19 e 24 anos poupa 89 milhões
	Que medidas no mercado de trabalho e no investimento		A melhor eficácia dos apoios e a redução de algumas prestações reduz a despesa em 665 milhões
2013/03/15	Medidas em avaliação		Concessões nos transportes
	Sistema faseado de redução de indemnizações		Alienação da TAP avança em breve
	Revisão do IRC a tempo do Orçamento 2014	2013/03/15	Venda da RTP à espera de condições
	Mais um ano para o défice orçamental		Medidas a implementar/concretizar
	Cortes de despesa mantêm lugar central		Reforma do IRC
	Avaliação positiva nas reformas estruturais		Investimento
	Medidas adicionais		TAP
	Primeira alteração só para os futuros		Venda dos Seguros da CGD
	Segunda fase para os atuais contratos		Defesa
	Terceira redução para todos		Estudo Salarial
2013/06/14	Medidas a implementar/concretizar		
	Leis autónomas		
	Pacto orçamental		
	Princípio de equidade		

Fonte: Conceção própria a partir da base de dados do SPSS

Tabela 29: Medidas da oitava e nona avaliação no *Jornal de Negócios* e *Diário Económico* (24 de junho a 14 de novembro de 2013)

<i>Jornal de Negócios</i>	Oitava e nona avaliação	<i>Diário Económico</i>	Oitava e nona avaliação
2013/06/24	Medidas a implementar/concretizar	Sem referência	Sem referência
	Pensões públicas enfrentam corte médio de 10%		
	Viver mais tempo custa mais caro a reformados		
	Código do trabalho no Estado está pronto a negociar		
	Mobilidade pode acabar em despedimento		
	Comunicações e energia estão na mira do FMI		
2013/10/03	Medidas em negociação		
	Subida da idade de acesso à pensão completa para os 66 anos		
	Fator de sustentabilidade agrava novas pensões		
	Mantém-se a CES (Contribuição extraordinária de solidariedade)		
2013/10/03	Medidas em negociação		
	Subida da idade de acesso à pensão completa para os 66 anos		
	Fator de sustentabilidade agrava novas pensões		
	Mantém-se a CES (Contribuição extraordinária de solidariedade)		
2013/10/07	Medidas a implementar/concretizar		
	Quem são os destinatários e que dívidas podem ser abrangidas?		
	Como será efetuado o pagamento?		
	E quanto a dívidas que estejam a ser contestadas em Tribunal?		
	Medidas fiscais em Espanha		
	Regiões autónomas		
	Remuneração dos terrenos hídricos		

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

	Distorções do mercado	
	Centrais de carvão	
	Medidas em curso	
	Como usar melhor dividendos das Empresas Públicas?	
	Jogo <i>online</i> volta à mesa do legislador	
	Corte adicional na despesas dos ministérios	
	Mais medidas do lado da receita	
2013/11/14	Medidas em risco	
	Instabilidade política	
	Novos chumbos do Tribunal Constitucional	
	Redução do endividamento	
	Recuperação Europeia	
	Política monetária dos Estados Unidos	
	Reformas insuficientes	

Fonte: Conceção própria a partir da base de dados do SPSS

Tabela 30: Medidas da décima avaliação no *Jornal de Negócios* e *Diário Económico* (03 de dezembro 2013 a 21 de fevereiro de 2014)

<i>Jornal de Negócios</i>	Décima avaliação	<i>Diário Económico</i>	Décima avaliação
2013/12/03	Medidas em avaliação	Sem referência	Sem referência
	Défi ce orçamental deste ano ainda incerto		
	Flexibilização e chumbo ao código do trabalho		
	Chumbo na CGA e regresso aos mercados		
	Energia de novo em cima da mesa com foco nos CMEC		
2013/12/17	Medidas em avaliação		
	Economia e Decisões do Tribunal Constitucional		
	Contas Públicas e Regresso aos Mercados		
	Reformas Laborais e na Função Pública		
	Desalavancagem e Capitalização da Banca		
	Rendas da Energia		
2013/12/18	Medidas a implementar/concretizar		
	Portugal tem prevista a emissão de 10,5 mil milhões		
	Portugal testará mercados em Janeiro		
	Segunda emissão de dívida antes da Troika sair		
2014/02/12	Medidas a implementar/concretizar		
	Reforma da lei dos despedimentos		
	Portos e custos nas exportações		
	Custos da energia		
	Justiça e arrendamento		
2014/02/20	Medidas adicionais		
	Reformas laborais são para continuar		
	É preciso mais flexibilidade salarial		
	Desemprego ainda demasiado elevado		
	Redução do défi ce externo é precária		
	Cortes na despesa ameaçados pelo TC		
	Medidas em risco		
	Dívida Pública em nível preocupante		
	Dívida privada parou de subir mas não caiu		
	Reforma nos portos sem efeitos práticos		
	Desemprego ainda demasiado elevado		
	Cortes na despesa ameaçados pelo TC		
	Medidas em avaliação		
	Portugal deve escolher cautelar		
	Irlanda com problemas na banca		
	Grécia falhou		
2014/02/21	Medidas em avaliação		
	Mais concorrência, preços mais baixos		
	Políticas ativas de emprego		
	Transferência de Impostos		
	Reforma nas pensões		
	Apoio ao desemprego		
	Medidas para os menos qualifi cados		

Fonte: Conceção própria a partir da base de dados do SPSS

Tabela 31: Medidas da décima primeira avaliação no *Jornal de Negócios* e *Diário Económico* (03 de março de 2014 a 28 de abril de 2014)

<i>Jornal de Negócios</i>	Décima avaliação	<i>Diário Económico</i>	Décima avaliação
2014/03/03	Medidas adicionais	2014/04/22	Medidas a implementar/concretizar
	Revisão do IRS não visa baixar a carga fiscal		Suspensão dos contratos coletivos
	Governo vai publicar mais portarias de extensão		Aumento do salário mínimo
	Cortes na Função Pública marcam última revisão		

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

2014/04/22	Medidas adicionais
	Suspensão dos efeitos das Convenções Coletivas
	Alargar a Publicação de Portarias de Extensão
	Corte nas Indemnizações dos despedimentos ilícitos
	Medidas a implementar/concretizar
	Construir modelos
	Grandes empresas
	Supervisão
	Medidas adicionais
	Mais cortes na energia
	Nova lei do trabalho portuário
	Rever salários e suplementos na Função Pública
	Redução do défice orçamental de 2015
	"Solução duradoura" para as pensões
	Definir as medidas da reforma laboral
	Medidas em curso
	Financiamento da Concorrência por resolver
2014/04/28	Medidas em curso
	Aumentos para a ADSE devem avançar em Maio
	Governo poderá voltar a baixar preços dos remédios
	Saída de professores ajudará esforço de austeridade
	Ministérios mais afetados em 2015
	Cortes nos gastos com consultoria
	Comissão diz que deve haver mais privatizações
	Medidas adiadas
	Salário e suplementos ainda por resolver
	Requalificação e rescisões ainda não garantiram as metas
	Mercado laboral ainda não reflete as reformas feitas
	Desde o início à espera do fecho de serviços de finanças
	Sem verbas, hospitais continuam a acumular dívidas
	Educação terá de continuar a perder escolas e docentes
	Redução de rendas na energia avançou mas pode não chegar
	Falta reduzir o nível de endividamento das empresas
	Medidas não cumpridas
Cortes nas pensões ainda não estão consolidados	

Fonte: Conceção própria a partir da base de dados do SPSS

Tabela 32: Medidas da décima segunda avaliação no *Jornal de Negócios* e *Diário Económico* (03 de dezembro 2013 a 21 de fevereiro de 2014)

<i>Jornal de Negócios</i>	Décima segunda avaliação	<i>Diário Económico</i>	Décima segunda avaliação
Não há referência		2014/04/23	Medidas a implementar/concretizar
			Mercado de trabalho
			Rendas do Sector Energético
			Suplementos salariais
			Reforma das pensões
			Dívida da CP
			Reestruturar a dívida das empresas

Fonte: Conceção própria a partir da base de dados do SPSS

Apêndice M

Tabela 33: Nome do Ator nas peças no *Jornal de Negócios* e no *Diário Económico* (2011-2014)

	Nome da publicação					
	<i>Jornal de Negócios</i>		<i>Diário Económico</i>		Total	
	N	%	N	%	N	%
Vitor Gaspar (Ministro das Finanças)	53	32,3	90	35,0	143	34,0
Passos Coelho (Primeiro-Ministro)	17	10,4	32	12,5	49	11,6
Jürgen Kroeger (Chefe/Rep.da CE)	5	3,0	12	4,7	17	4,0
Poul Thomsen (Chefe/Rep.do FMI)	11	6,7	9	3,5	20	4,8
Paulo Macedo (Ministro da Saúde)	4	2,4	14	5,4	18	4,3
Joaquim Reis	1	,6	0	,0	1	,2
Miguel Frasquilho (vice-presidente da bancada parlamentar do PSD)	4	2,4	6	2,3	10	2,4
Mesquita Nunes (Deputado CDS-PP)	1	,6	0	,0	1	,2
Fernando Medina (deputado do PS)	1	,6	1	,4	2	,5
Eurico Dias (Assessor para a Economia do PS)	3	1,8	5	1,9	8	1,9
Miguel Tiago (Deputado PCP)	2	1,2	1	,4	3	,7
João Semedo (Deputado BE)	1	,6	2	,8	3	,7
Maria Luís Albuquerque (Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças)	16	9,8	8	3,1	24	5,7

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Rasmus Røffer (BCE)	2	1,2	6	2,3	8	1,9
Helder Rosalino (Secretário de Estado da Administração Pública)	8	4,9	13	5,1	21	5,0
António Saraiva - CIP (Confederação Indústria Portuguesa)	5	3,0	3	1,2	8	1,9
Jorge Morgado (Secretário-geral da DECO)	1	,6	1	,4	2	,5
Carlos Moedas (Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-ministro)	13	7,9	10	3,9	23	5,5
Vítor Bento (Economista)	1	,6	0	,0	1	,2
Ferreira do Amaral (Economista)	1	,6	0	,0	1	,2
Manuel Caldeira Cabral (Prof. Univ. Minho)	1	,6	0	,0	1	,2
Miguel St. Aubyn (Economista e Prof. Universitário no ISEG)	1	,6	1	,4	2	,5
Fernando Ulrich - Presidente do BPI	1	,6	0	,0	1	,2
Nuno Amado - Presidente do Santander Totta	1	,6	1	,4	2	,5
António Ramalho - Vice Presidente do BCP	1	,6	0	,0	1	,2
Ricardo Salgado - Presidente do BES	1	,6	2	,8	3	,7
Christine Lagarde - Diretora-geral do FMI - Fundo Monetário Internacional	3	1,8	9	3,5	12	2,9
António José Seguro (Secretário-geral do PS)	1	,6	16	6,2	17	4,0
Eduardo Catroga (Economista e ex-ministro das Finanças)	1	,6	1	,4	2	,5
Ribau Esteves (Dirigente da Associação Nacional de Municípios)	1	,6	0	,0	1	,2
Paulo Júlio (Secretário de Estado da Administração Local)	1	,6	1	,4	2	,5
Alberto João Jardim (Presidente do Governo Regional da Madeira)	1	,6	2	,8	3	,7
António Mexia (Presidente da EDP)	1	,6	1	,4	2	,5
Durão Barroso - Presidente da Comissão Europeia	2	1,2	2	,8	4	1,0
Luís Menezes Leitão (Presidente da ALP - Associação Lisbonense de Proprietários)	1	,6	1	,4	2	,5
António Machado - Direção da AIL - Associação Inquilinos Lisbonense	1	,6	0	,0	1	,2
Luís Lima - Presidente da APEMIP (Associação dos Profissionais e Empresas de Mediação Imobiliária de Portugal)	1	,6	0	,0	1	,2
Assunção Cristas (Ministra da Agricultura)	1	,6	1	,4	2	,5
Ivanna Vladkova-Hollar	1	,6	0	,0	1	,2
Carlos Costa (Governador do Banco de Portugal - Bdp)	4	2,4	1	,4	5	1,2
António Borges (Economista, e Líder do Departamento Europeu do FMI)	2	1,2	1	,4	3	,7
Mário Draghi (Presidente do BCE)	7	4,3	3	1,2	10	2,4
Peter Weiss (Subchefe da missão da Comissão Europeia em Portugal)	2	1,2	5	1,9	7	1,7
Álvaro Santos Pereira (Ministro da Economia)	7	4,3	2	,8	9	2,1
José Sócrates (ex-primeiro ministro)	3	1,8	4	1,6	7	1,7
Henrique Gomes (ex-secretário de Estado da Energia)	1	,6	2	,8	3	,7
Sérgio Silva Monteiro (Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações)	3	1,8	2	,8	5	1,2
Nemat Shafik (Vice-diretora geral do FMI)	1	,6	0	,0	1	,2
Abebe Selassie (Novo chefe missão FMI)	5	3,0	16	6,2	21	5,0
Miguel Relvas (Ministro Adjunto e da Presidência)	2	1,2	2	,8	4	1,0
Olli Rehn (Comissário europeu para os Assuntos Monetários)	3	1,8	4	1,6	7	1,7
Francisco Louçã (Economista e Prof. Universitário)	1	,6	2	,8	3	,7
Nicholas Spiro (Consultor)	1	,6	0	,0	1	,2
Pedro Martins (Secretário de Estado do Emprego)	2	1,2	0	,0	2	,5
Almeida Henriques (Secretário de Estado da Economia)	1	,6	0	,0	1	,2
Paulo Vaz (Secretário-geral da Associação de Têxtil e de Vestuário de Portugal (ATP))	1	,6	0	,0	1	,2
Alves da Silva - Presidente da PME Portugal	1	,6	0	,0	1	,2
Fernando Ulrich (Presidente do BPI)	1	,6	2	,8	3	,7
Nuno Amado (Presidente do BCP)	1	,6	1	,4	2	,5
Pedro Lino (Administrador da Dif Broker)	2	1,2	0	,0	2	,5
Duarte Caldas (Consultor IG Markets)	1	,6	0	,0	1	,2

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

François Hollande (Presidente Francês)	2	1,2	1	,4	3	,7
António Costa Pinto (Político)	1	,6	0	,0	1	,2
José Adelino Maltez (Prof. Catedrático)	1	,6	0	,0	1	,2
João Cravinho (Ex- ministro do PS)	1	,6	0	,0	1	,2
Miguel Macedo (Ministro da administração Interna)	2	1,2	3	1,2	5	1,2
Pedro Mota Soares (Ministro da Solidariedade e Segurança Social)	9	5,5	5	1,9	14	3,3
João Proença (Presidente da UGT)	5	3,0	3	1,2	8	1,9
João Vieira Lopes (Presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal - CCP)	1	,6	4	1,6	5	1,2
Jorge Costa (Membro dirigente do BE)	1	,6	1	,4	2	,5
José Abraão (Dirigente da Federação Sindical - Fesap)	1	,6	2	,8	3	,7
Andrea Montanino (Representante de Portugal no Diretório Executivo do FMI)	2	1,2	1	,4	3	,7
Adolfo Mesquita Nunes (dirigente do CDS-PP)	1	,6	0	,0	1	,2
Teresa Anjinho (CDS-PP)	1	,6	0	,0	1	,2
João Almeida Pinto (Deputado CDS-PP)	2	1,2	0	,0	2	,5
Paulo Portas (Ministro do Estado e dos Negócios Estrangeiros)	4	2,4	4	1,6	8	1,9
Manuel Rodrigues (Novo Secretário de Estado das Finanças)	1	,6	0	,0	1	,2
Jeroen Dijsselbloem (Presidente do Eurogrupo)	3	1,8	3	1,2	6	1,4
Arménio Carlos (Secretário-geral da CGTP)	2	1,2	2	,8	4	1,0
Benoît Couéré (Membro do Conselho Executivo do BCE)	2	1,2	0	,0	2	,5
Nuno Crato (Ministro da Educação)	2	1,2	6	2,3	8	1,9
José Pedro Aguiar-Branco (Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas)	1	,6	3	1,2	4	1,0
Tiago Duarte (Constitucionalista)	1	,6	1	,4	2	,5
Paulo Otero (Constitucionalista)	1	,6	0	,0	1	,2
Marcelo Rebelo de Sousa (Prof. Catedrático Direito)	1	,6	3	1,2	4	1,0
Ciaran O' Hagan (Analista da Societé Générale)	2	1,2	0	,0	2	,5
David Schnautz (Analista do Commerzbank)	2	1,2	6	2,3	8	1,9
António Lobo Xavier (Presidente do grupo parlamentar do CDS-PP)	2	1,2	2	,8	4	1,0
Paulo Nuncio (Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais)	4	2,4	7	2,7	11	2,6
João Moreira Rato (Presidente do IGCP)	1	,6	2	,8	3	,7
Otto Dichtl (Consultor da Knigt Capital Europe)	1	,6	0	,0	1	,2
Richard Segal (Consultor da Jefferies International)	1	,6	0	,0	1	,2
Mário Monti (Chefe do Governo de Itália)	1	,6	0	,0	1	,2
Jerónimo de Sousa (Secretário-geral do PCP - Partido Comunista Português)	1	,6	4	1,6	5	1,2
Heloísa Apolónia (deputado do PEV - Partidos dos Verdes)	1	,6	0	,0	1	,2
Luc Eyraud (Economista do FMI)	1	,6	0	,0	1	,2
Anke Weber (Economista do FMI)	1	,6	0	,0	1	,2
Adão Silva (vice-presidente da bancada do PSD)	1	,6	0	,0	1	,2
Angela Merkel (Chanceler alemã)	1	,6	3	1,2	4	1,0
Alessandro Turrini (Chefe da missão para a área do trabalho do programa de ajustamento)	1	,6	0	,0	1	,2
José Abraão (Fesap)	1	,6	0	,0	1	,2
Bettencourt Picanço (STE)	1	,6	0	,0	1	,2
Paula Carvalho (Economista do BPI)	1	,6	2	,8	3	,7
João Galamba (deputado PS)	1	,6	1	,4	2	,5
Ricardo Santos (economista do BNP Paribas)	1	,6	1	,4	2	,5
Pedro Marques (deputado do PS)	2	1,2	1	,4	3	,7
Luís Fazenda (BE)	1	,6	1	,4	2	,5
Cecília Meireles (CDS)	1	,6	0	,0	1	,2
Nicola Marinelli (Gestor de fundos da Glendevon King)	1	,6	0	,0	1	,2
Christian Schulz (Economista do Berenberg Bank)	1	,6	0	,0	1	,2
Michael Hewson (Analista sénior de mercados da CMC Markets)	1	,6	0	,0	1	,2
Leftemis Farmakis (Analista do Nomura)	2	1,2	1	,4	3	,7

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Peter Schaffrik (Estratega em dívida do RBC Capital Markets)	1	,6	0	,0	1	,2
Paulo Portas (Vice-primeiro-ministro)	17	10,4	18	7,0	35	8,3
Jorge Armindo (Presidente da Associação Portuguesa de Casinos- APC)	1	,6	0	,0	1	,2
Henrique Gomes (Primeiro secretário de Estado da Energia)	1	,6	1	,4	2	,5
Serena Cabrita Neto (Advogada especialista em contencioso tributário)	1	,6	0	,0	1	,2
Leonardo Mathias (Secretário de Estado da Economia)	1	,6	2	,8	3	,7
João Vieira Lopes (CCP - Confederação do Comércio e Serviços)	2	1,2	0	,0	2	,5
Augusto Mateus (Economista e ex-ministro das Finanças e da Economia)	1	,6	1	,4	2	,5
Jorge Moreira da Silva (Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia de Portugal)	1	,6	1	,4	2	,5
Nuno Ribeiro da Silva (Presidente da Endesa)	1	,6	0	,0	1	,2
Artur Trindade (Secretário de Estado da Energia)	2	1,2	0	,0	2	,5
Pedro Lino (Administrador da Dif Broker)	0	,0	0	,0	0	,0
Steven Santos (Gestor da XTB)	1	,6	0	,0	1	,2
Subir Lall - Representante do Fundo Monetário Internacional (FMI)	5	3,0	12	4,7	17	4,0
Pires de Lima (Ministro da Economia)	2	1,2	0	,0	2	,5
Diogo Feio (eurodeputado do CDS-PP)	1	,6	0	,0	1	,2
Pedro Filipe Soares (deputado do BE)	1	,6	2	,8	3	,7
Luís Montenegro (Líder parlamentar do PSD)	1	,6	0	,0	1	,2
Peter Praet (Economista-chefe do BCE)	1	,6	1	,4	2	,5
Luís Marques Guedes (Ministro da Presidência)	1	,6	1	,4	2	,5
Carlos Silva (Secretário-geral da UGT)	1	,6	0	,0	1	,2
António Ferreira Gomes (Presidente da Autoridade da Concorrência)	1	,6	0	,0	1	,2
José Leite Martins (Secretário de Estado da Administração Pública)	1	,6	0	,0	1	,2
Faria de Oliveira (Presidente da CGD)	0	,0	0	,0	0	,0
Mota Andrade (Vice-presidente do grupo parlamentar do PS)	0	,0	1	,4	1	,2
Jorge Pereira (Administrador da TOMIX)	0	,0	1	,4	1	,2
Teresa Ter-Minassian (Economista da intervenção FMI Portugal em 1983)	0	,0	1	,4	1	,2
Miguel Bezeza (Economista)	0	,0	4	1,6	4	1,0
Amaral Tomaz (Ex-secretário dos Assuntos Fiscais)	0	,0	1	,4	1	,2
Alberto Soares (Presidente do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP)	0	,0	1	,4	1	,2
Filipe Garcia (Presidente da Consultora (IMF)	0	,0	2	,8	2	,5
João Cantiga Esteves (Economista)	0	,0	1	,4	1	,2
Luís Mira Amaral (Presidente do BIC)	0	,0	1	,4	1	,2
Cavaco Silva (Presidente da República)	0	,0	14	5,4	14	3,3
Carlos Santos Ferreira (Presidente do BCP)	0	,0	1	,4	1	,2
Joaquim Marques dos Santos (Presidente da Banif SGPS)	0	,0	1	,4	1	,2
Carlos Zorrinho (Líder do grupo parlamentar do PS)	0	,0	1	,4	1	,2
Luís Morais Sarmiento (Secretário de Estado do Orçamento)	0	,0	3	1,2	3	,7
Andreia Enria (Presidente do Regulador Bancário Europeu)	0	,0	1	,4	1	,2
Guilherme Silva (Deputado do PSD-Madeira)	0	,0	2	,8	2	,5
Ventura Garcês (Secretário Regional das Finanças)	0	,0	2	,8	2	,5
Ricardo Valente (Professor FEUP)	0	,0	1	,4	1	,2
Ricardo Santos (Economista para a Europa do BNP Paribas)	0	,0	1	,4	1	,2
Vários empresários portugueses	0	,0	0	,0	0	,0
Diogo Vaz Guedes (Presidente da Privado Holding)	0	,0	1	,4	1	,2
João Costa - Presidente da ATP	0	,0	1	,4	1	,2
Jorge Armindo - Presidente da Amorim Turismo	0	,0	1	,4	1	,2
Carlos Barbot - CEO das tintas Barbot	0	,0	1	,4	1	,2
Armindo Monteiro - CEO da Compta	0	,0	1	,4	1	,2

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Henrique Neto (Empresário)	0	,0	1	,4	1	,2
José de Matos (CEO CGD - Caixa Geral de Depósitos)	0	,0	2	,8	2	,5
E Bettencourt Picanço, presidente dos Quadros Técnicos do Estado (STE)	0	,0	1	,4	1	,2
Romão Lavadinho (AIL - Presidente da Associação de Inquilinos Lisbonenses)	0	,0	1	,4	1	,2
Silva Rodrigues (Presidente da Carris)	0	,0	1	,4	1	,2
António Ramalho - Presidente indigitado das Estradas de Portugal	0	,0	1	,4	1	,2
João Duque - Presidente do Instituto de Economia e Gestão de Lisboa	0	,0	1	,4	1	,2
Herman Van Rompuy (Presidente do Conselho Europeu)	0	,0	1	,4	1	,2
Vieira da Silva (Presidente da Comissão Eventual para o acompanhamento das Medidas do Programa	0	,0	3	1,2	3	,7
Mariano Rajoy (Primeiro Ministro Espanha)	0	,0	1	,4	1	,2
Manuel Pinho (ex-ministro da Economia e Inovação - 2005-2009)	0	,0	1	,4	1	,2
Artur Andrade (Novo secretário de Estado da Energia)	0	,0	1	,4	1	,2
Filipe de Botton (acionista da REN)	0	,0	1	,4	1	,2
Paula Teixeira da Cruz (Ministra da Justiça)	0	,0	1	,4	1	,2
Assunção Esteves (Presidente da Assembleia da República)	0	,0	3	1,2	3	,7
Paulo Mota Pinto (Presidente da Comissão de Assuntos Europeus)	0	,0	1	,4	1	,2
Adriano Moreira (Ex-líder do CDS)	0	,0	1	,4	1	,2
José Reis (Economista)	0	,0	2	,8	2	,5
António Mendonça (Economista e ex-ministro)	0	,0	1	,4	1	,2
Ángelo Correia (Histórico do PSD)	0	,0	1	,4	1	,2
Adolfo Mesquita Nunes (deputado do CDS-PP)	0	,0	1	,4	1	,2
Luís Morais Sarmiento (Secretário de Estado do Orçamento)	0	,0	0	,0	0	,0
Albert Jaeger (Representante do FMI em Portugal)	0	,0	0	,0	0	,0
Domingos Azevedo (Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas)	0	,0	1	,4	1	,2
Francisco Calheiros (Presidente da CTP - Confederação do Turismo Português)	0	,0	2	,8	2	,5
Fernando Ruas (Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)	0	,0	1	,4	1	,2
João Carvalho das Neves (Presidente da Administração Central do Sistema de Saúde - ACSS)	0	,0	1	,4	1	,2
Paulo Fonseca (Presidente da Câmara Municipal de Ourém)	0	,0	2	,8	2	,5
Silva Lopes (ex-ministro das Finanças e ex-governador do BdP)	0	,0	2	,8	2	,5
Jacinto Nunes (Economista)	0	,0	1	,4	1	,2
Bagão Félix (Conselheiro de Estado e ex-ministro das Finanças)	0	,0	1	,4	1	,2
Manuela Arcaño (Ex-secretária de Estado do Orçamento)	0	,0	2	,8	2	,5
Jaime Esteves (Fiscalista e 'partner' da PwC)	0	,0	0	,0	0	,0
Laginha de Sousa (Presidente da Euronext Lisbon)	0	,0	1	,4	1	,2
Nuno Cunha Bamabé (sócio da PLMJ)	0	,0	1	,4	1	,2
Tavares Moreira (Economista)	0	,0	1	,4	1	,2
Filipe Silva (responsável pelo mercado de dívida no Banco Carregosa)	0	,0	2	,8	2	,5
Luís Amado (ex-ministro dos Negócios Estrangeiros)	0	,0	1	,4	1	,2
Ana Gomes (Eurodeputada do PS)	0	,0	1	,4	1	,2
Duarte Marques (Deputado e líder da JSD)	0	,0	1	,4	1	,2
Nuno Magalhães (Deputado do CDS-PP)	0	,0	1	,4	1	,2
Miguel Cadilhe (Economista e ex-ministro das Finanças)	0	,0	1	,4	1	,2
António Romão (Economista e professor do ISEG)	0	,0	1	,4	1	,2
António Rodrigues (Deputado do PSD)	0	,0	1	,4	1	,2
Honório Novo (Deputado do PCP)	0	,0	1	,4	1	,2
Teodora Cardoso (Presidente do Conselho das Finanças Públicas)	0	,0	1	,4	1	,2
Samuel Fernandes de Almeida (Fiscalista)	0	,0	2	,8	2	,5

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Michael Noonan (Ministro das Finanças da Irlanda)	0	,0	1	,4	1	,2
Luís Bento (Economista e especialista em recursos humanos)	0	,0	1	,4	1	,2
Francisco Madelino (ex-presidente do Instituto do Emprego e Formação Profissional - IEFP)	0	,0	1	,4	1	,2
João Cerejeira (economista e professor na Universidade do Minho)	0	,0	1	,4	1	,2
Jorge Tomé (Presidente executivo do Banif)	0	,0	2	,8	2	,5
João Figueiredo (Ex-Secretário de Estado da Administração Pública)	0	,0	1	,4	1	,2
António Avelãs (Dirigente da Fenprof)	0	,0	1	,4	1	,2
Carlos Farinha Rodrigues (Professor do ISEG)	0	,0	1	,4	1	,2
José Loureiro dos Santos (Ex-Chefe de Estado Maior das Forças Armadas)	0	,0	2	,8	2	,5
Paulo Rodrigues (Presidente da Associação Sindical dos Profissionais da Polícia - ASPP)	0	,0	1	,4	1	,2
José Vieira da Silva (Deputado do PS e ex-ministro do Trabalho e Segurança Social)	0	,0	2	,8	2	,5
José Mendes Ribeiro (Responsável pelo Programa de Saúde da Fundação Francisco Manuel dos Santos)	0	,0	1	,4	1	,2
Maria de Lurdes Rodrigues (Ex-ministra da Educação)	0	,0	1	,4	1	,2
Carlos Jalali (Político)	0	,0	1	,4	1	,2
Boaventura Sousa Santos (Diretor do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra)	0	,0	1	,4	1	,2
Simon O'Connor, porta-voz do comissário europeu para os Assuntos Económicos e Financeiros	0	,0	1	,4	1	,2
António Vieira Monteiro (Presidente da comissão executiva do Santander Totta)	0	,0	1	,4	1	,2
Paulo Baptista Santos (Deputado do PSD)	0	,0	2	,8	2	,5
António Pires de Lima (Dirigente do CDS e Presidente Executivo da Unicer)	0	,0	1	,4	1	,2
Luís Marques Mendes (ex-dirigente do PSD)	0	,0	1	,4	1	,2
Chiara Manenti - Analista do mercado de dívida do Intesa SanPaolo	0	,0	1	,4	1	,2
John Berrigan (novo chefe da missão da Comissão Europeia para Portugal)	0	,0	1	,4	1	,2
Maria Luísa Albuquerque (Ministra das Finanças)	0	,0	10	3,9	10	2,4
Eamon Gilmore (Vice-primeiro-ministro da Irlanda)	0	,0	1	,4	1	,2
Guilherme da Fonseca (ex-juiz do Tribunal Constitucional)	0	,0	1	,4	1	,2
Ben Bernanke (Presidente da Reserva Federal - EUA)	0	,0	1	,4	1	,2
Brian Hayes (Secretário de Estado das Finanças da Irlanda)	0	,0	1	,4	1	,2
Stephan Roudet (Economista-chefe do FMI)	0	,0	1	,4	1	,2
Rui Machete (Novo Ministro dos Negócios Estrangeiros)	0	,0	1	,4	1	,2
Fernando Teixeira dos Santos (Ex-ministro das Finanças)	0	,0	1	,4	1	,2
António Tajani (Vice-presidente da Comissão Europeia)	0	,0	1	,4	1	,2
José Gusmão (Comissão Política do BE)	0	,0	1	,4	1	,2
Inês Lopes (Representante de Portugal no Diretório Executivo do FMI)	0	,0	1	,4	1	,2
António Pires de Lima (Ministro da Economia)	0	,0	1	,4	1	,2
Pedro Aguiar Branco (Ministro da Defesa)	0	,0	2	,8	2	,5
Paulo Ralha (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos)	0	,0	1	,4	1	,2
Sigmar Gabriel (Ministro Alemão da Economia)	0	,0	1	,4	1	,2
Johannes Hahn (Comissário Europeu do Desenvolvimento Regional)	0	,0	1	,4	1	,2
Paulo Azevedo (Presidente da Comissão Instaladora do Banco Fomento)	0	,0	1	,4	1	,2

Fonte: Base de dados SPSS

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Apêndice N

Tabela 34: Caracterização das fontes no *Jornal de Negócios* e *Diário Económico* (2011-2014) (% de n=705)

	Nome da publicação					
	<i>Jornal de Negócios</i>		<i>Diário Económico</i>		Total	
	N	%	N	%	N	%
Fontes da Presidência da República	0	,0	3	,7	3	,4
Fontes Governamentais	73	24,6	143	35,0	216	30,6
Fontes político-partidárias	4	1,3	22	5,4	26	3,7
Fontes políticas nacionais (outras extrapartidárias)	1	,3	2	,5	3	,4
Fontes sindicais	4	1,3	4	1,0	8	1,1
Fontes internacionais	59	19,9	110	27,0	169	24,0
Fontes da UE	85	28,6	105	25,7	190	27,0
Fontes de ordem interna	0	,0	0	,0	0	,0
Fontes do sistema judicial	1	,3	2	,5	3	,4
Fontes da Economia, finanças e negócios	27	9,1	56	13,7	83	11,8
Fontes Estatísticas	4	1,3	3	,7	7	1,0
Fontes do ambiente	0	,0	0	,0	0	,0
Fontes do urbanismo e infraestruturas	0	,0	0	,0	0	,0
Fontes da cultura	0	,0	0	,0	0	,0
Fontes do desporto	0	,0	0	,0	0	,0
Fontes da sociedade	8	2,7	8	2,0	16	2,3

Fonte: Base de dados SPSS

Apêndice O

Tabela 35: Fontes de informação no *Jornal de Negócios* e *Diário Económico* (2011-2014) (% de n=705)

	Nome da publicação					
	<i>Jornal de Negócios</i>		<i>Diário Económico</i>		Total	
	N	%	N	%	N	%
Comissão Parlamentar acompanhamento Programa de Ajustamento	4	1,3	3	,7	7	1,0
Revisão/Memorando Entendimento Troika (MoU)	21	7,1	18	4,4	39	5,5
Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MEFP)	0	,0	0	,0	0	,0
Ministros/Secretários de Estado	39	13,1	44	10,8	83	11,8
Conferência de imprensa da troika	7	2,4	12	2,9	19	2,7
Conferências de imprensa do Ministério das Finanças	24	8,1	57	14,0	81	11,5
Conferências de imprensa do FMI	3	1,0	13	3,2	16	2,3
Comunicados de imprensa da troika	14	4,7	11	2,7	25	3,5
Comunicados de imprensa do FMI	1	,3	1	,2	2	,3
Relatórios de Avaliação do FMI	51	17,2	96	23,5	147	20,9
Relatório de Avaliação da Comissão Europeia	27	9,1	40	9,8	67	9,5
Eurostat, Eurosondagem, Sondagens, Estudos, base dados, etc.	6	2,0	7	1,7	13	1,8
Chefes de Missão FMI e Comissão Europeia	4	1,3	2	,5	6	,9
Presidentes de Bancos Nacionais	0	,0	1	,2	1	,1
Segurança Social	1	,3	0	,0	1	,1
Out. Órgãos de informação (RTP, Semanários Sol e Expresso, etc.)	14	4,7	17	4,2	31	4,4
Parceiros sociais, Confederações, Sindicatos e PME	9	3,0	8	2,0	17	2,4
Secretários-gerais, dirigentes e coordenadores de partidos políticos	2	,7	10	2,5	12	1,7
Ministérios Governamentais (Saúde, Economia, Finanças etc.)	13	4,4	12	2,9	25	3,5
Documentos oficiais do Governo (Relatórios UTAO, Diplomas, Leis, Cartas de compromisso/intenções, Comunicados etc.)	13	4,4	19	4,7	32	4,5
Presidentes e Rep. Instituições da UE	5	1,7	3	,7	8	1,1
Agências de Rating e Consultoras financeiras	6	2,0	7	1,7	13	1,8
Deputados	4	1,3	10	2,5	14	2,0
Comissários Europeus	1	,3	3	,7	4	,6
Consultores e analistas financeiros	12	4,0	8	2,0	20	2,8
Dirigentes de Instituições Públicas	2	,7	9	2,2	11	1,6

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Presidente da República/Chefes de Estado	1	,3	8	2,0	9	1,3
Banco de Portugal (BdP), Boletins, Relatórios e Contas	6	2,0	7	1,7	13	1,8
Presidentes de Associações e Associações	1	,3	4	1,0	5	,7
Presidente e Representantes Instituições da UE e FMI	2	,7	4	1,0	6	,9
Partidos políticos portugueses	0	,0	1	,2	1	,1
Economistas, Constitucionalistas, Prof. Universitários, Assesores Políticos e outros	6	2,0	25	6,1	31	4,4
Conferências empresariais	1	,3	1	,2	2	,3
Reuniões políticas/Debates parlamentares/audiências parlamentares	2	,7	26	6,4	28	4,0
Outros documentos oficiais internacionais	5	1,7	4	1,0	9	1,3
Empresas nacionais e internacionais	2	,7	2	,5	4	,6
Estudos Europeus	3	1,0	0	,0	3	,4
Agências/institutos governamentais e direcções-gerais	2	,7	7	1,7	9	1,3
Fonte governamental	3	1,0	0	,0	3	,4
Tribunal Constitucional	2	,7	1	,2	3	,4
Autarcas	0	,0	1	,2	1	,1
Ex-chefes de Estado, ex-dirigentes políticos, ex-ministros, ex-secretários de Estado	2	,7	4	1,0	6	,9
Fontes oficiais do governo/troika	12	4,0	15	3,7	27	3,8
Relatórios do Conselho Europeu	0	,0	3	,7	3	,4
Jornal de Negócios (autoria própria)	65	21,9	4	1,0	69	9,8
Diário Económico (autoria própria)	0	,0	51	12,5	51	7,2
Fontes oficiais bancos	2	,7	1	,2	3	,4
Briefings resultados das avaliações	0	,0	2	,5	2	,3
Empresários	1	,3	2	,5	3	,4
Líderes políticos europeus	2	,7	0	,0	2	,3

Fonte: Base de dados SPSS

Apêndice P

Tabela 36: Organizações/instituições referenciadas no *Jornal de Negócios* e *Diário Económico* (2011-2014) (% de n=705)

	Nome da publicação					
	<i>Jornal de Negócios</i>		<i>Diário Económico</i>		Total	
	Contagem	% de resposta de coluna (Base: Contagem)	Contagem	% de resposta de coluna (Base: Contagem)	Contagem	% de resposta de coluna (Base: Contagem)
Troika (FMI, BCE e Comissão Europeia)	102	38,3	130	33,6	232	35,5
Governo	176	66,2	251	64,9	427	65,4
BdP (Banco de Portugal)	21	7,9	18	4,7	39	6,0
CIP (Confederação da Indústria Portuguesa)	5	1,9	6	1,6	11	1,7
BCE (Banco Central Europeu)	22	8,3	19	4,9	41	6,3
Governo/Troika	0	,0	0	,0	0	,0
PME - Pequenas e Médias Empresas	0	,0	0	,0	0	,0
Ministério da Saúde	3	1,1	11	2,8	14	2,1
Ministério da Educação e Ciência	1	,4	5	1,3	6	,9
Ministério das Finanças	15	5,6	22	5,7	37	5,7
CGTP	5	1,9	2	,5	7	1,1
EDP	10	3,8	9	2,3	19	2,9
Conselho de Finanças Públicas	1	,4	2	,5	3	,5
Ministério da Economia	7	2,6	2	,5	9	1,4
Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica (Apifarma)	0	,0	2	,5	2	,3
FMI - Fundo Monetário Internacional	3	1,1	127	32,8	130	19,9
CGD - Caixa Geral de Depósitos	12	4,5	24	6,2	36	5,5
CGD - 'Holding' - Caixa Seguros e Saúde	1	,4	2	,5	3	,5
Parpública	3	1,1	6	1,6	9	1,4
Partidos Políticos com representação parlamentar	1	,4	3	,8	4	,6

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

APB - Associação Portuguesa de Bancos	1	,4	2	,5	3	,5
BPN - Banco Português de Negócios	2	,8	5	1,3	7	1,1
BIC - Banco Internacional de Crédito	1	,4	3	,8	4	,6
EBA - Autoridade Bancária Europeia	9	3,4	11	2,8	20	3,1
Ecofin	7	2,6	8	2,1	15	2,3
IGCP - Agência de gestão da tesouraria e da dívida pública	4	1,5	9	2,3	13	2,0
REN - Redes energéticas nacionais	2	,8	8	2,1	10	1,5
Galp	2	,8	5	1,3	7	1,1
CP Carga	2	,8	13	3,4	15	2,3
TAP Portugal	2	,8	16	4,1	18	2,8
ANA - Aeroportos de Portugal	3	1,1	13	3,4	16	2,5
E.On	0	,0	0	,0	0	,0
CTG - China Three Gorges	2	,8	0	,0	2	,3
Elektrobras	0	,0	0	,0	0	,0
Cemig	0	,0	0	,0	0	,0
Eni	0	,0	0	,0	0	,0
Amorim Energia	0	,0	0	,0	0	,0
CTT	1	,4	11	2,8	12	1,8
Refer	3	1,1	1	,3	4	,6
EP - Estradas de Portugal	1	,4	2	,5	3	,5
DECO - Associação Defesa do Consumidor	1	,4	1	,3	2	,3
CP - Comboios de Portugal	1	,4	4	1,0	5	,8
FMI - Fundo Monetário Internacional	79	29,7	6	1,6	85	13,0
ISEG - Instituto Superior de Economia e Gestão	1	,4	1	,3	2	,3
UMinho - Universidade do Minho	1	,4	0	,0	1	,2
BCP - Banco Comercial Português	12	4,5	15	3,9	27	4,1
ESFG - Espírito Santo Financial Group	2	,8	3	,8	5	,8
BPI - Banco Português de Investimento	10	3,8	15	3,9	25	3,8
Banco Santander Totta	2	,8	5	1,3	7	1,1
BES - Banco Espírito Santo	5	1,9	6	1,6	11	1,7
Agência Bloomberg	3	1,1	2	,5	5	,8
Hospitais EPE	1	,4	1	,3	2	,3
Segurança Social	7	2,6	21	5,4	28	4,3
CP - Comboios de Portugal	0	,0	0	,0	0	,0
REFER	0	,0	1	,3	1	,2
RTP - Radio Televisão Portuguesa	1	,4	5	1,3	6	,9
Conselho de Finanças Públicas	0	,0	0	,0	0	,0
Instituto de Crédito Público	1	,4	0	,0	1	,2
Tribunal de Contas	1	,4	1	,3	2	,3
AR - Assembleia da República/Parlamento	12	4,5	31	8,0	43	6,6
Ministério da Agricultura	2	,8	1	,3	3	,5
Comissão Europeia	37	13,9	50	12,9	87	13,3
APL - Associação Portuguesa de Inquilinos	1	,4	1	,3	2	,3
APEMIP - Associação dos Profissionais e Empresas de Mediação Imobiliária de Portugal	1	,4	0	,0	1	,2
IGF - Inspeção Geral de Finanças	1	,4	4	1,0	5	,8
TC - Tribunal Constitucional	24	9,0	28	7,2	52	8,0
BPN (Parvalorem)	1	,4	1	,3	2	,3
BPN (Parups)	1	,4	1	,3	2	,3
BPN (Participadas)	1	,4	0	,0	1	,2
Ministério da Solidariedade e da Segurança Social	2	,8	1	,3	3	,5
Endesa	3	1,1	1	,3	4	,6
UE - União Europeia	8	3,0	10	2,6	18	2,8
UTAO - Unidade Técnica de Apoio Orçamental	1	,4	3	,8	4	,6
Spiro Sovereign Strategy	1	,4	0	,0	1	,2
Moody's-Agência de Rating	1	,4	0	,0	1	,2
Bloomberg - Agência de Rating	0	,0	1	,3	1	,2
ERC - Comissão Reguladora da Comunicação	1	,4	0	,0	1	,2
International Power	1	,4	0	,0	1	,2
ATP - Associação de Têxtil e de Vestuário	1	,4	0	,0	1	,2
IG Markets	3	1,1	0	,0	3	,5
Dif Broker	2	,8	0	,0	2	,3
UBS	0	,0	0	,0	0	,0
PS - Partido Socialista	4	1,5	17	4,4	21	3,2
PSD - Partido Social Democrata	4	1,5	11	2,8	15	2,3
Coligação PSD-CDS/PP	0	,0	0	,0	0	,0
PCP - Partido Comunista Português	0	,0	6	1,6	6	,9
BE - Bloco de Esquerda	0	,0	4	1,0	4	,6

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

SMMP - Sindicato dos Magistrados do Ministério Público	1	,4	0	,0	1	,2
Ernst & Young	2	,8	3	,8	5	,8
UGT - União Geral dos trabalhadores	6	2,3	8	2,1	14	2,1
Fesap - Federação de Sindicatos da Administração Pública	2	,8	2	,5	4	,6
Segurança Social	1	,4	0	,0	1	,2
CGA - Caixa Geral de Aposentações	6	2,3	14	3,6	20	3,1
CDS-PP	5	1,9	9	2,3	14	2,1
Eurogrupo	9	3,4	8	2,1	17	2,6
DGO - Direção Geral do Orçamento	1	,4	7	1,8	8	1,2
RTP - Rádio Televisão Portuguesa	1	,4	0	,0	1	,2
Forças Armadas	1	,4	0	,0	1	,2
Associação de Militares	1	,4	0	,0	1	,2
Movimento "Que se lixe a Troika"	1	,4	0	,0	1	,2
MAI - Ministério da Administração Interna	1	,4	0	,0	1	,2
Forças de Segurança	1	,4	0	,0	1	,2
TVI - Televisão Independente	0	,0	0	,0	0	,0
Commerzbank	3	1,1	4	1,0	7	1,1
Société Générale	2	,8	0	,0	2	,3
Agência Reuters	0	,0	0	,0	0	,0
Agência de Rating "Moody's	1	,4	0	,0	1	,2
Banco francês Natixis	1	,4	0	,0	1	,2
Agência Standard & Poor's (S&P)	1	,4	1	,3	2	,3
Conselho de Ministros	1	,4	7	1,8	8	1,2
Knigt Capital Europe	1	,4	0	,0	1	,2
Jefferies International	1	,4	0	,0	1	,2
Conselho Europeu	2	,8	4	1,0	6	,9
Eurostat	2	,8	4	1,0	6	,9
Parceiros sociais (Confederações patronais e sindicais)	0	,0	0	,0	0	,0
INE- Instituto Nacional de Estatística	1	,4	6	1,6	7	1,1
Fesap - Federação de Sindicatos da Administração Pública	0	,0	0	,0	0	,0
SET - Sindicato dos Quadros técnicos do Estado e entidades com fins públicos	1	,4	0	,0	1	,2
Glendevon King	1	,4	0	,0	1	,2
Berenberg Bank	1	,4	0	,0	1	,2
CMC Markets	1	,4	0	,0	1	,2
Nomura	1	,4	1	,3	2	,3
RBC Capital Markets	0	,0	0	,0	0	,0
APC - Associação Portuguesa de Casinos	1	,4	0	,0	1	,2
SCML - Santa Casa de Misericórdia de Lisboa	1	,4	0	,0	1	,2
CCP - Confederação do Comércio e Serviços	2	,8	6	1,6	8	1,2
Iberdrola	1	,4	1	,3	2	,3
Dif Broker	0	,0	0	,0	0	,0
XTB	1	,4	0	,0	1	,2
Nomura - Banco de investimentos Japonês	2	,8	0	,0	2	,3
Royal Bank of Scotland	1	,4	0	,0	1	,2
Ministério do Ambiente e Energia	1	,4	2	,5	3	,5
Comissão Parlamentar 10ª Avaliação	1	,4	0	,0	1	,2
Eurosondagem - Estudos de Opinião, SA	1	,4	0	,0	1	,2
Instituto Europeu para a Faculdade de Direito de Lisboa	1	,4	0	,0	1	,2
CDS-PP	0	,0	0	,0	0	,0
Bruegel	1	,4	0	,0	1	,2
PE - Parlamento Europeu	1	,4	0	,0	1	,2
INA - Direção-Geral da qualificação dos trabalhadores em funções públicas	1	,4	0	,0	1	,2
Ministério da Justiça	1	,4	1	,3	2	,3
Ministério da Segurança Social	0	,0	0	,0	0	,0
Banco SantanderTotta	0	,0	2	,5	2	,3
ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos	0	,0	1	,3	1	,2
TOMIX - Indústria de Equipamentos Agrícolas e Industriais	0	,0	1	,3	1	,2
ACOP - Associação de Consumidores de Portugal	0	,0	1	,3	1	,2
EPE - Hospitais empresa	0	,0	4	1,0	4	,6
IGCP - Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público	0	,0	1	,3	1	,2
IMF - Consultora	0	,0	2	,5	2	,3
IGF - Inspeção Geral de Finanças	0	,0	1	,3	1	,2
Banco de Investimento CaixaBI	0	,0	1	,3	1	,2

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Banco Investimento JP Morgan	0	.0	1	.3	1	.2
Império Bonança	0	.0	1	.3	1	.2
Fidelidade Mundial	0	.0	1	.3	1	.2
BPP - Banco Privado Português	0	.0	0	.0	0	.0
Banco Montepio Geral	0	.0	5	1.3	5	.8
NEI- Núcleo Estratégico de Investimento	0	.0	1	.3	1	.2
Presidência da República	0	.0	9	2.3	9	1.4
NAMA - National Asset Management Agency	0	.0	1	.3	1	.2
PricewaterhouseCoopers	0	.0	3	.8	3	.5
AdP - Águas de Portugal	0	.0	4	1.0	4	.6
ANA	0	.0	0	.0	0	.0
Parque Escolar	0	.0	1	.3	1	.2
Banif SGPS	1	.4	1	.3	2	.3
Banco Banif	2	.8	5	1.3	7	1.1
Companhia Seguros Açoreana	0	.0	1	.3	1	.2
Associação Nacional de Municípios	0	.0	0	.0	0	.0
ICP - International Club of Portugal	0	.0	1	.3	1	.2
Apifarma - Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica	0	.0	1	.3	1	.2
SNS - Serviço Nacional de Saúde	0	.0	12	3.1	12	1.8
Assembleia Legislativa da Madeira	0	.0	1	.3	1	.2
BNP Paribas	0	.0	2	.5	2	.3
BEI - Banco Europeu de Investimento	0	.0	2	.5	2	.3
Privado Holding	0	.0	1	.3	1	.2
ATP - Associação de têxtil e vestuário	0	.0	1	.3	1	.2
Amorim Turismo	0	.0	1	.3	1	.2
Tintas Barbot	0	.0	1	.3	1	.2
Compta	0	.0	1	.3	1	.2
DGTF - Direcção Geral do Tesouro e das Finanças	0	.0	3	.8	3	.5
FDP - Partido Democrático Liberal	0	.0	1	.3	1	.2
STE - Quadros Técnicos do Estado	0	.0	1	.3	1	.2
AIL - Associação de Inquilinos Lisbonenses	0	.0	1	.3	1	.2
Iberwind	0	.0	1	.3	1	.2
Gas Natural	0	.0	1	.3	1	.2
Tribunal Europeu	1	.4	1	.3	2	.3
Carris	0	.0	2	.5	2	.3
Fernave	0	.0	1	.3	1	.2
EP - Estradas de Portugal	0	.0	1	.3	1	.2
DGTF - Direcção-Geral do Tesouro e Finanças	0	.0	1	.3	1	.2
ISEG - Instituto de Economia e Gestão de Lisboa	0	.0	0	.0	0	.0
Caixa Seguros	0	.0	7	1.8	7	1.1
PGR - Procuradoria Geral da República	0	.0	1	.3	1	.2
State Grid	0	.0	1	.3	1	.2
Oman Oil Company	0	.0	1	.3	1	.2
Organização Bretton Woods	0	.0	1	.3	1	.2
CES - Conselho Económico e Social	0	.0	1	.3	1	.2
Comissão Assuntos Europeus	0	.0	1	.3	1	.2
CCP - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal	0	.0	1	.3	1	.2
CTP - Confederação do Turismo Português	0	.0	2	.5	2	.3
Informa D&B	0	.0	1	.3	1	.2
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	0	.0	2	.5	2	.3
Administração Central do Sistema de Saúde - ACSS)	0	.0	1	.3	1	.2
Câmara Municipal de Ourém	0	.0	2	.5	2	.3
IPO - Instituto Português de Oncologia	0	.0	1	.3	1	.2
USB - Serviços financeiros	0	.0	0	.0	0	.0
EPE - Entidades Públicas Empresariais	0	.0	0	.0	0	.0
PSP - Polícia de Segurança Pública	0	.0	1	.3	1	.2
GNR - Guarda Nacional Republicana	0	.0	1	.3	1	.2
PLMJ - Sociedade de Advogados	0	.0	3	.8	3	.5
Euronext Lisbon	0	.0	1	.3	1	.2
Banco Carregosa	0	.0	2	.5	2	.3
Ascendi	0	.0	1	.3	1	.2
Somague	0	.0	1	.3	1	.2
Brisa	0	.0	1	.3	1	.2
Soares da Costa	0	.0	1	.3	1	.2
Fertagus (Grupo Barraqueiro)	0	.0	1	.3	1	.2
Caixa Saúde	0	.0	1	.3	1	.2
EGF SA - Empresa Geral do Fomento	0	.0	4	1.0	4	.6
Águas de Portugal	0	.0	1	.3	1	.2
Crédito Agrícola	0	.0	1	.3	1	.2

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

PT - Portugal Telecom	1	,4	2	,5	3	,5
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico	0	,0	3	,8	3	,5
Jerónimo Martins	0	,0	1	,3	1	,2
IAPMEI, I.P. - Agência para a Competitividade e Inovação	0	,0	2	,5	2	,3
AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal	0	,0	1	,3	1	,2
IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional	0	,0	1	,3	1	,2
FENPROF - Federação Nacional dos Professores	0	,0	1	,3	1	,2
AOFA - Associação de Oficiais das Forças Armadas	0	,0	1	,3	1	,2
ANS - Associação Nacional de Sargentos	0	,0	1	,3	1	,2
AP - Associação de Praças	0	,0	1	,3	1	,2
IDN - Instituto de Defesa Nacional	0	,0	2	,5	2	,3
ASPP - Associação Sindical dos Profissionais da Polícia	0	,0	1	,3	1	,2
Metro Porto	0	,0	1	,3	1	,2
Metro Lisboa	0	,0	4	1,0	4	,6
CP - Comboios de Portugal	0	,0	0	,0	0	,0
Transtejo/Soflusa	0	,0	1	,3	1	,2
STCP - Sociedade de transportes colectivos do Porto, SA	0	,0	1	,3	1	,2
MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	,0	1	,3	1	,2
Direcção-Geral da Concorrência de Bruxelas	0	,0	0	,0	0	,0
Grupo Caixa Agrícola	0	,0	1	,3	1	,2
Banco Alimentar	0	,0	1	,3	1	,2
Cáritas	0	,0	1	,3	1	,2
DGEP - Direcção-Geral do Emprego Público	0	,0	1	,3	1	,2
Unicer	0	,0	1	,3	1	,2
Sagestamo	0	,0	1	,3	1	,2
Intesa SanPaolo	0	,0	0	,0	0	,0
AT - Administração Tributária e Aduaneira	0	,0	1	,3	1	,2
Banco Reserva Federal EUA	0	,0	1	,3	1	,2
FEN - Federação Nacional de Educação	0	,0	1	,3	1	,2
Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais	0	,0	1	,3	1	,2
ADSE - Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	0	,0	2	,5	2	,3
EGREP - Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos	0	,0	1	,3	1	,2
Autoridade da Concorrência	0	,0	1	,3	1	,2
DBRS - Agência de Rating	0	,0	1	,3	1	,2
TAP SGPS	0	,0	0	,0	0	,0
Ex-VEM (atualmente M&E Brasil)	0	,0	1	,3	1	,2
SIRESP - Gestão de Redes Digitais de Segurança e Emergência, S.A.	0	,0	1	,3	1	,2
Banco de Fomento - Instituição Financeira de Desenvolvimento (IFD)	0	,0	3	,8	3	,5
Portugal Ventures	0	,0	1	,3	1	,2
PME Investimento	0	,0	1	,3	1	,2
Sociedade de Garantia Mútua	0	,0	1	,3	1	,2
Sofid	0	,0	1	,3	1	,2

Fonte: Base de dados SPSS

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Apêndice Q

Tabela 37:FMI e as recomendações sobre os custos do trabalho da primeira à oitava e nona avaliação da *troika*

Outubro 2005	Os salários não podem crescer acima da produtividade, sobretudo no contexto da União Monetária (artigo IV)
Mai 2011	1ª Avaliação - Cortes no subsídio de desemprego, nas horas extraordinárias e nas indemnizações por despedimento. Objetivo: “promover desenvolvimentos nos custos laborais consistentes com a criação de emprego e o relançamento da competitividade.
Outubro 2011	2ª Avaliação - Privado deve fazer cortes como o público. “Para aumentar a competitividade dos custos laborais, os salários do sector privado devem seguir o exemplo dado pelo sector público na implementação de cortes salariais sustentados” (FMI, Relatório 2ª avaliação).
Abril 2012	3ª Avaliação – Mais flexibilidade nos salários. O FMI revela que o ajustamento do mercado de trabalho está a ser feito por destruição de emprego e não pela moderação salarial, pelo que poderia ser necessário avançar com mais medidas. “Se o ajustamento do mercado de trabalho continuar a cair indevidamente sobre o volume, haverá necessidade de considerar mais medidas que promovam uma maior flexibilidade salarial” (Relatório FMI, 3ª avaliação).
Junho 2013	7ª Avaliação - <i>Troika</i> defende a necessidade de reduzir o salário mínimo para os trabalhadores mais jovens. Novas reduções no subsídio de desemprego terão sido equacionadas.
Junho 2013	7ª Avaliação – Para o FMI “Continua a não ser claro quanto tempo demorará a completar o ajustamento do mercado laboral sem mudanças induzidas por políticas que facilitem reduções dos salários nominais”. (Relatório FMI, 7ª avaliação)
Novembro 2011	8ª e 9ª Avaliação - O FMI volta a insistir na necessidade de reduzir salários. “A agenda de reformas pode não ser suficientemente ambiciosa. Com os constrangimentos da União Monetária, implementar reformas estruturais é a melhor maneira de impulsionar uma Economia competitiva (...). Ao mesmo tempo, uma vez que aumentar a produtividade leva tempo, aumentar a competitividade externa também implica reduzir os custos de produção, incluindo salários” (Relatório FMI, 8ª e 9ª Avaliação).
Novembro 2013	8ª e 9ª Avaliação - Representante do FMI Subir Lall, explicou que o tema salários tem que ser enquadrado na questão mais geral da competitividade. Na próxima avaliação, essa será uma das áreas em que nos vamos focar” (Entrevista telefónica sobre as conclusões da 8ª e 9ª Avaliação).

Fonte: Conceção própria a partir do *Jornal de Negócios*, 12/12/2013, p. 21

Apêndice R

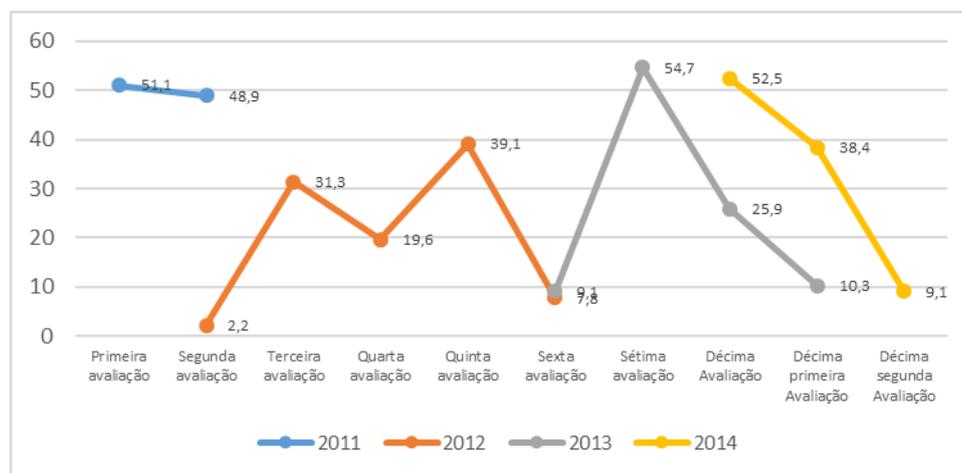


Gráfico 66: Número avaliação com maior intensidade mediática no *Jornal de Negócios* e no *Diário Económico*, nos anos 2011, 2012, 2013 e 2014, % peças de n=705)

Fonte: Análise de conteúdo à cobertura jornalística

Anexos

Jornalismo económico: a cobertura jornalística da intervenção da *troika* em Portugal na imprensa económica nacional (2011-2014)

Anexo A



Gráfico 67: A dívida pública portuguesa em percentagem do Produto Interno Bruto de 1974 e 2016
Fonte: Conselho de Finanças Públicas (até 2013) e BdP.